

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL- MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL**

Olgário Paulo Vogt

**A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL E O**  
**CAPITAL SOCIAL**

**Santa Cruz do Sul, outubro de 2006.**

Olgário Paulo Vogt

**A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL E O CAPITAL SOCIAL**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mario Riedl

Santa Cruz do Sul, outubro de 2006

Aos que morreram sonhando com um mundo diferente, bem mais fraterno e justo, e aos que ainda acreditam que é possível viver em um mundo melhor, dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), por ter-me proporcionado condições materiais e de tempo para a realização do doutorado. Sou grato, particularmente, à Reitoria da Universidade, que não tem medido esforços para qualificar seu pessoal docente.

Ao professor Mario Riedl, pelos seus valiosos conselhos e pelas ricas sugestões, pelo estímulo dado e por acreditar que esta tese poderia ser realizada. Se algum mérito ela possuir, compartilho-o com o meu orientador. As deficiências teóricas e metodológicas que ela, por certo, apresenta, refletem, obviamente, minhas limitações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, pelos constantes desafios propostos, pelas sugestões dadas e pelo convite a novas leituras.

Ao professor René Gertz, por me disponibilizar algumas obras de difícil acesso.

Ao professor Roque Alvisius Neumann, pela revisão ortográfica e gramatical realizada no texto.

Aos meus colegas de doutorado, Dalva, Hildegard, Isabel, Leni, Márcia, Marta, Valdir e Vilmar, pelos momentos de salutar e inesquecível convívio, e por compartilharem as angústias, as experiências e as esperanças.

Aos meus colegas do Departamento de História e Geografia da UNISC, pela compreensão e por terem se sobrecarregado para que eu pudesse dedicar mais tempo para o meu doutoramento.

Aos meus alunos dos cursos de graduação e de especialização em História da UNISC, pelas indagações e críticas que fizeram a alguns dos trechos que integram esta pesquisa.

## RESUMO

O trabalho procura verificar evidências da existência, no passado, de capital social em regiões de colonização de população de ascendência germânica no Rio Grande do Sul, Brasil, e o de verificar como o estoque de capital social presente nessas áreas corroborou para o desenvolvimento inicial das mesmas. O conceito condutor dos procedimentos metodológicos é o de capital social. Robert Putnam é o teórico que mais influencia a pesquisa. A partir da elaboração de uma síntese sobre a colonização alemã no RS, é defendido que, nas áreas coloniais, intrincadas redes formais e informais de sociabilidade, atuando imbricadas, deram origem a um considerável estoque de capital social. Este capital social, embora não mensurável, ao lado de outros fatores, contribuiu para o desenvolvimento econômico e social da população dessas áreas do Estado. A “nacionalização forçada”, praticada por autoridades gaúchas durante a vigência do Estado Novo, é apontada como um dos fatores da queima de estoque do capital social comunitário existente nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** capital social; colonização alemã; desenvolvimento regional; Rio Grande do Sul.

## **ABSTRACT**

The following paper seeks to verify evidences of the existence, in the past, of social capital in regions formerly settled by Germans throughout Rio Grande do Sul, Brazil, as well as how the stock of social capital in these areas has corroborated in their early development. The key methodological underpinning is that of social capital itself and Robert Putnam is the most influential theoretician for our research. As of the elaboration of a synthesis about the German settlement in RS, we argue that in colonial areas, both intricate formal and informal networks, intermingled, have originated a meaningful stock of social capital which, although uncountable, besides other issues, contributed for the economical and social development of the population of those areas. The “forced nationalization”, enforced by Gaucha authorities during the period of the “Estado Novo” (New State), is listed as one of the causes for the expenditure of the social capital of communities in colonial regions of Rio Grande do Sul.

**Key words:** social capital; German settlement; regional development; Rio Grande do Sul.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Mapa da área inicial da colonização alemã no Rio Grande do Sul.....	92
2 Colônias alemãs fundadas no vale do rio dos Sinos em meados do século XIX .....	94
3 Mapa da colônia de Monte Alverne e de outras colônias da circunvizinhança .....	101
4 Colônias de população de ascendência predominantemente alemã que se desenvolveram no vale do rio Caí durante o século XIX .....	107
5 Colônias de população de origem germânica surgidas durante o século XIX nos vales dos rios Taquari e Pardo .....	109
6 A colonização do Noroeste do Rio Grande do Sul.....	120
7 As regiões coloniais do Rio Grande do Sul em 1924 .....	126
8 Mapa de Tannenberg com a divisão da América do Sul entre os países imperialistas.....	331



## LISTA DE TABELAS

1 Estatística geral da imigração no Rio Grande do Sul (1824-1830).....	88
2 Valores da importação e da exportação da colônia de Santa Cruz (1859/1866) .....	99
3 Produção, exportação e importação da colônia de Nova Petrópolis no ano de 1865.....	104
4 Imigração no Rio Grande do Sul entre 1848-1873 .....	105
5 Colônias com população de origem alemã criadas no Rio Grande do Sul entre 1874 e 1889 .....	115
6 Quadro estatístico das Escolas Particulares do Rio Grande do Sul em 1935 .....	192
7 Taxa de analfabetismo calculada a partir da escolaridade dos nubentes – ano 1934 .....	193
8 Tipos de Escolas, número de matriculados e de professores existentes Em Santa Cruz no ano de 1937 .....	194
9 Almanques impressos no Rio Grande do Sul no ano de 1924 .....	269
10 Participação percentual da Alemanha no comércio exterior do Brasil (1928/1939) .....	350
11 Balança comercial brasileira com os principais parceiros comerciais em 1937 .....	351
12 Comércio exterior do Brasil com os seus principais parceiros comerciais – percentagem sobre o total (1928/1939) .....	351
13 Percentual de participação de alguns países nas importações e exportações brasileiras entre 1940 me 1942 .....	352

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	4
RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
INTRODUÇÃO.....	13
1 O CAPITAL SOCIAL .....	23
1.1 Breve revisão sobre a literatura do capital social .....	34
1.2 Origem do capital social .....	72
1.3 Capital social como ferramenta de superação de adversidades .....	77
2 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL .....	79
2.1 As fases da colonização no RS .....	85
2.1.1 Primeira fase (1824-1847) .....	85
2.1.2 Segunda fase (1848-1874) .....	95
2.1.3 Terceira fase (1875-1889) .....	112
2.1.4 Quarta fase (1890-1914) .....	116
2.1.5 A imigração alemã posterior a 1914 .....	124
2.2 Dificuldades iniciais .....	127
2.2.1 O desconhecimento da floresta .....	129
2.2.2 O medo dos bugres e de animais selvagens .....	132
2.2.3 A precariedade das estradas .....	135
2.2.4 A conquista da moradia .....	136
2.2.5 O difícil início da agricultura .....	141
2.2.6 Outras dificuldades enfrentadas e a adaptação ao meio .....	146
2.3 Uma cultura colonial .....	149
2.3.1 Uma nova língua .....	151

2.3.2 As sociedades de cavalaria .....	154
2.3.3 Uma nova indumentária .....	156
2.3.4 A comida colonial .....	157
<b>3 CONSTRUINDO RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE .....</b>	<b>160</b>
3.1 As redes informais de sociabilidade .....	163
3.1.1 Os <i>Kränzchen</i> .....	163
3.1.2 Os trabalhos em grupo e o espírito público .....	165
3.1.3 As relações de vizinhança .....	170
3.1.3.1 O <i>Kerb</i> .....	175
3.2 As redes formais de sociabilidade .....	179
3.2.1 As associações escolares .....	182
3.2.2 As associações religiosas .....	201
3.2.2.1 Católicas .....	203
3.2.2.2 Evangélicas .....	210
3.2.3 As associações desportivo-recreativas e de lazer .....	217
3.2.3.1 Sociedades de atiradores .....	218
3.2.3.2 Sociedades de cavalarianos .....	224
3.2.3.3 Sociedades culturais .....	229
3.2.3.4 Sociedades de bolão .....	232
3.2.3.5 Sociedades de damas .....	234
3.2.3.6 Espaços de sociabilidade e desenvolvimento .....	235
3.2.4 Associações de produtores .....	236
3.2.4.1 Cooperativismo em Santa Cruz .....	246
3.2.4.1.1 Cooperativas de produtores rurais .....	247
3.2.4.1.2 Caixas cooperativas de crédito .....	250
3.3 O desenvolvimento da imprensa .....	258
3.3.1 Os <i>Kalenders</i> ou Anuários .....	265
3.3.2 A imprensa escrita e o espírito cívico .....	269
3.4 Participação política .....	275
3.5 Brasileiros de origem alemã, mas com compromisso cívico .....	284
<b>4 O MITO DO “PERIGO ALEMÃO” .....</b>	<b>286</b>
4.1 A concepção da dupla identidade .....	287
4.2. O “perigo alemão” .....	299
4.3 O alemanismo na literatura brasileira .....	324
4.3.1 Graça Aranha .....	318
4.3.2 Vianna Moog .....	333
4.3.3 Bayard Mércio .....	338
4.4 A versão do governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre o “perigo alemão” .....	340
4.5 A preservação da germanidade como faceta do imperialismo alemão .....	345
<b>5 A QUEDA DAS RELAÇÕES HORIZONTAIS DE SOLIDARIEDADE E DE CONFIANÇA ENTRE TEUTO-DESCENDENTES .....</b>	<b>353</b>
5.1 A nacionalização e a queima de estoque de capital social .....	357
5.2 Igreja e nacionalização .....	360
5.3 Educação e nacionalização .....	366
5.4 Cooperativas e nacionalização .....	374
5.5 Sociedades culturais e desportivo-recreativas e nacionalização .....	377
5.6 Imprensa e nacionalização .....	381

5.7 O cotidiano e a nacionalização .....	384
5.8 Um balanço da nacionalização forçada .....	395
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	402
REFERÊNCIAS .....	409
ANEXO A – Mapa estatístico de associações existentes no RS .....	430
ANEXO B – Imprensa periódica em língua alemã existente no RS .....	431

## INTRODUÇÃO

Em 1999, os países membros das Nações Unidas propuseram, no decurso da 52ª Assembléia Mundial da Saúde, a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade. Tratava-se da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Entre 1999 e 2003, grupos de trabalhos discutiram estratégias para a redução da demanda de fumo no mundo e formularam o texto da Convenção-Quadro que foi aprovado durante a 56ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, em maio de 2003.<sup>1</sup>

No Brasil, a ratificação da convenção internacional foi feita pelo Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, ela foi aprovada sem alardes nem celeumas. No Senado Federal, tramitou por cerca de um ano e meio. Foi principalmente durante as eleições municipais de 2004 que o debate sobre a pertinência da sua ratificação aflorou e ganhou ares de dramaticidade. Algumas entidades representativas dos produtores de fumo, capitaneadas pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), se opuseram vigorosamente à subscrição brasileira do tratado. Alegavam que a Convenção Quadro seria nociva para a economia das regiões produtoras de tabaco e, especialmente, para os produtores familiares envolvidos no seu plantio. Afirmavam que, a partir da ratificação, o caos e a miséria campeariam nas áreas produtoras.<sup>2</sup> Uma vez ratificado o acordo pelo Senado, o pessimismo tomou conta de significativa parte da região do Vale do Rio Pardo. Há um consenso que os dias do setor fumageiro estão contados. Há, igualmente, grande ceticismo a respeito da real capacidade da

---

<sup>1</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo: CORRÊA, Sílvia et al. *Anuário Brasileiro do Fumo 2005*. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicação, 2005. p.38-43.

região de encontrar alternativas economicamente viáveis e socialmente justas ao plantio, ao beneficiamento e à industrialização do fumo.

Como no Rio Grande do Sul o tabaco é plantado basicamente em pequenas propriedades, mediante a intensiva utilização da força de trabalho da unidade produtiva familiar; como a colonização com populações de origem ou de descendência européia ocorrida em território gaúcho foi a grande responsável pela multiplicação da pequena propriedade; e como são marcadamente municípios de colonização alemã que deram origem ao maior complexo de beneficiamento de fumo do mundo (formado pelo eixo que compreende os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires), procurou-se buscar no passado um potencial, existente na população destes e de outros municípios com a mesma origem, que pudesse ser despertado para a superação das dificuldades que o momento impõe. Nesse sentido, influenciado pelos escritos de Robert Putnam<sup>3</sup>, passou-se a procurar evidências de existência, no passado, de capital social em áreas de colonização alemã do Estado.

O capital social constitui, provavelmente, uma das inovações mais prometedoras da teoria social contemporânea. Ele pode ser analisado enquanto atributo de comunidades, de regiões, de estados e, inclusive, de nações. Mobilizado, ele se torna um dos ativos mais importantes de qualquer coletividade. Pode se constituir em uma ferramenta especialmente eficaz para o desenvolvimento econômico e social; para o aperfeiçoamento da democracia e das instituições públicas; para a erradicação da pobreza; e para a solução de diferentes mazelas que atingem uma determinada população.

Por mais específica que seja a definição de capital social, há um consenso geral sobre o fato de sua existência ser intrinsecamente boa para o funcionamento da sociedade. Ele capacita aos membros da sociedade a atuar coletivamente para resolver problemas e trabalhar pelo bem comum.<sup>4</sup> Putnam em diversos trabalhos tem defendido que um bom patrimônio de capital social em uma sociedade reforça a democracia política e os ganhos econômicos, ao incrementar a capacidade dos indivíduos para cooperar em um empreendimento comum.

---

<sup>3</sup> PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002.

<sup>4</sup> COX, Eva. COX, Eva. El capital social en Australia. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 171.

Embora o presente trabalho tenha sido influenciado pelas pesquisas e pelos escritos encabeçados por Robert Putnam, o conceito de capital social que aqui se utiliza é aquele formulado e utilizado pelos pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O secretário executivo desse organismo das Nações Unidas definiu o capital social como sendo o conjunto de relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade.<sup>5</sup> Nessa perspectiva, trata-se de um recurso de pessoas, de grupos e de coletividades em suas relações sociais, com ênfase nas redes de associatividade das pessoas e dos grupos.

O objetivo geral que presidiu a elaboração do presente trabalho foi o de verificar, portanto, evidências da existência de capital social nas áreas de colonização de população de ascendência germânica, no Rio Grande do Sul, e o de verificar como o estoque de capital social presente nessas áreas pode ter corroborado para o desenvolvimento dessas áreas. Dentre os objetivos específicos, pretendeu-se: a) verificar os argumentos elaborados por setores da intelectualidade brasileira que se colocaram contrários ao tipo de colonização que se processou nas regiões de colonização alemã do Sul do Brasil. Esses argumentos não somente deram origem ao mito do “perigo alemão”, mas também contribuíram para a formação de um consenso sobre a necessidade de extirpar os “quistos étnicos”, o que conduziu à efetivação da nacionalização forçada que, levada a efeito durante a época do Estado Novo (1937-1945), redundou, segundo nossa ótica, na queima de parte considerável do estoque de capital social existente nessas áreas coloniais; b) procurar verificar a origem do capital social existente nas regiões de colonização teuta do Rio Grande do Sul e c) identificar possíveis causas do declínio do estoque de capital social nessas áreas coloniais.

Além do motivador acima exposto, outras considerações amparam o desenvolvimento da pesquisa. A primeira diz respeito à originalidade. O tema aqui exposto, embora amplo e extremamente complexo, ainda carece de mais estudos teóricos e empíricos. Especificamente sobre a colonização alemã no RS, apesar de já terem sido produzidos inúmeros trabalhos historiográficos, desconhece-se a existência de pesquisas que procurem relacionar o desenvolvimento econômico e social inicial dessas regiões coloniais a partir da tese do capital

---

<sup>5</sup> SILES, Marcelo E, ROBISON, Lindon J., WHITEFORD, scout. Introducción. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 13.

social. Nesse sentido, espera-se estar contribuindo para apontar mais um elemento que pode ser levado em consideração em estudos que procuram encontrar as possíveis causas do sucesso – que no nosso entender é bastante relativo – da população de descendência teuta no extremo-sul do Brasil.

Em segundo lugar, trata-se de uma categoria conceitual que possui atualidade e relevância científica. Estudos e publicações sobre a contribuição do capital social para o desenvolvimento de uma região têm merecido consideráveis espaços nas universidades e nos institutos de pesquisa do país e do exterior e no ramo editorial. Esse ponto merecerá um aprofundamento no capítulo primeiro.

A terceira justificativa está relacionada com a possível relevância social da pesquisa. Sendo a população de origem germânica um dos grupos étnicos que ocuparam e desenvolveram a região de atuação da Universidade de Santa Cruz do Sul, o presente estudo, ao analisar características sociais e culturais do passado dessa população, especialmente suas experiências de solidariedade horizontais, o fomento da comunidade cívica e a existência de confiança e tolerância recíproca, pode sinalizar para a existência de um potencial adormecido na região que, talvez, possa ser reanimado.

A quarta consideração está vinculada à interdisciplinaridade do estudo, algo extremamente caro ao Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Nesse sentido, procurou-se lidar com conceitos e conhecimentos produzidos pela Geografia, Economia, História, Sociologia, Antropologia e pelas Ciências Políticas. Nesse sentido, Leonardo Monastério assevera que “a abordagem do capital social exige dos pesquisadores posturas plurais e interdisciplinares.”<sup>6</sup>

Na pesquisa aqui apresentada foi utilizado o método histórico para reconstruir o papel exercido pela imigração alemã no processo de desenvolvimento da região colonial do Rio Grande do Sul, enfatizando, especialmente, sua contribuição para a concentração do capital social nessas áreas. Nesse sentido, elaborou-se uma síntese sobre a colonização germânica no Estado e, a partir dessa síntese, procurou-se introduzir o tema do capital social.

---

<sup>6</sup> MONASTERIO, Leonardo Monteiro. Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul. Curitiba: UFPr, 2002. p. 7.



No que diz respeito à origem do capital social existente nas regiões de colonização germânica do Estado, adotou-se a abordagem cultural. A expressão capital social, explica Putnam, tem uma genealogia antiga.<sup>7</sup> Essa categoria conceitual ainda está longe de ter uma definição que possa ser consensualmente aceita. Apesar da sua intensa utilização desde a década de 1990, sua conceituação ainda é vista como algo nebuloso e de espectro muito amplo, incluindo vários campos e diferentes abordagens teóricas. Uma das inúmeras disputas existentes em torno do capital social contrapõe, justamente, a abordagem cultural de Putnam e seus seguidores com a de neo-institucionais, como Evens e Fox. Na obra de Putnam, a cultura política e a história particular determinam a existência ou inexistência de associativismo horizontal, base do engajamento cívico e indicador da presença ou ausência de confiança social. Ou seja, Putnam credita o acúmulo de capital social existente em uma determinada região como resultado de um longo processo histórico experimentado por sua população através de gerações. Isso, obviamente, redundando num determinismo cultural, o que não deixa de ser frustrante politicamente para as regiões que dele não desfrutam. Já para a vertente neo-institucionalista, o Estado tem importância fundamental no potencial de mobilização ou desmobilização das iniciativas coletivas. Seu pressuposto básico é o de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade de mobilização dos recursos sociais.

O conceito condutor dos procedimentos metodológicos de análise foi o de capital social. A abordagem culturalista foi aqui utilizada não porque o autor negue que o Estado possa ser um emulador de confiança social e de espírito cívico.<sup>8</sup> Pelo contrário. O autor acredita que Estado, bons governantes e instituições políticas, juntamente com entidades religiosas e associações e organismos sociais das mais diversas finalidades, podem ser promotores de capital social. Se a abordagem culturalista da origem do capital social foi aqui adotada, é por melhor se conectar com o objeto da pesquisa. E, asseverando-se, no tipo de colonização alemã ocorrida no Sul do Brasil, o Estado esteve praticamente ausente. Mas, a igreja da imigração esteve presente com suas escolas paroquiais e o seu associativismo de caráter religioso. Ao lado dela, a imprensa brasileira de língua alemã e um rico mosaico de

---

<sup>7</sup> PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 9 et seq.

<sup>8</sup> De uma forma geral, a literatura internacional sobre o capital social trabalha com a tese de que uma reserva elevada de capital social fomenta ganhos econômicos e qualifica o funcionamento da máquina político-administrativa. Ao mesmo tempo, trabalha com a tese de que os responsáveis de decisões administrativas podem contribuir para o robustecimento da vida associativa.

sociedades de finalidades culturais, recreativas e desportivas.

Além do capital social, conforme é frisado ao longo do texto, também as categorias conceituais de identidade étnica, de identidade religiosa e de comunidade, embora subsidiárias, foram fundamentais para o trabalho.

Quanto à natureza das fontes, tratou-se de uma pesquisa basicamente bibliográfica. A vantagem da pesquisa bibliográfica, nesse caso específico, residiu no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla e abrangente do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Mas, o recurso da história oral, a consulta a jornais, álbuns comemorativos e outros documentos, também ocorreram.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata do capital social, categoria conceitual desenvolvida pela sociologia e pela ciência política que, desde a década de 1990, passou a fazer parte da literatura econômica que trata do desenvolvimento regional e de sistemas democráticos de governo. Além de servir como ponto de partida de inúmeras pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, o capital social também tem sido levado em consideração por uma série de organismos multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), por Organizações Não-Governamentais (ONGs), por instituições religiosas e governamentais que desenvolvem projetos que visam melhorar as condições de vida de comunidades e sociedades. Depois de apontar áreas em que o conceito é utilizado, parte-se para uma breve revisão da literatura sobre o capital social para, depois, entrar na sua origem.

No segundo capítulo, a partir da bibliografia existente sobre o tema, é feita uma recapitulação da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Levando em consideração aspectos temporais e espaciais da ocupação do Estado pelo elemento de origem germânica, a colonização é dividida em cinco fases, sendo três durante o Império e duas durante a República brasileira. A seguir, são enfatizadas algumas das adversidades com as quais os imigrantes e seus descendentes se defrontaram para se adaptar ao meio geográfico. E, seja nos vales dos rios, na Encosta do Planalto, no Planalto Médio ou no Alto Uruguai, a situação encontrada nas picadas e nas glebas foi quase sempre a mesma. O capítulo finaliza

defendendo que nas áreas colonizadas pela população de ascendência alemã surgiu, na realidade, uma cultura peculiar, de características próprias, que pode ser denominada de colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas por imigrantes alemães de diferentes procedências, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo pretende ser uma “escavação arqueológica” do capital social existente nas chamadas colônias alemãs do RS. John Durston incluiu a realização de uma “escavação arqueológica” entre as medidas que deveriam ser adotadas para desenvolver o capital social comunitário. Salientou que a partir dessa operação seria possível identificar episódios anteriores de desenvolvimento social que podem ter sido reprimidos ou desalentados, mas que se têm conservado na tradição oral coletiva.<sup>9</sup> Em outros termos, a arqueologia implica a busca de capital social enterrado e conservado na memória histórica de grupos, de um capital coletivo que existiu no passado mas que foi debilitado ou por rivalidades internas ou reprimido por forças externas.<sup>10</sup>

Entende-se que a estrutura física dos núcleos coloniais, através de linhas, picadas ou comunidades, foi determinante para a organização de uma rede de organizações socioculturais e religiosas que animaram e caracterizaram a vida dos descendentes de colonos alemães. Mas, a origem histórica do associativismo nas regiões coloniais alemãs do Estado também está ligada à experiência associativa trazida pelos imigrantes da Alemanha e ao papel desempenhado pela Igreja da Imigração. Essa, através do cristianismo social, fundamentada na religião, na etnia alemã e na organização comunitária, incentivou a constituição de uma rede de organizações que visaram impedir a degradação social dos teutos e de seus descendentes. A participação em associações voluntárias – que é uma das variáveis frequentemente utilizadas na aferição de capital social – ali foi significativa. A existência e a participação dos indivíduos em uma densa rede de associações voluntárias, tais como, em igrejas e grupos religiosos; em clubes esportivos; em sociedades recreativas e clubes sociais; em organizações artísticas, culturais ou educacionais; em sindicatos e associações profissionais; em partidos políticos; em entidades filantrópicas; em cooperativas; em clubes de serviços etc, na literatura sobre o tema, têm sido apontado como um dos

---

<sup>9</sup> DURSTON, John. Contruyendo capital social comunitario. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 69, dic. 1999. p. 116.

<sup>10</sup> DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitario?* Santiago de Chile: Nações Unidas, julio de 2000. p. 37.

principais indicadores da existência e abundância de capital social em uma determinada região. A vitalidade da sociedade civil, portanto, depende da existência desses tipos de associações horizontais, nas quais há uma ampla participação da população. Mas, é igualmente significativa para a existência de capital social numa população a existência de muitos leitores de jornais e a sociabilidade informal. Essa última inclui uma série de atividades como visitar parentes e amigos; conversar com vizinhos; reunir amigos em casa; jogar cartas; participar em diversos tipos de atividades de lazer junto com outras pessoas como em bailes, quermesses, *Kerbs*, casamentos e outras festas; apresentar-se para desenvolver trabalhos de voluntariado; participar de atividades filantrópicas; realizar trabalhos conjuntos em sistema de mutirão etc. Esse intenso convívio social favorece o conhecimento de outras pessoas e torna mais propensa a criação de relações de confiança, camaradagem, solidariedade e auxílio recíproco entre os envolvidos. O capital social gerado nas áreas coloniais alemãs possuía, entretanto, natureza excludente, porque estava voltado somente para os alemães e seus descendentes. Assim, os mecanismos que alimentavam a confiança, a reciprocidade e o respeito às normas muitas vezes beneficiavam somente o grupo daquela origem étnica. A população de outras origens encontrava barreiras não somente para participar, mas também para usufruir do capital social gerado.

O quarto capítulo analisa o surgimento da concepção de uma dupla identidade entre os descendentes de imigrantes alemães do Sul do Brasil. A formulação de identidade teuto-brasileira (*Deutschbrasilianer*) partia do pressuposto da existência de um duplo pertencimento em que, de um lado, estava o Estado brasileiro e, de outro, a nação alemã. Defende-se que essa concepção é um reflexo do nacionalismo alemão existente durante o século XIX na Europa. As bem sucedidas guerras de unificação e o acelerado desenvolvimento econômico pelo qual passou a Alemanha a partir da segunda metade daquela centúria não somente reafirmou e consolidou o nacionalismo alemão como também atingiu os alemães e descendentes que viviam fora da Europa. Eles passaram a ser levados em consideração na estratégia política e econômica imperialista do Império Alemão ocorrida a partir de então. Durante a República Velha, intelectuais e homens do governo brasileiro, empenhados na construção do Estado e da identidade nacional, passaram a atacar o comportamento antiassimilacionista dos teuto-descendentes do Brasil Meridional. No combate aos quistos étnicos fizeram vicejar o mito do “perigo alemão”. O “perigo alemão” consistia em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, a uma secessão de territórios

do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha. Sílvio Romero foi, dentre os intelectuais brasileiros que defenderam a tese do "perigo alemão", o mais destacado. Mas houve igualmente intelectuais que fizeram a defesa da cultura alemã e da população de origem teuta que vivia no RS. Durante o Estado Novo, com a nacionalização forçada, o perigo alemão foi novamente levantado, dessa feita por autoridades policiais do governo gaúcho. O mito aparecia, então, com nova roupagem: a do nazismo e a da necessidade expansionista do regime implantado por Hitler na Alemanha.

Finalmente, no quinto capítulo se discorre a respeito de uma possível queda ou modificação da composição do estoque de capital social nas áreas de predominância da população de ascendência germânica do Rio Grande do Sul. O enfoque recai mais especificamente sobre a população residente no município de Santa Cruz do Sul. Embora essa questão seja complexa e haja carência de dados para aquilatar o volume de capital social e se tenha consciência de que os fatores são múltiplos, um ponto específico é aqui enfocado e entendido como responsável por significativa destruição de redes sociais. Trata-se da atuação do Estado brasileiro e, mais particularmente, das medidas postas em prática por autoridades gaúchas que, durante o episódio da nacionalização, e quando do desestímulo ao cooperativismo, jogaram papel decisivo. O papel de regulador, de facilitador e de promotor que tem o Estado, ao invés de colaborar para o incremento das reservas de capital social, influenciou negativamente e culminou com a redução dessas reservas.

Como a história é um permanente campo de combate, espera-se que o presente trabalho não sirva de argumento para os defensores de teses etnicistas, apologéticas ou românticas sobre o passado. Nesse caso específico, sobre a história da colonização germânica no Rio Grande do Sul. O autor não nega, ao longo do texto e em outros escritos, a existência de lutas sociais nem a irreconciliável oposição entre explorados e exploradores. Mesmo a utilização da categoria capital social, que foi o conceito condutor que presidiu os procedimentos metodológicos de análise da pesquisa, não foi aqui utilizada como um mero recurso teórico de um trabalho acadêmico. Embora esse conceito, a exemplo da história, também se constitua em campo de disputa e possa, por isso mesmo, ser apropriado por setores conservadores e mesmo reacionários da sociedade, aqui ele foi

utilizado por um autor que acredita que ele possa se converter em uma das mais importantes ferramentas para a superação da miséria e para auxiliar na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais democrática e mais igualitária.

## 1 O CAPITAL SOCIAL

*“Capital Social es, en definitiva, un elemento vital cuya presencia y reserva debe cuidarse como un tesoro, pues se constituye a través del tiempo en un prerrequisito – semejante al del agua y el oxígeno – para cualquier sociedad que desee mantenerse viva.” (IDEA p. 2)*

Recentemente, mais precisamente na década de 1990, é que a categoria conceitual capital social, desenvolvida pela sociologia e pela ciência política, passou a fazer parte da literatura econômica que trata do desenvolvimento regional e de sistemas democráticos de governo. A literatura relacionada ao tema tem aumentado de forma exponencial ao longo dos últimos anos. De idêntica forma, a listagem das áreas de pesquisa, nas quais o conceito passou a ser aplicado, também cresceu significativamente. Para Marcelo Baquero,<sup>1</sup> é difícil pensar em algum outro conceito acadêmico que tenha se institucionalizado no vocabulário do discurso social tão rapidamente quanto o do capital social. E isso se deu, como lembra Norbert Lechner, apesar de todas as críticas que a noção de capital social tem recebido.<sup>2</sup>

Inegavelmente, o capital social tem servido como importante ponto de partida de inúmeras pesquisas que objetivam apreender o crescimento econômico e o desenvolvimento

---

<sup>1</sup> BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001. p. 29.

<sup>2</sup> LECHNER, Norbert. Desafios de um desarrollo humano: individualización y capital social. In: KLIKSBURG, Bernardo, TOMASSINI, Luciano (Compiladores). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. p. 115.

de determinadas comunidades, de regiões ou de nações. Mas ele tem sido utilizado também na prática por uma série de organismos multilaterais, por Organizações Não-Governamentais (ONGs), por instituições religiosas e por iniciativas estatais para a promoção de melhores condições de vida das populações de determinados territórios. Não obstante isso, as aplicações e interpretações que tomam por base essa categoria conceitual não se restringem somente a verificar sua importância para o êxito econômico, mas também para o bom governo de determinadas regiões; para combater o clientelismo político e a corrupção; para relacionar sua influência no rendimento escolar de crianças; na taxa de mortalidade infantil; na diminuição dos índices de violência e criminalidade; no comportamento dos jovens; nos resultados positivos sobre a saúde pública; no fomento da produção camponesa e na sustentabilidade ambiental no meio rural; na participação política e na consolidação da democracia; em questões de gênero e de inclusão social; na adaptação da população migrante.

Agências internacionais de apoio ao desenvolvimento, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização de Alimentação e de Agricultura das Nações Unidas (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Corporação Andina de Fomento, recentemente passaram a defender a necessidade da participação da sociedade civil na formulação e na implementação de políticas públicas e de ações governamentais que objetivam o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. Para tanto, passaram a reabilitar o conceito de cultura que, assim, saiu de um ostracismo amargado por longo tempo. Como ressalta Guy Hermet,<sup>3</sup> durante décadas a cultura foi considerada muito mais um fator capaz de paralisar mudanças do que um possível ponto de apoio do desenvolvimento. Conforme Bernardo Kliksberg<sup>4</sup>, as possibilidades de o capital social e a cultura contribuírem para o desenvolvimento econômico e social deram-se em função da crise do pensamento econômico convencional, ocorrida no final do século XX, quando ficou patente que o fantástico incremento das forças produtivas e as revoluções tecnológicas em curso só conseguiram ampliar as já severas contradições do sistema capitalista de produção. Em um estágio em que amplos setores da população mundial estão afetados por carências as mais diversas e em que é

---

<sup>3</sup> HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 85-89.

<sup>4</sup> KLIKSBERG, Bernardo. Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento. In: *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. p. 105-116.



estimado que um terço dos trabalhadores do planeta são atingidos pelo desemprego e pelo subemprego, aspectos não incluídos no pensamento econômico convencional passaram a ser valorizados e enfatizados, tornando-se, mesmo, tema central em muitas das abordagens. Como afirma Patricio Valdivieso, na atualidade o desenvolvimento é visto como um processo dinâmico que requer a intervenção do Estado, do mercado e da sociedade civil organizada.<sup>5</sup>

O Banco Mundial, por exemplo, a partir do início do decênio passado, na avaliação de projetos de desenvolvimento, passou a distinguir quatro formas de capital:<sup>6</sup> capital natural, que é constituído dos recursos naturais de que é dotado um Estado nacional (composto por solo, subsolo, riquezas minerais e fósseis, manancial hídrico etc); capital financeiro, que é aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, bens imobiliários, títulos, ações, créditos, poupança e outros; capital humano, que são as competências e as habilidades de uma determinada população, definidas normalmente pelos graus de saúde, pela educação e pela nutrição dos habitantes; capital social, que é a capacidade que tem uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal, compromissos e vínculos de reciprocidade e redes de cooperação e de solidariedade, com vistas à produção de bens coletivos. O capital social seria a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão, visando ao bem comum e ao desenvolvimento humano e econômico.<sup>7</sup> Praticamente, todos os estudiosos do capital social que se ocupam com o crescimento econômico acreditam que, para que possa ocorrer o desenvolvimento, é necessário contar com o conjunto de capitais, ou seja, com o natural, o financeiro, o humano e o social.

Reconhecendo o potencial do capital social, o Banco Mundial passou a destinar recursos para investigar de que maneira esse componente habilita os setores pobres a

---

<sup>5</sup> VALDIVIESO, Patricio. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Revista de Sociología Política*, Curitiba, n. 21, nov. 2003. p. 18.

<sup>6</sup> Em 2001, Jonathan Fox relatou que, dentro do Banco Mundial, há uma corrente minoritária de intelectuais, formada por não-economistas, que está tentando utilizar o conceito de capital social para influir nos debates internos a favor da participação social nos projetos financiados pelo Banco. Ainda que muitos economistas guardem muito ceticismo sobre sua validade e relevância, esses intelectuais acreditam que a participação social não é somente uma retórica romântica, mas algo que serve fundamentalmente ao processo de desenvolvimento como recurso de inversão de prioridades e de reforma de instituições. De qualquer forma, as propostas analíticas do Banco Mundial passaram a ser bastante avançadas, sobretudo se comparadas com o famigerado “Consenso de Washington”, dos anos 1980, uma herança pró-setor privado da época de Ronald Reagan, ou com a proposta de que todos os problemas dos pobres se resolveriam através dos pleitos eleitorais e dos partidos políticos. Ver a respeito FOX, Jonathan. *De la teoría a la práctica del capital social: el Banco Mundial en el campo mexicano*. Preparado para el XXIII Congreso Internacional de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, spt. 2001. <http://136.142.158.105/Lasa2001/FoxJonathan.pdf> em 25/05/2005. p. 2.

<sup>7</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 9-10.

participarem e se beneficiarem do processo de desenvolvimento.<sup>8</sup> Também a CEPAL, que desde seu início tem destacado a importância do social no desenvolvimento, tem dado bastante ênfase para a utilização do capital social como ferramenta útil para a implementação de estratégias e de programas que visam à superação da miséria, da pobreza e das desigualdades. A entidade tem-se constituído em um referencial no debate internacional sobre o capital social, principalmente devido à sua contribuição para a abertura de espaços de intercâmbio entre a comunidade acadêmica e as agências de desenvolvimento estatais e não-estatais da América Latina. Isso se torna patente através de algumas de suas publicações e através de seminários, conferências e oficinas que têm promovido com o fito de aprofundar o conceito de capital social e a sua aplicabilidade para a redução da pobreza. Nesse último caso, se destacam o Seminário Internacional “Hacia un nuevo paradigma: Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe”,<sup>9</sup> organizado em conjunto com a Universidade do Estado de Michigan, ocorrido em setembro de 2001, em Santiago do Chile, e o Seminário Taller “Capital social, herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural”, realizado em janeiro de 2003. As várias publicações destinadas ao tema, patrocinadas pela CEPAL, permitiram, ainda, colocar à disposição de estudiosos, funcionários públicos, executores e avaliadores de projetos, ONGs etc, reflexões teóricas, relatos de experiências e instrumentos de diagnóstico que valoram e valorizam o capital social existente em determinado meio.<sup>10</sup>

Ideólogos, tanto de direita como de esquerda, parecem simpatizar com a tese do capital social. Como enfatiza John Durston, como qualquer conceito, também o de capital social pode ser utilizado com a finalidade e o interesse político de quem o maneja. É justamente devido a essa razão que o termo pode ser apropriado por diferentes escolas teóricas e políticas.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> SUNKEL, Guillermo. La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (Compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 303.

<sup>9</sup> Desse seminário resultou um livro, publicado em janeiro de 2003, que contém 19 artigos de conhecidos especialistas no assunto. A obra está organizada em sete seções, em que são feitas análises sobre capital social e sua relação com o desenvolvimento, com as políticas públicas, com a pobreza urbana, com as dimensões de gênero e o mundo rural e a sustentabilidade ambiental.

<sup>10</sup> Ver a respeito: ARRIAGADA, Irma, MIRANDA, Francisca, PÁVEZ, Thaís. *Lineamientos de acción para el diseño de programas de superación de la pobreza desde el enfoque del capital social: guía conceptual y metodológica*. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. Serie Manuales N. 34.

<sup>11</sup> DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: Atria et al, op. cit. p. 158.

Para os primeiros, os defensores do *laissez-faire*, o capital social é uma das formas de resolver as falhas do mercado sem a intervenção do Estado. Uma grande vantagem econômica originada pela existência de confiança interpessoal seria a redução dos custos de transação. Quando há condições favoráveis para os contratos serem plenamente cumpridos, determinadas despesas – com o monitoramento, vigilância, negociações, elaboração de contratos formais, litígios e precauções com normas burocráticas e trabalhistas – podem ser reduzidas ou mesmo dispensadas.<sup>12</sup> Onde a confiança é baixa, a sociedade precisa se precaver do oportunismo e da tomada de decisões de interesse pessoal, através da adoção de sofisticados métodos de controle. Esses métodos de controle se constituem, evidentemente, em substitutos caros da confiança.

Vários trabalhos da CEPAL evidenciam, também, que grande parte das experiências de associações produtivas de pequenos produtores rurais têm sido de suma importância não somente para os produtores envolvidos, mas também para as empresas agroindustriais com as quais mantêm vínculos. Na medida em que os custos de produção da agricultura e da pecuária baixam, aumentam as oportunidades de acumulação financeira por parte das empresas.<sup>13</sup>

Além do aumento da competitividade, alguns pensadores e algumas instituições conservadoras também justificam a própria retirada do Estado daquelas comunidades em que o capital social se encontraria em grande escala. Assim, os cidadãos e a sociedade são conclamados, através do voluntariado, a resolver problemas que, teoricamente, seriam do Estado, mas que, dada a enormidade dos problemas sociais existentes e os escassos recursos públicos disponíveis, são assumidos pela coletividade, inclusive com a participação de ONGs e de empresas privadas ou estatais.<sup>14</sup>

No que tange à questão de valores, o extremo mais conservador dos defensores da tese do capital social defende a permanência do compromisso de estruturas familiares tradicionais e de um ordenamento moral coletivo fundado em valores comunitários tradicionais.

---

<sup>12</sup> FUKUYAMA, Francis. *Capital social e sociedade civil*.

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm> em 13/03/2005; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque, BARRETO, Ricardo Candéa Sá. *Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico*. <http://www.bmb.gov.br/proiforumeconomia/docs> em 10/10/2002. p. 5.

<sup>13</sup> DAVID, M. Beatriz, MALAVASSI, Laura Ortiz. El capital social y las políticas de desarrollo rural. Punto de partida o punto de llegada? In: Atria et al, op. cit. p. 466.

<sup>14</sup> Veja-se a respeito o projeto social implantado no complexo da favela da Mangueira, no Rio de Janeiro. COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 147-163, nov. 2003.

Para os progressistas, ele reforça o sentimento de que o direito à propriedade privada e o livre mercado não representam tudo. Nesse sentido, confiança, altruísmo, civismo, solidariedade e cooperação são apontados como contrapontos ao neoliberalismo. Além disso, sua existência em graus elevados permitiria o “empoderamento”,<sup>15</sup> a cidadania, o pluralismo e o êxito da democracia. Mas o capital social é ainda, como assinala Ricardo Abromovay, uma espécie de resposta a um dos mitos fundadores da civilização moderna, qual seja, a de que a sociedade seria um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, e o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes.”<sup>16</sup> Pelo contrário, a noção de capital social possibilita compreender que os indivíduos não agem necessariamente de forma isolada e que o seu comportamento, ao invés de ser estritamente egoísta, pode ser de cooperação, de solidariedade e de reciprocidade. Levado ao extremo, o capital social poderia se constituir numa importante ferramenta na luta pela superação do sistema capitalista de produção.

Há alguns pontos, no entanto, em que os interesses de progressistas e conservadores encontram uma zona de intersecção. Ambos, por exemplo – pelo menos na presente conjuntura mundial –, defendem a democracia e estão de acordo que a existência de capital social é decisiva para o seu êxito, pois contribui significativamente para o funcionamento adequado das instituições públicas formais.<sup>17</sup> Ambos também pugnam pelo combate à corrupção. A corrupção, entendida como o uso de bens e recursos públicos para fins privados,

---

<sup>15</sup> A partir dos anos 90, o “empoderamento” se constituiu em outro conceito central do discurso e da prática do desenvolvimento. Concretamente, o “empoderamento” da população pode manifestar-se em três áreas gerais: 1) poder no sentido de maior confiança na própria capacidade para empreender alguma forma de ação com êxito; 2) poder em termos de fortalecer as relações que a população estabelece com outras organizações; 3) poder como resultado de um acesso crescente a recursos econômicos como crédito e insumos. O desenvolvimento social como “empoderamento” não considera as pessoas pobres como deficientes e necessitadas de apoio externo. Desde uma perspectiva mais positiva, intenta criar um enfoque de desenvolvimento interativo e baseado no princípio de compartilhar, no qual as destrezas e o conhecimento das pessoas sejam reconhecidos. Cfe. INTRAC. Seguimiento y evaluación del empoderamiento: documento de consulta. Nov. 1999. <http://www.preval.orgdocumento/00429.pdf> em 24/05/2005. p. 5

O “empoderamento” (*empowerment*) tem sido definido como “el proceso por el cual la autoridad y la habilidad se ganan, se desarrollan, se toman o se facilitan”. DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitario?* Santiago de Chile: Nações Unidas, julio de 2000. Série Políticas Sociales: 38. p. 33. O “empoderamento”, no contexto de uma estratégia social, é um processo seletivo consciente e intencionado que tem como objetivo a igualdade de oportunidades entre os atores sociais. O critério central é transformar setores sociais excluídos em atores, e nivelá-los acima de atores débeis.

<sup>16</sup> COLEMAN, apud ABROMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento social. <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abromovay/abromovay0300rtf> p. 4.

<sup>17</sup> Fukuyama (1999), op. cit.

como acentua com muita propriedade Eric Ulsaner, é uma enfermidade. É por seu intermédio que é transferida riqueza dos pobres para os ricos e que se assegura que aqueles continuem sendo pobres. A corrupção seria uma espécie de imposto adicional pago pela sociedade.<sup>18</sup> Em síntese, ela seria prejudicial tanto para a democracia quanto para o desenvolvimento. A falta generalizada de confiança nos governantes, a má distribuição de renda, a não-liberdade de imprensa e a inexistência de eleições democráticas constituem um terreno propício para o clientelismo político e a corrupção. Por outro lado, a confiança interpessoal, o engajamento cívico e a democracia efetiva intercorrelacionados atuam no sentido de frear a corrupção. A literatura sobre cultura política e capital social registra que as nações com estoques de capital social mais elevado são também as que são dotadas de maior confiança social, são as mais democráticas, as mais igualitárias e onde a corrupção é menor.<sup>19</sup>

O antropólogo social e ex-consultor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, John Durston, possui uma série de publicações a respeito do capital social e da sua aplicação na América Latina e no Caribe. Para o pesquisador, o paradigma do capital social pressupõe que as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação podem contribuir para a obtenção de três tipos de benefícios: a) reduzir os custos de transação; b) produzir bens públicos; e c) facilitar a constituição de organizações de gestão de base efetivas, de atores sociais e de sociedades civis. Observa, no entanto, que as relações, normas e instituições de confiança, reciprocidade e cooperação são apenas recursos que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e o fortalecimento da democracia. Sua presença não determina que necessariamente o desenvolvimento e a democracia sejam alcançados. Isso porque outras variáveis precisam ser consideradas para se chegar aos resultados desejados.<sup>20</sup> Portanto, o capital social não pode ser tomado como uma panacéia. Sua existência ou ausência em determinada comunidade, cidade ou região pode, entretanto, constituir-se em uma vantagem ou em uma desvantagem comparativa. Ou seja, ao se tomar duas regiões que se encontram em semelhante situação no que tange à existência de recursos naturais, de capital financeiro e de

---

<sup>18</sup> ULSANER, Eric M. Confianza y corrupción: sus repercusiones en la pobreza. In: Atria et al, op. cit. p. 229.

<sup>19</sup> POWER, Timothy J., GONZÁLES, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003. A Noruega, por exemplo, seria um dos países líderes do mundo em matéria de transparência. E, não obstante possuir uma legislação anticorrupção bastante reduzida, lá a corrupção praticamente inexistiria. A Finlândia, outra nação nórdica, apesar de contar com o menor número *per capita* de policiais da Europa, teria a menor proporção de presos do Continente. Na raiz dessa façanha estaria o capital social. Quanto mais capital social, mais crescimento econômico a longo prazo, menor criminalidade, mais saúde pública e mais governabilidade democrática. Cfe. KLIKSBURG, Bernardo. Capital social: a riqueza das nações. <http://www.uol.com.br/ambientglobal/site/reportanges/ultmot/ult865u225.shl> em 22/07/2003.

<sup>20</sup> DURSTON (2000), op. cit. p. 13.

recursos humanos, mas diferentes no que diz respeito à existência de capital social, aquela região que contar com maior dotação de capital social tende a gozar de vantagens competitivas por ser capaz de proporcionar melhores resultados que a outra no que tange ao bom governo e ao desenvolvimento econômico e social.

Por ser de origem recente – embora a idéia que o envolva seja antiga –, e dado seu caráter multidisciplinar, não há ainda uma definição consensual a respeito do capital social. Existem várias definições na vasta bibliografia sobre o tema. Entretanto, não há uma que consiga reunir, consensualmente, a maioria dos investigadores. Portanto, ainda não há um acordo geral sobre o que se entenda por tal e a sua conceituação segue ocorrendo dentro de um campo de disputas.

A título de exemplificação, John Durston, para quem o capital social, entre outros, promete ser uma valiosa ferramenta para a análise e para a promoção do desenvolvimento de base camponesa, afirma que “el término capital social hace referencia a las normas, instituciones y organizaciones que promueven la confianza, la ayuda recíproca y la cooperación.”<sup>21</sup> Sunkel o considera, em linhas gerais, “a los recursos instalados en una red que pueden ser movilizados por quienes participan en ella para el logro de metas individuales y colectivas.”<sup>22</sup> Raul Atria o define como “el conjunto de relaciones sociales basadas en la confianza y los comportamientos de cooperación y reciprocidad.”<sup>23</sup> Para Woolcock e Narayan, “el capital social dice relación con las normas y redes que le permiten a la gente actuar de manera colectiva.”<sup>24</sup> Alberto Acevedo e Alejandro Benítez entendem ser o capital social “un amplio conjunto de significaciones, valores y normas de comportamiento cívico que generan actitudes positivas de confianza, relación y solidaridad sociales; todo lo cual, conduce a incrementar los niveles de cohesión social, organización social y capacidad económica y social de los ciudadanos para la solución responsable y autónoma de problemas comunes, en orden al mejoramiento de la calidad de vida de los grupos sociales.”<sup>25</sup> Robert Putnam, no livro “Comunidade e democracia”, conceitua o capital social como aquilo que “diz respeito a

---

<sup>21</sup> Durston (2000), op. cit. p. 36

<sup>22</sup> Sunkel, op. cit. p. 306.

<sup>23</sup> Atria, op. cit. p. 582.

<sup>24</sup> WOOLCOLK, Michael, NARAYAN, Deepa. Capital social: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo. <http://www.preval.org/documentos/00418.pdf> em 24/05/2005. p. 2

<sup>25</sup> ACEVEDO, Alberto Alvarado, BENITES, Alejandro Vivas. *Capital social y calidad de vida*. Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Instituto de Políticas de Desarrollo, Archivos de Investigación, Octubre de 2004. <http://econwpa.wustl.edu:8089/eps/hew/papers/0410/0410004.pdf> em 25/05/2005.

características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.<sup>26</sup>

O capital social inclui pelo menos quatro dimensões: os valores éticos dominantes em uma sociedade; a capacidade de associação dessa sociedade; o grau de confiança existente entre os seus membros e a consciência cívica. Dessas quatro dimensões, a confiança é um componente básico que permeia todas as dimensões.

Inexistindo uma definição de ampla aceitação, tem-se também um problema metodológico a resolver. Como medir ou quantificar o capital social? Sua valoração, como afirma Norman Uphoff,<sup>27</sup> não pode ser expressa em termos correntes como, por exemplo, o dinheiro, que permite mostrar cifras relativas ou absolutas. Apesar dos muitos esforços havidos, a mensuração quantitativa do capital social parece estar ainda longe de ser factível. E a medição não é possível porque as formas e a dinâmica do capital social são específicas a cada realidade concreta. E, conforme pode ser evidenciado na literatura sobre o tema, alguns métodos de medição utilizados em determinados casos são completamente inaplicáveis em outros. O Banco Mundial elaborou um conjunto de ferramentas empíricas para medir capital social em países em desenvolvimento, o QI-MCS, Questionário Integrado para Medir Capital Social. A ferramenta foi construída para ser utilizada por pesquisadores, avaliadores, gerenciadores de projetos e programas, por aqueles que estejam conduzindo levantamentos de índices de pobreza ou *surveys* nacionais sobre capital social, e por aqueles que estejam desenvolvendo estratégias nacionais de redução da pobreza.<sup>28</sup>

Ainda que não seja factível quantificá-lo de forma concreta, é possível afirmar que ele existe potencialmente em todos os grupos humanos, ainda que não na mesma magnitude. A simples presença de capital social em determinada comunidade ou sociedade não significa sua necessária utilização, nem é garantia do êxito de políticas nele fundamentadas. Ele é apenas um recurso potencial, que pode dar resultados positivos em um ambiente e resultados pífios

---

<sup>26</sup> PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 177.

<sup>27</sup> UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: Atria et al, op. cit. p. 115-145.

<sup>28</sup> Banco Mundial. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. 23 junho de 2003. <http://www.worldbank>. Entram nessa medição inúmeros questionamentos a respeito do grupo ou rede do qual o indivíduo faz parte; a confiança e a solidariedade existente na comunidade; a ação coletiva e a cooperação; a informação e a comunicação; a coesão e inclusão social; a capacidade de “empoderamento” e a ação política.

em outro, o que depende muito da forma como esse capital é construído e mobilizado.<sup>29</sup> E, diferentemente das estradas e dos edifícios, por exemplo, o capital social não se configura como sendo um bem tangível; nem se trata de uma característica pessoal, a exemplo das destrezas e do nível educativo. Ele é altamente intangível e só existe no espaço relacional por meio e entre as pessoas, estando mais associado com mudanças nas crenças e opiniões das pessoas.<sup>30</sup>

Um outro ponto de concordância existente entre os pesquisadores é que o capital social não se deprecia com o uso. Pelo contrário, o seu recorrente uso não apenas o mantém, mas faz inclusive aumentar o seu estoque. Porém, caso não seja permanentemente renovado, sofre depreciação. O fato de o capital social poder ser incrementado, também parece ser aceito por quase todos. A questão que é levantada por muitos analistas é como criar ou aumentar o capital social nas comunidades onde ele é reduzido ou quase inexistente. Nem todos aceitam a capacidade de o Estado atuar diretamente como emulador de capital social. Nesse tocante, há uma polarização teórica entre os culturalistas e os neoinstitucionalistas, discussão esta que será retomada adiante. Em todo caso, há quase unanimidade na concepção de que o capital social se trata de um fator sociocultural de difícil construção e reprodução em um curto prazo de tempo. Deve-se ter presente igualmente que, da mesma forma que pode ser incrementado, seu estoque também pode diminuir ou desaparecer. E esse processo, desafortunadamente, pode se dar mais rapidamente do que a acumulação.<sup>31</sup>

Não havendo uma definição consensual e carecendo de uma metodologia para quantificá-lo, uma série de enfoques e disputas, muitas delas divergentes, afloram no debate teórico e acadêmico. Alguns acreditam tratar-se de um bem público; outros, de um bem privado. Há os que sustentam ser ele um capital individual. Nesse caso, seria propriedade de quem pudesse beneficiar-se dele. Para outros, no entanto, tratar-se-ia de um bem coletivo ou comunitário, não sendo propriedade de ninguém em especial, mas que contribuiria para o benefício de um grupo como um todo. Já Norman Uphoff prefere classificar analiticamente o capital social em estrutural e cognitivo.<sup>32</sup> Durston aborda a existência de diferentes formas de capital social: o individual; o grupal; o comunitário; o de ponte; e o societal. Margarita Flores

---

<sup>29</sup> LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 17, p. 46-63, set. 2001. p. 47.

<sup>30</sup> HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005. p. 32.

<sup>31</sup> Uphoff, op. cit. p. 140.

<sup>32</sup> *Ibidem*.



e Fernando Rello referem-se à existência do capital social dos tipos individual, empresarial, comunitário e público.<sup>33</sup> Miguel Parrao apresenta uma discussão a respeito do capital social ser tão-somente uma mera categoria conceitual ou tratar-se de uma teoria.<sup>34</sup> Outros, a exemplo do Banco Mundial, reconhecem a existência do capital social do tipo *bonding* ou de união, que são os laços íntimos e próximos (redes que se configuram a partir dos laços de família, de amizade, de vizinhança e de comunidade); do tipo *bridging* ou de ponte, que são os nexos que se estabelecem entre pessoas e grupos similares, mas de distintos lugares geográficos. Estas redes são menos intensas que as de união, porém persistem ao longo do tempo; do tipo *linking* ou de escala, que são os laços que geram sinergia entre grupos distintos, abrindo oportunidades econômicas para aqueles que pertencem aos grupos menos poderosos ou excluídos. Woolcock e Narayan apresentam quatro perspectivas em torno do capital social: a visão comunitária; a visão de redes; a visão institucional; e a visão sinérgica.<sup>35</sup> Há ainda os que defendem a existência do capital social negativo. Seria a antipatia que uma pessoa ou um grupo sente por outra pessoa ou outro grupo. Essa antipatia poderia abarcar o sentimento de rechaço, hostilidade, desprezo, desconfiança, falta de respeito e de responsabilidade. Como decorrência do capital social negativo, gerar-se-ia a negativa a compartilhar, a falta de disposição para prestar ajuda ou a participação em intercâmbios mutuamente benéficos, as atitudes de exclusão, de fraudes, de discriminações e, em casos extremos, a guerra.<sup>36</sup>

Não obstante as diferentes abordagens e posições dos intelectuais que trabalham com o tema, de uma maneira geral, parece existir um certo consenso a respeito de algumas questões. Uma delas, como afirmado acima, é a de que o capital social, como aponta Francis Fukuyama, é decisivo para o êxito da democracia.<sup>37</sup> A outra é a de que a agenda do desenvolvimento não pode abstrair-se da política e dos fatores culturais de uma comunidade ou sociedade. O paradigma do desenvolvimento endógeno é particularmente sensível a esse respeito. Antonio

---

<sup>33</sup> FLORES, Margarita, RELLO, Fernando. Capital social: virtudes y limitaciones. In: Atria et al, op. cit. p. 207.

<sup>34</sup> PARRAO, Miguel Bahamondes. Contradiciones del concepto “capital social”. La Antropología de las alianzas y subjetividad campesina. *Seminário Taller Capital social, herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural*. CEPAL, 8 e 9 enero 2003. <http://www.iadb.org/etica> em 20/03/2005.

<sup>35</sup> Woolcock e Narayan, op. cit.

<sup>36</sup> ROBINSON, Lindon J., SILES, Marcelo E., SCHMID, A. Allan. El capital social y la reducción de la pobreza: hacia un paradigma maduro. In: Atria et al, op. cit. p. 63-64. No livro *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers* é discutida a formação de capital social negativo para a contribuição no aumento da presença desses grupos no Distrito Federal. Os resultados do estudo mostram, de modo geral, como as gangues e galeras são caracterizadas de forma negativa, já que implicariam a adoção de atitudes criminosas, tais como pichação, assaltos, furtos, vandalismo. Por outro lado, os grupos de *rappers* são retratados de forma positiva, já que estariam, na sua maioria, mais afinados com a denúncia e o protesto – principalmente através da música – sobre a situação de vida de seus membros. Seriam, portanto, uma espécie de alternativa às gangues.

<sup>37</sup> FUKUYAMA, Francis. Capital social y desarrollo: la agenda vinidera. In: Atria et al, op. cit. p. 36.

Vázquez Barquero define o desenvolvimento endógeno “como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população.”<sup>38</sup> Nesse processo de desenvolvimento autocentrado ou de baixo para cima em que os atores locais desempenham papel central na definição, execução e controle da política de desenvolvimento, o social e o econômico tendem a se integrar.

Embora o presente trabalho sofra notada influência das pesquisas encabeçadas por Robert Putman, o conceito de capital social que aqui se utiliza é aquele formulado e utilizado pelos pesquisadores da CEPAL. O secretário executivo desse organismo das Nações Unidas definiu o capital social como sendo o conjunto de relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade. Nessa perspectiva, trata-se de um recurso de pessoas, de grupos e de coletividades em suas relações sociais, com ênfase nas redes de associatividade das pessoas e dos grupos. E, a exemplo da riqueza, o capital social também estaria desigualmente distribuído na sociedade.<sup>39</sup> Porém, diferentemente do capital financeiro e de outras formas de capital, não é somente quem investe nele que se beneficia de seus resultados. Todos os que se encontram inseridos na estrutura social desfrutam de seus benefícios, ainda que o esforço não tenha sido realizado por algum de seus membros.<sup>40</sup>

## 1.1 Breve revisão da literatura sobre o capital social

Neste trabalho, não se tem por objetivo fazer uma discussão relacionada à autoria da expressão “capital social”. Muito menos o de realizar um levantamento exaustivo das inúmeras obras de diferentes autores que em suas pesquisas levaram em consideração os laços de solidariedade, reciprocidade, associação, cooperação e as redes informais de sociabilidade presentes entre os indivíduos de nações ou de grupos sociais. Por isso, far-se-á uma revisão bastante parcial e sucinta a respeito da literatura que trata do assunto.

---

<sup>38</sup> BARQUERO, Antonio Vazquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. p. 41.

<sup>39</sup> OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda del desarrollo. In: Atria et al. op. cit. p. 26.

<sup>40</sup> FORNI, Pablo, SILES, Marcelo, BARREIRO, Lucrecio. *Que és capital social y como analizarlo en contextos de exclusión social y pobreza?* Julian Somora Research Institute, Michigan State University, JSRI Report N. 35, Michigan, 2004. p. 4.

Na releitura de consagrados teóricos, é normal encontrarem-se questões semelhantes às que atualmente são objeto de análise. Com o capital social, não é diferente. Conforme Robinson et al, o conceito já era conhecido por muitos cientistas sociais, ainda que o chamassem de outro modo. Ele seria como vinho velho em uma garrafa nova, ou seja, um velho conceito com novo nome.<sup>41</sup> No século XVIII, David Hume e Adam Smith já se teriam referido ao tema. No século XIX, Alexis de Tocqueville se valeu de arcabouço teórico assemelhado para estudar o êxito da democracia norte-americana.

Alexis de Tocqueville é apontado por alguns como sendo o primeiro a relacionar a riqueza associativa com o bom desempenho da economia e do comportamento democrático. Foi no consagrado livro intitulado “A democracia na América” que o aristocrático intelectual francês analisou as leis e os costumes dos Estados Unidos da América (EUA). Baseado nas informações que coletou entre os anos de 1831 e 1832, quando a pretexto de analisar o sistema carcerário norte-americano empreendeu uma viagem de estudos àquela jovem República, Tocqueville constatou que o sucesso da democracia norte-americana devia muito a uma razão de fundo cultural. Os ingleses que para lá haviam se dirigido com o fito de povoar o Novo Mundo (refere-se especialmente às colônias do Norte e mais especificamente à Nova Inglaterra), estariam habituados a tomar parte nos negócios públicos e traziam na sua bagagem um respeitável acervo de liberdades: de palavra, de imprensa, de organização, de participação em júris, de obediência às leis etc. E como na América não existia uma aristocracia com a qual precisavam se debater, teriam podido desenvolver ao máximo a idéia dos direitos individuais e as liberdades locais. Para eles, a liberdade não era tanto algo a ser conquistado, mas sim a ser preservado. Ainda, segundo o autor, o princípio e a vida da liberdade americana residiriam na organização comunal da sociedade. “A comuna nomeia seus magistrados de todo tipo; ela se tributa, ela reparte e arrecada o imposto sobre si mesma. Na comuna da Nova Inglaterra, a lei da representação não é admitida. É na praça pública e no seio da assembléia geral dos cidadãos que se tratam, como em Atenas, os assuntos concernentes aos interesses de todos.”<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> ROBINSON, Lindon J., SILES, Marcelo E., SCHMID, A. Allan. El capital social y la reducción de la pobreza: hacia un paradigma maduro. In: ATRIA, Raul et al. op cit. p. 56.

<sup>42</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 48-49.

A riqueza associativa cívica existente nos EUA também mereceu a atenção de Tocqueville. Ao longo da obra, ele tece várias considerações à propensão americana ao associativismo em suas mais diversas formas. Essa “arte de associação”, enunciada de maneira genérica, se constituiria no germe fundamental do comportamento cívico da América. Isso porque nas democracias modernas – e atenção, a França é o seu estereótipo – haveria uma tendência ao individualismo excessivo, uma preocupação com a vida privada e a família, em detrimento daquilo que seria de caráter público. Essa tendência ao individualismo teria sido neutralizada nos Estados Unidos pela ação benéfica das associações voluntárias que, assim, influíram decididamente no comportamento cívico da população norte-americana.

A obra que, por excelência, trata do impacto da cultura na vida econômica é “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Esse clássico trabalho de Max Weber, que foi publicado pela primeira vez em 1905, defende a tese que atribui ao espírito religioso do protestantismo reformador a primazia na formação da mentalidade econômica do capitalismo.

Partindo de estatísticas existentes em seu tempo na Alemanha, Weber mostra que os homens do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como os homens dos níveis mais altos da mão-de-obra qualificada, eram preponderantemente protestantes. Tal fato, entre outros, adviria de um componente histórico. Isto é, as cidades e regiões de maior desenvolvimento econômico teriam sido as que aderiram ao protestantismo nos séculos XVI e XVII.

Mesmo que Lutero não seja identificado como possuidor de um espírito capitalista, Weber afirma ser inegável que os efeitos da Reforma tiveram impacto no processo de desenvolvimento da moderna cultura. Em contraste com a concepção católica, ela teria feito aumentar a ênfase moral e o prêmio religioso para os homens de negócio bem sucedidos e para o trabalho secular e profissional.<sup>43</sup>

Weber alerta que nem todos os ramos do protestantismo tiveram tão forte influência como o calvinista e suas ramificações (huguenotes da França, puritanos da Inglaterra, presbiterianos da Escócia e protestantes da Holanda) na promoção do desenvolvimento do

---

<sup>43</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 55.

espírito capitalista.<sup>44</sup> O luteranismo, nesse sentido, pode ser considerado como o primo pobre no que concerne ao desenvolvimento desse espírito.

Cabe à doutrina da predestinação papel central no protestantismo ascético. Embora Weber se refira também ao Pietismo, ao Metodismo e às Seitas Batistas, concentremos sua análise do protestantismo ascético no Calvinismo. De acordo com a teologia de Calvino, por natureza todos os homens são pecadores. Não obstante, Deus predestinou alguns homens e anjos à salvação eterna e condenou todo o resto da humanidade aos tormentos do inferno. Aqueles que estivessem fora da verdadeira Igreja, nunca poderiam integrar o grupo dos eleitos por Deus. No entanto, a Igreja incluía também os condenados entre os seus membros. Eles poderiam pertencer a ela e submeter-se à sua disciplina, não com o fito de obter a salvação, mas porque, para a glória de Deus, também eles deveriam ser forçados a obedecer seus mandamentos.<sup>45</sup> Assim, nada que os seres humanos fizessem poderia alterar-lhes o destino.

A predestinação não deveria fazer com que o cristão ficasse indiferente à vida terrena. Como o eleito não difere exteriormente de modo algum do condenado, somente a fé por ter sido escolhido o diferencia. Se ele fosse um dos eleitos, Deus incutiria nele o desejo de fazer o bem. Um caráter de elevada moral é indício, ainda que não infalível, de que o seu possuidor foi escolhido para sentar-se no trono da glória. Além disso, o sistema calvinista não encoraja seus adeptos a descansar de braços cruzados na certeza de que o seu destino estava traçado. Sendo o dever de cada um considerar-se escolhido, era necessário combater as dúvidas e tentações do demônio, já que a falta de autoconfiança era sinônimo de graça imperfeita. A fim de alcançar a autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada. “Ela, e apenas ela, afugenta as dúvidas religiosas e dá a certeza da graça”.<sup>46</sup>

Numa época em que a preocupação com o além era tudo para os ascéticos protestantes, o homem deveria, para estar seguro do seu estado de graça, trabalhar o dia inteiro em favor do que lhe foi destinado. “Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a

---

<sup>44</sup> Ibidem p. 26.

<sup>45</sup> Ibidem p. 72.

<sup>46</sup> Ibidem p. 77.

atividade que serve para aumentar a glória de Deus”.<sup>47</sup> Assim, para a glorificação de Deus e para o cumprimento de sua vocação, o homem deveria evitar perder tempo através da vida social, de conversas ociosas, jogos de azar, divertimentos, danças, sono além do necessário e da contemplação. A riqueza só era condenável eticamente se ela redundasse para a vadiagem e o aproveitamento pecaminoso da vida.<sup>48</sup> Caso contrário, uma oportunidade de lucro concedida pelo Senhor aos seus eleitos deveria ser aproveitada, pois não se deve recusar uma dádiva do Criador. “Quanto maiores as posses, mais pesado será o sentimento de responsabilidade, se prevalecer a mentalidade ascética em conservá-los integralmente para a glória de Deus.”<sup>49</sup>

O encorajamento da procura de riqueza – como possível sinal externo de predestinação – combinado com a restrição dos fiéis ao consumo teria tido como resultado a acumulação capitalista e o desenvolvimento de uma vida econômica racional burguesa. Sendo a distribuição da riqueza deste mundo obra da Divina Providência e graça particular obtida, estava também justificada a desigual distribuição dessa riqueza.

Na obra também podem ser detectadas algumas categorias sociológicas nas quais ancora o seu pensamento: os tipos ideais, a racionalização (da religião e do trabalho) e a forma como trabalha com as classes sociais. Nas últimas frases do seu livro, como que se antecipando às acusações de seus críticos marxistas, que afirmam ter pretendido substituir uma interpretação econômica por uma espiritualista, Weber assevera ser difícil ao homem moderno avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais. E conclui afirmando que “não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história.”<sup>50</sup>

Conforme Woolcock e Narayan, um dos primeiros a usar a expressão “capital social” em círculos acadêmicos com o sentido que se utiliza hoje teria sido Lyda J. Hanifan, um jovem educador e reformador social. Isso em um ensaio escrito em 1916, quando ele era

---

<sup>47</sup> Ibidem p. 112.

<sup>48</sup> Ibidem p. 116.

<sup>49</sup> Ibidem p. 122.

<sup>50</sup> Ibidem p. 132.

superintendente escolar de West Virginia. Ao explicar a importância da participação comunitária no melhoramento dos estabelecimentos escolares, invocou o conceito de capital social ao qual descreveu como sendo:

aquellos componentes tangibles [que] cuentan muchísimo en las vidas cotidianas de la gente, específicamente: la buena voluntad, el compañerismo, la empatía y las relaciones sociales entre individuos y familias que conforman una unidad social... Si [un individuo establece] contacto con sus vecinos y éstos con otros vecinos, se producirá una acumulación de capital social que, posiblemente, satisfaga al instante sus necesidades sociales y entrañe, a la vez, un poder social suficiente como para generar una mejora sustantiva de las condiciones de vida de toda la comunidad.<sup>51</sup>

Depois de Hanifan a concepção de capital social teria desaparecido por um longo tempo. Foi somente na década de 1950 que foi retomada. A partir de então aparece em trabalhos acadêmicos esporádicos, mas sem que os autores citassem os trabalhos anteriores. Somente a idéia que enfatizava a importância e a vitalidade dos laços comunitários seria empregada.<sup>52</sup> Mais recentemente, vários estudiosos têm contribuído para popularizar a expressão e o conceito, dentre eles, Bourdieu, Coleman, Fukuyama, Putnam, Portes, Durston, Fox e muitos outros.

Pierre Bourdieu é considerado por muitos como o precursor das análises contemporâneas do conceito de capital social. O eminente sociólogo francês do século XX definiu o capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.”<sup>53</sup> Para Bourdieu, o volume de capital social que um indivíduo possui depende da “extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar” e do volume de outros capitais (econômico, cultural ou simbólico) que possui cada um daqueles a quem esse indivíduo está ligado. Ele seria um dos tipos de recursos de que os indivíduos ou a classe social (Bourdieu desenvolve o conceito de capital social em termos de

<sup>51</sup> HANIFAN, Lyda J., apud Woolcock e Narayan, op. cit. p. 4.

<sup>52</sup> PUTNAM, Robert (Editor). El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 11.

<sup>53</sup> BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 67.

estratégia de classe) disporiam, podendo, portanto, ser um recurso individual ou coletivo do qual poderiam se valer. Nesse sentido, sustenta que tanto o capital cultural quanto o social poderiam ser, em algum momento, intercambiados para a esfera econômica. Na França, o capital social dos indivíduos poderia, por exemplo, permitir-lhes o acesso à informação, a profissões, favores e benefícios institucionais, independentemente da norma republicana de igualdade entre os cidadãos.

É, no entanto, somente a partir do trabalho de James Coleman que se dá início a um estudo mais sistemático e continuado sobre o tema. Coleman propôs uma nova ferramenta conceitual para a análise social, a qual ele chamou de capital social. Ele o definiu como “la capacidad de los individuos de trabajar junto a otros, en grupos u organizaciones, para alcanzar objetivos comunes”, o que obviamente gera relações, expectativas de reciprocidade e comportamentos de confiança.<sup>54</sup> Dentre outros, utilizou o exemplo dos comerciantes judeus de diamantes da cidade de Nova Iorque para ilustrar o conceito. Esses comerciantes podiam comercializar seus diamantes através de suas redes locais, sem necessitar recorrer a dispendiosos contratos formais para resguardar-se de possíveis enganosa. Isso se dava graças à força dos laços existentes entre os membros da comunidade, e à ameaça de eliminação desses sólidos laços, caso a confiança fosse violada. Assim, os comerciantes podiam aumentar suas vantagens econômicas devido às redes sociais que formavam.

O capital social se explicitaria mais nitidamente quando do intercâmbio de favores entre indivíduos que integram uma mesma estrutura social. A criação desse capital se poria em marcha no momento em que um indivíduo fizesse algo para outro, confiando que aquele se comportaria de maneira recíproca no futuro. Assim se estabeleceria entre eles uma relação que compreenderia expectativas e obrigações concretas. Uma expectativa de reciprocidade por parte de quem teria feito o favor, e o estabelecimento de uma obrigação de não quebrar com a confiança por parte de quem teria recebido o favor. O sentimento de obrigação se tornaria o comprovante de crédito que asseguraria que o favor seria restituído.<sup>55</sup>

A popularização do conceito capital social é creditada, em larga medida, à repercussão alcançada pelas publicações dos resultados das pesquisas do professor de política

---

<sup>54</sup> Coleman, apud IPEA, op cit. p. 3.

<sup>55</sup> Forni, op. cit. p. 3.



da Universidade de Harvard, Robert Putnam, particularmente de “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”, livro cuja primeira edição apareceu nos Estados Unidos em 1993. Desde a publicização daquele trabalho, intensificou-se o interesse acadêmico pelo estudo do conceito e o seu uso em programas diversos tem sido experimentado e colocado à prova. Leonardo Monastério enfatiza que apesar do estrondoso sucesso de Putman, ele não teria sido responsável por avanços teóricos de vulto acerca do tema. E que boa parte do sucesso por ele obtido, poderia ser creditado às qualidades retóricas usadas nos seus livros que tratam do capital social.<sup>56</sup>

Em “Comunidade e democracia”, sua obra seminal, aquele cientista apresentou os resultados de uma investigação teórica, calcada no método empírico comparativo, sobre o caso da experiência de regionalização da Itália, posta em prática a partir de 1970. O caso italiano é meramente ilustrativo para o cientista. Seu objetivo era detectar as causas do bom funcionamento da democracia. Putnam constatou que a criação dos conselhos regionais frustrou a expectativa dos defensores mais ferrenhos da reforma regionalista, que esperavam maior eficiência administrativa com a descentralização. A nova regionalização, ao invés de atenuar as desigualdades como se esperava, agravou ainda mais a disparidade histórica existente entre o Norte e o Sul da Itália. Ou seja, a reforma livrou do paralisante domínio de Roma as regiões mais desenvolvidas, mas deixou que os problemas das áreas mais atrasadas se agravassem.<sup>57</sup>

O grande problema da pesquisa era tentar responder por que na Itália essa nova regionalização, seguindo as mesmas regras, tinha, com o passar dos anos, proporcionado melhores índices de crescimento econômico e governo mais eficaz nas regiões do Norte do que nas do Sul. Putnam admitiu que a modernidade econômica estava, de algum modo, associada ao bom desempenho das instituições públicas. No entanto, descartou algumas hipóteses, como a de que as diferenças regionais pudessem ser atribuídas ao maior ou menor grau de riqueza das regiões. Assim, ao invés de se ater a uma explicação economicista, enveredou por uma justificativa sociocultural. A comunidade cívica constituiu o cerne de sua explicação.

---

<sup>56</sup> MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam. In: BAQUERO, Marcello, CREMONESE, Dejalma. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 21-42.

<sup>57</sup> Putnam (2000), op. cit. p. 75.

Segundo o autor, uma comunidade cívica se caracteriza pela participação do cidadão nos negócios públicos; pela existência de direitos e deveres iguais para todos; pela solidariedade, confiança e tolerância recíproca entre os membros e pela existência de associações civis. O espírito associativo seria o grande responsável por inculcar nos seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público.<sup>58</sup> Depois de elaborar um índice de comunidade cívica, Putnam concluiu que quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo e maior o seu desenvolvimento econômico. Em outras palavras, as regiões economicamente mais adiantadas da Itália, como a Emília Romagna e a Lombardia, teriam governos regionais mais eficientes porque nelas haveria maior participação cívica. “As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes.”<sup>59</sup> Já as áreas menos cívicas seriam precisamente as tradicionais aldeias sulistas, principalmente a Púgria e a Basilicata. Ali os cidadãos pediriam auxílio a políticos para a obtenção de licenças, empregos e outros favores. A política se caracterizaria por relações verticais de autoridade e de dependência e estaria mais sujeita à corrupção. Nas regiões menos cívicas todos esperariam que os demais violassem as regras, imperando a desconfiança interpessoal e na vida pública.

Putnam concluiu que não é o grau de participação política que distingue as regiões cívicas das não-cívicas, mas a natureza dessa participação. Os cidadãos das regiões menos cívicas não seriam menos partidários nem menos politizados do que os das regiões cívicas.<sup>60</sup> Obter o favor dos poderosos seria, contudo, mais importante nas regiões menos cívicas. Lá os contatos seriam cruciais para a sobrevivência, e os melhores contatos seriam os verticais, de dependência e dominação, e não os horizontais, de colaboração e solidariedade existentes nas comunidades cívicas. Conseqüentemente, as regiões menos cívicas estariam mais sujeitas à corrupção política e, não por acaso, seriam o berço da Máfia e das suas variantes regionais. Nessas áreas a coisa pública seria problema dos outros; a afiliação a associações sociais e culturais, inexpressiva; a transgressão das leis, corriqueira; e a desconfiança mútua entre cidadãos, a tônica.

Para Putnam, a comunidade cívica tem sua origem na herança histórico-cultural. Em decorrência, o capital social é fruto de um processo de longo prazo. O Norte da Itália,

---

<sup>58</sup> *Ibidem* p. 103

<sup>59</sup> *Ibidem* p. 113.

<sup>60</sup> *Ibidem* p. 122.

nessa interpretação, seria mais dotado de capital social devido às suas dinâmicas político-administrativas provenientes da Idade Média. Ali, associações voluntárias formadas por grupos de vizinhança, com o fito de promoverem a segurança mútua e a proteção econômica, teriam dado origem às comunas (repúblicas ou cidades-Estado). A evolução da vida comunal levou artesãos e comerciantes a fundarem guildas. Além das guildas, confrarias religiosas, organizações comunitárias e paroquiais e outras associações também surgiram, dando origem a uma rica tessitura associativa e ao engajamento cívico. Esse republicanismo cívico teria sido essencial para o posterior desenvolvimento do comércio das cidades italianas e contribuído decisivamente para a melhoria do desempenho governamental. Já o processo de formação histórico do *Mezzogiorno* italiano é apontado como uma das principais causas da baixa dotação de capital social no Sul da Itália. A conquista normanda da Sicília, na Idade Média, e a hierarquia social e política aí implantada impediram quaisquer veleidades de autonomia comunal. Quando o poder real normando foi eclipsado, os barões ganharam poder e autonomia, mas não as cidades. Com o passar das centúrias, “a pronunciada hierarquia social tornou-se mais e mais dominada por uma aristocracia rural dotada de poderes feudais, enquanto na base as massas camponesas penavam miseravelmente nos limites da sobrevivência física.”<sup>61</sup>

Em trabalho posterior, “Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana”, Putnam trata da desintegração dos laços sociais e da virtude cívica existente nos Estados Unidos. Na obra, o autor faz a seguinte constatação central: durante os dois primeiros terços do século XX, uma maré poderosa teria empurrado os norte-americanos a se comprometerem cada vez mais profundamente com a vida de suas comunidades. Mas, faz poucas décadas, essa maré se teria invertido, de maneira calada e inadvertida, e a sociedade norte-americana teria sido arrastada por uma ressaca traiçoeira. Durante o último terço do século passado, os norte-americanos teriam sido separados uns dos outros e de suas comunidades sem que se atinassem para o fato num primeiro momento.<sup>62</sup>

Putnam observou que os meios formais de vinculação comunitária, isto é, a participação em partidos políticos, associações cívicas, igrejas, sindicatos e outras agrupações similares havia atingido o apogeu por volta de 1960. A partir de meados daquela década,

---

<sup>61</sup> Ibidem p. 135.

<sup>62</sup> PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002. p. 27.

entretanto, constatou que a participação nas eleições presidenciais caiu; que a participação cidadã em atividades partidárias como reuniões políticas, campanhas políticas, ocupação de cargos em partidos ou mesmo a audiência a um discurso político havia baixado; que a afiliação em seções locais de associações nacionais havia diminuído, assim como a participação em reuniões dessas organizações; que houve queda do índice de frequência e de afiliação às igrejas; e, por fim, que teria havido uma diminuição nos índices de sindicalização dos trabalhadores.

Também os vínculos informais estavam diminuindo assustadoramente. Ou seja, nos Estados Unidos estaria havendo um decréscimo das visitas sociais, uma diminuição à frequência em ceias familiares, uma menor frequência aos cafés e restaurantes e o aumento dos estabelecimentos de comidas rápidas, a redução à frequência a jogos de carta e de boliche (que também se prestam à conversação e a microdeliberações), o descenso da relação entre vizinhos. Em resumo, os contatos sociais informais teriam decaído no último terço do século XX em todas as partes da sociedade norte-americana. Logo, passava-se com os amigos e vizinhos uma quantidade de tempo significativamente menor do que a geração dos pais ou avós, e sair juntos para tomar uma bebida depois do trabalho, tomar um café, jogar cartas, conversar com o vizinho, convidar amigos, reunir-se em um grupo de leituras em uma livraria ou simplesmente saudar, com um gesto, a outra pessoa que sai habitualmente a correr pela mesma rota diária, estavam ocorrendo cada vez com menor frequência.<sup>63</sup>

É certo que os vínculos informais em geral não servem para forjar habilidades cívicas da mesma maneira que pode fazê-lo a participação em um clube, um grupo político, um sindicato ou uma igreja. Porém, os contatos informais, de acordo com Putman, são muito importantes para sustentar as redes sociais.

Se, por um lado, a redução de capital social fazia minguar o altruísmo, o voluntariado, a filantropia, a reciprocidade generalizada, a honradez e a confiança social, por outro lado, o índice de homicídios, de delitos, de advogados e todo o aparato do legalismo preventivo estavam aumentando significativamente nos EUA no último terço do século passado. A partir dessas constatações, Putnam concluiu, nessa sua volumosa obra,

---

<sup>63</sup> Ibidem p. 120.

que o fortalecimento da confiança cívica e do capital social deveriam entrar na agenda social da política do governo norte-americano.

Putnam também coordenou, a pedido da Fundação Bertelsmann da Alemanha, uma equipe internacional que realizou análises teóricas e empíricas a respeito da trajetória do capital social. O projeto pretendeu descrever o capital social e suas mudanças ao longo do século XX, mais precisamente no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial ao final da centúria. Para tanto, oito sociedades pós-industriais avançadas e democráticas foram selecionadas, a saber: Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Austrália, Japão e Suécia. Os estudos realizados por prestigiados teóricos sociais foram reunidos em um livro intitulado “El declive del capital social”.<sup>64</sup>

Na obra editada por Putnam, Peter Hall,<sup>65</sup> ao tratar da existência do capital social na Grã-Bretanha, constatou que lá, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos, ele não teria decrescido no último terço do século. Os níveis de sociabilidade formal e informal teriam se mantido relativamente sólidos. De acordo com o autor, o único indicador que teria decaído no período pós-guerra dizia respeito aos níveis de confiança social. A confiança social se refere à disposição generalizada dos indivíduos de confiar em seus concidadãos. O estudo apresentado questiona a estreita relação defendida por Putnam e outros analistas sociais entre a presença e participação em associações de diversos fins e altos níveis de confiança social. De forma idêntica, constatou haver um certo paradoxo na relação entre confiança política e participação política. Enquanto os níveis de participação política seguiam sendo altos na Grã-Bretanha, a confiança nos políticos e nas instituições políticas havia diminuído sensivelmente mais para o final da centúria.

Na mesma obra, Bo Rothstein<sup>66</sup> trata das tendências do capital social na Suécia, nação em que a social democracia alcançou influência política sem precedentes durante o século passado. Naquele país, no final da década de 1960, graças aos elevados níveis de confiança vertical e horizontal alcançados, o modelo sueco de democracia atingiu reconhecimento internacional. Anos depois, no entanto, o funcionamento da democracia

---

<sup>64</sup> PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

<sup>65</sup> HALL, Peter E. El capital social en Gran Bretaña. In: Putnam (2003), op cit. p. 35-92.

<sup>66</sup> ROTHSTEIN, Bo. El capital social en el estado socialdemócrata. El modelo sueco y la sociedad civil. In: Putnam (2003), op. cit. p. 93-164.

deteriorou-se. A desconfiança política no parlamento e no governo aumentou sensivelmente. Ao mesmo tempo os dados manipulados pelo pesquisador evidenciam que: o índice de sindicalização, apesar da globalização da economia, continuou a ser o maior do mundo (85%); as organizações voluntárias cresceram em tamanho, nível de atividades e recursos financeiros;<sup>67</sup> a participação política manteve-se uma das maiores do planeta; o pertencimento a sociedades desportivas, cooperativas e culturais manteve taxas elevadas, e que os vínculos sociais informais haviam se reforçado no final do século quando comparados aos níveis existentes nos anos 1950. Em síntese, o autor concluiu que a Suécia possui uma sociedade civil com grande vitalidade, em crescimento e cambiante. O volume do seu capital social teria aumentado na maioria dos seus aspectos de 1950 para cá, não tendo os problemas da democracia sueca origem – como habitualmente se concebe – em um suposto declive de capital social.

Eva Cox<sup>68</sup> analisa as fontes do capital social na Austrália e seu possível esgotamento no pós-guerra. A partir dos dados coletados, constatou que nas últimas três décadas aumentou de maneira significativa a desconfiança e diminuiu a participação da sociedade nas estruturas cívicas formais. Muitas das organizações tradicionais – sindicais, religiosas, femininas, juvenis (escoteiros e guias) e de prestação de serviços (Lions, Apex, Rotary) – perderam terreno no que tange ao número de filiados. Ao mesmo tempo, outras possibilidades de interação social aumentaram significativamente. São os diversos tipos de festividades, os encontros de *gays* e de lésbicas, a frequência a ginásios, cafés, cinemas, restaurantes, bares e centros comerciais, onde a sociabilidade também pode se manifestar. Assim, tem-se um fenômeno contraditório na Austrália. Enquanto decresce a participação formal, a informal aumenta. Isso impede que se conclua peremptoriamente a respeito do aumento, da diminuição ou da estabilização dos níveis de capital social naquele país.

Um texto sobre a evolução do capital social no Japão nos últimos 50 anos aparece no escrito de Takashi Inoguchi.<sup>69</sup> O autor verifica que o capital social naquele país oriental se manteve vigoroso no transcurso desse período. O número de organizações sem fins lucrativos tem aumentado constantemente e o tempo disponibilizado pela população para

---

<sup>67</sup> A experiência sueca, no que diz respeito ao voluntariado, não corrobora a afirmação dos teóricos, tanto os conservadores quanto os progressistas, de que quanto mais amplo e universal um estado de bem-estar social, menor a atividade voluntária. Dados empíricos apresentados por Rothstein sinalizam na direção oposta, ou seja, de que o estado de bem-estar não destrói a confiança social e o capital social.

<sup>68</sup> COX, Eva. El capital social en Australia. In: Putnam (2003), op. cit. p. 165-209.

<sup>69</sup> INOBUCHI, Takashi. El capital social en Japón. In: Putnam (2003), op. cit. p. 211-271.

atividades cívicas em favor da infância, dos anciãos e das pessoas desfavorecidas tem se ampliado. *Par e passo*, a confiança social tem sido incrementada continuamente nos últimos decênios. Também a confiança política na democracia segue sua trajetória ascendente, registrando haver crédito nas eleições, no parlamento e nos partidos políticos. Paradoxalmente, a confiança social, ou seja, aquela existente entre concidadãos, decaiu. Destarte, a tese exposta por Putnam, que sustenta que o capital social adquirido e acumulado ao longo do tempo facilita a tarefa de resolução democrática dos conflitos e um bom governo, encontra guarida na história recente do Japão.

Jean Pierre Worms<sup>70</sup> analisa o aparente e propalado encolhimento do capital social e a debilitação dos laços entre o Estado e a sociedade civil na França. Defende que a sociedade francesa não padece de um arruinamento global de seu capital social. Apesar de algumas organizações tradicionais, em especial os sindicatos, os partidos políticos e a igreja, terem sentido um decréscimo no número de membros, não estaria ocorrendo uma queda geral no associativismo cívico. A afiliação geral a associações teria, inclusive, se elevado, mormente nas organizações não-lucrativas de serviço social, ou se mantido estável. Sustenta, ainda, haver um simultâneo processo de crescimento do denominado capital social autodirigido (de caráter egoísta) e de diminuição do heterodirigido (de caráter altruísta), destinado a ter pontes e dotado de vínculos institucionais. Na relação entre a sociedade e as instituições públicas, afirma que a nação estaria passando por uma dupla crise: uma de redistribuição social de rendas e emprego e outra de representação, mediação e regulação. Isso provocaria uma desavença entre a sociedade civil relativamente saudável e as instituições enfermas do Estado.

O caso alemão é abordado por Claus Offe e Susanne Fuchs.<sup>71</sup> Fundamentados em dados da bibliografia sociológica e de diversas bases de dados, os autores observaram existir, num período de longa duração, notáveis variações no tipo de associativismo. As mutações seriam decorrentes das rupturas políticas ocorridas no país durante o século XX. Verificaram que durante a República de Weimar, até a ascensão dos nazistas, predominavam no país associações de natureza de classe, cujo centro de interesse eram as práticas ocupacionais, as atividades culturais e desportivas e a afiliação religiosa. A rica

---

<sup>70</sup> WORMS, Jean-Pierre. Viejos e nuevos vínculos cívicos en Francia. In: Putnam (2003), op. cit. p. 273-343.

<sup>71</sup> OFFE, Claus, FUCHS, Susanne. Se halla en declive el capital social? El caso alemán. In: Putnam (2003), op. cit p. 345-426.

diversidade associativa teria sido rapidamente dissipada pelo regime nazista através da adoção de medidas repressivas, da supervisão da vida associativa ou da incorporação estatal através da afiliação obrigatória. Algo similar teria ocorrido na Alemanha Oriental após o final da Segunda Guerra Mundial com o socialismo de estado que também se baseou em práticas associativas compulsórias. Enquanto isso, na Alemanha Ocidental do pós-guerra, a maioria das associações políticas, religiosas e socioeconômicas existentes anteriormente teriam se restabelecido. A reunificação havida em 1989 destruiu repentinamente as organizações mantidas no Leste pelo Estado, transpondo não somente a estrutura associativa, mas todo o modelo econômico e de vida existente no Oeste, provocando perda de compromissos cívicos. Em consequência, atualmente há maior número de membros pertencentes a associações na parte Ocidental do que na Oriental. Para os autores, propriedades individuais, como nível de escolaridade, situação de emprego, idade e sexo, exercem destacada influência sobre os níveis de capital social. Setores menos privilegiados da população, como por exemplos os grupos com baixos rendimentos, os de menor taxa de escolaridade, as mulheres e os desempregados, têm menor probabilidade de participar em associações civis e delas se beneficiar.

A história dos modelos de capital social na Espanha constituem o pano de fundo dos relatos de Victor Pérez-Díaz.<sup>72</sup> A Espanha, após a Guerra Civil da década de 30, viveu uma longa noite sobre o regime de Franco para desembocar, no último quarto de século, numa democracia. Nessa trajetória, o autor distingue a existência de capital social civil do incivil – que Putnam qualifica, respectivamente, como capital social que tem pontes e de vinculante. No período anterior à Guerra Civil, os dois blocos ideológicos em confronto teriam destruído a incipiente reserva de capital social de pontes. Na era de Franco, não obstante o regime ditatorial, os antagonismos se moderaram e um capital social do tipo civil foi sendo acumulado. Com esse depósito os dirigentes sociais e políticos que na década de 70 fizeram a transição para o novo regime puderam contar para consolidá-lo. Observa ainda Pérez-Díaz que, embora a participação em organizações formais como sindicatos, partidos e igreja não fosse expressiva no final do milênio, formas de gregarismo mais brandas (redes sociais de cooperação informal) foram sendo constituídas e atualmente preenchem o tecido social espanhol. Ao invés de ter decaído, o capital social no último

---

<sup>72</sup> PÉREZ-DÍAS, Victor. De la guerra civil a la sociedad civil: el capital social en España entre los años treinta y los años noventa del siglo XX. In: Putnam (2003), op cit p. 427-488.



meio século, e especialmente a partir do estabelecimento do regime democrático, teria aumentado, promovendo uma coesão social no país.

Sobre o estoque de capital social nos Estados Unidos há dois textos na obra organizada por Putnam. Theda Skocpol<sup>73</sup> elabora uma visão histórica do associativismo norte-americano e o vincula à cultura cívica do país. A autora sustenta que as guerras e os períodos de intenso enfrentamento de facções propiciaram o surgimento de novos grupos e o revigoramento de outros tantos. A autora identifica na Revolução Americana do século XVIII a raiz da dinâmica associativa existente nos EUA. Na década de 1830, exatamente quando da visita de Tocqueville, assinala que era marcante uma propensão para a constituição de sociedades civis de toda ordem no país. A Guerra Civil da segunda metade do século XIX foi mais um período de proliferação e de consolidação de associações civis, notadamente das supralocais existentes no Norte do país e entre os afrodescendentes do Sul. A Primeira Guerra Mundial foi outro período de fundação de associações, embora as de origem germano-americanas tivessem desaparecido em grande parte durante a hecatombe mundial. Concordando com Putnam, constata haver, no último terço do século XX, o declive do associativismo massivo e interclassista e, por decorrência, do civismo clássico norte-americano.

Já Robert Wuthnow<sup>74</sup> se concentra nas tendências do capital social nas décadas finais do século XX. Sustenta que efetivamente ele tem declinado nos Estados Unidos. Mas não de maneira tão contundente quanto muitos têm dado a entender. Essa queda também não ocorre de maneira uniforme nos diferentes setores da sociedade. Ela é acentuada, sobretudo, nas organizações sindicais e religiosas. Afirma que as causas da diminuição são múltiplas e devem levar em conta fatores como a exclusão e a marginalização econômica e social. Por fim, alerta que há a necessidade de ser cuidadoso ao se fazer conjecturas sobre o seu declive constante ou sobre as conseqüências do mesmo para a democracia norte-americana, até porque novas formas de vida social, como os grupos de auto-ajuda, têm enriquecido o tecido social da América do Norte.

Fukuyama é outro que reconhece que a política econômica por si só não é suficiente para ensejar o desenvolvimento. Não teria sido por acaso que na última parte da

---

<sup>73</sup> SKOCPOL, Theda. América cívica, pasado y presente. In: Putnam (2003), op cit p. 491-542.

<sup>74</sup> WUTHNOW, Robert. El carácter del capital social en Estados Unidos. In: Putnam (2003), op cit. p. 543-620.

década de 1990 ocorreu uma profunda reinterpretação do problema do desenvolvimento, quando inclusive houve a tomada de consciência dos fatores culturais que incidem sobre o crescimento econômico, sendo esses incorporados aos modelos de desenvolvimento. Para o autor, um dos grandes motivos do malogro das receitas neoliberais emanadas do Consenso de Washington e aplicadas na América Latina teria ocorrido não porque as proposições foram mal-concebidas e equivocadas, mas exatamente por não ter sido levado em conta a existência de capital social. Ou seja, em muitos países políticas liberalizantes teriam sido adotadas sem considerar as pré-condições políticas, institucionais e culturais adequadas e necessárias para que a liberalização pudesse ser consumada. Para ele, o capital social não seria outra coisa senão o meio de reconceituar o papel que passaram a desempenhar os valores e as normas na vida econômica desde então.<sup>75</sup>

Em “Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade”, Fukuyama procura demonstrar que o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionada a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade.<sup>76</sup> Conforme Gilbert Rist, Fukuyama tem o mérito de resistir à invasão de vocabulário da economia na sociologia, falando em “confiança” ao invés de “capital social”.<sup>77</sup> A confiança é caracterizada pelo autor como “a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade”.<sup>78</sup> Já o capital social seria, para Fukuyama, “uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e principal grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais, como religião, tradição ou hábito histórico.”<sup>79</sup>

O capital social é, portanto, uma prova crucial de confiança e condição crítica para a saúde de uma economia. Para o autor, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos teriam se

---

<sup>75</sup> FUKUYAMA, Francis. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: Atria, Siles et al. Op. cit. p. 34.

<sup>76</sup> FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 165.

<sup>77</sup> RIST, Gilbert. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del “desarrollo”? In: KLIKSBURG, Bernardo, TOMASSINI, Luciano (Compiladores). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2.000. p. 143.

<sup>78</sup> Fukuyama, op. cit. p. 41.

<sup>79</sup> Ibidem p. 41.

tornado potências industriais líderes do mundo em grande parte porque eram ricamente dotadas de capital social e sociabilidade espontânea. Essas nações possuiriam alto nível de confiança, estando propensas à sociabilidade espontânea e a possuir densas camadas de associações intermediárias.<sup>80</sup> As instituições intermediárias às quais se refere o autor seriam constituídas pela sociedade civil e consistiriam em uma densa e complexa rede de organizações voluntárias, tais como: associações de voluntários, igrejas, mídia, sociedades profissionais, instituições de caridade, entidades beneficentes, instituições educacionais e universitárias, associações hospitalares e clubes.

A partir de uma leitura de Fukuyama, seria possível argumentar que a população de descendência germânica do Sul do Brasil, ao construir uma identidade étnica específica descobriu que os “compatriotas” tinham muito em comum e, por conseguinte, formavam uma base moral para a confiança mútua. Essa confiança, ajuda e cooperação mútua, davam origem a uma argamassa que provinha dos laços étnicos e da identidade cultural. Assim, a capacidade associativa da população de ascendência alemã pode ser analisada pelo prisma positivo ou pelo seu lado perverso. No aspecto benéfico são ressaltadas as práticas coletivas que levaram à superação de problemas como a falta de escolas públicas, hospitais, precariedade de estradas e outros mais. No aspecto perverso são enfatizadas questões como a negativa de assimilação dessa população, o seu isolamento sociocultural, o desenvolvimento de ideologias de superioridade racial e outros.

Pontos de convergência entre estudos que se valem da noção de capital social e a tese defendida pelo indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia em 1998, também podem ser encontradas. A preocupação com a erradicação da pobreza e a defesa da democracia são duas delas que merecem ser realçadas.

Em “Desenvolvimento como liberdade”, Sen faz a distinção entre duas atitudes gerais existentes a respeito do processo de desenvolvimento: uma que considera o desenvolvimento um processo feroz, com muito sangue, suor e lágrimas, e em que a democracia e os direitos civis são considerados um luxo dispensável; outra que considera o desenvolvimento essencialmente como um processo de expansão das liberdades reais.<sup>81</sup> É esta última que defende ardorosamente. Para ele, a liberdade deve ser o principal fim e o principal meio do

---

<sup>80</sup> Ibidem p. 166.

<sup>81</sup> SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 52

desenvolvimento. O desenvolvimento seria fruto da eliminação de privações de liberdade que limitariam as escolhas e as oportunidades de as pessoas exercerem ponderadamente sua condição de agentes. As fontes de privação de liberdade seriam: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Sen identifica cinco (distintos) tipos de liberdade que se complementariam: 1) as liberdades políticas; 2) as facilidades econômicas; 3) as oportunidades sociais; 4) as garantias de transparência; 5) a segurança social protetora. O quarto item, por estar intimamente imbricado com a confiança, cuja presença é essencial para a existência de capital social, precisa ser melhor explicitado. As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade, à liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando a confiança é violada, a vida de numerosas pessoas pode ser afetada negativamente. Ela inibiria a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas.

A existência de um ambiente democrático é apontada por inúmeros estudiosos como sendo fundamental para a geração e o aumento dos níveis de capital social de uma comunidade ou nação. Estados totalitários e autoritários eliminam as eleições livres, inibem a livre associação, os movimentos sociais, a liberdade de reunião e a liberdade de imprensa, e não toleram reivindicações, fiscalização e denúncias de autoridades que emanam da sociedade civil. São, portanto, destruidores de capital social. Para Sen, a democracia deve ser vista como criadora de oportunidades. Ela não seria um remédio para todas as mazelas, mas essencial na indução de respostas sociais a necessidades econômicas. Assim, os governos democráticos, diferentemente dos autoritários, precisariam vencer eleições e enfrentar a crítica política, fazendo com que tomassem providências contra males como fomes coletivas e outras calamidades econômicas. Exemplifica que nenhuma fome coletiva efetiva teria ocorrido em qualquer democracia do mundo. Já em Estados autoritários como a China, no período 1958/61, o Camboja na década de 1970, e países como a Etiópia e a Somália, mais recentemente, teriam assistido ao espetáculo da fome em razão do descompromisso dos governantes com as populações de seus respectivos países.

Sobre a polêmica do que deve vir primeiro, a eliminação da pobreza e da miséria – consideradas como privação de capacidades básicas e não apenas como baixa renda – ou a garantia das liberdades políticas e dos direitos civis, afirma ser isso uma falsa dicotomia.

Seriam falsas as crenças que afirmam: a) que as liberdades e os direitos tolhem o crescimento e o desenvolvimento econômico (tese de Lee)<sup>82</sup>; b) que os pobres prefeririam a satisfação das necessidades econômicas que as liberdades políticas (o que seria desmentido por Coréia, Tailândia e Paquistão)<sup>83</sup>; c) que as liberdades formais e a democracia seriam prioridades ocidentais enquanto os asiáticos estariam mais voltados para a ordem e a disciplina.

Livrar o mundo da pobreza é uma possibilidade real para Muhammad Yunus, autor de “O banqueiro dos pobres”.<sup>84</sup> Um dos meios que permitiriam sair da pobreza seria o microcrédito. Outros caminhos mais poderiam ser abertos. Mas, para tanto, seria preciso ver as pessoas de maneira diferente e conceber um novo quadro para a sociedade. Para ele, desenvolvimento deveria significar uma mudança positiva no *status quo* econômico dos 50 por cento mais pobres da população de um país. Ou seja, a mensuração do desenvolvimento econômico deveria ser obtida através da renda real *per capita* auferida por essa população.

Yunus, que, enquanto chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, sempre tinha acusado os bancos de serem antipobres, antimulheres e antianalfabetos, criou o *Grameen*, um banco de microcrédito destinado aos pobres e às mulheres. As mulheres pobres, e normalmente analfabetas, são consideradas atores privilegiados pelo banco e constituem 94 por cento das financiadas. Para estimular a solidariedade, a confiança e a cobrança recíproca, os empréstimos são sempre liberados a um grupo organizado de cinco financiadas. Os grupos se agregam depois em centros. O empréstimo repousa na confiança recíproca entre o banco e as financiadas e o eventual não-pagamento da dívida contraída não envolve a polícia nem processos judiciais. Os pequenos empréstimos precisam ser resgatados em um ano, sendo as parcelas pagas semanalmente. O índice de inadimplência não é superior a um por cento.

O *Grameen* é voltado para o desenvolvimento econômico em escala individual. Para Yunus, quando um indivíduo reverte sua situação financeira, uma mudança radical na sua vida acontece. O microcrédito não liberaria apenas os pobres da fome, mas também contribuiria para a emancipação política dos mesmos. Entre as mulheres que participavam do Banco dos Pobres, seria maior o índice das que votavam em eleições, sendo o crédito miúdo

---

<sup>82</sup> Ibidem p. 178.

<sup>83</sup> Ibidem p. 179.

<sup>84</sup> YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

também uma ferramenta eficaz contra as forças do paternalismo e do radicalismo islâmico. Mas, além do avanço econômico e político, o microcrédito se constituiria ainda em um eficiente meio de avanço social para as mulheres. As mulheres pobres de Bangladesh, por exemplo, antes enclausuradas em suas casa devido ao *purdah*, em função da atividade econômica que passaram a exercer conquistaram, igualmente, maior liberdade de movimento.

A política do Banco, no que concerne às dívidas das financiadas, é rígida e disciplinada. Mesmo em casos de catástrofes como fomes ou inundações, os empréstimos precisam ser saldados, ainda que possa haver renegociações ou novos empréstimos. O Banco, não obstante o socorro que nesse caso presta às vítimas, trabalha em cima da autoconfiança e da auto-estima das financiadas. Assim sendo, qualquer perdão da dívida colocaria em risco o conjunto da política em que se fundamenta o projeto.

Em 1997, programas de crédito do tipo *Grameen* podiam ser encontrados em 58 países. Desses países, 23 estavam situados no continente africano.<sup>85</sup> Em várias partes do mundo, empréstimos de pequenas quantias têm servido para comprar e engordar um bezerro, adquirir o equipamento necessário para engraxar sapatos, comprar utensílios para a prática da agricultura, revender alguma mercadoria etc. Mesmo na China, um país comunista, o modelo tem obtido bons resultados, conforme Yunus. Nas ilhas Lofoten, situadas no norte da Noruega, a política do *Grameen* foi utilizada não exatamente para combater a miséria, mas como instrumento social das mulheres de pescadores que passaram a dar novo significado para suas vidas.

O economista e banqueiro autor do livro é um liberal que tem aversão ao Estado, e mais precisamente aversão à burocracia de Estado, a qual julga ser ineficiente. Diferentemente de Amartya Sen, defende que o Estado deve deixar as áreas sociais, como saúde para os pobres, educação para os deserdados, bem-estar dos velhos e deficientes, para a iniciativa privada, ou melhor, para um setor privado organizado de acordo com o modelo do *Grameen*. Para ele, o seguro social existente nos países desenvolvidos desestimula e impede que os beneficiados da Previdência Social saiam da situação em que se encontram. Ela seria responsável pela degradação da vida e da auto-estima das pessoas na medida em que as privaria do espírito de iniciativa e da dignidade. O seguro desemprego não seria solução para

---

<sup>85</sup> Ibidem p. 224.

os pobres.<sup>86</sup> Também a caridade é atacada pelo professor Yunus. Ele a considera como uma mera forma de os homens se desvencilharem de responsabilidade. “A caridade não é absolutamente a solução para a pobreza. Ela apenas a perpetua, retirando dos pobres a iniciativa.”<sup>87</sup> A inatividade seria cruel, indigna e nociva à saúde. Mesmo os aposentados deveriam levar uma vida produtiva e criativa.

Yunus assevera que para erradicar a pobreza é preciso muito mais do que gerar empregos ou fazer caridade. Quanto aos empregos, salienta que a questão é que os economistas só reconheciam um tipo de emprego: o assalariado. Jamais o trabalho autônomo, tão defendido pelo professor ao longo do livro. Para ele, não é o trabalho que salva os pobres, mas o capital ligado ao trabalho, levando em consideração as habilidades preexistentes.

No Brasil, não são ainda muitos os estudos existentes que têm por foco o capital social. Um dos trabalhos pioneiros nessa abordagem foi “Bom governo nos trópicos”, da professora Judith Tendler, do Massachusetts Institute of Technology. Nessa obra, quatro exemplos de programas de administração pública descentralizados e bem sucedidos, implementados no Estado do Ceará a partir de 1987, são dissecados pela pesquisadora. Em todos esses quatro programas adotados pelo governo do Ceará, a marca foi a descentralização e a participação da sociedade civil na tomada de decisões.

O primeiro e mais bem sucedido programa analisado foi o da implantação da medicina preventiva no meio rural, denominado Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Instituído emergencialmente pela Secretaria da Saúde para gerar empregos numa época em que a região Nordeste do Brasil era assolada por uma de suas cíclicas secas, o programa contratou 7.300 trabalhadoras como agentes de saúde comunitários. Recrutadas, após uma disputada seleção, dentro da própria comunidade em que iriam atuar pelo princípio do mérito e não do clientelismo político, as agentes, sem contar com vínculo empregatício formal, passaram a perceber um salário mínimo mensal do Estado e a visitar o domicílio de 850 mil famílias todos os meses. As rejeitadas no processo de contratação tornaram-se verdadeiras controladoras ou fiscais do trabalho realizado pelas beneficiadas com o cargo. Os municípios arcaram com os custos das 235 enfermeiras contratadas que passaram a supervisionar as agentes de saúde. O trabalho das agentes de saúde, apesar da baixa

---

<sup>86</sup> Ibidem p. 263

<sup>87</sup> Ibidem p. 282.

remuneração, da instabilidade e de não acalentar uma mobilidade profissional e econômica ascendente, teria sido de uma dedicação e de um desempenho digno de registro. Elas teriam assumido voluntariamente causas bem mais amplas do que as estritamente determinadas pelo programa e se tornado verdadeiras agentes de mudanças e de conscientização quanto aos direitos dos cidadãos nas comunidades em que atuavam. Em poucos anos, a cobertura de vacinação contra sarampo e poliomielite triplicou, saltando de 25% para 90% da população infantil, e a mortalidade no primeiro ano de vida caiu de 102 por mil para 65 por mil. A partir de 1989, uma vez cessado o período de emergência, o programa passou a integrar definitivamente a política de saúde do Estado, sendo, a partir de então, adotado paulatinamente por outras unidades da Federação. Pelos resultados apresentados por esse programa, o governo do Ceará, em 1993, foi o primeiro governo latino-americano a receber o prêmio Maurice Patê, do UNICEF, para programas de assistência à infância.<sup>88</sup>

Tendler credita o sucesso obtido pelo PACS ao contrato precário, temporário e pouco seguro das agentes de saúde. Como estavam fora daquilo que a autora denomina de pesada e pouco operante estrutura do funcionalismo público, elas tiveram que construir compromissos com a comunidade para se manterem na função. A contratação por mérito em lugar da tradicional indicação clientelista; o contínuo treinamento e a atualização das agentes; a valorização do trabalho através da propaganda governamental; a proibição de fazer campanha política para algum candidato ou distribuir propaganda política; a utilização de trabalhadoras da própria comunidade – o que possibilitou o estabelecimento de relações de confiança entre as agentes e os moradores; a obrigação das agentes, na sua jornada de oito horas por dia, de visitarem um determinado número de famílias; o conhecimento da população das exigências que recaiam sobre o trabalho das agentes, tudo isso teria resultado em um controle comunitário do trabalho das agentes. Assim, esse programa criou uma sinergia entre Estado e sociedade e mobilizou o que chamamos de capital social. Nos membros da comunidade foi despertado um sentimento cívico de responsabilidade coletiva pelo sucesso do programa.

Objetivando gerar empregos no próprio Estado, o segundo programa ocupou-se dos serviços de extensão para negócios e de contratos públicos com pequenas empresas localizadas na área atingida pela seca. A Secretaria de Indústria e Comércio do Estado,

---

<sup>88</sup> TENDLER, Judith. *Bom governo nos trópicos*. Uma visão crítica. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998. p. 38-39.



atuando em parceria com o SEBRAE, redirecionou 30 por cento das compras de bens e serviços feitas pelo governo para empresas que operavam, na maioria, na informalidade. Os dois órgãos passaram a fornecer assistência técnica individualizada às empresas e a organizá-las em associações. Alguns dos contratos feitos tiveram efeito duradouro, resultando em espantoso desenvolvimento de determinadas regiões, como a do setor moveleiro de São João de Aruaru. Ali, as quatro serrarias inicialmente existentes passaram a fornecer carrinhos de mão de madeira, cabos de pás e barris de água para os trabalhadores das frentes de emergência. Depois, passaram a produzir carteiras e mesas para a Secretaria Estadual de Educação. Cinco anos depois, o número de serrarias da localidade havia pulado para 42. O complexo montado pela Associação de Moveleiros de Aruaru empregava, então, cerca de mil trabalhadores. Através do programa, além de o Estado ter economizado cerca de 30 por cento em relação às compras anteriores, feitas de grandes empresas cujos produtos vinham de fora do Estado, o material produzido pelas pequenas empresas era também de maior durabilidade. Assim, a iniciativa estatal abriu oportunidades para a abertura ou a expansão de dezenas de pequenas olarias, madeireiras, moveleiras, queimadores de calcário, empreiteiros da construção civil etc. A relação de confiança estabelecida entre grupos de pequenas empresas e o poder público foi de vital importância para o sucesso do programa.

O terceiro programa – também relacionado com a preocupação em gerar empregos em decorrência da estiagem de 1987, que destruiu a economia agrária do Ceará e deixou sem trabalho grande parte da população rural do Estado – tratou da construção de obras públicas e da geração de empregos emergenciais. Durante a seca, que durou praticamente um ano, a Secretaria de Ação Social do Estado contratou um milhão de trabalhadores rurais e desempregados. No mês de pico estavam empregados 235 mil trabalhadores, cerca de 50% da população masculina rural economicamente ativa do Estado. Naquela oportunidade, foi retirado o controle das elites locais sobre a administração do programa. A tomada de decisões a respeito da alocação dos empregos, dos projetos de construção e do abastecimento de socorros passou a ser feita pela sociedade civil através dos Grupos de Ação Comunitária (GACs). Papel fundamental para o bom êxito do programa coube aos extensionistas rurais do Estado, agentes que residiam nas comunidades onde atuavam e eram conhecedores das necessidades da população com a qual conviviam. Eram eles que organizavam e coordenavam os GACs municipais. O programa reduziu o clientelismo que marcava a contratação

emergencial dos trabalhadores, democratizou a seleção das obras que foram desenvolvidas,<sup>89</sup> tornou mais ágil a execução de projetos, criou maior número de empregos por dólar gasto do que em programas semelhantes realizados em outros estados e contribuiu para a ampliação dos laços de confiança e solidariedade entre os partícipes do programa.

A quarta iniciativa girava em torno da assistência rural aos pequenos produtores do campo. As observações de Tandler procuraram averiguar as razões do sucesso obtido na criação de gado leiteiro e de corte pelas 60 famílias de agricultores da Cooperativa de Produção do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa. A produtividade alcançada pelos assentados, conforme a pesquisadora, se deveu muito à organização coletiva e ao tipo de extensão personalizada – e não padronizada como costuma ocorrer – feita pelo extensionista público. O grupo, que subvencionava os custos de deslocamento do agente, apresentava-lhe as demandas dos produtores. O extensionista empenhava-se na solução dos problemas levantados e era elogiado publicamente pelo resultado alcançado. A confiança que se estabeleceu entre o funcionário público e seus clientes é apontada como a chave do sucesso do assentamento.

Um estudo que trata da relação entre a existência de capital social, a preservação da natureza e a adoção de Compensações por Serviços Ambientais (CSA) foi realizado em 2001 por quatro ONGs brasileiras: Vitae Civilis, Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase). Os resultados dessa investigação foram publicados em uma obra coordenada por Rubens Harry Born e Sérgio Talocchi, com o título “Proteção do capital social e ecológico”.<sup>90</sup>

O primeiro estudo de caso trata da lei estadual Chico Mendes, instituída para remunerar associações de seringueiros no Acre como forma de apoio para produção e extrativismo sustentável da borracha. Pela lei, em 2002 os seringueiros recebiam do governo estadual um subsídio de R\$ 0,60 por quilo de borracha produzido. Embora se trate na

---

<sup>89</sup> Em secas anteriores, grandes obras de açudagem, construção de reservatórios e de estradas ocupavam a mão-de-obra e os recursos disponíveis. Essas obras normalmente beneficiavam mais as elites – também conhecidas como “industriais da seca” – do que o conjunto da população. Desta feita, o foco voltou-se para projetos menores, que eram reivindicados e que beneficiavam as comunidades interioranas. Era a construção ou reforma de escolas, cisternas, armazéns de grãos, salões comunitários, pequenos açudes, estradas vicinais e outros.

<sup>90</sup> BORN, Rubens Harry, TALOCCHI, Sergio. *Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)*. São Paulo: Vitae Civilis, 2002.

realidade um subsídio, para o Imazon ele pode ser considerado como uma forma de CSA por redundar em vantagens ambientais e sociais. Em 2001, 20 mil pessoas eram beneficiadas pela lei. Para ter acesso ao recurso, as famílias dos produtores precisavam estar formalmente organizadas em associações. Estas, por sua vez, deveriam estar filiadas às cooperativas extrativistas e, no topo da pirâmide organizacional, estava o Conselho Nacional de Seringueiros, com a função de fazer a representação política dos seringueiros, de articulá-los com outros atores e de fazer *lobby*. A lei teria permitido a fixação de famílias extrativistas na floresta assegurando, assim, sua conservação pela adoção do modelo de desenvolvimento baseado no manejo sustentável dos recursos florestais. Além de evitar o desmatamento e a emissão de carbono para a atmosfera, estaria ainda colaborando para uma distribuição mais eqüitativa dos recursos e da renda gerada e no fortalecimento das organizações e do movimento social dos seringueiros.

O segundo caso foi estudado pela Fase no município de Gurupá, no estado do Pará. Ali o movimento social estava relativamente bem organizado entre os 16.499 habitantes que viviam na zona rural. Aproximadamente 70 por cento da população pertencia a algum tipo de associação, sindicato, cooperativa ou igreja, existindo 16 associações de produtores e 53 delegacias sindicais. O grau de instrução, no entanto, era baixo (57 por cento da população residente sem instrução ou com menos de um ano de estudo) e elevado percentual dos habitantes não tinha qualquer documento de identificação. A renda familiar média anual no ano de 2000 foi de apenas R\$ 2.000,00, o que é considerado bastante baixo. A maioria dos produtores rurais era posseira de terras pertencentes à marinha. Entre as atividades econômicas predominavam as extrativistas, sendo particularmente importantes a coleta do açaí, do palmito e a extração de madeira, que era feita de forma intensa e de maneira não manejada. A agricultura estava mais relacionada com a subsistência das famílias, destacando-se o cultivo da mandioca em áreas de terra firme. A pesca era praticada pela Colônia de Pescadores de Gurupá. Como não havia mecanismos formalizados de CSA na região, a Fase propôs a geração de prêmios ou compensações para a população que ali vivia para ajudar a manter a multifuncionalidade do território e dos ecossistemas existentes.

O terceiro estudo, desenvolvido pela FVA, ocupou-se do Parque Nacional do Jaú, unidade de conservação de 22.700 quilômetros quadrados, situado no estado do Amazonas. O parque, que foi decretado patrimônio da humanidade em dezembro de 2000, desde 1998, possui um Plano de Manejo construído de forma participativa por instituições, comunidades

locais e pesquisadores. Embora a lei proíba a presença de populações humanas na área do parque, cerca de 1.000 almas, descendentes da miscigenação de índios com antigos seringueiros nordestinos, vivia ali nas margens dos rios. Essas pessoas, segundo a FVA, contribuiriam efetivamente para a proteção dos recursos naturais da região. A implementação de CSA deveria se constituir em um instrumento para beneficiar as populações tradicionais do Parque Nacional do Jaú para quem é fundamental a preservação da paisagem, do clima, da água, do solo e da biodiversidade existente em toda a área para poder dar continuidade ao seu modo de vida.

O quarto estudo, elaborado pelo Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz Vitae Civilis, contemplou a parte paulista do Vale do Ribeira, no litoral paulista, região de topografia acidentada que abriga cerca de 20 por cento do remanescente nacional da Mata Atlântica. No vale, que recentemente foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, viviam cerca de 400 comunidades rurais, aproximadamente 310 mil pessoas, numa área de 15.480 quilômetros quadrados. A maior parte da população, constituída de agricultores, caçaras, quilombolas e índios, vivia da produção de banana, extração do palmito e da agricultura de subsistência. Essa região era a mais pobre do estado de São Paulo. Já havia no vale do Ribeira algumas CSA implantadas, sendo a mais destacado delas o ICMS ecológico.<sup>91</sup> Para a ONG responsável pelo estudo, boas aplicações de CSA poderiam ajudar a constituir um capital social relevante para a efetivação de projetos de desenvolvimento sustentado na área da reserva ambiental.

Um outro exemplo de construção de capital social foi retratado pelos professores Pedro Jacobi e Marco Antônio Teixeira. Trata-se do resgate da auto-estima e da cidadania dos catadores de lixo reciclável da capital mineira. Em Belo Horizonte, os recicladores eram vítimas de constrangimentos e de todos os tipos de preconceitos, principalmente dos setores mais conservadores da sociedade. O poder público os reprimia constantemente e lhes atribuía a responsabilidade pela sujeira existente na cidade. Pela população, eram vistos como nômades urbanos, andarilhos andrajosos que perambulavam pelas ruas e praças da cidade. Em poucos anos, no entanto, tudo isso mudou. Em 1990, ao se organizarem em uma Associação, em que contaram com o apoio decisivo da Igreja Católica, através da Pastoral de Rua, os

---

<sup>91</sup> O principal objetivo do ICMS ecológico é “compensar municípios pelas restrições às atividades produtivas e às possibilidades de geração de outros tipos de receitas causadas pela presença de unidades de conservação estaduais e federais.”

catadores de papel conseguiram articular em torno de si uma rede de solidariedade formada por vários membros da sociedade civil, de ambientalistas, vereadores com trabalho junto a movimentos sociais, membros de associações comunitárias e de entidades de defesa dos direitos humanos. Após o pleito municipal de 1992, quando o governo da cidade passou às mãos de uma frente de esquerda, a contribuição do poder público também passou a ser decisiva para a consolidação da ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. A organização dos catadores e as práticas educativas e de formação que desenvolveram deram bons resultados econômicos ao grupo e possibilitaram o resgate da auto-estima e da cidadania dos associados. A qualidade de vida deles melhorou significativamente e eles puderam deixar de dormir nas ruas e passaram a ser vistos pela população como contribuintes para a limpeza e manutenção do meio ambiente. O resultado bem sucedido dessa experiência apontou ganhos para toda a sociedade: incluiu socialmente mais de duas centenas de trabalhadores, deu lição de desenvolvimento sustentável, desenvolveu a solidariedade entre os catadores e alguns setores da sociedade que passaram a fazer a seleção seletiva do lixo, o que tornou mais produtivo o trabalho dos catadores.<sup>92</sup>

A existência de capital social tem servido também como âncora para o planejamento estratégico de cidades. É o que enfatizam Dermizo Pagnoncelli e Carlos Walter Aumond na experiência que tiveram com a cidade de Joinville, em Santa Catarina. Os autores destacaram que, nesse caso, as áreas mais importantes de aplicação do capital social seriam “coesão e inclusão social, partilha de poder e ação política.”<sup>93</sup>

Além de textos teóricos que discutem sua definição e aplicabilidade, o conceito de capital social tem sido colocado à prova em estudos urbanos para explicar a diferença das taxas de violência em bairros;<sup>94</sup> em análises sobre migração para compreender os melhores

---

<sup>92</sup> JACOBI, Pedro, TEIXEIRA, Marco Antônio. *Criação do capital social: o caso ASMARE – Associação dos Catadores de papel, papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte*. [http://inovando.fgvsp.br/documentos/cadernos\\_gestaopublica/CAD%2002pdf](http://inovando.fgvsp.br/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2002pdf) Em 19/05/2005

<sup>93</sup> PAGNONCELLI, Dermizo, AUMOND, Carlos Walter. *Cidades, capital social e planejamento estratégico: o caso Joinville*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 23.

<sup>94</sup> ABRAMOVAY, Miriam, PINHEIRO, Leonardo Castro. “Violência e Vulnerabilidade Social”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de la Comunidad Ibero Americana*. Madri: Comunica. 2003; DIAS JUNIOR, Cláudio Santiago. *Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 2001.

resultados obtidos por certos grupos em relação a outros;<sup>95</sup> para o desenvolvimento de certas comunidades urbanas ou rurais;<sup>96</sup> para o desenvolvimento local;<sup>97</sup> para a participação cidadã na formulação do orçamento de municipalidades;<sup>98</sup> na implantação de políticas públicas;<sup>99</sup> em projetos de inclusão social e de economia popular solidária; no rendimento escolar; no fortalecimento da democracia; e na participação de processos político-partidários.<sup>100</sup>

No Rio Grande do Sul (RS), os professores Pedro Silveira Bandeira e Leonardo Monteiro Monastério destacam-se por suas pesquisas que, tendo por foco o capital social, procuram explicar as desigualdades existentes entre as regiões no que tange ao nível de desenvolvimento econômico alcançado. É notória, nos trabalhos dos dois pesquisadores, a influência exercida pelas publicações de Putnam. Já o professor Marcello Baquero e alguns dos seus orientados têm se valido do conceito nos estudos sobre cultura política e participação democrática que vêm realizando.

Pedro Bandeira tratou a respeito do capital social quando analisou cinco experiências de construção de instituições participativas em escala regional existentes no Brasil. A organização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (COREDEs) foi uma delas. Após descrever a implantação, os objetivos, a estrutura e o funcionamento e as ações desenvolvidas pelos 22 COREDEs ao longo de sua existência, o autor concluiu que são significativas as diferenças entre os mesmos no que diz respeito ao grau de sucesso alcançado na aglutinação dos segmentos da sociedade. Essa diferença adviria de dois fatores principais:

---

<sup>95</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Migração e a (re)construção do capital social. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 303-334.

<sup>96</sup> ARAUJO, Naiana Guedes. Capital social no semi-árido baiano: o exemplo APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>; FONTES, Breno Augusto Souto-Maior, EICHNER, Klaus. A formação do capital social em comunidade de baixa renda. *Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 7, n. 2, oct/nov. 2004. <http://revista-redes.rediris.es>

<sup>97</sup> MILANI, Carlos. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir das experiências de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferencia Regional ISTR-LAC, San José, Costa Rica, 8-10 de octubre, 2003; SKIDMORE, David. Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico. In: ABREU, Alzira Alves de. *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 129-152.

<sup>98</sup> NEVES, Ângela Vieira. Um estudo de caso sobre o orçamento participativo em São Gonçalo: a tensão entre a cultura clientelista e a cultura democrática. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n 3, p. 131-153, set./dez.2003.

<sup>99</sup> LOTTA, Gabriela, MARTINS, Rafael. Capital social e redes sociais: uma alternativa para análise da política pública de educação em Icapuí – CE. <http://www.inovando.fgvsp.br>

<sup>100</sup> BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; BAQUERO, Marcello. A dimensão oculta da democracia contemporânea: desigualdade, cultura política e capital social no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n 3, p. 9-35, set./dez.2003; LÜCHMANN, Lígia H. H. Capital social, sociedade civil e democracia deliberativa. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n 3, p. 105-130, set./dez.2003.

a) a existência e o apoio institucional das Universidades comunitárias em determinadas regiões do Estado, que conseguiam mobilizar lideranças para a discussão de ações relacionadas com o desenvolvimento regional; b) a formação sociocultural das regiões. Em algumas áreas, especialmente na porção Norte do RS, cuja história está ligada à imigração européia e ao predomínio da pequena propriedade, haveria acúmulo de capital social em razão das iniciativas do tipo associativo que ali vicejam. Esse espírito associativo, constituído ao longo dos tempos, seria o grande responsável por incutir nos seus membros relações de confiança e hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público.<sup>101</sup> Já a porção Sul do Estado – a região da Campanha – marcada pelo latifúndio, pela criação extensiva de gado e, no passado, pela escravidão, seria um ambiente menos propício para as práticas participativas, por ter havido aí baixa acumulação de capital social.<sup>102</sup>

No final de 2001, foi divulgada uma pesquisa coordenada por Pedro Bandeira e Benedito César, realizada pelo Laboratório de Observação Social (LABORS) da UFRGS, por encomenda do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional do RS.<sup>103</sup> O objetivo geral desse trabalho era o de contribuir para uma melhor compreensão dos fatores de natureza política, social e cultural que se encontravam associados às desigualdades econômicas observadas entre as regiões do Estado gaúcho. Para detectar a natureza dos fatores envolvidos na produção e reprodução de desigualdades regionais, um dos principais aspectos investigados no levantamento dizia respeito às características socioculturais que contribuía para determinar aquilo que pode ser denominado de “estoque de capital social”. Para tanto, o Estado foi dividido em quatro macrorregiões, tendo por base os 22 COREDEs existentes.

Na pesquisa, a macrorregião denominada **Nordeste I** abrangeu o território da Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo integrada pelos COREDEs Metropolitano, do Delta do Jacuí e do Vale do Rio dos Sinos. A segunda macrorregião, chamada **Nordeste 2**, englobou grande parte das antigas áreas das colônias alemã e italiana do Estado. Foi formada pelos COREDEs da Serra, do Vale do Caí, das Hortências, do Litoral, do Vale do Taquari e do Paranhana-Encosta da Serra. A terceira, denominada **Norte**, incluiu a maior parte das áreas

---

<sup>101</sup> Bandeira, op. cit. p. 87 e 88.

<sup>102</sup> Ver também a respeito MONASTERIO, Leonardo M. Capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro S. (Org.). *Respostas regionais aos desafios da globalização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 193-219.

<sup>103</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu; BANDEIRA, Pedro Silveira (Coord.). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social: pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul*. Relatório de análise dos resultados. Porto Alegre: LABORS/IFCH/UFRGS, 2001.

colonizadas por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus no Estado. Foi integrada pelos COREDEs Nordeste, Norte, da Produção, do Médio-Alto Uruguai, do Noroeste Colonial, das Missões, da Fronteira e da parcela setentrional do Vale do Rio Pardo. A quarta, chamada **Sul**, foi constituída pelos COREDEs da Fronteira Oeste, da Campanha, Central, Sul, Centro-Sul e a porção meridional do Vale do Rio Pardo. Esta última macrorregião correspondeu, assim, à parte sul do território gaúcho, caracterizado historicamente pelo predomínio da pecuária e das grandes propriedades rurais.

Os resultados do relatório apontaram a existência de diferenças substanciais entre essas grandes regiões, no que se refere às diversas variáveis relacionadas com a existência de capital social e com a cultura política. Quanto a este último aspecto, o Norte apareceu como a região mais politizada. No que diz respeito especificamente à existência de capital social, evidenciou que o Nordeste 2 e o Norte, áreas cujas características socioculturais estão associadas à imigração européia, à colonização, à pequena propriedade e à agropecuária familiar, apresentaram uma vida comunitária bem mais intensa e, portanto, uma dotação de capital social bem mais forte do que o Sul e a Região Metropolitana (Nordeste 1). Essa diferença foi constatada principalmente pelos percentuais mais elevados de participação em associações voluntárias e pela maior intensidade de convívio social observados no Norte e no Nordeste 2, o que é denominado de sociabilidade informal, e que inclui atividades como visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa, reunir-se com membros da mesma igreja ou religião, participar em diversos tipos de atividades de lazer com outras pessoas etc. Segundo os autores do trabalho, essas duas regiões, em função de sua cultura associativa, poderiam ter vantagens competitivas sobre as outras. Já o Sul e a Região Metropolitana apresentaram menores dotações de capital social, expressas por percentuais menores de participação em associações voluntárias e índices de sociabilidade mais reduzidos.

Bandeira, um dos coordenadores do trabalho acima referido, aprofundou em 2003 a análise dos dados obtidos naquela pesquisa.<sup>104</sup> Valorizou sobremaneira a formação histórica das diferentes macrorregiões do Rio Grande do Sul. Reforçou a formação européia do Norte e da parte não-metropolitana do Nordeste, em contraste com a do Sul, que qualificou como sendo predominantemente ibérica. Ali também a grande propriedade rural e a convivência com a escravidão teriam sido responsáveis pela produção de uma sociedade menos

---

<sup>104</sup> BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.



igualitária.<sup>105</sup> As causas apontadas para a menor dotação de capital social na região metropolitana ou na Nordeste 1, que obteve índices semelhantes ao Sul, estariam nas próprias características de vida existentes nos grandes conglomerados urbanos: a redução do tempo disponível restringiria a possibilidade de as pessoas participarem em associações voluntárias e diminuiria o convívio social.

Em tese de doutoramento defendida no Programa de Desenvolvimento Econômico, da Universidade Federal do Paraná, Leonardo Monteiro Monastério, através da abordagem do capital social, procurou compreender o atraso da região Sul do RS, chamada de Campanha. Nitidamente inspirado nos trabalhos de Putnam sobre a existência de capital social nas diferentes regiões da Itália e dos Estados Unidos, dividiu o Estado em quatro regiões: Campanha, Planalto, Serra e Mista. Embora o foco fosse a Campanha, os dados estatísticos coligidos pelo pesquisador normalmente foram comparados entre as diferentes áreas geográficas. No estudo, foi dada ênfase especial à formação social e econômica da região pastoril. Monastério defende que a ocupação do Pampa gaúcho através de latifúndios militarizados restringiu a possibilidade de formação de capital social. Os grandes vazios populacionais nessa área dificultariam a formação de laços pessoais indispensáveis à acumulação de capital social.

Também constatou que o capital social existente na Campanha não sofreu grandes variações ao longo do tempo. Em fins do século XIX, por exemplo, evidenciou a existência de capital social entre os extratos superiores e os negros ex-escravos. O problema era o tipo de capital social encontrável. Numa sociedade de castas, o único capital que poderia se desenvolver era o *bonding*, em que a confiança, quando se está num grupo mais fechado, se dá apenas entre os membros do próprio grupo que acabam formando um gueto. Conforme a literatura existente, essa modalidade é insuficiente para gerar conseqüências benéficas sobre o crescimento econômico a longo prazo de uma região. Esse tipo de capital, construído numa sociedade hostil e discriminatória, separava as redes associativas, impedindo a população de ter acesso às modalidades *bridging* e *linking* de capital social. Por isso, defende o autor que as raízes do atual atraso econômico da porção Meridional estão no período pré-republicano. Nesse sentido, a Campanha, com sua ocupação baseada no trabalho escravo e com uma

---

<sup>105</sup> Ibidem p. 31.

estrutura latifundiária de posse da terra não teria se constituído em terreno propício para a acumulação do tipo de capital social mais favorável ao crescimento.<sup>106</sup>

Atualmente, a Campanha continuaria sendo uma região desigual que apresenta baixos índices de capital social e de qualidade de gestão pública. No que tange à gestão pública, constatou que aqueles municípios localizados na Campanha eram pouco informatizados, insuficientes na arrecadação de impostos, com gastos sociais por habitante abaixo da média e com a sociedade pouco representada através de conselhos. Isso adviria do fato de que ali haveria carência das modalidades *bridging* e *linking* de capital social, o que deriva de sua formação socioeconômica.

Partindo de Putnam, a menor dotação de capital social da porção meridional do RS deve ser buscada no processo histórico de sua gênese. Ali, como já foi reiterado, predominaram a população de origem ibérica, a grande propriedade pastoril e a escravidão, sendo a formação social e econômica, portanto, semelhante à verificada no restante do Brasil-Colônia. Em Sérgio Buarque de Hollanda, Oliveira Vianna e Jorge Salis Goulart se encontram alguns elementos que, no dizer de Durston,<sup>107</sup> fariam parte da pré-história do capital social, sendo necessário fazer uma “escavação arqueológica” para identificar alguns dos seus episódios.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Raízes do Brasil*, obra publicada pela primeira vez em 1936, já afirmara que uma das conseqüências da escravidão e da hipertrofia do latifúndio na estrutura da economia colonial brasileira era praticamente a ausência de qualquer esforço sério de cooperação nas atividades produtoras artesanais urbanas. Além da herança da repulsa ao trabalho manual dos povoadores ibéricos e do amor ao ganho fácil, havia ainda o instituto da escravidão. Por isso, nos ofícios e na indústria caseira predominavam os escravos, o que entravava o comércio e provocava a escassez de artífices livres nas cidades e vilas. Conseqüentemente, os grêmios de ofícios, tão comuns à Europa medieval e, posteriormente, aos Estados mercantilistas, não se puderam desenvolver na América portuguesa.

---

<sup>106</sup> MONASTERIO, Leonardo Monteiro. *Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 158.

<sup>107</sup> Durston (1999), op cit. p. 116

O que sobretudo nos faltou para o bom êxito desta e de tantas outras formas de labor produtivo foi, seguramente, uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país. Trabalhos de índole coletiva espontaneamente aceitos podiam ocorrer nos casos onde fossem de molde a satisfazer certos sentimentos e emoções coletivos, como sucede com os misteres relacionados de algum modo ao culto religioso.<sup>108</sup>

Holanda também se reporta a outro costume, ao qual hoje poderíamos qualificar como importante repositório de sociabilidade informal. É o caso do mutirão, quando roceiros auxiliam uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação de algodão e em outros afazeres. Essas trocas de trabalho, herdadas do gentio da terra e não dos lusos, se fundariam, além da expectativa de auxílio recíproco, “na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no ‘mais animados do espírito da caninha do que do amor ao trabalho’.”<sup>109</sup> O mutirão parece ter sido uma prática de lavradores pobres brasileiros.

Em seu primeiro livro escrito em 1918 e publicado em 1920, Oliveira Vianna também fez menção à ausência de tradição associativa da população luso-brasileira. Sua análise a respeito da solidariedade humana partiu de uma analogia com o reino animal. Aquelas espécies que teriam grande número de inimigos seriam naturalmente mais solidárias. A tendência gregária e o espírito de sociabilidade decorreriam pelo medo do inimigo comum, pela ameaça do perigo comum e pela necessidade de defesa do grupo. Sem essa pressão, os animais seriam insociáveis e solitários. Seria por isso que os tigres e os leões – diferentemente do que acontece, por exemplo, com as ovelhas, os búfalos, as abelhas, as formigas e os castores –, devido à força de que dispõem, a ponto de serem considerados os reis da criação, viveriam solitários não conhecendo o gregarismo das manadas. Assim a solidariedade humana, de forma idêntica aos animais, seria um produto do medo, sendo resultado da defesa contra os inimigos comuns, as feras e outros homens.<sup>110</sup>

Ao analisar o comportamento do matuto, ou seja das populações rurais do centro-sul, afirmou serem escassas as instituições de solidariedade social do povo, vivendo o homem isolado dentro dos latifúndios ou do seu círculo familiar. A carência de institutos de

<sup>108</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 29.

<sup>109</sup> *Ibidem* p. 30.

<sup>110</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Primeiro Volume. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. UFF, 1987. p. 152-153.

solidariedade e cooperação, particularmente de solidariedade e cooperação vicinal, abundantes nos antigos povos ocidentais e muito presentes entre os portugueses, aqui praticamente não se faziam sentir:

Outras instituições de cooperação social, vicejantes ainda nas tradições do povo luso, igualmente não se aclimataram aqui. É o caso das belas festividades aldeãs, das ceifas, das desfolhadas, das mondas, das vindimas, que na Península se faziam com o concurso dos vizinhos, entre bailados típicos, folguedos, tradições, usanças rústicas, que recordam as ceifas, as mondas e as vindimas do tempo de Teócrito e de Virgílio. Nem a colheita do algodão ao norte e a apanha do café ao sul, nem o corte do arroz, nem a quebra do milho por toda parte, criam iguais costumes vicinais. Todos esses trabalhos são aqui penosos e tristes e fazem-se com as forças da própria família nas pequenas datas dos sitiantes e, nas grandes herdades, com o corpo dos trabalhadores escravos.<sup>111</sup>

Para Oliveira Vianna, os grandes domínios independentes e autônomos dispensavam a cooperação porque eram capazes, por si só, de organizar os seus interesses, como a organização da produção e da defesa. Nada forçaria os senhores de engenho e cafezais, os grandes chefes de clãs rurais, à cooperação e solidariedade voluntária e prolongada. Diferentemente do que acontecia nos países povoados por raças teutônicas, da Inglaterra e da América, onde pululavam entidades de iniciativa privada como sindicatos, cooperativas, ligas humanitárias, clubes, associações e sociedades com finalidade econômica, política, moral, científica, artística ou recreativa, entre nós essas formas de solidariedade, quando surgiam, tinham vida artificial e efêmera duração. A única forma de solidariedade social efetivamente praticada era a de clã.<sup>112</sup>

O cientista social, no entanto, ressaltou que, nas regiões de campos onde predominava o pastoreio, isto é, nos pampas do sul e nas caatingas do nordeste, registravam-se alguns rudimentos de solidariedade voluntária e de cooperação. As vaquejadas existentes no Norte e os rodeios no Sul ampliavam um pouco o campo da solidariedade voluntária dos trabalhadores da fazenda para além do meio familiar.<sup>113</sup> No segundo volume da sua obra, em que trata do campeador rio-grandense, retoma e aprofunda a questão da sociabilidade dos estancieiros do Sul. Argumenta que, no que tange às relações de vizinagem, no pampa gaúcho elas adquiriram uma amplitude e intensidade que em vão se procura nos grupos rurais do

---

<sup>111</sup> Ibidem p. 149.

<sup>112</sup> Ibidem p. 157. O autor, contudo, chama a atenção para o fato de que os pequenos colonos germânicos do Paraná e de Santa Catarina (inexplicavelmente deixa os do Rio Grande do Sul de fora) estavam ligados solidariamente em suas cooperativas de laticínios e de cereais.

<sup>113</sup> Ibidem p. 149.

centro-sul e nos grupos sertanejos do nordeste.<sup>114</sup> O largo emprego do cavalo nos campos do sul e o terreno plano da Campanha funcionariam como facilitadores de contatos com grupos vizinhos. “O cavalo corrige, assim, a dispersão social inevitável nessas regiões de planícies infinitas, sujeitas à ação demograficamente centrífuga do pastoreio.”<sup>115</sup>

Ainda de acordo com Oliveira Viana, o gaúcho seria um ser jovial exatamente por ser sociável. O próprio costume de tomar chimarrão com a cuia rodando de mão em mão já denotaria o sentimento de solidariedade e de sociabilidade. Seriam, porém, as lidas na atividade de criação de gado que teriam permitido desenvolver hábitos de cooperação e de solidariedade.

Na verdade, ao contrário do que acontece nas operações do labor agrícola, as operações mais importantes do pastoreio nas estâncias resultarão infrutíferas, se feitas sem a cooperação e a solidariedade de todos os campeiros. O ‘parar o rodeio’, o ‘sustar as disparadas’, o ‘repointar a tropa’, o ‘rondar o gado’, o ‘voltar uma manada’, que são operações fundamentais do serviço pastoril, são operações coletivas, sem nenhuma possibilidade de realização individual e isolada.<sup>116</sup>

Também as inúmeras guerras defensivas e ofensivas, que por mais de uma centúria assolaram o Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX, teriam contribuído para engendrar a cooperação e o exercício do poder público entre os criadores de gado. A defesa do território, devido à reduzida presença do Estado, passou a ser tarefa dos particulares. Para tanto, a cooperação entre os estancieiros se fazia necessária para arregimentar as massas e conduzir a guerra. Essa pressão, provocada pela ameaça constante do inimigo, teria forçado a preocupação com as questões de interesses coletivos da totalidade do grupo ameaçado.

O estancieiro não tinha que bater-se com o estancieiro limítrofe. Tudo impunha a união; em tudo ressaltava a necessidade de aliança em defesa do interesse da comunidade. (...) Forçado a lutar com o estrangeiro continuamente, durante mais de cem anos sucessivos, o gaúcho habituou-se, destarte, ao esforço em comum, à cooperação social, isto é, a agir associando o seu interesse pessoal e particular ao interesse coletivo e geral.<sup>117</sup>

É nesse contexto histórico que a discussão dos assuntos públicos teria se formado e propagado, radicando-se nas tradições e nos costumes. Em contraste com os sertanejos e os

<sup>114</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Segundo Volume. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. UFF, 1987. p. 184.

<sup>115</sup> *Ibidem* p. 189.

<sup>116</sup> *Ibidem* p. 187.

<sup>117</sup> *Ibidem* p. 142-143.

matutos, os campeadores rio-grandenses teriam muito mais aptidão para organizarem os poderes públicos e o exercício dos governos. O traquejo nos campos de batalha seria, portanto, responsável por engendrar a mentalidade cívica entre os habitantes do extremo-sul do país.

Oliveira Vianna foi, indiscutivelmente, um dos intelectuais brasileiros defensores do viés político autoritário. Ao enfatizar as escassas relações de vizinhança, de solidariedade e de cooperação da sociedade brasileira, cujas origens remontam ao modelo de ocupação econômica e territorial colonial, que proporcionaram a constituição de estabelecimentos econômicos quase autárquicos, está na realidade criticando o liberalismo político das oligarquias rurais. Os latifundiários, por deterem nas zonas rurais o monopólio do mercado de trabalho e o controle clientelístico da população, possuíam também o controle político. Como o liberalismo seria impossível sem uma sociedade liberal, caberia a um Estado autoritário criar as condições para a implementação de um regime político liberal.

No que tange à formação social da sociedade campeira gaúcha, o autor ameniza nitidamente os efeitos do latifúndio, da escravidão e do clã parental sobre a sociabilidade, a cooperação e o espírito cívico da população. Não se pode, entretanto, supervalorizar essa minimização. Na essência, a formação latifundiária e de sociedade de clã da região pastoril do sul é muito assemelhada àquela que caracterizou a da formação luso-brasileira do centro e do nordeste do Brasil. Nesse contexto, a democracia pastoril, em que se irmanavam patrões e empregados, tantas vezes cantada em prosa e verso, não passa de um mito ideológico a serviço da classe proprietária de terras, gado e escravos. O instituto da escravidão, praticamente olvidado por Vianna, como comprovam inúmeros trabalhos históricos, esteve presente na Zona Sul da Província de São Pedro. A força de trabalho escravo foi fundamental não somente nas charqueadas, mas esteve presente também na lavoura comercial e de subsistência, nos serviços domésticos e na lida do gado.<sup>118</sup> Portanto, é necessário considerar que na formação social e econômica da pecuária, os caudilhos encontraram espaço ideal para reforçar seus hábitos de autoridade e de mando. Esse tipo de sociedade inibiu a cooperação, a especialização no trabalho e o surgimento de associações dos mais diversos fins.

---

<sup>118</sup> Sobre a presença do escravo nas atividades pastoris, ver, entre outros: MAESTRI, Mário. Trabalhadores escravizados e livres na fazenda pastoril (1860-1888). In: Centro de estudos marxistas. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 113-147; ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.p. 104-123;

Posições assemelhadas às de Oliveira Vianna seriam defendidas, em 1927, por Jorge Salis Goulart. Em “A formação do Rio Grande do Sul”, obra que pelos mitos e pela ideologia que difundiu muito iria influenciar gerações posteriores de historiadores e de defensores do movimento nativista gaúcho, Goulart procurou fazer uma análise sociológica da sociedade rio-grandense. A tese de que o espírito militar do povo gaúcho provocou a cooperação voluntária (não a forçada imposta pelos chefes guerreiros) é retomada. A solidariedade do gaúcho, demonstrada quando da marcação e castração de reses, ao saborear um churrasco, nas longas palestras em torno do fogo de chão e das rodas de chimarrão, nos bailes, nas corridas de cancha reta e na hospitalidade oferecida ao visitante, teriam feito dele um ser social despojado do sentimento egoísta e individualista. Além desse espírito comunitário, o autor também defende a existência de uma democracia pastoril no RS. Na estância, célula social da sociedade, haveria uma democracia onde patrões e empregados viviam harmoniosamente, sendo o peão muito mais um amigo do que um subordinado do seu patrão. Assim, “a hospitalidade, a democracia, a sinceridade, a altivez, a alegria, a tolerância religiosa, a franqueza, a bondade, a honestidade” seriam virtudes locais que, isentas de pressão exterior, se acumulavam na alma rio-grandense.<sup>119</sup>

No que tange à escravidão, o autor defendeu que ela seria pouco numerosa no Estado e praticamente inexistente na atividade criatória. Além disso, ela contrastaria significativamente dos rigores da escravidão existente no restante do país. Em outros termos, teríamos aqui uma “escravidão boa”.

Profundamente generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos, como já sabemos, com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil. O cativo aqui não conheceu os horrores das senzalas do Centro e do Norte, em que os martírios do trabalho do eito, ao mormaço, alternavam com os rigores inquisitoriais do tronco. O negro, desde logo, formou sociedade com os brancos e tanto ele como o índio auxiliaram os destemidos fronteiros em todos os seus momentos de luta tremenda na defesa deste solo.<sup>120</sup>

Referindo-se à escravidão no Sul dos Estados Unidos, Tocqueville já em 1835 havia registrado que ela desonrava o trabalho, introduzia o ócio na sociedade e, junto com este, a

---

<sup>119</sup> GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Martins Livreiro; Caxias do Sul: UCS, 1978. p. 139.

<sup>120</sup> *Ibidem* p. 77.

ignorância e o orgulho, a pobreza e o luxo. Acreditava que o instituto da escravidão debilitava as forças de inteligência e entorpecia a atividade humana.<sup>121</sup>

O professor Dinizar Becker, em um trabalho nitidamente influenciado pelas idéias de Gramsci, Polany e Schumpeter, teceu duras críticas à utilização do conceito de capital social. Afirmou que essa categoria de análise é um modismo que está se tornando hegemônico no início deste terceiro milênio, “como se fosse o re-encantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem alguns.”<sup>122</sup> Complementou asseverando que, nos termos em que está sendo proposto, o capital social “não passa de mera derivação formal da economia de mercado e, enquanto tal, é completamente funcional ao processo de globalização contemporâneo. Sendo assim, nem estaríamos ressuscitando os velhos valores éticos e morais de nosso passado comunitário e nem muito menos estaríamos redimensionando valores essenciais à vida humana.”<sup>123</sup> Ou seja, a existência de capital social em uma comunidade ou região teria se tornado uma particularidade local muito valorizada pela economia de mercado. O espaço que contaria com esse atributo, poderia contar com um importante elemento de competição na concorrência dos capitais no mundo globalizado.

## 1.2 A origem do capital social

Quanto à origem do capital social nas regiões de colonização germânica do Estado, adotar-se-á a abordagem cultural. A expressão capital social, como já anteriormente referido, tem uma genealogia antiga. E essa categoria conceitual está ainda longe de ter uma definição que possa ser consensualmente aceita, sendo vista ainda como “algo nebuloso e muito amplo”,<sup>124</sup> incluindo vários campos e diferentes abordagens teóricas. Uma das disputas em torno do capital social, como apontado anteriormente, contrapõe a abordagem cultural de Putnam e seguidores com a de neo-institucionais, como Evens, Fox e Tandler. Na obra de Putnam, a cultura política e a história particular determinam a existência ou inexistência de

---

<sup>121</sup> Tocqueville, op. cit. p. 39. Uma análise mais acurada dos malefícios provocados pela ocorrência da escravidão são aprofundados pelo autor no capítulo X da mesma obra.

<sup>122</sup> BECKER, Dinizar Firminano. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 88.

<sup>123</sup> Ibidem p. 89.

<sup>124</sup> Baquero, op. cit. p. 45.



associativismo horizontal, base do engajamento cívico. Ou seja, Putnam ressalta o desenvolvimento histórico do capital social, o que redundava num determinismo cultural, o que não deixa de ser frustrante politicamente para as nações ou regiões que o possuem em pequena escala.

Já para a vertente neo-institucionalista, o capital social não seria um atributo cultural forjado ao longo de gerações, mas poderia ser criado desde que houvesse organizações suficientemente fortes para inculcar nos indivíduos da comunidade ou sociedade confiança mútua, respeito às normas e decisões, redes de solidariedade e cooperação com o objetivo de solucionar problemas que exigem engajamento coletivo. Um exemplo ilustrativo sobre o fomento de capital social patrocinado pelas Nações Unidas nos é dado na Guatemala. Naquele país da América Central, com o fim dos conflitos internos que por anos devastaram o país e com a celebração de um acordo de paz, várias experiências exitosas fortaleceram a governabilidade, o “empoderamento” e a participação da sociedade civil.<sup>125</sup> Para os defensores desse campo teórico, o Estado tem importância fundamental no potencial de indução, de mobilização ou de desmobilização das iniciativas coletivas.<sup>126</sup> Seu pressuposto básico é de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade de mobilização dos recursos sociais.<sup>127</sup> Ou seja, a elevação do índice de capital social dependeria fundamentalmente do papel desenvolvido pela burocracia estatal. Ela seria responsável por provocar uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil.

Javier Figueras, embora reconhecendo a ausência do Estado em muitas das formulações teóricas e aplicações práticas do capital social, expressando uma visão que é hegemônica entre os cepalinos, defende que no combate à pobreza

(...) el Estado debería ser una de las fuentes esenciales de los recursos necesarios para impulsar el capital social de los pobres y dar un salto cualitativo hacia el desarrollo. Como principal proveedor de los bienes públicos, el Estado puede apoyar competencias educativas y mejorar la salud; acompañar y asesorar procesos de desarrollo con sus conocimientos técnicos e inversión social; fortalecer organizaciones mediante la normatividad, dándole el peso de la ley a las obligaciones y deberes asumidos y posibilitando su cumplimiento y sanción

<sup>125</sup> Ver a respeito: CORLAZZOLI, Juan Pablo. In: Encontro Internacional “La Agenda Etica Pendiente em América Latina.” 18 e 19 Diciembre de 2003, Montevideo – Uruguay. <http://www.iadb.org/etica> em 20/03/2005.

<sup>126</sup> Ver a respeito especialmente o capítulo II de JAWDAT, Abu-El-Haj. *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>127</sup> JAWDAT, Abu-El-Haj. O debate em torno do capital social. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 47, I sem. 1999. p. 71; Lechner, op. cit. p. 122-123.

mediante las instituciones policiales y judiciales. Puede, finalmente, crear un clima de confianza por medio de la transparencia en sus actos y la rendición de cuentas (accountability).<sup>128</sup>

No mesmo sentido, Cruz et al argumentam que, na literatura existente sobre o capital social, a participação do Estado muitas vezes é olvidada. Na América Latina, o papel regulador, facilitador e promotor do Estado seria uma força dinâmica que influenciaria de forma determinante, positiva ou negativamente, nas comunidades, cidades, regiões e nações. Em muitas localidades, políticas governamentais de segurança pública, de assistência técnica, de acesso ao crédito, de melhoria de infra-estrutura em estradas, eletrificação, telefonia e redes hídricas, seriam decisivas para a melhoria das condições sociais e econômicas dos moradores.<sup>129</sup> Supor que pequenos projetos e algumas ações localizadas, sem contar com o decidido apoio político de órgãos estatais, sejam suficientes para transformar o conjunto da economia e da sociedade, é uma tremenda ingenuidade.

A credibilidade nas estâncias judiciárias, o combate à impunidade e a garantia de segurança pública são todas atribuições do Estado que também influenciam diretamente nos níveis de capital social. Como afirma Fukuyama, “as pessoas não podem se associar, ser voluntárias, votar, ou cuidar de si mesmas se elas têm medo ao caminhar pelas ruas.”<sup>130</sup>

Quanto ao tempo necessário para a construção de capital social, Durston, ao descrever a experiência dos camponeses de Chiquimula, na Guatemala, através de um caso concreto, demonstrou que o princípio teórico de Putnam – de que o desenvolvimento de capital social é um processo lento e uma tarefa praticamente impossível – não é válido. Para Durston, a combinação de determinados fatores permite a construção de capital social comunitário em alguns poucos anos. Atualmente, existiriam metodologias e técnicas que permitiriam criá-lo ao invés de esperar que surgisse como um subproduto de um fenômeno espontâneo.<sup>131</sup>

Assim como há estudos que analisam como o Estado, através de políticas públicas, contribui para a criação de capital social, há também uma série de outros estudos que avaliam o seu uso pelo Estado para obter o “empoderamento” de setores sociais excluídos e para

<sup>128</sup> FIGUERAS, Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociabilidad. In: Atria et al, op cit. p. 257.

<sup>129</sup> CRUZ, Manuel Ángel Gómez et al. Capital social y pequeños productores de leche en México. In: Atria et al, op cit. p. 546-47.

<sup>130</sup> Fuktyana (1999), op. cit.

<sup>131</sup> Durston (1999), op. cit. p. 155-56.

aumentar o impacto dos serviços sociais nas comunidades. O trabalho já referido de Tandler é sugestivo quanto a isso.

As críticas que os neo-institucionalistas fazem a Putnam – o que se pode estender também a Coleman – parecem ser pertinentes. Levando ao extremo o culturalismo, chega-se a uma espécie de fatalismo que consiste em relegar às comunidades com pouco capital social um futuro sem perspectivas. Apesar dessas críticas, não se deve, no entanto, deixar de levar em conta a concepção de associativismo horizontal desenvolvida por Putnam. Ele vê nessa característica social um agente facilitador das iniciativas coletivas e do engajamento cívico. Deve-se também ter precaução contra uma espécie de determinismo às avessas de alguns neo-institucionalistas, que defendem a primazia do Estado na produção do capital social. Só que, sem um efetivo engajamento e a participação da população, a organização social não se concretiza.<sup>132</sup>

Como a categoria conceitual capital social ainda é bastante recente, acredita-se que, no futuro, essa polêmica em torno da origem do capital social seja superada. Ele tanto pode ter uma origem remota, em virtude da cultura política e da história particular de uma determinada sociedade, quanto pode ter uma origem recente. Nesse caso o capital social pode ser induzido ou acelerado por políticas públicas implementadas pelo Estado ou mesmo por organizações não-governamentais. O decisivo, o ponto nevrálgico da questão é a existência, em significativos níveis, de capital social em uma sociedade. Assim sendo, a oposição teórica entre os culturalistas e os neoinstitucionalistas não é algo irreconciliável e tende a se dissipar com o passar do tempo.

As tradições cívicas, o capital social e as práticas colaborativas, por si só, não desencadeiam o progresso econômico. Eles, entretanto, se constituiriam em elementos importantes para as regiões enfrentarem os desafios e se adaptarem a eles e às oportunidades da realidade presente e futura. Nos estudos que fez sobre as diferentes regiões do RS, Bandeira constatou não existir uma relação linear entre capital social e desenvolvimento regional. Para ele, o capital social favorece o desenvolvimento, porém não é condição suficiente para que ele ocorra. Outros fatores, entre os quais a estrutura econômica

---

<sup>132</sup> Dias Júnior, op. cit. p. 85.

preexistente, as economias de aglomeração, a capacidade de inovação, os recursos naturais e a localização em relação aos mercados também precisam ser levados em consideração.

Um outro fator que deve ser considerado na produção ou ampliação dos níveis de capital social de uma comunidade é o papel que cumprem as ONGs e as igrejas. Na América Latina, em particular, vários estudos de caso têm evidenciado a estratégica participação de integrantes de Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica para a organização e transformação de setores pobres e oprimidos da sociedade. Estabelece-se, dessa forma, uma estreita relação entre fé cristã e transformação social. Como atestou Carlos Milani no seu estudo sobre Pintadas, Bahia, as noções de cidadania e compromisso cívico passam quase sistematicamente pela relação com a Igreja. Em muitos relatos de experiências é possível perceber que a Igreja Católica se constitui na parceira principal da disseminação das práticas de transformação social. Por intermédio dos valores relacionados com a solidariedade e a cooperação, a chamada “ala progressista” da Igreja Católica estimula a construção do sentido do comunitário e do coletivo.<sup>133</sup>

Por tudo que foi exposto ao longo deste capítulo, é possível afirmar que uma região rica em capital social pode ter reduzido dinamismo econômico em função de alguns ou vários de outros fatores não estarem presentes. Pode acontecer, também, de o crescimento econômico ocorrer onde há baixa dotação de capital social, mormente como resultado da intervenção de atores econômicos que venham de fora da região. Em todo caso, o que parece ser inegável é o fato de o capital social ser essencial para o desenvolvimento endógeno, que exige a cooperação permanente entre os atores regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo.

Destaca com propriedade Maria Celina D’Araujo que o conceito de capital social, se mal apreendido, superestimado ou focado de maneira messiânica, pode vir a ser desqualificado. No entanto, se minimamente bem definido e valorizado, pode converter-se em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia.<sup>134</sup> Ou seja, pode ser uma ferramenta útil para ajudar comunidades e governos a resolverem problemas de certa relevância.

---

<sup>133</sup> Milani, op. cit. p. 6.

<sup>134</sup> D’Araujo, op. cit. p. 7.

### 1.3 Capital social como ferramenta de superação de adversidades

O capital social constitui provavelmente uma das inovações mais prometedoras da teoria social contemporânea. Ele pode ser analisado enquanto atributo de comunidades, de regiões, de estados e, inclusive, de nações. Mobilizado, ele se torna um dos ativos mais importantes de qualquer comunidade, especialmente das mais pobres.

De acordo com os especialistas na questão, regiões dotadas de elevados índices de capital social estariam mais propensas à participação, o que facilitaria a articulação entre os diferentes atores sociais, fortaleceria a coesão da comunidade, melhoraria a qualidade das decisões, facilitando o alcance dos objetivos de interesse comum.<sup>135</sup>

Nos capítulos que se seguem, será feita uma “escavação arqueológica” do capital social existente nas chamadas colônias alemãs velhas do RS. Como se verá, a participação em associações voluntárias – que é uma das variáveis freqüentemente utilizadas na aferição de capital social – ali foi significativa. A existência e a participação dos indivíduos em uma densa rede de associações voluntárias, tais como em igrejas e grupos religiosos; em clubes esportivos; em sociedades recreativas e clubes sociais; em organizações artísticas, culturais ou educacionais; em sindicatos e associações profissionais; em partidos políticos; em entidades filantrópicas; em cooperativas; em clubes de serviço; na maçonaria; na direção de museus e bibliotecas; na participação em conselhos curadores etc, na literatura sobre o tema tem sido apontado como um dos principais indicadores da existência e abundância de capital social em uma determinada região. A vitalidade da sociedade civil, portanto, depende da existência desses tipos de associações horizontais, nas quais há uma ampla participação da população. Essas redes de organização não são o capital social em si, mas são sua fonte, sua infraestrutura. No processo de desenvolvimento das regiões coloniais, a existência dessas organizações horizontais, que são as preferidas para o capital social na tradição putnamiana, constituiu um tecido comunitário imprescindível para engendrar entre os imigrantes e seus

---

<sup>135</sup> BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro (Org.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 61

descendentes um clima de confiança mútua, para a generalização do sentimento de cooperação, para o estabelecimento de normas de conduta e de reciprocidade e para elevar-lhes a autoconfiança e a auto-estima.

Além das associações horizontais, foi importante também nessas regiões a sociabilidade informal, que inclui uma série de atividades como visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa, realizar mutirões, participar das mais diversas atividades de lazer junto com outras pessoas etc. Esse intenso convívio social igualmente estimula a confiança no próximo, a solidariedade e o espírito de cooperação.

De forma idêntica, as diferentes formas e estratégias de cooperação que se estabeleceram em algumas comunidades, que vão desde a formação de frentes de trabalho para a derrubada da mata, abertura de clareiras, construção da primeira choupana, abertura de estradas, até a edificação de escolas, templos e hospitais, serão enfocadas.

O objetivo não é trabalhar com indicadores para a mensuração de capital social, algo extraordinariamente difícil de ser conseguido no presente, e praticamente impossível de se levantar para esse período pretérito. Com essa “escavação”, pretende-se identificar e descortinar algumas práticas de cooperação existentes entre os colonos alemães e seus descendentes, cujos rastros o tempo em grande parte apagou.

Dessa forma, visa-se, a partir da teoria de capital social exposta por Putnam, ou seja, da vertente culturalista, analisar o papel que ele desempenhou no processo de desenvolvimento das antigas áreas coloniais alemãs do RS. Como se verá, o acúmulo de capital social nessas áreas se lastreou fundamentalmente sobre a comunidade étnica e religiosa. E as organizações criadas pelos imigrantes e pelos seus descendentes não estavam necessariamente vinculadas a assuntos políticos. Estavam mais voltadas para os problemas do dia-a-dia e da própria comunidade do que para grandes debates nacionais e serviram principalmente para formar uma rede de proteção e conforto a seus membros.

## 2 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Como apontou com muita propriedade o antropólogo Emílio Willems, a emigração, relativamente rara na Europa em épocas anteriores, tornou-se, durante o século XIX e no início do século XX, cada vez mais comum.<sup>1</sup> Embora tenham sido diversos os motivos que levaram milhões de pessoas a se evadirem para outros continentes, as conseqüências advindas do crescimento demográfico, da industrialização, da urbanização e da proletarização pela qual passavam muitas das nações européias, certamente tiveram papel proeminente.

Particularmente, no que diz respeito aos territórios povoados por populações alemãs, muitos abandonaram seu lugar de origem devido à pobreza, à fome e ao desemprego, pelo medo de serem convocados para a guerra, por razões políticas, movidos pelo espírito de aventura ou pelo acalentado desejo de se tornarem proprietários de terras na América, África ou Oceania. Dependendo da região, um ou mais desses fatores impeliram à tomada da decisão de partir.

O historiador inglês, Eric Hobsbawm, estima que somente no período compreendido entre os anos de 1871 a 1911, 27,6 milhões de pessoas teriam abandonado o Velho Continente. Na mesma época, pelos portos dos Estados Unidos teriam ingressado 20,5 milhões desses migrantes.<sup>2</sup> Já Beaujeau-Garnier<sup>3</sup> considera que cerca de 60 milhões de indivíduos teriam abandonado a Europa entre 1846 e 1932, que foi o período de saída mais intensa. Segundo o mesmo autor, em torno de 7 milhões de pessoas teriam deixado a

---

<sup>1</sup> WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. p. 54.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 273.

<sup>3</sup> BEAUJEAU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Nacional, 1980.

Alemanha somente no curto espaço de tempo entre 1878 e 1892. De acordo com Hans-Jürgen Prien,<sup>4</sup> no século XIX teriam emigrado de terras alemãs aproximadamente 10 milhões de pessoas. Somente para os Estados Unidos, entre 1860 e 1930, teriam emigrado 35 milhões de pessoas. Os números da transumância que podem ser apresentados, embora divergentes entre si, dão uma noção do impacto que a migração causou e do fabuloso negócio que representou.

Antes de emigrar, as famílias se desfaziam dos seus poucos pertences. Vendiam para parentes ou vizinhos os escassos móveis, os animais domésticos e as ferramentas que não poderiam levar na viagem. O intuito era o de amealhar algum recurso financeiro para cobrir parte dos custos de transporte ou para permitir fazer os investimentos iniciais no além-mar.<sup>5</sup> Em seguida, era necessário se deslocar, de carroça, de trem ou de vapor, até uma cidade portuária, a fim de embarcar em um navio. Ali, não raro, as pessoas ficavam aguardando por semanas até serem, enfim, embarcadas. Inicialmente, o transporte de passageiros e de cargas era feito por veleiros, o que tornava as viagens longas, arriscadas e imprevisíveis. O brigue Henriqueta Sophia, por exemplo, partiu de Hamburgo em 18 de julho de 1847 e aportou em Rio Grande somente em 20 de setembro do mesmo ano.<sup>6</sup> Gustav Hermann Strobel deixou registrado que em 1854 o veleiro de três mastros, o “Florentin”, fez o percurso de Hamburgo até o porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, em seis semanas, o que foi considerada uma travessia relativamente rápida. Mas salienta que, naquela época, quando os ventos eram desfavoráveis, podia acontecer de um veleiro demorar até três meses.<sup>7</sup> Por essa mesma época, Joseph Hörmeyer escreveu que a viagem de Jorge, personagem fictício da sua narrativa, teria durado 54 dias depois de passar a embocadura do rio Elba e aportar no porto do Rio de Janeiro.<sup>8</sup> Gradualmente, no entanto, os veleiros foram sendo substituídos por vapores de grandes companhias de navegação, o que tornou o deslocamento ultramarino mais rápido, seguro e previsível.

A emigração transatlântica em massa corroborou decisivamente para descomprimir, na Europa, as tensões entre as elites e as classes subalternas. Mas a era da grande emigração foi, acima de tudo, um grande negócio. Ela abriu oportunidades de ganho para atores diretamente envolvidos nas atividades relacionadas com o transporte de passageiros e cargas, como

---

<sup>4</sup> PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25.

<sup>5</sup> LANG, Guido. *Jacob Lang – a história de um imigrante e pioneiro*. São Leopoldo: Rotermund, 1992. p. 12.

<sup>6</sup> *Ibidem* p. 19.

<sup>7</sup> STROBEL, Gustava Hermann. *Relatos de um pioneiro da imigração alemã*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1987. p. 23-24.

<sup>8</sup> HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1966. p. 79.



agentes e subagentes da emigração, armadores, contratadores, marinheiros e companhias navais. Mas, dela tiraram, igualmente, proveito estalajadeiros, taberneiros, vendedores ambulantes, comerciantes, prostitutas, vigaristas e espertalhões que viviam em cidades portuárias. O imigrante italiano Paulo Rossato que, em 1883, saiu de Valdagno e dirigiu-se à colônia imperial de Caxias, em correspondência a seus parentes, afirmou ter gastado muito em Gênova com alimentação e hospedagem. Foi categórico ao afirmar que ali, caso pudessem, os especuladores lhe arrancariam até o coração.<sup>9</sup>

No Brasil, o governo central, algumas das unidades federadas, alguns municípios e a iniciativa privada promoveram, durante o século XIX e boa parte do século XX, uma massiva imigração para o território nacional. A dimensão visível da política imigratória então adotada diz respeito ao fator econômico. Não se pode, no entanto, desconsiderar ou negligenciar a dimensão ideológica imbricada nesse processo de transumância. Ela diz respeito ao preconceito da superioridade da “raça ariana” e do ideal de branqueamento da população brasileira, presente entre a elite política, econômica e cultural do país.

Desde a época de D. João VI a política imigratória brasileira oscilou entre dois projetos distintos: um, originado do desejo da casa real e de alguns liberais do Império, que pugnavam pela instalação de pequenos proprietários rurais nos vazios demográficos do país e, mais especificamente, na sua porção Meridional, com o fito de sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a área; o outro, relacionado com a ambição dos grandes fazendeiros de café, interessados na manutenção da política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Os cafeicultores objetivavam a imigração em larga escala como forma de prevenir ou minorar a escassez de força de trabalho no complexo cafeeiro, o que passou a ser vislumbrado mais concretamente a partir de 1850 com a extinção do tráfico negreiro.<sup>10</sup>

Assim, expressiva parcela dos grandes contingentes populacionais de origem étnica italiana, espanhola, portuguesa, alemã, japonesa e de outras nacionalidades que foi atraída para o Brasil destinava-se aos trabalhos nas lavouras de café ou à execução de atividades relacionadas ao complexo agroexportador cafeeiro. A perspectiva de suspensão do tráfico negreiro e, posteriormente, da abolição da escravidão, estimulou a iniciativa pública e privada a substituir, gradualmente, o trabalho compulsório pelo do imigrante assalariado. O

---

<sup>9</sup> AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 111 et seq.

<sup>10</sup> ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Bóris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 383-385.

historiador Caio Prado Júnior denominou esse processo de "imigração", em oposição ao termo "colonização", empregado para designar o povoamento dos vazios demográficos do Sul do Brasil. Aí, os imigrantes europeus foram fixados diretamente à terra, tornando-se pequenos produtores rurais proprietários dos meios objetivos (terra e ferramentas de trabalho) e subjetivos (a subsistência) de produção.<sup>11</sup>

Parcela minoritária dos imigrados, portanto, foi direcionada para o Brasil Meridional para que ocorresse o povoamento e a colonização. Nessas áreas, os imigrantes e seus descendentes desenvolveram explorações agrícolas relativamente independentes da economia cafeeira, mediante a intensiva utilização da força de trabalho da unidade produtiva familiar. As primeiras levas de estrangeiros começaram a chegar ao Rio Grande do Sul a partir de 1824. Eram procedentes de diferentes regiões da Alemanha e passaram a ser assentadas em áreas que tinham sido desprezadas pelo latifúndio,<sup>12</sup> porque impróprias para a criação extensiva de gado, esteio da economia gaúcha de então. Posteriormente as regiões existentes no Rio Grande do Sul (RS), em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR) em que predominava a selva, além da população de origem germânica, recebeu também imigrantes de origem italiana, polonesa, judaica e de outras nacionalidades.

Consoante Aldair Marli Lando e Eliane Cruxên Barros, a colonização estrangeira somente alcançou êxito no Sul do Brasil porque os grandes proprietários de terras desses estados não desenvolviam culturas de latifúndio, mas se dedicavam à criação de gado. Assim, os colonos puderam passar a produzir gêneros necessários ao consumo interno sem que concorressem com a produção do latifúndio e sem representar uma ameaça à hegemonia política e econômica dos grandes fazendeiros.<sup>13</sup>

Não obstante as discrepâncias estatísticas existentes, a professora Marionilde Brepohl de Magalhães aponta que o número de imigrantes de origem alemã que veio ao Brasil é muitíssimo inferior ao do que teve por endereço a América do Norte. Entre 1820 e 1910, por exemplo, estima que apenas 119,3 mil dos que emigraram da Alemanha dirigiram-se ao Brasil, contra 5.260,2 mil que optaram pelos Estados Unidos.<sup>14</sup> Durante o século XIX, a

---

<sup>11</sup> PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 189.

<sup>12</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968, p. 156.

<sup>13</sup> LANDO, Aldair Marli, BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976. p. 20.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastaland. *História: Questões & Debates* - Publicação semestral da Associação Paranaense de História, Curitiba, n. 18/19, p.76-112, jan.dez.1989.

migração espontânea entre a Alemanha e o Brasil era quase inconcebível. Afora outras diferenças e considerações, o preço da travessia do Oceano Atlântico era então duas vezes mais elevado que para os Estados Unidos.<sup>15</sup> Assim sendo, somente uma imigração subsidiada poderia ter algum êxito.

Léo Waibel registrou que essa foi exatamente a grande diferença da imigração ocorrida no Brasil quando comparada com a dos Estados Unidos. Aqui, desde o princípio, a colonização foi sempre “organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo central, das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente.”<sup>16</sup>

Do total de imigrantes que entraram no Brasil, os alemães representariam tão-somente 6% dos chegados ao país. O historiador René Gertz, amparado em dados coligidos por Carneiro, defende que entre 1820 e 1939 teriam ingressado 233.382 estrangeiros de língua alemã no território nacional. Nesse mesmo período, os imigrantes italianos somariam 1.507.581; os portugueses, 1.428.032; os espanhóis, 596.961; e os japoneses, 182.799.<sup>17</sup> O geógrafo francês Jean Roche calcula que em torno de 66 mil imigrantes alemães teriam se radicado no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1939.<sup>18</sup> Se fossem tomados outros autores, os números, em termos absolutos, tendem a se alterar um pouco. As discrepâncias originam-se da inexistência de estatísticas confiáveis produzidas, à época, pelo governo central brasileiro e pelos administradores das províncias e depois dos estados federados. Mas, no que tange aos números em termos relativos, há uma convergência sobre o percentual dos diferentes grupos étnicos que ingressaram no Brasil.

O contingente numérico de alemães, quando comparado com o de outros grupos étnicos de imigrantes, era minoritário no Brasil e nos estados do Sul. Em meados da década de 1930, nos dois estados em que se concentrava o maior reduto de teuto-brasileiros, encontrar-se-iam, conforme Gertz, os seguintes números: cerca de 600 mil no Rio Grande do Sul, para uma população total de 3.100.000, ou seja, 19,35% dos habitantes; aproximadamente 220 mil em Santa Catarina, para uma população estimada em cerca de 1 milhão, ou seja, 22% do total.<sup>19</sup> Mesmo sendo numericamente minoritária, a população de ascendência alemã ganhou visibilidade e notoriedade no cenário nacional. Isso se deu em

<sup>15</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 93.

<sup>16</sup> WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 233.

<sup>17</sup> GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 15.

<sup>18</sup> Roche, op. cit. p. 121 e 134.

<sup>19</sup> Gertz, op. cit. p. 20.

virtude da concentração demográfica que atingiu em determinados espaços rurais e urbanos e em função das intensas e expressivas manifestações de germanidade que ocorriam nesses territórios.

Já no final do século XIX, havia quase duzentas "colônias alemãs" no Brasil Meridional. No RS, localizavam-se principalmente em algumas regiões como os vales dos rios Sinos, Jacuí, Taquari e Caí e no Alto Uruguai; em Santa Catarina, o vale do Itajaí e na região noroeste do Estado; no Paraná, na região de Ponta Grossa e adjacências. Nas primeiras décadas do século XX, descendentes e novos imigrantes estabeleceram colônias nas frentes pioneiras do planalto catarinense e paranaense.<sup>20</sup> Nessas áreas coloniais, o idioma alemão era utilizado cotidianamente pela população; nas escolas comunitárias, as crianças eram alfabetizadas na língua dos seus antepassados; liam-se jornais, almanaques, livros de literatura e material religioso no vernáculo; preservavam-se algumas manifestações culturais trazidas da Europa e adaptadas à realidade local através das inúmeras sociedades (*Vereine*) que, de acordo com suas finalidades, possuíam caráter cultural ou desportivo-recreativo.

Neiva Schäffer, amparada na análise de censos demográficos, constatou que, em 1940, 393.934 pessoas (mais de dez por cento da população gaúcha) falavam alemão em casa. Desse total, pouco mais de 15 mil eram naturais da Alemanha, sendo os restantes nascidos em território brasileiro. O recenseamento realizado em 1950, portanto logo após a campanha de nacionalização, detectou que no Brasil 551.951 indivíduos falavam o alemão em casa. O alemão era, então, a língua mais falada no país, depois do português. No RS, o mesmo censo contabilizou 344.415 indivíduos com cinco anos e mais que falavam em família a língua alemã. Para fins de comparação, na mesma época, 190.376 pessoas falavam o italiano no Estado.<sup>21</sup> Esses números são indicativos da existência de um esforço para a preservação e divulgação do idioma alemão.

---

<sup>20</sup> SEYFERT, Giralda. *Os alemães no Brasil: Uma síntese*. <http://www.comciencia.br/reportagens/migra%E7%F5es/migr18.htm>. em 16 nov. 2002.

<sup>21</sup> SCHÄFFER, Neiva Otero. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 172-173.

## 2.1 As fases da colonização no RS

A colonização no RS foi orientada e regulamentada pelos governos central e estadual, mesmo quando teve por iniciativa a empresa particular. Jean Roche classifica em quatro os períodos de colonização germânica em solo gaúcho. Dois deles se dariam à época do Império brasileiro, e dois, durante a República.

### 2.1.1 Primeira fase (1824-1847)

O primeiro período inicia-se dois anos após a autonomia política e administrativa do país em relação a Portugal, coincidindo com a época em que o Brasil buscava o reconhecimento oficial de sua independência. Principiou sob o patrocínio da Coroa e começou em terras onde funcionava a Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, até então explorada, e sem sucesso, com a força de trabalho escrava.<sup>22</sup> Os imigrantes eram recrutados na Europa pelo agenciador oficial do governo brasileiro, o oficial alemão major Jorge Antônio von Schaeffer, o mesmo que já havia recrutado sigilosamente soldados voluntários para a formação, em 1823, de batalhões de estrangeiros para o exército do Brasil.<sup>23</sup>

O padre jesuíta Balduino Rambo frisou, e com muita propriedade, que os imigrantes alemães, como depois os italianos e poloneses, não vieram na condição de foragidos ou pedintes, mas a convite insistente do governo brasileiro.<sup>24</sup> Os primeiros imigrantes zarparam em um veleiro do porto de Hamburgo em março de 1824, chegando ao seu local de destino, às

---

<sup>22</sup> A Real Feitoria do Linho Cânhamo foi criada, por ordem do governo português, em 1783, no Rincão do Cangussu, em terras que confrontavam com a Laguna dos Patos e o rio conhecido por Feitoria. Tinha por objetivo o plantio e a industrialização daquela fibra muito empregada na cordoalha de navios. Tendo as autoridades chegado à conclusão que a terra não se prestava para o cultivo do cânhamo, a Feitoria foi extinta, tendo a propriedade revertido ao seu antigo sesmeiro no final de 1790. Dois anos antes, iniciara-se a mudança da Real Feitoria do Rincão do Cangussu para o Faxinal do Courita. Mas mesmo no vale do rio dos Sinos, os resultados alcançados foram pífios, acarretando em grandes despesas para a Fazenda Pública. Por Decreto de 31 de março de 1824 foi finalmente extinta a Feitoria do Linho Cânhamo e em seu lugar criada a Colônia Alemã da Feitoria, logo transformada em Colônia Alemã de São Leopoldo. Cfe, PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Graf. S. Terezinha, 1934. p. 12-38.

<sup>23</sup> Schaeffer teria engajado 1.838 legionários para a assim denominada “milícia dos escravos brancos”. Cfe. Centro Cultural 25 de Julho. *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936. p. 8.

<sup>24</sup> RAMBO, Balduino. A imigração alemão. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968. p. 79.

margens do rio dos Sinos, em 25 de julho daquele mesmo ano.<sup>25</sup> As viagens transatlânticas conduzindo os imigrantes saíam de Hamburgo e de Bremen e faziam escala no porto do Rio de Janeiro. Dali, em embarcações de cabotagem que costeavam o litoral brasileiro, os futuros colonos eram transportados até o porto do Rio Grande ou de Porto Alegre. Entre 1824 e 1828, Schaeffer teria organizado vinte expedições de navios fretados que conduziram cerca de 4.500 soldados e colonos ao Brasil.<sup>26</sup>

Schaeffer encontrou dificuldades no reino da Prússia (especialmente em Hamburgo e nas redondezas) para agenciar futuros colonos para o Rio Grande do Sul. Por isso teria recrutado alguns candidatos dentro de casas de mendicância e de correção de Hamburgo e Mecklemburgo, elementos que depois se mostrariam impróprios para o trabalho na agricultura.<sup>27</sup> Em Hamburgo, além de precisar hospedar e alimentar os candidatos dispostos a emigrar, passou a prometer aos interessados, em contrapartida da inalienabilidade de suas terras por um período de dez anos, exatamente as mesmas vantagens que haviam sido concedidas aos colonos suíços assentados anteriormente (1819) em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, ou seja:

- a) passagem paga à custa do governo imperial;
  - b) concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças, em quadro, ou 160.000 de superfície;
  - c) subsídio diário de 1 franco, ou 160 réis, a cada colono no primeiro ano, e metade no segundo;
  - d) caberia a cada família, na proporção do número de pessoas, certa quantidade de bois, cavalos etc.
- E ainda:
- a) concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro;
  - b) inteira liberdade de culto;
  - c) isenção de dez anos no pagamento de direitos.<sup>28</sup>

Dentre as promessas feitas, a que garantia liberdade de culto feria completamente o artigo quinto da Carta Magna de 1824;<sup>29</sup> a concessão de cidadania contrariava o sexto

<sup>25</sup> Verband Deutscher Vereine. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999. p. 62.

<sup>26</sup> OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente imigratória para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole/ Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 28.

<sup>27</sup> SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 48 et seq. De acordo com Hunsche, nos anos 1824/25 teriam sido deportados para o Brasil 348 delinquentes. Desses, 321 reclusos provinham de prisões do Grão-Ducado de Mecklemburgo e 27 apenados eram da cidade de Hamburgo. HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 30.

<sup>28</sup> Porto, op. cit. p. 38.

<sup>29</sup> Este dispositivo constitucional previa: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso

dispositivo da constituição do Império do Brasil e a isenção de pagamento de impostos também era inconstitucional. As demais promessas de auxílio econômico nem sempre foram cumpridas. Em dezembro de 1824, por exemplo, ainda não estavam localizados os colonos chegados em julho e em novembro daquele ano a São Leopoldo.<sup>30</sup> Posteriormente, as precárias e imprecisas medições dos lotes de terras distribuídos geraram protestos e litígios que se arrastaram por décadas.<sup>31</sup> Mesmo os subsídios pecuniários e os auxílios em instrumentos agrícolas e animais domésticos contratados nem sempre foram devidamente repassados pela Fazenda Pública do Império, o que deixou muitos colonos na penúria durante os tempos iniciais. Carl Seidler, um contemporâneo da época, afirmou que “mal haviam decorrido dois a três anos desde a fundação desta colônia, começou-se sob toda a espécie de desculpas, a denegar o gado, e os pagamentos só se faziam imptuiais e incompletos.”<sup>32</sup>

Quando em 15 de dezembro de 1830, por lei imperial, ficou proibida qualquer despesa com colonização, inclusive as dívidas retroativas, devia o governo central, só de subsídio aos colonos, mais de sessenta contos de réis.<sup>33</sup> A Lei de Orçamento causou enormes dificuldades principalmente aos colonos que haviam se estabelecido nos dois anos anteriores e aos comerciantes que os haviam suprido. Não foram, portanto, por acaso as reações que esses dois setores provocaram na Colônia. Segundo Roche, restou então uma única oportunidade de sobreviver para os que haviam há pouco chegado: a solidariedade étnica.<sup>34</sup>

Várias foram as levas de entrada de colonos na Província de São Pedro entre 1824 e 1830.<sup>35</sup> Para as colônias da Província também foram mandados muitos ex-praças que tiveram encerrado o tempo de seu engajamento ou que tinham se tornado incapazes para o serviço militar.<sup>36</sup> Entre os primeiros imigrantes predominaram os prussianos. O maior êxito da propaganda feita por Schaeffer, em todo caso, posteriormente encontrou ressonância nas regiões renanas, sobretudo em Mosela, no Eifel e, principalmente, no Hunsrück.<sup>37</sup> Quando,

---

destinadas, sem forma alguma exterior de templo.” Constituição política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. In: *Constituições do Brasil*. Vol. 1. Organização e revisão de Carlos Eduardo Barreto. São Paulo: Saraiva, 1971.

<sup>30</sup> Porto, op. cit. p. 50.

<sup>31</sup> Sobre a questão de terras nos primeiros anos da Colônia São Leopoldo ver o capítulo segundo (p. 51-98) de TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1830-1850)*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

<sup>32</sup> SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. e notas de Bertoldo Kingler. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976. p. 107.

<sup>33</sup> Porto, op. cit. p. 105.

<sup>34</sup> Roche, op. cit. p. 99.

<sup>35</sup> Somente no biênio 1824-25, Hunsche contabilizou 11 levas de imigrantes alemães entrados na Colônia Alemã de São Leopoldo, totalizando 1.027 pessoas. Hunsche, op. cit. p. 62-100.

<sup>36</sup> Seidler, op. cit. p. 105.

<sup>37</sup> Oberacker Jr., op. cit. p. 70.

por força do artigo quarto da Lei de Orçamento, de 15 de dezembro de 1830,<sup>38</sup> foram suprimidos todos os créditos para a imigração estrangeira no país, já haviam ingressado no território gaúcho, conforme Ernesto Pellanda, 5.350 imigrantes.<sup>39</sup>

Quando a elite política brasileira, através da mencionada Lei de Orçamento, pôs termo à política colonizatória que vinha sendo desenvolvida por Dom Pedro I e, mesmo anteriormente, por seu pai, Dom João VI, infligiu uma pesada derrota ao Imperador. Esse fato teria, inclusive, influenciado decisivamente na abdicação de Dom Pedro, que ocorreu pouco depois, a 7 de abril de 1831. Os grandes proprietários de terra do país, que se tornaram mais influentes politicamente após a emancipação do Brasil de Portugal, acusavam a obra da colonização como sendo exageradamente dispendiosa para o erário público. Consideravam-na ainda sem interesse para os brasileiros e como uma aquiescência à campanha e à pressão desenvolvidas pela Inglaterra para a supressão do tráfico negreiro no Atlântico Sul.<sup>40</sup>

Posteriormente, a instabilidade política e a crise econômica originada com a deflagração da Revolução Farroupilha (1835-1845) constituíram-se também em fatores que inibiram o ingresso de estrangeiros na Província. A refrega interna impossibilitou que medidas práticas fossem postas em ação para atender aos novos dispositivos legais. A lei nº. 16, baixada pela Regência Permanente do Brasil, em 12 de agosto de 1834, fez alterações e adições à Constituição Política do Império, passando a atribuir também às Assembléias Legislativas Provinciais a competência do estabelecimento de colônias.

<sup>38</sup> “Art. 4º. Fica abolida em todas as Províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira.”. Lei de 15 de dezembro de 1830 – Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1831–1832. IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 89.

<sup>39</sup> Tabela 1: Estatística geral da imigração no Rio Grande do Sul (1824-1830).

ANO	ALEMÃES	OUTROS
1824	198	-
1825	1.331	-
1826	828	-
1827	1.088	-
1828	99	-
1829	1.639	-
1830	117	-
TOTAL	5.350	-

Fonte:: PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul – 1824/1924*. Porto Alegre: Repartição de Estatística; Livraria do Globo, 1925. p. 24-25.

<sup>40</sup> LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia; reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 33; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 21.



Ao irromper a Revolução, a colonização alemã já se estendia em direção Norte pelas linhas Dois Irmãos (*Baumschneis*), Bom Jardim (*Berghanerschneis*), Quarenta e Oito e São José do Hortêncio (*Portugieserschneis*), ocupadas então tão-somente na sua porção anterior. Ainda na vigência do conflito, passou a ser ocupada a Linha Nova e a Picada Feijão (*Bohmental*).<sup>41</sup>

Em 1824, por iniciativa do presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, procurou-se repovoar, desta feita com colonos alemães, o antigo povoado de São João, um dos que compunham, na primeira metade do século XVIII, os Sete Povos das Missões. Para lá teriam sido dirigidos principalmente os “imorais” e indesejados em São Leopoldo. A Colônia de São João foi um rotundo fracasso. Isolados, e se deparando com uma série de obstáculos, em pouco tempo os colonos ficaram reduzidos à miséria. Acabaram se dispersando para vários rumos, sendo os últimos recolhidos para São Borja.<sup>42</sup>

Sorte um pouco melhor tiveram os imigrantes germânicos dos dois núcleos coloniais estabelecidos, em 1826, em Torres. Tomados de São Leopoldo, os colonos católicos foram assentados em São Pedro de Alcântara, enquanto os protestantes foram instalados no vale do rio Três Forquilhas. Em 1830, os dois grupos totalizavam apenas 401 habitantes e em torno de 900, em 1859. A ausência de vias de comunicação para o escoamento da produção obtida e para a realização do intercâmbio comercial explica, em boa medida, a letargia em que caíram esses dois pequenos núcleos coloniais que vegetaram num sistema de quase absoluta subsistência. Para Roche, eles não teriam fornecido “contribuição alguma ao desenvolvimento posterior do Rio Grande do Sul. Seus habitantes, ainda hoje, são muito mais pobres que todos os outros colonos rio-grandenses de origem alemã.”<sup>43</sup>

Foi sobretudo graças à sua pequena distância em relação a Porto Alegre que a Colônia de São Leopoldo conseguiu prosperar. A capital era o escoadouro natural da produção agrícola obtida na colônia. Descreve Seidler que “tudo quanto a colônia produz e sobeja do consumo local é levado a Porto Alegre, onde nunca faltam compradores que pagam razoavelmente bem os produtos da colônia de S. Leopoldo.”<sup>44</sup> Da cidade, por outro lado, procedia a maioria dos bens não produzidos no empreendimento agrícola. Assim,

<sup>41</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Contribuição para a história de Nova Petrópolis – Colonização e evolução da Colônia*. Caxias do Sul: EDUCS, 1989. p. 53.

<sup>42</sup> TRUDA, Leonardo F. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Typographia do Centro, Ano X, I semestre 1930.

<sup>43</sup> Roche, op. cit. p. 99.

<sup>44</sup> Seidler, op. Cit. p. 110.

comparativamente com São João das Missões, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, São Leopoldo tinha uma localização privilegiada. A curta distância e o aproveitamento da navegação fluvial pelo rio dos Sinos e pelo rio Guaíba possibilitavam um intercâmbio comercial com fretes a custos relativamente reduzidos.

Em 1834, ao visitar São Leopoldo, o francês Arsène Isabelle pensou estar na Alemanha. Admirou-se ao ver, quase sob o trópico, uma população de regiões polares conservando seus hábitos, costumes e a vida ativa. Ficou impressionado com o contraste da colônia alemã, onde as atividades desenvolvidas pelos agricultores e artesãos rivalizavam no desejo de prosperidade, “com o abandono absoluto que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim esta falta de atividade, esse espírito de desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos”.<sup>45</sup> Poucos anos depois, Nicolau Dreys lamentava que a guerra civil<sup>46</sup> tivesse dividido politicamente os habitantes da colônia e parado os destinos próximos da sua economia.<sup>47</sup> Em 1845, o belga A. Baguet destacou que São Leopoldo era uma dessas raras colônias do Brasil que, organizando-se por si mesmas, alcançaram um alto nível de prosperidade. Ela teria contribuído decisivamente para o progresso da agricultura na província.<sup>48</sup>

Jorge, o já mencionado narrador e aventureiro fictício de Hörmeyer, teria visitado a localidade no final da década de 1850. Sobre o desenvolvimento do meio rural de São Leopoldo, afirmou que os colonos deviam seu bem-estar à cultura do milho, do feijão preto, da mandioca e do tabaco. “Esses produtos lhes são comprados, no Norte, até da Bahia e de Pernambuco e, no Sul, até de Montevideú e Buenos Aires. Porque os plantadores de cana-de-açúcar e de café do Norte, bem como os criadores de gado do Sul só cultivam esses gêneros para o consumo local, ao passo que as populações precisam importar para satisfazer suas necessidades.” Sobre a vila contou que:

Conta umas duzentas casas; em cada casa há uma oficina. São muito comuns os curtidores, que fabricam selas para todo o Sul do Brasil e para a República Argentina. Vêm depois os seleiros e os lavrantes, isto é, os que ornamentam os lombilhos com arabescos ou antes, os gravavam por meio de matrizes e martelo. Há também prensas que fazem esses trabalhos.

---

<sup>45</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 72.

<sup>46</sup> Trata-se da Revolução Farroupilha que convulsionou o Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845.

<sup>47</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990. p.87.

<sup>48</sup> BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis, Paraula, 1997. p. 34-35.

Depois há também engenhos para cana-de-açúcar, destilarias, fábricas de chapéu, cervejarias, fábricas de cola, enfim, indústrias de toda a espécie (...).<sup>49</sup>

Joseph Hörmeyer, num outro verdadeiro guia elaborado para emigrantes alemães com destino à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, escreveu, em 1853, que na cidade de Porto Alegre viviam dois mil alemães.<sup>50</sup> Percorrendo a província em 1858, o médico Robert Avé-Lallemant observou que na capital, “a cada momento se vê um alemão transitando, a cada momento se vê um nome alemão sobre as portas das casas e se ouve falar a rude língua alemã do Holstein e do dialeto pomerano até ao bávaro renano.” Estimou haver uns três mil teutos em Porto Alegre, ao passo que toda a cidade não tinha mais de 20 mil habitantes.<sup>51</sup>

Magda Gans considerou exageradas as cifras de alemães residentes em Porto Alegre indicadas por Hörmeyer e Avé-Lallemant. Fundamentando-se em um recenseamento realizado no ano de 1856 pelo Chefe de Polícia, estimou haver, então, em torno de 1.260 teutos na capital.<sup>52</sup> Esse núcleo, que seria engrossado consideravelmente nos decênios seguintes, desenvolveu-se discreta e espontaneamente, não fazendo parte de um projeto articulado do governo imperial ou provincial. A partir de um banco de dados montado pela autora para o intervalo de tempo compreendido entre os anos 1850/1890, evidenciou que 67,2% dos teutos que residiam na capital provinham diretamente da Europa; 12,4% eram oriundos das colônias instaladas na província ou por elas tiveram passagem; 10,3% haviam nascido na própria cidade enquanto os demais 10% seriam provenientes de outros lugares do Brasil ou da América Latina.<sup>53</sup>

No que diz respeito à diferenciação social, através do cadastro que elaborou no decorrer da sua pesquisa, apurou que 6,5 por cento dos teutos porto-alegrenses se incluíam no nível socioeconômico baixo ou popular; 74,9 por cento se enquadrariam no nível médio; e 18,5 por cento, no nível alto ou afortunado.<sup>54</sup> Pela sua base de dados, também apurou que,

<sup>49</sup> Hörmeyer, op. cit. p. 167-168.

<sup>50</sup> HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Luzzatto/EDUNI-SUL, 1986. p. 22. Em obra posterior, “O que Jorge conta sobre o Brasil”, que veio à luz na Alemanha em 1863, escreveu que três quartos dos alemães de Porto Alegre procediam da antiga colônia de São Leopoldo. Acrescentou ainda que já havia notado em outras cidades meridionais grande número de alemães. Mas a capital da Província pareceu-lhe uma cidade inteiramente alemã. “Todas as lojas, todas as oficinas pareciam ser de alemães, todas as estalagens, todas as vendas tinham nomes alemães e o cabelo louro parecia predominar.” Cfe. Hörmeyer (1966), op. cit. p. 166-167.

<sup>51</sup> AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 111

<sup>52</sup> GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004. p. 24

<sup>53</sup> Ibidem p. 25-26.

<sup>54</sup> Ibidem p. 29.

quanto à estrutura ocupacional e inserção no mercado de trabalho, 36,9 por cento atuavam em ofícios (madeira, metalurgia, couro, vestuário, alimentação, construção, ourivesaria e outros); 28,3 por cento atuavam no comércio (importação, alimentos, vestuário, ourivesaria, móveis, exportação e outras atividades comerciais não discriminadas); 28,2 por cento atuavam na prestação de serviços (ensino, técnicos, gastronomia, empregados, trabalhadores, tipógrafos, lazer, hotelaria, transporte, imprensa, cargos militares e outros); 4,5 por cento atuavam no setor de transformação (de alimentos e de tabaco); 1,6 por cento possuíam empreendimentos (seguradoras, transportes e outras); e 0,5 por cento dedicavam-se a outras atividades.<sup>55</sup>

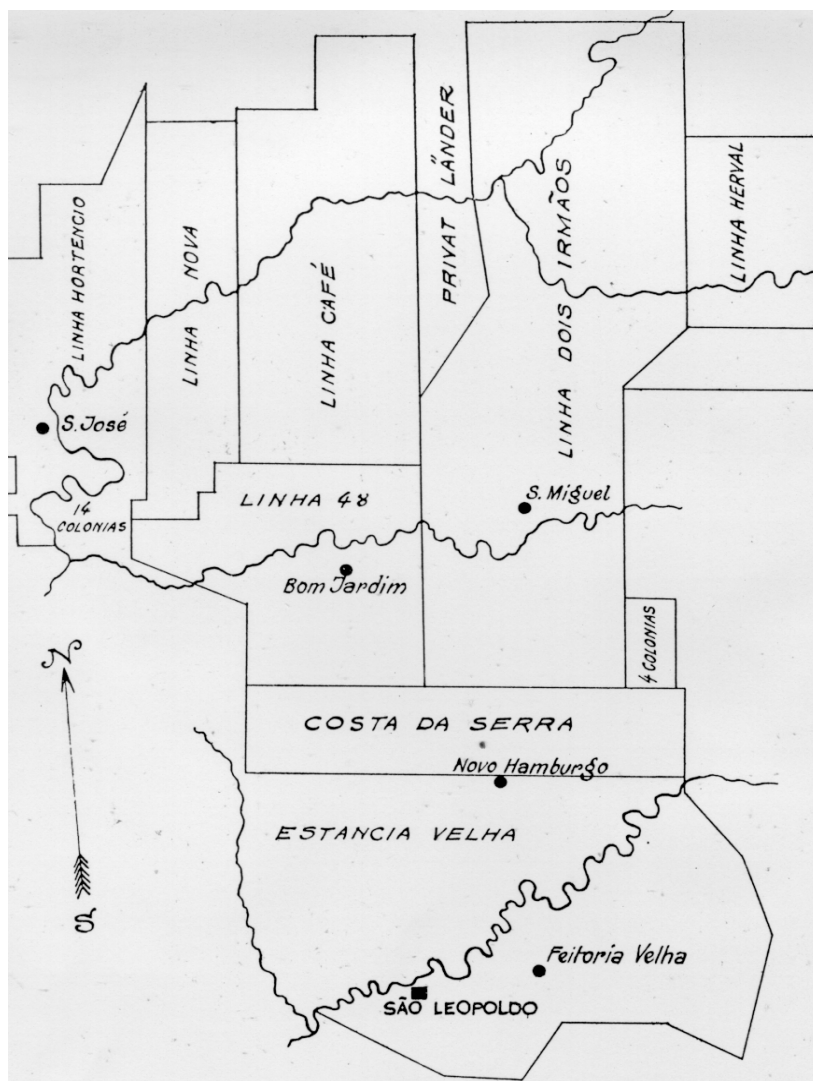


Figura 1: Mapa da área inicial da colonização alemã no Rio Grande do Sul.  
Fonte: Verband Deutscher Vereine, op. Cit. p. 65

<sup>55</sup> Ibidem p. 73-75.

Assim, além de atuarem no meio rural e nos emergentes povoados das áreas eminentemente coloniais, os imigrantes alemães e seus descendentes também se estabeleceram em cidades. E, embora a historiografia normalmente lhes atribua o papel de comerciantes, eles constituíram um segmento médio bastante diversificado e numericamente importante em algumas dessas cidades.

A imigração alemã para a província de São Pedro que, como apontado acima, havia praticamente sido interrompida em 1830, somente foi retomada no final da Revolução Farroupilha. A partir de então, paralelamente à imigração por conta do governo imperial, ocorreu também a imigração particular. Em 1844, entraram 66 imigrantes de origem germânica na Província. Em 1845, foram 87; em 1846, 1.515 e 691, em 1847. Assim, nessa primeira fase, temos, de acordo com Pellanda, a entrada total de 8.045 imigrantes no Rio Grande do Sul.<sup>56</sup> O crescimento vegetativo da população, aliado ao tamanho dos lotes coloniais que eram, em média, de 77 hectares, fez com que a área colonial se expandisse. Crescendo em número – novos imigrantes e famílias numerosas – a colonização se espraiou pelas terras banhadas pelos rios dos Sinos e Caí, avançando em direção principalmente do Norte, aos contrafortes da Serra do Mar, chegando em 1854 até Nova Petrópolis. Mas, São Leopoldo e Novo Hamburgo permaneceram sendo o centro da colonização.

Graças ao desenvolvimento socioeconômico alcançado, em 01 de abril de 1846, através da Lei Provincial nº. 4, a Capela Curada de São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila. A primeira Câmara Municipal foi solenemente instalada em 24 de julho daquele mesmo ano. Através da Lei nº. 563, de 12 de abril de 1864, o governo provincial elevou São Leopoldo à condição de cidade. Possuía então o município cerca de 14 mil habitantes.<sup>57</sup>

Em 1846, o comerciante Tristão José Monteiro adquiriu uma porção de terras situadas a Leste de São Leopoldo, entre os rios Santa Maria e Rolante, dando origem à primeira colônia privada do Rio Grande do Sul: a Colônia de Mundo Novo. Vendeu parcelas para novos imigrantes chegados da Europa e para brasileiros descendentes dos primeiros imigrantes estabelecidos nas colônias mais antigas. Esses, não conseguindo obter propriedades nas localidades de seus pais, foram procurar novas paragens. Posteriormente,

---

<sup>56</sup> Pellanda, op. cit. p. 24.

<sup>57</sup> Porto, op. cit. p. 145-175

essa Colônia deu origem ao município de Taquara.<sup>58</sup> Em 1866, Mundo Novo contava com 259 famílias, das quais 196 protestantes, 53 católicas e 10 mistas.<sup>59</sup>

Ainda em 1846, incentivada pelo Governo Imperial, surgiu a Colônia de Feliz, entre o rio Caí e o arroio Forromeco.<sup>60</sup> Em 1853, Feliz já contava com 80 a 90 famílias, a maioria composta por imigrantes novos oriundos da Renânia.<sup>61</sup>

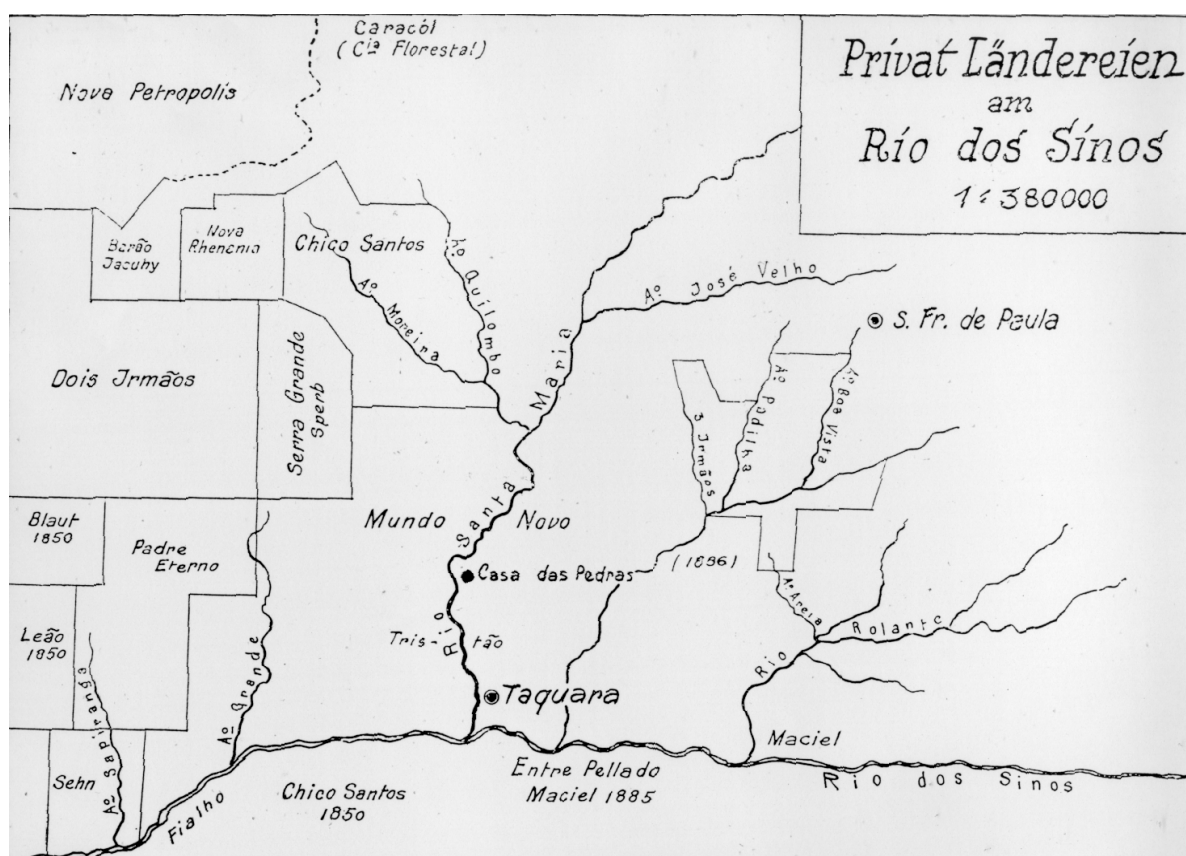


Figura 2: Colônias alemãs fundadas no vale do rio dos Sinos em meados do século XIX

Fonte: Verband Deutscher Vereine, op. cit. p. 109.

A Oeste de Mundo Novo apareceria, em 1850, a colônia Padre Eterno, de propriedade do barão do Jacuí. Na mesma época, foram criadas Leonerhof e Blauth que, posteriormente,

<sup>58</sup> Schröder, op. cit. p. 102.

<sup>59</sup> Relatório da administração central das colônias da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos Koseritz, 1867. p. 10.

<sup>60</sup> Piccolo, op. cit. p. 54.

<sup>61</sup> Verband Deutscher Verein, op. cit. p. 82.

deram origem a Sapiranga. A primeira era um empreendimento da família Leão enquanto que a segunda um projeto da família Blauth.<sup>62</sup>

A observação da FIGURA 2 dá uma noção melhor das colônias privadas surgidas no vale do rio dos Sinos no período.

Santa Maria da Boca do Monte foi a única colônia alemã estabelecida espontaneamente no período. Os primeiros colonos que lá foram residir foram alguns oficiais e soldados que faziam parte dos batalhões de mercenários de D. Pedro I. A partir de 1827, também algumas famílias migraram de São Leopoldo para Santa Maria. Em 1858, moravam mais de 32 famílias de origem alemã na localidade.<sup>63</sup>

### 2.1.2 Segunda fase (1848 – 1874)

Esta fase se caracterizou pelas iniciativas tomadas pelo governo imperial, sediado no Rio de Janeiro, no passe de responsabilidades às províncias, no que concerne à colonização. Também no período houve o surgimento de um aparato legal que regrou o acesso à terra no país.

Uma norma que promoveu iniciativas importantes, no que tange à colonização, foi a Lei nº. 514, de 28 de outubro de 1848, que fixou as despesas e orçou as receitas do Brasil para o exercício de 1849-1850 e delegou às províncias maior participação no processo de povoamento do país. Ela previu, no seu artigo 16 das disposições gerais, que o Império cederia a cada uma das províncias seis léguas quadradas de terras devolutas para fins de colonização:

A cada uma das Províncias do Império ficam cedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos.

Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se

---

<sup>62</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Hamburg, 1994. p. 172.

<sup>63</sup> *Ibidem* p. 60-61.

dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição.<sup>64</sup>

Em decorrência dessa lei, surgiram em São Pedro do Rio Grande do Sul as colônias provinciais de Santa Cruz, de Santo Ângelo, de Monte Alverne e de Nova Petrópolis.

Outro dispositivo jurídico de grande repercussão para a posterior história agrária do país foi a Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Ela transformou a terra do seu caráter inicial de privilégio concedido em equivalente de mercadoria, ou seja, converteu-a em valor negociável. A partir de então ficou vedada a aquisição de terras devolutas no país por outro meio que não o da compra. O Decreto nº. 1318, de 30 de janeiro de 1854, regulamentou a Lei 601.

Através da Lei nº. 229, de 04 de dezembro de 1851, a Província passou a regulamentar a colonização em seu território. Embora contrariando a Lei de Terras, através dela os colonos imigrados passavam a receber gratuitamente cem mil braças quadradas de terra, o equivalente a 48,4 hectares, condução por conta do erário público do porto do Rio Grande até às colônias, ferramentas agrícolas e sementes.<sup>65</sup>

A Lei provincial nº. 304, de 03 de novembro de 1854, determinou novas regras no que diz respeito à colonização. A partir de então a posse aos prazos coloniais passou a ocorrer através da compra. O lote de cem mil braças quadradas passou a ser alienado pelo preço mínimo de 300 mil réis, devendo esse valor ser resgatado no prazo de cinco anos. A título de auxílio de passagem, os que espontaneamente se apresentavam na Província passavam a receber um adiantamento de até 50 mil réis por indivíduo, independente de idade e sexo. Esse valor igualmente devia ser reembolsado em um prazo que não excedesse cinco anos.

De acordo com essas legislações, na depressão do rio Jacuí, aos pés e nos contrafortes do Planalto, por iniciativa do governo provincial, foram criadas, em meados do século XIX, três colônias de imigrantes alemães. Incrustada no território do município de Rio Pardo surgiu, em 1849, Santa Cruz. A colônia Santo Ângelo (atual Agudo), em Cachoeira do Sul,

---

<sup>64</sup> Cfe, Iotti, op. cit. p. 108.

<sup>65</sup> A lei também previu a possibilidade de o governo fazer gastos com recrutadores que promoveriam a emigração da Alemanha para o Brasil. Esses agentes recebiam a gratificação de três patações para cada indivíduo de 7 a 35 anos – ou quando com idade superior, se fossem chefes de família – que aliciassem. Receberiam os agentes mais um conto e quinhentos mil réis para cada grupo de mil indivíduos que enviassem no prazo contratado. Em lugar da gratificação “por cabeça”, o Presidente da Província podia remunerar os agentes por um valor que não excedesse aos três contos e duzentos mil réis anuais.



foi instalada em 1857. Finalmente Monte Alverne, localizada a norte da colônia de Santa Cruz, foi fundada em 1859 em terras então sob a jurisdição de Taquari.

No vale do Rio Pardo, a colonização germânica iniciou pela colônia de Santa Cruz, que se constituiu na primeira colônia fundada e gerida pela província de São Pedro. Lá os primeiros colonizadores chegaram a partir de 19 de dezembro de 1849 e foram assentados no local atualmente denominado de Linha Santa Cruz (*Alt Pikade*), nas margens da então recém-aberta Estrada de Cima da Serra, caminho que deveria ligar o entreposto comercial de Rio Pardo com os campos de gado localizados na região de Soledade.<sup>66</sup> Aos assentados na Colônia foram concedidas distintas regalias e vários benefícios e exigidos diferentes compromissos. Os que haviam chegado antes de sancionada a Lei provincial nº. 229, de 1851, receberam gratuitamente 77,0 hectares de terra, sementes e instrumentos agrícolas, além de um subsídio em dinheiro que depois deveria ser restituído. Os que vieram sob a égide da Lei nº. 229, passaram a receber lotes de 48,4 hectares, mais sementes e instrumentos agrícolas. Já os que aportaram após a promulgação da Lei nº. 304, de 1854, tiveram de pagar o seu prazo colonial, procedimento ao qual também estavam sujeitos os que se radicaram nas colônias particulares. Temos assim que, na mesma picada, podiam viver, lado a lado, colonos que tinham diferentes obrigações para com a Província, o que gerou confusão e inquietudes.

De Linha Santa Cruz, a colonização se expandiu na direção de Rio Pardinho, Dona Josefa, Linha Andréas, Sinimbu, Vila Tereza e Ferraz. Uma vez ocupadas as terras devolutas da Colônia, áreas de particulares foram loteadas dando origem, dentre outras, a Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Colônia Germânia (Candelária), Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Pomerânia, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre, São João da Serra, Pinheiral, Linha Nova e outras.<sup>67</sup>

A colônia Rio Pardense foi criada por Francisco Antônio Borges, em 1862, na margem esquerda do rio Pardo. Em 1879, abrangia 7 picadas que contavam com 172 lotes coloniais, todos eles vendidos. No lado direito do rio Pardo, aos pés do Botucaraí, o comerciante João

---

<sup>66</sup> Esta estrada permitiria o contato de duas regiões criatórias, ou seja, dos campos do planalto (Campos de Cima da Serra) com os campos da campanha gaúcha. Cfe. MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia, 1849 – 1852*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p. 16 e 17. Segundo Menezes, “Deu origem à fundação da colônia o desejo da Câmara de Rio Pardo de abrir comunicação entre esta cidade e os Campos de Cima da Serra por meio de uma estrada ou picada que, attraíndo o commercio d’aquella zona, seria também o caminho mais curto para os mencionados campos de Cima da Serra”. MENEZES, J. Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz: Lamberts & Riedl, 1914. p. 4.

<sup>67</sup> Cfe. VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 59; MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Organizado e Atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 19.

Kochenburger estabeleceu, em 1863, a colônia Germânia que, posteriormente, deu origem ao município de Candelária.<sup>68</sup> Ela passou a se constituir em um ponto de passagem na rota que ligava as cidades de Rio Pardo e Cachoeira do Sul com os chamados Campos de Cima da Serra. A povoação Germânia, também conhecida como Costa da Serra, foi colonizada principalmente por imigrantes originários da Pomerânia. Foi elevada à freguesia de Nossa Senhora da Candelária em 1876 e transformada em município no ano de 1925.

Localizada próxima à cidade de Rio Pardo, surgiu, em 1850, portanto na mesma época da fundação de Santa Cruz, a colônia particular de Rincão d'El Rey. Nesse empreendimento, bancado pelo Dr. Israel Rodrigues Barcellos, se estabeleceram principalmente colonos oriundos de São Leopoldo. Ficando nos arredores da cidade de Rio Pardo, Rincão d'El Rey passou a abastecer a população daquele burgo com leite, ovos, manteiga, mel, cera, verduras, milho, feijão etc.<sup>69</sup>

Tendo como mais importantes mercados as cidades de Rio Pardo e a capital da Província, a colônia de Santa Cruz progrediu rapidamente, não obstante as dificuldades enfrentadas no que diz respeito às estradas para o escoamento da produção. A produção de tabaco desde cedo se tornou o carro-chefe da economia não somente de Santa Cruz, mas de todas as colônias da circunvizinhança. A razão de Santa Cruz e região se especializarem na obtenção de fumo talvez possa ser tributada a uma necessidade histórica. Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre – como no caso de São Leopoldo ou, quando mais distantes as colônias, próximas de rios navegáveis, como o Sinos, o Caí ou o Taquari –, fazia com que aquela não pudesse competir comercialmente com estas. E isso era devido aos menores custos monetários por elas agregados ao valor das mercadorias no escoamento da produção para o grande centro consumidor e exportador de então. Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade. A qualidade do fumo originou-se não só da especialização dos colonos, mas também, e sobretudo, devido à ação dos comerciantes. Estes, além de beneficiarem adequadamente o produto, também passaram a orientar os colonos

---

<sup>68</sup> Cunha, op. cit. 183.

<sup>69</sup> Relatório de Koseritz, op. cit. p. 10.

sobre quais variedades plantar, como colher, enfim, passaram a funcionar como uma espécie de técnicos agrícolas.

O comércio de importação e de exportação<sup>70</sup> da colônia de Santa Cruz, entre 1859 e 1866, apresentou uma balança comercial favorável à venda.

TABELA 2: Valores da importação e da exportação da colônia de Santa Cruz (1859/1866)

ANO	IMPORTAÇÃO EM RÉIS	EXPORTAÇÃO EM RÉIS
1859	54:000\$000	90:000\$000
1860	69:000\$000	121:000\$000
1861	92:650\$000	195:000\$000
1862	107:700\$000	130:000\$000
1863	110:000\$000	150:000\$000
1864	113:238\$000	108:000\$000
1865	135:000\$000	140:280\$000
1866	166:700\$000	180:000\$000

Fonte: Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos de Kossertiz. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1867. p. 17.

As transações comerciais, por sua vez, engendraram crescentes arrecadações tributárias. Em 1865, quando o governo ainda desembolsava para manter a Colônia, esta já propiciava uma arrecadação de 60:812\$059 réis em impostos para os cofres do Império, da Província e da Câmara de Rio Pardo.<sup>71</sup> “Estas receitas, progressivamente chegaram a somar, só no ano de 1885, em 126:500\$000 réis. Até este ano já estava recuperado e com usura todo o capital empregado; pois que todas as receitas reunidas excediam de 1.814:617\$000 réis.”<sup>72</sup>

Em 1859, portanto dez anos após a sua fundação, foi sua povoação elevada à condição de Freguesia. Em 1872, pela Lei 807, deu-se a emancipação da colônia de Santa Cruz, o que significa que a localidade apenas deixou de ser colônia passando, então, a integrar o 3º distrito de Rio Pardo. Por volta de 1875, Oscar Canstatt esteve em Santa Cruz e nos arredores e anotou que as colônias que ali viu eram, incontestavelmente, as mais florescentes de toda a Província, depois das de São Leopoldo.<sup>73</sup> A instalação do município ocorreu em 28 de setembro de 1878. Finalmente, em 1905, a Vila foi elevada à categoria de cidade.

<sup>70</sup> O termo importação refere-se à aquisição de produtos de fora da área da própria colônia e não diretamente de um país estrangeiro. Da mesma forma, o termo exportação diz respeito à venda para fora da colônia, o que no caso pode ser o mercado de São Leopoldo ou de Porto Alegre.

<sup>71</sup> Pellanda, op. cit. p. 82.

<sup>72</sup> LOEFLAD, F. et al. *Centenário da colonização alemã em Rio Pardo* – município de Santa Cruz do Sul – 1852/1952. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952. p. 17-18.

<sup>73</sup> CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 429.

A segunda colônia concebida e gerida pela Província na região deu-se na margem esquerda do rio Jacuí, em território do então município de Cachoeira do Sul. Criada através da Lei provincial de 30 de novembro de 1855, a colônia de Santo Ângelo passou a ser efetivamente povoada a partir do ano de 1857. Por falta de meios de comunicação, seu progresso inicial foi bastante lento. Em 1875, o território que compreendia a colônia de Santo Ângelo abrangia uma área de aproximadamente 55 mil hectares e uma população de 4 mil habitantes. Essa área abrange atualmente os municípios de Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona Francisca e Cachoeira do Sul. Agudo, berço da Colônia, obteve sua emancipação político-administrativa em 1959 e Paraíso do Sul, em 1988.<sup>74</sup> A colônia particular de Serro Branco, criada em 1875 pelo diretor da colônia de Santo Ângelo, barão von Kahlden, pode ser considerada um desdobramento desse último empreendimento.

Criada pelo presidente da Província a 08 de fevereiro de 1859, através das Instruções 209, Monte Alverne ficava contígua à colônia de Santa Cruz, mas situada em terras do município de Taquari.<sup>75</sup> A nova Colônia deveria ter uma picada de comunicação com o rio Taquari; outra que servisse para o trânsito de cargueiros e viajantes para a colônia de Santa Cruz e uma terceira que deveria ligá-la com a freguesia de Soledade.<sup>76</sup>

A colônia de Monte Alverne inicialmente havia sido dividida em lotes coloniais de cem mil braças quadradas, o equivalente a 48,4 hectares. O valor desses lotes coloniais, mais os subsídios recebidos pelos imigrantes e o valor das passagens, deveriam ser quitados no prazo de cinco anos.<sup>77</sup> Inicialmente, a colônia era integrada pelas picadas Felipe Neri, Antão, Saraiva, Esperança, Justo Rangel, Isabel, Maria Madalena, Grüner Jäger (atual Marechal Floriano), Brasil e Cecília.<sup>78</sup> Após a criação do município de Santa Cruz e com a emancipação da colônia de Monte Alverne, o que ocorreu em 1882, deu-se a divisão da antiga colônia. O território localizado na margem direita do arroio Castelhana ficou para o município de Santa Cruz e o da margem esquerda com o de Taquari. Em 1891, quando da emancipação político-administrativa de Venâncio Aires, essa área colonial foi integrada ao novo município.<sup>79</sup>

---

<sup>74</sup> WERLANG, William. *História da Colônia Santo Ângelo*. Santa Maria: Pallotti, 1995. p. 11 e17.

<sup>75</sup> Truda, op cit p. 224.

<sup>76</sup> Cfe, Artigo 8º das Instruções nº. 20, de 08 de fevereiro de 1859. In: Iotti, op. cit. p. 629-630.

<sup>77</sup> Cfe.Regulamento nº. 55, de 01 de março de 1859. Ibidem. p. 632.

<sup>78</sup> Cfe. Mapa de 1889 de B. Kassenstein

<sup>79</sup> WAGNER, Miguel. *Imagem histórica de Monte Alverne 3º Distrito de Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Disneylândia, 1996. p. 11; VOGT, Olgário Paulo. *Da Heimat para o paraíso prometido*. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 117.

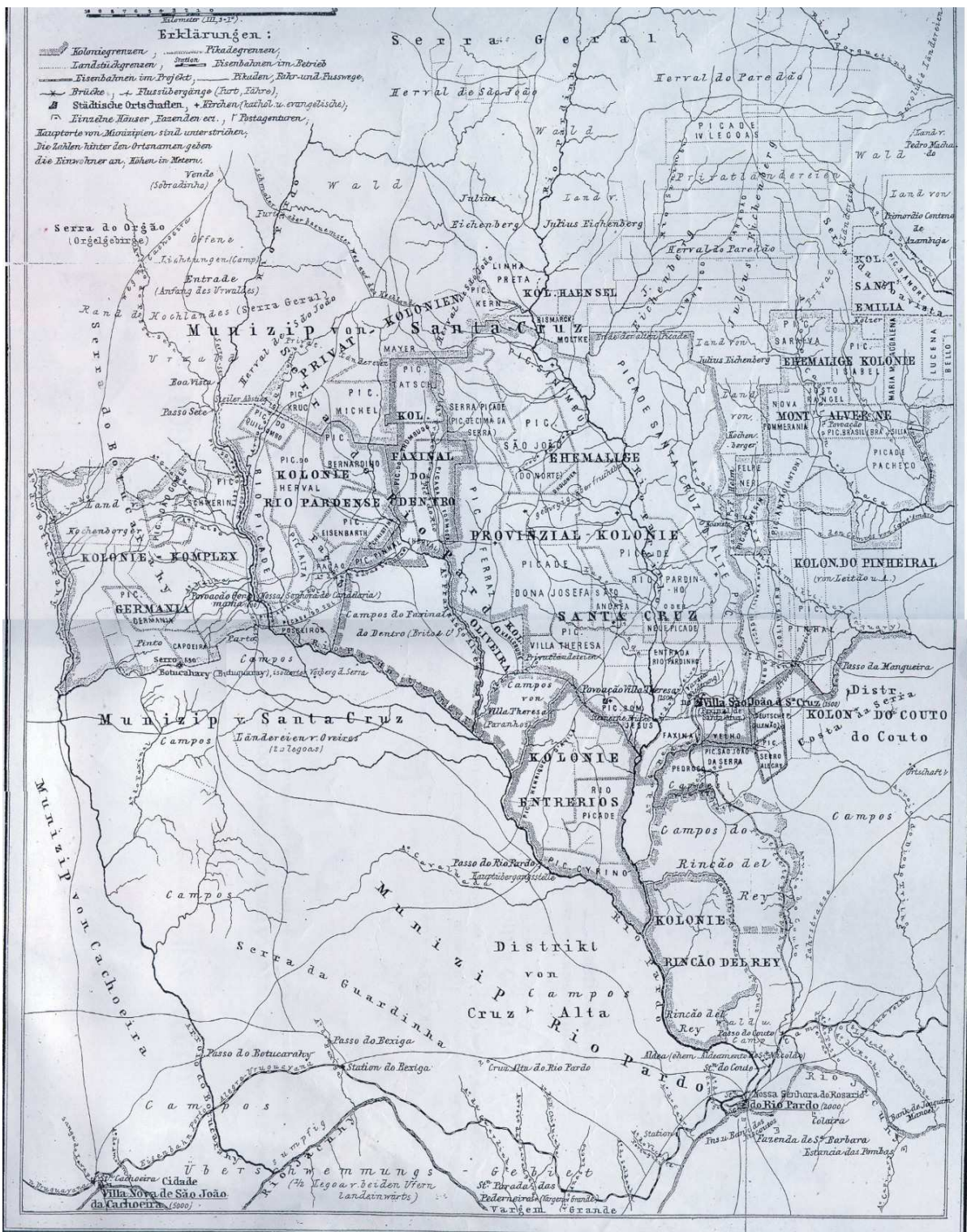


Figura 3: Mapa da colônia de Monte Alverne e de outras colônias da circunvizinhança.  
Fonte: Mapa de B. Kassenstein, de 1889.

Monte Alverne não alcançou o desenvolvimento esperado pelos governantes da província. No seu relatório de 1867, Carlos von Koseritz assinalou que todo o comércio da colônia se fazia para os lados de Santa Cruz. O problema é que ali os colonos não tinham crédito. Como os processos por dívidas nas colônias ordinariamente eram de alçada do juiz de

paz, os processos dos colonos de Monte Alverne deveriam correr pelas autoridades de Santo Amaro, motivo pelo qual os negociantes de Santa Cruz preferiam não vender fiado aos habitantes de Monte Alverne. Igualmente no que tangia aos serviços religiosos católicos – reza de missas, batizados, casamentos e óbitos – os colonos estavam desamparados, haja vista que o vigário da paróquia de Santo Amaro nunca se fazia presente na colônia.<sup>80</sup> Também Oscar Canstatt, que fora nomeado pelo presidente da província como diretor da colônia em meados da década de 1870, registrou em sua obra publicada originalmente em Cassel, em outubro de 1876, que a colônia de Monte Alverne havia muitos anos vinha recebendo tratamento de madrasta por parte do Estado. Apontou que, principalmente no que diz respeito à abertura de meios de comunicação para o escoamento da produção, não se havia até então feito nada. Nada também de concreto havia sido realizado no tocante à medição exata das terras e no que se refere à fundação de igrejas e escolas, de sorte que os colonos estavam entregues à própria sorte. Muitos dos primeiros que lá tinham se fixado haviam abandonado suas terras e, ao invés de a população se desenvolver, diminuía constantemente.<sup>81</sup>

Nos arredores da colônia oficial de Monte Alverne surgiram também uma série de colônias privadas, dentre as quais a de Santa Emília, que recebeu seus primeiros moradores no ano de 1864. Era um negócio da firma Pereira & Cia e gerenciada por Carlos Trein Filho. Foram estabelecidas ainda nos arredores as colônias de Venâncio Aires (1870), Sapé (1882), Grão Pará (1885), Travessa (1892), Palanque (1896) e a de Mato Leitão (1900).<sup>82</sup> As colônias particulares eram empreendimentos empresariais bancados pela iniciativa privada que arcava, via de regra, com o capital necessário para a aquisição de terras, abertura de picadas, medição dos lotes etc. O objetivo da empreitada era ganhar dinheiro e acumular capital através da venda dos prazos coloniais. As colônias oficiais, cujos empreendimentos então eram financiados pelo governo da Província ou do Império, funcionavam como chamariz, isto é, um atrativo para a iniciativa privada, pois as terras próximas dessas áreas valorizavam-se extraordinariamente.<sup>83</sup> Como destaca a professora Hilda Agnes Hübner Flores:

Colonizar, à época, era sinônimo de bom investimento, ocupando vazios demográficos e prometendo retorno econômico compensador, a prazo médio. Por essa razão governo e particulares atiravam-se à tarefa, loteando e ocupando com imigrantes terras devolutas ou esparsamente ocupadas com criação.<sup>84</sup>

<sup>80</sup>Relatório de Kossertitz., op cit.

<sup>81</sup> Canstatt, op. cit. p. 432.

<sup>82</sup> Verband Deutscher Vereine, op. cit. p. 614.

<sup>83</sup> Cfe. Vogt (1997), op. cit. p. 59.

<sup>84</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre EST/EDUCS, 1983. p.22



Próxima da região colonial inicial foi estabelecida, na mesma época, mais um empreendimento oficial. Era a colônia Provincial de Nova Petrópolis, que foi criada em 7 de setembro de 1858 pelo então presidente da Província, Ângelo Muniz Ferraz. Tratava-se, na realidade, de uma ampliação da antiga Colônia São Leopoldo em direção ao Norte, em terrenos montanhosos, sobre a margem do rio dos Sinos e de vários de seus tributários. Ela deveria constituir-se em um ponto intermediário do caminho projetado entre Porto Alegre e os Campos de Cima da Serra (hoje São Francisco de Paula), e daí a Nonoai, seguindo desse ponto à Província do Paraná e talvez até Mato Grosso, rodovia essa somente inaugurada em 1944.<sup>85</sup>

Consoante Helga Piccolo, a colônia de Nova Petrópolis “nada mais era do que uma continuação da Colônia de São Leopoldo, rumo Norte, para Cima da Serra. Essa continuação já estava planejada quando da primitiva expansão da Colônia São Leopoldo. Quer dizer, as picadas de São Leopoldo deveriam mais tarde ser estendidas para o Norte, até o rio Caí”.<sup>86</sup> Os obstáculos – supressão de dotação orçamentária e a Revolução Farroupilha – fizeram gorar a expectativa.

Desde sua fundação, principalmente imigrantes da Pomerânia e da Saxônia estabeleceram-se em Nova Petrópolis. A partir de 1870, afluíram às picadas um novo contingente de língua alemã: eram os boêmios dos sudetos austríacos. Nos últimos anos do Império, para algumas das linhas de lá também se dirigiram colonos italianos. Dentre os colonos que foram encaminhados para Nova Petrópolis, a maioria havia sido contratada por agenciadores do governo provincial; parte veio por conta do Governo Geral; alguns tinham imigrado espontaneamente e outros se originavam de colônias mais antigas.<sup>87</sup>

Para que se possa ter uma noção da produção, exportação e importação de uma colônia, elaborou-se o quadro abaixo com dados fornecidos por Ferdinand Schröder para o ano de 1865, quando a colônia contava com apenas 916 almas.

---

<sup>85</sup> PAZ, Ivonir Nör. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia (1858-1937)*. Caxias do Sul: UCS, 1998. p. 17.

<sup>86</sup> Piccolo, op. cit. p. 54.

<sup>87</sup> *Ibidem* p. 66.

Tabela 3: Produção, exportação e importação da colônia de Nova Petrópolis no ano de 1865.

<b>PRODUÇÃO</b>	<b>EXPORTAÇÃO</b>	<b>IMPORTAÇÃO</b>
14.000 alq. de milho	1.500 alq. de milho	
3.000 alq. de feijão	1.300 alq. de feijão	
120 alq. de ervilhas	50 alq. de ervilhas	
150 alq. de trigo	150 alq. de trigo	
800 alq. de cevada	300 alq. de cevada	
4.000 alq. de centeio	1.600 alq. de centeio	
1.500 alq. de batatas		
1.200 alq. de amendoim	400 sacos de amendoim	
500 alq. de linhaça	230 sacos de linhaça	
400 alq. de fumo	360 arrobas de fumo	08 arrobas de fumo
	360 arrobas de banha	
	1.100 arrobas de tocinho	
	65 arrobas de linho prep.	
	20 milheiros de charutos	
		60 arrobas de açúcar
		40 arrobas de café
		260 arrobas de sal
		08 pipas de aguardente
		01 pipa de vinho
		01 pipa de vinagre
		180 sacos de farinha de mandioca
		100 libras de pólvora
		360 caixas de sabão
		10.000 mil-réis em fazenda

Fonte: Schröder, op. cit. p. 118-119.

Os principais produtos gerados pela colônia foram o milho e o feijão preto. A exportação, que já abarca os subprodutos proporcionados pelo milho (tocinho e banha de porco) e do tabaco (charutos), rendeu um valor total de 22.500 mil-réis. A importação constituiu-se basicamente de mercadorias não produzidas na colônia. O valor mais alto deve ter sido despendido na aquisição de fazendas para a confecção de peças de vestuário.

O progresso inicial de Nova Petrópolis foi parcialmente entravado pela distância em relação ao mercado e, mormente, pelo péssimo estado das estradas. A colônia teve inicialmente como principais mercados a vila de São Leopoldo e a cidade de Porto Alegre.<sup>88</sup> Mesmo com certa lentidão, ela progrediu. Em 1886, de acordo com Porto, contava essa colônia com 468 lotes ocupados e uma população de 2.315 habitantes. Exportava então

<sup>88</sup> Segundo Piccolo, a Colônia chegou a ser denominada de *Neu Betrübnis*, que significa Nova Tristeza ou Nova Desolação.



15.507 sacos de feijão, 130.240 quilos de banha, 1.500 de cera e menores quantidades de outros produtos.<sup>89</sup>

Uma vez emancipada, o que se deu em 1875, a colônia de Nova Petrópolis passou a integrar o município de São Sebastião do Caí, embora continuasse a merecer a atenção de autoridades provinciais. Foi bem mais tarde, em 15 de dezembro de 1954, pela Lei nº. 2.518, que foi criado o município de Nova Petrópolis que, no entanto, não compreendia exatamente a mesma superfície territorial da antiga Colônia. A instalação do município, com a posse do primeiro prefeito e dos sete membros da Câmara Municipal, ocorreu em 28 de fevereiro de 1955.

Segundo Roche,<sup>90</sup> foram modestas as realizações provinciais no que tange à colonização. Os projetos e os sonhos ambiciosos dos presidentes da Província contrastaram com os poucos recursos destinados à empreitada. A participação do Estado nas colônias deveria cessar o mais cedo possível, deixando a prosperidade advir da capacidade de trabalho dos colonos e do desenvolvimento da agricultura que praticavam. Segundo Machado, os gastos anuais da Província com a colonização, proporcionalmente ao orçamento geral, foram ínfimos.<sup>91</sup>

No período em análise (1848-1874), teriam ingressado, consoante Pellanda, 16.807 imigrantes alemães na Província.<sup>92</sup> A esse número deveria, entretanto, ser acrescentado o das

<sup>89</sup> Porto, op. cit. p. 163.

<sup>90</sup> Roche op. cit. p. 110.

<sup>91</sup> Machado, op cit. p. 31. Representou 2,05% para os anos 1864/65; 1,03% para 1866/67; 1,34% para 1867/68; 2,91% para 1868/69; 5,71% para 1871/72; 1,79% para 1872/73; 0,60% para 1873/74; 1,99% para 1875/76.

<sup>92</sup> TABELA 4: Imigração no Rio Grande do Sul entre 1848-1873

ANO	ALEMÃES	OUTROS	TOTAL	ANO	ALEMÃES	OUTROS	TOTAL
1848	136	-	136	1861	898	-	898
1849	95	-	95	1862	789	5	794
1850	128	-	128	1863	394	27	421
1851	289	-	289	1864	298	38	336
1852	597	-	597	1865	202	13	215
1853	332	-	332	1866	197	8	205
1854	382	-	382	1867	297	117	414
1855	813	-	813	1868	921	278	1.199
1856	467	-	467	1869	1.241	11	1.252
1857	1.485	37	1.522	1870	469	2	471
1858	1.382	546	1.828	1871	462	15	477
1859	1.477	406	1.883	1872	1.134	220	1.354
1860	649	18	667	1873	1.273	593	1.870

Fonte: Pellanda, op. cit. p. 24-25.

novas famílias de descendentes de antigos colonos que iam se formando e necessitando de novas terras.

No entorno dos empreendimentos oficiais apareceu um grande número de colônias particulares que se estenderam pela encosta do Planalto. Assim, transcorridas algumas décadas, os descendentes de imigrantes alemães espalharam-se por uma vasta região que ia de Agudo, no vale do rio Jacuí, passava pelos vales dos rios Pardo e Taquari e emendava com a região colonial pioneira, situada nos vales dos rios Caí e dos Sinos. Ali podiam ser encontrados os imigrantes e seus descendentes nos pequenos núcleos urbanos que surgiam ou labutando em suas glebas, onde, mediante a intensiva utilização da força de trabalho familiar, obtinham produtos agrícolas para sua subsistência e para o mercado.

No vale do Caí, na margem esquerda do rio, uma série de colônias particulares surgiu a partir do loteamento de sesmarias e datas, cujos lotes passaram a ser vendidos para migrantes chegados de outras colônias ou imigrados diretamente da Europa. Assim, a partir de 1848, apareceram as colônias Cará (denominada de *Tabak-Tal* pelos colonos) e Temerária, ambas fundadas por Tristão José Monteiro, o mesmo fundador de Mundo Novo; Santos, Guimarães e Chapadão, posses da família Flores; Arroio Bonito, propriedade da família Martins; Escadinha, posse da família Moraes; Vigia, uma sesmaria adquirida e colonizada pelo alemão Pedro Schmidt, e outras.<sup>93</sup>

Na margem direita do Caí apareceram os empreendimentos de Phillipp Jakob Selbach (colônia Bom Princípio) e de Wilhelm Winter (Porto das Laranjeiras, posteriormente denominado de Monte Negro). A Fazenda Pareci, de propriedade de José Inácio Teixeira, passou a ser loteada a partir de 1854. Em 1856, Andréas Kochenburger e Johann Friedrich Schreiner passaram a vender lotes da colônia Maratá, criada a partir do espólio adquirido de Apolinário Moreira de Moraes. A leste de Maratá, surgiu o empreendimento dos irmãos franceses August e Jean Brochier que, a partir de 1856, passaram a vender suas terras para imigrantes alemães e seus descendentes. Em 1858, iniciou a ocupação da colônia Piedade, sob a direção de Eugênio de la Rue. No mesmo ano, principiou o povoamento da colônia Salvador. Em 1861, de la Rue fundou São Vendelino e Schweitzerthal. Lindeira a Brochier, surgiu, em 1870, Russland, um empreendimento de Manoel José Souza. Ao norte de Russland e Brochier, foi ocupada, a partir de 1875, a colônia Poço das Antas.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> Cunha, op. cit. p. 173.

<sup>94</sup> Verband Deutscher Vereine, op cit. p. 112-116; Cunha, op. cit. p. 173-179.



No vale do Taquari, a partir de 1853, sempre pela ação de particulares, mormente dos latifundiários Vito Mena Barreto e Antônio Fialho, multiplicaram-se as colônias. Na margem esquerda do rio Taquari, foi inicialmente estabelecida a colônia denominada de Fazenda Corvo, isso em 1851. Vito Mena Barreto criou Estrela, em 1853, e, em 1860, Boa Vista. Em 1858, são estabelecidas as colônias Geraldo e Arroio do Ouro. Em 1860, Victorino José Ribeiro fundou a colônia dos Barros. Em 1872, Santos Pinto estabeleceu Conventos Vermelhos. A cerca de três léguas do rio Taquari, existia, desde 1858, a colônia Teutônia, um empreendimento do comerciante atacadista porto-alegrense Carlos Schilling.<sup>96</sup> Surgiram, ainda, nesse período as colônias particulares de Bom Retiro, São Gabriel, São Caetano, Arroio do Meio e outras.<sup>97</sup>

Na margem direita do rio Taquari, a firma Baptista, Fialho & Cia estabeleceu, em 1853, entre os arroios dos Moinhos e da Forqueta, a colônia dos Conventos que daria origem a Lajeado; a nordeste de Santa Emília, entre os arroios Forquetinha e Sampaio, surgiu a colônia Nova Berlin, inicialmente de propriedade de Carlos Trein & Cia; ao norte de Conventos foram ainda, entre outras, estabelecidas as colônias Forqueta, Arroio do Meio, Palmas e São Caetano.<sup>98</sup> Ainda na margem direita do rio Taquari, em 1856, em território atualmente pertencente ao município de Venâncio Aires, o sesmeiro e coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante parcelou parte de suas terras – o equivalente a 2.100.000 braças quadradas – fazendo surgir a colônia de Mariante. Em 1858, havia 116 habitantes em sua colônia, sendo 11 brasileiros e 105 alemães. Naquele ano, o coronel Mariante recebera seiscentos e trinta mil réis dos cofres provinciais como prêmio pelos assentamentos feitos.<sup>99</sup> A colonização promovida por Mariante, entretantes, não prosperou, não tendo sido profícua para a ocupação da região.

Os empreendimentos particulares surgidos nos vales dos rios Taquari e Pardo podem ser melhor avaliados a partir de um estudo atento da FIGURA 5.

---

<sup>96</sup> Verband Deutscher Verein, p. 116-122; Cunha, op. cit. p. 179-180.

<sup>97</sup> Roche op cit p.113; HESSEL, Lothar. *O município de Estrela; história e crônica*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1983. p. 20-21.

<sup>98</sup> Cunha, op. cit. p. 182.

<sup>99</sup> Pellanda, op cit. p.116.

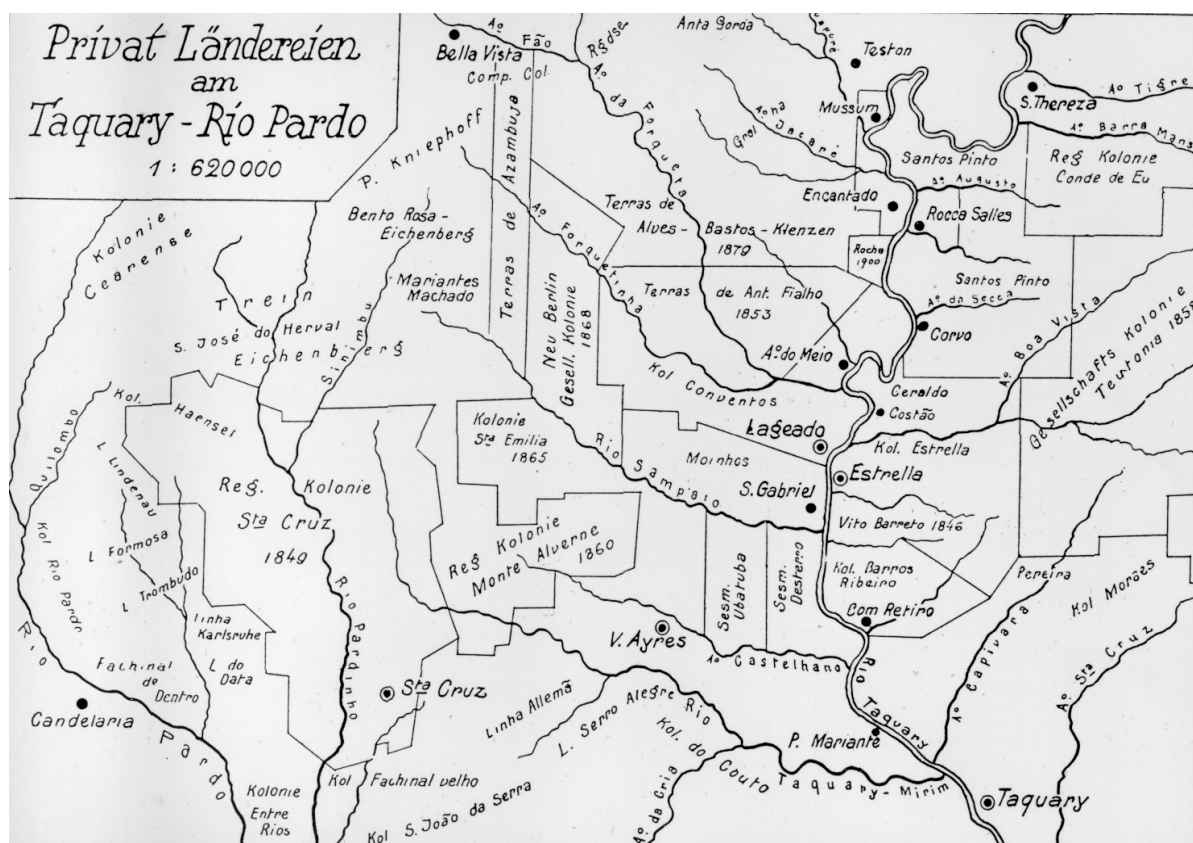


Figura 5: Colônias de população de origem germânica surgidas durante o século XIX nos vales dos rios Taquari e Pardo

Fonte: Verband Deutscher Vereine, op. cit. p. 119.

No Sul da província, no Planalto Sul-Rio-Grandense, mais precisamente na Serra dos Tapes, numa área de cobertura florestal, surgiu, em 1858, no então quarto distrito do município de Pelotas, a Colônia de São Lourenço. Segundo Carlos Rheingantz, São Lourenço, no Rio Grande do Sul, e Blumenau, em Santa Catarina, teriam sido as duas maiores colônias alemãs privadas do Brasil. O empreendimento iniciou quando, em 30 de dezembro de 1856, o comerciante Jacob Rheingantz assinou um contrato com o governo imperial através do qual adquiria oito léguas quadradas de terra ao preço de meio real por braça quadrada. Comprometia-se a assentar, em um período de cinco anos, ao menos 1.440 colonos de origem alemã, suíça ou belga, no local. O governo, por sua vez, comprometia-se a lhe conceder um subsídio de 30 mil réis por imigrante entre 10 e 45 anos e de 20 mil réis por criança entre 5 e 10 anos de idade, atraídos para a colônia.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> RHEINGANTZ, Carlos G.. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*. Porto Alegre: Druck von Cäsar Reinhardt, 1907; Pellanda, op cit p. 171.

Em 1867, colonos trazidos por Rheingantz provocaram uma rebelião em São Lourenço. Entre as queixas figura a insatisfação de muitos com as imprecisas e precárias medições dos lotes coloniais. Também o contrato firmado por eles com o proprietário do empreendimento foi denunciado. Alegavam que a volumosa dívida contraída com o comerciante, proveniente da compra do lote de terra, do adiantamento da despesa de viagem da Europa até a picada, da alimentação fornecida nos primeiros tempos e da construção de uma moradia, não podia ser ressarcida no curto prazo de 5 anos. Mostravam-se inconformados, igualmente, com os preços das glebas de terra. Afirmavam que em Hamburgo, no ano de 1857, os lotes haviam sido oferecidos aos imigrantes por preços que variavam entre 200 e 250 mil réis, o que teria motivado muitos a seguir viagem para o Brasil. Contudo, chegados à província, deveriam pagar valores que oscilavam entre 400 e 800 mil réis. Denunciavam, ainda, as precárias condições das estradas que tinham que ser mantidas pelos próprios colonos que, inclusive, deviam se responsabilizar pela construção das pontes necessárias; a falta de escolas e igreja no complexo que deveriam ser construídas e mantidas pelos próprios colonos; e denunciavam, por fim, o fato de o próprio Rheingantz ser o único comerciante da colônia para a compra e venda de mercadorias, inibindo o surgimento de concorrentes.<sup>101</sup> O governo provincial teve que intervir no caso nomeando o *ex-brummer* e diretor da colônia de Santo Ângelo, barão von Kahlden, como comissário especial para mediar o impasse. Também o consulado da Prússia mandou um representante para a colônia a fim de acompanhar o caso. As soluções encaminhadas por von Kahlden – inclusive uma nova medição dos prazos coloniais – e as medidas adotadas pelos governantes do Império e da Província fizeram com que a paz voltasse a reinar na colônia.

Outro problema enfrentado pela empresa colonizadora de Rheingantz foi o fundiário. Com a prosperidade do empreendimento, a colônia foi aumentada pela compra de mais terras devolutas pertencentes ao governo e de parcelas de áreas de mato de fazendeiros vizinhos, fazendo com que a colônia, que chegou a ter 12 léguas quadradas, o equivalente a 522.720.000 m<sup>2</sup>, se estendesse até Canguçu, valorizando em muito as terras situadas nas cercanias. As medições e os títulos de propriedade da colônia tornaram-se, entretanto, motivo de litígio entre a empresa e particulares de terras confrontantes. Houve estancieiros que alegaram invasão de suas posses pelas glebas coloniais enquanto Rheingantz e seus sucessores reivindicavam do governo mais 66.498.157 m<sup>2</sup> relativos às terras devolutas que haviam adquirido da Província. Enquanto perdurou a pendenga, muitos dos prazos adquiridos

---

<sup>101</sup> Sobre o conflito havido ver Cunha op. cit. p. 186-189.

pelos colonos não puderam ser legalizados.<sup>102</sup> A questão somente foi resolvida favoravelmente à empresa colonizadora em 1893, quando o Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas indenizou com a quantia de 114:997\$848 a viúva de Jacob Rheingantz pelas terras que ele comprara do governo e efetivamente não recebera.<sup>103</sup>

Apesar dos problemas enfrentados, São Lourenço prosperou e novas faixas de terras foram acrescidas ao núcleo original. Em 1884, possuía uma população de aproximadamente nove mil almas. A maior parte dos colonos era procedente da Pomerânia e era protestante. Parcela menor, mas ainda assim expressiva, procedia do Reno e era católica.<sup>104</sup> Dali a onda colonizatória se estendeu pelo vale do rio Camaquã. Nos arredores do empreendimento de Rheingantz, grandes proprietários de terras na Serra dos Tapes passaram a dividir em lotes parcela de suas fazendas, dando origem a um grande número de colônias particulares, como Santa Clara, Silvana, São Domingos, Santa Eulália e várias outras.<sup>105</sup>

O governo provincial teve enormes dificuldades para efetuar a cobrança das dívidas coloniais. Se por um lado as dívidas com os cofres públicos preocupavam os governantes, por outro lado, tiravam o sono e pesavam sobre os ombros de muitos colonos. A Lei 603, de janeiro de 1867, que orçava a receita e fixava a despesa da Província no exercício 1866-67, previa no seu artigo 13 que o Presidente da Província promoveria a cobrança das quantias devidas à Fazenda Provincial pelos colonos com urgência. E no seu artigo 14, que, para facilitar a cobrança, poderia o Presidente da Província convocar os colonos devedores para trabalhar nas obras públicas das colônias, descontando para a amortização da dívida uma parte do jornal a que tivessem direito, sendo esse desconto nunca inferior à metade do jornal.

A Lei nº.669, de 18 de agosto de 1869, foi extraordinariamente complacente para com os colonos. Através dela, a Província relevava os colonos devedores da Fazenda Pública do pagamento de suas dívidas, proveniente de socorros, transportes, subsídios e acomodação, ficando obrigados unicamente pelo pagamento do valor das terras. Posteriormente, o Ato de 15 de novembro de 1869 regulamentou a execução da mencionada Lei nº. 669.

Viajando por diversas cidades e regiões do Rio Grande do Sul, no ano de 1871, o jornalista inglês, Michael Mulhall, estabelecido em Buenos Aires desde 1858, constatou que

<sup>102</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 23-29.

<sup>103</sup> Decreto nº. 1.513, de 10 de agosto de 1893. In: Iotti, op. cit. p. 477.

<sup>104</sup> Rheingantz, op. cit. p. 10.

<sup>105</sup> Cunha, op. cit. p.191; Pellanda (1925) p. 178-182.

na Província a agricultura era, a essas alturas, quase exclusivamente da responsabilidade dos colonos alemães. Eles constituiriam, então, somando imigrantes e seus descendentes, cerca de 80 mil pessoas que estavam espalhadas por 42 colônias, localizadas especialmente nos vales dos rios Jacuí, dos Sinos, Caí e Taquari. Era principalmente a essas colônias que o Rio Grande granjeou o título de “Celeiro do Império Brasileiro”.<sup>106</sup>

### 2.1.3 Terceira fase (1875–1889)

Esta fase é caracterizada pelo restrito incentivo dado pelo governo provincial à obra de colonização. Enquanto os empreendimentos fundados anteriormente seguiam sua própria trajetória, nesta etapa a colonização passou a ser conduzida principalmente pelo governo imperial. Outra marca do período é que, a partir de 1875, principia a imigração italiana na Província, encerrando o ciclo quase exclusivo da colonização alemã na província de São Pedro. Tomando vulto, ela rapidamente supera a cifra dos alemães entrados no Rio Grande do Sul. Rompida a uniformidade étnica dos imigrantes, aos alemães e aos italianos passam a se juntar também poloneses e representantes de outras nacionalidades.<sup>107</sup>

A situação da província se apresentava então bastante diversa daquela encontrada pelos alemães na década de 1820. Ao invés dos 4 municípios primitivos criados em 1809, havia já implantados 34, em 1874. Esse número subiu para 60 em 1889.<sup>108</sup> A população do Rio Grande do Sul que, pelo recenseamento de 1814, era de 70.656 habitantes, pulou para 446.962 habitantes, conforme os dados do censo demográfico realizado em 1872. O censo de 1890 apontou a existência de 897.455 moradores no Estado.

Nessa fase, no parlamento gaúcho passou a haver uma ferrenha oposição, por parte de representantes da Campanha pecuarista e das grandes cidades, ao projeto colonizatório. O alto custo do empreendimento para os cofres provinciais e os medíocres resultados apresentados pelas colônias eram superdimensionados pelos adversários do empreendimento. Assim, os

<sup>106</sup> MULHALL, Michael George. O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs. Porto Alegre: Bels, 1974. p. 38 e 71.

<sup>107</sup> Na realidade, imigrantes italianos já haviam entrado na Província antes disso. Entretanto, ou eram imigrantes que chegavam esporádica e individualmente, ou integrantes de grupos originários da Itália Irridenta, então sob o domínio do império da Áustria-Hungria, e que, por isso mesmo, ingressavam com passaporte austríaco.

<sup>108</sup> Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. p. 45.



créditos anuais para a obra passaram, paulatinamente, a minguar ainda mais. Eles que, em 1874, montavam a 61.000 mil réis, foram reduzidos para 31.000 mil réis, em 1876, a 19.000, em 1880 e a 13.000, em 1884. No mesmo tempo, as despesas orçamentárias da província oscilavam entre 2.000.000 e 2.400.000 mil réis.<sup>109</sup>

A área da Província ocupada pelos imigrantes italianos situava-se ao norte da região pioneira de colonização alemã, ou seja, na região montanhosa denominada Serra. Comparando a colonização alemã com a italiana, pode-se asseverar que a primeira se estendeu por um período de tempo bastante extenso, embora fosse reduzido o número de imigrantes – cerca de 22 mil em meio século. Já a colonização italiana deu-se bem mais rapidamente, a ponto de ser avaliado em 68 mil o número de ingressos entre 1876 e 1894.<sup>110</sup>

Em 1869, sob a alegação de que as terras anteriormente recebidas para a promoção da colonização já estavam ocupadas, a Província havia requerido do Governo Geral a concessão de mais duas glebas, com um total de 32 léguas quadradas, para prosseguir no empreendimento. Tendo seu pedido atendido, em 24 de maio de 1870, o presidente da Província criava as colônias Conde d’Eu e Dona Isabel. Prevendo um ambicioso plano de imigração de 40 mil colonos europeus em um prazo de 10 anos, o governo assinou um contrato com Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia.<sup>111</sup> Dando cumprimento ao acordo firmado, em 1872 foram introduzidos 1.354 colonos na Província. No ano seguinte, foram 1.357. Em 1874 o número baixou para 580 e, em 1875, ingressaram tão-somente 315 imigrantes. Poucos desses, entretanto, se aventuraram a morar nas duas novas colônias.<sup>112</sup>

Fracassado o plano, a Província repassou, em 27 de outubro de 1875, mediante indenização, Conde d’Eu e Dona Isabel para o governo imperial. Este, em terras contíguas às duas colônias, criou mais uma colônia que, inicialmente, foi denominada de Fundos de Nova Palmira e, posteriormente, de Caxias. Em 1877, o governo fundou, nas terras de mata

<sup>109</sup> Roche, op. cit. p. 114.

<sup>110</sup> PETRY, Leopoldo. *Historia da colonisação allemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Officinas Graphicas Rotermund, 1936. p. 13.

<sup>111</sup> Esse contrato que por motivos diversos não pôde ser cumprido, estipulava a introdução anual de, no mínimo, dois mil imigrantes, e de no máximo, dez mil. Desse total, o número de não-agricultores não poderia exceder dez por cento. Cfe, Lei nº. 749, de 29 de abril de 1871, que “Autoriza a Presidência a contratar com Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia a introdução de até 40 mil colonos”. In: Iotti, op. cit. p. 659-661. Para Pellanda, essa lei estipulava condições que a empresa contratada nunca poderia atender e compromissos superiores às reais condições da Província. PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950). In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. <http://pessoal.portoweb.com/pellanda/IMIGRA.htm>. Data: 20/11/2004. p. 6.

<sup>112</sup> DE BONI, Luis A., COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1979. p.72-73.

próximas a Santa Maria, uma quarta colônia para assentar imigrantes italianos. Surgiu, assim, Silveira Martins. Essas quatro colônias imperiais constituíram o núcleo básico da colonização italiana no RS. A elas, ulteriormente, viriam se somar: Alfredo Chaves (1884); São Marcos (1885), situada então no território de São Francisco de Paula; Antônio Prado (1885); Mariana Pimentel (1888); Barão do Triunfo (1888), no município de São Jerônimo; Vila Nova (1888), em Santo Antônio da Patrulha; Jaguari (1889), Ernesto Alves (1890), em Santiago; Marquês do Herval (1891), em Osório; Guaporé (1892); Chimarrão (1897), em Lagoa Vermelha; Anta Gorda (1902), em Lajeado; Itapuca (1902), em Soledade; Maciel (1902), em Canguçu; e Pelotas e outras.<sup>113</sup>

Sendo muito onerosa a administração das colônias a partir do Rio de Janeiro, o governo emancipou Silveira Martins em 1882 e as colônias Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel, em 1884.<sup>114</sup> Embora seja difícil precisar o total da imigração italiana nessa fase, ela provavelmente atingiu a cifra de quase 50 mil. De acordo com Pellanda, de 1882 até a Proclamação da República, teriam ingressado aproximadamente 41.500 imigrantes italianos na Província. Posteriormente, entre 1890 e 1914, teriam entrado mais 32.500. Ao se iniciar a Primeira Guerra Mundial, a população colonial de ascendência italiana no Rio Grande do Sul podia ser calculada em torno de 250 mil habitantes.<sup>115</sup>

Paralelo à imigração italiana, houve, se bem que em menor escala, a alemã e a polonesa. Segundo Isabel Gritti, no Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes poloneses foram assentados em Conde d'Eu, em 1875. Esses colonos, embora registrados como prussianos, viviam na região da Polônia ocupada pela Prússia.<sup>116</sup> No entanto, seria apenas a partir do ano de 1891 que a imigração polonesa se tornaria numericamente expressiva.

Entre 1874 e 1889 ingressaram na província de São Pedro, de acordo com os números coligidos por Pellanda, 6.213 imigrantes alemães. Os imigrantes de outras nacionalidades

---

<sup>113</sup> De Boni, op. cit. p. 74; Pellanda (1950), op. cit. p. 30.

<sup>114</sup> De Boni, op. cit. p. 74-75.

<sup>115</sup> Cfe. dados levantados por Pellanda (1950), op. cit. p. 11.

<sup>116</sup> A Polônia, no século XIX, estava dividida e ocupada pela Rússia, Prússia e Áustria, não existindo enquanto Estado autônomo. Como no Brasil, para a identificação da nacionalidade, vigorava a concepção do *jus soli* e não do *jus sanguinis* (ver a respeito o capítulo III), o que definia a nacionalidade de um imigrante era o seu território de nascimento. Isso explica porque, antes de 1918, os poloneses estão ausentes das estatísticas oficiais. Ver a respeito GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004. p. 23-32.

somaram, no mesmo período, 46.026. No total, portanto, teriam entrado no Rio Grande do Sul 52.239 estrangeiros nesse lapso de tempo.<sup>117</sup>

Para assentar os novos imigrantes e também os migrantes das antigas colônias, foi criado um grande número de colônias particulares e oficiais. Pellanda deixou uma extensa relação a respeito.

Tabela 5: Colônias com população de origem alemã criadas no Rio Grande do Sul entre 1874 e 1889.

<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>NOME DAS COLÔNIAS OU DOS NÚCLEOS COLONIAIS</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>FUNDADORES</b>	<b>MUNICÍPIO ONDE FORAM SITUADAS</b>
1875	Serro Branco	Particular	von Kalden, Müller	Cachoeira
1875	Poço das Antas	Particular	Ely Weber & Cia.	Montenegro
1875	Forqueta	Particular	Diversos	Taquari
1876	São Luiz	Particular	Affonso Azambuja	Porto Alegre
1876	Marques de Souza	Particular	Schoet Py & Cia.	Taquari
1877	Friedental	Particular	Ethmel, Pijot	Camaquã
1879	Bemfica	Particular		Triunfo
1879	Bastos	Particular	Bastos, Klenzen & Cia.	Montenegro
1880	Travesseiro	Particular	Xavier Alves	Taquari
1880	Piedade	Particular	Felipe Selbach	Triunfo
1880	Pirajá	Particular	Diversos	São Sebastião do Caí
1880	Sete Léguas	Particular	Antônio J. S. Mariante	Taquari
1881	Santo Antônio	Particular	João Antônio Pinheiro	Pelotas
1881	Aliança	Particular	Augusto Hardt	Pelotas
1881	Arroio Grande	Particular	Rheingantz	Pelotas
1882	Municipal de Pelotas	Municipal	Câmara Municipal	Pelotas
1882	Santa Helena	Particular	Siegmar von Schlegell	Pelotas
1883	Retiro	Particular	Manoel Fontoura Lopes	Pelotas
1884	Nova Santa Cruz	Particular	Diversos	Santa Maria
1885	São Luiz	Particular	Luiz J. Silva Leivas	Pelotas
1885	Palmas	Particular	Joaquim Fialho Vargas	Lajeado
1885	Entrepelado	Particular	Antônio Maciel/ outros	Sto Antônio da Patrulha
1886	Rio da Ilha	Particular	Felippe Wagner/ outros	Sto Antônio da Patrulha
1887	Xingu	Particular	Hermann Meyer & Cia.	Palmeira
1887	Rincão São Pedro	Particular	Thompson	Santa Maria

<sup>117</sup> Pellanda (1925), op. cit. p. 22-23.

<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>NOME DAS COLÔNIAS OU DOS NÚCLEOS COLONIAIS</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>FUNDADORES</b>	<b>MUNICÍPIO ONDE FORAM SITUADAS</b>
1888	Barão do Triunfo	Oficial	Governo Imperial	São Jerônimo
1888	Vila Nova	Oficial	Governo Imperial	Sto Antônio da Patrulha
1888	Rolante	Particular	João Renck e outros	Sto Antônio da Patrulha
1889	Jaguary	Oficial	União	São Vicente
1889	São Xavier	Oficial	União	São Martinho
1889	Santa Eulália	Particular	Heleodoro A.Souza	Pelotas

Fonte: Pellanda (1925), op. cit. p. 46-47.

#### **2.1.4 Quarta fase (1890-1914)**

A quarta fase colonizatória no RS vai da Proclamação da República até 1914, ano da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esse período se caracteriza pelo rápido desenvolvimento dos núcleos coloniais fundados à época do Império, pela iniciativa governamental e particular, e pelo surgimento de novos empreendimentos coloniais. Ao lado dos imigrantes de origem alemã, italiana e polonesa, o enorme crescimento vegetativo da população rural das colônias antigas – que resultou num excedente populacional – conduziu, no final do século XIX e no início do século XX, a uma corrida colonial para o norte e o noroeste do Estado. O desenvolvimento dessas colônias se deu em um ritmo muito mais acelerado do que o das antigas colônias.

Quando as primeiras áreas colonizadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes já estavam consideravelmente povoadas, eles subiram o planalto Norte-Rio-Grandense e passaram a ocupar terras do norte e o noroeste do Estado. Os solos do planalto – formados pela decomposição do basalto – constituíam-se, à época, nos melhores do Estado para o aproveitamento agrícola. Também ali, tal como na Encosta do Planalto, vicejava a floresta subtropical. Os empreendimentos coloniais que então foram criados no Planalto Médio, nas Missões e no Alto Uruguai passaram a ser denominados de colônias novas.

Como já esboçado anteriormente, no processo de colonização levado a cabo no Rio Grande do Sul houve uma estreita dependência entre o tipo de povoamento e a distribuição da

vegetação. As terras de mata situavam-se, em sua quase totalidade, na metade norte do Estado, ou seja, na Encosta e no Planalto. Os colonos imigrantes, e depois os seus filhos e netos, dirigiram-se quase sempre para as áreas de floresta. Colonizar e desmatar eram, então, sinônimos. Segundo Nilo Bernardes,<sup>118</sup> isso ocorreu não tanto pelo fato de, quando da chegada dos colonos, os campos já estarem divididos e ocupados pelas fazendas de criação de gado. Também não pelo fato de os proprietários das grandes estâncias não desejarem se desfazer de parcela de suas terras a fim de não prejudicar a sua atividade econômica. A razão fundamental pela qual teria sido dada ao colono europeu a tarefa de fazer recuar a floresta seria a tradição luso-brasileira de que a agricultura somente seria proveitosa nas áreas de mata. Isso porque ali o solo humoso compensaria o trabalho de semeadura, enquanto os solos de campo – bem mais fracos – seriam propícios para a pecuária, ali não vingando a pequena propriedade que se assentasse na agricultura. Seriam, dessa forma, os colonos de origem européia herdeiros dessa tradição luso-brasileira.

Ainda de acordo com Bernardes, mesmo no Planalto, as colônias cessaram onde começavam os campos. “Os campos, seja no Planalto, na Depressão Central ou na Campanha, conservaram-se eminentemente pastoris e nas áreas de mata, somente, é que se desenvolveu a colonização, seja na Encosta, no Planalto ou nas Serras do Sudeste.”<sup>119</sup> A paisagem natural, conforme a tese exposta pelo eminente geógrafo brasileiro, teria provocado uma dualidade econômico-social no Estado com limites extremamente rígidos, sem a existência de interpenetração ou áreas de transição. A persistência dessa justaposição, ainda no início da década de 1950, se explicaria pela interferência permanente de fatores culturais sobre cada uma das estruturas existentes.

Virgínia Etges,<sup>120</sup> que elaborou uma tese de doutorado sobre a contribuição de Leo Waibel para o desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil, registrou que esse eminente geógrafo alemão, que esteve trabalhando no Brasil entre 1946 e 1950, tornou-se um decisivo defensor do uso das terras de campo também para a agricultura. Waibel, que polemizou em torno do dogma de que os campos serviriam unicamente para a pecuária enquanto as áreas de mata melhor se prestariam para as atividades agrícolas, afirmou que essa concepção influenciara negativamente o povoamento e a estrutura econômica e sociopolítica do Brasil.

---

<sup>118</sup> BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 74.

<sup>119</sup> *Ibidem* p. 81.

<sup>120</sup> ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 128.

O historiador Paulo Zarth,<sup>121</sup> ao pesquisar a história agrária do planalto gaúcho, enfatizou que no Rio Grande do Sul o gado sulino foi privilegiado em detrimento da agricultura. Ao contrário do que sucedera no Nordeste colonial brasileiro, onde o gado fora expulso para o sertão inóspito em favor da lavoura da cana-de-açúcar, aqui foi a agricultura que fora expulsa para as florestas inóspitas. Isso se deu porque a criação de gado era considerada atividade nobre e os pecuaristas, detentores de prestígio e de poder político, é que determinaram o processo de ocupação das terras no extremo sul do Brasil.

Nessas novas regiões coloniais, os governos federal e estadual procuraram misturar os colonos de diferentes procedências e dar, assim, origem a uma série de colônias mistas. Nesse sentido, os de ascendência alemã deveriam ser vizinhos dos de ascendência italiana, polonesa e de imigrantes de outras nacionalidades. O objetivo era evitar o já temido enquistamento étnico. Não obstante a deliberação dos governantes, houve, nessas colônias, a tendência de os colonos, sempre que possível, se reunirem em determinadas linhas ou picadas de acordo com o credo religioso que professavam, com o local de onde procediam ou conforme a origem étnica. Muitos dos que não conseguiram se fixar entre os seus, se deslocaram para regiões coloniais do Paraguai, da Argentina ou do estado de Santa Catarina. Já nas colônias particulares, houve a tendência de ocorrer um predomínio quase que absoluto de uma só etnia. É o caso de Neu Württemberg (Panambi), Erval Seco, Cerro Azul e Boa Vista (Santo Cristo), onde predominavam os de origem alemã, e de Sananduva, onde os italianos eram quase que exclusivos.

Conforme Leopoldo Petry, entre 1890 e 1892 uma verdadeira avalanche de imigrantes, estimada em 48.720 pessoas, aportou no Rio Grande do Sul. Nos 20 anos seguintes, isto é, até 1912, o número não teria excedido 51.893 pessoas.<sup>122</sup> Embora alguns dos imigrantes tivessem sido encaminhados para as colônias situadas a leste de Porto Alegre, caso da colônia Marquês do Herval, em Osório, ou a colônia Vila Nova, em Santo Antônio da Patrulha; ao oeste, caso das colônias Mariana Pimentel e Barão do Triunfo; ao sul de Camaquã, caso das colônias Jaguari e São Brás, o grosso do contingente foi enviado para as colônias de Ijuí, Guarani e mais tarde também Erechim.<sup>123</sup> Essas três colônias oficiais e os empreendimentos particulares de Serro Azul e Neu Württemberg se constituíram nas mais importantes colônias criadas durante essa fase.

---

<sup>121</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 24.

<sup>122</sup> Petry, op. cit. p. 13.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 14.

A fundação de Jaguari, ocorrida em 11 de outubro de 1889, deu-se ainda pelo governo imperial. Localizada a oeste da cidade de Santa Maria, no vale do rio que leva o mesmo nome, o complexo Jaguari era composto por seis núcleos: Toroquá, Ernesto Alves, Jaguari, São Xavier, Toropi e São Vicente. Em 1896, sua população já contava com 10.770 habitantes. Desses, 4.990 eram italianos; 2.187 brasileiros; 1.991 alemães; 943 russos; 610 austríacos; 35 espanhóis; 28 suecos e 36 eram de outras origens. Essa população se espalhava por uma superfície de 60.650 hectares, ocupando 2.428 lotes rurais e 462 urbanos. O extraordinário desenvolvimento do complexo permitiu que no ano de 1906 já se produzisse um valor correspondente a 2.000:000\$000.<sup>124</sup>

Dando continuidade ao movimento esboçado pelo Império, em 1890 o governo da União fundou a colônia Ijuí. Criada em 19 de outubro de 1890 em territórios dos municípios de Cruz Alta, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, às margens do rio homônimo,<sup>125</sup> a colônia abrangia, em 1896, uma área de 44.507 hectares. Em 1909, a superfície de Ijuí já atingia 62.602 hectares. Em 1911, uma estrada de ferro ligou Ijuí a Cruz Alta. Afirma Roche que, com isso, em apenas um ano o valor das terras teria dobrado de preço.<sup>126</sup>

Os empreendimentos coloniais que pulularam pela região do Planalto, a exemplo de Ijuí, geralmente seguiam um traçado simétrico e uniforme, prevendo, inclusive, a localização dos futuros núcleos urbanos. As glebas eram demarcadas em linhas retas, formando terrenos retangulares de 250 metros X 1.000 metros, isto é, 25 hectares. Acidentes topográficos, cursos d'água e a existência de estradas, na maioria das vezes, não foram levados em consideração na medição dos lotes, o que ocasionou transtornos para alguns colonos.

Concebida como colônia mista, seus habitantes eram imigrantes poloneses e russos, mas havia também alemães russos e alemães austríacos. Aos grupos de estrangeiros se juntaram os brasileiros descendentes de alemães e italianos que eram originários das colônias velhas. Sua evolução demográfica foi a seguinte: em 1896, possuía 4.644 habitantes; em 1900, a cifra subiu para 8.847 almas; e, finalmente, em 1914, já ascendia para 25.325 habitantes. Nesse mesmo ano, viviam em Ijuí 18.226 católicos e 6.899 acatólicos, que pertenciam a diversas nacionalidades, a saber: 20.574 brasileiros; 1.650 russos; 936 alemães;

---

<sup>124</sup> Pellanda (1925), op. cit. p. 186.

<sup>125</sup> Bernardes, op. cit. p. 79, observou com propriedade que a função dos rios, mesmo do caudaloso Uruguai, foi quase nula na colonização do Planalto. Já a ferrovia que, partindo de Santa Maria, chegava a Passo Fundo, Erechim, Carazinho, Cruz Alta e Santo Ângelo desempenhou importante papel para o povoamento do Alto Uruguai e do Planalto Médio.

<sup>126</sup> Roche, op. cit. p. 127.





surgimento de estradas – inclusive da via férrea que foi prolongada em direção a Santo Ângelo – e de novos empreendimentos coloniais particulares nos arredores, a colônia oficial deslanchou. Em 1909, compreendia 3.346 lotes coloniais de 25 hectares cada, dos quais 596 ainda não estavam ocupados. Nesse mesmo ano, exportava 350 mil réis em valores e possuía uma população de 9.184 habitantes, número esse que saltaria para 18.300 no final de 1912. Os alemães e descendentes perfaziam 25 por cento do total dos moradores.<sup>130</sup> Guarani das Missões foi o maior reduto de poloneses do Rio Grande do Sul. Em 1913, os poloneses ali formavam um núcleo populacional de cerca de 5 mil pessoas.<sup>131</sup>

A Constituição brasileira de 1891, através do seu artigo 64, estabeleceu que as terras devolutas passariam ao domínio dos estados federados, cabendo aos mesmos, diretamente ou por concessões a particulares, a promoção da colonização. No Rio Grande do Sul, no entanto, a colonização foi assegurada pela União até 1895, através da Delegacia das Terras e Colonização. Vinculadas à delegacia, funcionavam seis comissões em cada uma das colônias gerais, a saber: Guarani, Ijuí, Jaguari, Barão do Triunfo, Marquês do Herval e Alfredo Chaves. A partir dessa data, os governantes estaduais responsabilizaram-se pela questão que passou a ser gerida pela Secretaria de Negócios e Obras Públicas. Para tanto, a Secretaria foi organizada em três diretorias: Diretoria Central, Diretoria de Obras Públicas, Terra e Colonização e Diretoria de Viação.<sup>132</sup>

Uma importante colônia criada por iniciativa do governo do Estado foi a colônia Erechim. Tornando-se insuficientes as terras das colônias Ijuí e Guarani, o presidente do Estado, Carlos Barbosa, fundava, em 1908, a colônia Erechim. Situada a nordeste da colônia Ijuí, ela começou a receber colonos a partir de fevereiro de 1910. Servida pela estrada de ferro Santa Maria/São Paulo, em 1913 a nova colônia se estendia sob uma superfície de 305.640 hectares. Em 1912, possuía 14.500 moradores, dos quais 5.867 eram imigrantes. Uma das características marcantes desse empreendimento colonial foi a diversidade étnica e cultural da sua população. Em 1914, a colônia produzia um valor global estimado em 3 mil contos de réis, dois terços dos quais eram vendidos para fora da colônia. Para esse impulso inicial, muito contribuiu a via férrea que cruzava o local. Em 1918, graças ao desenvolvimento alcançado, a colônia foi emancipada e transformada em município.

---

<sup>130</sup> Cunha, op. cit. p. 248.

<sup>131</sup> Gritti, op. cit. p. 97.

<sup>132</sup> Decreto nº. 42, de 10 de Janeiro de 1895, e Ato nº. 15, de 31 de janeiro de 1895.

Dentre as muitas colônias particulares fundadas no período, merecem destaque especial as de Neu Württemberg e Serro Azul. O empresário alemão Hermann Meyer teve destacada atuação no mercado imobiliário das colônias novas. Em 1897, comprou em Palmeira das Missões 1,8 mil hectares ao preço de 15:500\$000, ou seja, 8\$525 réis por hectare. Fundou ali a colônia Xingu, a primeira de uma série de tantas. Estava localizada na margem direita do rio da Várzea, na estrada que conduzia a Nonoai e ao vizinho estado de Santa Catarina.

Um ano depois, Meyer iniciou a compra de terras, do Estado e de pecuaristas, para a futura colônia Neu Württemberg. Esse empreendimento situava-se a cerca de 45 quilômetros ao norte da cidade de Cruz Alta, na margem esquerda da ferrovia Cruz Alta-Passo Fundo. Originariamente possuía uma superfície de 11.085 hectares que se estendiam por partes dos municípios de Palmeira das Missões e Cruz Alta. O lote de 25 hectares coberto de mata, que em 1901 era vendido a um conto de réis, em 1912 já alcançava um preço que variava entre 2 e 3,5 contos de réis.<sup>133</sup> Para lá foram atraídos imigrantes alemães e colonos das regiões alemãs antigas do RS, onde a população havia crescido além da capacidade de absorção dos lotes, levando em consideração o sistema de agricultura praticado. Neu Württemberg, que hoje se chama Panambi, se tornou município em 1954, quando se desmembrou de Cruz Alta e de Palmeira das Missões.

Nos primeiros tempos, em Xingu e Neu Württemberg, o produto agrícola de maior importância foi o milho. Além dele, também feijão, mandioca, batata inglesa, verduras e legumes, trigo e cevada eram produzidos. Como produtos destinados ao mercado, destacavam-se o tabaco e especialmente a banha de porco. A criação de suínos desempenhou papel fundamental na economia das colônias novas do Planalto até meados do século XX.

Serro Azul, que hoje se chama Cerro Largo, deve sua fundação, ocorrida a 03 de outubro de 1902, à antiga Associação Rio-grandense de Agricultores (*Bauernverein*), organização surgida em 1900 pelos estímulos do padre jesuíta Teodoro Amstad e criada em moldes interconfessionais.<sup>134</sup> Constatando a saturação demográfica na antiga região colonial, a associação orientou os novos colonizadores do empreendimento a formarem grupos, os maiores possíveis, de pessoas já conhecidas entre si. Desaconselhava, portanto, a dispersão

---

<sup>133</sup> Zarth, op. cit. p. 88.

<sup>134</sup> RICK, João Evangelista, S.J. Colonização alemã católica no sul do Brasil. *Pesquisa, História*, São Leopoldo, n. 27, p. 115-125, 1989.

entre colonos estranhos. Em segundo lugar, estabeleceu que o povoamento fosse feito de comunidades separadas por confissão religiosa.

As terras utilizadas pelo *Bauernverein* eram uma parcela dos cerca de 1.800.000 hectares que, em 1897, o governo estadual havia concedido a Heinrich Schüller. Schüller, em compensação, assumia o compromisso de construir em um prazo de três anos, três estradas de ferro na região noroeste do Estado: a que ligaria Tupanciretan com São Luiz e Nonoai; a que conectaria Nonoai com Caxias e, por fim, a que uniria São Luiz com São Borja e Itaqui. Não conseguindo sequer o capital suficiente para a construção dos primeiros 220 quilômetros – que custariam cerca de 10 milhões de marcos –, teve que devolver a concessão. Horst Hoffmann adquiriu então o direito de colonização de parte dessa área, obrigando-se a pagar aos cofres públicos certa quantia em dinheiro por gleba comercializada. Hofmann, em seguida, repassou seus direitos de colonização para o *Bauernverein*. Em Serro Azul, o lote foi vendido a 500\$00. 200\$00 tinham que ser pagos no momento da assinatura do contrato e os restantes 300\$000 deveriam ser pagos num período máximo de 6 anos, com juros de 6 por cento ao ano.<sup>135</sup>

Com a extinção, em 1910, do *Bauerverein*, o *Volksverein* (Sociedade União Popular), fundado em 1912 para defender o interesse dos teuto-brasileiros católicos, também se dedicaria, posteriormente, a projetos colonizatórios. Fundaria, no ano de 1926, em Santa Catarina, a colônia católica de Porto Novo, que deu origem a Itapiranga.

No total, entre 1890 e 1914, a partir dos números fornecidos por Pellanda, calculou-se o ingresso de apenas 17.308 imigrantes alemães em território gaúcho.<sup>136</sup> Nesse mesmo período, a entrada de imigrantes poloneses teria sido de 32.000, dos quais 25.000 teriam chegado entre 1890 e 1894, fase denominada de “febre da imigração brasileira” pelos estudiosos da colonização polonesa.<sup>137</sup> Quanto aos italianos, entre 1890 e 1914, para Pellanda, teriam entrado no Estado 32.500 imigrantes. A população de ascendência italiana já era calculada em 250 mil no início da Primeira Guerra Mundial.<sup>138</sup>

Nessa fase, foram expedidos inúmeros atos e decretos que ampliavam, reduziam ou prorrogavam o prazo para a cobrança de dívidas coloniais em diferentes colônias existentes no

---

<sup>135</sup> Cunha, op. cit. p. 254-256.

<sup>136</sup> Pellanda (1925), op. cit. p. 25.

<sup>137</sup> Gluchowski, *apud* Gritti, op. cit. p. 43.

<sup>138</sup> Pellanda (1950), op. cit. p. 11.

Estado. Também foram muitos os regulamentos que estabeleciam ou relevavam multas e juros para a quitação dos débitos que vigoraram durante um curto espaço de tempo. Ao que tudo indica, os colonos, ao menos no que diz respeito ao pagamento das dívidas contraídas com o poder público, não eram muito bons pagantes.

### **2.1.5 A imigração alemã posterior a 1914**

Este período se estende basicamente entre os anos que separam o fim da Primeira e o início da Segunda Guerra Mundial. A imigração e a colonização, nesse período, voltam a ser competência da União. Refletindo um acalorado debate que ocorria no país a respeito do tipo de imigrante desejável, a Constituição brasileira de 1934, a fim de preservar a estrutura racial e cultural do país, estabeleceu o sistema de cotas. Através das cotas, limitou-se a imigração a um máximo anual de dois por cento dos nacionais de cada país fixados no Brasil nos cinquenta anos imediatamente anteriores.

No Rio Grande do Sul, entre 1914 e 1939, diminuiu sensivelmente a imigração. Jean Roche calculou que nesse intervalo de tempo teriam ingressado em solo gaúcho 30.439 alemães e austríacos. Deduzindo as saídas, que totalizaram 12.360, o saldo líquido foi de 18.079.<sup>139</sup> A maioria desses imigrantes não se dedicava à agricultura, mas eram trabalhadores urbanos que, conseqüentemente, se radicaram nas cidades.

Como decorrência da crise econômica que assolou a Alemanha nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e em conseqüência da grande depressão econômica dos anos 30, profissionais liberais, intelectuais, engenheiros, operários qualificados, comerciantes e outras camadas da população resolveram abandonar o país. As regiões do globo terrestre em que consideráveis contingentes de alemães já se tinham enraizado, passaram a ser procurados por esses novos migrantes. Particularmente, cidades que contavam com empreendimentos industriais, comerciais ou bancários de capital alemão, ou pertencentes a cidadãos alemães, passaram a entrar na listagem dos imigrantes. No RS, Porto Alegre recebeu a maior parcela desses imigrantes. Mas, cidades de menor porte como Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Ijuí, Lajeado e outras também receberam alguns desses novos estrangeiros.

---

<sup>139</sup> Roche, op. cit p. 134.

Nessa fase, os estabelecimentos coloniais fundados foram em número bastante inferior ao do período anterior. Enquanto os empreendimentos anteriormente criados iam se espraiando, surgia, em 1915, ao norte da colônia Guarani, a colônia de Santa Rosa. Dali a colonização se estende para Porto Lucena, Tucunduva e Laranjeiras. Às margens do rio Guarita surge a colônia de Guarita do Iraí. São ainda dessa época, entre outras, Capão Grande, Três Passos e Criciumal.<sup>140</sup>

A partir de 1920, ao escassearem as terras para a colonização no RS,<sup>141</sup> teve início o movimento migratório de colonos gaúchos para o Oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Lá, os descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses e de outras nacionalidades reproduziram sua condição social e econômica de existência de pequenos produtores agrícolas familiares. Em alguns casos, os gaúchos exilados chegaram a formar mais de noventa por cento da população de determinados municípios daqueles estados.

Uma das conseqüências do processo de colonização ocorrido no RS foi a mercantilização da terra. A colonização oficial subsidiada pelo Estado normalmente funcionava como um chamariz para os loteamentos feitos por particulares e pelas companhias de colonização que se desenvolviam nos arredores das colônias oficiais, aproveitando-se de toda a infra-estrutura montada pelo governo. Afirma Zarth que “cada colônia oficial era uma espécie de pólo, ao redor do qual eram instalados os empreendimentos privados utilizando-se da infra-estrutura criada e do mercado gerado pela colônia estatal.”<sup>142</sup> Ernesto Pellanda, num trabalho para a Repartição de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, listou 142 colônias alemãs, das quais 114 eram particulares, enquanto apenas 28 eram oficiais. Isso dá uma noção do grande negócio que passou a representar possuir a posse jurídica de terras nas proximidades das colônias estatais. Explica, também, em boa medida as grilagens de terras públicas, as apropriações de áreas feitas a expensas de lavradores nacionais pobres – detentores apenas da posse útil de áreas da terra – e os inúmeros conflitos judiciais travados pela posse jurídica de terras. Isso se deu a partir da entrada em vigor da Lei de Terras e foi aumentando à medida que a colonização tomava vulto.

---

<sup>140</sup> *Ibidem* p. 137-38.

<sup>141</sup> Dada a força política dos grandes estancieiros, as terras de campo do Estado, onde se praticava a criação extensiva de gado, ficou praticamente intocada pela colonização. No geral, foram as terras de topografia acidentada e cobertas de florestas que foram utilizadas para assentar os colonos europeus e seus descendentes. Mesmo a posterior perda de prestígio econômico e político dos pecuaristas e a pressão desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não colocaram em risco os latifúndios da Campanha Gaúcha.

<sup>142</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Ed, Unijuí, 2002. p. 94.

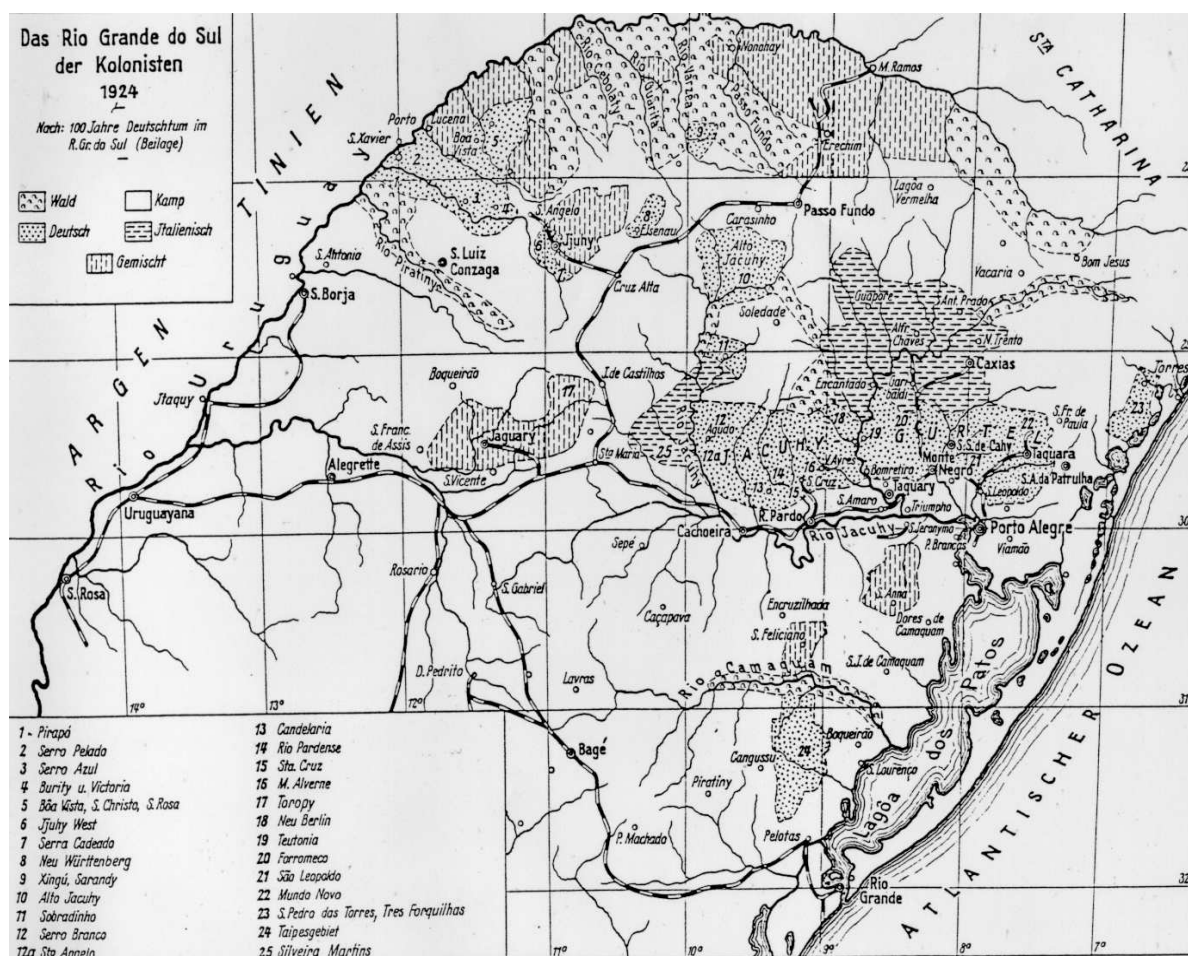


Figura 7: As regiões coloniais do Rio Grande do Sul em 1924

Fonte: Oberacker, op. cit. p. 96.

Em 1924, o território do Rio Grande do Sul apresentava uma respeitável área colonial, povoada principalmente por populações de ascendência alemã e italiana. O mapa reproduzido na FIGURA 7 dá uma noção de onde, preferencialmente, se radicavam os colonos de procedência germânica e italiana e nas áreas em que predominavam colonos que passavam pelo processo de caldeamento étnico.

Muitos dos empreendimentos particulares, como visto anteriormente, chegaram a receber generosos subsídios governamentais para introduzir imigrantes. Foi o caso, dentre outros, de Jacob Rheingantz, na colônia São Lourenço, da Montravel, Silveiro & Cia, em Santa Maria da Soledade, e de Antônio Joaquim da Silva Mariante, em Venâncio Aires.

Outro fato a destacar é que não foram apenas as áreas de colonização que se valorizaram. Mesmo as terras de campo nativo aumentaram seu preço em decorrência da colonização. Zarth, por exemplo, apurou que, no Planalto, terras que em 1851 tinham um

preço médio de \$500 réis o hectare, tiveram seu valor médio majorado para 4\$469 réis, em 1901, e para 11\$590 réis, em 1911, valores esses já deflacionados com base na libra esterlina.<sup>143</sup> Dessa forma, pode-se afirmar que a colonização dirigida pela burocracia estatal teve entre seus resultados a grande valorização de terras e representou um grande negócio para proprietários de terra, empresas colonizadoras, grileiros e especuladores.

Tirando proveito do êxito dos primeiros empreendimentos coloniais e aprendendo com os insucessos iniciais, os governantes planejaram e apoiaram o assentamento dos imigrantes e de seus descendentes nas áreas florestais do Estado. Assim, quando das demarcações dos lotes coloniais, sempre era previsto um local para a futura povoação, que deveria se constituir posteriormente no centro econômico, social, cultural e político-administrativo da localidade. Também se evitava a criação de colônias em locais isolados geograficamente. Zarth relata que desde meados do século XIX a Câmara de Cruz Alta fazia insistentes apelos ao governo provincial para a instalação de núcleos coloniais nas áreas de mata do município. Esses pedidos, no entanto, somente ganharam eco em 1890, recebendo aplausos dos cruz-altenses. Ou seja, para que a colonização pudesse ser estendida ao Planalto Médio, na ausência de um rio navegável, foi imprescindível dotar primeiramente a região de uma estrada de ferro. Somente quando o abastecimento e o escoamento da produção das novas áreas coloniais estava resolvido é que os governos central ou provincial passavam a bancar algum complexo colonial. Agindo assim, fracassos iniciais como os de São Pedro de Alcântara, Três Forquilhas e São João das Missões não se repetiriam.

## 2.2 Dificuldades iniciais

Enormes foram as adversidades com as quais os imigrantes europeus e seus descendentes inicialmente se depararam nas colônias. A cada nova colônia que era estabelecida nos vales de rios, pela Encosta do Planalto, no Planalto Médio ou no Alto Uruguai, a situação inicial encontrada nas picadas e glebas de terra era quase sempre a mesma. Procedentes de um clima temperado, em geral eles vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil. Na Alemanha, a propaganda feita pelos agentes responsáveis por angariar voluntários para a colonização pintava a existência de um verdadeiro paraíso subtropical no Brasil, local onde todos poderiam satisfazer seu sonho de

---

<sup>143</sup> Ibidem, p. 96.

ser proprietário de terras e de facilmente enriquecer. O suíço Thomas Davatz,<sup>144</sup> que trabalhou como contratado na Fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, confessou-se vítima do que chamou de “febre da emigração”:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre ... – tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso; agarra-se a prospectos e folhetos que tratam do seu tema favorito, dando-lhes o maior crédito (...).

O desconhecimento de como lidar com a floresta, o descumprimento de promessas por parte dos governos imperial e provincial e por parte das companhias de colonização e de seus agenciadores, o medo de bugres e de animais, a falta de dinheiro, de ferramentas de trabalho e de alimentação, o abandono e o isolamento que sentiram quando largados em frente ao seu inculto e inexplorado lote, tudo isso desesperou muitos dos recém-chegados. O sentimento de saudade das pessoas e das coisas da terra natal aflorava diante das adversidades. Não existindo a possibilidade de regresso, em função das precárias condições materiais de existência dos imigrados, trabalhar passou a ser a única alternativa possível.

Pesquisas recentes, surgidas principalmente no âmbito dos programas de pós-graduação em História existentes no RS, têm questionado uma séria de interpretações encontradas em escritos de historiadores profissionais e diletantes que tratam da colonização. Muitos desses escritos são efetivamente laudatórios e apologéticos e corroboraram na consolidação de algumas interpretações que se tornaram quase axiomáticas. O questionamento do mito do “pioneiro” e do mito da ideologia da superioridade da capacidade de trabalho dos colonos europeus em relação aos lavradores nacionais são dois bons exemplos dessa revisão historiográfica ocorrida. Não desconhecendo essas críticas e considerando mesmo procedentes muitas delas, para o desenvolvimento lógico deste trabalho, julgou-se necessário enfatizar as dificuldades iniciais com as quais se defrontaram os colonos nos núcleos coloniais. Embora haja o uso ideológico dessa questão (ver a respeito o capítulo 4),

---

<sup>144</sup> DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 47-48.



não se pode desconsiderar e minimizar os efeitos provocados pela passagem de um sistema de relações sociais para outro, ou seja, a mudança de uma aldeia ou mesmo de um pequeno centro industrial da Alemanha para o meio da floresta subtropical brasileira. Nessa passagem de um sistema de valores para outro completamente desconhecido, os indivíduos normalmente se desestabilizam psicologicamente e socialmente. E as reações, que nesse caso podem ser as mais diversas, devem ser levadas em consideração.

### 2.2.1 O desconhecimento da floresta

Os imigrantes alemães vinham completamente despreparados para explorar um lote de terras coberto por uma desconhecida floresta subtropical, na qual o seu lote colonial ficava isolado numa ampla área, relativamente despovoada. Quando chegavam à picada do seu destino, apavoravam-se, pois:

De um lado a outro lado, elevavam-se árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa, a umidade sufocante do dia, a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero (...) A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta.<sup>145</sup>

As primeiras noites na selva provocaram tormento e aflição. Relata em seu romance histórico o padre Matias José Gansweidt que as famílias, ao serem largadas na floresta, “quando em volta desce o escuro manto da noite, quando passarinhos e insetos silenciam de todo seus cantos, então começa o receio a lhes invadir a alma. O silêncio os oprime e angustia. Sentem-se perdidos na vastidão das selvas. Sentimentos jamais experimentados lhes convulsionam o peito.”<sup>146</sup> Como na Europa não havia mais mata cerrada, o tipo de desmatamento a ser feito era completamente desconhecido ao imigrante:

Lá (na Europa) nós o imaginávamos bem diferente. Pensávamos que quando a árvore estivesse cortada em baixo, ela cairia: completamente errado. Estavam (as árvores) na maioria entrelaçadas nos ramos por cipós e nem havia hipótese de queda na mata virgem e tramada. Muitas vezes foi necessário cortar até 10 árvores antes que tombassem.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> Roche, op. cit. p.52

<sup>146</sup> GANSWEIDT, Matias José. *As vítimas do bugre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1946. p. 22.

<sup>147</sup> Festschrift zum 50jährigen Jubiläum der Linha Isabella. Santa Cruz: Lamberts & Riedl.

Os recém-chegados, além de não conhecerem a floresta, não sabiam como com ela lidar. Não possuíam os bens materiais indispensáveis para a sobrevivência, faltando-lhes dinheiro, ferramentas, alimentos e conhecimentos a respeito dos recursos que a própria selva propiciava. Ainda que alguns deles não tivessem sido agricultores na Europa, aqui muitos tiveram que ser agricultores por bem ou por mal. O ex-artesão de indústria vítrea, Josef Umann, assim se manifestou a respeito em sua autobiografia:

A escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com o facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado (...) muitos teriam regressado à pátria, se tivessem tido os meios para tal. Mas esta hipótese estava fora de cogitação, e por isso só restava pegar no duro<sup>148</sup>.

Desorientados e entregues à própria sorte, os colonos passaram a executar a derrubada da mata aos moldes do índio e do caboclo, ou seja, ateando fogo à floresta. A madame belga van Langedonck que, entre 1857 e 1859, viveu nas suas glebas do Caí, em Santa Maria da Soledade, já lamentava o grande desperdício da excelente madeira que a colonização provocava:

A falta quase total de vias de comunicação obrigava a destruição, pelo fogo, da madeira cortada. Os troncos que não se consegue queimar ficavam apodrecendo ao ar livre, o que não impedia que plantássemos em volta. No entanto, que imenso rendimento não dariam essas belas madeiras, enviadas à Europa, para a marcenaria e a construção.<sup>149</sup>

Também Robert Avé-Lallemant, que em março de 1858 percorreu as picadas da colônia de Santa Cruz, lamentava essa inevitável prática:

(...) no meio do quadro das frescas e verdejantes culturas, tudo é brutal e cruel destruição. Em toda parte troncos de árvores meio carbonizados e cinzentos – restos do voraz incêndio da mata na floresta semitostada! Só depois de muitos anos apresenta um desses estabelecimentos coloniais um quadro de paz tranqüila, de repouso ordenado, de amenidade exterior. (...) haviam abatido uma fogueira em Rio Pardinho para consumir as árvores abatidas na floresta. Bela madeira! O fogo chamejava alto. O calor erguia violentamente as labaredas e, com elas, grandes fragmentos ardentes que voavam com o vento para a mata e lá se apagavam, crepitando. O que aqui a civilização fazia era uma fantástica e lamentável obra de incendiário.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997. p 57.

<sup>149</sup> LANGEDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 53.

<sup>150</sup> Avé-Lallemant, op cit p. 175, 180 e 181.

Situação idêntica o médico alemão havia presenciado ao visitar diversas picadas situadas nos arredores de São Leopoldo. Observou que centenas de milhares de troncos carbonizados jaziam nas inclinadas encostas das linhas novas. Alguns, embora tostados pelo incêndio, ainda estariam de pé, estendendo seus galhos negros como que clamando a vingança do céu, “até que o machado se ajunte ao fogo que já o precedera, e o tronco, ferido pelo ferro, se precipite no abismo.” E, ironia do destino, no meio desse caos de aniquilamento cresceriam, depois, viçosos milharais e feijoais.<sup>151</sup>

Sílvia Correa e Juliana Bublitz, em “Terra de promessa”,<sup>152</sup> realizaram uma meritória análise, qualificada pelos próprios autores de introdutória, da apropriação da natureza no Rio Grande do Sul por vários dos grupos étnicos que colonizaram o Estado. Para tanto, estudaram o impacto da colonização, no século XIX e início do século XX. A destruição ambiental, especialmente a provocada pelo desmatamento, por colonos alemães e seus descendentes, é tratado no terceiro capítulo da obra. No trabalho, os autores concluíram que as experiências de colonização feitas no RS teriam sido predatórias em termos ambientais.

Durante a primeira fase de colonização – que foi a da adaptação ao meio, da derrubada da mata, da construção de uma choupana e do plantio do roçado –, o trabalho foi árduo e extremamente difícil:

A maioria, apenas começando, quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor. Não há outra alternativa para o pobre colono senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida, de maneira que se possa pela primeira vez dormir sobre telhado<sup>153</sup>.

Anton Pilz imigrou em 1873 à Picada Isabela, colônia provincial de Monte Alverne. Seguindo pelo trilho feito pelos agrimensores, chegou ao lote número 12, que era o último que tinha sido medido. Uma cena bem diferente da imaginada em sua terra natal, Glabonz, foi aí registrada por suas retinas:

(...) aqui havia muito a desejar. Não havia estrada, nem ponte ou pinguela, nem comércio e movimento, nem telhados e nem ofícios. Mato e mais mato, para

<sup>151</sup> Ibidem p. 124.

<sup>152</sup> CORREA, Sílvia Marcus de Souza, BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

<sup>153</sup> Umann, op. cit. p.64

onde se olhava só se via a verde mata. Aqui a miséria era grande, muito trabalho e pouco pão.<sup>154</sup>

Em praticamente todas as colônias novas a situação inicial foi idêntica. Um professor da Colônia Vila Germânia fez o seguinte relato a respeito da situação daquele empreendimento colonial:

Ali não há caminhos, nem pontes, a gente não vê nada além de mato impenetrável e não ouve nada além de machadadas e do barulho de árvores caindo (...). O colono é conduzido a uma dessas picadas e lhe é dito: aqui tu tens terra; agora, dá um jeito de te virar. E então o pobre está aí, no meio da selva, entre os seus familiares que olham assustados para ele. Ele não sabe onde começar, como providenciar abrigo e alimentos.<sup>155</sup>

### 2.2.2 O medo dos bugres e de animais selvagens

Durante algum tempo, em algumas zonas, o maior perigo com o qual se confrontavam os colonos era o ataque de índios. Avé-Lallement revela que, quando da fundação de São Leopoldo, os bugres ou índios selvagens viviam no campo diante do Monte Hamburgo. Dali teriam se retirado para a Serra de onde faziam incursões com o objetivo de atacar as picadas e as colônias. Não existiam relações entre os colonos alemães e os bugres. “Quando aparecia um selvagem nu – e todos andam completamente nus e assim tinham de andar entre eles os prisioneiros, mesmo as mulheres –, sem dizer água vai, atiravam-lhe uma bala na carne”.<sup>156</sup>

Houve efetivamente algumas poucas investidas promovidas por silvícolas contra os colonos. Nas narrativas dos primeiros colonizadores, os ataques dos bugres e das onças são geralmente exagerados e supervalorizados. Apesar disso, não se pode negar que houve alguns casos de ataque de índios a colonos no início do processo de assentamento dos imigrantes europeus. Na Picada Dois Irmãos, em fevereiro de 1829, três colonos teriam sido mortos e um ferido. Em abril de 1831, no mesmo local, outros três foram trucidados, dois foram feridos e um menino raptado. Este, posteriormente, seria resgatado no alto da Serra. O pior ataque dos

<sup>154</sup> Festschrift, op. cit. p. 12.

<sup>155</sup> DEUTSCHE ANSIEDLER, *apud* RDÜNZ, Roberto. *A terra da Liberdade: o protestantismo luterano em Santa Cruz do Sul no século XIX*. Porto Alegre: PUC, 2003. (Tese de Doutorado em História). p. 55.

<sup>156</sup> Avé-Lallement, op. cit. p. 131-132.

selvagens teria ocorrido em maio de 1831 na picada do Hortêncio. Ali, onze pessoas de ambos os sexos teriam sido assassinadas, duas feridas a flecha e uma terceira a pau.<sup>157</sup>

Carl Seidler noticia que as plantações dos moradores estabelecidos na colônia de Torres freqüentemente eram devastadas por grupos isolados de índios. Ali podia ser vista uma imigrante flechada, cuja metade da haste com a sua ponta havia atravessado as costas da vítima. Narra ainda o soldado viajante que:

Nos estabelecimentos lançados mais para o interior da mata, só por meio de grande número de cães e abundante provisão de armas de fogo podiam os colonos defender-se em suas casas contra os assaltos noturnos das hordas nômade; muitas vezes tinham que abandonar as suas poucas reses e a recém começada plantação diante do assalto noturno dos selvagens, só para salvarem a sua vida e a dos seus. Em bandos bem ordenados, contando vinte a trinta homens, esses intrépidos filhos da selva aproximavam-se com tal cautela e segurança, que mesmo de dia claro não eram descobertos ao alcance do tiro das sentinelas; e então ou irrompiam do esconderijo com as certas flechas, ou quais onças atiravam com a rapidez do vento sobre as sentinelas isoladas, que estrebuchavam em seu próprio sangue antes que pudessem reagir ou chamar socorro.<sup>158</sup>

Em Maratá, em 1847, um bando de bugres teria atacado a casa de um colono, assassinado um “preto crioulo” e levado uma “china” com dois filhos pequenos. Em Mundo Novo, em 1852, um grupo de índios chefiado por um escravo fugido teria saqueado a casa de um colono, matado o seu proprietário e levado, como reféns, duas mulheres e duas crianças que mais tarde foram resgatadas. Em Santa Maria da Soledade, em um assalto à casa do agricultor Versteg, mulher e filhos deste teriam sido arrebatados pelos índios.<sup>159</sup> Esse episódio foi imortalizado no romance histórico do monsenhor Matias José Gansweidt.<sup>160</sup> O livro, cujo original em alemão é intitulado “*Luis Buger und die opper seiner Rache*”, foi impresso em 1946 e se constituiu na obra mais lida e procurada pelos teuto-descendentes do RS.

Na colônia Feliz, Nikolaus Rempel, que residia bem no final da picada, em 1857 teria caído vítima dos bugres. Depois desse episódio, o governo teria acantonado um piquete de 30 homens na localidade. Posteriormente, teria cedido aos moradores da colônia um velho canhão de grosso calibre para afugentar os gentios. “Se os bugres tinham medo do disparo de espingardas, um tiro de canhão os afastava a distância de horas.”<sup>161</sup> Em outubro de 1864, na

<sup>157</sup> Ibidem p. 143.

<sup>158</sup> Seidler, op. cit. p. 215.

<sup>159</sup> Truda, op cit, p, 230-232.

<sup>160</sup> Gansweidt, op. cit.

<sup>161</sup> Verband Deutscher Vereine, op. cit. p. 83.

mesma colônia Feliz, nos fundos da Linha Christina, teria sido avistada um turma de 78 a 80 bugres. O proprietário do prazo 27 de Linha Sebastopol, João Klink, teria sido morto por índios, sendo-lhe roubado também todos os seus pertences. Conforme Helga Piccolo, talvez essa tenha sido a última morte de um colono pelos índios.<sup>162</sup>

Mas, à medida que a zona ocupada pelos invasores povoadores brancos se ia alargando, com a conseqüente derrubada das matas, os aborígenes iam sendo rechaçados cada vez mais para o norte. Mais tarde, com o início da imigração italiana, a zona ocupada pioneiramente pelos alemães ficou totalmente livre da revolta dos índios contra os novos senhores da terra.

Além dos bugres, os cultivos também eram algumas vezes devastados por animais. Era o caso, por exemplo, das capivaras que em questão de horas dizimavam um milharal. Também o tapir, os papagaios e os inúmeros macacos podiam fazer considerável estrago.

Nas colônias inicialmente tinha também muita caça. Mas havia, igualmente, cobras, aranhas, bicho de pé, percevejos e outros. Esses animais causaram muitos incômodos, transtornos e sofrimento para os colonos. Mas, nas frentes coloniais houve também o receio, sempre presente, de se deparar com as feras. Escreveu Seidler que “a onça malhada, sempre em espreita, matava não só os cães, tão necessários aos colonos, mas carregava nas costas mesmo o boi gordo ou um cavalo forte”.<sup>163</sup> O subdiretor da colônia Santa Cruz, Evaristo Alves d’Oliveira, escrevia em 7 de novembro de 1850 para o Presidente da Província que, após realizar uma reunião com os moradores, tomara conhecimento de “que os tigres incomodavam nas habitações, matando os cães, que se achavam presos em correntes.”<sup>164</sup> Contudo, no que tange aos ataques e às investidas de tigres e de outras feras contra habitantes das colônias, trata-se normalmente de estórias de conteúdo visivelmente exagerado. Na maior parte das vezes, constituem-se em uma adaptação local de lendas ou de acontecimentos ocorridos em outras localidades.

---

<sup>162</sup> Piccolo, op. cit. p. 82.

<sup>163</sup> Sadler, op. cit. p. 216.

<sup>164</sup> Apud Martin (1979), op. cit.p. 38.

### 2.2.3 A precariedade das estradas

Nem todos os colonos tiveram a sorte de ser assentados próximo às margens de um rio navegável. Mesmo esses felizardos muitas vezes não puderam tirar proveito dos meios naturais de comunicação. A falta de dragagem e de limpeza para a retirada de troncos depositados por enchentes e que obstruíam os leitos, muitas vezes impediu a navegabilidade de alguns trechos. Para aqueles que adquiriram prazos coloniais em áreas distantes das margens de um grande rio, a situação era bem mais complicada, porque não havia estradas adequadas para escoar a produção.

As primeiras picadas não passavam de brechas abertas no meio do mato. Eram, segundo Roche,<sup>165</sup> verdadeiros túneis de três ou quatro metros de largura, onde os colonos tropeçavam nas raízes e nos cepos, onde se feriam no fio das hastes cortadas acima do solo. A conservação dos caminhos ficava, inicialmente, ao encargo do pisotear das mulas e dos cavalos e, posteriormente, também do rodado das carroças. Além de mal abertas, as estradas, em geral, estavam repletas de atoleiros, o que as tornava freqüentemente intransitáveis.<sup>166</sup>

O péssimo estado dos caminhos tornou muito difícil e oneroso o transporte de produtos e se constituiu em um sério obstáculo para o desenvolvimento de muitas das colônias. A precariedade das comunicações fazia com que o lombo da mula fosse, pelo menos durante os primeiros tempos, a única maneira viável de deslocar as mercadorias. Uma mula fazia aproximadamente sete léguas por dia e carregava em torno de 60 quilos de cada lado.<sup>167</sup> Já os comboios de carretas, embora transportassem maior volume de carga e peso, locomoviam-se mais demoradamente e necessitavam de um terreno relativamente plano e de estradas trafegáveis para se deslocar. Em decorrência, o frete era elevado, o que achatava o preço dos gêneros vendidos pelo colono e aumentava sobremaneira o preço das mercadorias vindas de fora da área colonial. Mulhall, por exemplo, constatou que o grande entrave das colônias alemãs era a falta de estradas, o que paralisava a indústria dos colonos. Não obstante isso, eles forneciam batatas, manteiga, queijo, milho, farinha etc. para as cidades de Porto

---

<sup>165</sup> Roche, op. cit. p.53

<sup>166</sup> NOGUEIRA, Arlindo Rocha e Hutter, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824 – 1889)*. Porto Alegre, Garatuja/IEL, 1975. p.91

<sup>167</sup> FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998. p. 5.

Alegre e do Rio Grande, e até mesmo exportavam grandes quantidades para o Rio de Janeiro e para outros portos distantes.<sup>168</sup>

Para muitos historiadores profissionais e diletantes, a falta de vias de comunicação, além de entravar o progresso de uma colônia ou região, também teria impedido a difusão do vernáculo português entre os imigrantes e seus descendentes. Como será visto no capítulo quatro, discorda-se que essa última virtual seqüela oriunda da precariedade de caminhos tenha atuado decisivamente para a preservação da língua e de costumes alemães.

Os governantes, ao que tudo indica, não se preocuparam muito com a abertura e manutenção dos caminhos dentro das próprias colônias. Na maioria dos casos, deixavam essas tarefas ao encargo dos próprios colonos. E, como as picadas eram demarcadas geometricamente, muitas vezes acontecia de o traçado dos caminhos passar por desfiladeiros íngremes ou rochedos escarpados, o que forçava os colonos a gastar boa parte do seu tempo para a manutenção ou retificação das mesmas.

Com o passar do tempo, porém, as estradas foram sendo melhoradas, muitas vezes a expensas dos próprios colonos, o que permitiu o uso da carroça de quatro rodas. Na medida em que a colonização foi se consolidando, os governantes procuraram dotar as regiões coloniais não servidas por rio navegável de transporte ferroviário. Os trilhos de trem foram de vital importância para as colônias situadas no Nordeste, Norte e Noroeste do RS que, assim, puderam despachar sua produção para os próprios mercados consumidores do Estado e para os cais de portos.

#### **2.2.4 A conquista da moradia**

Na Alemanha, o camponês vivia em casa de material com uma indispensável lareira e reserva de lenha para enfrentar o frio do inverno. Um pequeno jardim, com algumas espécies determinadas de flores, era complemento necessário da casa. Possuía uma quinta, mais ou menos plana, que adubava com esterco, preparando a terra com arado e grade. Cultivava basicamente centeio, trigo e batatas. Na horta, plantava quantidades relativamente diminutas de repolho, beterraba e leguminosas. Ali também criava algumas macieiras, pereiras e

---

<sup>168</sup> Mulhall, op. cit. p. 39.



ameixeiras, cujos frutos eram suas guloseimas.

Aqui, quando os colonos chegavam à sua área de destino, durante os primeiros dias as famílias trabalhavam no seu lote de terras e, à noite, se arranchavam no barracão da picada ou se hospedavam nos lares de amigos ou parentes que já se encontravam na localidade há mais tempo. Os barracões eram improvisados e rústicos galpões de pau a pique, ripados e cobertos de capim existentes em algumas das colônias, que serviam de pouso coletivo para imigrantes constituindo-se numa espécie de último estágio de viagem de colonos. Fröhlich dá uma boa noção da passagem de colonos pelo barracão existente na colônia particular de Santa Emília, Venâncio Aires:

Quando finalmente estavam diante do barracão de São Miguel, foram tomados pelos mais diversos sentimentos: de alegria, por terem finalmente chegado ao lugar onde sonhavam por um futuro promissor; de temor, por tudo que teriam de enfrentar; de saudade, por estarem tão longe de tudo que ficara para trás. Estavam agora no rústico barracão, coberto por palmitos, sem portas e sem janelas, sem cadeiras e sem camas. Nele nenhum prego, nenhuma tábua, tudo armado com cipós.<sup>169</sup>

Josef Umann, um dos imigrantes pioneiros de Linha Cecília, relatou que o diretor da colônia de Monte Alverne, Sr. Richter, instruiu aos colonos a primeiramente desmatar uma pequena roça, queimar a vegetação, limpar o local e ali construir uma choupana provisória onde poderiam morar por algum tempo. Umann, entretanto, seguiu o conselho dos colonos já radicados e alojou-se na casa da família de Josef Reckziegel, de Linha Brasil. Precisava deslocar-se diariamente até seu lote por péssimos caminhos, o que lhe consumia, ida e volta, cerca de duas horas todo o dia.<sup>170</sup> Já Johann Lenz, pioneiro de Linha 17 de Junho, enquanto limpava um pequeno terreno e construía sua choupana, ficou na casa da família de Miguel Alles, de Linha Cecília. Sua esposa e seus filhos abrigaram-se na casa do seu irmão Pedro, residente em Serro Alegre, Santa Cruz.<sup>171</sup>

O primeiro abrigo era construído com materiais existentes no próprio local. “Quatro paus fincados no chão; galhos de árvores trançando-se para formar as paredes, revestidos de folhas ou cobertas de barro amassado; outros galhos ou folhas de girivá formando o teto – e estava pronta a moradia dos primeiros tempos”.<sup>172</sup>

<sup>169</sup> FRÖHLICH, Cláudio Carlos. A colônia de Santa Emília em capítulos (parte XVII). *Gazeta do Chimarrão*, Venâncio Aires, 14 set. 2002. Caderno de Variedades p. 2.

<sup>170</sup> UMANN, op. cit. p.55

<sup>171</sup> Linha Lenz, op. cit.

<sup>172</sup> Truda, op. cit. P. 228.

Os ranchos iniciais eram geralmente muito primitivos. Contavam os primeiros habitantes de Isabel, Venâncio Aires, que postes de figueira utilizados na construção do primeiro abrigo chegavam a brotar e continuar crescendo.<sup>173</sup>

A cabana, que era de chão batido e que normalmente não possuía divisória, constituiu-se na primeira conquista do colonizador alemão. Mais do que o sentimento de ter conseguido construir sua “casinha”, o imigrante sentia-se, enfim, acolhido por sua nova pátria. Sabia que esse era seu pedaço de chão e que isso ninguém lhe tiraria. Estava, entretanto, sozinho na mata com sua família:

Acostumados que estavam morando perto de parentes e amigos, e agora aqui sozinhos, eles Deus e os animais como companhia, com seus gritos, principalmente os macacos e os papagaios quebravam a monotonia da mata virgem.<sup>174</sup>

Umann relata que a sua primeira morada, apesar de pequena, não abrigava somente sua família, mas também seu cão, seu gato e um certo número de galináceos que se acoravam nas vigas. Não obstante isso:

(...) acredito que nenhum rei em seu palácio possa se sentir mais feliz que eu outrora, em minha primeira choupana, a qual sabia ser minha, e mesmo que deixasse a desejar em todo o sentido, tínhamos a esperança que com o correr do tempo ela poderia ser melhorada, e sobretudo, sabíamos que ninguém podia nos obrigar a abandonar a nossa morada!<sup>175</sup>

A primeira mobília também era improvisada: tocos de árvores serviam de cadeira; o baú trazido da Alemanha ou um tronco de árvore mais grosso, de mesa; folhas de palmito, de colchão; uma vara deitada sobre duas forquilha espetadas no chão servia como fogão.<sup>176</sup> Avé-Lallemant, ao pousar na casa de um colono em Rio Pardo, na colônia de Santa Cruz, fez o seguinte relato:

(...) foi cedida a cama, de tão boa vontade, que tudo se lhe perdoa, sobretudo os percevejos indo-germânicos, espalhados em toda a terra, com a imigração alemã.

---

<sup>173</sup> Festschrift, op. cit. p. 6.

<sup>174</sup> Linha Lenz – 1881-1991. Centenário de Linha 17 de junho. Venâncio Aires: Empresa Jornalística Folha do Mate, 1981.

<sup>175</sup> Umann, op. cit. p.56

<sup>176</sup> Flores, op. cit. p.128; Umann, op.cit. p.66

O que mais me chamou a atenção é que não se fecha porta alguma. Tudo fica aberto. E por isso recebi de noite várias visitas zoológicas. Um bicho saltou sobre minha cama e diagnostiquei que era um gato. Quando veio um cão e quis expulsá-lo, reconheceu um estranho na cama do seu senhor e ladrou como um desesperado. Vieram também alguns porcos; ouvi ainda um morcego que por longo tempo esvoaçou, roçando o meu rosto.<sup>177</sup>

Passadas algumas colheitas, o desenvolvimento das colônias podia ser notado. As choupanas passavam a dar lugar a construções maiores e de maior durabilidade. Na colônia Santa Cruz, por exemplo, desde 1870 já havia serrarias a vapor, o que possibilitava a edificação de casas com paredes de tábuas de madeira serrada. As coberturas das casas passaram a ser feitas de tabuinhas rachadas em formato retangular e presas às ripas transversais, ou com telhas de barro pequenas e planas. Estrebarias e cercas também começavam a aparecer ao redor das casas.<sup>178</sup>

Mas serrar tábuas, fazer cercas, rachar ripas, construir cabanas, casas e galpões tinha que ser aprendido a muito custo e esforço. Mesmo os que na Europa haviam sido trabalhadores urbanos, como os imigrantes boêmios, tiveram que se habitar a esses novos serviços.

Os colonos de maiores recursos preferiram as construções de material. Aparece assim o enxaimel (*Fachwerkbau*) como técnica de construção. A edificação da casa era realizada a partir de um sistema formado por um tramado de madeira constituído de barrotes (peças horizontais), esteios (peças verticais), bem como vergas, peitoris e contraventamentos. Essa gaiola de madeiramento tinha suas superfícies vedadas por tramos constituídos de variados materiais como taipa, adobe, tijolos ou pedras.<sup>179</sup> Nesse tipo de construção havia divisórias internas para separar as peças, erguidas com tábuas de madeira ou feitas no sistema enxaimel e preenchidas com taipa. Os telhados dessas casas podiam ser de tabuinhas superpostas ou de telhas de barro. Devido à durabilidade, as coberturas de tábua foram sendo substituídas posteriormente pelos telhados de zinco.

<sup>177</sup> Avé-Lallemant, op. cit. p. 176-177..

<sup>178</sup> MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981. p.54

<sup>179</sup> CAMPOS, Heleniza A., Schneider, Luís. Arquitetura civil rural da imigração alemã. In: CORREA, Sílvio M. S., Etges, Virgínia E. (org.). *Território & população: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p.75.

Para os colonos alemães<sup>180</sup> – o mesmo se deu também entre os colonos italianos –, a cozinha era o principal ponto de reunião familiar, sobretudo nas noites frias de inverno. Em torno do fogo, tomava-se chimarrão, comia-se pinhão e fatias de batata doce assadas na chapa do fogão, planejavam-se as tarefas do dia seguinte e fazia-se a janta.

Antes que o moderno fogão de lenha substituísse o fogão de chapa colocado sobre duas bases de tijolos ou o de forquilha, por causa do risco de incêndio, a cozinha tinha de ser de chão batido. Precisava, também, estar separada das demais peças da casa, especialmente dos dormitórios, já que brasas eram mantidas acesas enquanto os moradores dormiam ou trabalhavam nas roças. Segundo Canstatt, o hábito de separar, nas construções, a cozinha das demais peças da casa, os colonos alemães haviam adquirido dos brasileiros.<sup>181</sup> Com a disseminação do fogão a lenha de chapa veio o assoalho de madeira, o que passou a dar maior conforto, asseio e higiene para as cozinhas. Com isso, a cozinha passou a ser ligada ao edifício principal por um alpendre ou por um corredor coberto de ligação, chamado de *Zwischenbau*.<sup>182</sup> Finalmente, a cozinha fundiu-se em uma só construção com a sala e os quartos de dormir.

As casas de pedra grês e de alvenaria constituem um estágio mais evoluído do partido arquitetônico, pressupondo conhecimento técnico mais sofisticado dos materiais e prosperidade dos colonos. De acordo com Roche,<sup>183</sup> a evolução da casa rural nas antigas áreas de colonização alemã do RS é reveladora da recíproca influência do homem e do meio. A choupana de galhos, folhas e barro, o enxaimel, a casa de pedras, a casa de tijolos e cimento, cada uma a seu tempo, correspondem à utilização racional de recursos locais disponíveis em função das necessidades, das técnicas e das condições financeiras dos moradores. Já a existência de recursos naturais e o desenvolvimento do artesanato de telhas e de tijolos possibilitaram a edificação de antigas casas que demonstraram uma vitória de adaptação do homem ao meio.

---

<sup>180</sup> Ver a respeito MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul*. (1875 - 1914). Passo Fundo: UPF, 2000. p. 65-66.

<sup>181</sup> Canstatt, op. cit. p. 421.

<sup>182</sup> Flores, op. cit. p.146

<sup>183</sup> Roche, op. cit. p.206

### 2.2.5 O difícil início da agricultura

Na Alemanha do século XIX, os camponeses normalmente viviam em *Dorfer*, pequenas aldeias formadas por até 5 dezenas de casas que ficavam próximas umas das outras. Conforme o arquiteto Günter Weimer,<sup>184</sup> cada casa possuía uma horta nos fundos, local em que legumes e verduras eram cultivados, além de um pomar de árvores frutíferas. Em torno da aldeia localizavam-se pequenos lotes de terras, que eram trabalhados pelas famílias camponesas, e as terras de uso comum. Embora a conformação espacial das aldeias variasse de região para região, as características comunais remanescentes do feudalismo estavam ainda bastante presentes.

Nas regiões coloniais do Sul do Brasil, a experiência da aldeia tradicional não foi aproveitada. A medição de terras em áreas cobertas por espessas florestas virgens só seria viável a partir de uma picada ou de um curso da água. Foi exatamente a partir das picadas – caminhos abertos de forma tosca e trilhados pelos colonos – que os lotes ou prazos coloniais foram grosseiramente demarcados. As glebas eram terrenos individuais que tinham uma superfície média que variou durante o processo de colonização. Inicialmente, as glebas eram de 72 hectares; posteriormente, baixaram para 48 ha e mais tarde, quando a colonização já estava consolidada, fixaram-se ao redor dos 20 ha. Os lotes eram quase sempre retangulares, estreitos e paralelos uns com os outros, sendo traçados no sentido norte-sul ou leste-oeste. Ficavam alinhados de cada um dos lados da picada e normalmente tinham entre 110 e 220 metros de frente e algumas centenas de metros de profundidade.

Em função desse tipo linear de demarcação dos prazos coloniais, as moradias dos colonos, em geral, foram construídas na extremidade da propriedade, de frente para a estrada, formando o que Roche chamou de *habitat* em fileira.<sup>185</sup> De acordo com Léo Waibel, com esse tipo de povoamento, o colono, não obstante ver facilitada a administração da sua propriedade, tinha a desvantagem de ficar separado dos seus vizinhos, o que dificultou nos primeiros tempos os contatos sociais e culturais entre os membros da comunidade.<sup>186</sup> Virgínia Etges<sup>187</sup> registra que essa

<sup>184</sup> WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 97-99.

<sup>185</sup> Roche, op. cit. p. 209-211.

<sup>186</sup> WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 258.

<sup>187</sup> ETGES, Virgínia Elisabeta. Strassendorf: característica de uma paisagem local. In: CORREA, Sílvio M. S., ETGES, Virgínia E. (org.). *Território & população: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 51-60.

forma de povoamento deu origem aos *Strassendorfer* (aldeias-ruas), uma das características marcantes das localidades do interior dos municípios coloniais.

Franz Reckziegel, um dos primeiros habitantes de Linha Teresinha, escreveu que, em 1873, na chegada de um grupo de imigrantes ao povoado de Faxinal dos Fagundes, que então contava com apenas meia dúzia de casas, o guia do grupo e também agente de emigração que atuava na Boêmia (atual República Checa), Andreas Jantsch, teria declarado: “Agora estamos na cidade. Aí as mulheres ergueram as mãos para o céu e exclamaram: Senhor Deus, se isso é para ser a cidade, como não será então a aldeia!”<sup>188</sup>

A agricultura de subsistência foi invariavelmente a primeira etapa pela qual passaram os agricultores que se radicaram nas colônias que iam se multiplicando. Isso ocorreu em virtude do isolamento socioeconômico em que essas áreas via de regra inicialmente se encontravam e devido à inexistência de uma atividade econômica mais organizada nesses locais.

O preparo da primeira plantação iniciava com o desmatamento, queima e limpeza de um pequeno roçado situado na frente do lote colonial, isto é, próximo da picada. As sementes eram colocadas entre cepos e troncos de árvores carbonizadas, sendo a terra amanhada pela enxada, visto que o arado só podia ser utilizado quando os troncos e as raízes estivessem apodrecidos e as pedras retiradas. Além disso, antes que o solo permitisse a lavra, era necessário que houvesse condições financeiras para adquirir um arado e animais de tração. O penoso começo na lida agrícola em São Leopoldo é assim registrado por Carl Seidler:<sup>189</sup>

Em primeiro lugar, há que derrubar os formidáveis troncos de árvores, que se apresentam, densamente juntos e tão entretrecidos de espinhos, cipós e trepadeiras que só os índios conseguem passar, feito cobras. Já isso é um trabalho gigantesco, pois a madeira, notadamente a de uma espécie chamada pau ferro é tão dura que a cada machadada saltam chispas de fogo e às vezes se gasta um dia inteiro num único tronco. Quando por fim se tem roçado uma certa área, amontoam-se os troncos e ateia-se fogo. Mas também acabada a fogueira pode-se logo começar a plantar e a construir. Pelo menos milho e abóbora, que é por onde se começa, dão na certa. Outras plantas, por causa do chão excessivamente rico, não frutificariam no primeiro ano; mas já no segundo ano prosperam bem todos os legumes que se costuma aqui plantar, notadamente o feijão preto; e pode-se contar com uma colheita muito mais abundante desde que a plantação seja cuidadosamente limpa de ervas daninhas. No terceiro ano finalmente os tocos das enormes árvores estão bastante apodrecidos, pode-se sem grande trabalho proceder ao destocamento. Só então o colono pode dizer que sua terra

<sup>188</sup> ERINNERUNGEN des Franz Reckziegel von der ersten Unsiedlung vor 50 Jahren am mittleren Sampaio, Theresenpikade. *Sampaio zum 50-Jährigen Jubiläum – 1873/1923*. Juni 1923. p. 13.

<sup>189</sup> Seidler, op. cit. p. 110.

está pronta para ser arada, pois até então só lhe era dado afofar um pouco a terra com a enxada.

Avé-Lallemant se surpreendeu com a gigantesca tarefa que os colonos tinham que fazer para poder principiar a cultura:

Decerto, quando se põe um homem com o machado e a mecha diante da mata virgem se lhe diz: "Isto deves tu arrasar", não compreendo como ele tenha ânimo de dar o primeiro golpe! Menos porém, compreendo ainda como, no mesmo local da mata, anos depois ou ainda em menos tempo, já ali cresce o que o alimenta a ele e a sua família. Por umas dez vezes perguntei: "Quanto tempo depois da primeira machadada na mata começou você a viver de sua plantação?" E todos responderam: "Depois de um ano, muito bem."<sup>190</sup>

No primeiro roçado cultivado geralmente despontavam produtos consumidos e utilizados na Europa. Era o caso da batata inglesa, da aveia, do centeio, da cevada, do rábano e das ervilhas utilizadas na alimentação; fumo para o próprio gasto; colza para fabricação de óleo de iluminação e o linho para a confecção de tecidos rústicos<sup>191</sup>. Umann relata que sua família plantou, no primeiro roçado feito na colônia de Monte Alverne, um saco de batata inglesa e colheu nove. Destacou que "(...) para nós boêmios alemães comedores de batata representava uma ação verdadeiramente generosa, que contribui para o bem de nosso bolso."<sup>192</sup>

Normalmente influenciados pelos administradores das colônias, pelos agentes das empresas colonizadoras e mesmo pelos patrícios chegados anteriormente às picadas, passaram à produção de gêneros mais apropriados ao meio ambiente como o feijão, o milho, a batata-doce, a mandioca, o arroz, o amendoim e outros. Desde o início, entretanto, por uma questão de necessidade, a policultura foi adotada pelos colonos. Isso se deveu muito em função do isolamento das colônias e em função da pobreza dos pioneiros. Assim, havendo dificuldade de obtenção de produtos de primeira necessidade, os colonos tiveram de extrair do próprio lote o necessário para a subsistência, exceção feita ao sal, às roupas e ferramentas. Nos tempos iniciais das colônias, dada a inexistência do meio circulante, ocorria o escambo. Deixaram anotados os primeiros habitantes de Linha Isabel, Venâncio Aires, que "dinheiro

<sup>190</sup> Avé-Lallemant, op. cit. p. 184.

<sup>191</sup> CUNHA, Jorge L. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura, 1849 – 1881*. Curitiba: UFPr, 1988 (Dissertação de Mestrado em História). p.142

<sup>192</sup> Umann, op. cit. p.55

não havia; às vezes não se tinha nem para pagar a moagem. Pelo trabalho nos primeiros tempos recebíamos mantimentos, toucinho e porcos.”<sup>193</sup>

Se de um lado a policultura foi uma estratégia necessária, por outro havia também a necessidade de obter produtos de boa aceitação no mercado a fim de que os colonos auferissem dinheiro para saldar a dívida contraída com o governo provincial ou com as empresas colonizadoras. Quitada a dívida inicial, era necessário melhorar as condições materiais de existência: construir nova ou melhorar a casa existente, comprar móveis, obter animais, adquirir ferramentas e implementos agrícolas, edificar novos galpões ou realizar outras benfeitorias.

Dessa forma, paulatinamente a economia agrícola deixou de ser de mera subsistência e passou a ser de produção de excedentes, e mesmo de mercado, assumindo em alguns lugares o fumo, em outros a banha de porco, em alguns outros ainda o feijão, o milho, a batata inglesa, a erva-mate ou ainda outro produto qualquer, a condição de principal produto comerciável. Embora esses produtos passassem a liderar a pauta de exportações das colônias, não se pode subestimar a importância que teve a cultura do milho para os colonos. “O milho cria tudo” é uma expressão típica das regiões coloniais do Sul do Brasil. Esse cereal servia de alimento para as pessoas, principalmente na forma de farinha, e como forraginoso para os animais domésticos como porcos, vacas e os animais de tração. Conjugado com a suinocultura, o cultivo do milho resultava na obtenção de carne, de toucinho e de banha.

O *Brummer* Joseph Hörmeyer, num verdadeiro manual de instruções impresso em 1854 para virtuais emigrantes para a província do Rio Grande do Sul, fez a seguinte afirmação em relação ao cultivo do milho:

O milho é o cereal mais plantado, mais produtivo, menos exigente de cuidado; a farinha é cozida para o pão; as espigas inteiras são aproveitadas para cevar os porcos, e os grãos, como ração para cavalos, gados e aves domésticas. O plantio do milho é a primeira incumbência do colono e realiza-se da maneira seguinte: o mato é derrubado na estação seca (de março até julho); é deixado, durante 3 a 4 semanas, para secar, e depois incendiado; os cipós, a madeira miúda e os galhos queimam; os grossos troncos ficam sobre o chão. Depois fazem-se, no solo fértil, aleatoriamente, caseiras com a enxada ou, mais rapidamente, com um pau; de forma mais simples, porém com os dedos; coloca-se em cada caseira um ou dois grãos de milho, apertando-se a terra. Depois de plantar, o colono não se preocupa o ano inteiro com a plantação, até a época da colheita, quando as espigas são quebradas e levadas para casa (...). O milho é usado também como pasto verde para cavalos e gado, tornando-se as vacas muito mais produtivas em leite<sup>194</sup>.

<sup>193</sup> Festschrift, op cit. p. 15.

<sup>194</sup> Hörmeyer (1986), op. cit. p. 46-47.



Todo o trabalho agrícola necessariamente tinha que ser realizado pela família do colono. Aos imigrantes, pelo menos nas colônias oficiais a partir de 1848, não foi permitida a posse de escravos.<sup>195</sup> Isso fez com que o progresso das colônias sempre repousasse no trabalho livre. Por essa razão, a progressiva libertação dos escravos pelo governo brasileiro não trouxe qualquer problema para essas regiões. O mesmo, porém, não se pode afirmar em relação às áreas pastoris do Rio Grande do Sul que, com a abolição, tiveram reflexos econômicos consideráveis que agravaram ainda mais os problemas de suas economias. Nas áreas de colonização alemã todos trabalhavam, homens, mulheres, crianças e velhos, o que concorreu para uma formação sociocultural diferenciada dos teuto-descendentes em relação aos luso-descendentes. Com respeito ao papel das mulheres, já na segunda metade do século XIX era possível verificar essa diversidade cultural:

Enquanto que nas povoações e núcleos vizinhos as senhoras e senhoritas eram aliviadas em seus esforços pelos escravos (...) Aqui a mulher, desde logo, era obrigada a trabalhar, e muito. E isto deu à mulher, desde muito cedo, certa independência não tão comum para a época. Passou a mulher a participar ativamente nas decisões familiares<sup>196</sup>.

O desenvolvimento da agricultura no RS tem normalmente sido apontado como uma das grandes contribuições dos imigrantes alemães para a economia do Estado. Não obstante isso, os sistemas agrícolas por eles utilizados foram veemente condenados por Léo Waibel na década de 1940. Pesquisando as áreas de colonização européia do Sul do Brasil, afirmou:

Tanto na literatura nacional quanto na estrangeira, os métodos agrícolas dos colonos europeus no sul do Brasil são altamente elogiados e considerados como um retumbante êxito. Entretanto, quando se estudam esses sistemas no campo, faz-se uma observação chocante: a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é normalmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante.<sup>197</sup>

<sup>195</sup> Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas; não poderão, porém, fazê-los por meio de escravos seus e alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja. Artigo 8º da Lei provincial nº 304, de 3º de novembro de 1854, que ratificava o artigo 16º da Lei 514, de 28 de outubro de 1848. Cfe. LANDO, Aldair M., BARROS, Elaine C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 44-45.

<sup>196</sup> MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia, 1849 – 1852*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p.24

<sup>197</sup> Waibel, op. cit. p. 244-245.

Especulou que esse sistema os fazendeiros portugueses teriam recebido dos índios, usando-o em suas grandes propriedades. A aplicação do sistema herdado dos indígenas teria separado econômica e espacialmente a agricultura da pecuária, causando enormes e funestas consequências para a vida do país. Empregado nas pequenas propriedades, esse método tornava-se ilógico e perigoso, porque dos três fatores da produção agrícola, terra, trabalho e capital, a terra tornava-se o principal. Como ela não era abundante nas explorações familiares, esse sistema, com o passar do tempo, depauperava os agricultores. Afirmou, por isso, que os colonos europeus haviam se caboclicado no Brasil.

### 2.2.6 Outras dificuldades enfrentadas e a adaptação ao meio

O padrão alimentar dos colonos alemães também precisou adequar-se à realidade do meio. Apesar da repulsa inicial que provavelmente sentiram, necessitaram, por uma questão de vida ou morte, adotar a alimentação local. Como salientou o antropólogo Emílio Willems:

O camponês que se alimentava na Pomerânia ou no Palatinado de batatas, de carne de porco, de certos legumes e massas de farinha de trigo, tem que habituar-se à farinha de milho, ao arroz, à mandioca, ao feijão preto, ao cará; a carne rareia e a farinha de trigo não está, muitas vezes, ao alcance do seu bolso.<sup>198</sup>

O já mencionado Franz Reckziegel relatou que o ano de 1874 foi especialmente difícil para os seus familiares:

Não consigo relatar tudo o que passamos nestes primeiros tempos. Nossa alimentação era tão ruim, que hoje não a ofereceríamos nem a um cachorro: sem sal, sem banha, sem carne, pouco pão, somente feijão preto e mandioca. Época ruim, mas de esperança por tempos melhores, com força de vontade, canto e humor.<sup>199</sup>

Outro morador de Picada Teresinha, contemporâneo de Franz Reckziegel, também menciona a penúria sentida no primeiro ano. Depois de conseguir queimar com muita dificuldade a primeira roça, plantar um pouco de milho e construir uma choupana, para a qual se mudaram em 02 de fevereiro, no dia da festa de Maria Candelária, tiveram de viver o resto

<sup>198</sup> WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940. p. 64.

<sup>199</sup> Sampaio zum 50Jährigen Jubiläum, 1873-1923.

do ano com dois sacos de feijão doados pelo velho Martin Kroth. "Até novembro nos alimentamos de feijão, vivendo de abóboras cozidas, couve e um pouco de farinha, mas tudo sem banha. Então foram colhidas batatas muito boas, e a necessidade passou."<sup>200</sup>

O periódico *Deutsche Ansiedler*, de 1896, dá outro exemplo traumático da difícil adaptação ao novo meio em uma colônia nova:

Agora começa o trabalho duro do desmatamento; todos os que têm braços fortes precisam ajudar. – Essas pessoas de fato querem trabalhar, mas se ao menos tivessem também uma alimentação substanciosa. A mãe não possui nada além de feijão preto e talvez ainda um pedaço de toucinho ou de carne; talvez ela ainda tenha um pouco de farinha de milho. Esses alimentos, porém, são todos muito rudes, que as pessoas antigamente não conheciam, aos quais custam a se acostumar – pão, como é raro encontrá-lo em meio aos novos imigrantes na mata! Se ainda acontece de o pai ou a mãe falecerem devido a uma desgraça ou doença, então a medida da pobreza e da aflição fica cheia. A dor de muitos, suas lamentações e lágrimas são de cortar o coração.<sup>201</sup>

A cerveja e o vinho, largamente consumidos na Europa, aqui praticamente desapareceram nos tempos iniciais em virtude da falta de meio circulante por parte dos colonos. A aguardente de cana, mas especialmente o chimarrão, passaram a ser largamente utilizados nas regiões coloniais. Sobre o chimarrão, Umann afirmou que “em atenção à carteira vazia que nos primeiros anos não nos permitiu comprar bebidas caras, como cerveja ou vinho, cedo nos habituamos ao chimarrão tão estimulante ao espírito.”<sup>202</sup>

A falta de médicos e de outros profissionais de saúde era outro problema que afligia os moradores das novas colônias. Nesse ambiente, parteiras, benzedeiros e curandeiros tinham reconhecimento social. O já referido médico alemão, Robert Avé-Lallemant, que em 1858 passou pela colônia de Santa Cruz, fez o seguinte comentário: “Quanto à assistência médica, estão os colonos inteiramente abandonados. Por mais sadia que seja essa gente das picadas, ocorrem casos em que, sem assistência imediata, pode haver sérias complicações, como, por exemplo, oftalmias, afecções cardíacas, tumores etc.”<sup>203</sup>

Emilie Freudenberger escreveu que em Linha Brasil, Cecília, Isabel, Santa Emília e arredores o socorro médico inicialmente resumiu-se ao velho Stahl, que era um veterinário europeu. Naquelas bandas, a idosa senhora Scheibler e também a sua sogra, a senhora

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> DEUTSCHE ANSIEDLER, *apud* Radünz, op. cit. p. 55-56.

<sup>202</sup> Umann, op. cit. p. 67.

<sup>203</sup> Avé-Lallemant, op. cit. p. 186.

Freudenberger, faziam partos e atendiam a muitos outros casos.<sup>204</sup>

Em praticamente toda a região colonial alemã pipocaram posteriormente hospitais, que foram construídos e mantidos a expensas das próprias comunidades. Somente no município de Santa Cruz do Sul, por exemplo, surgiram seis desses tipos de hospitais: dois situados na cidade; um em Monte Alverne; um em Sinimbu; um em Trombudo e outro em Vila Tereza. Em Venâncio Aires foram criados dois. Um na cidade e outro no interior, na localidade de Andréas.

A assistência religiosa foi outro drama com o qual as comunidades inicialmente conviveram. Embora pela Constituição imperial de 1824 o catolicismo fosse considerado a religião oficial do Estado brasileiro, a falta de padres foi freqüente nas novas colônias. Emilie Freudenberger anotou que raramente havia celebração religiosa na colônia. Somente a cada quatro meses vinha um padre de Santa Cruz a Santa Emília e Linha Brasil (Venâncio Aires) para rezar a missa e realizar batizados.<sup>205</sup> Na freguesia de Candelária, Roberto Radünz constatou que aos católicos não foi proporcionado um atendimento sistemático. Mesmo após a edificação do templo, em 1880, a assistência continuou precária. Foi somente no ano de 1900 que a paróquia, finalmente, receberia seu vigário.<sup>206</sup> Tschudi, em 1861, escreveu que em Santa Cruz “o sacerdote católico é um português que não entende alemão e é por todos desprezado por causa de sua vida escandalosa.”<sup>207</sup>

Aos protestantes, a Constituição de 1824 garantia liberdade de culto doméstico ou particular, em casa sem forma alguma exterior de templo. Os fiéis deparavam-se, ainda, com a dificuldade de receber auxílios externos. Erguer locais para a realização de cerimoniais religiosos e custear o ordenado de pastores eram tarefas que tinham que ser assumidas pelos próprios crentes. Nas primeiras décadas de colonização, dada a falta de pastores com formação teológica para o exercício da função, “pseudopastores” exerciam o sacerdócio.

A omissão do Estado também forçou a população a prover as localidades com professores e escolas para que as crianças pudessem ser alfabetizadas e instruídas. Trabalhando de forma comunitária, solidária e participativa, nessas localidades vicejaram associações horizontais de diversos tipos que solidificaram as redes de solidariedade e as

---

<sup>204</sup> Umann, Op. cit. p. 89.

<sup>205</sup> Ibidem p. 89.

<sup>206</sup> Radünz, op. cit. p. 69.

<sup>207</sup> *Apud* Schröder, op. cit. p. 113.

relações de confiança recíproca já existentes, favorecendo a cooperação entre os membros da comunidade e o desenvolvimento econômico e social.

### 2.3 Uma cultura colonial

Nas regiões de colonização germânica do Sul do Brasil não ocorreu uma mera reprodução da cultura alemã, se é que é possível falar de uma cultura alemã antes da formação do Império Alemão propriamente dito. Os trajes, as tradições, a língua, o credo religioso e os usos e costumes variavam de região para região dentro da então existente Confederação Germânica. Houve, por exemplo, imigrantes que vieram da Baviera, terra da *Oktoberfest*; da Boêmia, atualmente área dos sudetos da República Checa; do Hunsrück (Renânia), onde predominavam os católicos; da Pomerânia, onde a esmagadora maioria da população era luterana; da Silésia; da Prússia; da Westfália; de Württemberg e de outras províncias. Entre os imigrantes havia também poloneses submetidos aos impérios alemão ou austro-húngaro, holandeses, suecos, italianos de áreas irridentas, húngaros e outros que normalmente entravam no Brasil com passaporte da Prússia (depois Alemanha) ou da Áustria. Outros aspectos a considerar é que entre os imigrantes havia católicos e protestantes de várias matizes; que eles chegaram em épocas diferentes – os primeiros vieram em 1824 – passando, portanto, por situações diferenciadas no velho e no novo mundo; que, embora o maior contingente fosse de camponeses, havia também operários urbanos, militares, religiosos e profissionais liberais entre os imigrantes.

Nas áreas colonizadas pela população de ascendência alemã surgiu, na realidade, uma cultura peculiar, de características próprias,<sup>208</sup> que pode ser denominada de colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas por imigrantes alemães de diferentes procedências, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná.

Como já afirmado, as primeiras levas de imigrantes alemães que se radicaram no Rio Grande do Sul haviam deixado a Europa fundamentalmente por motivações econômicas, antes das guerras de unificação e da consumação do império alemão, o que ocorreu somente

---

<sup>208</sup> Cfe. DREHER, Martin. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984 p. 39; Roche, op cit. passim; Willems, op. cit. passim.

no ano de 1871. Os contatos, através de correspondências, com amigos e parentes que haviam ficado no além-mar, eram práticas que podem ser consideradas como absolutamente normais e intrínsecas ao ser humano de qualquer etnia. Não era uma manifestação de desejo de retorno ao local de origem. Pelo contrário, as cartas funcionaram como poderoso veículo de atração de novos imigrantes. Peter Kleudgen, agente de imigração que trouxe centenas de colonos para Santa Cruz, muito se valeu das correspondências de colonos para persuadir virtuais candidatos a emigrar para o Sul do Brasil.<sup>209</sup>

A possibilidade de regresso não era acalentada pelos colonos que, de acordo com a ótica dos *Junker*, classe dirigente da Prússia, eram considerados como desertores e traidores. O chanceler de ferro responsável pela unificação alemã, Otto von Bismarck, teria inclusive sentenciado que: "um alemão que despe sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele."<sup>210</sup> Ainda que os

---

<sup>209</sup> Ver a respeito os dois opúsculos publicados pelo agente na cidade de Hamburgo em 1852 e 1853. KLEUDGEN, Peter. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz – Provinz Rio Grande do Sul – Südbrasilien* – von P. Kleudgen, bevollmächtigten Agenten gennater Provinz. Hamburg: Druck von J. I. Nobiling, 1852 e 1853.

A  
Nicol Schmidt  
Sapateiro em Soehren , COBLENZ

Picada de Santa Cruz, 13 de dezembro de 1851.

Queridos Pais, Irmãos e Cunhados,

Devo comunicar-lhes como fomos. Viajamos 10 semanas da Europa até aqui; a viagem não é tão perigosa e difícil como parece; estamos todos bem, e nos sentimos felizes aqui.

Para a viagem pedi emprestados 117 thalers prussianos, dos quais já paguei 92 com os respectivos juros; temos um quinhão de terras, com 200 braças de largura por 800 de fundo, já derrubamos bastante mato e plantamos muito. Ainda não temos muitos animais, rouba muito tempo ter-se muitos animais no início, porque se seria obrigado a mantê-los na cocheira. Tenho uma mula, 1 vaca de cria, 2 porcos e 28 galinhas, e só este ano já lucrei com os porcos 45 thalers e com as galinhas 6 thalers.

Minha colônia tem o numero 13. Os cunhados João, Jacob e Matias residem perto de mim. Desejaria que todos vocês aqui estivessem, porque aqui tudo é bom; ganhamos também muitos utensílios: arma, pólvora, chumbo, machados, enxadas, serras, formões etc.

Durante um ano colhe-se duas vezes: comida e vendida a primeira colheita, já se aproxima a outra, e assim, podem compreender que aqui a gente se alimenta bem, mesmo não recebendo subsídios do governo.

Durante 2 anos recebíamos por dia e por cabeça 1/2 franco. Na Alemanha dizem que no Brasil não há pão, mas nós já cosemos o nosso pão há ano e meio; carne temos em abundância, 2 ou 3 vezes por dia; também há muita caça aqui, pegamo-la com cachorros.

Quem aqui quer trabalhar, progride, quem porém é preguiçoso, que fique onde está, porque trabalhar também se precisa aqui, mas não mais do que na Alemanha. Se um ou outro de vocês quiser vir para cá, entenda-se com o Sr. Kleudgen. Querido irmão Felipe, se puderes vir poderás ganhar um bom pedaço de dinheiro, porque ainda não temos alfaiate. Quero terminar e saúdo meu pai, minha mãe e a todos de coração.

ADAM REISZ

<sup>210</sup> DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: EDUSC, 1984. p. 43

imigrantes venerassem "o rei e seus emblemas, se neles havia algum sentimento patriótico, este estava associado à gleba e à aldeia, à sua família e vizinhos, e não a um amplo território a que chamassem de nação."<sup>211</sup> Quanto aos imigrantes chegados após 1871, quando da constituição do *Segundo Reich*, esses já traziam alguma experiência de vivência de nação.

O abandono das indumentárias seculares típicas das regiões de origem dos imigrantes; a adoção do chimarrão como bebida; o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca; o hábito de se locomover a cavalo; o estilo da construção das casas e a prática de uma agricultura denunciada por Waibel como cabocla, são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram que forjar para si novas regras de vida e de conduta.

### 2.3.1 Uma nova língua

A própria língua alemã falada nas áreas de colonização germânica do Sul do Brasil, que cada vez mais foi se afastando do alemão padrão (*Hochdeutsch*), é outro elemento que reforça a tese da existência de uma cultura peculiar. Helga Guttenkunst Prade<sup>212</sup> explica que o alemão falado no RS não é uma língua homogênea. Isso se justifica porque os imigrantes procediam de diferentes regiões, onde possuíam dialetos próprios. Wolfgang Hoffmann Harnisch escreveu que os dialetos se diferenciavam tanto uns dos outros como o português e o espanhol.<sup>213</sup> Dentre os dialetos falados no Estado, embora já contando com suas variações dialetais próprias, predominou o do *Hunsrück*. Isso se deu porque mais de 50 por cento dos imigrantes alemães eram oriundos da região montanhosa do Hunsrück (entre os rios Reno, Meno e Nahe).

Os inevitáveis contatos com os brasileiros de outras origens étnicas e a necessidade de designar novos objetos, fizeram com que numerosos vocábulos e expressões híbridas, na realidade uma mistura de palavras portuguesas e alemãs, dessem origem a um linguajar típico nas colônias, incompreensível muitas vezes para os próprios cidadãos alemães. Hoje em dia

<sup>211</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil: Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 25.

<sup>212</sup> PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (org.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. p. 83-84.

<sup>213</sup> HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941. p. 326.

essa linguagem ainda está em uso, principalmente nas áreas rurais de regiões mais fortemente povoadas pela população de ascendência germânica. Em muitos desses lugares, principalmente para os mais velhos, o dialeto alemão ainda se constitui na principal forma de comunicação verbal.

Pelo que foi possível detectar dos trabalhos de Emílio Willems, Telmo Lauro Müller e Helga Prade, a *deustch-brasilianische Sprachmischung*, ou seja, a mistura do alemão com o português, parece ser comum a todas as áreas de povoamento germânico. Eis alguns dos vocábulos da língua portuguesa que foram alemanizados:<sup>214</sup>

<i>Arrumieren</i>	(arrumar)	<i>Gasose</i>	(gasosa)
<i>Namorieren</i>	(namorar)	<i>Kadee</i>	(cadeia)
<i>Trocken</i>	(trocar)	<i>Pikade</i>	(picada)
<i>Wowo</i>	(vovô)	<i>Rosse</i>	(roça)
<i>Fakong</i>	(facão)	<i>Scharke</i>	(charque)
<i>Buger</i>	(bugre)	<i>Fumm</i>	(fumo)
<i>Bisch</i>	(bicho)	<i>Kablokler</i>	(caboclo)
<i>Caminhong</i>	(caminhão)	<i>Bolaschen</i>	(bolacha)
<i>Arrobe</i>	(arroba)	<i>Goiabe</i>	(goiaba)
<i>Kadela</i>	(cadela)	<i>Kaneker</i>	(caneca)
<i>Karét</i>	(carreta)	<i>Karetero</i>	(carreteiro)
<i>Kuye</i>	(cuia)	<i>Manyók</i>	(mandioca)
<i>Mat</i>	(mate)	<i>Milye</i>	(milho)
<i>Molék</i>	(moleque)	<i>Trop</i>	(tropa)

Conforme Willems,<sup>215</sup> as razões para a introdução de termos portugueses adaptados ao linguajar dos colonos deveram-se:

a) ao desenvolvimento técnico ocorrido no século XIX. Ao ignorarem os termos no idioma alemão, os colonos adotaram palavras portuguesas para denominar dados da cultura

<sup>214</sup> Ver a respeito WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940; Willems (1946), op. cit.

<sup>215</sup> Willems (1940), op. cit. p. 187 et seq.



material desconhecidos à época da emigração. É o caso do *Caminhong* ou de uma invenção mais bizarra ainda, o *Luftshiff* (navio do ar), palavra utilizada para designar o avião;

b) ao meio físico e social que determinou a utilização de termos que não tinham equivalentes na língua alemã. É o caso de certas comidas, bebidas e plantas; de apetrechos do gaúcho; da campanha e de suas tradições; da toponímia; da técnica de construção de casas; da criação e do aproveitamento do gado; do sistema de pesos e medidas.

A esses dois fatores é possível acrescentar pelo menos mais um. De acordo com Harnisch, o vocabulário médio de um colono alemão não passava de mil palavras.<sup>216</sup> No meio da floresta, lutando pela sobrevivência e quase não tendo acesso a leituras, esse vocabulário, com o passar do tempo e das gerações, empobreceu ainda mais. Com a proibição do ensino em idioma estrangeiro, que se deu a partir da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo brasileiro, o uso da língua nas regiões de colonização alemã passou a restringir-se praticamente apenas à conversação no ambiente familiar e privado. O léxico, em decorrência, tornou-se mais pobre e cada vez mais eivado de palavras portuguesas ou alemanizadas. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o de que uma língua viva não estaciona, mas está sempre em processo de transformação. Enquanto o idioma alemão padrão utilizado na Europa evoluiu, nas colônias do Sul do Brasil os dialetos também se modificaram. Expressando um sentimento de inferioridade, os que se comunicam nesse dialeto normalmente afirmam falar um “alemão errado”.

Conforme Prade, na *Sprachmischung*, isto é, na mistura de idiomas, persistiu a tendência de empregar substantivos em português no meio de frases em alemão, ou a de germanizar verbos na língua portuguesa ao acrescentar o sufixo *ieren* no radical latino.<sup>217</sup> O contato das línguas também transferiu vocábulos alemães para o idioma português. É o caso, dentre várias, de *kerb*, *quermesse*, *cuca*, *vafel*, *chimir*, *biter*, *malzbier*. Mas a maioria dos habitantes das colônias alemãs apresenta ainda na linguagem interferências no campo fonético, estrutural e rítmico.<sup>218</sup>

<sup>216</sup> Harnisch, op. cit. p. 331.

<sup>217</sup> Segundo a autora, há na língua alemã verbos de procedência latina que, na conjugação, terminam em *ieren*. É o caso, dentre outros, de *diktieren*, *studieren*, *telefonieren*. Por analogia, os imigrantes e seus descendentes no Brasil passaram a utilizar a terminação para outros verbos de radical latino que, entretanto, não faziam parte do léxico alemão. Como exemplos cita os verbos *multieren*, *assaltieren*, *aguentieren*, *cobrieren*, *soletrieren*. Prade, op. cit. .p. 88.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 89-95.

### 2.3.2 As sociedades de cavalaria

As sociedades de cavalaria são mais um exemplo típico de como, nas regiões coloniais, não ocorreu uma simples transposição da cultura alemã. No livro *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*, há o registro de ter havido 49 sociedades de cavalaria em todo o Estado: trinta e duas em Santa Cruz (que na época englobava os territórios dos atuais municípios de Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Herveiras e Gramado Xavier); sete em Venâncio Aires; seis em Rio Pardo (que estavam sediadas no território do atual município de Candelária, que obteve a sua emancipação política e administrativa em 1925); duas em Cruz Alta (localizadas em Neu Württemberg, hoje Panambi) e uma em Santa Maria (São Pedro).<sup>219</sup> As sociedades de cavalariáns, segundo a professora Maria Hoppe Kipper, são características da vida social do vale do Rio Pardo.<sup>220</sup> Em outras áreas de colonização germânica do RS, são raríssimos os casos de existência de *Vereine* de cavalariáns. Ao que tudo indica, Santa Cruz foi o berço dessas sociedades e as que foram fundadas em outras localidades de população de ascendência germânica foram organizadas nos moldes das de Santa Cruz.

Segundo Hardy Martin<sup>221</sup> e Maria Kipper, ao se tratar de sociedades de cavalaria, deve-se inicialmente fazer a distinção entre os *Ulanos* e os *Stechvereine* (sociedades de lanceiros). O termo ulano é um vocábulo polonês, derivado do termo turco *oghlan*, cujo significado é homem jovem. Em sua origem histórica, o ulano é um soldado de Regimento de Cavalaria Ligeira que havia surgido na Polônia no século XVI. Posteriormente, batalhões semelhantes foram também introduzidos em outros exércitos da Europa. Na Prússia, os regimentos de ulanos foram criados em 1807. Até 1890, seus membros usavam lanças e sabres nos combates, passando, a partir dessa data, a utilizar também a pistola nas refregas. Após a Primeira Guerra Mundial, desapareceram de todos os exércitos. A túnica dos ulanos era denominada pelos alemães de *ulanka*, e o capacete de couro de *tschapka*.<sup>222</sup>

Na Alemanha, de acordo com Kipper, não existiam sociedades de cavalaria com finalidades desportivas. Para a autora, ex-soldados que haviam participado das guerras de unificação, “ao estabelecerem-se em colônias no Brasil, resolveram fundar sociedades de

<sup>219</sup> Verband Deutscher Vereine, op. cit. p.348-360

<sup>220</sup> KIPPER, Maria Hoppe. *Sociedades de cavalaria em área de colonização alemã* (Santa Cruz do Sul – RS). São Leopoldo: mimeog., 1967. p. 19.

<sup>221</sup> Martin (1999), op. cit. p. 108.

<sup>222</sup> Kipper, op. cit. p.26.

Cavalaria em moldes não guerreiros e sim desportivos que lhes permitissem não só recordar aspectos de sua vida passada no exército, como também exibir suas qualidades de cavaleiros e sua habilidade no manejo da lança.”<sup>223</sup> As sociedades de Ulanos do RS, que tinham finalidade desportiva e recreativa, copiaram dos ulanos da cavalaria alemã sua organização, sua disciplina militar e a indumentária, que aqui sofreu ligeiras adaptações. O uniforme de seus membros era bastante semelhante à farda dos oficiais dos regimentos de ulanos da Alemanha. A “arma” do ulano era uma comprimida lança de madeira que tinha uma ponta de metal polida e reluzente. Nos torneios, as lanças serviam para atingir um alvo circular de couro, de cerca de 15 centímetros de diâmetro, onde existiam 12 furos numerados, sendo o do centro, de numeração maior.<sup>224</sup> Quando da realização de desfiles, os cavalarianos prendiam uma bandeirinha no topo de suas lanças. Nessas ocasiões, o comandante e guia de desfiles, o porta-bandeira e os oficiais da bandeira da sociedade usavam espadas prateadas ao invés de lanças. Esses sabres tinham caráter apenas decorativo e não eram utilizados em atividades esportivas.

Os ulanos se caracterizavam e se distinguiram das sociedades de lanceiros por usarem uniformes mais vistosos e mais caros (aos moldes da cavalaria alemã), pela imponência dos cavalos brancos que possuíam e por realizarem desfiles e festas mais pomposas. Os *Stechvereine* (sociedades de lanceiros) tinham finalidade e organização quase idêntica aos ulanos. Sua apresentação externa, entretanto, deixava transparecer maior simplicidade, isto é, menos luxo e pompa no que diz respeito aos uniformes e aos equipamentos. Conforme a historiadora Maria Kipper:

Poder-se-ia caracterizar o "Stechverein" como o "primo-pobre" dos Ulanos. O primo que gostaria de poder equipar-se em esplendor e brilho a seu parente rico, mas que precisa adaptar-se e enquadrar-se dentro de suas possibilidades (...) Os Stechklubs em sua maior simplicidade, em sua maior adaptação ao meio, representam mais caracteristicamente a vida e o "status" social e econômico de grande parte da população da colônia germânica (...).<sup>225</sup>

<sup>223</sup> Ibidem p. 22.

<sup>224</sup> A competição propriamente dita consistia em conseguir deixar na ponta da lança, com o cavalo em plena carreira, o alvo circular de couro. Para conseguir tal intento, era necessário introduzir a lança em um dos doze furos do alvo. Cada lanceiro, alternadamente, realizava a prova três vezes. No final, eram computados os pontos obtidos por concorrente e apurados os vencedores. O furo do centro do escudo conferia 12 pontos ao acertador e os demais atribuíam pontuação decrescente, de onze a um, de acordo com a posição mais central ou mais periférica do furo no alvo. Conseqüentemente, a maior soma de pontos que podia ser alcançada por um competidor era de 36, isso para quem conseguisse acertar três vezes o centro do alvo, tarefa considerada difícilíssima mesmo para os mais exímios lanceiros.

<sup>225</sup> Ibidem p. 40.

As sociedades de lanceiros que existiram em algumas áreas coloniais alemãs do RS são, portanto, provavelmente uma adaptação de antigos regimentos militares existentes na Alemanha. Lá não houve sociedades similares de caráter desportivo-recreativo.

### 2.3.3 Uma nova indumentária

Outro aspecto a salientar, no que tange ao processo de adaptação do colonizador ao meio, diz respeito à indumentária germânica. Um dos traços típicos dos povos alemães, a vestimenta multissecular, também desapareceu rapidamente nas áreas de colonização germânica do Sul do Brasil. Segundo Moraes a “(...) substituição dos tecidos de lã e linho, que marcavam a vestimenta característica das regiões de que procediam, pelas fazendas de brim, algodão e chita, tem sua causa predominante na falta de recursos dos colonizadores.”<sup>226</sup>

Paulo Gressler, referindo-se às roupas dos seus avós, afirmou que “todo o belo vestuário trazido da Alemanha, em breve tinha-se esfarrapado. A receita dos primeiros anos era reduzida, pois mal dava para adquirir os utensílios mais necessários para o trabalho agrícola”.<sup>227</sup>

Mesmo que quisessem e que a situação financeira o permitisse, os colonos não teriam motivos para manter suas espessas e pesadas roupas de lã, adequadas para regiões temperadas, num clima quente como o do país adotivo. O terno de lã dos homens praticamente desapareceu e em seu lugar veio o de brim; as camisas de linho deram lugar às de algodão, de chita ou de morim; o chapéu de feltro, ao menos para o trabalho, deu lugar ao de palha; os sapatos, impróprios para a temperatura dos trópicos e muito leves para a lama, foram substituídos pelas chinelas de couro.<sup>228</sup>

Para o trabalho na roça, ou mesmo para uso geral, faltavam sapatos, tamancos e botas, estas últimas usadas quotidianamente na Europa. Os colonos alemães e seus descendentes tornam-se praticamente uma população descalça. Assim o sapato, no meio rural, passou a ser artigo de luxo e a representar *status* na colônia, visto que nem todos o possuíam. Passam então a ser:

---

<sup>226</sup> Moraes, op. cit. p. 72.

<sup>227</sup> GRESSLER, Paulo. *Os velhos Gressler*. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949 p. 126.

<sup>228</sup> Roche, op.cit. 634-35; Willems (1946), op. cit. p. 235.

(...) reservados para as visitas à cidade ou vila mais próxima. Aos domingos, a caminho da missa, os colonos carregam o seu único par de sapatos em baixo do braço. Chegando às primeiras casas da cidade, calçaram-nos agüentando, heroicamente, o martírio de uma ou duas horas, pela satisfação social que lhes proporciona esse uso. (...) Descalço, o colono se sentiria repellido e humilhado por uma sociedade que associa à ausência do sapato o estigma da miserabilidade.<sup>229</sup>

Nas picadas, os homens usavam, no trabalho, calça de cotim raiado sem suspensório, camisa de algodão, um chapéu de palha e, às vezes, um velho e surrado colete. Nos dias frios de inverno, o poncho, tradicional vestimenta da Campanha Gaúcha, também estava difundido entre os colonos.

As mulheres, pouco a pouco, substituíram os pesados e escuros vestidos por peças mais leves e claras. As mais jovens andavam com a cabeça a descoberto enquanto as mais velhas cobriam-na com um lenço. No dia a dia usavam geralmente anáguas, saia e corpetes. A roupa interior, as meias e os sapatos são usados nos dias festivos. Como adorno não tem outra jóia que não uma cruz com corrente e o anel de aliança. As mulheres da colônia andam a cavalo, montando sela de amazona de veludo, confortável e enfeitado.<sup>230</sup>

As crianças usavam roupas parecidas com a dos adultos, porém com estampas mais joviais.

#### **2.3.4 A comida colonial**

O padrão alimentar dos imigrantes que se dedicaram à agricultura, como enfatizado anteriormente, teve que ser alterado profundamente nas florestas subtropicais. Aquele que no continente europeu estava habituado a comer sopa de farinha pela manhã, que almoçava batatas, legumes e laticínios e jantava pão de trigo e centeio, aqui muda radicalmente sua dieta. A culinária colonial alemã, por razões diversas já apontadas, ficou bastante distante da comida típica existente na Alemanha. O prato do dia-dia típico das áreas rurais era, e ainda

---

<sup>229</sup> Willems (1946), op. cit. p. 235-36.

<sup>230</sup> Roche, op. cit. p. 635.

em grande parte o é, integrado pelo feijão, arroz, carne, mandioca, batata inglesa ou doce, couve e saladas. O pão passa a ser o de milho.

A comida aos domingos e em dias de festa, quando a mesa normalmente era ornamentada com uma toalha branca que trazia detalhes bordados, englobava o arroz, a massa (*Nudeln*), a batata inglesa, o assado de porco, a galinha recheada, o chucrute, a salada de batata, de alface, de rabanete e de pepino. Como sobremesa, creme de leite e de sagu.

Outro prato que se tornou típico das regiões coloniais, a galinhada, também não é originário da Europa. Provavelmente seja uma adaptação do carreteiro, prato típico dos gaúchos. O churrasco e o feijão mexido também foram adotados sem muita cerimônia pelos teutos e descendentes.

A cerveja e o vinho, bebidas tradicionalmente consumidas na Europa pelos alemães, aqui foram substituídas pela água, pelo *schnaps* (a cachaça) e, principalmente, pelo chimarrão. Segundo Harnisch, a bebida feita a partir da erva-mate passou a ser sorvida em quantidades maiores e ainda com maior paixão do que os próprios gaúchos o faziam.

Harnisch, o já mencionado viajante e professor universitário, veio ao Rio Grande do Sul com o fito de fazer uma biografia de Getúlio Vargas. Foi perseguindo esse intento que percorreu o Estado em todas as direções. Analisando o comportamento da população de ascendência germânica, afirma que as condições externas, completamente diversas das do norte da Europa, mudaram inclusive o “habitus” de vida interior do alemão no sul dos trópicos, “tornando-o mais livre e individualista e, por fim, mais paciente, desembaraçado e amável.”<sup>231</sup>

Gilberto Freyre, mais ou menos na mesma época, após realizar uma viagem ao extremo Sul do país para um contato rápido com a gente e a paisagem daquela região, escrevia: “impressionaram-me certas evidências de abasileiramento, do alemão e de outros colonos, pelo gesto, pelo ritmo do andar, pela prática de atos tradicionalmente brasileiros.”<sup>232</sup> Ou seja, o novo meio encontrado no Sul do Brasil influenciou decisivamente nos hábitos, no comportamento, no modo de ser e na cultura do imigrante e de seu descendente.

---

<sup>231</sup> Harnisch, op. cit. p. 331.

<sup>232</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940. p. 33.

Mesmo admitindo a existência de uma cultura peculiar entre os teuto-descendentes do Rio Grande do Sul, isso não significa que as fronteiras entre os diferentes grupos étnicos que povoaram o Estado tenham sido abolidas. Lembra com propriedade Sílvio Corrêa que “um grupo pode adotar traços culturais de um outro grupo, como a língua, a forma de moradia, ou os costumes alimentares, e continuar mesmo assim a ser percebido e a perceber-se como diferente.”<sup>233</sup> Isso acontece porque a existência de fronteiras entre diferentes grupos étnicos não está diretamente vinculada com a manutenção de suas culturas.

---

<sup>233</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 36.

### 3 CONSTRUINDO RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

*A organização de sociedades pode ser considerada a ponte que liga os trabalhos materiais aos culturais. (Centro 25 de Julho, p. 37)*

Pode-se afirmar que, *grosso modo*, o desenvolvimento da vida comunitária nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul foi decorrente de dois fatores principais. O primeiro deles está relacionado com a exposição espacial a que foram submetidos os imigrantes e seus descendentes pelo território. Como foi visto no capítulo 2, nas áreas coloniais do Sul do Brasil, a experiência da tradicional aldeia alemã (*Dorf*) não foi aproveitada.<sup>1</sup> Aqui, os lotes coloniais foram demarcados a partir das picadas ou de cursos d'água. As glebas, cuja superfície variou ao longo do tempo entre 72 e 20 hectares, constituíam-se de terrenos individuais, quase sempre retangulares, estreitos e paralelos uns com os outros, traçados no sentido norte-sul ou leste-oeste. Os lotes ficavam alinhados em cada um dos lados da picada e normalmente tinham entre 110 a 220 metros de frente e algumas centenas de metros de profundidade. As moradias dos colonos, em geral, foram construídas na extremidade da propriedade, de frente para a estrada. Nas linhas ou picadas, um conjunto variável de 80, 100 ou 130 famílias de colonos deu origem a um núcleo ou a uma comunidade rural, onde surgiram organizações comunitárias como escola, igreja, cemitério, salão

---

<sup>1</sup> Nas aldeias alemãs, os lotes destinados à atividade agrícola normalmente ficavam desvinculados do local da moradia e não eram contíguos. No RS, o lote, além de ser bem maior, não era fracionado e praticamente obrigava o seu proprietário a nele residir para ficar próximo de suas roças.



de festas.<sup>2</sup> Ali também normalmente vicejaram algumas atividades artesanais que podiam incluir personagens como o ferreiro, o marceneiro, o alfaiate, o tanoeiro, o moleiro, o oleiro, o sapateiro e outros. Mas da paisagem de um núcleo rural também fazia parte a existência de pelos menos uma ou duas casas comerciais e, dependendo da localidade, surgiram também oficinas que passaram a beneficiar parte da produção primária local. É o caso, por exemplo, dos moinhos de milho e de erva-mate, dos preparadores de fumo em folha e de corda e dos beneficiadores de banha de porco. Esse agrupamento por picadas favoreceu a integração econômica, religiosa, social e cultural dos habitantes de uma mesma localidade. Segundo Lúcio Kreutz, a estrutura física dos núcleos coloniais é a base sem a qual não teria sido possível a rede de organizações socioculturais e religiosas a animar e caracterizar a vida dos imigrantes alemães.<sup>3</sup>

O geógrafo alemão, Léo Waibel, constatou que o tipo de povoamento, que qualificou de disperso, trouxe algumas vantagens para os imigrantes. Acentuou, entretanto, que a sociabilidade, através desse sistema de assentamento de agricultores, se viu prejudicada:

O tipo de povoamento disperso tem a vantagem de o agricultor viver em sua terra, e de a casa dele ser cercada pelas suas lavouras, seus pastos, suas matas etc. Isto torna a administração da propriedade mais fácil. A desvantagem é que o colono fica separado dos seus vizinhos e que os contatos sociais e culturais entre os membros de uma comunidade se tornam muito difíceis de manter, especialmente quando são pioneiros.<sup>4</sup>

Se comparativamente ao modelo aldeão, existente na maior parte das áreas rurais da Alemanha, o tipo de povoamento de *habitat* em fileira ou em linha, levado a cabo no Sul do Brasil, não favoreceu tão amplamente a constituição de laços horizontais entre os povoadores da mesma picada, o mesmo não pode ser afirmado quando se compara esse modelo com o da sesmaria pecuarista, que caracterizou a ocupação das áreas de campo pela população luso-brasileira. Ali as distâncias entre vizinhos eram muito superiores e as relações entre pessoas eram hierarquizadas, existindo, inclusive, o instituto da escravidão. Já as organizações comunitárias teuto-brasileiras eram formadas por iguais: praticamente todos eram pequenos proprietários, quase não havia analfabetos e desempregados. Todos, portanto, estavam aptos a participar e a se envolver em diferentes funções na igreja, escola, associação recreativa.

---

<sup>2</sup> Uma comunidade rural teuto-brasileira aproxima-se bastante daquilo que foi denominado de “bairro rural” por QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes/USP, 1973.

<sup>3</sup> KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 20.

<sup>4</sup> WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 258.

Todos, por outro lado, estavam sujeitos a cobranças e sanções públicas no caso de cometer algum deslize ou deixar de cumprir com algum compromisso julgado indispensável pela comunidade.<sup>5</sup> Ao todo, foram centenas, se não milhares, de comunidades de agricultores etnicamente quase homogêneas, social e culturalmente pouco diferenciadas, que se reproduziram com o passar do tempo em solo gaúcho.

O segundo fator que, em boa medida, ajuda a explicar o desenvolvimento comunitário dos germânicos e descendentes no Sul do Brasil foi a experiência trazida da Europa. O espírito de sociabilidade integrava o acervo de tradições da população de origem teuta.<sup>6</sup> Na bagagem vinda da Alemanha, os imigrantes portavam “a velha tendência alemã para formar *Vereine*, sociedades. Não lhes faltava razão: tanto na pátria, como no além-mar, os alemães se destacaram pelas várias formas de gregarismo que, também, foram introduzidas pelos imigrantes teutos no Rio Grande do Sul.”<sup>7</sup> Aqui, o espírito gregário encontraria grande espaço para sua expansão. A exemplo do que tinham feito na Alemanha, foram inúmeras as sociedades culturais e desportivas e de lazer que os imigrantes e seus descendentes fizeram vicejar no Estado. Mas, além desse tipo de sociedades, no Rio Grande do Sul também disseminaram sociedades escolares, religiosas, assistenciais e de caráter econômico. Estas últimas são apontadas como uma das decorrências do movimento de Restauração Religiosa que existiu em estados alemães durante o século XIX. Estudiosos do tema apontam que o associativismo existente no Sul do Brasil foi incentivado e sofreu grande influência da Igreja da Imigração, Católica e Evangélica Luterana.

No caso dos católicos, como se verá adiante, eles aqui procuraram recriar e adaptar algumas experiências que haviam sido bem sucedidas na Europa, particularmente na região do Hunsrück, na Renânia, o atual Rheinland Pfalz. O Hunsrück faz divisa com o reino de Luxemburgo e a província francesa da Alsácia e situa-se ao Sul do rio Mosel. A área é o local de procedência da maioria dos imigrantes alemães católicos do RS.

A exemplo dos católicos, a partir de 1864, os protestantes do RS passaram a sentir os reflexos do Movimento de Reavivamento existente na Alemanha durante o século XIX. O

---

<sup>5</sup> Kreutz (1994), op. cit. p. 24.

<sup>6</sup> RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgario P., SILVEIRA, Rogério L. L. (Org). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 157.

<sup>7</sup> TELLES, Leandro. Espírito associativo do imigrante. In: *Álbum oficial do sesquicentenário da imigração alemã*. Porto Alegre: Edel, 1974. p. 80.

desenvolvimento e a organização da Igreja Evangélica e das escolas paroquiais no RS muito devem à atuação da Sociedade Evangélica de Barmen. Através dos obreiros e das obreiras enviados e do apoio material e financeiro que ela concedeu para comunidades e instituições sinodais, contribuiu decisivamente para manter viva a religião protestante no RS, para preservar a germanidade entre os descendentes de alemães e para estimular a vida comunitária.

### **3.1 As redes informais de sociabilidade**

A sociabilidade informal inclui uma série de atividades como visitar parentes e amigos; conversar com vizinhos; reunir amigos em casa; jogar cartas; participar em diversos tipos de atividades de lazer junto com outras pessoas como em bailes, quermesses, *Kerbs*, casamentos e outras festas; apresentar-se para desenvolver trabalhos de voluntariado; participar de atividades filantrópicas; realizar trabalhos conjuntos em sistema de mutirão etc. Esse intenso convívio social favorece o conhecimento de outras pessoas e torna mais propensa a criação de relações de confiança, camaradagem, solidariedade e auxílio recíproco entre os envolvidos.

#### **3.1.1 Os *Kränzchen***

Entre os espaços de sociabilidade feminina dos núcleos urbanos de colonização alemã do RS estão os *Kränzchen* (círculos). *Kränzchen* é um hábito provavelmente originário da Suíça e cuja prática muito se difundiu nas regiões de cultura germânica. Constitui-se de pequenos grupos informais de senhoras e senhoritas que se reúnem periodicamente, sem formalidades, na casa das integrantes, revezando os locais de encontro, para conversar, fazer algum trabalho manual e tomar chá com cucas e doces. Nos *Kränzchen* não há diretorias, nem líderes. O número de participantes de um *Kränzchen* é variado, mas normalmente é em torno de oito a dez o número de mulheres, geralmente casadas ou viúvas, que formam um desses círculos. Um grupo é formado basicamente a partir de relações de amizade e de vizinhança entre senhoras pertencentes à classe média e à alta da sociedade. Os encontros realizam-se

uma ou duas vezes por mês entre os meses de março e dezembro. Nessas oportunidades, é comum a anfitriã servir um chá acompanhado de tortas, cucas, bolachas e diversas variedades de doces. E, quando alguma pessoa do grupo aniversaria, oferece uma festinha às integrantes do *Kränzchen*. Na festa de encerramento dos grupos, pode haver a participação dos esposos, mas sem a presença dos filhos.<sup>8</sup>

Afora oportunizar encontros sociais, os *Kränzchen* têm igualmente uma função filantrópica, pois as integrantes, além de tomarem chá e conversarem, também ocupam parte do tempo realizando trabalhos manuais, como tricô, crochê, bordado e outros. Via de regra, elas trabalham em benefício de uma entidade ou de uma pessoa necessitada, doando recursos em dinheiro ou em trabalhos produzidos. Tempos atrás, em alguns grupos também se jogavam cartas.

De acordo com uma pesquisa realizada em 1962/63 pelo professor José Fraga Fachel, existia, então, somente na cidade de Santa Cruz do Sul, um número não inferior a 23 *Kränzchen*. Após entrevistar integrantes de 14 grupos, constatou que os assuntos mais falados durante o encontro eram, pela ordem: arte culinária; aniversários; modas; tricô; acontecimentos da cidade; cinema; bailes e festas; problemas da cidade; noivados e casamentos; bordados; educação dos filhos; limitação dos filhos; trabalhos dos esposos; escândalos na sociedade; namoros; anedotas e problemas conjugais.

Os círculos de senhoras constituíram, portanto, mais um espaço onde membros da sociedade – nesse caso específico restrito a mulheres – se reuniam para conversar, confraternizar e desenvolver alguma atividade solidária para beneficiar uma ou uma turma de pessoas. Por outro lado, esse espaço informal de convívio permitia também, muitas vezes, que laços de confiança, de cooperação e de solidariedade entre as integrantes do próprio *Kränzchen* medrassem ou aumentassem substancialmente. Isso poderia favorecer, por exemplo, a colocação de um parente ou conhecido, indicado por alguma delas, em algum trabalho; facilitar a concessão ou a avalização de um eventual empréstimo para o pai ou marido de uma delas que estivesse em dificuldades financeiras ou que desejasse ampliar seus

---

<sup>8</sup> Dados a partir de FACHEL, José Fraga. Os grupos de bolão e os *Kränzchen* em Santa Cruz do Sul. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966; VOGT, Olgário Paulo. Cultura colonial. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 182-83; MARTIN, Hardy Elmiro. *Kränzche*. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 30 out. 1991.

negócios ou colaborar para que uma parceria ou sociedade entre os maridos fosse fechada. Mas, fundamentalmente, os *Kränzchen* fomentavam o cultivo da amizade.

Os *Kränzchen*, historicamente, existiram de modo especial na cidade. Como no interior do município as senhoras normalmente estão ocupadas com a realização de suas tarefas cotidianas, ali fazem parte de sociedades de damas que se reúnem nos finais de semana.

### 3.1.2 Os trabalhos em grupo e o espírito público

Os obstáculos iniciais enfrentados pelos colonos e a persecução de objetivos idênticos geraram laços societários que uniram as famílias de uma comunidade ou região. A cooperação começava a partir da chegada. O trabalho de derrubada da mata e a abertura de clareiras e a construção da primeira choupana davam-se, muitas vezes, a partir da formação de frentes de trabalho de várias famílias. Luís Panke, por exemplo, deixou registrado nas memórias de sua família que seu avô, Johann Michel Panke, chegado com seus filhos Johann, de 18 anos, e Albert, de 10, em 1853 no lote n. 68 da Picada Rio Pardinho, Colônia de Santa Cruz, recebera o imprescindível auxílio de dois vizinhos, imigrados anteriormente, para construir sua primeira choupana. Esses dois homens lhe informaram que no mesmo dia, desde cedo, um grupo havia se formado para ajudar, com braços e sugestões práticas, os outros imigrantes recém-chegados na mesma leva. Os próprios Panke, após terem feito seu primeiro rancho, passaram a auxiliar na mesma tarefa um de seus vizinhos. O auxílio no empréstimo de ferramentas também era freqüente. “As ferramentas dos colonos eram emprestadas e trocadas entre si; um tinha uma ferramenta para rachar madeira e outro um serrote para fazer tábuas... assim as ferramentas iam de uma mão para outra e brilhavam de tanto uso.”<sup>9</sup>

Giralda Seyferth comentou que no Vale do Itajaí-Mirim os colonos, na medida em que melhoravam sua condição econômica, procuravam substituir a provisória cabana inicial por uma de madeira ou de enxaimel. Nessas ocasiões, obtinham auxílio dos vizinhos. O trabalho em mutirão era combinado no armazém, em alguma festa, em um encontro de algum *Verein* ou aos domingos, antes ou após os serviços religiosos. O proprietário do lote comprava ou

---

<sup>9</sup> PANKE, Luís. *Memórias de Luís Panke*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p.93.

preparava o material necessário, discutia com os vizinhos a edificação e iniciava o trabalho. Quando a construção do prédio chegava na cumeeira, era realizada uma festa da qual participavam as famílias dos colaboradores. Na festa da cumeeira, o dono da nova casa oferecia comida e bebidas, seguindo-se cantos, danças e brincadeiras.<sup>10</sup> A comida e a bebida que o dono oferecia aos que o auxiliavam no trabalho representava uma forma de reciprocidade instantânea. Já a retribuição futura dos serviços se constituiria na reciprocidade adiada.<sup>11</sup>

O trabalho coletivo envolvia principalmente tarefas ligadas à construção e manutenção de capelas, de residências de párocos, de escolas, da casa do professor e à limpeza de estradas e cemitérios. A cooperação envolvia tanto a doação de materiais, como a disponibilização de mão-de-obra gratuita. Assevera Kreutz que em uma comunidade rural, durante diversas vezes ao ano, era repetida a convocação dos sócios para as *Gemeindearbeiten* ou *Frohnarbeiten* (serviços de comunidade). A participação dos moradores para a realização de trabalhos coletivos concretos em prol da comunidade era encarada como uma obrigação na qual todas as famílias da localidade tinham que se envolver:

Os sócios da comunidade rural eram regularmente convocados, cada ano, para serviços como a reforma e limpeza da capela, da escola e do cemitério e para a conservação da estrada (travessão). E havia convocações especiais para momentos ou finalidades mais específicas, como construção (seja de igreja, escola, casa do professor ou salão de festas), ou para a preparação de algum evento especial.<sup>12</sup>

Luiz Antônio de Assis Brasil, no seu romance *Videiras de Cristal*, ao referir-se à construção do templo dos seguidores de Jacobina, no Ferrabrás, assinala que todos queriam participar: “Os mais velhos insistiam em ser úteis: aquela obra lembrava os primeiros anos da colônia, quando todos partilhavam a miséria e deviam ajudar-se uns aos outros para vencer a mata, abrir picadas e erguer suas pequenas casas.”<sup>13</sup>

Wilhelm Wacholz, ao se referir a uma correspondência enviada pelo pastor Christian Smidt e por sua esposa Bárbara a Friederich Fabri, fundador do Comitê para os Alemães

<sup>10</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 92-93.

<sup>11</sup> WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo: DIFEL, 1961. p. 50.

<sup>12</sup> KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991. p. 57.

<sup>13</sup> ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 150.

Protestantes no Sul do Brasil, faz menção a um desses trabalhos coletivos. Na missiva, os autores comunicaram que em 1866, antes da chegada do pastor Borchard a Rio Pardinho, Colônia de Santa Cruz, os moradores da picada teriam se reunido e, na forma de mutirão, realizado melhoramentos na estrada e na ponte de acesso à colônia para bem receberem o missionário protestante.<sup>14</sup>

As reuniões de colonos nas áreas coloniais para reivindicar melhorias e direitos ou para combinar trabalhos conjuntos não eram raras. Em um romance histórico, que tem como cenário a Picada Rio Pardinho, na Colônia de Santa Cruz, Valesca de Assis narra a existência de reuniões dos habitantes com o diretor João Martinho Buff. Em uma delas, que teria contado com a presença do médico Robert Avé-Lallemant, o inglês Guilherme Lewis, empreiteiro responsável pela edificação, no povoado de São João, da primeira capela para os moradores da Colônia, explicava as razões pelas quais não conseguiu terminar a obra no prazo contratado com o governo provincial. Em uma posterior reunião com o diretor Buff, é discutida a reivindicação encaminhada ao presidente da província em que os colonos solicitavam que fossem abertas mais estradas e construídas pontes para um melhor escoamento da produção. Na oportunidade, uma comissão teria sido indicada para levar os pleitos da colônia à capital.<sup>15</sup>

Embora muitos acusassem as regiões de colonização do Sul do Brasil por viverem à margem dos acontecimentos político-administrativos do país, há que se considerar um fato maior. As áreas de colonização ficaram menos sujeitas ao jugo do coronelismo. As terras cobertas por densas florestas e de topografia acidentada, onde se deu a colonização, na maioria das vezes haviam escapado do interesse dos grandes latifundiários que se apossaram, durante os séculos XVIII e XIX, principalmente das terras de campo do RS. Como na Província o poder político, durante o período imperial brasileiro, esteve sob o domínio dos latifundiários criadores de gado e dos seus aliados, o poder público se fez pouco presente nessas áreas. Assim, as comunidades coloniais, longe do controle estatal, e também dos seus serviços, habituaram-se a resolver os seus conflitos e as suas disputas internamente. Também a iniciativa de criar escolas, abrir estradas, construir pontes, levantar o prédio da capela e colocar em funcionamento hospitais, ficava em suas mãos. A prática portuguesa de escolha do

---

<sup>14</sup> WACHHOLZ, Wilhem. *Atravessem e ajudem-nos: a atuação das sociedades evangélicas de Barmen e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899)*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1999. (Tese de Doutorado em Teologia). p. 509.

<sup>15</sup> ASSIS, Valesca de. *A valsa da medusa*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

juiz de paz pelas próprias comunidades ajudava a reforçar esse sentimento de autonomia das comunidades.

Avé-Lallemant, em 1858, aborrecera-se com a forma como a colônia de Santa Cruz era dirigida. Afirmou que ali “os homens vencem com o seu trabalho; na verdade, nada devem à administração.”<sup>16</sup> O autor também questiona o que seria de Porto Alegre sem São Leopoldo. Dos 25 a 30 mil alemães da província, 18 seriam do distrito de São Leopoldo ou dele teriam saído. Nas colônias, viviam eles como lavradores, muitos como pequenos negociantes e compradores de gêneros do país; nas cidades, eram artífices e mesmo negociantes; em muitas estâncias eram encontrados como carpinteiros, como trabalhadores e pastores bem remunerados.<sup>17</sup>

O trabalho de abertura de estradas, necessário para o desenvolvimento das colônias, deu-se muitas vezes pela mobilização do trabalho comunitário. Como os governantes parecem não ter se preocupado muito com a abertura e manutenção dos caminhos nas áreas coloniais, coube muitas vezes aos colonos a abertura e a manutenção de estradas e a construção de pontes em sistema de mutirão. Como as picadas eram geralmente demarcadas geometricamente, acontecia de o traçado dos caminhos passar por desfiladeiros íngremes ou rochedos escarpados, o que forçava os colonos a gastar boa parte do seu tempo para a manutenção ou retificação das picadas. Josef Umann relata que a manutenção da estrada de Venâncio Aires que ligava Cecília e Santa Emília à Vila consumia de seis a dez dias anuais de trabalho de cada colono. Como esse caminho dava passagem somente para cavalos e animais de carga, resolveram espriar a estrada:

No ano em que decidimos alargá-la para permitir a passagem de carroças, a maioria dos moradores trabalhou 20 dias ou mais. Os mais jovens, Hermann Sell e Josef Umann, trabalhavam naquela ocasião 28 dias. É por certo um imposto viário muito alto, e nós precisávamos demais desse tempo precioso para construir, ampliar e organizar nossas instalações domésticas.<sup>18</sup>

O engajamento dos membros de uma determinada comunidade para solucionar questões que lhes eram comuns tornou-se possível porque havia confiança recíproca e porque era feito entre iguais. O tipo de colonização adotado e os contingentes humanos nele

---

<sup>16</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 180.

<sup>17</sup> *Ibidem* p. 377.

<sup>18</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997. p. 69.



envolvidos determinaram, ao menos no início das áreas coloniais, uma igualdade de condições que amenizou acentuadamente as diferenças que pudessem se tornar o esteio de uma estratificação social. Os primeiros colonos de cada uma das novas zonas coloniais enfrentaram praticamente as mesmas dificuldades e com possibilidades relativamente idênticas. Não havendo diferenças econômicas significativas e agrupando-se, quando possível, de acordo com a origem comum, o ideal comunitário ou de formação de uma só grande família aflorou.<sup>19</sup> Foi somente aos poucos que alguns dos moradores de uma picada, dedicando-se ao comércio ou desenvolvendo algum ofício, alcançaram um prestígio social e uma situação econômica melhor.

A posterior urbanização e industrialização de algumas das localidades, fato que foi agravado com a migração do campo para a cidade, favoreceria a diferenciação social e uma estratificação da população de ascendência alemã das áreas coloniais. Foi nos núcleos urbanos que as diferenças provocadas pela relação de patrão e empregado e pela discrepância de remuneração se tornaram mais nítidas. Isso provocou distinções acentuadas nos hábitos, nos divertimentos, na educação dos filhos e no próprio comportamento dos moradores. Como constatado em Jarim, Rio de Janeiro, por Úrsula Albersheim dos Santos, enquanto residia na zona rural, a população de origem germânica apresentou uma unidade maior do que na cidade. O desenvolvimento urbano não provocou apenas a diferenciação interna dos membros do próprio grupo – no caso os teutos e descendentes –, mas separou o campo da cidade, fazendo surgir a inferiorização do homem da colônia:

(...) a inferiorização da população rural em face do habitante da cidade, que lhe ridiculariza os hábitos antiquados e a maneira canhestra no vestir e no falar, o que coloca o colono pouco à vontade nos contatos sociais no meio urbano; embora se identifique com o grupo médio da cidade, não é muito prestigiado por este. Os contatos mais diretos são raros, mantendo cada grupo a sua vida própria recreativa à parte.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> SANTOS, Úrsula Albersheim dos. Estrutura social de uma comunidade teuto-brasileira. In: FERNANDES, Florestan (Comp.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Nacional, USP, 1972. p. 117.

<sup>20</sup> *Ibidem* p. 123.

### 3.1.3 As relações de vizinhança

Os imigrantes originários da Alemanha normalmente traziam consigo a experiência da vida nas aldeias. Lá as famílias residiam em casas contíguas, permitindo que as relações de vizinhança se desenvolvessem espontaneamente. Havendo um convívio mais estreito entre os membros de uma mesma comunidade, sustenta Seyferth<sup>21</sup> que instituições como a Igreja e as associações recreativas (*Vereine*) não haviam tido tanta importância. Já no Sul do Brasil, as relações de vizinhas, embora como apontado no capítulo anterior, fossem bastante diversas daquelas existentes nos *Dorfer* da Alemanha, eram possibilitadas pelo *habitat* em fileira.

Aliás, pode alguém perguntar se o “habitat” é mesmo disperso. Parece concentrado porque cada picada, ao longo da qual casas foram levantadas, encontra-se separada da seguinte pela distância (em sentido longitudinal) de dois lotes, isto é, 6,4 Km em que jamais existiram construções, mesmo anexas. Ergueram-se as casas em uma espécie de pátio aberto, mas alinhadas paralelamente à picada, em cada um de seus lados, em relativa proximidade dos prédios construídos nos lotes vizinhos laterais e fronteiros. Por outro lado, desde os primórdios da colonização, os imigrantes lutaram contra o isolamento moral, multiplicando os pontos de encontro. E foi à beira da picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, que surgiram a capela, a escola, a loja e, depois, salão de festas. Se a célula é a pequena propriedade “isolada”, e sabemos que o é isto, a unidade orgânica do povoamento é a “picada”.<sup>22</sup>

Uma comunidade rural era formada por um conjunto variável de famílias de colonos. A média provavelmente girava em torno de 100. No núcleo rural surgiam organizações comunitárias entre as quais escola elementar, igreja, cemitério e salão de festas; atividades artesanais que podiam incluir ferreiro, marceneiro, alfaiate, tanoeiro, moleiro, oleiro, sapateiro; uma ou duas casas comerciais e, dependendo da localidade, oficinas de beneficiamento de parte da produção primária local como moinhos de milho e de erva-mate, preparadores de fumo e beneficiadores de banha de porco. Alguns quilômetros separavam as comunidades rurais umas das outras. *Platz*, que traduzido significa lugar, era a denominação utilizada pelos colonos para definir o que aqui se denomina de comunidade rural.

Uma das frases mais ouvidas por quem percorria antigamente uma área colonial alemã certamente era “aqui todo mundo se conhece.” O “aqui” designava um *habitat* definido em oposição às comunidades vizinhas, sendo o local de vida e de trabalho dos moradores da

<sup>21</sup> Seyferth, op cit. p. 90.

<sup>22</sup> WAIBEL, Léo. *Princípios de colonização européia no sul do Brasil*. p. 197, s/d.

localidade. Assim, o universo dos colonos ficava restrito ao cotidiano na localidade. As saídas resumiam-se a esporádicas idas à sede do distrito ou do município para acertar algum negócio, procurar auxílio médico, fazer compras ou para satisfazer algum compromisso público como pagar impostos, registrar o nascimento de um filho ou providenciar o alistamento militar. A forma como se referiam a essas viagens até a cidade é bastante significativa: *Ich bin raus gefahren* (Eu fui para fora) ou *Ich war trausen gewesen* (Eu estive fora). O fora, no caso, significa a cidade ou o distrito visitado.

Em uma comunidade pequena, as relações de vizinhança e de confiança também são facilitadas pelos intercasamentos. Os colonos no RS tiveram muitos filhos por dois motivos básicos: ter uma grande prole significava a possibilidade da unidade produtiva familiar poder contar com mais força de trabalho; a outra é que o filho representava uma segurança para os progenitores, uma espécie de amparo na velhice, uma espécie de aposentadoria rural primitiva para os pais que seriam substituídos por um deles quando de sua velhice. A grande prole facilitava os intercasamentos entre as famílias da própria comunidade e de comunidades vizinhas. Com o passar do tempo, as relações de vizinhança e o intercasamento fizeram vicejar uma íntima teia de relações de parentesco, o que muitas vezes implicou maior solidariedade e constituição de uma quase família extensa que agregava praticamente toda a população da comunidade.<sup>23</sup> E as relações de reciprocidade mais fortes e confiáveis que um indivíduo possui são exatamente as que estabelece com seus parentes.

Como a vida cotidiana de uma família camponesa era no lote colonial, as relações entre os vizinhos e o convívio com os demais moradores da localidade se realizavam esporadicamente nas celebrações litúrgicas, nas rezas e novenas, nos casamentos, nos velórios, nos trabalhos em sistema de mutirão, quando da transação de algum produto na casa comercial, nos encontros periódicos promovidos pelas diversas sociedades, nos bailes, nas quermesses e em outros festejos promovidos na localidade ou em localidades vizinhas.

Nesse contexto, a função das sociedades culturais e desportivo-recreativas e das festas era a de integrar os membros da comunidade rural que viviam dispersos nas pequenas propriedades.<sup>24</sup> Ou como prefere Willems, constituíam-se em “compensações necessárias para

---

<sup>23</sup> Santos, op. cit. p. 118.

<sup>24</sup> Seyferth, op. cit. p. 91.

manter um mínimo de euforia social.”<sup>25</sup> O papel de uma sociedade de lanceiros, por exemplo, não era o de simplesmente congregar e distrair os seus associados em um torneio que se realizava a cada 30 ou 60 dias. Por ocasião desses encontros, quando as fainas rotineiras eram momentaneamente deixadas de lado, a vida pública da comunidade podia ser objeto de discussão. Era, portanto, uma oportunidade não somente para reunir grande parte dos membros da comunidade, mas, também, para resolver problemas comuns. Muitas necessidades, como construir uma obra pública ou auxiliar famílias atingidas por alguma calamidade, certamente foram tomadas nessas circunstâncias.

Antigamente, os casamentos normalmente representavam uma oportunidade de convívio dos parentes e amigos dos noivos. O casamento é um dos principais ritos de passagem. Entre os costumes relacionados ao ritual está a organização de uma festa para marcar o momento. Dependendo da condição financeira dos familiares dos noivos, é produzido um verdadeiro espetáculo que, testemunhado pelos convidados, serve para reafirmar o prestígio social de suas famílias, evidenciar a realização de um “bom casamento” e integrar os parentes das diferentes famílias.<sup>26</sup>

A morte é outro ritual de passagem. Ela fazia parte do cotidiano das pessoas no início da colonização. O velório acontecia na própria casa do defunto, no lugar mais espaçoso da morada, em geral na sala de visitas. A morte na colônia representava, entre outras coisas, uma ocasião de rever velhos amigos e a parentada, tornando-se um encontro de pessoas que havia muito não se viam. Como quase sempre várias famílias vinham de longe para participar do ritual fúnebre, era necessário preparar muita comida e bebida para alimentar aqueles que velavam o morto. Um observador de fora poderia, equivocadamente, concluir que um velório antigamente tomava ares de uma grande festa. De fato, nessas ocasiões eram preparadas fornadas e mais fornadas de cucas, fervidas paneladas de lingüiça, servidas várias mesas de café e preparadas algumas panelas de ferro de galinhada. Na realidade, esse acolhimento dado aos “visitantes” inseria-se em um contexto histórico em que os precários meios de transporte e os péssimos caminhos existentes tornavam maiores as distâncias, impedindo que muitos retornassem aos seus lares para dormir e fazer as refeições.

---

<sup>25</sup> Willems (1961), op. cit. p. 173.

<sup>26</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Ed. USP, 2000. p. 112.

As visitas à casa comercial também se tornavam oportunidades de convívio com outras pessoas. Ia-se à venda principalmente para trocar ou vender a produção excedente obtida no lote ou para adquirir mercadorias que não pudessem ser produzidas na exploração agrícola. Nas picadas coloniais, a venda era um misto de residência, posto de trocas, local de beneficiamento da produção, botequim, sede de sociedades e ponto de reunião. Era para lá que todos convergiam. Ali os colonos acabavam travando contato com assuntos os mais variados. Quem intermediava e filtrava boa parte dessas informações era o dono da casa comercial. Como ele tinha contato direto com pessoas de diferentes procedências, inclusive com os caixeiros viajantes, era sabedor de notícias de outros lugares. Em decorrência do poder econômico e cultural que representou, tornou-se elemento de prestígio e poder político. Passou a orientar os colonos sobre o que e como plantar; passou a orientar politicamente sua clientela e a indicar remédios e artigos da moda. As casas comerciais do interior foram palco, igualmente, de muitos comícios, reuniões e deliberações que deram origem a entidades e movimentos os mais diversos. Por exemplo, o plano inicial que deu origem à AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) brotou em uma casa comercial de Linha Formosa, localidade que na época ainda era pertencente ao município de Santa Cruz do Sul.<sup>27</sup>

A ajuda entre vizinhos também caracterizou as regiões de colonização alemã do RS. O auxílio podia ser prestado em casos como de doença ou de morte de um membro da família ou quando do nascimento de um filho. A troca de serviços e o trabalho interfamiliar, ou o mutirão, que é a forma básica de cooperação vicinal, parecem no entanto, exprimir melhor o vínculo de confiança e de ajuda mútua que se estabeleceu entre vizinhos.

Willems, referindo-se aos imigrantes alemães assentados no Espírito Santo, afirmou que na Alemanha eles não desconheciam completamente o trabalho a pedido – *Bittarbeit*. Apenas o mutirão em atividades como derrubadas de mata, limpeza de cafezais e colheita de café e a construção de casas eram desconhecidas.<sup>28</sup> O mesmo se poderia dizer da abertura e manutenção de estradas, que no país de origem ficavam sob a responsabilidade das autoridades. Mas o chamado juntamento não se limitaria ao estado capixaba, podendo ser observado em todas as zonas de colonização alemã. Só que aqui ele teria uma extensão e importância sem precedentes. O meio físico e social, isto é, as vicissitudes do meio natural e o

---

<sup>27</sup> A respeito da AFUBRA ver o capítulo 5 de: VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

<sup>28</sup> WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. p. 342.

convívio com o elemento brasileiro, devem ter influenciado os imigrantes e seus descendentes à prática do trabalho em comum.

Esperando que os vizinhos lhes retribuíssem o serviço em uma próxima ocasião, moradores de uma comunidade poderiam se reunir para, por exemplo, colher o fumo na casa de um deles, fazer a colheita do feijão, prensar cana e fazer melado. O responsável pelo mutirão exercia a mesma tarefa dos demais, não fazendo a inspeção dos serviços executados. A generalização do trabalho assalariado levou à desintegração do mutirão enquanto sistema de trabalho.

Uma outra prática vicinal muito difundida era a concessão, a vizinhos, de determinados produtos de origem agrícola ou pastoril. Quando da carneação de um boi ou de um suíno, o auxílio de um ou mais moradores da redondeza poderia ser providenciado. Numa época em que o *freezer* e a energia elétrica ainda não estavam disseminados, a concessão ao vizinho de parte do animal abatido, de lingüiça ou de uma lata de banha, era uma prática considerada normal. A cedência de uma lata de *schmier* (melado), de um saco de feijão, de farinha de milho ou outro produto qualquer se enquadra na mesma lógica. Em todos esses casos, esperava-se uma retribuição futura do “empréstimo realizado”. A cedência só poderia acontecer se houvesse confiança e expectativa de retribuição no futuro.

A confiança tem um componente emocional. Nesses casos referidos, ela estava baseada num histórico passado de performance que a confirmava. Havia como que uma garantia da integridade, da veracidade e da justiça da outra parte. A confiança é um extraordinário mecanismo de ampliação da coesão social. É uma espécie de cola invisível e impalpável que mantém e estimula a coesão social. A sua presença é determinante para que uma comunidade esteja capacitada a produzir interações fertilizantes. Em um ambiente em que existe confiança recíproca em índices elevados, todos podem sair ganhando.

Avé-Lallemant descreveu uma dessas relações de confiança que se estabeleceram entre colonos e comerciantes. Relatou que em duas vendas onde se hospedou durante sua viagem a São Leopoldo, o estalajadeiro era também negociante. Observou ali que quando os colonos traziam para a venda, no lombo do burro, algum produto agrícola, não se regateava,

não se media, não se pesava nenhum saco. Os preços de mercado eram conhecidos e de boa fé se acreditava que o saco estava bem cheio.<sup>29</sup>

A participação em bailes, festas e a frequência às vendas também era importante para a sociabilidade dos teutos e descendentes. Embora padres jesuítas e pastores protestantes freqüentemente reclamassem contra o excesso de bailes e dos encontros nas vendas para conversar, para jogar cartas e para beber, essas atividades estimulavam a vida social e a constituição do tecido comunitário. Salienta Telmo Lauro Müller que antigamente o baile era essencialmente um ato social, isso quer dizer um encontro de famílias para conversa, entretenimento e, quem sabe, até para a realização de negócios. Como a orquestra não tinha recursos eletrônicos, era possível conversar e dançar ao mesmo tempo. Não havia reserva de mesas e ninguém ficava uma noite inteira sentado no mesmo lugar. Havia intensa movimentação, pois todos queriam falar com todos.<sup>30</sup>

Tendo em vista que as festas oportunizavam a sociabilidade e haja vista que o *Kerb* é um festejo característico das colônias alemãs, convém descrevê-lo um pouco melhor.

### 3.1.3.1 O *Kerb*

O *Kerb* é uma festa popular germânica, de origem religiosa, cultivada pelos descendentes de imigrantes alemães até hoje no Sul do Brasil. Além de se constituir em um importante entretenimento para os membros de uma comunidade, era também uma bela oportunidade de encontro e de confraternização. Como destaca Moraes, esse tipo de comemoração está vinculado à igreja da localidade, seja ela católica ou luterana:

Entre as práticas que tiveram larga repercussão na região colonial através de mais de cem anos e que constituiu como ainda constitui o principal motivo de reunião e divertimento, a par da cultuação de tradição cara, destaca-se o "kerb", ou "Kirchweith", que, na Alemanha, se festejava por ocasião do aniversário da igreja, ou do dia onomástico do padroeiro da paróquia, durante três dias.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Ave-Lallement, op. cit p. 148.

<sup>30</sup> MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: história e memórias*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 108.

<sup>31</sup> MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 124.

Antigamente, a festa de *Kerb*<sup>32</sup> era muito aguardada pelos moradores das localidades em que ela acontecia. Os festejos, que iniciavam em um final de semana, duravam três dias. Era, além de diversão, uma oportunidade de reencontro de parentes e amigos e, para os jovens, ocasião para iniciar um namoro. Durante o ano, moças e rapazes, crianças, adultos e velhos preparavam-se para o evento.

Alguns meses antes do *Kerb*, as moças podiam escolher um “corte” de vestido. As de famílias mais abastadas podiam se dar ao luxo de escolher dois: um para a celebração e outro para o baile. As costureiras costumavam ter muito serviço nessa época. Eram vestidos rodados, com laços de fitas, que, primeiramente, eram usados na celebração e, depois, no baile. Para completar o visual, as mulheres de mais idade tinham, por costume, encrespar os cabelos.

Os rapazes geralmente não ganhavam roupas novas para o *Kerb*. Usavam a fatiota que guardavam para ocasiões especiais, como velórios, bailes e casamentos. Quando muito, ganhavam uma camisa e uma calça nova. Nessa ocasião, o colono, acostumado ao trabalho árduo na roça, colocava sapatos nos pés e trajava sua melhor roupa.

Como as famílias ficavam encarregadas de acolher parentes e amigos que vinham de longe para os festejos, as casas da localidade em que ocorria o *Kerb* recebiam uma atenção especial. Os moradores passavam dias pintando ou escovando o forro e as paredes da moradia, engomando cortinas, roupas de cama, guardanapos de mesa, de paneleiros e panos de parede, e roçando a grama e o capim do pátio. Até o galpão, que era usado para guardar ferramentas de trabalho e produtos da roça, era preparado para servir de albergue. Como muitas vezes a casa tornava-se pequena para tantos visitantes, ajeitava-se o galpão para acomodar pessoas.

A igreja recebia um tratamento específico. Ela era enfeitada com flores do campo e folhas de palmito, o que lhe dava um aspecto festivo. O salão onde ocorriam as confraternizações também recebia decoração especial. A porta e os postes de sustentação eram ornamentados com folhas de palmito, enquanto adornos de papel crepom e bandeirinhas ficavam suspensos abaixo do teto.

---

<sup>32</sup> A descrição da festa do *Kerb* aqui feita toma por base como os festejos se processavam na localidade de Linha Isabel, no interior do município de Venâncio Aires, RS.



As festividades normalmente iniciavam com uma alvorada de tiros, que era um convite para a celebração religiosa que viria logo após. Enquanto transcorria o ato religioso, a banda do *Kerb* entoava músicas sacras e, ao final, soavam os sinos e espocavam os foguetes. Do templo, a multidão seguia na balada da bandinha até o salão da comunidade. Ali chegando, dançava um pouco, tomava uma cerveja e conversava com amigos e familiares. Depois, cada um, acompanhado por parentes e visitantes, ia para casa onde acontecia o *Fresskerb*.<sup>33</sup>

Durante o ano, já eram feitas as compotas de frutas e conservas, mas a alimentação principal era preparada no primeiro dia de *Kerb*, por ser esta de difícil conservação. Nessa oportunidade, também era feito o abate de animais – principalmente de porcos e galinhas – e eram preparados bolinhos de carne, lingüiças, galinhas assadas e galinhas recheadas. As mulheres faziam grandes fornadas de cucas e pães e se encarregavam da preparação de doces.

Na hora do almoço, havia fartura. Parentes e amigos se reuniam em torno de compridas mesas e confraternizavam com muita comida, cerveja e gasosa. Comiam leitões e frangos assados, lingüiça fervida, batata assada e outros pratos da cozinha colonial alemã. Havia, igualmente, a salada de batatinha e grande quantidade de conservas, de rabanete, pepino, beterraba, ovos, chuchu e cebola, preparados em potes de cerâmica, os *Krugs*. Enquanto as crianças almoçavam em uma mesa à parte, as mulheres lavavam a louça, e os homens sentavam-se à sombra para conversar, cantar ou jogar cartas.

Durante a tarde, era servido farto café, que incluía grande variedade de doces (*Ringeldoss, Hegeringer, Butterdoss, Mehdoss, Stiirkdoss, Mulerdoss*) e cucas de diferentes recheios (framboesa, requeijão, laranja. *Streusel, Schmier*). Ao entardecer, retornava-se para o salão, a fim de dançar ao som da bandinha. E, para encerrar a noite, era preparado um delicioso jantar, regado a cerveja, gasosa ou vinho artesanal.

Para participar dos bailes (que antigamente eram em número de dois ou até mesmo três), era cobrada uma pequena importância dos homens; as mulheres não pagavam ingresso. Para evitar “penetras”, o controle de pagamento era feito através da colocação de uma fita ou

---

<sup>33</sup> Expressão que em alemão significa “comer como animal”. Assim era denominado por causa da fartura de comida.

flor na lapela do casaco dos cavalheiros, e seus nomes eram anotados em um caderno. Mais tarde, passava alguém no salão para fazer a conferência. Os bailes iniciavam com a dança da Polonesa.

As crianças aproveitavam ao máximo os três dias de festa. Brincavam, dentre outros, de esconder, de pega-pega, de ovo-podre, de cabra-cega, de passar o anel, de andar de carreta e de resbalar com casca de coqueiro pelo potreiro. À noite, antes de deitar, jogavam *Schwarze Peter* (Mico-Preto), *Muhle* (burro) e, mais tarde, já no quarto, faziam guerrinha de travesseiros que, para elas, era o momento mais aguardado durante o ano.

Com o surgimento e o desenvolvimento de núcleos urbanos e com a melhoria das estradas, dos meios de transporte e das comunicações, os *Kerb* em todas as áreas de colonização germânica perderam parcela significativa do seu significado e do seu encanto. Agora as pessoas têm a possibilidade de participar de inúmeros bailes e festividades ao longo do ano e de visitar seus familiares e amigos com mais frequência. Assim, o *Kerb*, antes um acontecimento único na comunidade, deixou gradualmente de ser relevante.<sup>34</sup>

A preparação e a realização de festas, a exemplo da do *Kerb* acima descrito, exigiam um esforço notável da comunidade: havia a necessidade de angariar os donativos, divulgar o festejo, ornamentar o salão, preparar a comida e a bebida, organizar jogos de azar, contratar uma bandinha, controlar a venda de fichas, fazer a segurança etc. No final, tinha que ser feita a limpeza do local e a contabilidade. A sobra obtida invariavelmente era destinada para algum equipamento comunitário: podia ser a igreja, a escola, o salão comunitário ou algum outro empreendimento desejado pelos moradores da localidade.

A afirmação de que nas diversas festividades promovidas a sociabilidade na picada foi estimulada, parece ser insofismável.

---

<sup>34</sup> LENZI, Zuleika Mussi et al. *O Kerb em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989. p. 35.

### 3.2 As redes formais de sociabilidade

As redes formais de sociabilidade dizem respeito à participação dos indivíduos em associações voluntárias, organizadas formalmente com diretorias, estatutos, reuniões regulares e critérios de afiliação. Dessas associações as pessoas resolvem participar por livre e espontânea vontade. O convívio nelas, a exemplo do que acontece na sociabilidade informal, auxilia no desenvolvimento da solidariedade, reciprocidade e confiança, da qual se pode obter vantagens tanto privadas como públicas.

A participação em associações voluntárias é uma das variáveis freqüentemente utilizadas na aferição de capital social. A existência e a participação dos indivíduos em uma densa rede de associações voluntárias, tais como, em igrejas e grupos religiosos; em clubes esportivos; em sociedades recreativas e clubes sociais; em organizações artísticas, culturais ou educacionais; em sindicatos e associações profissionais; em partidos políticos; em entidades filantrópicas; em cooperativas; em clubes de serviços; em associações de moradores; na maçonaria; em clubes de mães, na direção de museus e bibliotecas, na participação em conselhos curadores etc, na literatura sobre o tema têm sido apontadas como dos principais indicadores da existência de capital social em uma determinada região. A vitalidade da sociedade civil, evidenciada através da existência de uma densa rede desse tipo de associações, com ampla participação da população, tem sido uma das principais formas utilizadas pela literatura para caracterizar a abundância de capital social de uma região.

Uma das características das regiões de colonização alemã do RS foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo. O trabalho associativo acontecia durante o dia-a-dia das comunidades: no labor conjunto nas estradas que tiveram de ser abertas ou conservadas, na construção e manutenção de escolas, na solução das questões religiosas e na criação e organização de espaços de entretenimento, cultura e lazer nas colônias. Predominaram numericamente entre as associações criadas aquelas identificadas com atividades culturais e desportivas.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> SEYFERTH, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: Kultur e etnicidade. *Travessia revista do migrante* – Publicação do Centro de Estudos Migratórios, n. 34, p. 24-28, mai. Ago. 1999. p. 24.

Antônio Soveral, ao fazer a apologia do espírito gregário dos alemães e descendentes no RS, afirmou:

(...) onde quer que surja o alemão se organiza em comunidades para a construção e conservação da igreja, em sociedades para a fundação de escolas ou em agremiações econômicas para a centralização das próprias economias e para o auxílio bem entendido ao trabalho, em clubes para o desporto ou para as sadias divisões ancestrais suas e nossas.<sup>36</sup>

Conforme frisa Jean Roche, as sociedades (*Vereine*) não foram constituídas pelos primeiros imigrantes. As pioneiras teriam aparecido nos centros urbanos na medida em que os comerciantes teriam adquirido certa prosperidade, e os *Brummer*, despertado o *Deutschtum* (germanidade). Foi somente em 1855 que foi fundada, em Porto Alegre, a Sociedade Germânia.<sup>37</sup> Em São Leopoldo, berço da colonização alemã no RS, no mesmo ano de 1855 – portanto decorridos 31 anos após a chegada dos primeiros colonizadores ao vale do rio dos Sinos – foi criada a Sociedade Orfeu. Foi a partir de então que a população de ascendência alemã radicada em solo gaúcho passou a dar existência a uma grande rede de associações de caráter cultural, social, recreativo e econômico.

Apesar de surgidas nas cidades, os *Vereine* encontraram, no meio rural, um ambiente propício para se multiplicar. Mesmo as menores comunidades passaram a constituir as suas sociedades. Nas áreas coloniais, elas acabaram tendo maior relevância do que tiveram na própria Alemanha, “porque representavam, com a Família e a Igreja, a terceira célula da vida dos colonos teuto-brasileiros.”<sup>38</sup> Isso nos leva a fazer uma afirmação provisória: o capital social parece estar mais presente no meio rural do que nas grandes cidades das áreas de colonização alemã do RS.

De uma maneira geral, os *Vereine* começaram a surgir assim que as primeiras dificuldades foram superadas e quando as condições materiais de existência foram garantidas. Foi no período compreendido entre o último decênio do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) que elas proliferaram. Em Santa Cruz, por exemplo, a primeira sociedade a ser fundada foi a *Schützengilde*, em princípios de 1863. Essa sociedade de

<sup>36</sup> SOVERAL, Antonio (Org.). *O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1935. p. 166.

<sup>37</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 643.

<sup>38</sup> *Ibidem* p. 648.

atiradores posteriormente se fundiu com o *Club Union*, que havia sido criado em 1866. Dessa fusão, surgiu o *Deutscher Club*, o atual Clube União.<sup>39</sup> Na vila de Venâncio Aires, a Sociedade de Leituras, fundada em 1877, é uma das mais antigas.

O número de sociedades e associações fundadas nas regiões de colonização germânica do RS no decorrer dos anos foi muito grande. Elas podem ser divididas em dois grandes grupos: associações com fins culturais e sociedades com fins desportivo e recreativas.<sup>40</sup>

Como já apontado acima, os imigrantes e seus descendentes criaram, no Sul do Brasil, várias formas de lazer e de convívio social. Dentre elas estão o canto coral, os jogos de bolão e de bolãozinho de mesa, o tiro ao alvo, o *Kerb*, a ginástica, os *Kränzchen*. A partir da segunda metade do século XIX foram criadas, associações, agremiações, sociedades e ligas com o objetivo de institucionalizar essas formas de lazer e de sociabilidade. Aparecem assim, dentre outras, a Sociedade Germânia, em Porto Alegre; a sociedade Orfeu, em São Leopoldo; o *Verband Deutscher Vereine*, em 1886, para congregar as diversas sociedades alemãs existentes na capital do Estado; a *Turnerschaft von Rio Grande do Sul*, em 1895, com o objetivo de reunir as sociedades de ginástica espalhadas pelo Estado; a *Deutscher Sängerbund Rio Grande do Sul*, organizada em 1896, voltada para as sociedades de canto.<sup>41</sup>

Afirma o historiador João Klug que algumas instituições e atividades marcaram de maneira indelével as áreas de imigração alemã. Refere-se especificamente à igreja, escola e imprensa que, juntas, formaram um tripé extremamente importante nas áreas coloniais de populações de ascendência teuta.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Organizado e atualizado por Olgario Paulo Vogt e Ana Carla Winsch. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999. p. 103.

<sup>40</sup> Centro 25 de Julho. *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936. p. 37.

<sup>41</sup> GRÜTZMANN, Imgart. A memória étnica e cultural em festa. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 67.

<sup>42</sup> KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 13.

### 3.2.1 As associações escolares

Uma das preocupações da população de origem germânica do Sul do Brasil dizia respeito ao aprendizado escolar dos filhos. A alfabetização era importante para os evangélicos que, desde o século XVI, quando se deu a Reforma de Martinho Lutero, tinham no saber ler um dos princípios fundamentais da prática religiosa. Somente assim estariam aptos a interpretar livremente a Bíblia. Cabe ressaltar que Lutero pregou o sacerdócio universal entre os crentes. Para tanto, era imprescindível que os adeptos soubessem ler para entender e interpretar as Sagradas Escrituras, leitura que se tornaria diária.

Mas a alfabetização era buscada também pelos católicos que da Alemanha e da Áustria haviam trazido toda uma tradição escolar. Na região do Hunsrück, por exemplo, 90 por cento das crianças freqüentavam a escola na segunda metade do século XIX.<sup>43</sup> Estando a Província impossibilitada ou desinteressada na implantação de escolas públicas, uma rede de colégios, onde as crianças eram alfabetizadas em alemão, proliferou nas regiões de colonização alemã do RS. O certo é que, aos colonos de descendência alemã, raríssimas vezes foi dada a oportunidade de escolher entre o ensino da escola comunitária particular e o ensino público.

Conforme Lúcio Kreutz, nos estados alemães, até meados do século XVIII, predominou o motivo religioso na educação. A partir de então, o Estado paulatinamente procurou estender sua responsabilidade sobre a formação moral e intelectual das crianças e dos jovens. Com o Iluminismo, a primazia já milenar da Igreja no que tange à educação passou a ser reivindicada pelo Estado. No início do século XIX, principalmente no reino da Prússia, juntamente com o avanço dos ideais liberais e nacionalistas, houve a valorização da educação pública com a difusão geral do ensino elementar, a implantação de Escolas Normais para a adequada formação de professores e a renovação de métodos pedagógicos. Lá alguns governantes e pensadores passaram a ter consciência de que as transformações sociais e políticas – inclusive a unificação alemã – não poderiam ocorrer sem a adequada educação da população. Educação pública para todos passou a ser um pré-requisito não somente para o

---

<sup>43</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 42. Afirma o mesmo autor, em obra posterior, que a maior parte dos imigrantes alemães, cerca de 90%, já ingressou alfabetizada no Brasil. Cfe. KREUTZ, Lúcio. Sugestiva articulação entre escola, família e comunidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 46.

desenvolvimento intelectual e moral das crianças, mas para a construção da nova sociedade fundamentada nos ideais liberal e nacionalista. Em pleno movimento de Restauração, a Igreja Católica, temerosa de perda de terreno com a expansão da rede escolar pública, especialmente no Hunsrück, opondo-se à ação estatal, procurou reavivar a tradição do professor paroquial. Nesse contexto, o professor paroquial passaria a exercer, além do magistério, uma importante função pastoral, transformando-se em liderança social e religiosa.<sup>44</sup> Os primeiros imigrantes católicos, e posteriormente também os padres jesuítas, em função do clima de tensão existente na Alemanha entre o poder público e a Igreja Católica no que concerne à primazia sobre o ensino elementar, tomaram a iniciativa, nas matas do Rio Grande do Sul, de difundir escolas paroquiais ou comunitárias.<sup>45</sup>

Inicialmente, haviam surgido nas áreas coloniais as escolas domésticas, onde alunos eram confiados a uma pessoa mais estudada e esclarecida, preferencialmente mais idosa ou incapaz de cultivar a terra, que ensinava noções de escrita, leitura e cálculo.<sup>46</sup> Eram escolas precárias e de caráter emergencial. O currículo bem como o tempo de duração do ensino elementar não eram uniformes, mas flexíveis. Para Arthur Blásio Rambo, aos professores de escolas dessa fase heróica, “deve-se creditar, sem dúvida, a memorável façanha de haverem salvo do naufrágio cultural os imigrantes de descendência germânica.”<sup>47</sup>

Entre os evangélicos e os católicos surgiram, posteriormente, escolas mantidas diretamente pelas comunidades. A vinda para a região de missionários das igrejas cristãs, católica e evangélica, que perdiam terreno nos países europeus frente ao Estado laico e liberal, que avocava para si o direito e a responsabilidade pela organização escolar, fez impulsionar as escolas comunitárias.<sup>48</sup> Defende Telmo Lauro Müller que, ao contrário da escola paroquial

---

<sup>44</sup> Nas comunas rurais do Reno, tanto católicos quanto protestantes constituíam suas escolas. “Cada comunidade erigia seu próprio prédio escolar, construía também uma moradia destinada ao professor e tinha, geralmente, uma porção de terra que pudesse ser explorada pelo mesmo. Com estas iniciativas diminuía o custo de manutenção. (...) o encargo financeiro da escola fundamental e do professor permaneceu como atribuição das comunidades locais ainda por quase todo o século XIX. A partir de 1897 o Estado da Prússia garantia um salário base para os professores destas localidades rurais que, no entanto, continuavam recebendo complementação da comunidade.” Kreutz (1991), op. cit. p. 42.

<sup>45</sup> Kreutz (1994), op. cit. p. 15-18.

<sup>46</sup> “Os primeiros professores que se ofereceram eram pessoas inválidas que não podiam trabalhar na roça. Como havia necessidade de remunerá-las, os colonos interessados na alfabetização de seus filhos rateavam as despesas comprometendo-se a pagar uma mensalidade que, às vezes, consistia em espécie. Esta foi a origem da associação escolar, instituição essa que mais tarde havia de imprimir um cunho característico à cultura teuto-brasileira.” Wilems, (1946), op. cit. p. 391.

<sup>47</sup> RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira: a Associação dos Professores e Escola Normal*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 7.

<sup>48</sup> Kreutz (2004), op. cit. p. 48.

católica, a escola evangélica particular não existia na Alemanha dos imigrantes, porque nas regiões onde predominava o luteranismo, a escola era pública. A escassez de educandários no RS é que teria forçado a criação de escolas desse tipo no novo meio.<sup>49</sup> Como se verá adiante, os pastores missionários enviados pelas sociedades evangélicas (principalmente a de Barmen) se preocuparam com a formação escolar e educacional dos filhos dos alemães da diáspora. Crianças sem escola ou enviadas para um colégio público sofreriam o abrasileiramento. Corriam o risco de serem perdidos para a causa da germanidade e do protestantismo. A maior parte da literatura referente ao tema atribui-lhes o nome de escolas paroquiais. Como, via de regra, eram mantidas sem o concurso do Estado e das igrejas – ainda que vinculadas às respectivas igrejas –, o termo “comunitárias”, talvez, lhes fosse mais apropriado.

Cada um dos educandários que se constituiu possuía sua sociedade escolar, que respondia pela infra-estrutura material e pela manutenção pedagógica e financeira do estabelecimento. Para fundar uma associação escolar, moradores de uma determinada picada promoviam uma reunião. Um deles, enquanto não se apresentasse um professor habilitado, poderia ensinar a criançada em sua própria casa. Outro doava o terreno para sediar a escola. Outros forneciam a madeira indispensável para a construção do prédio. Um carpinteiro comandava o trabalho, em mutirão, de levantamento das paredes do prédio. Em pouco tempo, e quase sem despesas, era erguido um edifício tosco e rude onde a petizada se reunia para receber a instrução primária. Estava, assim, instituída uma escola e criada uma associação escolar. A casa para o professor, os proventos do docente, a manutenção do prédio e a reposição do material escolar tinham que ser feitos a expensas da comunidade. “Os recursos todos tiveram que ser angariados, parte, por meio das contribuições mensais dos alunos, e das mensalidades dos socios das associações escolares e parte por donativos espontaneos de protectores generosos, por collectas realizadas de tempo em tempo e parte também pelos resultados obtidos com festas escolares etc. etc. (*sic*).”<sup>50</sup>

No que tange ao sistema escolar teuto-brasileiro, Egon Schaden<sup>51</sup> alerta que ele se constituiu de maneira deveras complexa e que a diferenciação interna dessa rede escolar quase

---

<sup>49</sup> MÜLLER, Telmo Lauro. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 67.

<sup>50</sup> Centro 25 de julho, op. cit. p. 51

<sup>51</sup> SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963. p. 65.



sempre tem sido escamoteada. Entre as chamadas “escolas alemãs”, ele distinguiu ao menos três tipos. Ao primeiro tipo corresponderiam as propriamente denominadas escolas alemãs (*Deutsche Schule*). Teriam surgido, quase sempre, em centros urbanos e seriam mantidas, em sua maioria, por sociedades escolares. Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Blumenau, Joinville, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, além de outras cidades, conheceram esses tipos de escolas. Elas eram laicas, geralmente de muito boa qualidade, sendo ali aceitos alunos de outras procedências étnicas. Conforme Kreutz, o currículo, além das exigências nacionais, era complementado com aspectos da cultura alemã.<sup>52</sup> Ao segundo tipo corresponderiam as escolas comunitárias ou coloniais das zonas rurais de fraca densidade demográfica. Ao terceiro tipo, ele denomina de escolas confessionais. Elas foram difundidas por congregações religiosas. Ainda que não fossem étnicas, possuíam características da tradição cultural alemã. Essas escolas, a exemplo das do primeiro tipo, eram destinadas à classe média.

Na realidade, os apologistas da colonização alemã têm tomado o segundo tipo para caracterizar e idealizar o conjunto do sistema escolar. É inegável que nos núcleos urbanos ou semi-urbanos, desenvolveram-se escolas maiores, destinadas principalmente aos filhos das famílias em ascensão social e econômica. E esses educandários, por serem de iniciativa particular ou ligadas a congregações religiosas, perderam um pouco de seu caráter comunitário. Não fazendo distinção entre os três tipos explicitados por Schaden, diferentes fontes indicam que nas décadas de 1920/30 havia na região de colonização alemã do RS mais de mil escolas comunitárias. “Praticamente não havia analfabetos nestas comunidades teuto-brasileiras quando a média nacional, em área rural, ainda passava de 80%.”<sup>53</sup>

Foi no RS que as escolas comunitárias encontraram condições mais apropriadas para se estruturar e se desenvolver. Em 1930, existiram no Brasil, ao todo, 1.345 desses educandários, 952 dos quais se localizavam em terras gaúchas, 297 em Santa Catarina, 34 no Paraná, 29 em São Paulo, 22 no Espírito Santo e os 11 restantes estavam espalhados em outros cinco estados da Federação. Na Argentina, em 1937, havia 203 “escolas alemãs” que atendiam a uma clientela de 13.442 alunos. No Chile, para uma população de 22 mil imigrantes alemães até o ano de 1917, havia 40 “escolas alemãs” onde estavam matriculados

---

<sup>52</sup> Kreutz (2004), op. cit. p. 49.

<sup>53</sup> Kreutz (1994), op. cit. p. 9.

3.426 estudantes.<sup>54</sup> Kreutz encontrou algumas semelhanças entre a organização escolar da imigração alemã do Chile e da Argentina com a do RS. Mas também destacou que as escolas apresentaram diferenciações, não só de país para país, mas dentro de próprio país, dependendo do tipo de alunado e da origem rural ou urbana dos educandários. Observou que no Chile elas não teriam sido comunitárias, mas laicas e confessionais. Já na Argentina, teriam criado uma rede de apoio semelhante à encontrada no RS. Mas lá os estabelecimentos educacionais de Buenos Aires e arredores seriam bastante distintos dos existentes nos assentamentos coloniais promovidos na Província de Entre-Rios e no Território de Misiones.

Não foram somente os alemães e descendentes que organizaram escolas comunitárias em solo gaúcho. A população de origem italiana e polonesa também vivenciou essa experiência. Para Kreutz, apesar de imigrantes de outras procedências aderirem ao esquema de professor e escola paroquial, essa adesão teria ocorrido devido à influência dos padres jesuítas, animadores do Projeto Católico Regional, e não em função de uma tradição anterior com a escola comunitária.<sup>55</sup>

Olívio Manfroi, em seu trabalho de referência sobre a colonização italiana no RS, destacou a falta de escolas e o pouco interesse dos colonos italianos pela instrução formal de seus filhos. Somente com a chegada de congregações religiosas não-italianas entre os colonos é que a instrução teria sido organizada. O objetivo das congregações seria a instrução cristã “sem a qual, em duas ou três gerações, essas populações estariam perdidas para a vida espiritual e a instrução profana para não deixar os colonos num estágio de inferioridade social, de funestas conseqüências na ordem temporal e espiritual.”<sup>56</sup> O fato de predominarem congregações religiosas não-italianas na região colonial italiana explicaria, inclusive, por que a escola ali não teria assumido a causa da italianidade.

Edmundo Gardolinski, ao pesquisar sobre a escola polono-brasileira, defendeu a tese de que ela se constituiu no instrumento mais eficaz de aculturação dos imigrantes poloneses. Para o autor, como não convinha que a aculturação se desse de chofre, a escola desempenhou importante papel no processo de transição:

---

<sup>54</sup> Dados coligidos em fontes diversas por: KREUTZ, Lúcio. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. *Estudos Leopoldenses* – Série Educação, São Leopoldo, n. 6, v. 4, 2000.

<sup>55</sup> Kreutz (1991), op cit. p. 10.

<sup>56</sup> MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 138.

O ritmo dessa aculturação teria de obedecer a uma dupla ordem de problemas: não seria razoável quebrar toda uma tradição de conhecimentos e de costumes, pois isso impediria que se estruturasse a comunidade, perdendo os valores que tradicionalmente vinham constituindo sua estrutura, sem que obtivesse nenhum outro que lhes suprisse a falta. Compreende-se bem quando se observa que a escola, para eficácia do aprendizado, deve ser até certo ponto um prolongamento e, mais do que isto, um aperfeiçoamento de valores, hábitos e mentalidades encontráveis, ainda que em germe, no núcleo familiar. Por esta razão é que nas escolas dos imigrantes, sobretudo daqueles de procedência não latina, era necessária a transmissão dos conhecimentos no idioma de seus pais. Por outro lado, as necessidades de comunicação do próprio meio exigiram igualmente que se desse cada vez maior ênfase ao estudo do português, e através desse idioma, se fosse inserindo o aluno na maneira de ver e compreender a cultura local. Com o tempo e segundo esse duplo aprendizado tornou-se perfeita a aculturação (...).<sup>57</sup>

Já para Rambo, a escola era “parte integrante da comunidade e se constituía num equipamento fundamental no conjunto da vida e da atividade comunal.”<sup>58</sup> A educação dos descendentes de imigrantes era um elemento-chave da organização colonial. O preparo da criança, que iniciava na família, tinha na escola o ponto alto. Era ali que se apreendia os deveres que cada um teria com a comunidade. Por exemplo, as famílias que não se comprometessem com o ensino elementar dos filhos e a manutenção do professor e da escola, recebiam uma sansão religiosa. Suas crianças ficavam impedidas de participar do importante rito da primeira eucaristia (católicos) ou da confirmação (evangélicos). O ensino, por tudo isso, envolvia conteúdos vinculados à realidade do aluno. Foi por isso que cartilhas escolares e manuais didáticos utilizados na Alemanha, aqui foram descartados. O projeto pedagógico e o material didático eram elaborados para atender à futura vida em comunidade dos alunos. Domínios fundamentais de escrita, leitura, das quatro operações matemáticas básicas e a preparação para a vida nas estruturas comunitárias compunham o núcleo central do ensino ministrado.

Também para Kreutz,<sup>59</sup> a escola teuto-brasileira se incluía num projeto de comunidade, coordenado pela igreja católica ou evangélica. Para o pesquisador, a partir de 1870, a Igreja Católica teria iniciado uma ampla estratégia para proteger os imigrantes e seus descendentes do liberalismo e do positivismo. Em função disso, toda uma rede de associações religiosas e culturais teria cercado e modelado a vida dessa população. No que diz respeito

---

<sup>57</sup> GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST: Caxias do Sul: UCS, 1976. p. 13.

<sup>58</sup> Rambo, op. cit. p. 95.

<sup>59</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 8.

especificamente às escolas das diversas localidades, elas não atuavam isolada e independentemente. Pelo contrário, ao menos a partir de 1900, todo o currículo e a metodologia pedagógica das escolas foram planejados e estruturados a partir das igrejas. Entre os católicos, as diretrizes gerais provinham das assembleias gerais dos professores que, por sua vez, refletiam orientações vindas dos Encontros Católicos, os *Katholikentage*. Entre os evangélicos, as diretrizes partiam do Sínodo Rio-grandense ou do Sínodo de Missouri e eram socializadas nos encontros de professores e por intermédio dos jornais das associações de professores. Embora houvesse algumas pequenas nuances de acordo com a orientação confessional das escolas, os grandes arranjos, no que tange à questão educacional, eram feitos entre as cúpulas eclesiásticas. Nesses colégios, a formação para a cidadania era um dos pontos nevrálgicos do currículo. Só que a educação para o exercício da cidadania se circunscrevia, basicamente, à atuação dentro da comunidade rural. Ali uma rede de associações e organizações existiram independente e autonomamente em relação ao Estado. Ou seja, os alunos eram preparados para o que aqui denominamos de ideal da comunidade cívica. A preocupação com os compromissos coletivos era muito valorizada.<sup>60</sup> Nesse sentido é que, nos dois anos iniciais, era dada maior ênfase ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, juntamente com o ensino da religião. A partir do terceiro ano, introduzia-se, gradualmente, o ensino das “coisas reais”, isto é, o conhecimento prático e necessário para a vida nas comunidades rurais. Entre eles, as contas de cabeça.<sup>61</sup>

Até o ano de 1850, os católicos haviam criado 10 escolas comunitárias e os evangélicos 14. Até esse mesmo ano, em toda a Província, havia somente 51 escolas públicas. Em 1875, as escolas comunitárias alemãs chegavam a 99, sendo 50 católicas e 49 evangélicas. Em 1900, o número de escolas comunitárias de língua alemã havia se elevado para 308 no RS, sendo 153 católicas e 155 evangélicas.<sup>62</sup>

A proliferação de escolas comunitárias e de professores pelos vales dos rios Sinos, Caí, Taquari, Pardo, Jacuí, pelo Planalto e pelo Alto Uruguai, exigiu a organização de uma unidade curricular, melhor preparação dos docentes e a estruturação de estratégias didático-pedagógicas. Para dar apoio a esse tipo de escola, que se inseria no projeto maior de construção de uma identidade teuto-brasileira, foi criada uma rede de apoio que contava com:

---

<sup>60</sup> Verband Deutscher Verein. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999. p. 470-71 e 488-89.

<sup>61</sup> Kreutz (2004), op. cit. p. 52.

<sup>62</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 26- 27.

a) Duas associações de professores teuto-brasileiros, sendo uma católica e a outra evangélica. Em 1898, por ocasião do primeiro Congresso de Católicos do Estado, que ocorreu na vila de Harmonia, no município de Montenegro, foi criado o *Deutsch-Katholischer Lehrerverein* (Associação dos Professores Católicos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul). Tinha por finalidade “a educação da juventude cristã, calcada nos princípios da Igreja Católica. Em particular, propõe-se fomentar a educação escolar, a preservação e o aperfeiçoamento das nossas escolas católicas paroquiais; a formação de um professorado eficiente e fiel aos seus deveres; a promoção dos interesses espirituais e materiais dos professores e a aquisição de material de ensino adequado.”<sup>63</sup> Contava, em 1936, com 20 seções regionais e 368 sócios. Em 1901, docentes pertencentes ao Sínodo Rio-grandense fundaram o *Deutsch-Evangelischer Lehrerverein* (Associação dos Professores Evangélicos Teuto-Brasileiros), cujo trabalho foi idêntico ao dos professores católicos. Em 1936, estavam nele inscritos 386 sócios.<sup>64</sup>

b) Jornais de Professores teuto-brasileiros. A questão escolar entre os teuto-descendentes foi registrada em quatro periódicos exclusivamente criados para essa finalidade. Inicialmente, os católicos contaram com o jornal/revista denominado *Mitteilungen*, que foi publicado entre 1900 e 1907. Depois, entre 1907 e 1939, existiu o jornal/revista mensal *Lehrerzeitung*. A *Allgemeine Lehrerzeitung*, que foi publicado entre 1901 e 1939, constitui-se no órgão oficial da Associação de Professores Teuto-brasileiros Evangélicos. Tinha o objetivo de promover a escola elementar teuto-brasileira evangélica e seus professores.<sup>65</sup> A revista especializada sobre o livro escolar, *Das Schulbuch, Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur in Brasilien*, que circulou entre 1917 e 1938, foi o órgão oficial dos professores ligados ao Sínodo Evangélico Luterano de Missouri.

c) Três Escolas Normais para a formação de professores para as comunidades da zona rural da população de descendência teuta, sendo uma católica e duas evangélicas. A Escola Normal dos católicos, criada em 1923 e vinculada à Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul, funcionou, até 1929, em Arroio do Meio, então distrito do município de Estrela. De 1930 até o seu fechamento, em 1939, esteve sediada em Hamburgo Velho e sob a tutela da Sociedade União Popular. Até 1935, havia formado 62 professores rurais. O instituto para a formação de professores ligado ao Sínodo de Missouri foi fundado em Bom Jesus, próximo a São Lourenço, em 1903. Fracassada essa iniciativa, o Sínodo

<sup>63</sup> Estatuto da Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul, aprovado em Bom Princípio, em 31 de março de 1902, na II Assembléia Geral da Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul.

<sup>64</sup> Centro 25 de Julho, op. cit. p. 56-57.

<sup>65</sup> MEYER, Dagmar. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000. p. 153-54.

Missouriano, anexo ao seu seminário de formação teológica, fez funcionar um curso de formação de professores. Até 1936, já tinha diplomado 17 alunos. O Sínodo Rio-Grandense fundou, em 1909, a sua escola normal. Inicialmente ela funcionou em Taquari, anexa ao Asilo Bella. De 1910 a 1926 funcionou na cidade de Santa Cruz, sendo, então, transferida para São Leopoldo. Depois da Segunda Guerra Mundial, a instituição foi transferida para Ivoti, local onde hoje ainda está em funcionamento. Inicialmente aceitava somente rapazes como alunos. O ingresso de moças foi autorizado com a transferência da escola para o vale do Sinos. Até 1936, 175 professores formaram-se nesse estabelecimento.<sup>66</sup>

d) Fundo de Aposentadoria e Pensão (*Ruhe und Hinterbliebene Gehaltskasse*), comum aos educadores teuto-brasileiros das três confissões religiosas e dos diversos estados do país onde havia escolas teuto-brasileiras.<sup>67</sup>

e) Realização de Assembléias de Professores. No caso da associação católica de professores, foram realizadas, durante os seus 40 anos de existência, 18 assembléias gerais ordinárias, sediadas em localidades diversas. Ocorriam também, em um número bastante elevado, assembléias ou conferências escolares regionais e locais, onde professores, vigários e militantes católicos de determinada circunscrição geográfica se reuniam para a discussão de algum tema. Também se realizavam preleções, quando professores melhor preparados, indicavam a colegas maneiras mais adequadas de lecionar algum conteúdo ou alguma matéria. Além disso, havia as reuniões locais ou paroquiais, que envolviam nas discussões professores, diretorias de escolas, membros da comunidade e o vigário ou o pastor.<sup>68</sup> Algumas dessas assembléias regionais podiam ter caráter interconfessional. Ocorriam, ainda, cursos e semanas de estudos regionais.

g) Produção de material didático: adaptados à realidade local, teriam sido produzidos um número superior a 150 manuais didáticos para serem utilizados exclusivamente nas escolas teuto-brasileiras.<sup>69</sup>

Nas zonas rurais, normalmente havia um professor rural por comunidade. O professor, embora recebesse salário, muitas vezes, era um colono, isto é, além da função docente,

---

<sup>66</sup> Rambo, op. cit. p. 122; Kreutz (2000), op. cit. p. 34; Willems, op.cit. p. 411; Centro 25 de Julho, op.cit. p. 56-57.

<sup>67</sup> KREUTZ, Lúcio. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. *Estudos Leopoldenses* – Série Educação, São Leopoldo, n. 6, v. 4, 2000. p. 34.

<sup>68</sup> Rambo, op. cit. p. 36.

<sup>69</sup> Kreutz (2000), op. cit. p. 34.

também trabalhava na lavoura.<sup>70</sup> Nem sempre os professores tinham o preparo adequado para o exercício do magistério. Somente as escolas ligadas às comunidades religiosas eram conduzidas por profissionais do ensino, com professores qualificados. Nas escolas comunitárias, o alemão era empregado como idioma de ensino e o português como disciplina integrante do currículo. Elas eram escolas de uma só classe onde um único professor atendia aos alunos das diferentes séries. Em 1900, o ensino elementar obrigatório foi fixado em quatro anos. A partir da década de 1920, foi aumentado para cinco anos. A alfabetização dava-se no idioma alemão. A língua portuguesa aparecia como matéria de ensino a partir do terceiro ano. O aprendizado da língua portuguesa era considerado importante para os filhos dos colonos. O conhecimento do vernáculo nacional facilitaria o contato com as autoridades do país e as relações comerciais com pessoas de outras origens étnicas.

Em 1908, uma estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio apontou a existência de 1.631 escolas em todo o estado do RS. 1.037 desses educandários estavam sob a responsabilidade do governo estadual; 158 estavam sob o controle de governos municipais e 436 eram particulares. No ano de 1922, haveria, ao todo, nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, 787 “escolas comunitárias alemãs”. 310 dessas escolas comunitárias, que atendiam a um público de 13.463 alunos, seriam católicas; 300, freqüentadas por 10.366 estudantes, seriam evangélicas do Sínodo Rio-Grandense; 65, onde haveria 1.979 alunos matriculados, seriam do Sínodo de Missouri; existiriam 112 escolas comunitárias independentes (a maior parte delas criadas por comunidades evangélicas, freqüentadas por alunos protestantes e dirigidas por pregadores protestantes, mas não filiadas a nenhum dos dois sínodos) onde estudavam 3.426 crianças.<sup>71</sup>

Em 1932, 1.062 professores exerciam suas atividades docentes em escolas comunitárias “alemãs” do Estado. 588 deles em escolas evangélicas; 401 em escolas católicas e 73 em estabelecimentos de ensino misto. 65 por cento desses professores não tinham cursado a Escola Normal. Dos cerca de 400 que o haviam feito, a metade se titulara na Alemanha e a outra metade nos dois *Lehrerseminaren* existentes no território gaúcho. Entre os evangélicos havia maior percentual de professores formados na Alemanha. Em 1935, haveria no Estado 590 professores paroquiais evangélicos. Dois anos depois, o número de

---

<sup>70</sup> “Nas escolas rurais predominava o professor, leigo e improvisado, o qual havia de dividir seu tempo entre o amanho de suas roças, as aulas e outros misteres de que a comunidade talvez o incumbisse.” Cfe, Willems (1946), op.cit. p. 392.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 406-07.

professores paroquiais católicos teria chegado a 438. No mesmo ano de 1935, existiriam 1.041 escolas comunitárias no RS, sendo 429 católicas, 570 evangélicas e 42 mistas, assim distribuídas pelas regiões coloniais do Estado:<sup>72</sup>

Tabela 6: Quadro estatístico das Escolas Particulares do Rio Grande do Sul em 1935.

<b>Zonas</b>	<b>Católicas</b>		<b>Evangélicas</b>		<b>Mistas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Escolas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Escolas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Escolas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Escolas</b>	<b>Alunos</b>
<b>I – Antiga</b>	142	5.032	144	6.327	09	279	<b>295</b>	<b>11.638</b>
<b>II – Média</b>	236	8.173	146	6.564	16	569	<b>398</b>	<b>15.306</b>
<b>III – Nova</b>	192	7.015	139	5.957	17	669	<b>348</b>	<b>13.641</b>
<b>Total</b>	<b>570</b>	<b>20.220</b>	<b>429</b>	<b>18.848</b>	<b>42</b>	<b>1.517</b>	<b>1.041</b>	<b>40.585</b>

Fonte: Arbeitsgemeinschaft 25. Juli. *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Verlag Rotermund & Co., 1936. p. 56.

Para compreensão da tabela acima, convém esclarecer as convenções utilizadas pelo Centro 25 de Julho. A Zona Colonial Antiga compreendia então os municípios de São Leopoldo, Santo Antônio, Taquara, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, e Montenegro. A Zona Média correspondia aos municípios de Estrela, Taquari, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, São Lourenço, Pelotas e Rio Grande. A Zona das Colônias Novas era constituída pelas colônias estabelecidas após 1890, que estavam situadas nas municipalidades de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Cruz Alta, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Soledade, Carazinho, Santa Rosa e Getúlio Vargas.

Estimando o número de alemães e descendentes à época em 500 mil no RS, pode-se projetar que havia então uma escola teuto-brasileira para 480 habitantes, e um aluno em 12,3 habitantes. Na mesma época estavam em funcionamento no RS 850 escolas estaduais, freqüentadas por 57.058 alunos e 2.211 escolas municipais, que atendiam a uma clientela formada por 62.120 alunos. Partindo do pressuposto de que a população do Estado era de 3 milhões de habitantes, ter-se-ia uma escola pública para 980 habitantes e um aluno em 25 habitantes.

<sup>72</sup> Der Auslandsdeutsche, apud Kreutz (1991), op. cit. p. 150.



A taxa de analfabetismo, segundo a mesma fonte, seria mais baixa nas regiões de colonização alemã do que nas zonas não-coloniais do Estado. A tabela a seguir foi montada a partir da instrução dos noivos que se habilitavam ao casamento em diversos municípios no ano de 1934.

Tabela 7: Taxa de analfabetismo calculada a partir da escolaridade dos nubentes – ano 1934.

<b>Municípios da Região Colonial Alemã</b>	<b>Municípios Urbanos</b>	<b>Municípios de Campo</b>	<b>Municípios da Serra</b>
<b>% Analf.</b>	<b>% Analf.</b>	<b>% Analf.</b>	<b>% Analf.</b>
<b>Novo Hamburgo</b> <b>4</b>	Santa Maria      21	Gravataí      31	<b>Bom Jesus</b> <b>44</b>
<b>Estrela</b> <b>3</b>	Porto Alegre      7	Lavras      39	<b>Júlio de Castilhos</b> <b>23</b>
<b>Taquara</b> <b>13</b>	Bagé      21	Arroio Grande      29	<b>Tupãciretan</b> <b>25</b>
<b>Santa Cruz</b> <b>8</b>	Pelotas      11	Dom Pedrito      29	<b>Passo Fundo</b> <b>17</b>
<b>São Leopoldo</b> <b>5</b>	Uruguaiana      10	Santo Amaro      30	<b>Cima da Serra</b> <b>22</b>
<b>Venâncio Aires</b> <b>9</b>	Rio Grande      13	Caçapava      27	<b>Boqueirão</b> <b>30</b>
<b>São Lourenço</b> <b>9</b>		Viamão      42	<b>Palmeira</b> <b>40</b>
<b>Montenegro</b> <b>7</b>		Livramento      20	<b>Vacaria</b> <b>33</b>
<b>São Sebastião</b> <b>5</b>		Herval      16	<b>Lagoa Vermelha</b> <b>34</b>
<b>Lajeado</b> <b>8</b>		Encruzilhada      40	<b>Soledade</b> <b>36</b>
<b>Média</b> <b>7,1</b>	<b>Média</b> <b>13,8</b>	<b>Média</b> <b>31,2</b>	<b>Média</b> <b>30,4</b>

Fonte: Arbeitsgemeinschaft 25. juli, op. cit. p. 58.

De acordo com a estatística apresentada, a taxa de analfabetismo dos noivos nos então considerados municípios urbanos era quase o dobro do que a apresentada pelos municípios de colonização predominantemente de população de descendência alemã. No que diz respeito aos municípios considerados como sendo de Campo ou da Serra, as taxas de analfabetismo dos noivos mais do que quadruplicavam quando comparados com aqueles das áreas coloniais alemãs.

Tomando como parâmetro os dados existentes para Santa Cruz do Sul no ano de 1937, apurou-se que 72 por cento da população em idade escolar se encontrava matriculada nos colégios existentes no município. A taxa de analfabetismo reconhecida pela Prefeitura Municipal era então estimada em 30 por cento. Na maior parte das escolas, principalmente aquelas localizadas mais para o interior, os alunos permaneciam, ainda, sendo alfabetizados em alemão. Já na cidade, a iniciação às primeiras letras normalmente era feita em duas línguas: português e alemão. No final de 1937, Santa

Cruz contava com 139 escolas Dessas, 126 eram particulares, sendo as 13 restantes públicas, mantidas e geridas pelo Estado. Como é possível observar na TABELA 8, nenhuma escola municipal estava então em funcionamento.

Tabela 8: Tipos de Escolas, número de matriculados e de professores existentes em Santa Cruz no ano de 1937.

Nº de Escolas	Classificação das Escolas	Matrícula		Frequência		Nº Prof.	
		M	F	M	F	M	F
1	Colégio Elementar Estadual	274	322	189	232	1	19
9	Aulas Públicas Estaduais Isoladas	151	144	123	112	1	8
3	Aulas Contratadas Estaduais	64	55	51	43	1	2
13	Aulas Part. Subvencionadas p/ Gov. Federal	183	177	138	140	1	12
1	Aula Noturna	35	7	25	3	-	1
77	Aulas Part. Subvencionadas p/ município	1.412	1.153	1.163	940	62	15
29	Aulas Particulares sem Subvenção	428	407	347	333	27	2
3	Colégios Particulares Urbanos	499	392	448	355	23	14
3	Jardins de Infância	114	119	82	95	-	6
<b>139</b>		<b>3.160</b>	<b>2.776</b>	<b>2.566</b>	<b>2.253</b>	<b>116</b>	<b>79</b>

Fonte: Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Tte. Cel. Oscar R. Jost- Exercício de 1937. Santa Cruz, Typ. Lamberts & Riedl. p. 5-9.

Os 13 estabelecimentos públicos mantidos pelo Estado atendiam a somente 17 por cento dos alunos matriculados. Cabia às demais 126 escolas particulares existentes atender aos outros 83 por cento da clientela. Desses educandários, 119 situavam-se na zona rural, nas sedes dos distritos, nas linhas e picadas. Ali, professores pagos pelas próprias comunidades desdobravam-se para atender a um número variado de alunos em salas de aula multisseriadas. A qualidade do ensino ministrado normalmente deixava a desejar. O fato era notadamente grave nas pequenas escolas do interior, onde professores não habilitados e mal remunerados exerciam a função docente. Parcela significativa dos professores das escolas particulares recebia uma subvenção do governo federal ou municipal. Conforme Kipper, essa subvenção correspondia a cerca

de 20 por cento do salário dos professores.<sup>73</sup> Para se habilitar ao recebimento desse *plus* salarial, o docente necessitava obter aprovação em provas especificamente elaboradas para esse fim.

A TABELA 8 deixa claro também que professores do sexo masculino predominavam nas escolas particulares rurais. Já nas escolas estaduais, o número de professoras superava em muito o de professores.

O professor, nas comunidades coloniais, não se restringia à função de alfabetizador. Sua missão, em tese, era bem mais abrangente. Afirma Arthur Rambo que, ao lado do vigário e do pastor, era a personalidade mais importante de uma comunidade. Nas comunidades filiais das paróquias, onde a presença do padre ou do pastor era esporádica, sua liderança era ainda maior. “Além do papel de mestre-escola, cabia-lhe a responsabilidade de antepor-se à comunidade como exemplo das virtudes cristãs, humanas e cívicas, como baliza referencial para os adultos, como esteio moral para os desorientados e como orientador da juventude.”<sup>74</sup> Portanto, além de se dedicar ao magistério, esperava-se também do professor o exercício de uma variedade de funções sociais na comunidade em que atuava. Deveria ser uma espécie de liderança em torno da qual giraria a vida cultural, religiosa e associativa da localidade. O bispo da diocese de Santa Cruz do Sul, Dom Alberto Etges, qualificou o professor paroquial católico do passado “como um homem preparado e polivalente para o exercício do seu mister que era: ser professor e educador, catequista, diretor do culto dominical, organista, regente do coral, orientador e animador da comunidade, conselheiro do povo, colaborador do clero (na ausência do padre oficiava exéquias e assistia moribundos), pessoa de confiança das autoridades, promotor das entidades sócio-culturais de inspiração católica (*Volkverein*, cooperativas, caixas rurais, congressos católicos), correspondente e articulista de jornais e revistas.”<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p. 28.

<sup>74</sup> Rambo, op. cit. p. 71. Kreutz (1991), p. 101, a propósito disso acrescenta que “em decorrência de suas funções e de sua responsabilidade o professor paroquial deveria evitar atitudes e locais considerados vulgares, assim como a freqüência aos bares e bebidas. Deveria ser um grande exemplo de vida cristã na Igreja, na família e na sociedade.”

<sup>75</sup> ETGES, Alberto. *Der Pfarrschullehrer. Skt. Paulusblatt*. Porto Alegre: Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, Ano 60, n. 10, out. 1977, p. 61.

Nas escolas protestantes, o pastor, em conjunto com a sua função religiosa, desempenhava normalmente também o papel de professor. Roche informa que em 1903, de 35 pastores rurais, 29 eram ao mesmo tempo mestres da escola ligada à paróquia.<sup>76</sup>

Para a educação pós-escolar dos adolescentes e para dotar ou manter os equipamentos de uma comunidade, também era esperada a participação e a colaboração do professor paroquial. Era normalmente sobre seus ombros que recaía o compromisso de estruturar um grupo de teatro e de encenar uma peça artística; de montar e reger um coral; a seu cargo ficava a catequese dos adolescentes, preparando-os para a primeira comunhão e a confirmação; muitas vezes apresentava os rapazes ao quartel ou ao tiro de guerra; intermediava os interesses da comunidade com as autoridades públicas; elaborava documentos; cabia-lhe zelar e fazer o registro dos livros de caixa do conselho escolar e paroquial e, não raro, das associações da localidade; aconselhava as pessoas em questões as mais diversas. O prestígio do professor comunitário, como apontou Willems,<sup>77</sup> não provinha diretamente de suas atividades educacionais, mas do fato de muitas vezes ser a única pessoa da localidade capaz de ler, escrever e interpretar os documentos públicos.

Apesar de imprescindível, na prática o professor rural nem sempre desfrutou do prestígio que a função, em tese, lhe atribuía. Willems<sup>78</sup> e Roche<sup>79</sup> registraram que os salários pagos aos mestres-escola muitas vezes deixavam a desejar. O professor paroquial Jacob Arns também legou apontamentos que deixam patente que a insegurança econômica do docente era uma constante:

o salário de professor, já em si precário, é marcado por grande instabilidade. Há, com freqüência, pais que não pagam suas mensalidades: alguns porque não têm condições; outros pagam com algum dia de trabalho; outros, ainda, apostando no parentesco e na amizade, retardam ou “esquecem” o pagamento, já que não era índole dos professores fazerem cobranças aos pais ou dispensar tratamento diferenciado aos alunos, pelo fato de aqueles não estarem em dia com suas contribuições. O exercício do magistério não é visto como um trabalho assalariado qualquer, mas como serviço à comunidade, e esse compromisso deveria ser honrado independentemente do dinheiro que entrava.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Roche, op. cit. p. 665.

<sup>77</sup> Willems (1946), op. cit. p. 396.

<sup>78</sup> Ibidem. p. 394 et seq.

<sup>79</sup> Roche, op. cit. p. 670.

<sup>80</sup> SILVA, Walburga Arns (Org.). *Saga de uma família teuto-brasileira*; Lehrer Arns, registros e vida de um professor de colônia. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.

Como os proventos muitas vezes eram baixos e diferenciados entre si, muitos precisavam complementar sua renda com o trabalho agrícola e a criação de animais nas terras que a comunidade escolar lhes disponibilizava. No seu relatório de 1913, o intendente de Venâncio Aires, João Luiz Ferreira de Brito, lamentou o grande número de escolas particulares existentes no município que governava. Para o intendente, o maior número de aulas particulares que públicas evidenciava o interesse que os colonos tinham pela instrução de seus filhos. Lamentava, contudo, o baixo nível do ensino ministrado e a utilização do idioma alemão nas mesmas:

(...) apesar do grande sacrifício que fazem, o resultado que colhem é diminuto, pois com o insignificante ordenado que podem pagar é impossível conseguirem professores com o preparo necessário. Na maior parte das escolas particulares, esse é o maior mal, não é ensinada a língua vernácula, não porque os colonos não queiram que os filhos aprendam, mas pela falta de professores que o possam fazer.<sup>81</sup>

A permanência do professor em uma determinada comunidade nem sempre foi grande. Comparativamente ao pastor, sua influência sobre os colonos sempre foi bem menor. Lendo as memórias do professor rural Roberto Stertz Filho<sup>82</sup>, percebe-se quanto era instável a vida de um professor paroquial. Às vezes ele era vítima de dissidências entre colonos; outras vezes, da inveja dos moradores que achavam que estava ganhando demais; outras tantas, bastava se desentender com o padre ou com o pastor que atendia a localidade para se ver sob maus lençóis. Jogete dos caprichos de uma comunidade, podia ser contratado ou dispensado a seu bel-prazer. Se algumas vezes sequer podia exigir a frequência dos alunos às aulas, como exigir garantias de estabilidade? Como afirma Schaden:

O maior ou menor êxito de seu trabalho dependia do prestígio que lhe proporcionassem a sua personalidade e, em grau menor, a eficiência demonstrada não somente no ensino, como também no desempenho das demais funções ligadas ao cargo.<sup>83</sup>

Portanto, os professores paroquiais normalmente trabalhavam em condições precárias. E, embora muitas vezes exercessem grande influência na vida coletiva da comunidade, estavam sujeitos às arbitrariedades de pais de alunos.

<sup>81</sup> Relatório apresentado pelo intendente de Venâncio Aires ao Conselho Municipal, em reunião ordinária de 28 de setembro de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphics de A Federação, 1914. p. 9.

<sup>82</sup> SERTZ FILHO, Roberto. *Memórias de um professor rural*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

<sup>83</sup> Schaden, op. cit. p. 68.

Embora as ações promovidas pelas associações de professores tenham colaborado para a melhoria do ensino das escolas comunitárias, não se pode negar que o ensino ministrado no meio rural deixava a desejar. Esse é um fato muitas vezes escamoteado pelos que fazem a apologia da imigração e colonização alemã. Não obstante isso, as escolas comunitárias vinham se desenvolvendo como uma instituição característica da chamada cultura teuto-brasileira. Sua evolução, entretanto, foi barrada. Para uns, elas eram agentes da propaganda nazista; para outros, agentes de defesa da cultura alemã e antiassimilacionistas.

A criação e manutenção de escolas comunitárias teuto-brasileiras inicialmente foi aplaudida e incentivada pelas autoridades governamentais. Posteriormente, os colégios existentes passaram a ser tolerados. Por fim, esses educandários foram terminantemente combatidos. Tiveram, por isso mesmo, de enfrentar a concorrência das escolas públicas. Receberam um golpe mortal quando da questão da nacionalização do ensino encetada pelo Estado Novo. O Estado, visando à nacionalização do ensino, atuou em duas frentes: de um lado, criava escolas públicas em locais em que já existiam as paroquiais<sup>84</sup>; de outro lado, criou empecilhos legais para inibir a continuidade das escolas paroquiais. Em 1938 e 1939, leis e decretos de nacionalização, que disciplinavam a licença de professor, o uso de material didático e que culminou na interdição do uso da língua alemã, puseram fim ao funcionamento das escolas comunitárias teuto-brasileiras. Com isso, boa parte da documentação e do material didático dessas escolas foram destruídos. Os estabelecimentos educacionais ligados ao Sínodo Rio-grandense foram os que mais sentiram a ação fiscalizadora, sobretudo aquelas que possuíam na direção professores vindos da Alemanha.

O grande efeito negativo que teve a nacionalização forçada sobre as comunidades rurais não foi interditar o uso do idioma alemão no ensino, mas foi o de privar muitas das comunidades do seu professor paroquial. Ou, como prefere Rambo, “baniu delas o líder, o conselheiro, o modelo, o ponto de referência, a garantia, enfim, de que a vida comunitária pudesse andar em curso normal e sob todos os aspectos.”<sup>85</sup> As professoras públicas, que em boa medida substituíram os professores paroquiais, não tinham o mesmo compromisso com as

---

<sup>84</sup> Na maioria das vezes as escolas municipais criadas passaram a ocupar o espaço físico e os recursos materiais das escolas comunitárias. No município de Santa Cruz, ao qual foi feita alusão acima, entre 1939 e meados de 1945 a prefeitura criou nada menos do que 77 escolas municipais. No mesmo período, a rede estadual foi duplicada no município. Cfe. Kipper, op. cit. p. 30.

<sup>85</sup> Rambo, op.cit. p. 201.

comunidades. Como normalmente eram de fora, também muitas vezes não contavam com a confiança dos pais, alunos e da comunidade. Em algumas comunidades eram consideradas ineficientes; em outras, houve o temor de que pudessem ser deladoras de pessoas da localidade que se comunicassem no idioma alemão; em outras, ainda, tinham que enfrentar o sentimento de ressentimento pelo fechamento da escola da comunidade ou pelo afastamento de um professor muito prezado. No dizer de Schaden, “professores teuto-brasileiros (ou mesmo alemães) experientes, conhecedores dos problemas da vida rural, da situação local e sobretudo da índole da população, desfrutavam a confiança dos pais dos alunos e, na regência da escola oficial, obtinham em média resultados mais satisfatórios (mesmo no tocante à assimilação) do que a jovem e inexperiente professora que vinha da cidade, inteiramente alheia aos problemas das áreas coloniais”.<sup>86</sup>

O professor Friehold Altmann, em sua autobiografia, representou o ofício de professor em escolas evangélicas como algo pertinente aos homens. No que tange à modificação ocorrida no ensino a partir da nacionalização compulsória, destacou que:

Os professores homens, contratados pelas comunidades, assimilados a elas, servindo como lideranças em tantas áreas, eram substituídos por professoras. Estas moças, sem dúvida, tinham os melhores propósitos, mas não conheciam muitas vezes as condições e situações do ambiente e das famílias de seus alunos. Limitavam-se a dar aulas. Faltava-lhes a liderança que os antigos professores haviam tido. Muitas vezes não sabiam falar alemão, fato que lhes dificultava as relações com as mães, principalmente.<sup>87</sup>

Uma outra dificuldade enfrentada dizia respeito à ambientação das professoras – vale realçar que são mulheres que em boa parte passam a substituir os homens enquanto docentes – ao meio rural. Afirma a respeito Carlos de Souza Moraes que:

(...) nem é possível ignorar que os óbices de manter o educador público no interior, pelas dificuldades de acomodação no meio, face aos problemas de alimentação, higiene e costumes, foi um dos fatores do surgimento das escolas particulares, que teve papel tão saliente no desenvolvimento educacional de inúmeras gerações de descendentes. O professor público, desconhecendo em regra a língua alemã e inconformado com o ambiente, abandonava seguidamente a escola.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Schaden, op. cit. p. 75.

<sup>87</sup> ALTMANN, Friehold. *A roda*. Memórias de um professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991. p. 101.

<sup>88</sup> Moraes, op. cit. p. 119.

Angélica Mello, ao estudar o impacto da Campanha de Nacionalização sobre a educação, particularmente sobre as escolas paroquiais do município de Santa Cruz do Sul, afirmou que:

Além da desarticulação do sistema educacional comunitário que perdeu a qualidade pela maneira abrupta com que foram introduzidos os novos professores e a língua portuguesa, houve a destruição generalizada da memória histórica escrita, a privação do papel do líder comunitário na figura do professor, em consequência do clima de tensão que se criou e do medo, muitos jovens foram levados a negar sua própria identidade e criou-se um ambiente anti-escola e anti-aprendizagem.<sup>89</sup>

Assim, de uma forma mais acelerada em algumas localidades do que em outras, as funções sociais desempenhadas pelo professor paroquial na comunidade foram deixadas de lado. A participação dos pais no processo educacional de seus filhos igualmente foi abandonada. Assim, o Estado de forma quase abrupta passou a substituir a comunidade no financiamento, na gestão e na condução do ensino elementar. Como vimos, essa tensão entre Estado e Igreja no campo educacional não constituía uma novidade para os imigrantes. Ela tinha vindo na bagagem e na herança cultural dos imigrantes e agora vitimava seus descendentes. A nacionalização do ensino e todo o ambiente hostil enfrentado pelos teutos e descendentes no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente depois que o Brasil decretou guerra aos países do Eixo, certamente provocaram uma queda no sentimento de confiança entre os descendentes de imigrantes alemães que viviam no RS.

Participando das Assembléias Gerais das associações de professores (houve 18 ordinárias somente de católicos realizadas em localidades diversas), tomando parte das assembléias regionais das Associações de professores, fazendo a defesa dos seus interesses econômicos e profissionais, compondo as diretorias das seções regionais, lendo jornais, exercendo o papel de líder dentro das comunidades e participando de discussões as mais diferentes, os professores foram se politizando e tomando consciência da sua função cívica. No que tange aos moradores das comunidades rurais, na medida em que faziam parte da diretoria, do conselho fiscal, ou pelo simples fato de estarem associados a uma sociedade escolar, quando participavam das assembléias da associação mantenedora, precisavam opinar, tomar posição e votar. Estavam e deliberavam entre iguais. Praticamente todos eram pequenos

---

<sup>89</sup> MELLO, Angélica Maria Ruiz. *Efeitos subjetivos da campanha de nacionalização de Getúlio Vargas sobre os descendentes de imigrantes alemães na região de Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Maria: UFSM, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação). p. 95.



proprietários, raramente havendo alguém que tivesse de se submeter a outrem por ser empregado ou lhe dever favor. E, embora pudesse haver um comerciante, um artífice ou um agricultor com mais posses, o voto de cada um deles tinha o mesmo peso. Todos tinham o compromisso de zelar pelo funcionamento da escola<sup>90</sup> e também de opinar sobre ela. Cabi-lhes, ainda, a função de controlar a atuação do professor enquanto profissional e líder da comunidade.

Como foi tentado demonstrar, uma instituição típica dos imigrantes e de seus descendentes foi desbaratada antes que tivesse se fixado definitivamente. Embora após o término do Estado Novo tivessem havido tentativas de restabelecer a rede de escolas comunitárias, o projeto já não tinha mais espaço nem condições de ser retomado. Foi somente nos núcleos urbanos que educandários confessionais tiveram condições de se manter. O tipo de escola comunitária, no entanto, deixou um interessante embrião. As Universidades comunitárias hoje espalhadas pelas áreas coloniais do RS são, em larga medida, tributárias da experiência das escolas comunitárias surgidas no século XIX entre os imigrantes alemães e de seus descendentes.

### **3.2.2 As associações religiosas**

Paralelamente às sociedades escolares, constituíram-se também as comunidades religiosas nas áreas de colonização alemã do RS. Estas últimas eram imprescindíveis para a intensificação da vivência cristã. Mas a motivação religiosa era também mais uma oportunidade para agregar as pessoas. A edificação da capela exigia a cooperação de todos, resultando numa obra material, símbolo-testemunho da vontade comum. O templo passava a ser não somente o local de celebrações religiosas, mas também um local de encontro. Ali, aos domingos pela manhã, antes e após a missa ou o culto, os habitantes da localidade aproveitavam para conversar sobre preços de produtos agrícolas, inovações tecnológicas na agricultura e na criação de animais e sobre ocorrências diversas havidas na comunidade ou em localidades vizinhas. Nos dias de atividades religiosas, os membros da comunidade

---

<sup>90</sup> Algumas poucas escolas urbanas podem ter recebido subsídios, professores comissionados e material didático da Alemanha. Mas essa não foi a realidade da esmagadora maioria das escolas comunitárias. Com o passar do tempo, os professores de muitas das escolas rurais passaram a receber uma subvenção salarial do governo municipal ou do governo estadual.

colocavam em dia as novidades. O templo, paulatinamente, começava a se constituir em ponto de referência e identificação da comunidade.<sup>91</sup>

É sobretudo a partir de 1870 que as Igrejas, tanto católicas quanto evangélicas, passam a registrar um “surto extraordinário de organização, crescimento e presença no cenário religioso, político-social e educacional da Província.”<sup>92</sup> Esse revigoramento do cristianismo nas colônias alemãs do RS está ligado a cinco fatores principais. O primeiro deles umbilicalmente ligado com a influência provocada pelo movimento de Restauração Católica e o Movimento de Reavivamento Evangélico ocorridos na Europa. Como já mencionado, a Restauração Católica teve enormes repercussões na região do Hunsrück, local de onde provinham a maior parte dos imigrantes alemães católicos que escolheram a Província de São Pedro como local de destino. Já os protestantes passaram, durante o século XIX, pelo Movimento de Reavivamento, que atingiu uma grande região da Alemanha, sendo particularmente intenso na Renânia e na Westfália. O segundo fator diz respeito às seqüelas provocadas no clero alemão, especialmente entre a ordem dos jesuítas, a *Aufklaerung*. Em 1872, muitos dos clérigos que haviam sido forçados a deixar a Alemanha por determinação de Bismarck, vieram exercer seu trabalho pastoral e missionário entre os teutos e descendentes do RS. Dentre eles, havia religiosos dos mais preparados e experimentados. O terceiro fator está relacionado com a solicitação e o posterior envio de missionários protestantes alemães para atuarem nas comunidades de teutos e descendentes da Província. Com a chegada de pastores formados, as comunidades, a princípio autônomas e isoladas, passaram a ter uma organização mais centralizada, com a fundação, em 1886, do Sínodo Rio-grandense. O quarto fator diz respeito ao avanço das idéias liberais e depois também da ideologia positivista no RS. Procurando reagir contra a penetração dessas ideologias entre a população de origem germânica é que padres católicos e pastores evangélicos partiram para uma ofensiva religiosa. Se entre os católicos alguns padres jesuítas se destacaram nesse trabalho, entre os luteranos coube ao pastor Wilhelm Rotermund papel principal. O quinto fator se refere à chegada, no início do século XX, de missionários luteranos norte-americanos, mais precisamente do Sínodo de Missouri, ao RS. Atuando inicialmente em comunidades formadas por habitantes majoritariamente de origem alemã pouco assistidas pelos luteranos do Sínodo Rio-grandense,

---

<sup>91</sup> Silva, op. cit. p. 38.

<sup>92</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 62. Registre-se que esse movimento de crescimento religioso não se deu somente entre a população de ascendência alemã, mas ocorreu também entre italianos e poloneses do Estado.

passaram a competir pela organização e influência dos fiéis luteranos. Em 1904, fundam o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil.

### 3.2.2.1 Católicas

O catolicismo dos imigrantes, como destaca Martin Dreher, diferia bastante daquele praticado no Brasil. Historicamente, o catolicismo brasileiro havia-se constituído com o combate aos mouros e absorvido uma série de tradições ibéricas, de cristãos-novos, de escravos africanos e de indígenas. Durante o período colonial, e mesmo após a independência, na época do Império, “a religião sofreu a influência perniciosa do regalismo e burocracia do Estado.”<sup>93</sup> Prevalencia, conforme Hans Jürgen Prien, “uma religiosidade exterior, quase folclórica, que se manifestava em procissões, desfiles de confrarias, espetáculos pirotécnicos, novenas e festejos eclesiásticos, ou tratava-se de um catolicismo meramente nominal, sem qualquer participação na vida sacramental (penitência e eucaristia).”<sup>94</sup>

A ligação direta da Igreja era com o Estado, com o Império brasileiro, e não com Roma. A edificação dos prédios das igrejas matrizes – que se constituíam em sedes paroquiais e passavam a ser a referência política e religiosa das Freguesias – e o provento dos clérigos era atribuição do Estado. Adotando as disposições tridentinas, no Brasil, tanto no período colonial como na maior parte do Império, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos somente tinham validade se realizados por autoridade religiosa paroquial. Nos núcleos urbanos, nas associações religiosas, denominadas de Irmandades, construíam suas capelas. Nas áreas rurais, grandes proprietários de terras e de escravos mantinham em seu poder seu próprio templo.

Dessa forma, no RS, “nas áreas de fazendas e de estâncias, as igrejas foram construídas pelos latifundiários. Eles as mantinham. Os lavradores e peões eram convidados para as missas e atividades nas igrejas. Nada faziam, porém, para sua construção e

---

<sup>93</sup> BALÉN, João Maria et al. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 2. O Rio Grande antigo. Canoas: Ed. Regional Ltda. 1956. p. 13.

<sup>94</sup> PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001. p. 86-87.

manutenção. Muito menos opinavam quando de sua construção. Eram passivos. Igreja não era local de socialização. Era simplesmente lugar de culto.”<sup>95</sup> Já nas áreas coloniais, pelo contrário, a construção da capela ou da igreja era sempre de iniciativa dos próprios fiéis que elegiam diretorias e comissões construtoras. “Além da contribuição pecuniária distribuída segundo os haveres, este deu uma árvore de cerne para o madeiramento, aquele forneceu as pedras para o fundamento, o terceiro trabalhou dez dias gratuitos como ajudante de pedreiro, o quarto doou um vitral para as janelas, o quinto é padrinho do sino, o sexto – toda a população ajudou com dinheiro, donativos, trabalho voluntário para a sua igreja, na qual, ao entrar, a saúdam as boas obras próprias e dos antepassados.”<sup>96</sup> Nas áreas coloniais, Igrejas e capelas não tinham somente função cültica. Constituíam-se em centros da vida social e cultural, pois o templo, juntamente com o cemitério, a escola, o salão de festas e o campo esportivo formavam um conjunto.

Do lado dos católicos, foram os jesuítas que iniciaram e coordenaram o projeto católico de Restauração no RS. Os três primeiros jesuítas de língua alemã vieram em 1849. Contudo, foi somente a partir de 1872 que chegaram em maior número e que seu trabalho tomou maior consistência. Oriundos de um ambiente eclesiástico rigidamente organizado, eles transplantaram, quase que automaticamente, o quadro público de vida religiosa para o Sul do Brasil. Receberam, com o passar do tempo, a colaboração de religiosos de outras congregações. Trabalharam com grandes privações, não recebendo remuneração do Estado. Ao lado do rigor religioso, “motivaram os colonos a construírem igrejas, escolas e cemitérios, sem esperar por subvenções governamentais. Assim foram construídas, até o início do século XX, centenas de capelas e igrejas, e as crianças foram alfabetizadas.”<sup>97</sup> Ao lado das comunidades religiosas, a imprensa, o associativismo e a escola paroquial constituíram a base de sustentação do seu projeto de organização comunitária de vida.

Como afirmado anteriormente, no RS os padres jesuítas procuraram recriar e adaptar algumas experiências que haviam sido bem sucedidas na Europa, particularmente na região do Hunsrück, na Renânia, área localizada no atual Rheinland Pfalz. Dessa área, localizada no Sudoeste da Alemanha, eram procedentes a maioria dos imigrantes teutos católicos do RS. Nessa região montanhosa, em que predominavam as pequenas explorações familiares

---

<sup>95</sup> DREHER, Martin. Os imigrantes alemães e a religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 60.

<sup>96</sup> Balén, op. cit. p. 39.

<sup>97</sup> Prien, op. cit. p. 87-88.

camponesas, havia se constituído, segundo Lúcio Kreutz, uma milenar tradição católica.<sup>98</sup> Durante as guerras napoleônicas resultantes da Revolução Francesa de 1789, o Hunsrück havia sido dominado pelos franceses, que secularizaram os bens do clero católico, ocasionando a desestruturação organizacional da Igreja. Além de perder a sua autonomia econômica e sua influência política, a Igreja também foi abalada por uma profunda crise espiritual e religiosa. Nesse ambiente, floresceram movimentos religiosos de renovação católica com características populares como o ultramontanismo, o romantismo e o catolicismo social.

O ultramontanismo objetivava colocar o papado no centro de todas as orientações e decisões dos cristãos católicos. Esse movimento provocou o isolamento da Igreja alemã do poder do Estado local e colocou-a em crescente dependência da autoridade de Roma, o que posteriormente ocasionou uma série de conflitos políticos com o Estado alemão que, na segunda metade do século XIX, finalmente obteve sua unificação. O romantismo alemão foi um movimento de idéias nitidamente conservadoras que se manifestaram entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Constituiu-se de um movimento que fez renascer a espiritualidade sendo, sobretudo, uma reação ao iluminismo e ao liberalismo, que mais ou menos à mesma época inspiraram transformações políticas, econômicas, sociais e mentais. Os românticos alemães sonhavam com a unidade perdida com o fim do Sacro-Império e clamavam por uma comunidade ideal, projetada pela imaginação, ora no futuro, ora no passado. Promoveram a glorificação do passado medieval e feudal dos povos alemães e a valorização do tradicional, do popular e do nacional.<sup>99</sup> O movimento da Restauração política e religiosa, após batidas as forças napoleônicas, atingiu praticamente todos os países da Europa. Contudo, foi na Alemanha e na Itália que teve maior expressão. Particularmente nas comunidades rurais do Hunsrück, a Restauração Católica encontrou solo fértil para colocar em prática os ideais conservadores. A Restauração Católica, valendo-se de princípios retrógrados, centralizadores, hierárquicos e autoritários, passou a condenar o mundo novo e seus valores e a crescente formação das nacionalidades. Nesse sentido, buscou a reafirmação clerical católica e o controle da sociedade civil. Sua ação renovou os quadros internos da Igreja, despertou um surto vocacional e missionário e fez vicejar colégios religiosos,

---

<sup>98</sup> Kreutz (1991) op cit . p 19-35.

<sup>99</sup> Ibidem p. 20-25.

organizações assistenciais, congregações religiosas, publicações e estimulou o associativismo sob a inspiração católica. A força mais combativa do movimento era a Companhia de Jesus.<sup>100</sup>

O associativismo cristão, no confronto que teve inicialmente com o liberalismo e o capitalismo, e posteriormente também com a democracia e o socialismo, buscou no passado, mais precisamente no corporativismo medieval, práticas para manter a ordem e os valores culturais vigentes. Portanto, o associativismo cristão alemão, originalmente, não teve características progressistas. Ao contrário, foi gestado em contraposição a um mundo de instabilidade social marcado pelo desenvolvimento industrial, pelo aumento do proletariado, pelas migrações que desestruturavam psicológica e afetivamente as comunidades rurais, pela concentração de renda, pela falta de trabalho, enfim de um clima propício para o desenvolvimento do radicalismo político e de movimentos de contestação social.

O ambiente de fervor religioso existente propiciou a mobilização dos católicos alemães que estruturaram uma poderosa rede de organizações. Assim, por exemplo, a partir de 1848, tornaram-se constantes os *Katholikentage* (dias católicos). Nos *Katholikentage*, delegados de todas as associações católicas da Alemanha reuniam-se anualmente em assembléia para traçar orientações políticas para o social-catolicismo.<sup>101</sup> Procurando influir e ter uma atuação política, os católicos alemães criaram também, em 1859, o Partido do Centro – *Zentrumspartei* –, agremiação partidária que passou a catalisar as aspirações e reivindicações dos católicos. O *Zentrumspartei* teve destacada influência e representatividade no Império alemão, onde o número de cadeiras de deputados do partido cresceu de 67 (1871) para 91 (1874), 94 (1878) e 100 (1881). Conforme Christoph Sachsse, no auge do *Kulturkampf*, mais de 80 por cento dos eleitores católicos alemães votavam no Centro.<sup>102</sup>

Em 1890, sob a liderança de intelectuais, políticos, empresários e membros do clero, foi fundada a União Popular para a Alemanha Católica – *Volksverein*.<sup>103</sup> O *Volksverein* foi a

---

<sup>100</sup> Sobre a origem do associativismo cristão na região do Hunsrück, ver especialmente o capítulo I, p. 42-97, da tese de doutoramento de SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e desenvolvimento social Sul-brasileiro*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

<sup>101</sup> Ibidem p. 90.

<sup>102</sup> SACHSSE, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. *Veritas* – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre: v.37, n. 138, dez. 1992. p. 540.

<sup>103</sup> Ibidem p. 544.

mais representativa organização associativa católica da Alemanha. Constitui-se na “associação do povo católico para promover e divulgar as idéias do catolicismo social mediante uma obra gigantesca de educação popular para lutar contra o socialismo e pela liberdade religiosa.”<sup>104</sup>

Os Jesuítas – carro-motor da Restauração Católica – e o clero da Alemanha acabaram se chocando com o movimento da *Aufklaerung* (ilustração), mais identificado com os postulados do protestantismo, que era particularmente forte na autoritária Prússia de Bismarck, onde tomou feições anticlericais, rejeitando a monarquia de direito divino e a supremacia das Igrejas.<sup>105</sup> A oposição à Igreja Católica, mais especialmente aos padres jesuítas, levou o Império Alemão à elaboração da política do *Kulturkampf*. O *Kulturkampf* se constituiu de uma multiplicidade de medidas, em grande parte legais, que tinham como objetivo restringir a ação e a influência católica na vida social, cultural e no sistema educacional da Alemanha, cuja sociedade estava em processo de formação industrial.<sup>106</sup> O boicote às leis do *Kulturkampf* criou um ambiente de perseguição religiosa, de prisões e de expulsões de muitos membros do clero e levou à proibição, em 1872, da Companhia de Jesus. “Expulsos da Alemanha, boa parte dos jesuítas foi trabalhar junto à colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde assumiram todo um projeto de atividades religiosas e sociais” sem precedentes.<sup>107</sup>

Na Suíça, conforme registrou o padre Teodoro Amstad, os cantões de maioria católica também reagiram aos ideais “revolucionários”, anticlericais e liberais, que assolaram o país a partir de 1848. A exemplo da Alemanha, ali fundaram as Associações de São Pio (sociedades de auxílio mútuo), um Partido Popular Católico e o *Volksverein* (Sociedade Popular) “para defender os seus direitos religiosos e civis.”<sup>108</sup>

Sob a liderança dos padres jesuítas foram transplantados para o Sul do Brasil experiências que, ao menos, parcela dos imigrantes já havia vivenciado na Alemanha, mais precisamente na região do Hunsrück, cuja realidade se aproximava aos

<sup>104</sup> Ritter, apud Schallenberger, op. cit. p. 93.

<sup>105</sup> A *Aufklaerung* foi um movimento caracterizado pelo otimismo no poder da razão e que acreditava alcançar a organização social a partir de princípios racionais. Tomou feições anticlericais, opondo-se à supremacia das Igrejas, introduzindo o registro civil no lugar do atestado de batismo, secularizando o casamento e inibindo o funcionamento de escolas paroquiais. Cfe. Kreutz (1991), op. cit. p. 33.

<sup>106</sup> Sachsse, op. cit. p. 539.

<sup>107</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 35.

<sup>108</sup> AMSTAD, Teodoro. *Memórias autobiográficas*. Tradução e anotações por Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981. p. 27 e 28.

assentamentos de imigrantes alemães daqui. Para muitos, não constituía absolutamente novidade alguma o surgimento, na nova *Heimat*, de velhas organizações com as quais já tinham travado contato na Europa. Sendo a matriz de referência transplantada e adaptada ao novo meio, as comunidades rurais foram organizadas e animadas por uma rede de proteção religiosa, cultural, recreativa e social. Foi com o intuito de preservar e de livrar os imigrantes e descendentes da contaminação dos ideais difundidos pelo liberalismo e pelo positivismo, que as igrejas, tanto a católica quanto a protestante, empenharam-se numa espécie de cruzada ou de restauração religiosa. Foi por isso que houve a fundação de associações religiosas, a organização de paróquias e comunidades, a criação de escolas paroquiais e de associações de professores, o surgimento de casas de saúde, asilos e instituições de caridade, a realização dos *Katholikentage*, a estruturação do *Volksverein* e do cooperativismo, a criação do Partido Católico e de círculos operários.

No Brasil, a Proclamação da República realizada em 1889 extinguiu o padroado. Da separação da Igreja do Estado decorreu a laicização dos cemitérios e dos registros civis de nascimento e casamento. Os católicos que, de uma forma geral, durante o Segundo Império colocaram-se contrários ao avanço das idéias liberais e positivistas, passaram a temer conflitos com o novo regime político. A expulsão da Companhia de Jesus do território brasileiro, defendida entre outros pelo Conselheiro de Estado, Rui Barbosa, era um dos receios concretos da cúpula da Igreja. Como meio de defesa à implantação de um eventual *Kulturkampf* no país, os católicos pretenderam, em 1890, agregar-se em torno de um Partido Católico Central ou Centro Católico. O *Zentrumspartei* organizou-se a partir das paróquias da região colonial alemã gaúcha, que eram dirigidas e administradas pelos padres jesuítas. A estruturação e a ação do Centro, no entanto, restringiram-se praticamente ao Rio Grande do Sul.<sup>109</sup>

O *Zentrumspartei* foi apenas mais uma das transposições das experiências vivenciadas pelos missionários oriundos da Europa, no Sul do Brasil. Sua trajetória, entretanto, como registra René Gertz, não foi muito bem sucedida. Nas eleições de 1890, não conseguiu eleger representante algum.<sup>110</sup> Seu papel em seguida seria esvaziado, na

---

<sup>109</sup> RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: 1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, *Anais ...* São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974. p. 34.

<sup>110</sup> GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas* – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre: v.37, n. 138, dez. 1992. p. 554-57.



medida em que os deputados positivistas gaúchos, na constituinte, fizeram a defesa dos jesuítas e se comprometeram com a garantia de liberdade de culto, que foi assegurada pela Constituição Brasileira de 1891.<sup>111</sup> Cooptado pelos republicanos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, passou a fazer o aconselhamento político dos católicos, tarefa posteriormente também assumida pelo *Volksverein*. O Centro Católico não se constituiu, de fato, em partido político. Objetivou muito mais garantir a liberdade de ação e a evangelização da Igreja Católica, proteger a propriedade eclesiástica, manter em funcionamento os seminários e as escolas das congregações religiosas e a veiculação dos periódicos publicados sob sua inspiração.

A presença dos jesuítas, no entanto, também provocou divisões e reações. Robert Avé-Lallemant, por exemplo, lamentava a atuação dos padres jesuítas, vindos da própria Alemanha. Segundo o médico, eles intimidavam as almas simples e a consciência dos colonos de ambos os credos, inquietando-os e levando-os a vacilações nos batismos, casamentos, nas confissões etc. A chegada dos padres da Companhia de Jesus teria acabado com o convívio cordial dos adeptos da Igreja Católica e da Evangélica.<sup>112</sup> Alegou que, antes da entrada da Missão dos Jesuítas a São Leopoldo, os casamentos mistos eram freqüentes. A intolerância dos missionários teria despertado rivalidades entre os adeptos dos dois cultos como também teria causado muitas discórdias em famílias, especialmente entre as que viviam sob o regime do casamento misto. Irmãos distanciaram-se e filhos se revoltaram contra os pais. Isso se daria mesmo na morte. E em tom irônico, alfinetou:

Que querem nas picadas de São Leopoldo os jesuítas, saídos das húmidas celas claustrais para oprimir as almas livres das serras? Aqueles dignos senhores devem sair da região; são um veneno para a prosperidade de São Leopoldo, embora não possam estorvá-la inteiramente, pois não há nada mais para entrar, nem católicos, nem evangélicos, nem casamentos mistos e seus descendentes.”<sup>113</sup>

Em Santa Cruz, a exemplo de outras tantas colônias, nos primeiros anos de colonização as divergências entre católicos e evangélicos praticamente não existiram. Os conflitos religiosos começaram a surgir na medida em que pastores e padres, provenientes da Alemanha, chegaram à região. A pregação antiprotestante, efetuada pelos jesuítas, foi uma das grandes responsáveis pela divisão da sociedade, impedindo muitos namoros e casamentos

---

<sup>111</sup> Schallenberger, op. cit. p. 250.

<sup>112</sup> Ave-Lallemnt, op. cit. p. 144.

<sup>113</sup> Ibidem.

mistos, provocando discórdias entre famílias e reforçando o agrupamento por credo praticado. Como destaca Telmo Lauro Müller, “um casamento misto, antigamente era quase um dilúvio. Às vezes chegava a sê-lo. Houve casos de pais católicos considerarem mortos o filho ou a filha que tivesse casado na Igreja Evangélica.”

Essa divisão dos moradores de acordo com o credo religioso era mantida mesmo após a morte. Em muitos dos cemitérios existentes nas áreas coloniais do RS percebe-se a existência de uma segregação espacial conforme a religião praticada. Há cemitérios em que só eram enterrados católicos, assim como há cemitérios em que só eram sepultados evangélicos. Nos cemitérios mistos, normalmente as sepulturas dos católicos ficavam de um lado e as dos protestantes do outro lado do “campo santo”.<sup>114</sup>

### 3.2.2.2 Evangélicas

O protestantismo de imigração, além de ter de reagir contra o liberalismo e o positivismo, teve também de lutar contra o avanço do catolicismo sobre os teuto-descendentes. Posteriormente, os luteranos ligados à Igreja Alemã sofreriam também o assédio e a concorrência dos missionários luteranos do Missouri. Decorridos 50 anos do início da colonização, passaram à ofensiva para expandir o credo. Entre os meios utilizados figuram a vinda de pastores missionários e a conseqüente criação do Sínodo Rio-grandense, o desenvolvimento de uma imprensa e a proliferação de escolas paroquiais evangélicas. É, sobretudo, a partir do envio de pastores pela Igreja Luterana da Alemanha e da estruturação do Sínodo Rio-grandense que se deu início a um amplo investimento na organização do processo escolar entre imigrantes alemães e descendentes do RS.

Como inicialmente os imigrantes evangélicos eram majoritários, as comunidades protestantes foram as primeiras a serem organizadas. As próprias comunidades, que eram completamente independentes e autônomas umas das outras, escolhiam seus pastores. Dado que na Província inexistiam teólogos luteranos formados em seminários ou universidades, e haja vista a ausência de recursos nas comunidades para “importar” pastores da Alemanha, os

---

<sup>114</sup> MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – 160 anos de história*. Porto Alegre: EST, 1984. p. 27.

assim denominados “pseudopastores”<sup>115</sup> faziam os ofícios religiosos como batismos, confirmações, casamentos e serviços fúnebres. À medida que a colonização foi se estendendo, novas paróquias precisaram ser criadas. Inicialmente, portanto, não houve um mero transplante da igreja luterana pelos teuto-evangélicos da Alemanha para o Sul do Brasil. Conforme Wilhelm Wachholz, a “igreja dos pastores, a rigor, somente passou a existir após 1864, após a vinda de Hermann Borchard.”<sup>116</sup> Foi somente a partir dessa data que a ajuda de instâncias eclesiástica da igreja evangélica alemã principiou. A partir de então, obreiros e obreiras passam a ser enviados com certa regularidade para a Província.<sup>117</sup> Entre o início da imigração, em 1824, e a chegada de Borchard, nenhuma sociedade missionária ou “igreja-mãe” havia enviado um pastor para atuar entre os evangélicos do RS.<sup>118</sup>

A tentativa de unir as comunidades evangélicas em um sínodo deu-se primeiramente com o pastor Hermann Borchard que, em 1868, propôs uma “união entre as diferentes comunidades e convocou os pastores e os representantes leigos para o primeiro Sínodo de São Leopoldo”.<sup>119</sup> Contudo, foi somente em 1886 que o pastor Wilhelm Rotermund obteve êxito na fundação do Sínodo Rio-grandense, que naquele momento reuniu sete igrejas. Esse Sínodo foi a organização eclesiástica que congregou a maioria dos luteranos do RS. Em 1949, se associou a outros sínodos de estados brasileiros na Federação Sinodal, denominada desde 1952 de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Em 1968, ocorreu a fusão definitiva dos sínodos em uma só igreja nacional com o mesmo nome IECLB.<sup>120</sup> Esse sínodo teve fortes ligações com a sua igreja-mãe da Alemanha.

Grande importância para a organização e o crescimento de comunidades luteranas no RS teve o Movimento de Reavivamento existente na Alemanha durante o século XIX.<sup>121</sup> O Movimento de Reavivamento, embora de caráter multifacetário e ambíguo, teve uma forte feição anti-iluminista. Em oposição ao iluminismo, acentuou temas como

<sup>115</sup> Foram os pastores formados oriundos da Alemanha que cunharam por “pseudopastores” e por outros adjetivos pejorativos, como “pastores cachaça”, “lobos”, “mercenários”, “vagabundos” e “aventureiros” aqueles pastores não-ordenados, que não possuíam formação teológica nem os conhecimentos e estudos necessários. A existência desses pastores, contudo, evitou o desaparecimento do protestantismo no solo gaúcho.

<sup>116</sup> Wachholz, op. cit. p. 22.

<sup>117</sup> Entre 1864 e 1870, teriam chegado ao RS 11 pastores enviados da Alemanha. No decênio seguinte, teriam sido remetidos um total de mais 12 pastores formados. Cfe. BECKER, Rudolf. O Sínodo Rio-grandense no século XX. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 4. O Rio Grande atual. Canoas: Ed. Regional Ltda., 1958. p. 57.

<sup>118</sup> WITT, Osmar Luiz. *Igreja na imigração e colonização*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p. 60.

<sup>119</sup> Roche, op. cit. p. 672.

<sup>120</sup> GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.

<sup>121</sup> Sobre o Movimento de Reavivamento Alemão ver Wachholz, op. cit. p. 31-118.

morte, inferno e juízo final. Mas, ao mesmo tempo, o movimento enfatizou a moralidade, a disciplina e a honestidade. Nesse sentido, combateu o uso de bebidas alcoólicas, atacou o jogo de cartas, a dança, a superstição e a prostituição. Esse movimento espiritual passou a valorizar os alemães da diáspora remetendo-lhes missionários para fazer a evangelização.<sup>122</sup>

Como fruto do Movimento de Reavivamento, surgiram na Alemanha uma série de sociedades missionárias, como as de Eberfed, Barmen, Colônia, Berlin, Bremen, Leipzig, Gossner, Hermannsburgo e Wessel. Algumas das sociedades missionárias criadas tinham como público-alvo os não-cristãos de outros continentes. Outras procuraram dar assistência aos emigrados alemães da “diáspora”,<sup>123</sup> ou seja, dos alemães emigrados no exterior que, a exemplo dos que viviam no Sul do Brasil, professavam uma seita minoritária em terras distantes.

A institucionalização e a consolidação da Igreja Evangélica no RS estão intimamente ligadas ao Movimento de Reavivamento. A Sociedade Evangélica de Barmen (SEB) – um dos frutos desse movimento espiritual – teve aqui um campo de atuação quase exclusivo. Ela foi a mais importante sociedade de assistência aos teuto-evangélicos do RS. Além de enviar pastores de formação seminarística e universitária e professores, contou com o apoio financeiro de protestantes reavivados, especialmente da Renânia e da Westfália, para a atividade missionária. Assim, pôde apoiar material e financeiramente comunidades e o Sínodo. O dinheiro recebido serviu para pagar ordenados, custear a construção de templos, de escolas, de casas paroquiais e de outros prédios, o que foi de vital importância para a obra evangélica no Brasil.<sup>124</sup> O primeiro pastor enviado, que deveria inicialmente atender às comunidades de São Leopoldo e Lomba Grande, foi justamente o já mencionado pastor Borchard. Seguiram-no dezenas de outros obreiros e obreiras, o que transformou o RS em campo de missão. Objetivando

<sup>122</sup> Wachholz, op cit. 31-62, passim.

<sup>123</sup> O conceito de diáspora foi cunhado no século XIX. Ele se aplica aos alemães protestantes do Sul porque com a expressão se designavam “as minorias de uma confissão entre cristãos de outro credo, sendo que a minoria sequer possui uma organização eclesiástica própria, ou vive em pequenas comunidades e Igrejas de diáspora.” TAPPENBECK, H, *apud* Prien, op. cit. p. 23.

<sup>124</sup> O Sínodo Rio-grandense se empenhou para alcançar a auto-sustentação das paróquias e das comunidades. As duas guerras mundiais atuaram positivamente para o alcance desse intento. Nos períodos de beligerância, e também nos anos imediatamente seguintes, não houve repasses de verba da Igreja-mãe para a sua afiliada no Sul do Brasil. Isso forçou o aumento das contribuições por parte dos fiéis residentes no RS. Cfe. Becker, op. cit. p. 142-44.

obter unidade entre as comunidades existentes, tentou criar, em 1868, uma organização eclesial, o Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa, entretanto, dadas as desconfianças e resistências das comunidades e dos pastores, não frutificou. Borchard, visando ao aperfeiçoamento e a uma atuação mais uniforme dos professores evangélicos, tomou a iniciativa de reuni-los periodicamente em assembléia e de fundar uma biblioteca.<sup>125</sup> Sugeriu aos seus superiores da Alemanha que os pastores a serem enviados deveriam vir preparados para fundar escolas e lecionar.

A preocupação dos obreiros, no que tange à formação escolar e à educação dos filhos dos fiéis, foi uma das características do protestantismo missionário do RS. Caso as crianças fossem estudar em escolas públicas, com professores brasileiros e católicos, haveria o risco de elas serem perdidas para a causa da germanidade – então um dos esteios do luteranismo do Sínodo Rio-grandense – e do credo. Risco idêntico poderia ocorrer se as crianças ficassem sem colégio. Assim, uma escola identificada étnica e religiosamente seria a ideal. No que diz respeito à preservação do etnicismo e da identidade, não houve grandes diferenças entre pastores protestantes alemães e padres jesuítas católicos alemães. Também para estes a manutenção da germanidade era essencial para impedir a degradação dos católicos teuto-descendentes.

Templo, casa paroquial e escola formavam o tripé de uma comunidade evangélica. A atividade docente dos pastores tinha várias finalidades: representava o complemento dos seus ganhos, que não raramente alcançava a metade do valor total dos proventos; vinculava a escola à Igreja, visto que a alfabetização e a educação escolar buscavam encaminhar as crianças à igreja e à fé cristã; visava conquistar a confiança da comunidade; buscava a preservação da germanidade.<sup>126</sup>

Em 1874, em uma conjuntura bastante desfavorável<sup>127</sup> para o protestantismo na

---

<sup>125</sup> Wachholz, op. cit. p. 346-355, passim.

<sup>126</sup> Ibidem 343-47.

<sup>127</sup> Nessa época há o desfecho sangrento e desgastante do episódio dos *Muckers*, no Ferrabrás. O episódio foi usado malevolamente contra os evangélicos como se fosse um fenômeno tipicamente protestante. Há também o crescimento da influência dos padres da Companhia de Jesus nas áreas de colonização alemã da Província, uma decorrência direta da perseguição que sofreram na Alemanha com o *Kulturkampf*. A chegada dos jesuítas exasperou os ataques contra os protestantes. No RS, a maior ameaça ao protestantismo veio exatamente dos jesuítas. Competindo com estes por fiéis e no sistema escolar, os protestantes procuraram se afirmar a partir de um diferencial: o de ser portador da germanidade no Brasil. Há, igualmente, um acirrado ataque à religião pelos representantes do pensamento científico-filosófico, especialmente do jornalista Karl von Koseritz. E há também o inevitável desgaste proveniente da debacle do Sínodo fundado anteriormente por Borchard.

Província, chegava Hermann Wilhem Rotermund para liderar os protestantes. Ele foi o grande responsável pela fundação, em 1886, do Sínodo Rio-grandense.<sup>128</sup> Não obstante as resistências de pastores e de algumas comunidades, o Sínodo foi paulatinamente se consolidando e quebrando com a independência das comunidades.<sup>129</sup> De grande importância para o desenvolvimento do Sínodo foram os congressos, realizados anualmente em lugares diferentes.

Seguindo um conselho deixado por Borchard, os pastores de formação seminarística na Casa de Missão de Barmen vinham dotados também de noções básicas de medicina. Desenvolviam atividades médicas especialmente em localidades desprovidas de médicos. O exercício da medicina era um importante aliado para obter influência nas comunidades e para conquistar a confiança das mesmas.<sup>130</sup>

O número de comunidades cresceu significativamente com o desenvolvimento da colonização. Para atender aos colonos evangélicos das colônias novas que iam proliferando pela Serra, pelo Planalto, pelas Missões e pelo Alto Uruguai – uma decorrência do aumento natural da população e da chegada de novas levas de imigrantes germânicos –, o Sínodo enviou pastores itinerantes que percorriam vastas regiões, prestando assistência espiritual aos fiéis. Assim, poucos pastores serviam grande número de comunidades espalhadas por grandes distâncias. Em 1894, o Sínodo abrigava 22 paróquias com 4.800 famílias e 22 mil almas; em 1899, esses algarismos se elevaram para 39 paróquias, 6.715 famílias e cerca de 45 mil almas; e em 1913, o Sínodo contava com 58 pastores, 188 comunidades e 85.595 almas. Essas cifras saltaram, respectivamente, para 94, 400 e 172.180, em 1934. Em 1954, havia 106 pastores, 554 comunidades e 287.289 pertencentes ao Sínodo Rio-grandense.<sup>131</sup>

A partir de 1900, os evangélicos do RS passaram a sofrer a concorrência dos luteranos ligados ao Sínodo Alemão Evangélico do Missouri, Ohio e outros Estados.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> Prien, op. cit. p. 122.

<sup>129</sup> O próprio Rotermund presidiu o Sínodo até o ano de 1893

<sup>130</sup> Wachholz, op. cit. p. 514-15.

<sup>131</sup> Becker, op. cit. p. 65-66; Roche, op. cit. p. 674.

<sup>132</sup> Um pequeno grupo, de cerca de 600 luteranos emigrados da Saxônia, Alemanha, haviam fundado, em 1847, na cidade de Chicago, Estados Unidos, a *Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* (Sínodo Alemão Evangélico Luterano de Missouri, Ohio e outros Estados). A partir de 1947, sua denominação foi alterada para *The Luteran Church – Missouri Synod* (Igreja Luterana – Sínodo de Missouri). Demonstrando espírito missionário, o Sínodo rapidamente se estendeu por todos os Estados da União norte-

Atendendo a insistentes pedidos do pastor Brutschin, de Novo Hamburgo, a Igreja norte-americana encaminhou, em 1900, o pastor Broders para o Sul do Brasil. Este, depois de percorrer as áreas de colonização alemã do RS, recomendou que o Estado deveria se transformar em campo de missão. O próprio Broders foi responsável pela fundação da primeira comunidade da Igreja no Brasil. Trata-se da comunidade São João, na colônia São Pedro. Ao mesmo tempo, foi criada uma escola paroquial no local, tendo o pastor assumido a docência no educandário. A exemplo dos padres jesuítas e dos pastores do Sínodo Rio-grandense, na constituição da Igreja Luterana de Missouri figurava o fomento de escolas paroquiais e da instrução religiosa intensiva.

Em 1904, 13 igrejas do Estado deram origem a um distrito do Sínodo de Missouri. Inicialmente a pregação missionária fora feita exclusivamente na língua alemã. A partir de 1919, principiou o uso do idioma nacional na atividade pastoral. O gradativo abandono da língua alemã, que ocorreu principalmente nos centros urbanos, favoreceu o crescimento do Sínodo. Em 1935, 61 pastores, 189 comunidades e 30.122 almas pertenciam ao mesmo.<sup>133</sup> Em 1937, sua denominação foi alterada para Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e, a partir de 1954, para Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Havia particularidades nos dois luteranismos praticados pelos teuto-brasileiros do Estado. Os luteranos agrupados na igreja alemã defendiam o culto à germanidade, sendo a religião indissociável da cultura e da etnia alemã. Já o Sínodo de Missouri, cujos pastores, embora de ascendência alemã, eram oriundos dos Estados Unidos – uma grande nação protestante onde a liberdade de religião e de culto eram respeitados –, postulava uma religiosidade transétnica, e, portanto, não restrita à etnia alemã.<sup>134</sup>

Considerando os dois sínodos e a igreja católica, em 1924, para uma população de 290.289 teuto-breasileiros no RS, havia 918 comunidades com igreja, escola clube social e recreações, dinamizados por uma rede de associações.<sup>135</sup>

---

americana, e daí para outros continentes. Cfe. WARTH, Carlos Henrique. Igreja Evangélica Luterana. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 4. O Rio Grande atua. Canoas: Ed. Regional Ltda., 1958. p. 237; STEYER, Walter O. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo*. Porto Alegre: Singular, 1999. p. 19.

<sup>133</sup> Roche, op. cit. p. 677.

<sup>134</sup> JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 142-43.

<sup>135</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 8..

Os padres jesuítas e os pastores luteranos também atuaram no combate ao que consideravam imoral. Com a chegada de pastores formados e dos jesuítas expulsos da Alemanha ao RS, a vida das pessoas, em média, se teria tornado também mais cristã, moral e ética. Os crimes ficaram limitados. A freqüência à escola e às missas, passaram a ser seriamente cobradas. A participação ativa na vida da comunidade foi incentivada. Em ambientes, em que os valores éticos prevalecem, o clima de confiança recíproca dos membros de uma comunidade é facilitado. Havendo confiança, as iniciativas coletivas baseadas na cooperação iam se reproduzindo. Quem ganhava com isso eram os próprios membros envolvidos.

As instituições religiosas sustentaram diretamente uma ampla gama de atividades sociais que foram muito além do culto convencional, da participação em estudos bíblicos, de reuniões de oração e de missões, do preparativo de festividades ou da participação em corais. Elas se constituíram em poderosas incubadoras de condutas e normas cívicas, interesses comunitários e recrutamento cívico. A partir do compromisso comunitário e solidário apregoado pelas igrejas, os fiéis se empenharam e se engajaram na fundação e na sustentação de entidades como orfanatos, asilos, casas de saúde, internatos e escolas. Mas os fiéis, fossem eles católicos, fossem eles pertencentes a uma das duas igrejas luteranas, também foram impelidos a participar de campanhas de caráter caritativo. Na medida em que auxiliavam nas coletas de dinheiro, víveres, roupas e outras coisas para os mais necessitados, fortaleciam não somente o sentimento cristão, mas tinham também o espírito de responsabilidade e de fraternidade renovados. Salienta Putnam que homens e mulheres religiosamente ativos também aprendem a pronunciar discursos, dirigir reuniões, solver desacordos e se encarregar de trabalhos administrativos. Quem participa da igreja teria muito mais probabilidade de se ver envolvido em organizações profanas, votar e participar politicamente e manter contatos sociais informais mais aprofundados.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002. p. 82



### 3.2.3 As associações desportivo-recreativas e de lazer

Na tradição de Putnam e de outros analistas, a existência de uma vasta gama de organizações horizontais é um indicativo de existência de capital social em uma sociedade. Essas redes de organização não são o capital social em si, mas sua fonte inspiradora, sua infra-estrutura.

A organização de uma ampla rede de sociedades nas áreas de colonização alemã, *grosso modo*, é vista a partir de dois enfoques por pesquisadores vinculados à academia e por autores diletantes que se ocupam da imigração e colonização alemã no RS. De um lado, estão os que analisam o fenômeno como algo positivo e inerente à população de origem germânica. Parcela das publicações que segue esse fio condutor enquadra-se no gênero que faz a apologia da imigração alemã, constituindo-se, portanto, num discurso laudatório. Mas há também muitos trabalhos sérios que, embora estando longe de serem apologéticos, reconhecem como positiva a contribuição da população de ascendência alemã para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado. De outro lado, estão os que encaram a tendência dos teutos e descendentes de se organizarem em sociedades dos mais diferentes fins como algo negativo, como indício de enquistamento e falta de desejo de integração dos imigrantes e seus descendentes à sociedade que os acolheu. Nessa linha, normalmente se situam pesquisas acadêmicas, dissertações e teses, cujo enfoque central é a discussão da identidade étnica desse grupo. Neste trabalho, que não pretende fazer a apologia da colonização alemã, a tendência ao associativismo e à vida gregária dos colonos é considerada como salutar e positiva. Acredita-se que essa tendência contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de relações de confiança, para a manutenção da ordem e para a melhoria da qualidade de vida dos membros das diferentes comunidades que se formaram.

No auge da Campanha de Nacionalização, o major Aurélio da Silva Py, Chefe de Polícia do governo gaúcho, no seu segundo Relatório Secreto, elaborou um mapa estatístico (anexo A) onde aparece o número das sociedades civis existentes em diferentes municípios do RS. Embora Py pretendesse relacionar a existência de associações culturais, beneficentes, esportivas, educativas e artísticas com a presença de células do partido nazista, uma apreciação dessa figura aponta que em municípios onde havia um forte reduto de teuto-descendentes a curva se elevava significativamente. Porto Alegre, secundada por Santa Cruz,

aparece no topo do quadro. Mas municípios como Cachoeira, Caí, Estrela, Lajeado, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Taquara e Venâncio Aires também se destacavam pela quantidade de sociedades civis lá existentes.

Foram inúmeros os espaços de sociabilidade criados pelos alemães e descendentes no RS. “Diante de um cotidiano marcado pelo trabalho duro na colônia, os imigrantes encontraram nesses espaços a possibilidade de comungarem com seus pares algo mais que as lutas diárias e, nesses espaços, decidiram muitas vezes rumos da vida futura (...).”<sup>137</sup> Sendo inúmeras as sociedades desportivo-recreativas que caracterizaram a vida da população de ascendência germânica no RS, descrever-se-á sucintamente algumas delas.

O livro publicado no ano de 1924 pelo *Verband Deutscher Vereine* (Liga das Sociedades Alemãs), em comemoração ao centenário da imigração alemã, apresenta uma relação das associações ditas alemãs existentes então no RS. Ainda que a listagem apresente uma série de lacunas, desconhece-se uma relação mais completa que trate da questão. A organização da maior parte do conteúdo do livro esteve a cargo do padre jesuíta Teodor Amstad, um profundo conhecedor da área colonial alemã e pessoa que podia contar com um grande número de informantes e colaboradores. Partindo das informações disponíveis na obra, percebe-se que nos municípios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires concentrou-se o maior número de sociedades. Os motivos para isso ainda constituem uma incógnita. É a partir das sociedades que existiram nesses dois municípios que se irá tipificar e exemplificar a vida social desportivo-recreativa e cultural das populações de ascendência germânica do Estado.

### 3.2.3.1 Sociedades de atiradores

Normalmente, a primeira associação comunitária que surgiu nas picadas tinha caráter religioso e/ou escolar. Depois foram surgindo as sociedades de atiradores, de lanceiros, de damas e outras. As de atiradores foram imitação de sociedades congêneres existentes em diferentes províncias da Alemanha e da Áustria no século XIX, mas cuja origem remonta a séculos anteriores. “Os participantes destes grupos deveriam se ajudar mutuamente, como

---

<sup>137</sup> Radünz, op. cit. p. 157.

irmãos cristãos. Cada aldeia tinha um grupo de cidadãos, encarregados da sua defesa, em caso de ataque. Todos os anos (...) havia uma festa e era escolhido o melhor atirador do grupo de defensores da aldeia – o *Schützenkönig*.<sup>138</sup>

Para caracterizar esse tipo de sociedade, toma-se como exemplo uma ainda existente no interior do município de Venâncio Aires. Em Linha Isabel, quando já transcorriam 19 anos desde a chegada dos primeiros colonos alemães àquela localidade, foi fundada, em 01 de outubro de 1892, contando com 28 membros, uma das primeiras sociedades de atiradores do município. Tratava-se da *Shützenverein von Linha Isabella* (Sociedade de Atiradores de Linha Isabela) que, conforme seus estatutos, tinha o objetivo de promover a união entre os sócios, facilitar diversões sadias e manter a ordem. Sua primeira bandeira foi inaugurada em 10 de fevereiro de 1901, tendo por padrinhos o cel. João Luiz Ferreira de Brito e a senhora de José Schaurich. A inauguração da segunda bandeira ocorreu em 02 de maio de 1920, tendo por padrinhos o médico Pedro Egger, de Rio-Tal (Monte Alverne) e a senhora de Heinrich Engler. Em 1923, este *Verein* contava com 50 integrantes.<sup>139</sup>

A prática de tiro era realizada em um potreiro, ficando o alvo a cerca de 100 metros dos atiradores. A competição normalmente ocorria bimensalmente. Essa é uma das poucas sociedades do gênero que ainda sobrevivem no município. Atualmente ela é denominada de Sociedade de Atiradores Concórdia e possui em torno de 130 associados. Tem como uniforme uma calça escura e uma camisa bege com o emblema da sociedade sobre o bolso.

Anualmente ainda é realizada a festa do rei. O associado que, nos torneios realizados durante todo o ano, obtiver a melhor *performance*, torna-se o rei. Recebe, juntamente com o primeiro e o segundo cavalheiros, uma medalha a título de condecoração. Antigamente, recebia um talabarte, que era uma faixa de couro onde eram afixadas as medalhas. Na festa do rei, que atualmente é realizada no período da tarde, após a cerimônia de coroamento do rei acontece o baile. A primeira valsa é do rei, com sua acompanhante. Uma segunda valsa é dançada pelos reis e suas respectivas acompanhantes de outras sociedades de atiradores presentes.

---

<sup>138</sup> KLEINDBING, Marlise, *apud* MARQUES, Lílian Argentina B. et al. *Rio Grande do Sul: aspectos do folclore*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 116-17.

<sup>139</sup> Festschrift zum 50jährigen Jubiläum der Linha Isabella. Santa Cruz: Lamberts & Riedl, 1923. p. 18-19.

Antigamente, o coroamento do rei se dava através de um cerimonial que envolvia as *Königsmädchen*, que eram meninas de cerca de 10 anos – uma rainha e duas princesas – que declamavam poesias para o rei e os dois cavalheiros e condecoravam com medalhas, faixas e flores aos campeões de tiro. A primeira valsa era dançada com as meninas.

Em 1924, havia pelo menos 81 sociedades de atiradores nas áreas de colonização alemã do RS. 30 delas estavam sediadas no município de Santa Cruz; em Venâncio Aires apareciam 16; em Rio Pardo havia 9; em Santa Maria e Serro Azul havia 4; Montenegro, São Lourenço e a área que integrava a extinta colônia de Santo Ângelo apresentavam, cada um, 3 dessas sociedades; duas sociedades de atiradores existiam em Porto Alegre, São Leopoldo e Ijuí; em Neu Württemberg (Panambi), Sobradinho e Taquara podia ser encontrada apenas uma sociedade de atiradores.<sup>140</sup>

Há historiadores que defendem a tese de que as sociedades de atiradores que pulularam por todas as partes do universo colonial possuíam, ao mesmo tempo, o caráter lúdico e o de autodefesa.<sup>141</sup> Schallenberger, por exemplo, fundamentou sua assertiva a partir dos agrupamentos de defesa mútua surgidos à época da Revolução de 1923, na região das Colônias Novas do Rio Grande do Sul.<sup>142</sup> Também para Hilda Agnes Hübner Flores, “as sociedades de atiradores e de defesa nasceram no Rio Grande do Sul em resposta a uma necessidade surgida no decorrer da Revolução Federalista de 1893 e repetida em 1923.”<sup>143</sup> E, ao agrupar, quanto à natureza e à finalidade, as sociedades existentes em Venâncio Aires no ano de 1924, enquadrou as sociedades de atiradores, de ulanos e de lanceiros como sendo de defesa.

Outra historiadora que parece trilhar a mesma linha é Marionilde Brephol de Magalhães. Referindo-se aos grupos da primeira fase da imigração, a historiadora afirma que eles:

---

<sup>140</sup> *Verband Deutscher Vereine*, op. cit. p. 348-60. As sociedades de atiradores existentes no município de Rio Pardo localizavam-se na antiga colônia Germânia. Esse território foi desmembrado do município-mãe em 1925, dando origem ao município de Candelária.

<sup>141</sup> Na Alemanha, segundo Kleinbing, op. cit., os grupos de tiro teriam surgido no final da Idade Média e a sua finalidade seria fazer a defesa das aldeias.

<sup>142</sup> Schallenberger, op. cit. p. 242-43.

<sup>143</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. p. 175.

(...) não se mantiveram isolados da política. Pelo contrário, dela participaram, como era possível à sua época, ou seja, na esfera local. Fundaram associações de auxílio mútuo e de defesa de suas aldeias, como as *Schützenvereine* (Sociedades de Tiro) para protegerem suas colônias, tais como quaisquer outros proprietários rurais da época.<sup>144</sup>

Também o ex-presidente honorário da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho e ex-membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Leopoldo Petry, ao se referir a boatos ocorridos no ano de 1874 que cogitavam de uma iminente tomada de Porto Alegre pelos *Muckers* do Ferrabrás, destacou a constituição de corpos de voluntários de colonos para auxiliarem na defesa da capital.

(...) vemos as sociedades de atiradores constituírem corpos de voluntários, para auxiliarem no policiamento da cidade. O jornal “Deutsche Zeitung”, em sua edição de 15 de Agosto de 1874, publica os nomes de 53 desses voluntários que se apresentaram para auxiliarem as forças incumbidas da defesa da capital do Estado, prestando serviços de patrulhamento durante vários dias.<sup>145</sup>

Na Revolução Farroupilha (1835–1845), sabe-se do engajamento de imigrantes alemães em ambas as facções do conflito. Na Guerra do Paraguai (1865–1870), imigrantes e descendentes das colônias também compuseram as forças do exército brasileiro. Mas foi na Revolução Federalista (1893–1895) e depois na Revolução de 1923 que os descendentes de imigrantes mais estiveram envolvidos, seja participando diretamente num dos dois blocos em confronto, seja fazendo a defesa de suas localidades. A Revolução Federalista, como é sabido, não se desenrolou apenas na Campanha Gaúcha, mas atingiu praticamente todo o Estado. Provocou, como não poderia deixar de ser, também uma série de perturbações em municípios do interior onde a maior parte da população era de descendência germânica. Nova Petrópolis, São Sebastião do Caí, Taquara, Montenegro, Estrela, Lajeado e Santa Cruz são algumas das cidades que foram molestadas por piquetes de maragatos ou de republicanos, ou mesmo de ambas as facções. Atos de pilhagem, vandalismo, roubo e recrutamento forçado ocorreram em várias das localidades.

Segundo Flores, maragatos ervateiros procedentes de Soledade teriam provocado arruaças e constrangimentos em Cecília, Maria Madalena, Santa Emília e em outras linhas do interior de Venâncio Aires. Em Sampaio, teriam ferido o colono Lemmertz e seu filho; em

<sup>144</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brehphol de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 27.

<sup>145</sup> PETRY, Leopoldo. *Pátria imigração e cultura*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1956. p. 57.

Duvidosa, cercado a residência de Clemenz Riedl que, juntamente com seu filho, teriam sido assassinados.<sup>146</sup> Em função desses acontecimentos, moradores das picadas Isabela, Boa Esperança, Silva Tavares, Linha Cachoeira e Alto da Légua, para proteger a vida de seus familiares e os seus bens dos assaltos promovidos pelos serranos do bando de Zeca Ferreira, resolveram unir-se em torno de uma liga de defesa. Essa liga era liderada pelo seu presidente, Anton Rieger, e por mais três conselheiros. Estava dividida em doze seções, cada uma das quais contava com doze homens acima de 17 anos de idade.

Cada seção, por sua vez, estava subdividida em dois grupos de seis homens. Cada um dos 24 grupos tinha o seu subcomandante. Eram, ao todo, mais de 150 homens em condição de serem mobilizados para o combate. Além desses, caso fosse necessário, pessoas mais jovens e mais idosas poderiam ser recrutadas para entrar em combate. A Liga de Isabela, que ainda funcionava em 1923 quando dos festejos comemorativos do cinquentenário da localidade, era uma das tantas ligas que existiram no município à época da Revolução Federalista e que chegaram a reunir mais de mil integrantes. Graças à existência desse tipo de ligas é que os trabalhos na vila e nas picadas, durante a Revolução da Degola, puderam prosseguir em ritmo praticamente normal.<sup>147</sup>

Não obstante a existência dessa Liga e apesar das colocações dos quatro pesquisadores mencionados, acredita-se que as sociedades de atiradores que movimentaram a vida social dos núcleos urbanos e das picadas das regiões coloniais tiveram, antes de qualquer coisa, um caráter gregário, servindo de lazer e de entretenimento para os seus componentes. Secundariamente é até possível aceitar, como faz a professora Giralda Seyferth, que "tais associações se constituíram como expressão da *Kultur* alemã, daí advindo seu papel como lugares de afirmação da etnicidade."<sup>148</sup> Mas atribuir às sociedades de atiradores uma função militar ou paramilitar, parece constituir um grande exagero.

Não há registros, por exemplo, de que em Santa Cruz associados de ulanos, lanceiros e de associações de atiradores tenham atuado como milicianos, ainda que ocasionalmente. E isso que Santa Cruz sediou 38 por cento das sociedades de tiro de todo o Estado e 65 por

---

<sup>146</sup> Ibidem p. 175.

<sup>147</sup> Festschrift, op. cit. p. 30.

<sup>148</sup> SEYFERTH, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: Kultur e etnicidade. *Travessia revista do migrante* – Publicação do Centro de Estudos Migratórios, n. 34, p. 24-28, mai. Ago. 1999.

cento das sociedades de cavalarianos. É bom destacar que a origem das *Schützenvereine*, dos ulanos e dos lanceiros é bem anterior ao da ocorrência da Revolução Federalista, mas muito posterior ao da Revolução Farroupilha. É preciso enfatizar, também, que as sociedades de atiradores – e o mesmo não pode ser dito dos lanceiros e dos ulanos – vicejaram igualmente nas áreas de colonização germânica dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Ademais, não se pode olvidar o fato de que os filhos dos colonos passavam por sessões de treinamento militar e pela prestação de serviço militar obrigatório, ali aprendendo táticas de guerra e de manejo de armas. Inicialmente, aprendiam a manejar armas na Guarda Nacional e, depois, no Exército Brasileiro ou nos Tiros de Guerra.<sup>149</sup> Portanto, no nosso entender, tanto as sociedades de atiradores quanto as de lanceiros tinham finalidade desportiva e recreativa, e não paramilitar. Se comunidades se organizaram em momentos críticos para a defesa da vida e da propriedade de seus moradores, isso não deve ser creditado à existência de sociedades de tiro ao alvo. O crédito deve ser dado ao compromisso cívico de que eram dotados. Ao invés de procurarem encontrar alternativas individuais para a falta de segurança, optaram por soluções coletivas que envolviam o conjunto da comunidade. Para que isso fosse possível, relações de confiança recíproca e espírito de solidariedade necessariamente deviam estar presentes no grupo. Já nos casos em que se engajaram numa das facções em litígio, participando diretamente de combates durante a Revolução Farroupilha ou da Revolução Federalista, isso deve ser creditado aos vínculos políticos e ideológicos que tinham ou aos interesses que procuravam defender. Em todo caso, essa participação jamais pode ser vinculada à existência de sociedades de atiradores ou de cavalarianos. As sociedades de atiradores visavam perpetuar uma antiga tradição alemã de torneios de tiro ao alvo. Já as sociedades de cavalaria foram uma transposição dos antigos Regimentos de Cavalaria Ligeira existentes na Alemanha para a nova pátria. Só que aqui não tinham finalidade militar, mas desportiva. Caso se admita o contrário, estar-se-á dando credibilidade ao fantasma do “perigo alemão”.

---

<sup>149</sup> A respeito dos Tiros de Guerra ver: ACKER, Celso Henrique. *Serviço militar e nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul – o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Porto Alegre UFRGS, 1996. (Dissertação de Mestrado em História).

### 3.2.3.2 Sociedades de cavalarianos

De acordo com a fonte acima citada, no Rio Grande do Sul, há o registro da existência, ao todo, de 49 sociedades de cavalarianos. Trinta e duas estavam localizadas em Santa Cruz (que na época englobava os territórios dos atuais municípios de Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Herveiras e Gramado Xavier); sete em Venâncio Aires; seis em Rio Pardo (que estavam sediadas no território do atual município de Candelária, que obteve a sua emancipação política e administrativa em 1925); duas em Cruz Alta (localizadas em Neu Württemberg, hoje Panambi); uma em Santa Maria (São Pedro) e uma em Ijuí.<sup>150</sup> As sociedades de cavalarianos são, portanto, características da vida social do Vale do Rio Pardo. Em outras áreas de colonização germânica do RS, são raríssimos os casos de existência de *Vereine* de cavalarianos. Ao que tudo indica, Santa Cruz foi o berço dessas sociedades e as que foram fundadas em outras localidades de população de ascendência germânica foram organizadas nos moldes das de Santa Cruz.

Como já referido no capítulo 2, as sociedades de cavalaria são típicas das regiões coloniais do RS. Na Alemanha não existiram sociedades similares de caráter desportivo-recreativo. As sociedades de lanceiros que apareceram em algumas áreas coloniais alemãs do Estado são, provavelmente, uma adaptação de antigos regimentos militares existentes na Alemanha para organizações lúdicas na nova *Heimat*. Para Kipper, ex-soldados que tinham participado das guerras de unificação, ao se fixarem nas colônias no Brasil, resolveram fundar sociedades de cavalaria, não em moldes guerreiros, mas desportivos, para que pudessem recordar aspectos de sua vida passada no exército e para exibir suas destrezas de cavaleiros e sua habilidade no manejo da lança.<sup>151</sup>

Dentre as sociedades de cavalarianos estão incluídos os ulanos e os lanceiros (*Stechvereine*). As sociedades de Ulanos do RS copiaram dos ulanos da cavalaria alemã sua organização, sua disciplina militar e a indumentária, que aqui sofreu ligeiras adaptações. Conforme relata Kipper, o uniforme de seus integrantes era assemelhado à farda dos oficiais dos regimentos de ulanos da Alemanha:

---

<sup>150</sup> Verband Deutscher Vereine, op. cit. p.348-60.

<sup>151</sup> KIPPER, Maria Hoppe. *Sociedades de cavalaria em área de colonização alemã* (Santa Cruz do Sul – RS). São Leopoldo: mimeog., 1967. p. 22.



A túnica, de corte e aparência militar, era de boa lã azul-marinho, com punhos, gola e peito vermelho escuro. O peitilho, mais largo nos ombros e afinado em direção à cintura, era ladeado por botões brilhantes de metal dourado. Nesse peitilho eram presas as medalhas que o Ulanos conquistava nos torneios. A túnica era bastante longa e ajustada ao corpo. Um cinto do mesmo tecido da túnica, debruado também de vermelho contornava a cintura. Aos ombros a túnica levava dragonas brancas com debruns e guarnições de metal dourado.<sup>152</sup>

A calça de cor branca usada pelos ulanos tinha as pernas enfiadas dentro de longas botas de couro preto. Na cabeça, usavam um capacete de couro preto brilhante, de pala curta, e que tinha no alto um pequeno retângulo também feito de couro, onde era preso um penacho de crina de cavalo branco, que pendia garbosamente para o lado. Nas laterais do capacete, era fixado um barbicacho de metal dourado, que passava sob o queixo e servia para firmar o capacete à cabeça. Ao capacete, ficava fixado ainda um torsal branco, que rodeava o pescoço do ulano e que caía, em duas borlas, no lado esquerdo do peito. O distintivo da sociedade, à qual pertencia o cavalarião, ia na testa do capacete.<sup>153</sup>

A “arma” do ulano era uma comprimida lança de madeira, que tinha uma ponta de metal polida e reluzente. Nos torneios, as lanças serviam para atingir um alvo circular de couro, de cerca de 15 centímetros de diâmetro, onde existiam 12 furos numerados. O do centro era o de numeração maior.

Quando da realização de desfiles, os cavalariãos prendiam uma bandeirinha no topo de suas lanças. Nessas ocasiões, o comandante e guia de desfiles, o porta-bandeira e os oficiais da bandeira da sociedade usavam espadas prateadas ao invés de lanças. Esses sabres tinham caráter apenas decorativo e não eram utilizados em atividades esportivas.

Os ulanos se caracterizavam e se distinguiram das sociedades de lanceiros por usarem uniformes mais vistosos e mais caros (aos moldes da cavalaria alemã), pela imponência dos cavalos brancos que possuíam e por realizarem desfiles e festas mais pomposos. No município de Santa Cruz, teriam existido somente três sociedades de ulanos. Integrado pela elite da sociedade local, o *Ulanenklub Santa Cruz*, fundado em janeiro de 1885, desfilou garbosamente pelas ruas da cidade por mais de 50 anos e extinguiu-se somente em 1938. Em

---

<sup>152</sup> Ibidem p. 30-31.

<sup>153</sup> Descrição feita a partir de Kipper (1967), op. cit. p. 31 e de análises fotográficas.

Venâncio Aires, teriam existido associações de ulanos nas localidades de Grã-Pará, Santa Emília, Arroio Bonito, Sampaio, Liberdade e Maria Madalena.

Os *Stechvereine* (sociedades de lanceiros) tinham finalidade e organização quase idênticas às dos ulanos. Sua apresentação externa, entretanto, deixava transparecer maior simplicidade, isto é, menos luxo e pompa no que diz respeito aos uniformes e aos equipamentos. Conforme a historiadora Maria Kipper:

Poder-se-ia caracterizar o "Stechverein" como o "primo-pobre" dos Ulanos. O primo que gostaria de poder equipar-se em esplendor e brilho a seu parente rico, mas que precisa adaptar-se e enquadrar-se dentro de suas possibilidades ( ... ). Os Stechklubs em sua maior simplicidade, em sua maior adaptação ao meio, representam mais caracteristicamente a vida e o "status" social e econômico de grande parte da população da colônia germânica ( ... ).<sup>154</sup>

Cada sociedade de lanceiros tinha o seu uniforme que era, a exemplo dos ulanos, constituído por uma túnica de corte e aparência militar, calças quase sempre brancas enfiadas em botas de diferentes tipos e, na cabeça, um chapéu escuro de feltro. Algumas sociedades adotaram trajés iguais ao das sociedades de atiradores, permitindo, assim, que seus integrantes usassem a mesma vestimenta em associações distintas. Com o passar do tempo, as sociedades diminuiriam as exigências no que tange aos uniformes. Em algumas delas, a túnica foi substituída por um casaco preto comum, e o uso de botas tornou-se facultativo.<sup>155</sup>

As “armas” utilizadas pelos lanceiros eram as mesmas dos ulanos: a lança, que era de propriedade individual de cada sócio, e a espada, usada somente nos desfiles pelo comandante, pelo porta-bandeira e pelos oficiais acompanhantes da bandeira. Os cavalos podiam ser de qualquer cor, e os arreios, os estribos e as esporas dos cavaleiros normalmente eram bem mais simples que os dos ulanos.

As sociedades de lanceiros não tinham sede própria. Geralmente tinham por sede um salão de baile da picada, local onde também funcionava uma casa comercial. A exemplo dos ulanos, essas sociedades podiam ser integradas somente por membros do sexo masculino. As mulheres, no entanto, podiam participar dos bailes e assistir aos desfiles e às competições. De tempos em tempos – geralmente a cada dois meses e em um dia de domingo –, cada sociedade

---

<sup>154</sup> Ibidem p. 40.

<sup>155</sup> Ibidem p. 46.

realizava seu torneio. Nessa oportunidade acontecia o desfile dos cavalarianos pelo centro da localidade, com bandeira, espadas e lança, até o local das competições. Ali se realizavam exercícios de treinamento de manejo da lança e ocorriam demonstrações de habilidade dos cavalarianos. À tarde, ocorriam os torneios de lançadas ao alvo, das quais participavam todos os sócios ativos.

A competição propriamente dita consistia em conseguir deixar na ponta da lança, com o cavalo em plena carreira, o alvo circular de couro. Para conseguir tal intento, era necessário introduzir a lança em um dos doze furos do alvo. Cada lanceiro, alternadamente, realizava a prova três vezes. No final, eram computados os pontos obtidos pelos concorrentes individualmente e apurados os vencedores. O furo do centro do escudo conferia 12 pontos ao acertador, e os demais atribuíam pontuação decrescente, de onze a um, de acordo com a posição mais central ou mais periférica do furo no alvo. Conseqüentemente, a maior soma de pontos que podia ser obtida por um competidor era de 36, isso para quem conseguisse acertar três vezes o centro do alvo, tarefa considerada difícilíssima, mesmo para os mais exímios lanceiros.<sup>156</sup>

A festa normalmente terminava à noite, com um baile, onde associados e familiares, sociedades convidadas das redondezas e a comunidade em geral participavam. Torneios maiores em que eram reunidas diversas sociedades das circunvizinhanças também ocorriam. Algumas sociedades aproveitavam datas comemorativas especiais, como a do aniversário do *Kaiser*, a da Proclamação da Independência ou da República do Brasil e outras, para fazer a festa. A *Stiftungsfest* (festa de fundação da sociedade) e o *Königsfest* (festa do rei) eram oportunidades que não podiam passar em branco.

Anualmente, cada sociedade de ulano e de *Stechverein* realizava seu tradicional *Königsfest*. Nessa festa, o campeão do torneio era, à noite, durante o baile, coroado rei. Como honra ao mérito, recebia o Talabarte, que era por ele orgulhosamente ostentado em todas as competições e nos desfiles em que sua sociedade participava ao longo do ano. Conforme Kipper:

O Talabarte é uma espécie de faixa ou colar de couro que é usado em volta do pescoço ou então cruzado em diagonal sobre o peito e as costas. No Talabarte

---

<sup>156</sup> Ibidem p. 32 e 45.

são presas placas comemorativas de prata em forma de pequeno escudo, uma para cada ano de existência da sociedade.<sup>157</sup>

Marinês Neumann, em dissertação de mestrado recentemente defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, explicou a organização administrativa de um *Verein*. Tomando como paradigma a Sociedade de Lanceiros Tiradentes, fundada em 06 de janeiro de 1929, em São Martinho, interior do município de Santa Cruz do Sul, percebe-se que todos os cargos diretivos da associação – presidente, tesoureiro e secretário, com seus respectivos vices – eram escolhidos por votação. Ao presidente cabia a tarefa de dar abertura e coordenar as reuniões bimensais, oportunidade em que diferentes assuntos pertinentes à sociedade eram debatidos pelos associados. Somente após, iniciavam-se os jogos de disputa de prêmios. A função do tesoureiro era a de controlar e zelar pelas finanças da sociedade. Ao secretário cabia o compromisso de elaborar as atas, redigir convites e organizar os demais documentos do *Verein*. A sociedade elegia também o Comandante, uma espécie de representante da sociedade, a quem cabia a tarefa de fazer os pronunciamentos em encontros de sociedades.<sup>158</sup>

A admissão de novos sócios era realizada através da balotagem. Por esse sistema, cada associado podia decidir sobre a entrada ou não de um novo membro no grupo. A balotagem era uma prática prevista nos estatutos de praticamente todos os *Vereine*. Kipper descreveu bem esse sistema, exemplificando-o a partir de uma sociedade de ulanos:

O jovem de mais de 18 anos, que fosse conhecido como pessoa de bem e que tivesse posses que lhe permitissem possuir um cavalo e comprar sua lança e seu uniforme completo de Ulano, podia manifestar a um membro da sociedade o seu desejo de entrar para a mesma. O sócio então submetia o nome do candidato à apreciação dos demais sócios durante uma assembléia, realizando-se então a votação pró ou contra sua admissão. Havia um curioso sistema de votação. Cada sócio votava a favor, colocando uma bolinha branca dentro de um recipiente fechado que servia de urna, ou contra, pondo uma bolinha preta. Concluída essa cerimônia, denominada Balotagem, as bolinhas eram contadas e o sócio era informado do resultado.<sup>159</sup>

Muitas sociedades, ao invés de se valerem de bolinhas brancas e pretas, utilizaram grãos de feijão e de milho nas votações. O objetivo manifesto de fazer a votação de aceitação

<sup>157</sup> Ibidem p. 46.

<sup>158</sup> NEUMANN, Marins Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade nacional (1850-1950)*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional). p. 99-100.

<sup>159</sup> Kipper (1967), op. cit. p. 30.

ou não de um novo membro era o de impedir o acesso de pessoas indesejadas ao quadro social.

As sociedades de cavalaria, a exemplo das outras, se constituíram em importantes espaços de sociabilidade. Ali relações de amizade, de camaradagem, de respeito e de confiança entre as pessoas puderam ser construídas. Em um ambiente social, onde esses elementos estão presentes, a criação e participação ativa em novos grupos horizontais é facilitada. Quanto mais densas essas redes, mais provavelmente os membros de uma comunidade cooperarão para o benefício mútuo.

### 3.2.3.3 Sociedades culturais

Nas regiões de colonização alemã do RS, desenvolveu-se também grande número de associações de caráter eminentemente cultural. Eram os *Vereine* de canto, de teatro, de leitura, de música. Como quase todos eles tinham por esteio a língua alemã, a maioria desapareceu com a nacionalização promovida pelo Estado Novo a partir de 1938.

Tomemos o caso do *Gesangverein Liedertafel*, que foi criado na vila de Santa Cruz em 1887. Essa sociedade de cantores ganhou, no ano de 1898, o título de melhor coral em um Encontro Estadual promovido na cidade de Porto Alegre. Durante a Primeira Guerra Mundial, o coral enfrentou sérias dificuldades, inclusive deixando de existir por vários anos. Em 1937, ano do seu cinquentenário, eram 39 os integrantes da sociedade. Nas festividades comemorativas do seu jubileu houve a participação de Ilse Thomas, cantora do Rio de Janeiro, e de corais da região, entre os quais: *Cäcillienverein*, de Santa Cruz; *Männergesangverein*, de Santa Cruz; *Gesangverein Concórdia*, do distrito de Sinimbu; *Gesangverein Frohsinn*, do distrito de Trombudo; *Gesangverein Frohsinn*, da Picada Velha; e *Männerschor*, de Cerro Branco.<sup>160</sup>

A Orquestra Estudantina também marcou época no município. Criada em 1898, realizou seu primeiro concerto no fim daquela mesmo ano. Com a chegada do cinema mudo à

---

<sup>160</sup> GESANGVEREIN LIEDERTAFEL: 50 JAHRE. Santa Cruz, 1937.

cidade, passou a apresentar-se com melodias próprias para cada filme. Juntamente com a orquestra de concertos Lyra, as operetas, as sociedades de canto e os grupos de teatro mantiveram viva a cultura local. Era principalmente a emergente classe média urbana que mantinha e participava ativamente dessas associações culturais.

Em Venâncio Aires, no ano de 1924, existiam 55 sociedades. Dessas, 24 tinham finalidade cultural: 14 se dedicavam ao canto; 5 promoviam a leitura entre seus adeptos; 4 eram de música e havia uma que se dedicava ao teatro.

O canto era presença constante na vida dos imigrantes alemães e de seus descendentes. Cantava-se nos momentos de alegria e também nos de adversidade. Cantava-se sozinho, em conjunto com a família, na companhia de amigos, na realização de trabalhos coletivos ou em sociedade. Das sociedades de canto existentes na década de 1920, Hilda Flores constatou que seis ainda persistiam em atividade no final da década de 1970. Eram a Sociedade de Leitura e Canto Jovialidade, de Alto Sampaio, fundada em 1892; a Sociedade de Canto Bom Humor, de Linha Cecília, fundada em 1896; a Sociedade de Canto Progresso, de Linha Brasil; a Sociedade de Canto Aliança, de Vila Deodoro; e a Sociedade de Canto Esportiva, de Arroio Grande.

Tomando como paradigma a Sociedade de Canto Jovialidade (*Frohsinn*), constata-se que sua fundação se dá quando eram decorridos apenas 16 anos do povoamento das linhas Santana e Andréas, colonizadas por imigrantes boêmios no vale do Alto Sampaio. Otto Albrecht, neto septuagenário de um dos fundadores da entidade, teria afirmado “(...) que antigamente, antes de fundarem a sua Sociedade, as pessoas se reuniam quando podiam para conversar e cantar. Cantavam no lar, em festas, cultos de igreja, enterros e reuniões sociais.”<sup>161</sup>

Em 1900, moradores da área resolveram criar ali também uma sociedade de leituras. Em 1904, fundiram as duas agremiações, dando então origem à Sociedade de Leitura e Canto *Frohsinn* (Jovialidade). A sociedade, desde então, tornou-se referência para os moradores das redondezas, por concentrar um grande número de iniciativas sociais e culturais. Presentemente, essa sociedade possui cerca de 200 associados. O coral misto ainda se reúne

---

<sup>161</sup> Flores, op. cit. p. 180.

mensalmente para ensaios. O acervo da biblioteca, estimado em 3.800 volumes, a maioria no idioma alemão, praticamente não é movimentado. Atualmente, são raros os que lêem em alemão, mais precisamente, o alemão gótico. A realização de bailes, os torneios de bolãozinho de mesa, os jogos de bocha, de cartas e de futebol constituem, hoje em dia, os maiores atrativos da Sociedade.

Na vila da freguesia de São Sebastião (hoje cidade de Venâncio Aires), um grupo de amigos criou, em 1887, o *Lesenverein* (Sociedade de Leituras). Além da biblioteca e da sala de leituras, no *Lesenverein* se realizavam bailes e festas. Os associados também se divertiam jogando bilhar, xadrez, bolão, pingue-pongue, basquete, tênis e futebol. Entre 1936 e 1953, o clube social abrigou, em suas dependências, sessões de cinema. A partir de 1938, a sociedade teve problemas com o programa nacionalizador, passando a ser denominada de Clube do Comércio.

Soveral registra que, a exemplo das Caixas *Raiffeisen*, também seria impossível que os *Lesenvereine* se desenvolvessem em outras partes do Estado.

São verdadeiras bibliotecas populares sempre em dia com tudo quanto se publica em língua germânica no país e no estrangeiro. E, o que assombra nelas, é o fato inconcebível entre latinos, de o mesmo livro ou folheto, o mesmo jornal ou revista circular de mão em mão pelas linhas coloniais, de casa em casa, e voltar intacto para as estantes da sociedade. Com elas e com as sociedades escolares se explica o alto senso cultural da colônia e o fato de nela encontrar sempre acolhimento e auxílio todas as idéias e todos os cometimentos dignos de experiência e de amparo.<sup>162</sup>

Grupos teatrais e peças de teatro também marcaram presença nas áreas em que imigrantes alemães e seus descendentes se localizaram. Avé-Lallemant, ao percorrer a Província em 1858, afirmou que no segundo dia de estada na capital, lhe convidaram para ir ao “Teatro Alemão”. Ao teatro, que lhe fizera lembrar o de sua terra natal, Lubeck, “chegava o meu querido povo alemão de todas as categorias, gente bem vestida e até bonita, e, ordenadamente, cortesmente, cada um ocupava o seu respectivo lugar; vinham famílias inteiras, pai, mãe e meia dúzia de queridas crianças (...)”.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> Soveral, op. cit. p. 166.

<sup>163</sup> Avé-Lallemant, op. cit. p. 113.

A incorporação de jovens em grupos de teatros, em corais, em clubes de leitura, em associações esportivas e recreativas e em grupos de natureza religiosa eram formas de a comunidade ocupar e formar, em atividades sadias, os membros da comunidade e de lhes dar uma formação pós-escolar.

As sociedades culturais e recreativas e as associações esportivas, com o passar do tempo, tornaram-se espaços privilegiados para o exercício da sociabilidade, para o entretenimento e para a manifestação de valores comuns. Se a participação de indivíduos em clubes de serviços, ligas esportivas, direção de museus e bibliotecas e a participação em conselhos curadores é considerada forma de aumentar os estoques de capital social numa comunidade, o pertencimento a um *Lesenverein*, *Gesangverein* ou outra sociedade de finalidade recreativa certamente também pode ser considerada.

#### 3.2.3.4 Sociedades de bolão

O jogo de bolão (*Kegelspiel*) é um esporte bastante difundido nas áreas de colonização alemã do RS. O bolão, muito provavelmente, é de origem germânica e decorreu do costume de arremessar pedras em objetos diversos. Antigamente, as canchas eram feitas de barro socado misturado com limalha de ferro e ou areia fina.<sup>164</sup>

Os grupos de bolão, no passado, se reuniam aos sábados ou nos domingos, ocasião que era aproveitada pelos integrantes para conversar, tomar cerveja com amigos e comemorar a vitória do bolonista que havia derrubado o maior número de pinos. As primeiras sociedades de bolão eram exclusivamente masculinas. Mais tarde, também as mulheres e os casais criaram seus grupos.

O jogo de bolão consiste em arremessar uma bola de dois furos em uma cancha de, aproximadamente, 20 metros de comprimento e derrubar os nove pinos armados na extremidade oposta da pista. O jogo também pode ser jogado com uma bola pequena, sem furos, que pesa em torno de 3 quilos. O bolão é um esporte parecido com o boliche. Nesse

---

<sup>164</sup> Fachel, op. cit. p. 317-18.



último, no entanto, o jogador tem 10 pinos para derrubar. A bola de boliche tem também três furos, enquanto a de bolão possui dois. Ali os dedos polegar e anelar são utilizados para dar direção e força à bola. Outro detalhe que diferencia ambos os esportes é a cancha. Enquanto no boliche a pista é toda da mesma largura, da marca de arremesso até os pinos, no bolão ela começa estreita e se alarga antes de chegar aos pinos. Antigamente, a bola de bolão era feita de madeira natural torneada. A bola masculina pesava cerca de 9 quilos, e a feminina, 7 quilos. Atualmente, a bola é fabricada com serragem compostada. A masculina tem um peso que varia entre os 10,5 e 11 quilos, e o peso da feminina fica na casa dos 9 quilos.

Em 1963, José Fraga Fachel contabilizou a existência, somente na área urbana de Santa Cruz do Sul, de 19 grupos masculinos de bolão e de 5 grupos femininos. Os grupos normalmente faziam algumas reuniões festivas durante o ano, oportunidade em que os membros eram acompanhados pelo cônjuge. Cada grupo de bolão tinha uma diretoria eleita anualmente. Cada integrante precisava contribuir financeiramente para a manutenção do grupo. Os encontros do grupo eram semanais e as reuniões antecediam as disputas. Quase sempre o critério para a entrada de um novo sócio era a unanimidade, através da balotagem. Dependendo da condição financeira dos integrantes, as disputas eram ainda precedidas de um jantar. Nas noitadas, costumavam cantar antigas canções alemãs, canções carnavalescas e outras canções do folclore brasileiro. Era praxe ainda os grupos de bolão realizarem torneios em que se faziam presentes diversos grupos e participarem de excursões para disputas em outras localidades.<sup>165</sup>

Entre os homens, Fachel apurou que os assuntos mais tratados nos encontros semanais eram, pela ordem: esportes, acontecimentos da cidade, anedotas, pescarias, política, problemas do Estado e do país, viagens, problemas da cidade, caçadas, automóveis, mulheres, problemas do município, problemas de firmas, problemas internacionais, agricultura, negócios, cinema, problemas com empregados, escândalos na sociedade, educação dos filhos, problemas industriais e outros.<sup>166</sup> Os grupos de bolão, portanto, eram mais um canal de que dispunham seus integrantes para conversar, se instruir e formar opinião sobre determinado assunto.

---

<sup>165</sup> Ibidem p. 319-26.

<sup>166</sup> Ibidem p. 327-28.

### 3.2.3.5 Sociedades de damas

As sociedades de cavalarianos foram constituídas somente por homens. As de atiradores e as de bolão, embora inicialmente fossem privativas do sexo masculino, com o passar do tempo tornaram-se prática também das mulheres nas regiões coloniais.

Além das sociedades de atiradores, de cavalarianos e de bolonistas, proliferaram também nas áreas de colonização alemã grande número de associações de dama. Dentre as *Damenvereine*, destacaram-se as de atiradoras, as de bolão de prancha, as de bolãozinho de mesa e as de loto ou víspora. Muitas delas, com o passar dos anos, alteraram a sua atividade-fim.

Tome-se como parâmetro a comunidade de Linha Cecília, de Venâncio Aires, para tentar demonstrar o papel das sociedades femininas no meio rural. Linha Cecília é uma localidade habitada por mais ou menos 100 famílias que fica localizada a cerca de 12 quilômetros da sede do município. A população é composta por descendentes de imigrantes boêmios que a partir de 1877 passaram a ocupar a picada. A agricultura, especialmente a produção de fumo, constitui a base econômica da comunidade. Lá, funcionando junto à sede social da Sociedade Cultural Bom-Humor,<sup>167</sup> fundada em 1892, encontra-se a Sociedade de Damas Concórdia. O *Verein*, fundado em 1931, possui 94 sócias, que se dedicam ao jogo de bolãozinho de mesa. Depois de integrarem por 30 anos a sociedade, os membros tornam-se sócios honorários, não precisando mais pagar anuidade. As reuniões são mensais e ocorrem no primeiro domingo do mês. Mas a participação em festas promovidas por outros *Vereine* é freqüentes. A exemplo de outras sociedades de dama, a Concórdia possui uniforme. Esse, obrigatoriamente, deve ser usado em enterros e festas. A maior parte das integrantes dessa sociedade participa também do Clube de Mães. Os clubes de mães existentes em vários lugares do interior do município e da região foram criados há vários anos sob a inspiração da EMATER e se mantiveram. São feitas reuniões periódicas para discutir receitas, fazer trabalhos manuais, medir a pressão, fazer injeções e realizar partidas de loto. Há ainda na

---

<sup>167</sup> Em 1896, um grupo de 32 pessoas criou o *Gesangverein Frohsinn* (Sociedade de Canto Bom Humor) em Cecília. Durante sete décadas, a sociedade funcionou em diversos salões particulares. A partir de 1966, passou a contar com sede própria. Nesse prédio também funcionam as demais associações existentes na localidade. O canto e o tiro ao alvo foram abandonados pela sociedade à época da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, os 56 sócios ativos e 48 honorários que integram o *Verein*, praticam o jogo de bocha, de bolãozinho de mesa, de cartas e outros jogos.

localidade uma sociedade Hídrica e a da Juventude Julice que funcionam no mesmo prédio.

De forma idêntica às demais associações, as sociedades de dama são formadas em base local, oportunizando espaços em que suas integrantes possam se encontrar e provocando uma constante vinculação entre as mesmas. As afiliadas discutem o estatuto da entidade, participam de reuniões, deliberam, votam e são votadas para cargos diretivos, pagam anuidades e, eventualmente, lêem documentos ou materiais distribuídos pela sociedade. A participação em sociedades gera compromisso cívico. Só que os gestores municipais desconhecem completamente esse potencial existente nas pequenas comunidades interioranas.

### **3.2.3.6 Espaços de sociabilidade e desenvolvimento**

As inúmeras sociedades recreativas e as associações esportivas que surgiram nas áreas de colonização alemã do Sul do Brasil, com o passar do tempo, tornaram-se espaços privilegiados para o exercício da sociabilidade, para o entretenimento e para a manifestação de valores comuns. Serviram também para desenvolver relações de amizade, de solidariedade, de confiança recíproca e de cooperação entre seus membros. Defendem muitos pesquisadores, entres os quais se inclui indiscutivelmente Putnam, que a participação de indivíduos em sociedades recreativas e culturais, em clubes de serviços, em ligas esportivas, em direções de museus e bibliotecas e a participação em conselhos curadores seriam também formas de aumentar os estoques daquilo que denominam capital social. Ou seja, a participação em associações voluntárias e em clubes geraria normas de confiança entre seus membros, produzindo uma cooperação cívica, elemento-chave não só para a participação política democrática do cidadão, mas para o crescimento econômico e o desenvolvimento local de uma região.

A forte tradição comunitária, as práticas associativas e a identidade étnica parecem ter tido importância vital para o impulso inicial das regiões coloniais alemãs do RS. É por isso que, na ausência ou omissão do Estado, organizações comunitárias trataram de resolver os problemas. Ao invés da passividade diante dos obstáculos, as próprias comunidades mobilizaram-se por prover, através de associações, escolas para as crianças de sua localidade; por, coletivamente, abrir ou manter estradas; por solucionar diferenças religiosas e erigir

templos, hospitais e salões comunitários; por manter cemitérios e por criar associações hídricas. Desenvolveram, nesse sentido, iniciativas coletivas situadas a meio caminho entre o mundo privado e o mundo público e contribuíram, decisivamente, para o surgimento daquilo que muitos denominam atualmente de “sociedade civil”.

Seguindo por esse campo de análise, pode-se chegar à conclusão de que há um potencial comunitário extraordinário nas áreas de colonização em estudo. Esse potencial, em grande parcela, está adormecido, mas pode ser despertado e colocado em marcha. Nos municípios coloniais existem ainda hoje dezenas de milhares de associações horizontais que formam um conjunto de intrincadas redes sociais. São as sociedades hídricas, os clubes de mães, as sociedades de cantores, as sociedades de atiradores, as sociedades de damas, os clubes de futebol, as associações de moradores de bairros, as várias sociedades beneficentes e recreativas. Todas elas reunidas tornam possível o desenvolvimento de relações recíprocas de confiança e de solidariedade.

### **3.2.4 Associações de produtores**

O cooperativismo é um produtor natural de capital social. Desde o seu início, é uma doutrina baseada em princípios universais regidos pela solidariedade. O RS é o berço do cooperativismo brasileiro. Seu surgimento está umbilicalmente ligado ao trabalho desenvolvido pela Igreja da Imigração em território gaúcho e seu surgimento deve muito aos *Katholikentage*.

Como apontado anteriormente, a *Aufklaerung* indispsôs setores do clero alemão com o Estado. A chegada de padres jesuítas ao RS – uma decorrência dessa disputa política travada na Europa – fez com que aqui os padres procurassem tomar medidas para proteger o rebanho formado por teuto-descendentes dos ideais liberal e positivista. O liberalismo entre a população de origem germânica da Província foi divulgado especialmente por um grupo de *Brummers*, que tinha como expoente o jornalista Karl von Koseritz. Já o positivismo foi irradiado a partir da capital, Porto Alegre, que acabou concentrando o núcleo positivista mais forte do país. Para blindar os fiéis de ascendência alemã dessas ideologias, católicos e evangélicos promoveram, a partir do final do século XIX, uma espécie de Restauração entre

os seus fiéis do RS. Os evangélicos reuniram as diferentes comunidades religiosas isoladas e, em 1886, criaram o Sínodo Rio-Grandense. Partiram para a estruturação de novas comunidades religiosas, criaram escolas paroquiais evangélicas, investiram em jornais e em almanaques e procuraram organizar os produtores rurais em uma Liga com o fito de combater continuamente o liberalismo e o positivismo. Os católicos procuraram reproduzir em solo gaúcho organizações que haviam tido relativo sucesso na Alemanha. Dentre essas organizações, os mais importantes, quiçá, tenham sido os congressos ou os dias católicos.

Os *Katholikentage*, ou Congressos Católicos de teuto-brasileiros, foram uma réplica das Assembléias Gerais de Católicos existentes na Alemanha e na Áustria. Naqueles países, esses encontros já tinham uma tradição de meio século quando começaram no Sul do Brasil. No início realizados anualmente no RS e posteriormente a cada dois anos, se espelharam nos seus homônimos existentes na Europa. Conforme Schallenberger,<sup>168</sup> a pauta dos sucessivos congressos girou em torno de quatro eixos temáticos fundamentais: a) a formação espiritual e intelectual; b) a conduta moral; c) a organização social; e d) os problemas práticos do cotidiano dos teuto-brasileiros. Esses encontros, como vai ser demonstrado a seguir, se tornariam os grandes fomentadores do associativismo católico no Estado. As decisões dos congressos, embora aparentemente fossem tomadas pelos participantes, na verdade refletiam as intenções dos padres jesuítas envolvidos na organização dos mesmos.

O I *Katholikentag* foi realizado na vila Harmonia, junto ao rio Caí, em 1898. Teve no padre jesuíta Pedro Gasper, natural de Düren, Renânia, seu principal mentor.<sup>169</sup> A criação do *Lehrerverein* ou Associação dos Professores Paroquiais foi o grande fruto desse I Congresso. Tanto a Associação dos Professores quanto os Congressos Católicos se institucionalizaram e funcionaram de forma mais ou menos regular até 1940.<sup>170</sup> Desapareceram a partir de então, muito como decorrência da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo. A entidade editou o *Jornal do Professor (Lehrerzeitung)*, fez publicar manuais didáticos, incentivou a criação de associações escolares para manter e cuidar das escolas e fundou, em 1923, um educandário para a formação de professores – a Escola Normal Católica –, sediada inicialmente em Estrela, depois em Arroio do Meio e, por fim, em Hamburgo Velho.

No ano de 1936, o *Lehrerverein* chegou a ter 368 associados, abrangendo a grande

---

<sup>168</sup> Ibidem p. 252.

<sup>169</sup> Rabuske, op. cit. p. 35 e 36.

<sup>170</sup> Rambo, op cit p. 108-16.

maioria dos professores paroquiais católicos de então. Desde o início, esteve dividido em seções regionais - uma das quais era a de Santa Cruz do Sul -, o que viabilizava reuniões de professores locais e a estruturação da associação. No ano de sua fundação contou com oito seções regionais, número que foi ampliado para 20 no ano de 1936.<sup>171</sup>

A preocupação com o bem-estar material dos colonos ficou refletida no Terceiro Congresso Católico, realizado em 1900 em Santa Catarina da Feliz. Naquela ocasião, sob a inspiração do padre Teodoro Amstad, e tendo como estereótipo os *Bauernvereine* existentes na Alemanha, houve a fundação da Associação Rio-Grandense de Agricultores, cujo nome inicial também foi *Bauernverein*.<sup>172</sup> Essa entidade, embora criada por católicos, tinha caráter ecumênico (religioso) e étnico. Pretendeu ser uma espécie de federação que congregaria associações locais de agricultores.<sup>173</sup> “Sua finalidade era a de pôr o Rio Grande do Sul em condições de ele mesmo remediar, na medida do possível, as suas necessidades em questão de gêneros alimentícios, de vestuário, ferramentas e instalações domésticas.”<sup>174</sup>

Amstad diagnosticou existir, à época, um empobrecimento generalizado da agricultura rio-grandense. Para ele, o principal problema dos colonos – mas não o único – era a existência de um desequilíbrio entre o poder de compra e de venda dos agricultores. Essa disparidade teria sua origem na dependência do Brasil em relação aos países estrangeiros industrializados, dependência internacional esta que comparou a uma nova forma de escravidão e uma ameaça para o país. Como consequência interna dessa dependência econômica, o colono, ao vender a sua produção agrícola nas casas comerciais, ganharia pouco dinheiro em troca porque essa mercadoria vendida conteria pouco valor agregado. Já para adquirir no mercado a tralha importada, teria que desembolsar um alto valor. Para fazer frente a essa dependência, sugeriu a redução das importações, a industrialização da matéria-prima local, a montagem de uma rede de proteção social, e a criação de uma grande associação de auxílio mútuo.<sup>175</sup> O temor dos padres era o de que o empobrecimento das colônias levasse à “caboclicação” dos teuto-brasileiros. Para tanto, a solidariedade e a cooperação entre os colonos seria, juntamente com

<sup>171</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 108.

<sup>172</sup> Rabuske, op. cit. p. 37.

<sup>173</sup> Conforme seus estatutos, o *Bauernverein* se dividia em associações de picadas, distritos e municípios. Os membros de uma picada ou de várias picadas formavam a Associação da Picada. As associações das picadas de um distrito formavam a Associação Distrital. As associações de distritos de cada município formavam a Associação Municipal. Finalmente, todas as associações municipais do Estado formavam a Associação Rio-Grandense de Agricultores. Cfe. RABUSKE, op cit. p. 41.

<sup>174</sup> Ibidem p. 40.

<sup>175</sup> Gertz (1992), op. cit. p. 558-59.

a organização, diversificação, aumento da produtividade e industrialização da produção agrícola, o melhor corretivo para a situação.<sup>176</sup>

Concebido em decorrência da militância de lideranças religiosas e comunitárias no vácuo de uma política social do Estado, o *Bauernverein* buscou o desenvolvimento solidário e autônomo das comunidades coloniais alemãs do RS. Seus dois mais importantes e duradouros resultados, de acordo com Amstad, foram a fundação das colônias de Serro Azul (atual Cerro Largo) e de Boa Vista (atual Santo Cristo) e a fundação das Caixas Econômicas Rurais do sistema *Raiffeisen*.<sup>177</sup> A primeira iniciativa procurou reproduzir a produção familiar e a organização comunitária em áreas ainda não povoadas do RS, desafogando, desse modo, os lotes superpovoados de algumas das áreas coloniais. Já as Caixas de Crédito e Empréstimo viriam a se tornar importantes fomentadoras de desenvolvimento local/regional.

Em 1906, época em que atinge seu auge, o *Bauernverein* possuía 2.000 associados. Se o número de componentes não é muito significativo, não se pode desconsiderar o fato de que, em tese, integrava os agricultores mais dinâmicos e esclarecidos, ou seja, aqueles agentes sociais mais interessados em promover a solidariedade e a organização entre os colonos.<sup>178</sup>

O *Bauernverein*, que foi uma importante experiência associativista existente no início do século XX no RS, conheceu seu fim, segundo Gertz,<sup>179</sup> pelos seguintes motivos: a) pelo seu caráter interconfessional; b) por ser um projeto essencialmente agrário-camponês, o que o afastava dos interesses econômicos da elite urbana, principalmente dos banqueiros e comerciantes sediados em Porto Alegre; c) a pressão exercida pelo governo do Estado para que a Associação se transformasse em sindicato, o que acabou ocorrendo em 1909. Ao tornar-se sindicato, a entidade perdeu sua autonomia e vinculou-se aos interesses do Estado. Lideranças católicas e evangélicas luteranas abandonaram então a organização.

Decorridos pouco mais de 10 anos de funcionamento do *Bauernverein*, os católicos resolveram criar uma nova entidade central tendo por molde a Sociedade União

---

<sup>176</sup> Schallenberger, op. cit. p. 270-71.

<sup>177</sup> Rabuske, op. cit. p. 37.

<sup>178</sup> Gertz (1992), op. cit. p. 560

<sup>179</sup> Ibidem p. 562-64.

Popular da Suíça. No IX *Katholikentag*, realizado de 25 a 27 de fevereiro de 1912 na cidade de Venâncio Aires, decidiram pela criação da Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul – *Volksverein für die deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul*.<sup>180</sup>

Diferentemente do *Bauernverein*, o *Volksverein* possuía caráter notadamente étnico e confessional. Seus dirigentes, espelhando uma determinação da congregação dos jesuítas, defendiam a preservação da língua alemã e da cultura germânica e a manutenção dos vínculos comunitários existentes. Consideravam esses elementos como sendo de relevância vital não somente para o sucesso do associativismo católico, mas também para impedir a degradação das relações sociais dos teuto-brasileiros católicos.

A União Popular procurou organizar-se em distritos. A entidade era formada por diferentes categorias profissionais, integrando segmentos sociais da cidade com os do meio rural. Apenas um ano após ser fundada, já contava com 60 distritos (5 dos quais localizados em Santa Cruz) e com cerca de 7.000 associados. Em 1914, o número de sócios subiu para 9.000.<sup>181</sup> Durante a I Guerra Mundial (1914-1918), as atividades do *Volksverein* diminuíram significativamente em decorrência da repressão à língua e à cultura germânica, que passou a ser promovida pelo governo brasileiro. Também os *Katholikentage*, que eram a força motriz de mobilização dos teuto-brasileiros, deixaram de ocorrer depois de 1916, sendo retomados apenas em 1926.<sup>182</sup> Refletindo esses acontecimentos, em 1922 o número de sócios do *Volksverein* baixou para cerca de 3.000 e, posteriormente, teria caído para cerca de 1.900 associados. A partir de 1926 a sociedade conseguiu se reerguer. Em 1928, contava com 7.900 integrantes e, em 1930, com 10.000 associados.<sup>183</sup>

---

<sup>180</sup> FINKLER, Arthur. Os imigrantes alemães em Venâncio Aires. *Redes - Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional- UNISC. 150 anos de colonização em Santa Cruz do Sul, 1849-1999*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 4, p. 26-31, ago. 1999.

<sup>181</sup> SCHALLENBERGER, op. cit. p. 316. A partir de uma estatística extraída do *Volksblatt* de 27 de junho de 1934, o autor, na página 400 da sua tese, apresenta uma relação dos 60 distritos da União Popular existentes no RS. Na Colônia Velha, havia 23 distritos; na Colônia Nova, 18; na denominada “Colônia do Meio”, que abrangia a maior parte dos vales dos rios Taquari e Pardo, existiam 19 distritos nas seguintes localidades: Poço das Antas, Arroio Grande, Bom Retiro, Estrela, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Santa Clara, São Gabriel da Estrela, Venâncio Aires, Santa Cruz, Rondinha, Vila Tereza, Boa Vista, Sinimbu, Monte Alverne, Rincão Del Rei, Passo do Sobrado e Agudo. No distrito de Venâncio Aires, por exemplo, havia núcleos de associados nas seguintes localidades: Santa Emília, Sampaio, Santa Tereza, Arroio Bonito, Palanque, Estância Mariante, Cecília, Isabela, Grüne Jäger e mais o da cidade. Cfe. Finkler, op. cit. p. 30.

<sup>182</sup> Gertz (1992), op. cit. p. 567.

<sup>183</sup> Schallenberger, op. cit. p. 379-86.



O periódico *Sankt Paulus-Blatt* passou a ser o órgão oficial de divulgação do *Volksverein*. Além dele, também o almanaque *Der Familienfreund* e o jornal *Volksblatt* foram grandes divulgadores do *Volksverein* e do social-catolicismo no RS. A língua da Associação, congruente com o campo de ação da agremiação, era o alemão.

O *Volksverein* continuou e expandiu algumas das experiências pioneiras iniciadas com o *Bauernverein*. Estimulou o associativismo, sendo as Caixas Rurais o maior resultado desse trabalho, e pugnou pela criação de novas colônias agrícolas. O surto de crédito cooperativo teve início em 1902, com a fundação da Caixa Rural de Nova Petrópolis, que foi a primeira do gênero na América do Sul. Sua atividade bem sucedida inspirou e incentivou a proliferação de caixas Rurais em Bom Princípio, São José do Herval, Cerro Largo, Venâncio Aires, Poço das Antas, Santa Maria, Colônia Selbach, Harmonia, Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Santo Cristo, Rolante, Taquara, Arroio do Meio, Três Arroios, Roca Sales, Serra Cadeado, Sobradinho e Santo Ângelo. Em 1925, contando com a adesão de 18 Caixas Rurais, foi criada a Central das Caixas Rurais.<sup>184</sup> Em 1933, a União contava com 34 cooperativas de crédito organizadas no Sistema *Raiffeisen* e se autoproclamava responsável pelo surgimento de cooperativas de produção, especialmente no ramo do leite, da banha e de cereais.<sup>185</sup> O raio de ação da instituição havia se expandido pelos vizinhos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Além de ter apoiado iniciativas de empresas colonizadoras privadas, no estado de Santa Catarina o *Volksverein* também promoveu diretamente a colonização de Porto Novo (hoje Itapiranga). Organizou grupos de jovens – *Jugendgruppen* – e de senhoras - *Frauenhilfe*. Além disso, construiu, em São Sebastião do Caí, um asilo de velhos com hospital, em parceria com o Estado abriu um leprosário e, paulatinamente, passou a tomar conta da Escola Normal Católica, antes dirigida pelo *Lehrerverein*.<sup>186</sup>

No caso dos protestantes luteranos, principalmente após a fundação, em 1886, do Sínodo Rio-grandense (hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), passou a haver um vínculo espiritual e material muito forte com a Igreja-mãe alemã. De um lado, havia os pastores do Sínodo que realizavam sua formação acadêmica teológica ou seminarística na

<sup>184</sup> FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz – 1919 a 1963*. Florianópolis, 1990 (Dissertação de Mestrado em História da UFSC). p. 176.

<sup>185</sup> Schallenberger, op. cit. p. 395.

<sup>186</sup> Rabuske, op. cit. p. 38.

Alemanha. Procuravam, conseqüentemente, seguir as orientações que vinham do berço do luteranismo e fortalecer a germanidade entre os adeptos da crença. Nesse sentido, não faziam mais do que obedecer à sentença várias vezes publicada: *Kirche und Deuschtum sind auf Leben und Tod miteinander verbunden* (Igreja e germanidade estão ligadas entre si para a vida e para a morte).<sup>187</sup> De outro lado, conforme demonstrado por Dreher, Wachholz e Prien, várias associações evangélicas alemãs auxiliaram financeiramente seus irmãos de fé emigrados para o Sul do Brasil, estabelecendo-se, assim, um vínculo de solidariedade entre o Sínodo Rio-Grandense e a Igreja-mãe.<sup>188</sup>

Seguindo o caminho já trilhado pelos católicos, os evangélicos luteranos fundaram, em 7 de setembro de 1901, a sua Associação de Professores (*Lehrerverein*). As finalidades da entidade eram idênticas àquelas da sua rival. Em 1936, a associação contava com 386 afiliados. Seu órgão de comunicação era o *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*. Em 1927 os professores paroquiais, católicos e evangélicos, inspirando-se numa similar existente na Alemanha desde 1889, criaram a Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros, cuja sede localizava-se em São Paulo.<sup>189</sup>

Os evangélicos luteranos também atuaram decididamente para a fundação da Liga das Uniões Coloniais. De acordo com o professor Gertz, a Revolução de 1923, que no RS levou ao confronto armado os partidários de Assis Brasil e de Borges de Medeiros, teria provocado pânico e insegurança nas regiões de colonização mais recente do Estado, situadas no Centro e no Oeste, sendo seus efeitos sentidos particularmente em locais como Sarandi e Panambi. Como resposta às agressões sofridas, naquelas áreas teriam sido organizadas associações de autodefesa integradas pela própria população local. Tais grupos de autodefesa teriam evoluído posteriormente para as Uniões Coloniais.<sup>190</sup>

Reunidas em Santa Maria, as Uniões Coloniais resolveram, em 26 de janeiro de 1929, fundar a Liga das Uniões Coloniais Rio-Grandenses para “proteger e fomentar os interesses culturais e econômicos dos colonos” teuto-brasileiros.<sup>191</sup> A Liga possuía uma

---

<sup>187</sup> DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: EDUSC, 1984. p. 90.

<sup>188</sup> Ibidem p. 76-87.

<sup>189</sup> Kreutz (1991), op. cit. p. 110.

<sup>190</sup> Gertz (2002), op cit p. 87 e 88.

<sup>191</sup> HERMANN, *apud* Schallenberger, op. cit. p. 449.

Central – inicialmente sediada em Panambi – que tinha a incumbência de integrar e representar os Centros ou as Ligas Regionais. Os Centros, por sua vez, atuando como correias de transmissão, faziam a integração com as Uniões Coloniais, organizadas por distritos e seções. O órgão informativo oficial da Liga era o *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais Riograndenses*. Em setembro de 1931, a tiragem do jornal foi de 14.750 exemplares no vernáculo alemão e de 2.770 na tradução em língua portuguesa, que circulava com o nome de “O Noticiário da Liga das Uniões Coloniais Riograndenses.”<sup>192</sup>

Portanto, a partir de 1929 o *Volksverein* começou a sofrer a concorrência, no meio rural, da Liga das Uniões Coloniais, que passou a se credenciar como legítima defensora e representante dos interesses dos colonos. Enquanto os católicos procuravam se aglutinar em torno do *Volksverein*, foram preferencialmente os evangélicos luteranos que levaram avante a Liga. Bastante influenciados pelos pastores do Sínodo Riograndense, as Uniões Coloniais atuaram, basicamente, como associações de apoio dos interesses dos colonos. Reuniam-se em Centros ou Ligas e buscavam a organização e a valorização da propriedade rural e da produção agrícola. Diferentemente dos católicos, que se ocupavam com todos os aspectos da vida familiar e comunitária, as Uniões Coloniais possuíam caráter interconfessional e objetivos eminentemente econômicos.<sup>193</sup> Em função dos seus interesses econômicos, a Liga passou a incentivar a criação de cooperativas de produtores para alavancar o desenvolvimento rural.

A Liga das Uniões Coloniais, refletindo a influência do luteranismo, procurou aproximar os agricultores das autoridades governamentais para que eles pudessem usufruir de algumas vantagens ou benesses do Estado. Para tanto, intermediou os interesses dos agricultores frente ao governo. Diferenciava-se também nisso do *Volksverein* que, desde o princípio, procurou desenvolver um associativismo cristão autônomo e independente em relação ao Estado. Portanto, a União Popular e a Liga, embora oriundas da mesma matriz – o associativismo cristão –, diferiam no que se refere aos objetivos a serem alcançados e à população que deveria ser abrangida.

Após a fundação da Liga, que teve sua origem nas colônias novas, Uniões Coloniais

---

<sup>192</sup> Schallenberger, op. cit. p. 471.

<sup>193</sup> Ibidem p. 443-48.

passaram a pipocar em diversos locais, fazendo surgir uma grande onda de associativismo cristão nas regiões de colonização alemã do Estado. Em 1931, quando da realização do seu congresso na cidade de Santa Cruz, a Liga tinha em funcionamento 118 seções locais e 17.000 associados. Era, então, a maior e mais representativa entidade dos agricultores do RS.<sup>194</sup> Em 1932, por ocasião do Congresso de Ijuí, a Liga das Uniões Coloniais vangloriava-se de estar estruturada em todo o Estado. Compreendia então 20 Centros Regionais que agrupavam cerca de 160 Uniões Coloniais. À Central existente em Santa Cruz estavam ligadas as Uniões Coloniais de Riotal (Monte Alverne), Sinimbu, Linha Formosa, Herval São João, Linha Santa Cruz, Linha Bernardina, Linha Ferraz, Rio Pardo, Herval de Baixo, Trombudo (Vale do Sol) e Vila Thereza (Vera Cruz).<sup>195</sup>

Conforme Schallenberger, o curso do associativismo cristão existente no Sul do Brasil, e por extensão do *Volksverein* e da Liga, teria sido duramente afetado após a edição do Decreto Federal nº. 23.611, de 20 de dezembro de 1933. Através dele, o Estado passou a intervir profundamente na organização das associações e cooperativas existentes, inviabilizando a organização comunitária autônoma das mesmas. O *Volksverein*, por consequência, teve que renunciar ao seu caráter étnico e religioso; ficou proibido de desenvolver atividades de ordem político-social e religiosa; precisou restringir sua organização a espaços delimitados; necessitou acabar com a sua unidade em favor da fragmentação de classe e teve que submeter as suas atividades ao controle e à fiscalização estatais.<sup>196</sup>

Em 1935, a Liga, para se adequar à Lei, estimulou a transformação das suas Uniões Coloniais em consórcios cooperativos e transformou-se em uma Federação Estadual dos Consórcios Profissionais-Cooperativos dos Agricultores.<sup>197</sup> A Liga-federação ainda funda a Cooperativa da Banha, o que não a impede de mergulhar em profunda crise, que mina e solapa a sua base de sustentação.

O associativismo cristão, construído a partir da solidariedade e da ajuda mútua, sofreu mais um fortíssimo abalo com a implantação, no final de 1937, do Estado Novo no Brasil. O regime político antidemocrático, centralizador, autoritário, corporativista e policialesco

---

<sup>194</sup> Ibidem p. 450-55.

<sup>195</sup> Ibidem p. 475-77.

<sup>196</sup> Ibidem p. 397 e 398. Quando no seu auge, a União Popular chegou a ter 10.000 associados. Em 1939, esse número havia baixado para 1.689.

<sup>197</sup> Ibidem p. 515.

implantado por Vargas não se constituiu, em absoluto, em um terreno fértil para a organização social. Em 1938, com o início da nacionalização forçada, lideranças de cooperativas, professores, padres, pastores e outros agentes sociais e comunitários viram seu campo de atuação ser restringido ainda mais. A realização de reuniões foi dificultada, escolas comunitárias fechadas, professores perseguidos, lideranças humilhadas, livros e material didático apreendidos, publicações em língua alemã suspensas e a cultura e a língua alemãs, um dos esteios do cristianismo social, reprimidas.

Uma outra importante explicação para o definhamento do *Volksverein* e do catolicismo social foi a perda de espaço das lideranças leigas e da Igreja da Imigração para a cúpula da “Igreja Institucional”. A alta hierarquia eclesiástica, com atuação muito próxima da burocracia estatal e militar, procurou afastar os fiéis das questões sociais e direcioná-los para a mística da renovação da fé, da invocação dos santos mártires e da luta contra o comunismo.<sup>198</sup> Assim, as questões relacionadas com o bem-estar material dos fiéis, tão caros a homens como, por exemplo, os padres Teodoro Amstad, Siegfried Kniest, Johannes Rick e ao professor Jakob Becker, que ardorosamente defenderam o social-catolicismo, foram relegadas a plano secundário.

O Decreto Federal nº. 581, baixado em 01 de agosto de 1938, introduziu normas ainda mais rígidas sobre o funcionamento de sociedades cooperativas. As cooperativas de produção passaram então a ser vigiadas e controladas pelo Ministério da Agricultura, enquanto as de crédito passaram a ser fiscalizadas pelo Ministério da Fazenda.

A origem do cooperativismo gaúcho, portanto, está umbilicalmente ligada ao associativismo cristão desenvolvido pela Igreja da Imigração. Constituiu-se, em grande parte, numa adaptação à realidade local de uma experiência anteriormente colocada em prática na Europa, mais especificamente na região do *Hunsrück* da Alemanha. Uma leitura atenta de Karl Polanyi<sup>199</sup> nos permite afirmar que, não obstante ter um pé na religião e outro na etnia alemã, o associativismo cristão, ao tecer uma intrincada rede de solidariedade, cooperação e proteção social, colaborou significativamente para impedir a desarticulação comunitária e a degradação do tecido social dos teuto-descendentes do Rio Grande do Sul diante do mercado auto-regulável que se estabelecia e se consolidava.

---

<sup>198</sup> Ibidem p. 425-26.

<sup>199</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

Foi fundamental para desenvolver a autoconfiança e a auto-estima de muitos dos imigrantes que, de potenciais marginalizados em um ambiente desconhecido e hostil, transformaram-se em atores de seu próprio destino.

O cristianismo social aplicado às diversas regiões de colonização germânica do RS salientou-se pela sua forte tradição comunitária e pelo desenvolvimento de práticas associativas. Como resultado, houve a criação de um largo número de cooperativas de produtores rurais, de uma série de cooperativas de crédito e o fomento de inúmeras outras associações de caráter econômico e profissional nessas áreas. A participação nessas entidades e a leitura de seus informativos e meios de divulgação contribuíram decisivamente para a responsabilização coletiva e autônoma que repeliu a passividade e a resignação e propiciou a geração de um clima de confiança recíproca, de solidariedade e de cultura cívica entre os teuto-descendentes.

Para exemplificar de que forma as atividades do *Bauerverein*, do *Volkverein* e da Liga das Uniões Coloniais repercutiram em um determinado município, será analisado o caso de Santa Cruz do Sul.

#### **3.2.4.1 Cooperativismo em Santa Cruz**

Refletindo o que se sucedeu nas demais áreas de colonização do Estado, em Santa Cruz do Sul foram gestadas diversas entidades inspiradas no modelo do cristianismo social. Dentre as experiências de caráter eminentemente econômico, que estavam voltadas para o bem-estar material da população, especialmente a do meio rural, destacavam-se as cooperativas de produtores rurais e as cooperativas de crédito.

### 3.2.4.1.1 Cooperativas de Produtores Rurais

Os professores João Pedro Schmidt e César Góes<sup>200</sup> realizaram um interessante e extenso levantamento sobre a existência de cooperativas e de associações de finalidade explicitamente econômica no Vale do Rio Pardo. Tendo por fonte o relatório de pesquisa desses profissionais, serão relatados alguns aspectos históricos daquelas que tiveram atuação mais destacada no município.

#### a) Cooperativa Agrícola Rio Pardinho

Fundada em 04 de março de 1913, na localidade de Rio Pardinho, era constituída majoritariamente por luteranos, haja vista que aquela picada havia sido colonizada basicamente por imigrantes evangélicos. Foi a primeira cooperativa de produção criada em Santa Cruz e constituiu-se em uma das mais fortes da região.

O que teria dado origem à cooperativa foi a indignação de agricultores locais com a exploração a que estavam sendo submetidos pela empresa Hennig S/A, de Sinimbu. Três colonos teriam se deslocado até Panambi e lá conhecido o modelo de cooperação de agricultores gestado pela iniciativa e pelo estímulo do padre Amstad. Baseados nos estatutos daquela cooperativa e contando com a colaboração do *Shützenverein* de Rio Pardinho, que inclusive cedeu suas dependências, foi instalada e entrou em funcionamento a nova sociedade.

A cooperativa possuiu em torno de 220 associados. Nas suas assembléias anuais reunia em torno de 60 a 70 integrantes do quadro social. O fumo foi o grande produto agrícola intermediado pela entidade, que chegou a possuir um secador de tabaco. O seu departamento comercial era referência até para moradores da “Serra” – Herveiras, Pinhal e adjacências – que freqüentemente se deslocavam à localidade para fazer compras.

Na década de 1970, a cooperativa se deparou como uma série de adversidades e entrou em decadência. No início dos anos 80 foi encampada pela Cooperativa Agrícola Soledade

---

<sup>200</sup> SCHMIDT, João Pedro, GOES, César H. B. *Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, 1995 (Relatório de Pesquisa) 56p.

que, numa decisão unilateral, abandonou o negócio no início dos anos 90. Em 1995, finalmente, a cooperativa foi legalmente extinta.

**b) Cooperativa Agrícola Mixta Boa Vista Ltda.**

Seu local de origem foi o distrito de Boa Vista, onde foi criada em 14 de maio de 1914. Ao longo de sua trajetória, teve quatro diferentes denominações: inicialmente foi chamada de Cooperativa Linha Santa Cruz Boa Vista; depois passou para União de Fumos em Folha Boa Vista; em 1946, sua razão social foi alterada para Cooperativa de Fumos Boa Vista Ltda.; a partir de 1959, finalmente, passou a ser a Cooperativa Mixta Boa Vista Ltda.

A cooperativa contou, historicamente, com cerca de 100 associados. A compra de fumo foi a sua principal atividade econômica. No final da década de 1960 entrou em crise. Em 1970, foi incorporada pela Cooperativa Pe. Amstad, que manteve na localidade um posto com seção de consumo e de compra de produtos, principalmente soja e porco. Em 1975, a Pe. Amstad decidiu encerrar suas atividades em Boa Vista e fechou o posto lá existente.

**c) Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz**

Foi criada no ano de 1924 no 1º. distrito de Santa Cruz, sob a designação de Cooperativa Agropecuária Linha Santa Cruz. A entidade, que chegou a contabilizar 270 associados, teria funcionado a contento até o final da década de 1960.

O beneficiamento de fumo dos cooperados, isto é, a secagem, a esterilização e o enfardamento do produto, e a posterior comercialização do tabaco, foi, durante muito tempo, a principal atividade a que a cooperativa se dedicou.

Em razão da crise com a qual a entidade se debateu durante toda a década de 70, os associados decidiram pela sua encampação à Cooperativa Agrícola Soledade, o que se consumou em 1982. Dez anos depois, por iniciativa da encampadora, ocorreu o desmembramento da sociedade. 150 associados decidiram então, com muita desconfiança, reorganizar a Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz que encerrou definitivamente suas atividades em 1998.



**d) Cooperativa Agrícola Padre Amstad**

Sediada na cidade de Santa Cruz do Sul, em 1940 foi fundada a cooperativa de produtores que leva o nome do grande divulgador do associativismo cristão no Rio Grande do Sul. Ela constitui-se numa das maiores cooperativas existentes em todo o vale do Rio Pardo. Chegou a contar com 400 associados, cerca de mil produtores vinculados e mais de 100 funcionários na época de safra, ou seja, na época de beneficiamento da produção.

Atuou na compra e comercialização de fumo, soja e arroz, que eram repassados à União das Cooperativas, e gado vacum, suínos e leite, que eram revendidos para a Cooperativa Languiru, de Teutônia. A política do governo e a quebra da União de Cooperativas foram apontados como os principais motivadores da falência da entidade. A organização foi liquidada em 1977/78 e seu posto de resfriamento de leite, que à época fazia concorrência à empresa Lacesa de Lajeado, foi encampado pela CORLAC.

**e) Cooperativa Agrícola Mista Sítio**

Foi fundada por cerca de 60 produtores familiares em 28 de junho de 1941 na localidade de Sítio, hoje pertencente ao município de Vera Cruz. Seu número máximo de associados alcançou cerca de 180 membros.

A cooperativa chegou a comercializar dez mil arrobas de fumo ao ano com empresas fumageiras e, posteriormente, com a USBC – União Sul-Brasileira de Cooperativas. Com o fechamento do depósito da USBC, passou a transacionar arroz e soja. Em virtude das dificuldades que enfrentava, foi incorporada, juntamente com as cooperativas de Rio Pardinho e de Linha Santa Cruz, pela Cooperativa Agrícola Soledade. Em 1991, houve a desincorporação das cooperativas. Esta cooperativa ainda funciona atualmente.

**f) União Sul-Brasileira de Cooperativas - depósito de Santa Cruz do Sul**

Tratou-se de uma organização criada por iniciativa de grande número de cooperativas do Rio Grande do Sul. Sua sede localizava-se em Porto Alegre, mas tinha também filiais em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

O depósito da União existente em Santa Cruz havia sido criado na década de 1950 e se constituiu em um dos mais pujantes e lucrativos do Estado. Armazenava e comercializava soja e arroz, mas o fumo era, disparado, o principal e mais importante produto do depósito da União. Enfiava a marca de fumo USBC – União Sul-Brasileira de Cooperativas, que era exportado para diversos países da Europa. O fechamento do depósito se deu em 1967 e se deveu à liquidação da entidade, que tinha abrangência estadual.

#### 3.2.4.1.2 Caixas Cooperativas de Crédito

De acordo com o professor Rufino Porfírio de Almeida,<sup>201</sup> o sistema de crédito cooperativo popular estava bastante difundido na Europa na segunda metade do século XIX. Muitos dos imigrantes que teriam vindo para o Sul do Brasil seriam naturais de cidades e vilas onde o sistema de crédito cooperativo havia se desenvolvido. Por conseguinte, conheciam essa modalidade de cooperação, o que favoreceu sua implantação e disseminação em território brasileiro, onde até então esse tipo de organização ainda não existia.

Na Alemanha, em meados do século XIX, surgiram dois importantes sistemas cooperativos de crédito: o *Raiffeisen* e o *Schulze-Delitsch*. A partir dos anos 1847/48, Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) passou a organizar cooperativas de agricultores, que foram aperfeiçoadas e transformadas em cooperativas de crédito que tinham por fundamento o amor ao próximo e o auxílio mútuo. O êxito obtido pelas associações criadas por Raiffeisen o levaram à publicação de um livro sobre o tema que obteve grande sucesso.<sup>202</sup> Já na pequena cidade de Delitsch, por volta de 1849, apareceu o sistema *Schulze-Delitsch*. Esse tipo de cooperativa de crédito era destinado especialmente à classe média urbana (artesãos, comerciantes, pequenos patrões), mas não tinha o caráter de organização classista, possibilitando a participação de todas as categorias econômicas.<sup>203</sup>

O sistema organizado por Raiffeisen foi criado para atender às necessidades dos

---

<sup>201</sup> ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda*. Florianópolis, 1987 (Trabalho de Pesquisa para Concurso de Professor Titular do Departamento de História da UFSC). p. 6.

<sup>202</sup> PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 45.

<sup>203</sup> *Ibidem* p. 43-44.

agricultores. No Brasil, essas cooperativas de crédito passaram a ser conhecidas como Caixas Rurais Raiffeisen. De acordo com Pinho, apresentam as seguintes características essenciais: a) fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo; b) admitem o auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o princípio do *self-help* (auxílio mútuo); c) dão grande importância à formação moral dos associados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa; d) concedem empréstimos a longo prazo; e) preconizam a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito; f) não remuneram os dirigentes da sociedade; g) não distribuem retorno.<sup>204</sup>

Nas regiões coloniais do RS, o grande difusor das cooperativas de crédito, conforme já mencionado, foi o padre jesuíta Teodoro Amstad. Nascido em Unterwalden, na aldeia de Beckenried, ele foi ordenado padre em 1883 na Inglaterra. Em 1885, foi designado como missionário para o Sul do Brasil.

Em Santa Cruz do Sul foram criadas, ao todo, três cooperativas de crédito: duas delas, a Caixa Cooperativa Santacruzense (1904) e a Caixa União Popular Santa Cruz (1919) inspiraram-se e se basearam no sistema alemão *raiffeiseano*. A terceira, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. – Banco de Santa Cruz (1926), fundamentava-se no sistema Luzzatti de cooperativas italianas.

#### **a) Caixa Cooperativa Santa Cruz**

Nas zonas coloniais, o crédito apareceu com os comerciantes rurais e urbanos. Na ausência ou escassez de meio circulante, inicialmente ocorreu a permuta de mercadorias: o colono entregava seu fumo, feijão, milho, tocinho ou outro produto qualquer e levava do armazém sal, açúcar, pólvora, tecidos e outros gêneros e utensílios de que precisava. Através do conhecido sistema de contas-corrente<sup>205</sup> – caderno especial de anotações onde crédito e débito se alternavam –, os comerciantes realizavam transações que lhes eram altamente vantajosas, propiciando a apropriação de grande parcela do sobretrabalho gerado pelas famílias dos colonos. Havendo a acumulação, o comerciante passava a

---

<sup>204</sup> Ibidem p. 45-46.

<sup>205</sup> Ver a respeito Roche, op. cit. p. 411-422; Vogt (1997). Op cit. p. 92-100. LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 128-29.

desempenhar a função de banqueiro: emprestava dinheiro mediante a cobrança de juro e recebia depósitos sem remunerar o capital.

No alvorecer do século XX, Santa Cruz se ressentia da falta de uma instituição de crédito mais consolidada. O desenvolvimento das atividades rurais havia intensificado as relações comerciais e impulsionado o surgimento de uma série de ofícios e de profissões. Também fez surgir os embriões das primeiras indústrias, as quais estavam voltadas principalmente para o beneficiamento da produção primária regional, destacando-se o fumo e a banha de porco.

A exemplo de tantas outras localidades de origem colonial, Santa Cruz do Sul estava relativamente afastada dos centros em que o capitalismo se desenvolvia com mais desenvoltura. Como se fizesse necessária a constituição de um estabelecimento ao qual a população pudesse confiar suas economias e onde pudesse obter empréstimos para alavancar seus empreendimentos, um grupo de cidadãos santa-cruzenses, orientados pelo padre Amstad e inspirados nas experiências pioneiras incentivadas pelo *Bauernverein*, resolveu criar uma cooperativa de crédito.<sup>206</sup> Denominada originariamente de *Spar und Darlehnskasse* (Caixa de Economia e Empréstimo) e posteriormente de Caixa Cooperativa Santa Cruz, a entidade foi fundada em 8 de maio de 1904. Os 22 associados fundadores, a esmagadora maioria deles comerciantes sediados na sede do município, integralizaram, para tanto, um capital de Rs 5:000\$000 (cinco contos de réis).

No início, a concessão de crédito ficou condicionada à filiação do interessado ao *Bauernverein*, o que mostra a íntima ligação existente entre as duas instituições. Os empréstimos feitos pela Caixa, que em 1905 foram de Rs 4:685\$930, saltaram para Rs 417:292\$510, em 1911 e para Rs 5.266:907\$300, em 1924, ano em que a cooperativa completou seu vigésimo aniversário. A constante expansão dos negócios fez com que, em 1928, a Caixa Cooperativa Santa-cruzense Ltda. se transformasse em sociedade por quotas de responsabilidade.

---

<sup>206</sup> As primeiras Caixas Econômicas Rurais do Rio Grande do Sul devem sua origem ao *Bauernverein*. A primeira surgiu em 1902, na Linha Imperial, em Nova Petrópolis. Em 1903, apareceu a Caixa Rural de Bom Princípio, na comuna de Monte Negro. A terceira, foi a de Santa Cruz. Cf. BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL S.A. *Um símbolo de confiança em negócios bancários* - 1904/1954. Porto Alegre: Gress, Trein & Cia. Ltda. 1954. p. 24.

Em 1929, a Caixa estava representada por seus correspondentes em diversas praças do Estado: Agudo, Cachoeira, Candelária, Ijuí, Jacuí, Santo Ângelo, São Miguel (Restinga Seca) e Venâncio Aires. Além disso, no interior de Santa Cruz possuía correspondentes nas localidades de Monte Alverne, Rio Pardinho (Alto), Rio Pardinho (Baixo), Sinimbu, Trombudo e Vila Teresa.<sup>207</sup>

Em 1935, foi alterada a razão social da sociedade que passou à denominação de Caixa Santa Cruzense Ltda. Deixando de ser cooperativa, a Caixa estava autorizada a realizar todo tipo de operações bancárias. Em 1938, tendo em vista sua expansão, bem como a natureza e o vulto de suas transações, a cooperativa foi transformada no Banco Agrícola Mercantil Ltda., que 7 anos depois seria transformado em uma sociedade anônima.<sup>208</sup> Em 1946 a matriz do banco foi transferida de Santa Cruz do Sul para Porto Alegre. Em 1954, a instituição financeira comemorou seu quinquagésimo aniversário de existência. Estava, então, muito distante dos princípios *raiffeiseanos* que haviam inspirado sua origem. Além da Casa Central, que funcionava na rua Sete de Setembro, o banco possuía ainda, na capital do Estado, mais 3 agências. Espalhada em diferentes cidades e distritos do interior do Estado, ostentava uma rede integrada por 19 filiais e 37 escritórios de representação. Posteriormente, o Banco Agrícola Mercantil S/A, sucessor da Caixa Cooperativa Santa-cruzense, se fundiu com o Banco Moreira Salles S/A, dando origem à União de Bancos Brasileiros S/A – UNIBANCO.

#### **b) Caixa Rural União Popular de Santa Cruz**

Resultado da atuação do *Volksverein*, em 21 de setembro de 1919 surgiu a segunda cooperativa de crédito do município. Seu nome inicial foi Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular Santa Cruz – Sociedade de Responsabilidade Limitada. Essa entidade associativa ainda existe e atualmente é denominada de SICREDI – Santa Cruz do Sul.

O número inicial de associados da entidade foi de 50. Entre os primeiros cooperados predominavam os comerciantes localizados na cidade. A jóia paga por sócio fundador foi de Rs 50\$000 (cinquenta mil réis).<sup>209</sup> Pedir empréstimos mediante garantias, tomar parte das Assembléias Gerais, votar e ser votado, eram alguns dos direitos dos associados. Os membros

---

<sup>207</sup> Ibidem p. 38.

<sup>208</sup> Ibidem p. 40-41.

<sup>209</sup> FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz – 1919 a 1963*. Florianópolis, 1990 (Dissertação de Mestrado em História da UFSC). p. 178.

da diretoria e do conselho fiscal não poderiam ser remunerados. A entidade propôs-se a receber, na forma de depósitos mediante pagamento de juros, as economias amealhadas não somente pelos sócios da cooperativa, mas também de estranhos. Para a obtenção de empréstimos também não era necessário que o requisitante fosse associado.

Em fevereiro de 1923, visando adequar a cooperativa à legislação então vigente, deu-se a primeira reforma estatutária da instituição, que passou a ser chamada de Caixa Rural União Popular de Santa Cruz.<sup>210</sup> A partir de então, para ser contemplado com empréstimos financeiros, passou a ser necessário associar-se à entidade. Posteriormente, ocorreriam outras reformas estatutárias em 1952, em 1970, e outras mais recentemente. Embora teoricamente estivesse voltada para os agricultores, na década de 50 a diretoria constatou que os depósitos confiados à instituição provinham em duas terças partes da cidade e de arredores e apenas em um terço do interior do município. Tal fato, no entender da diretoria, teria sido provocado pelo êxodo rural.

A cooperativa, ao longo de sua existência, teve, inegavelmente, destacada atuação no meio rural. Concedeu, por exemplo, empréstimos facilitados para a aquisição de sementes e implementos agrícolas; importou e distribuiu sementes de batata holandesa; organizou excursões de agricultores a estabelecimentos rurais consideradas modelo. Procurando combater a migração campo/cidade e qualificar o trabalho nas atividades rurais, criou o Centro de Treinamento Agrícola (CTA). O CTA funcionou entre 1955 e 1966 na localidade de Linha Santa Cruz. Ali, alunos em regime de internato, provenientes de diferentes distritos do município, recebiam formação profissional e aulas teóricas de conhecimento geral. Devido à Lei Bancária de 1964, que em um dos seus artigos vedava às cooperativas de crédito a posse de imóveis que não para o uso próprio e fim específico, a instituição teve que se desfazer de alguns bens imóveis, inclusive os 24 hectares do CTA.<sup>211</sup>

Na sua dissertação de mestrado sobre as atividades da Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz, Francisco de Freitas constatou que a maior parte dos empréstimos efetuados pela entidade foi destinada ao meio urbano. Ela teria concedido ou viabilizado, através da Central das Caixas, financiamentos para empresas

---

<sup>210</sup> Ibidem p. 185.

<sup>211</sup> Ibidem p. 211-15.

comerciais e industriais, para escolas particulares, para sociedades esportivas e recreativas e para a municipalidade.<sup>212</sup> Teria ainda tido um compromisso social com a comunidade. A doação de numerário ou de materiais que promoveu no transcurso de sua história teria beneficiado programas de assistência social, educação, lazer e cultura.

Com as restrições de atuação impostas através da Lei Bancária de 1964, essa cooperativa de crédito, a exemplo de suas congêneres, passou a enfrentar sérias dificuldades para se manter em funcionamento. É somente a partir do final da década de 1980 que ela consegue sair da letargia e passar a crescer, mas dentro dos limites impostos pela oligopolização do sistema financeiro nacional, dominado por um pequeno número de grandes bancos.

### **c) Cooperativa Banco Santa Cruz Ltda.**

A terceira instituição de cooperativa de crédito que surgiu em Santa Cruz fez-se sob a égide das idéias do Sistema Luzzatti. Essa experiência surgiu em 8 de março de 1926, ao ser fundada a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco Santa Cruz Ltda.<sup>213</sup> Chama a atenção o fato de que as duas primeiras Caixas foram fundadas sob a premissa das idéias de Raiffeisen e essa última, de Luzzatti. Num período de menos de 3 décadas foram, portanto, fundadas 3 caixas rurais em Santa Cruz do Sul.

As cooperativas do tipo Luzzatti tiveram sua origem na Itália, a partir de 1864, sendo uma adaptação local das experiências de Schulze-Delitzsch.<sup>214</sup> O modelo Luzzatti se caracterizou originariamente por: adotar o princípio do *self help*, embora admitisse ajuda estatal; conceder empréstimos mediante palavra de honra; não remunerar os administradores da sociedade; e dar especial importância à conduta dos associados, dos quais era exigida completa e irrestrita idoneidade moral e fiscalização recíproca. O respeito a esses princípios indubitavelmente estimula a geração de capital social.

O capital social subscrito pelos 56 fundadores da Sociedade Cooperativa Banco Santa

---

<sup>212</sup> Ibidem p. 290-91.

<sup>213</sup> Almeida, op. cit p. 32.

<sup>214</sup> PINHO, Diva Benevides. *O que é cooperativismo*. São Paulo: São Paulo Editoras S.A., 1966. p. 27.

Cruz Ltda. foi de Rs 49:400\$000 (49 contos e 400 mil réis).<sup>215</sup> Dentro do objetivo cooperativista, o Banco tinha por finalidades não somente combater a usura mediante o empréstimo a uma taxa módica, aproximando, para tanto, os que dispunham de pecúlio com os que careciam de recursos financeiros para o desenvolvimento do pequeno trabalho, mas também fomentar o crédito e propagar o cooperativismo sob seus diversos modos entre as classes em geral.<sup>216</sup>

Em 1928, os depósitos feitos na cooperativa atingiram Rs 261:018\$000 e os empréstimos somaram Rs 285:032\$000. Em 1939, os depósitos saltaram para Rs 695:410\$000 enquanto os empréstimos evoluíram para Rs 679:590\$000. Em 1942, o número de sócios elevava-se para 165 cooperados. No começo da década de 1950, os depósitos alcançaram Cr\$ 3.545.710,00 e no final somavam Cr\$ 10.623.270,00. Na mesma época, as aplicações passaram de Cr\$ 3.694.750,00 para Cr\$ 11.213.740,00.<sup>217</sup> Em 1956, através de uma reforma estatutária, foi alterada a razão social da cooperativa, que passou a denominar-se Cooperativa Banco Santa Cruz Ltda.

O regime militar implantado no país em 1964 em muito contribuiu para a decadência, em geral, do cooperativismo brasileiro. Particularmente no que se refere às cooperativas de crédito, a partir de então as decisões econômicas ficaram cada vez mais sujeitas às regulamentações do Banco Central do Brasil (BCB). No caso da Cooperativa Banco Santa Cruz Ltda., as resoluções do BCB afetaram-na diretamente, acabando por inviabilizar seu funcionamento. Entre outras medidas, foi exigida a supressão da palavra Banco da razão social da Cooperativa e a alteração dos estatutos (o que foi feito em 8/9/1966). Mas a medida do BCB que foi fatal para a sobrevivência dessa e de outras cooperativas de crédito foi a determinação de que somente associados pudessem depositar dinheiro nelas. Os depósitos eram recursos indispensáveis para que pudessem ocorrer aplicações. E os depósitos minguariam a partir da adoção da medida. Mas a queda do volume de depósitos também foi agravada porque o Banco Central do Brasil vedou o pagamento de juros em contas movimento e em razão do surgimento da caderneta de poupança, o que fez muitas contas migrarem para outros estabelecimentos bancários, deixando a situação da Cooperativa cada

---

<sup>215</sup> Almedida, op. cit. p. 38.

<sup>216</sup> *Ibidem* p. 32.

<sup>217</sup> *Ibidem* p. 67-68.



vez mais abalada.<sup>218</sup>

Em outubro de 1970, assembléias da Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz e da Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. aprovaram a incorporação das duas instituições. O Banco Central, no entanto, impediu a fusão.

Em novembro de 1972, o BCB indeferiu a prorrogação do prazo de funcionamento da Cooperativa de Crédito Santa Cruz e concedeu o prazo de 120 dias para a involução dos negócios e a posterior liquidação da instituição. Nessa ocasião, mais uma vez a fusão com a Cooperativa de Crédito União Popular foi tentada. Mas novamente o Banco Central teria impossibilitado a concretização do negócio e forçado a liquidação da cooperativa. Em 1973, afinal, foram encerradas definitivamente as atividades dessa cooperativa.

Almeida, após realizar a análise da situação econômico-financeira da cooperativa, concluiu que não havia dúvida sobre a capacidade de solvência da mesma.

As três caixas de crédito acima referidas podem ser apontadas como um dos fatores que atuaram decisivamente para o crescimento econômico e o desenvolvimento do capitalismo em Santa Cruz. A exemplo do que ocorreu nesse município, cooperativas de crédito pontilharam nas áreas de colonização alemã do RS.<sup>219</sup> A maior parte dos recursos financeiros captados por esses tipos de estabelecimentos de crédito era proveniente da agricultura. Embora as caixas tivessem fomentado atividades da agropecuária, cumpriram também o papel de drenar recursos do meio rural para o urbano.

---

<sup>218</sup> *Ibidem* p. 50.

<sup>219</sup> Soveral, *op. cit.* p. 166, escreveria em 1935 o seguinte a respeito das cooperativas de crédito: “Basta ao nosso fim mostrar apenas que, no Rio Grande do Sul, unicamente na zona colonial alemã e entre alemães e seus descendentes se encontram essas magníficas instituições de crédito popular. Realmente, somam as Caixas Rurais da União Popular do Rio Grande do Sul, a maior organização do gênero na América do Sul, 35 estabelecimentos, situados todos em os núcleos de colonização germânica. São eles os de Agudo, Alto da Feliz, Arroio do Meio, Arroio Grande, Bela Vista, Boa Vista, Bom Princípio, Selbach, Dois Irmãos, Erechim, Estrela, General Osório, Harmonia, Lomba Grande, Monte Negro, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Pareci Novo, Picada Café, Poço das Antas, Porto Alegre, Roca Sales, Rolante, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Ângelo, São José do Herval, Serra Cadeado, Serro Azul, Sobradinho, Tamandaré, Taquara, Tesouras e Três Arroios. Além desses, não filiadas à União, existem as Caixas de Encantado e Montenegro e os Banco Luzatti de Lajeado, Carazinho, Passo Fundo e Santa Cruz.

Demais, a experiência, a solidez a que atingiram esses estabelecimentos, tem sido incentivo para a fundação de novas caixas e novos bancos. O seu número aumenta de ano para ano. Assim, em 1929, contávamos somente 37 Caixas; já no ano seguinte se elevava a 40, em 1931 a 42 para em 1932 subirem a 44. Do mesmo modo tem subido o número de associados. Eram 5.302 em 1929. Três anos depois totalizavam 6.480!”

Como dentro do espírito cooperativista essas sociedades tinham por fim combater a usura e fornecer juro módico, foram fundamentais para o crescimento econômico, pois viabilizaram a constituição e a consolidação de pequenas e médias empresas nas cidades. Foram relevantes também para o desenvolvimento local/regional, na medida em que viabilizaram empréstimos para o poder público efetuar melhorias de infra-estrutura (iluminação pública, rede hidráulica, malha viária; canalização pluvial e cloacal), quando financiaram a ampliação de escolas e quando destinavam recursos para o desenvolvimento de atividades sociais e benemerentes.

As cooperativas de crédito contribuíram significativamente na elevação dos índices de capital social. Elas foram, antes de qualquer coisa, iniciativas coletivas baseadas na cooperação e na confiança recíproca dos seus membros. Tratou-se de uma exitosa experiência de horizontalidade social que não somente incutiu confiança entre os cooperados, mas atingiu também aqueles que depositavam suas economias ou tomavam empréstimos nas caixas e os que viam ou sentiam os benefícios coletivos resultantes da sua atuação. As caixas foram importantes também porque propagaram o sentimento cooperativo, corroborando, dessa forma, para comunidades inteiras se coesionarem e sentirem confiança em si mesmas, fazendo com que valores comunitários ficassem acima de interesses particulares.

### **3.3 O desenvolvimento da imprensa**

A necessidade de informações é um dos dados fundamentais de toda vida social. Apesar de a imprensa periódica impressa só ter nascido em finais do século XVI e no início do século XVII, diferentes formas de comunicação foram utilizadas anteriormente pelas diversas sociedades que desconheciam a tipografia.<sup>220</sup> Na Alemanha, onde as oficinas tipográficas foram muito numerosas, apesar da censura, surgiram vários jornais e outras folhas volantes. Através deles, as diferentes correntes políticas e religiosas faziam sua propaganda. Contudo, seria apenas no final do século XIX e no início do século XX que o jornal se tornaria um produto de consumo corrente na Europa e na América do Norte. Esse

---

<sup>220</sup> ALBERT, P., TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 1-7.

período representaria a verdadeira idade de ouro da imprensa escrita. Tomando como exemplo o caso da Alemanha, lá o número de diários que circulavam saltou dos cerca de 300 em 1866 para 2.200 em 1914, ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial.<sup>221</sup>

Via de regra, os imigrantes, pelo menos durante seus primeiros anos de estada no Brasil, tiveram de consumir praticamente todas as suas energias na luta pela sobrevivência. A esse respeito afirma Emílio Willems que “não sobrava tempo para outras atividades a não ser aquelas que se relacionassem com a satisfação de necessidades vitais.”<sup>222</sup> A falta de lazeres nos tempos iniciais teria, inclusive, estreitado o horizonte cultural dos descendentes dos imigrantes alemães. Ainda que alfabetizados, as leituras, quando muito, limitar-se-iam a alguma passagem bíblica, ao hinário religioso ou, eventualmente, a algum anuário ou livro escolar de ensino elementar trazido da Europa.<sup>223</sup> Quanto à leitura, um outro fator que deve ser levado em consideração é que cada nova leva de imigrantes recém-chegados encontrava-se, quase sempre, espiritualmente ligada à terra de origem. Os temas de interesse comunitário na pátria adotiva aflorariam somente com o passar do tempo, quando os imigrantes já estivessem integrados, se não à vida nacional, ao menos ao modo de viver local. Para os colonos que labutavam em seus lotes de terra, inicialmente os contatos sociais estavam praticamente limitados aos membros da própria família e à vizinhança. Assim, quando recebiam algum exemplar de jornal vindo da Alemanha, esse corria a colônia, passando de mão em mão.<sup>224</sup>

O primeiro jornal a circular na Província do RS foi o Diário de Porto Alegre. Lançado em primeiro de junho de 1827, atendia a interesses políticos bem definidos, haja vista ter sido patrocinado pelo Presidente da Província, brigadeiro Salvador José Maciel. Em meados do ano posterior, passaria a ser impresso o Constitucionalista Rio-Grandense, que foi o segundo jornal gaúcho.<sup>225</sup>

Conforme Amstad, o início da “impressão de livros” na região colonial do Rio Grande do Sul se deu ainda nos primeiros anos da colonização. O professor Rosenbrock, de

<sup>221</sup> Ibidem p. 69.

<sup>222</sup> Willems (1946), op. cit. p. 544.

<sup>223</sup> FAUSEL, Erich. Literatura rio-grandense em língua alemã. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p.223.

<sup>224</sup> BECKER, Klaus. Imprensa em língua alemã (1852-1889). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p. 267.

<sup>225</sup> REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense (1827-1845). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p. 241.

Hamburgo Velho, a exemplo dos copistas da Idade Média européia, teria confeccionado, à mão, cartilhas didáticas e calendários de parede.<sup>226</sup> No entanto, a primeira tentativa de um periódico impresso destinado aos alemães e descendentes seria publicado em vernáculo português. Tratava-se de “O Colono Alemão”. Editado em Porto Alegre, circulou durante curtíssimo espaço de tempo, ou seja, de 03 de fevereiro a 18 de março de 1836. O jornal, que apoiava a causa farroupilha, tinha Hermann Salisch como redator e Vicente Ferreira de Andrade como diretor. Através dele, Salisch procurou neutralizar, junto aos seus conterrâneos de São Leopoldo, a influência do Dr. Hillebrand, um reconhecido legalista.<sup>227</sup> Sua efemeridade deve-se à falta de leitores e por ser redigido em vernáculo cuja língua pouquíssimos colonos conheciam.<sup>228</sup>

Os *Brummer*, legião de soldados mercenários alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1851 com o propósito inicial de combater o ditador Rosas, da Argentina, desempenharam relevante papel para o desenvolvimento da vida social e cultural da Província. Alguns deles, após darem baixa no exército, radicaram-se na capital e no interior do Estado. Eles contribuíram decisivamente para o fomento e a dinamização da vida comunitária, para a criação de sociedades com finalidades recreativas, para a participação na vida política e também para o desenvolvimento da imprensa brasileira em língua alemã.

O primeiro jornal em alemão impresso na Província era inicialmente bilíngüe. Tratava-se do *Der Colonist. Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau* (O Colono. Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura) que surgiu em Porto Alegre no ano de 1852. Fundado por José Cândido Gomes, o periódico foi também o primeiro jornal em língua alemã a circular na América do Sul. A iniciativa durou exatamente um ano. Depois veio o *Der deutsche Einwanderer* (O Imigrante Alemão), editado na capital do Império a partir de março de 1853 e transferido no ano seguinte para a capital gaúcha. Ali, durante algum tempo, seu redator-chefe foi Carl Jansen, um dos membros da legião dos combatentes. Jansen ainda criou em Porto Alegre o periódico literário “O Guaíba” e participou da fundação da Sociedade Partenon Literário. Em 1861, extinto o *Der deutsche Einwanderer*, abastados comerciantes alemães da capital formaram uma sociedade e fizeram a aquisição do equipamento do bissemanário. Surgiu, dessa forma, o exitoso *Der Deutsche Zeitung* (Folha Alemã), fundado em 10 de

---

<sup>226</sup> Verband, op. Cit. p. 247.

<sup>227</sup> Reverbel, op. cit. p. 255.

<sup>228</sup> Becker (1956), op. cit. p. 267.

agosto de 1861. Karl von Koseritz esteve à frente da redação do jornal entre 1864 e 1880, imprimindo-lhe uma tendência liberal, evolucionista e anticlerical. O periódico circulou ininterruptamente até o ano de 1917, quando, em uma conjuntura hostil aos empreendimentos alemães no Estado, em função da Primeira Guerra Mundial, suas instalações foram empasteladas. Por muito tempo, ele se constituiu no mais importante jornal de língua alemã do país.<sup>229</sup> Em 1881, Karl von Koseritz, rompendo com a direção do *Deutsche Zeitung*, criou o *Koseritz' Deutscher Zeitung* (Folha Alemã de Koseritz). Até 1890, o periódico seria dirigido pelo próprio Koseritz.<sup>230</sup> A partir de 1905, o jornal passou a ser intitulado de *Neue Deutsche Zeitung* (Nova Folha Alemã) e, apesar de uma breve interrupção durante a Primeira Guerra Mundial, circularia até o ano de 1941.

Em São Leopoldo, berço da colonização germânica no Estado, um jornal em língua alemã somente apareceu após transcorridos 43 anos da fundação da Colônia. Foi em 1867 que surgiu o *Der Bote. Amtliches Blatt für St. Leopoldo und die Colonien* (O mensageiro. Folha oficial para São Leopoldo e as colônias). De tendência anticlerical, rivalizou por algum tempo com o jornal *Deutsches Volksblatt* (Folha Popular Alemã), fundado em 1871 pelos padres jesuítas e impresso em São Leopoldo. De orientação manifestadamente católica, a redação desse jornal passaria, a partir de 1891, para Porto Alegre, estando a impressão a cargo da Tipografia do Centro. Ele se constituiria no veículo de comunicação mais importante da colônia teuto-brasileira católica no período que vai de 1880 a 1940. Ainda em São Leopoldo, em 1879, no mesmo ano em que o *Der Bote* encerrava suas atividades, o professor Hans von Franckenberg fundava o jornal *Die Neue Zeit* (A nova era), bissemanário que não durou mais do que um ano. Após efetuar a compra dos equipamentos da *Die Neue Zeit*, o Dr. Wilhelm Rotermond lançou, em final de 1880, o *Deutsche Post* (Correio alemão), inicialmente um bissemanário que era de cunho evangélico.<sup>231</sup> A partir de 1899, passou a ser editado três vezes por semana e, em 1914, passou a ter circulação diária. A tiragem do jornal, que foi de 1.000 exemplares em 1899, subiu para 1.600 em 1906 e alcançou 2.845 exemplares em 1910.<sup>232</sup>

<sup>229</sup> Ibidem, p. 268-272

<sup>230</sup> SILVA, Jandira M. M., CLEMENTE, Elvo, BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa Sul-Riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 129; GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (Tese de Doutorado em Letras). p. 45-46.

<sup>231</sup> Becker (1956), op. cit. p. 277-279; DREHER, Martin N. A participação do imigrante na imprensa brasileira. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 93-94.

<sup>232</sup> Dreher (2004), op. cit. p. 96.

Dentre os jornais em idioma alemão que circularam durante o Império na Província, os quatro maiores foram o *Deutsche Zeitung*, o *Koseritz Deutsche Zeitung*, o *Deutsche Volksblatt*, e o *Deutsche Post*.

Fora do eixo São Leopoldo/Porto Alegre, para atender às necessidades de comunidades de imigrantes e de seus descendentes, surgiram, com o passar do tempo, jornais no idioma alemão em Santa Cruz do Sul, Pelotas, São Lourenço do Sul, Ijuí, Novo Hamburgo, Estrela, Santa Rosa, Arroio do Meio, Monte Negro, Panambi, Candelária, Santo Ângelo e Agudo.

Em Santa Cruz do Sul, foi editado um dos principais jornais de língua alemã do interior do RS. Tratava-se do jornal *Kolonie* (Colônia). Passando a circular a partir de primeiro de janeiro de 1891, em 1911 o periódico passou a ser impresso nas segundas, quartas e sextas-feiras. Em 26 de outubro de 1917, o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial. Três dias após, a impressão em alemão da *Kolonie* foi suspensa. Terminado o conflito bélico, a 19 de setembro de 1919 a *Kolonie* voltou a circular. Entre 30 de setembro de 1921 e 25 de julho de 1941, foi editado um suplemento semanal da *Kolonie*. Tratava-se da *Die Neue Heimat* (A Nova Pátria). As edições do jornal chegaram até o dia 29 de agosto de 1941.<sup>233</sup> Do ponto de vista religioso, o jornal *Kolonie*, durante os seus 50 anos de existência, pendeu para o protestantismo. Politicamente, no princípio foi liberal, mas durante a República Velha deu uma guinada em direção ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do governador Borges de Medeiros. Na década de 1930, mostrou-se simpático ao Partido Republicano Liberal. Além da *Kolonie*, no município também foram editorados outros jornais em língua alemã. É o caso do *Fortschritt* (Progresso), que circulou entre 19 de novembro de 1902 e 31 de dezembro de 1904; do *Santa Cruz Anzeiger* (O anunciador de Santa Cruz), editado entre 21 de janeiro de 1905 e 24 de dezembro de 1908 e do jornal *Volksstimme* (Vozes do Povo), que circulou entre primeiro de julho de 1930 e 15 de abril de 1939. O *Volksstimme*, que na década de 1930 rivalizou com o jornal *Kolonie*, inclinou-se mais para o catolicismo e identificava-se politicamente com a Frente Única, bloco integrado, no RS, pelo Partido Republicano e pelo Partido Libertador, que faziam oposição ao governador Flores da Cunha.

---

<sup>233</sup> Martin, op. cit. p. 141-144.

Outro jornal que marcou época no Estado foi o *Die Serra-Post* (Correio Serrano). Vindo a lume em maio de 1911 em Cruz Alta, no ano seguinte a redação do jornal foi transferida definitivamente para Ijuí. *Die Serra-Post* era destinado aos colonos de origem alemã da região serrana do Rio Grande do Sul, constituindo-se em importante veículo de comunicação do Noroeste do Estado. Ao lado do jornal, a partir de 1922, foi editado também o *Kalender der Serra-Post* (Almanaque do Correio Serrano). A Primeira Guerra Mundial suspendeu temporariamente a circulação do periódico. Uma versão em língua nacional passou então a ser impressa e se manteve mesmo depois quando reapareceu a versão em alemão. Em 1941, o jornal *Die Serra Post* teve decretado seu fim.<sup>234</sup>

Além dos jornais, passaram a ser publicados também outros periódicos, semanários ou mensários. É o caso das folhas dominicais das Igrejas. Os evangélicos, a partir de 1888, passaram a contar com o *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode* (Folha dominical do Sínodo Rio-Grandense), encartado no *Deutsche Post*, jornal semanal impresso nas oficinas Rotermund. Enquanto o *Deutsche Post* veiculava notícias de caráter geral, focalizadas sob um prisma evangélico, o novo suplemento se dedicava exclusivamente a matérias de cunho religioso. Durante a Primeira Guerra Mundial, a exemplo dos outros periódicos impressos em língua alemã no Estado, o jornal dominical sofreu uma paralisação por mais de um ano. Ele, entretanto, retornou a partir de 1918. Durante a Segunda Guerra Mundial, nova interrupção. Entenderam os membros do Sínodo que a comunicação regular entre os membros e as comunidades pela palavra escrita fortalecia a comunhão, fomentava o espírito de coesão e a dinâmica comunitária.<sup>235</sup>

O pastor Wilhelm Rotermund foi, indiscutivelmente, um homem de imprensa. Em 1877, fundou a tipografia, a livraria e o jornal. Segundo Bertholdo Weber, “os serviços de comunicação entre as comunidades dispersas na antiga colônia contribuíram decisivamente para a formação de uma mentalidade sinodal, cooperativa e comunitária.”<sup>236</sup> Sem a imprensa à sua disposição, Rotermund certamente não teria condições de promover o pensamento sinodal entre as comunidades isoladas e grandemente independentes.

---

<sup>234</sup> NEUMANN, Rosane Márcia. Correio Serrano: órgão dos interesses regionais. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 190-209.

<sup>235</sup> WEBER, Bertholdo. 90 anos de imprensa evangélica. Anais do 3º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (15-17-09-1978. Porto Alegre: EST, 1980. p. 294-295.

<sup>236</sup> *Ibidem*. p. 294.

Os católicos contaram, a partir de 1912, com o *St. Paulusblatt* (Folha de São Paulo), órgão oficial da Sociedade União Popular, entidade econômica, social e religiosa criada no Congresso Católico de 1912, que se realizou no município de Venâncio Aires, RS. Esse periódico em língua alemã, que ainda subsiste, segundo Gertz tinha em seu conteúdo temas “nitidamente políticos, pois, ao defender os interesses econômicos, sociais e religiosos da população teuto-católica gaúcha, defendia, por definição, questões que, no mínimo, envolviam variáveis políticas.”<sup>237</sup> Já os adeptos da Igreja Luterana de Missouri se informavam pela *Evangelisch Lutherisches Kirchenblatt fuer Sudamerika* (Folha da igreja evangélica luterana para a América do Sul).

Além desses noticiosos e dessas folhas dominicais, circularam também outros impressos elaborados pelas igrejas. Foram editadas, igualmente, algumas revistas educacionais que atingiram e influenciaram os teutos e descendentes. Em 1900, apareceu o *Lehrerzeitung* (Jornal do professor) e, em 1902, o *Allgemeine Lehrer-zeitung für Rio Grande do Sul* (Jornal geral do professor para o Rio Grande do Sul), órgão da Associação de Professores Evangélicos do Rio Grande do Sul. Mas existiu no Estado, ao longo do tempo, ainda uma série de outros impressos. Durante algum tempo, por exemplo, para os colonos-agricultores foram direcionados o *Brasilianische Bienenpflege* (Cultivo brasileiro de abelhas) e o *Bauernfreund* (Amigo do colono).

Ao todo, o historiador René Gertz contabilizou a existência de 144 jornais e revistas em língua alemã no Rio Grande do Sul (ver o anexo B). Desses, 78 foram editados na capital do Estado, Porto Alegre, 62 foram editados em cidades do interior e 4 foram editados tanto na capital como em municípios do interior. No interior do Estado, destacam-se: São Leopoldo, onde foram editorados 23 jornais ou revistas; Santa Cruz, que aparece com 7; Ijuí e Neu-Württemberg (Panambi), com 5 cada um.<sup>238</sup>

O padre Amstad, no livro do centenário de colonização alemã no RS, chamou a atenção para a concentração do ramo editorial e gráfico na mão de teutos e descendentes. Observou que no ano de 1922, das 18 gráficas em atividade em Porto Alegre, 12

---

<sup>237</sup> GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 102.

<sup>238</sup> *Ibidem* p. 118-122.



encontravam-se em mãos de alemães e, das 26 livrarias existentes, 15.<sup>239</sup> Em todo o Estado, haveria não menos de 9 editoras; 30 *Akzidenzdruckerei* e litografias; 31 livrarias e 22 encadernadoras dirigidas por alemães e descendentes.<sup>240</sup> Ainda segundo o clérigo, as editoras locais destinadas aos leitores de língua alemã não podiam concorrer com os empreendimentos congêneres existentes na Alemanha. Isso porque o mercado daqui, de cerca de apenas meio milhão de habitantes de descendência germânica, computando-se os três estados do Sul do Brasil, era muito reduzido pelo fato de a maior parte da população ser formada por agricultores, que supostamente liam pouco. Já dentre as classes mais elevadas que viviam nos centros urbanos, muitos já não nutriam mais interesse pela língua alemã. Apesar da tentativa feita por autores e editoras de imprimir contos populares e coleções de poesia, foram as cartilhas didáticas que compuseram o grosso das publicações feitas. Assim, exemplifica que na editora de Cäsar Reinhardt, entre 1861 e 1921, 95 títulos teriam sido publicados, 39 dos quais eram livros didáticos. Desses didáticos, somente sete no vernáculo alemão.<sup>241</sup>

### 3.3.1 Os *Kalenders* ou anuários

Um outro tipo de produção cultural impressa de comunicação de massa que teve sucesso entre os imigrantes alemães e seus descendentes, não só do Rio Grande do Sul, mas de toda a América do Sul, foram os *Kalender* ou *Jahrweiser*, (almanaques ou anuários). As famílias dos colonos das picadas podiam não ter um livro em casa, nem fazer a assinatura de um jornal, porém dificilmente deixavam de adquirir um almanaque para se manterem a par do calendário de festas, das fases da lua e de outros tantos assuntos.

Na Alemanha, a tradição de confecção de calendários em formato de livreto remonta ao século XVI. Durante os séculos XVII e XVIII, em razão da diminuição da taxa de analfabetismo, os anuários tornaram-se populares. No século XIX, “eles encontram o seu apogeu, sendo considerados os veículos essenciais para a formação do povo, responsáveis pelo acesso de um grande público à literatura e ao pensamento vigente. Tornam-se meios de

---

<sup>239</sup> Verband, p. 264.

<sup>240</sup> Ibidem p. 290.

<sup>241</sup> Ibidem p. 291

comunicação e de difusão de grande alcance.”<sup>242</sup> Nas casas dos camponeses poderia não haver jornal ou livro, mas raramente faltaria um *Kalender*. Tratava-se de um periódico de cunho popular direcionado a um amplo e heterogêneo número de leitores. Diferentes gostos e necessidades de leitura eram contemplados nos almanaques, cujas matérias podiam ser lidas e relidas ao longo de todo um ano. A partir do final do século XIX, no entanto, o anuário perdeu rapidamente espaço para os jornais e as revistas especializadas.

Os *Kalenders* traziam leitura instrutiva, descrições de viagens, um resumo da vida política e cultural, abordagens de acontecimentos históricos, biografias históricas e informações sobre o meio rural, como o tempo, técnicas de plantio, cuidados com animais, higiene pessoal e educação. Como estava destinado a proporcionar informação, entretenimento e a formação dos leitores, um anuário possuía normalmente uma estrutura que englobava três elementos básicos: **a) o calendário**: localizado nas páginas iniciais da publicação, apresentava o ano ordenado em dias, semanas e meses. Fases da lua, datas festivas, dias dedicados a santos, ilustrações mensais (*Monatsbilder*) e as páginas em branco situadas no final de cada mês para anotações diversas (*Spacium*) integravam ainda a seção; **b) a prática**: veiculava dados e previsões meteorológicas, indicações para semeadura, plantio e colheita de produtos agrícolas, conselhos medicinais, informações sobre atividades domésticas, datas de feiras e exposições, tabelas de custos e juros e outras informações destinadas, principalmente, para os camponeses; **c) a seção dedicada às opções de leitura e entretenimento**: era integrada por diferentes gêneros, formas literárias e temas para atender ao gosto e à necessidade dos diferentes tipos de leitores. Eram contos, novelas, narrativas, poemas, anedotas, retrospectivas, artigos de cunho histórico, cultural e geográfico etc. Apareciam ainda nos almanaques as adivinhações, os provérbios, os anúncios publicitários e as páginas de humor.<sup>243</sup>

No Rio Grande do Sul, os editores de almanaques em língua alemã inspiraram-se nos seus congêneres existentes na Europa. Entre os imigrantes, a leitura ou o manuseio dos almanaques também não representava novidade, mas a continuidade de um velho hábito cultural trazido da *Heimat*. Aqui seriam editados inúmeros anuários. Afirma Erich Fausel que

<sup>242</sup> Grützmann (1999), op. cit. p. 50.

<sup>243</sup> Grützmann 1999), op cit p. 47-48; GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 49; Müller (1984), op. cit.

o “anuário bem redigido, adaptado à vida peculiar da colônia, com artigos para todas as idades, ocupações e predileções, pôde criar uma tradição firme e construir os alicerces morais e mentais das populações trabalhadoras.”<sup>244</sup>

Os primeiros teriam aparecido em meados da década de 1850. Muitos deles foram efêmeros. Em 1856, Theobaldo Jaeger – proprietário do jornal *Der deutsche Einwanderer* – lançou *Der neue hinkende Teufel. Deutsche Volkskalender* (O Novo Diabo Coxo. Anuário Popular Alemão), que deve ter sido o primeiro almanaque em língua alemã a ser impresso no Brasil. Também é o caso do *Deutsch Volkskalender* (Anuário Popular Alemão), impresso em 1862 pelo *Deutsche Zeitung*.<sup>245</sup>

A partir da década de 1870, os almanaques se consolidaram. *O Koseritz' Deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul* (Anuário Popular Alemão do Koseritz para a Província do Rio Grande do Sul) circularia entre 1874 e 1938. Em 1881, como alternativa e concorrente ao anuário editado por Koseritz em Porto Alegre, Wilhelm Rotermund passou a editar, em São Leopoldo, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Anuário para os Alemães no Brasil), um almanaque de orientação claramente evangélica que circulou entre 1881 e 1941. Dentre as publicações do gênero existentes no país, ele seria um dos de maior tiragem. Em 1906, foram impressos 6 mil exemplares; em 1914, 12.750; em 1917, a tiragem foi de 25 mil exemplares. O auge, mantido por muitos anos, foi atingido em 1923 com a cifra de 30 mil exemplares anuais. Como na década de 1930 é estimado que viviam cerca de 1 milhão de alemães e descendentes em todo o território brasileiro, isso significa que havia um consumo médio de um almanaque editado por Rotermund para cada 33 habitantes.<sup>246</sup> Em 1885, apareceu o *Musterreiter neuer historischer Kalender für Stadtleute und Colonisten* (Novo Anuário Histórico dos Caixeiros Viajantes para os Cidadinos e os Colonos). Circulou de 1885 a 1887 e ininterruptamente entre 1901 e 1917.<sup>247</sup>

Havia também almanaques de caráter mais específico, destinados a um público diferenciado. Em 1912 vem a lume o *Der Familienfreund Katholischer Hauskalender und Wegweiser* (O Amigo das Famílias. Anuário do Lar e Guia Católico). Editado pela Sociedade União Popular e destinado aos alemães católicos e seus descendentes, circulou até 1942. De

<sup>244</sup> Fausel, op. cit. p. 227.

<sup>245</sup> Becker (1956), op., cit p. 270-271; Grützmann (1999), op. cit. p. 52.

<sup>246</sup> Gertz (2002), op cit p. 35.

<sup>247</sup> Grützmann (1999), op. cit. p. 145; Fausel, op. cit. p. 228.

orientação católica era também o *Rio-Grandenser Marienkalender* (Anuário Mariano Rio-Grandense), que estreou no ano de 1917. Em 1922, editado sob a chancela do Sínodo Rio-Grandense, passou a ser publicado o *Kalender für die deutsche-evangelischen Gemeinden in Brasilien* (Anuário para as Comunidades Evangélicas Alemãs no Brasil). Esse anuário circularia até 1941, tornando-se, a partir de então, bilíngüe e levando o nome de *Kalender für die deutsche-evangelischen Gemeinden in Südamerika* (Anuário para as Comunidades Evangélicas Alemãs na América do Sul). Vinculado à Igreja de Missouri, passou a ser editado em Porto Alegre no ano de 1925 o *Luther-Kalender für Südamerika* (Anuário Luterano para a América do Sul). Entre 1912 e 1940 foi editado ainda na capital o *Iza-Kalender*, um almanaque de farmácia, sob a direção de Paul Kramer. Em 1923, sob o patrocínio da Rotermund de São Leopoldo, apareceu o *Lehrer-Kalender* (Almanaque dos Professores), destinado aos professores de escolas alemãs.<sup>248</sup>

Para Fausel, os três anuários que maior influência tiveram foram: o *Koseritz' Deutscher Volkskalender*, o *Kalender fuer die Deutschen in Brasilien* e o *Der Familienfreund-Kalender*.

Fora do eixo Porto Alegre/São Leopoldo, as experiências dos almanaques também frutificaram. Em Pelotas, em 1916, veio à luz o *Deutsches Handbüchlein für Pelotas und Umgebung* (Pequeno Guia para Pelotas e Arredores). Em 1922, passou a ser editado em Ijuí o *Kalender der Serra-Post* (Anuário do Correio Serrano), cuja publicação se estendeu até 1948. Em Panambi, nos anos de 1925 e 1926, circulou o *Neu-Württemberger illustrierter Familien Kalender Siedlungsshort* (Anuário da Família Ilustrado Refúgio da Colônia Neu-Württemberg). Em Arroio do Meio, foi editado em 1931 e 1935 o humorístico *Brumbär-Kalender* (Almanaque Resmungão). Em Santa Cruz, mais precisamente na Vila Tereza, foi organizado o *Der Heimatbote. Kalender für die Deutschen Süd Brasiliens, speziell für Central Rio Grande do Sul* (O Mensageiro da Pátria. Anuário para os Alemães do Sul do Brasil, especialmente para a o Centro do Rio Grande do Sul). Esse anuário, de orientação luterana e propagador do nacional-socialismo e do integralismo, circulou nos anos 1935, 1937 e 1938.<sup>249</sup>

O fenômeno editorial desse gênero de periódico não se restringiu ao Rio Grande do Sul. Embora aqui tivesse sido registrado o maior número de publicações desse tipo, nos

<sup>248</sup> Grützmann (1999), p. 53. Grützmann (2004-b), op. cit. p. 53;

<sup>249</sup> Grützmann (1999), op. cit. p. 53, 161 e 164.

estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo almanaques também foram editados e circularam. Países como o Chile e a Argentina, que também acolheram significativo contingente de imigrantes alemães, também passaram por essa experiência editorial.

Em 1924 não circulavam menos de 7 almanaques no estado, sendo eles:

Tabela 9: Almanagues impressos no Rio Grande do Sul no ano de 1924.

Nome do Almanaque	Início de Circulação	Editora
Koseritz Deutscher Volkskalender	1874	Krahe & Cia.
Kalender für die Deutschen in Brasilien	1881	Rotermund & Cia.
Familienfreund-Kalender	1912	Hugo Metzler
Riograndenser Marienkalender	1922	J. R. da Fonseca & Cia.
Kalender der Riograndenser Synode	1922	Irmãos Siegmann
Kalender der Serra-Post	1922	Livraria Serrana

Fonte: Verband Deutscher Vereine, op cit. p. 291.

Em muitas famílias de origem germânica, notadamente aquelas que residiam em picadas distantes de núcleos urbanos, muitas vezes o acesso à palavra impressa dava-se apenas através da Bíblia (no caso de evangélicos) e ou da leitura dos anuários. Os Kalender, por isso, eram exauridos ao longo do ano. Alguns artigos eram lidos e, freqüentemente, relidos. Depois da janta, sentados à mesa ou ainda na cozinha, enquanto a louça era lavada, alguém podia ficar lendo um trecho em voz alta.<sup>250</sup>

### 3.3.2 A imprensa escrita e o espírito cívico

Ingart Grützmann defende a tese de que os almanaques em vernáculo alemão que foram editados no RS estavam voltados para a discussão e a propagação dos pressupostos e das imagens do germanismo. Os jornais, conforme demonstrou Giralda Seyferth, teriam desempenhado papel semelhante entre os teutos e descendentes de Santa Catarina.<sup>251</sup> Se tomarmos como verdadeiro o fato de que os jornais, anuários e outros periódicos impressos realmente atuaram no sentido da preservação de elementos próprios da cultura germânica, também é sensato aceitar a tese de que essa imprensa brasileira em língua alemã se constituiu,

<sup>250</sup> Müller (1984), op. cit. p. 80

<sup>251</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

indiscutivelmente, em importante veículo de representação e de defesa dos interesses das comunidades locais e regionais das populações de ascendência germânica, inclusive favorecendo a sua coesão e sua articulação interna. Isso se materializava, por exemplo, na publicação de artigos e apelos nos quais os problemas e as situações concernentes à economia, religião, política e ideologia dessas comunidades eram muitas vezes debatidos calorosamente.<sup>252</sup> Os periódicos, em não raras oportunidades, funcionavam para coesionar e direcionar as comunidades. Gertz defende que os jornais que se auto-intitulavam políticos foram os mais importantes para fomentar o estabelecimento da cidadania e de fazer dos teutos cidadãos plenos do Brasil.<sup>253</sup> Neles, temas no âmbito local, regional e nacional, sobre política, economia, cultura e crônica policial, proporcionavam ao leitor elementos para a compreensão da realidade local e nacional em que estavam inseridos, despertando, conseqüentemente, o senso de cidadania.

A imprensa brasileira em língua alemã que se desenvolveu no RS, dependendo da finalidade específica de cada um dos jornais, almanaques e outros periódicos e também do estilo e da linha que lhe imprimia o seu editor, esteve mais ou menos engajada em produzir, entre seus assinantes e leitores, comportamentos de fraternidade, solidariedade, cooperação e espírito cívico. Como esses impressos estavam destinados a um público específico – os teuto-brasileiros –, valores de identidade étnica e ou religiosa eram trazidos à tona com o fito de coesionar e fomentar o espírito de grupo entre os alemães e descendentes do Estado. Se a tentativa de construção de uma identidade étnica específica e a propagação da germanidade nos meios de comunicação de massa escrita atuaram negativamente no que tange à integração da população de origem germânica à população brasileira de outras origens étnicas, no que concerne exclusivamente à formação do capital social, essa identificação étnica parece ter atuado positivamente.

Nos jornais e anuários de circulação estadual e mesmo nacional, como o público a atingir era maior e de diferentes localidades geográficas, predominava ou uma tentativa de orientação política, ou a discussão de temas religiosos ou uma orientação filosófica dos leitores. Já os impressos de caráter local/regional, como foi o caso do *Kolonie* e do *Die Serra-Post*, além de apresentarem noticiosos sobre a Alemanha, o Brasil e o Rio Grande do Sul, abriam espaço para a discussão de questões locais. Através das páginas dos jornais

---

<sup>252</sup> Grutzmann (1999), op. cit. p. 60.

<sup>253</sup> Gertz (2004-b), op., cit. p. 103.

interioranos, a organização partidária e as disputas político-eleitorais municipais eram comumente dissecadas; as reuniões e as decisões das Câmaras Municipais eram divulgadas e debatidas; leis e decretos municipais eram tornados públicos; orçamentos eram expostos e contas de exercícios eram prestadas; atividades e trabalhos desenvolvidos pelo poder público eram socializados.

As aspirações das comunidades eram explicitadas e não raras vezes promoviam um grande debate. Grandes pleitos, como a reivindicação de um ramal ferroviário, a construção de uma usina de energia elétrica, a implantação de linhas telefônicas, a concretização de uma hidráulica, a abertura de uma importante estrada para o escoamento da produção, chegavam ao conhecimento da população sem muita deturpação pelas colunas de um periódico. Ali também eram divulgadas campanhas de angariação de fundos e donativos para a edificação ou realização de melhorias em um templo, para a construção ou a ampliação de um prédio escolar, para a abertura de um novo cemitério, para a implantação de um hospital. A prestação de contas do montante arrecadado em uma campanha financeira, a indicação da aplicação dos recursos coletados, a publicização dos resultados de uma quermesse, de um baile ou de tômbola podiam aparecer nos jornais de circulação local e aumentavam a confiança da população nos dirigentes e nos propósitos a que se destinavam.

Mas os jornais brasileiros de língua alemã de circulação local também foram fundamentais para a organização social dos habitantes. A mobilização e o incentivo que proporcionavam para a constituição de uma cooperativa de crédito, de uma associação ou cooperativa de produtores ou para a criação de uma caixa previdenciária de socorro mútuo, muitas vezes foram cruciais para o bom êxito do empreendimento. Mas, os noticiosos e os comunicados que eram feitos sobre a apresentação de grupos de corais, a encenação de peças teatrais, a apresentação de grupos musicais, a divulgação de encontros e festividades das diferentes sociedades culturais, desportivas e recreativas existentes foram de importância inestimável para o desenvolvimento do espírito gregário entre os descendentes de alemães do Sul do Brasil.

Os leitores de jornais, além de ficarem informados sobre os principais acontecimentos que ocorriam, debatiam com seus familiares, amigos e vizinhos os temas que lhes fossem mais candentes. Isso deve ter contribuído para o desenvolvimento e comportamento de uma atitude cívica. Os próprios pastores e padres tiveram consciência de que a imprensa e as

leituras eram importantes instrumentos para influenciar a conduta e o modo de pensar dos fiéis. Daí a razão da existência de jornais e almanaques de tendência religiosa e das folhas dominicais, essas essencialmente religiosas. Os jornais e outros impressos, além de notícias locais, nacionais e internacionais, nas suas páginas veiculavam também informações práticas visando orientar o cotidiano dos leitores com indicações de leituras, de higiene, de conduta moral e ética, cotação de produtos agrícolas e da pecuária, informações sobre impostos etc.

Não se pode, em todo o caso, superestimar o papel desempenhado pelos jornais, anuários e outros periódicos de língua alemã entre a população teuto-descendente do RS. O colono mesmo quase não lia nem escrevia, assim como o camponês alemão do século XIX também quase não o fazia. Embora a tiragem de jornais, em geral, não fosse efetivamente muito grande, é indiscutível que seus redatores contribuíram decisivamente para a educação das zonas coloniais alemãs do RS. René Gertz, amparado em dados fornecidos por Hans Gehse, afirmou que em 1928 os quatro principais jornais em língua alemã do Estado possuíam a seguinte tiragem: *Neue Deutsche Zeitung*, 16 mil; *Deutsches Volksblatt*, 7.200; *Kolonie*, 3 mil e *Serra-Post*, 4 mil exemplares. Somente esses quatro jornais totalizavam, portanto, uns 30 mil exemplares. Supondo que na mesma época a população de origem teuta no RS fosse de cerca de 600 mil e que cada família se compusesse, em média, de 5 membros, haveria em torno de 120 mil lares de alemães e descendentes no Estado, o que significaria que pelo menos um em cada quatro lares lia regularmente um dos quatro jornais mencionados.<sup>254</sup> Isso sem considerar o fato de o jornal muitas vezes circular entre vizinhos e sem levar em conta todos os demais jornais, revistas e almanaques em língua alemã ou portuguesa que circulavam e chegavam às casas da população de ascendência germânica do Estado. Não se dispõe, em todo caso, de números confiáveis que possam confrontar o índice de leitura de jornais e outros periódicos entre os teuto-descendentes e a população gaúcha e de outras origens étnicas

Putnam, em seu célebre trabalho sobre a Itália moderna, considerou a leitura de jornais um indicador básico do civismo da vida regional. Segundo o autor, ainda hoje o jornal persiste sendo o meio que reserva maior espaço para as questões comunitárias. É ali que os cidadãos acompanham atentamente os assuntos que dizem respeito à localidade e região. “Os leitores de jornais são mais informados que os não-leitores e portanto têm mais condições de participar das deliberações cívicas. Assim o número de leitores de jornais reflete o interesse dos

---

<sup>254</sup> GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 72-73.



cidadãos pelos assuntos comunitários.”<sup>255</sup> Segundo o autor, mesmo com o recente extraordinário desenvolvimento da mídia eletrônica, que converteu a televisão e seus derivados no mais importante meio de informação e entretenimento, a leitura de jornais segue sendo sinal de um forte compromisso cívico. Fundamentado nos estudos sobre a existência de capital social nos Estados Unidos, asseverou que aqueles que lêem com regularidade jornais pertencem a mais organizações, participam mais ativamente em clubes e associações cívicas, freqüentam mais reuniões locais, participam mais da política e votam mais habitualmente, trabalham e dedicam mais tempo em projetos comunitários e, inclusive, visitam mais seus amigos e confiam mais em seus vizinhos.<sup>256</sup> Assim, a leitura de periódicos e uma boa cidadania marchariam juntas.

Anteriormente, Tocqueville, ao analisar a sociedade norte-americana, já havia percebido a importância de uma numerosa imprensa periódica livre para a vida política ativa e para a modificação dos costumes. Constatou que nos Estados Unidos quase não havia cidadezinha sem jornal. Essa multiplicação de jornais lá existente seria um meio de neutralizar a própria influência desse meio de comunicação, haja vista que as opiniões se diluiriam. Assim, “nos Estados Unidos, cada jornal tem pouco poder individual; mas a imprensa periódica ainda é, junto ao povo, a primeira dentre as forças.”<sup>257</sup> Tocqueville ainda reconheceu a conexão existente entre vitalidade cívica, associações e periódicos locais. A união por laços firmes e duradouros e a cooperação de muitas pessoas seria extremamente facilitada pela existência de um periódico. Ele se constituiria em uma importante ferramenta para convencer que os esforços coletivos poderiam servir ao interesse pessoal de cada membro de uma associação. Além disso, o periódico também poderia estar presente e representar, ao mesmo tempo, o pensamento de um grande número de leitores.

A tradicional imprensa sul-rio-grandense de língua alemã desapareceu em decorrência das medidas repressivas contra as línguas estrangeiras tomadas pelo governo brasileiro à época do Estado Novo (1937-1945). Como ressalta Gertz, não se tratava propriamente de uma imprensa estrangeira, mas de uma imprensa brasileira em língua alemã dirigida à população

---

<sup>255</sup> PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 106.

<sup>256</sup> PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002. p. 282-93.

<sup>257</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 215.

de origem germânica residente no Brasil. Ainda que nesses periódicos conteúdos relacionados com a Alemanha aparecessem com maior frequência que em jornais de idioma português, “esses assuntos não constituíam a razão da existência desses jornais. A preocupação central sempre foi a realidade política, social, econômica, cultural do Brasil e a inserção de alemães e teuto-brasileiros nessa realidade.”<sup>258</sup> Os jornais e almanaques de língua alemã, quando foram proibidos de circular, tiveram sua ausência mais sentida no meio rural. Ali eles exerciam importante função, pois, não raras vezes, eram a mais importante, quando não a única, fonte de leitura das famílias. É importante frisar que, além do noticiário, eles mantinham um suplemento literário e de informações variadas sobre a agricultura e a pecuária. Destaca Becker que mesmo nas colônias mais afastadas dos grandes centros, ainda que chegassem uma ou duas semanas atrasados, os jornais permitiam aos colonos acompanhar os acontecimentos nacionais e estrangeiros.<sup>259</sup> Nas áreas rurais, diferentemente do que acontecia nos emergentes núcleos urbanos, a população ainda não era bilíngüe. Daí resulta que a substituição de um periódico no vernáculo alemão por outro no idioma português não foi algo tão simples e automático.

A leitura de periódicos é um hábito duradouro normalmente adquirido durante a infância ou durante a juventude. Se a tese de Putnam sobre a relação entre imprensa escrita e o compromisso cívico estiver correta, a existência de uma significativa imprensa ajudou a fomentar a cooperação, o capital social e o desenvolvimento regional endógeno nas áreas colonizadas pela população de origem germânica do extremo Sul do Brasil. Nesse sentido, deixar a leitura de lado foi especialmente prejudicial para a redução do compromisso cívico dessa população. Havendo a vinculação entre a leitura de jornais e outros periódicos e a participação social, a nacionalização da imprensa deve ter ajudado a provocar o decréscimo do compromisso cívico. Sendo isso verdadeiro, os descendentes de alemães passaram, então, a fazer com menor frequência atividades voluntárias e trabalhos em projetos comunitários, a participar menos em reuniões de associações, e a ser menos solidários e mais individualistas, porque se tornaram mais isolados socialmente.

---

<sup>258</sup> Gertz (2004-b), op. cit. p. 111.

<sup>259</sup> Becker (1956), op cit. p. 282.

### 3.4 Participação política

A relação entre capital social, compromisso cívico e participação política tem sido destacada por diversos autores. Há um consenso entre os pesquisadores de que o capital social, ao mesmo tempo em que se beneficia do ambiente democrático, também ajuda a fortalecer a democracia. Em todo caso, a conversão de capital social em participação política não se dá automaticamente. No estudo de caso que fez sobre o município de Santa Cruz do Sul, localidade onde evidências e pesquisas apontam a existência de laços sociais intensos e participação ativa em organizações da sociedade civil, João Pedro Schmidt constatou uma exígua participação política. Teriam contribuído para isso tanto a cultura política herdada da Alemanha – marcada por padrões autoritários e pela ausência de mecanismos democráticos básicos, como o voto –, como o contexto histórico brasileiro. Nesse sentido, apontou que a cultura política e as dificuldades postas pelo Estado podem atuar para inibir a conversão de capital social em efetiva participação política:

Há uma tendência de que o capital social, em condições favoráveis, se traduza em participação política. Mas, a participação política efetiva depende também das possibilidades e apelos criados pelo sistema político. A existência de espaços de participação popular em canais institucionais e a presença de elites políticas democráticas no Estado contribuem para que a inserção ativa dos cidadãos na política. A inexistência de canais de participação, a repressão ou a criação de dificuldades por parte do Estado agirão em sentido oposto, bloqueando a conversão do capital social em participação política.<sup>260</sup>

Na obra sobre o centenário da colonização alemã no RS, que o padre Teodoro Amstad organizou em 1924, ele constatou que a maioria dos imigrantes alemães imigrados e os aqui nascidos pouco se importavam com a política. Afirmou ainda que “ao participarem das eleições, o faziam, ao menos com frequência, mais para agradar a esse ou a aquele amigo metido na política do que por convicção. Prova disso estaria no pouco entusiasmo dos alemães em se naturalizarem ou se qualificarem como eleitores.”<sup>261</sup> Seria somente com os esforços de Carlos von Koseritz que, no decorrer da década de 1880, os alemães teriam começado a se interessar mais pela política.

---

<sup>260</sup> SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo. <<http://www.unisc.br>>. Acesso em: 16/11/2005.

<sup>261</sup> Verband, op. cit. p. 186.

Roche também se referiu à apatia política do teuto-rio-grandense. Para o autor, até meados do século XX, seu papel político teria sido quase nulo. Atribuiu ao sistema eleitoral, que dividia o Estado em 5 distritos, a principal justificativa para explicar a sub-representação de deputados de origem alemã na Assembléia Legislativa. Entre 1892 e 1935, o número de deputados de origem alemã eleitos teria sido de 42 em um universo de 352, o equivalente a um percentual de 11,9%. Em 1921, a bancada de origem teuta alcançou seu ápice, contando com 6 representantes em 32, o que dá um percentual de 18,7%.<sup>262</sup> Após o término do Estado Novo (1945), o Brasil entrou na fase da democracia populista. A influência eleitoral dos descendentes alemães tornou-se mais expressiva, sendo mais do que proporcional à importância demográfica que estava na casa de 21%. “Nas eleições para a Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 1947 foram eleitos 17; em 1950, 13; em 1954, 14; em 1958, 17; e em 1963, 12 teuto-brasileiros dos 55 deputados estaduais. No quadriênio de 1960 a 1963, em 45 dos 158 municípios rio-grandenses os prefeitos eram teuto-brasileiros.”<sup>263</sup>

Uma outra pecha que normalmente pesa sobre os ombros da população de ascendência alemã do RS é de que eles apoiavam e votavam, invariavelmente, na situação. Quanto a isso, é preciso destacar que as diferentes áreas coloniais não formavam um bloco monolítico. Assim como houve municípios onde preponderava a população de ascendência germânica que aderiram ao castilhismo, houve também os que aderiram à causa federalista.<sup>264</sup> Silvana Krause apresenta dados eleitorais de Santa Cruz do Sul – um município povoado por ampla maioria de teuto-descendentes – que deixam patente que, nos anos iniciais da República Velha, a comunidade teve um comportamento eleitoral oposicionista aos republicanos.<sup>265</sup> A oposição ao PRR, embora vencesse alguns pleitos municipais, devido a fraudes eleitorais e a violências, não conseguiu empessar os seus candidato à intendência.

Caso seja tomado como exemplo o município de Venâncio Aires – local onde predominavam os descendentes de alemães, mas em que havia, igualmente, um considerável contingente de pessoas outras origens étnicas –, ali se verificou que foram realizados 10

---

<sup>262</sup> Roche, op cit. p. 731.

<sup>263</sup> SZILVASSY, Arpad. Participação dos alemães e seus descendentes na vida política brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966. p. 257.

<sup>264</sup> GERTZ, René. A revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita (ed.). *Revolução de 1893*. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 43-50.

<sup>265</sup> KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

pleitos durante a República Velha. Para a composição do Conselho Municipal, contabilizou-se a eleição de 46 conselheiros com sobrenome alemão contra 24 de sobrenome de outras etnias.

Gertz, em inúmeros textos, tem chamado a atenção para o fato de que a variável étnica é, normalmente, supervalorizada quando se trata da inserção ou falta de inserção da população de origem alemã do Estado em política e eleições. O autor defende que o voto da colônia não é generalizadamente étnico e que ali o comportamento político, ao menos no período republicano, pode ser qualificado como normal. “Os alemães e descendentes interessavam-se, sim, e faziam política nacional brasileira, como a população em geral, por um lado, mas por outro lado, essas regiões coloniais não estavam imunes ao clientelismo e à corrupção, por exemplo. Diferenças nuançadas entre as regiões tradicionais e as coloniais eram fruto de diferenças estruturais na sociedade, mas não de diferenças genético-culturais.”<sup>266</sup> Assim, a utilização da variável étnica contribuiria muito pouco para explicar a realidade e o comportamento político nas áreas de colonização germânica do Estado.

Quando se trata da participação política dos alemães e descendentes, é preciso, primeiramente, ter presente que eles não trouxeram uma tradição democrática da Europa para o Brasil. Schmidt chama a atenção que durante todo o século XIX e metade do século XX – mais precisamente até o fim da Segunda Guerra Mundial – houve o predomínio do autoritarismo na política alemã.<sup>267</sup> O século XIX não se caracterizou pela democracia, mas foi a época de ouro do liberalismo que foi a expressão dos interesses da burguesia.<sup>268</sup> O liberalismo representou a ideologia burguesa e não a do campesinato ou a do proletariado. As duas nações mais liberais daquela centúria foram a Inglaterra e a França. Na Alemanha, as tentativas de implantação de um regime liberal foram duramente reprimidas. A modernização do Estado deu-se pelo alto, através dos latifundiários prussianos. Esse processo foi chamado por Poulantzas de “modelo prussiano de revolução burguesa”. A democracia propriamente dita só iria ser implantada na Alemanha após a sua derrota na Primeira Guerra Mundial e a proclamação da República de Weimar.

---

<sup>266</sup> GERTZ, René E. Os “quistos étnicos” alemães. *Estudos Leopoldenses* – Série História, São Leopoldo, n. 1, v. 2, 1998. p. 12.

<sup>267</sup> SCHMIDT, João Pedro. *Cultura política alemã: autoritarismo secular e construção democrática recente*. <<http://www.unisc.br>>. Acesso em: 16/11/2005.

<sup>268</sup> RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1990. p 25-48.

Em segundo lugar, é preciso considerar que entre parcela significativa dos imigrantes germânicos também não havia a tradição de um Estado unificado e centralizado, a exemplo do que sucedera, por exemplo, com os reinos ibéricos a partir do final da Idade Média. A unificação ou prussianização da Alemanha, como já assinalado no capítulo anterior, só ocorreria em 1871. A Alemanha do século XIX não passava de um conjunto fragmentado de estados e cidades livres, em constantes lutas entre si e com países vizinhos, e com uma estrutura econômica assaz instável. Na segunda metade desse século, entretanto, a Prússia, dadas as condições de sua natureza interna, eclipsou todos os outros Estados alemães e presidiu, afinal, a unificação germânica.<sup>269</sup> A inexistência da experiência da convivência com um Estado unificado, aliada ao projeto de vida comunitário incentivado por padres jesuítas e por pastores protestantes, fez com que imigrantes e descendentes se preocupassem muito mais com as questões locais e paroquiais do que com as nacionais. Disso, entretanto, não se pode depreender de que tenham sido maus cidadãos.

Assim, aquelas levas de imigrantes que chegaram antes da unificação alemã desconheciam a noção de um Estado Nacional. A experiência vivenciada na Europa pelo imigrante era, destarte, a de uma política descentralizada, em que a organização local gozava de bastante autonomia em relação ao Estado e muito mais ainda no que diz respeito à nação. Essa tradição foi repassada aos seus descendentes que, contando com o estímulo da igreja da imigração, contando com associações, cooperativas e outras entidades organizadas nas comunidades locais, passaram a viver com relativa autonomia em relação ao Estado. Foram as próprias comunidades que, nesse contexto, chamaram para a si a tarefa de abrir e de manter estradas, de construir e manter escolas, de levantar templos, de edificar e colocar em funcionamento hospitais, de manter cemitérios, de erguer pontes, de providenciar a aquisição de geradores para a implantação de energia elétrica, de implantar uma rede hídrica. Não era da tradição da população de origem teuta esperar, reivindicar ou mendigar do Estado. Era a própria comunidade, ou um conjunto de comunidades reunidas, que se articulava para, de maneira autônoma, procurar solucionar algum problema. Em outros termos, havia comprometimento com os assuntos coletivos, havia comunidade cívica. A comunidade cívica, segundo Putnam, se caracteriza pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, mecanismos de igualdade política,

---

<sup>269</sup> A respeito da unificação da Alemanha, sob a égide política do domínio agrário dos *junkers* da Prússia ver: ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo Brasiliense, 1989. p. 236-278.

sentimentos de solidariedade, de confiança e de tolerância, e densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos.

Nesse sentido, é totalmente cabível a hipótese levantada por João Pedro Schmidt de que a notável capacidade de cooperação e organização local demonstrada pelos imigrantes alemães em solo brasileiro seja, em boa medida, expressão de uma memória de autonomia municipal e de descentralização política herdada da tradição germânica.<sup>270</sup>

Em terceiro lugar, há que se considerar que mais da metade dos imigrantes alemães – que professavam o luteranismo – foram marginalizados pela sociedade brasileira até a Proclamação da República. De acordo com a legislação em vigor, somente os matrimônios realizados por um pároco católico possuíam validade jurídica. Os matrimônios celebrados por um pastor evangélico eram considerados nulos. Destarte, os filhos de um casal protestante eram considerados como fruto de concubinato. Disso resultava uma série de complicações jurídicas, como por exemplo, o direito de herança. Os casamentos mistos deveriam ser assistidos por padres católicos e os filhos resultantes desse acasalamento necessariamente batizados e educados na fé católica. Durante boa parte do Império, ainda, somente os católicos podiam ser eleitores, elegíveis ou nomeados para cargos públicos. Os brasileiros e os naturalizados protestantes, conseqüentemente, foram excluídos de tais possibilidades, tornado-se cidadãos de segunda classe. Foi somente a partir de 1881, com a reforma eleitoral promovida pela Lei Saraiva, que os alemães naturalizados brasileiros e os não-católicos puderam votar e ser votados.<sup>271</sup> A plena liberdade de culto, o casamento civil, o registro civil e os cemitérios públicos vieram somente alguns anos após, quando correu a queda do Império no Brasil. Foi o Governo Provisório que, em janeiro de 1890, os instituiu.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> Schmidt (b), op. cit. p. 5-6.

<sup>271</sup> Conhecida como Lei Saraiva, a reforma eleitoral proposta por Rui Barbosa e promulgada em janeiro de 1881 constituiu uma das medidas mais importantes do Império naquela década. Numa tentativa de atender aos anseios de mudança, a reforma estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas, acabando com a eleição em dois graus e a distinção restritiva entre “votantes” e “eleitores” existente até então. No primeiro grau, os “votantes”, cidadãos com renda mínima estipulada por lei e indicados a cada eleição por uma junta de qualificação, votavam naqueles que iriam, no segundo grau, participar como “eleitores” do pleito para a escolha dos membros das assembléias legislativas. Com a reforma ficou estabelecido que o próprio indivíduo deveria requerer seu alistamento eleitoral, provando o seu direito por meios de documentos exigidos na lei. Criava-se o título de eleitor e eliminava-se o sistema de lista e nomeação dos “votantes” pela junta de qualificação, diminuindo a margem de erros e fraudes. Mantinha-se a exigência de uma renda mínima, mas o direito ao voto era estendido aos não-católicos, aos brasileiros naturalizados e aos libertos.

Cfe: <http://www.projetomemoria.art.br/Ruibarbosa/glossario/r/reformaeleitoral.html> em 09/06/2006.

<sup>272</sup> Becker, op. cit. p. 53-54.

Os direitos plenos de cidadania aos não-católicos foram reafirmados pela Constituição liberal brasileira de 1891. Inspirada na Carta Magna dos Estados Unidos da América, ela estabeleceu, no seu título IV, artigo 72, que todos seriam iguais perante a lei.<sup>273</sup> O direito de cidadania foi ampliado aos maiores de 21 anos, mas somente para os do sexo masculino, excetuados os mendigos, os analfabetos, as praças de pré e os religiosos sujeitos a votos de obediência, regra ou estatuto que importasse a renúncia da liberdade individual. A Constituição também provocou a “grande naturalização” dos estrangeiros residentes no país.<sup>274</sup> Portanto, foi somente a partir da República que os brasileiros de origem alemã e os naturalizados foram equiparados, no que concerne ao exercício da cidadania, aos brasileiros de outras procedências étnicas.

Em quarto lugar, é necessário analisar criticamente qual o significado, de fato, da suposta apatia e falta de importância que os descendentes de alemães davam à política. Quando apologistas do germanismo em terras gaúchas lamentavam a baixa representação no parlamento de alemães naturalizados e de descendentes, propugnavam, na verdade, por uma atuação política em bloco do eleitorado. Se não reivindicavam a existência de um partido alemão propriamente dito – cuja existência seria desaconselhável em virtude do mito do perigo alemão –, aspiravam pelo menos que não houvesse divisões ideológicas e partidárias entre os eleitores de origem teuta. Acreditavam que somente assim a sua representação poderia ser aumentada. Gertz, em vários artigos, alerta que é inútil procurar pelo voto dos “alemães”. Eles não votavam em bloco. Nem seguiam às cegas as orientações políticas de

---

<sup>273</sup> “Art. 72. A constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º Ninguém pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

§ 2.º Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3.º Todos os indivíduos e confissões podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4.º A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5.º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6.º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7.º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados.

§ 8.º A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia, senão para manter a ordem pública.

§ 9.º É permitido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes públicos, denunciar abusos das autoridades e promover a responsabilidade dos culpados. (...)”

<sup>274</sup> O *caput* do Art. 69 estabelecia que seriam cidadãos brasileiros:

“(...) 4.º Os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem. (...)”.



algum líder. Mas votavam de acordo com a polarização existente em cada município ou região.<sup>275</sup> Assim como a apatia ou o conservadorismo político dos teuto-descendentes é lendário, não encontrando sustentação em pesquisas empíricas, também a utilização da variável étnica para analisar o comportamento político-eleitoral da população de descendência germânica do RS não conduz a explicações consistentes.

Em quinto lugar, urge realizar um exaustivo trabalho comparativo entre municípios no que diz respeito ao comportamento eleitoral. Verificar, por exemplo, o percentual de eleitores alistados sobre o conjunto da população; o número efetivo de votantes; confrontar resultados. Assim se poderá traçar um perfil ou a geografia do voto e do eleitor nas diferentes áreas do RS. Um estudo desses certamente derrubaria mitos e lendas.

Em sexto lugar, há que se ter presente que o Brasil entrou no rol dos países democráticos somente com a derrocada do Estado Novo. Isso com todas as ressalvas que se pode fazer ao sistema pluripartidário que se estabeleceu entre 1945 e 1965. No século XIX, durante o Império, o Brasil não passava de uma monarquia constitucional liberal, não obstante a existência da escravidão, da quase inexistência de uma classe burguesa e do predomínio social, econômico e político dos grandes latifundiários escravocratas. Com a proclamação da República, inicia a fase histórica do país conhecida como sendo a República Velha. São quatro os fenômenos sociais e políticos maiores, característicos dessa fase da vida brasileira, que em muito limitaram a participação da população no processo eleitoral e a escolha consciente dos seus representantes: o coronelismo, as fraudes eleitorais, a política dos governadores e a política do café com leite. Esses fenômenos indubitavelmente tiraram a confiança dos eleitores no processo eleitoral. E a confiança nos governantes, nas instituições e no processo eleitoral é indispensável para o acúmulo e reprodução de capital social.

No âmbito regional, a queda do Império alçou ao poder repentinamente o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Ele era integrado por uma elite desvinculada da tradicional camada pecuarista da Campanha. Sua linha de frente era formada por militantes jovens e sem experiência partidária, com formação de ensino superior e uma base ideológica

---

<sup>275</sup> Gertz (1993), op. cit. p. 43-50; GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994; GERTZ, René E. Os “alemães” no Rio Grande do Sul. In: *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994. p. 43-57; Gertz (2002) op. cit.; GERTZ, René E. Os gaúchos de descendência alemã e a vida política brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 77-85.

positivista, o que faria do PRR uma organização partidária ímpar na história da República Velha. Implantaram no Estado uma forma de governo autoritária, inspirada na república ditatorial de Augusto Comte. Júlio de Castilhos foi o líder maior e grande ideólogo da organização do partido. A Constituição estadual de 1891, da qual foi o principal mentor, limitava a atuação do poder legislativo a questões orçamentárias e dava ao executivo a autorização para legislar por decreto em questões não financeiras. A Constituição estabelecia, também, que o vice-presidente seria nomeado pelo presidente e que este poderia reeleger-se continuamente – o que estava em desacordo com a Constituição Federal –, desde que obtivesse três quartas partes dos votos. Tal princípio, associado ao coronelismo e ao voto descoberto, permitiu o controle absoluto do Estado pelo PRR. Vários dos municípios em que predominava o eleitor de ascendência germânica não escaparam ao fenômeno do coronelismo, traço típico da política brasileira.

Contra a ditadura positivista de Júlio de Castilhos, e depois a de Borges de Medeiros, se levantaram os revoltosos de 1893 e de 1923. Na Revolução Federalista de 1893/1895, ex-liberais chefiados por Gaspar Silveira Martins, alcunhados de maragatos, defrontaram-se com os governistas, chamados de republicanos, chimangos ou pica-paus, que dominavam todos os setores da vida pública do Estado. Pelos atos de violência e de selvageria ocorridos, essa Revolução, levada a cabo pelas elites gaúchas, ficou conhecida como a Revolução da Degola. Em 1923, estourou uma nova Revolução, desta feita opondo os partidários de Assis Brasil aos próceres de Borges de Medeiros. O acordo de Pedras Altas, que proibia nova reeleição de Borges de Medeiros, abriu caminho para a segunda geração de republicanos – formada por homens como Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor – e pôs termo à contenda.

Borges de Medeiros governou o RS de 1898 a 1908, passando então o poder ao seu correligionário, Carlos Barbosa Gonçalves. Voltou à presidência em 1913, governando o Estado até 1928, quando passou o poder a Getúlio Vargas. Independente de origem étnica, durante a ditadura positivista no RS, levando em consideração as fraudes eleitorais existentes e as ingerências de Porto Alegre nos pleitos municipais, que espaços de participação consciente e cidadã sobravam para a população?

O presidente Getúlio Vargas, sob a batuta do qual ocorreu o programa de nacionalização compulsória durante seu governo ditatorial (1937-1945), em 1940, numa

manifestação feita na cidade de Blumenau, SC, depois de se referir ao abandono a que os governos haviam deixando os imigrantes alemães do Sul do Brasil, teria complementado:

Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas, estradas, estradas e escolas.

No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão da existência do Governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhe impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhe o voto.

O Governo que se aproximava somente quando precisava dos votos, perdia a respeitabilidade, porque vivia de transigências. E à troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade.<sup>276</sup>

A compreensão de cidadania do teuto-brasileiro, como apontado ao longo do capítulo, inicialmente tinha a ver com a comunidade. O currículo das escolas comunitárias teuto-brasileiras, como mencionado, ajudava a preparar o aluno para o exercício da cidadania no local onde ele viva. Preparava-o para a “participação no processo de construção da vida comunitária, nas estâncias econômica, social, cultural, religiosa e também política, porém na concepção de um Estado descentralizado.”<sup>277</sup> A convencional interpretação de que os descendentes alemães do RS não se importavam com política deve levar também esse fator em consideração.

Portanto, embora significativa parcela dos brasileiros de origem alemã do RS conservasse a língua e parte dos costumes dos seus antepassados, não deixaram de ser bons cidadãos brasileiros. Nunca organizaram revoluções contra o governo estadual ou federal. Pagavam seus impostos. Remetiam seus filhos para o serviço militar obrigatório. Votavam nas eleições. Mas, sobretudo, através do seu trabalho, construíram um inegável patrimônio econômico na agricultura, na criação de gado, no artesanato, no comércio e na indústria. Ajudaram, portanto, no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

---

<sup>276</sup> Citado por Moraes, op. cit. p. 101.

<sup>277</sup> Kreutz (1994), op. cit. p. 45.

### 3.5 Brasileiros de origem alemã, mas com compromisso cívico

Como foi visto no início do presente capítulo, a estrutura física dos núcleos coloniais, através de linhas, picadas ou comunidades, foi determinante para a organização de uma rede de organizações socioculturais e religiosas que animaram e caracterizaram a vida dos descendentes de colonos alemães. A estrutura de pequena propriedade adotada pelos governantes brasileiros para assentar os colonos impediu a marginalização deles e, pelo menos nos tempos iniciais, não possibilitou diferenciações econômicas de vulto.

A origem histórica do associativismo nas regiões coloniais alemãs do RS também está ligada à experiência associativa trazida pelos imigrantes da Alemanha e ao papel desenvolvido pela Igreja da Imigração. Esta, através do cristianismo social, fundamentado na religião, na etnia alemã e na comunidade, incentivou a constituição de uma rede de organizações que visaram impedir a degradação social dos teuto-brasileiros. O tipo de povoamento adotado e o cristianismo social podem, portanto, ser apontados como os grandes responsáveis pelo acúmulo de capital social nessas regiões.

De tudo o que foi exposto, pode-se perceber que os colonos, na medida em que iam se estabelecendo na fronteira agrícola do RS, tiveram que contar quase unicamente com suas próprias forças. Para driblar os obstáculos que se apresentavam, iam criando associações. Inicialmente criaram as que consideraram as mais necessárias para satisfazer a assistência religiosa e a alfabetização das novas gerações. Os recursos, embora quase insignificantes, foram obtidos quase sempre dentro das próprias comunidades e beneficiaram milhares de pessoas. Surgiram depois as sociedades culturais e recreativas: as de canto, a princípio para abrilhantar os serviços religiosos; as de leitura; os grupos de teatro; as sociedades de ginástica; as de tiro; as de cavalaria; as de bolão e de bolãozinho de mesa. Depois apareceram as sociedades que visavam ao bem-estar e à satisfação dos interesses econômicos da população de origem teuta radicada no Estado.

As organizações criadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes não estavam necessariamente vinculadas a assuntos políticos. Estavam mais voltadas para a resolução dos problemas do dia-a-dia do que para grandes debates nacionais e serviram principalmente para formar uma rede de proteção e conforto para seus membros em relação aos acontecimentos

cotidianos. O cristianismo social, transplantado da Europa e adaptado à realidade local, não induziu à participação política. Isso decorreu do fato de o movimento, na sua origem, possuir caráter essencialmente antiliberal, antidemocrático e anti-socialista. A partir dessa constatação, é possível começar a interpretar, ainda que parcialmente, o comportamento político-eleitoral das áreas coloniais germânicas. Há uma idéia, amplamente difundida, de que a grande maioria dos imigrantes e dos aqui nascidos não se interessava por política e era conservadora. Essa tese, em todo caso, carece de maiores comprovações empíricas. Não há provas de que as regiões de ocupação luso-açoriana ou italiana do RS tenham tido cultura política mais democrática do que as de colonização alemã.

Como afirma Rambo, nas áreas coloniais do Brasil Meridional germinaram os embriões de uma série de iniciativas socioculturais, cujos reflexos ainda hoje se fazem sentir. Ali floresceu um sólido espírito associativo e cooperativo; ali as taxas de analfabetismo historicamente foram baixas; ali foi possível gerar uma classe numerosa de pequenos e médios proprietários rurais; ali vicejou uma vida cultural intensa e o sentimento de religiosidade encontrou espaço para desenvolver-se.<sup>278</sup> As comunidades rurais, em decorrência dessa estrutura comunal, conseguiram se manter praticamente sem necessitar da presença do aparato jurídico e policial do Estado. A rede de organizações econômico-sociais, recreativas e culturais envolveu e cercou quase que por completo as comunidades rurais das colônias alemãs. A rede de associações montada também agiu de forma preventiva sobre a população. Através das associações, os moradores de uma picada podiam inibir e punir comportamentos julgados inconvenientes.

Com a nacionalização promovida pelo Estado Novo, houve uma destruição considerável das redes sociais que haviam sido estabelecidas ao longo do tempo. A contribuição do Estado para a queima do estoque de capital social comunitário dos teuto-descendentes, será abordado no capítulo quinto.

---

<sup>278</sup> Rambo, op. cit. p. 69.

#### 4 O MITO DO “PERIGO ALEMÃO”

No final do século XIX e início do século XX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum* no território brasileiro. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, despertou reações por parte de setores da sociedade nacional. Essas reações se constituíram em uma resposta aos momentos de intensificação da propaganda dos ideais de conteúdo etnocêntrico, sendo mais acentuados e notados durante a Primeira e a Segunda guerras mundiais.

Os litígios e os preconceitos contra os alemães residentes no Brasil e os brasileiros de origem teuta, embora existentes desde a época do Império, ficaram mais visíveis durante o fim desse período político e os primeiros anos da República. É exatamente nessa época que a propaganda germanista começa a deitar suas raízes entre os teuto-descendentes radicados no país. Posteriormente, durante a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), notadamente quando, em 1917, o Brasil decretou guerra à Alemanha, o sentimento antigermânico atingiu níveis alarmantes. Contudo, findo o confronto bélico e a conseqüente derrocada do Império Alemão, as coisas se amenizaram novamente. Na década de 1930, a proliferação de células do NSDAP (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*) em cidades com expressivo número de pessoas de origem germânica trouxe à tona a propaganda nazista e a necessidade de “nacionalizar” ou “abrasileirar essa população”. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente a partir do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, os conflitos e os rancores contra os teutos e descendentes se acentuaram. O perigo da infiltração nazista no país,

especialmente no Sul, passou então a ser destacado, constituindo-se na parte imersa de um *iceberg*.

#### 4.1 A concepção de dupla identidade

Para tentar compreender o significado da concepção de dupla identidade imbricada na expressão “teuto-brasileiro”, faz-se imprescindível proceder a uma pequena digressão no tempo. A origem do contemporâneo nacionalismo alemão finca suas raízes no limiar do século XIX.<sup>1</sup> Em 1806, os exércitos franceses de Napoleão Bonaparte haviam batido as forças militares prussianas, destruído o que ainda restava do Sacro Império Romano Germânico e subjugado completamente os Estados alemães. Com a guerra de libertação – concretizada em 1813 na célebre Batalha das Nações –, o sentimento de solidariedade nacional propagado por um pequeno grupo de intelectuais e estadistas prussianos passou a tomar vigor. A doutrina da unificação política e do surgimento de uma nação alemã começava, então, a dar os seus primeiros passos.

No entanto, a reordenação político-territorial a que foi submetida a Europa, uma vez concluído o domínio napoleônico, ao invés da unificação alemã, levou à criação da Confederação Germânica. Essa instituição era uma união desconexa de 31 Estados soberanos, carentes de governo único e de política comum. Dentro da Confederação, dois grandes reinos lutavam pela hegemonia política, econômica e cultural dos povos alemães: de um lado estava a Áustria, um Estado católico, agrário e multinacional que gastava boa parte de suas energias e de sua atenção com seus súditos húngaros, eslavos e italianos; de outro lado, estava a Prússia, uma monarquia protestante e genuinamente alemã que apresentava algum desenvolvimento industrial, o qual foi reforçado e realimentado durante o transcorrer do século XIX.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Norbert Elias chama a atenção para o fato de o nacionalismo alemão ser freqüentemente tratado como um fenômeno isolado, como se a nacionalização do sentimento, da consciência e dos ideais tivesse se dado somente na Alemanha. Defende, nesse sentido, que o nacionalismo se revela “um específico fenômeno social característico das grandes sociedades-Estados industriais no nível de desenvolvimento atingidos nos séculos XIX e XX.”, constituindo-se numa das poderosas crenças sociais daqueles tempos. ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 152.

<sup>2</sup> TREUE, Wolfgang. *A Alemanha desde 1848: ojeada histórica*. Bonn: Inter Nationes, 1969. p. 1-7.

A alemã Hannah Arendt realizou um exaustivo estudo sobre as origens do totalitarismo. No caso da Alemanha, afirmou que lá a ideologia racista só se desenvolveu após a derrota do velho exército prussiano ante as forças de Napoleão. E que o pensamento racial resultara do esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro. Os propagadores desse ideal não teriam procurado aliados além das fronteiras alemãs, mas buscado despertar no povo a consciência de uma origem comum. Como a ideologia racista alemã teria acompanhado as longas e frustradas tentativas de unir os numerosos Estados germânicos, teria permanecido, ao menos em seus estágios iniciais, tão intimamente ligada a sentimentos nacionais que se tornara extremamente difícil distinguir o mero nacionalismo do racismo declarado.<sup>3</sup>

Desde 1815, com o Congresso de Viena que dera origem à Confederação Germânica, a unificação nacional alemã passou a ser uma bandeira de luta tanto de setores conservadores quanto de liberais da sociedade. A revolução liberal alemã ocorrida em 1848 exprimiu claramente o seu duplo caráter burguês: de um lado, foi uma cruzada em prol de um governo mais liberal; de outro, foi um movimento que buscava a unificação dos povos alemães. O malogro da revolução de 1848 significou, dentre outras, a derrocada do nacionalismo liberal alemão. O caminho ficou então livre para as forças conservadoras e reacionárias que imprimiram à ideologia do nacionalismo um conteúdo mais autoritário e etnocêntrico. O historiador inglês Eric Hobsbawm assevera que as bandeiras do patriotismo se tornaram, então, propriedade da direita política. Para a esquerda, ficava difícil empunhá-las mesmo nos casos em que o patriotismo se identificasse com a revolução e a causa do povo.<sup>4</sup>

Um único nacionalismo, conforme destaca Lúcia Lippi Oliveira, jamais existiu. Segundo a historiadora, o desenvolvimento do nacionalismo foi determinado pelos problemas enfrentados por cada uma das nações no seu caminho para a auto-identificação. De uma maneira geral, no entanto, o nacionalismo, que no decorrer do século XIX vinha imbuído de valores liberais e universalistas, heranças dos princípios doutrinários da Revolução Francesa, no final daquele século teve seu significado radicalmente alterado. Componentes racistas passaram a permear então o seu pensamento.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo Companhia das Letras, 1989. p. 195.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 225.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 49.



Sendo Bismarck elevado, em 1862, à condição de chanceler da Prússia, a unificação se daria “a ferro e fogo”, ou seja, através da força, passando o nacionalismo a ser um recurso para a ação política. Três guerras, uma promovida, em 1864, pela Prússia e Áustria contra a Dinamarca; uma segunda, em 1866, quando se confrontaram os exércitos da Prússia e da Áustria e, finalmente, uma terceira que se deu em 1870/71, quando a Prússia derrotou a França, redundaram no surgimento do Estado alemão sob a hegemonia da conservadora Prússia. Pontua com propriedade Norbert Elias que a liderança nessas lutas estava nas mãos da nobreza. Quanto à burguesia, no processo de unificação exercera papel político apenas secundário.<sup>6</sup>

As bem-sucedidas guerras de unificação reafirmaram e consolidaram o nacionalismo alemão. O acelerado desenvolvimento econômico pelo qual passou a Alemanha desde a segunda metade do século XIX, que, aliás, contou com a decidida colaboração do Estado, e o programa de expansão colonial iniciado na África em meados da década de 1880,<sup>7</sup> são outros dois ingredientes importante que devem ser levados em consideração. Todos esses fatores, combinados, teriam estimulado “um nacionalismo extremamente agressivo, fundamentado em concepções de supremacia cultural, racial, científica e econômica (...)”.<sup>8</sup> Outros dois valores caracterizariam o nacionalismo alemão desse período, ou seja, o do final do século XIX. Um, decorrente em grande parte do sucesso da revolução industrial teuta, seria o da supervalorização da capacidade de trabalho do povo alemão. O outro, que reflete as teses do cientificismo racial então em voga na Europa, diz respeito à superioridade do sangue alemão ou ariano.<sup>9</sup> A Liga Pangermânica (*Alldeutsche Verband*), fundada em 1890, se destacaria na divulgação, dentro e fora da Alemanha, da ideologia do caráter nacional alemão.

O nacionalismo exacerbado que se desenvolveu na época da unificação atingiu seu clímax no período imediatamente anterior a 1914,<sup>10</sup> não por acaso no mesmo momento em que se acirraram as disputas por mercados, colônias e áreas de influência pelas nações mais industrializadas do mundo. Em 1918, uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial, a

---

<sup>6</sup> Elias, op. cit. p. 166.

<sup>7</sup> Ainda sob a batuta de Bismarck, em rápidos movimentos foram adquiridas, em 1884 e 1885, colônias para o império alemão no Leste e Sudoeste da África, em Camarões, Togo, Nova Guiné e em vários arquipélagos do Oceano Pacífico. Cfe. Treue, W. Op. cit. p. 60.

<sup>8</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 33.

<sup>9</sup> *Ibidem* p. 38.

<sup>10</sup> Também Hobsbawm assinala que a ocorrência do nacionalismo não se constitui como fenômeno restrito à Alemanha. A metade do século precedente ao ano de 1914 teria se caracterizado como sendo a era clássica da xenofobia. Cfe Hobsbawm, op. cit. p. 217.

República de Weimar arrefeceu o ânimo dos defensores mais radicais do nacionalismo. Entretanto, com a chegada ao poder, em janeiro de 1933, dos nacional-socialistas, houve a retomada da ideologia, agora recheada ainda muito mais de conteúdos racistas e anti-semitas.

Conforme Giralda Seyferth, as raízes ideológicas do nacionalismo teutônico estariam contidas em algumas obras de alguns autores do romantismo alemão. Pensadores como os irmãos Schegel e Grimm, Tieck, Novalis, Herder, Fichte, Schelling e outros teriam contribuído decisivamente para o surgimento de um nacionalismo cultural baseado na glorificação do passado legendário do Sacro Império Romano Germânico.<sup>11</sup> As obras desses autores, relidas e reinterpretadas por gerações posteriores, teriam se transformado na matriz do nacionalismo germânico que, no seu auge, como já mencionado, tornou-se ariano e anti-semita.

Imgart Grützmann afirma que a língua alemã, a *Muttersprache*, destacava-se do núcleo duro da germanidade.<sup>12</sup> Ela era o meio utilizado para manter vivo o espírito alemão, mesmo fora da Europa. O idioma é que corporificava a alma da nação. No caso dos teuto-brasileiros, perder a língua seria sinônimo de cortar o vínculo com a nacionalidade alemã.

Na língua alemã há uma série de vocábulos que não encontram um equivalente exato no idioma português. É o caso, por exemplo, de *Deutschtum*, de *Volkstum*, de *Heimat* e de *Vaterland*. De acordo com Emílio Willems, o termo *Deutschtum* costuma ser traduzido por germanismo ou pangermanismo, mas essa tradução pode apenas dar uma idéia aproximada do seu significado. Para ele, *Deutschtum* “envolve a idéia de conservação de caracteres culturais, raciais e sociais dos grupos de origem germânica.”<sup>13</sup> Seyferth afirma que *Deutschtum* é uma expressão ambígua tanto quanto *Volkstum*. *Volkstum* pode ser traduzida como índole nacional ou nacionalidade. Mas não se refere apenas à nacionalidade; é muito mais do que isso. Já *Volkstum*:

expressa a etnia de um indivíduo e não diz respeito ao seu local de nascimento. É a ascendência (sangue), a cultura e a língua de um indivíduo. É a essência de um povo ou raça. *Deutschtum* é a *Volkstum* alemã, o germanismo ou germanidade, a essência da Alemanha, representando o mundo teutônico. *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Representa uma

<sup>11</sup> Seyferth, op. cit p. 19.

<sup>12</sup> GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. p. 80.

<sup>13</sup> WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940. p. 141.

solidariedade cultural e racial do povo alemão. Na tradição alemã do século XIX, os dois termos representavam a cultura popular germânica que fez com que os alemães tivessem consciência de uma grande fraternidade alemã, a exemplo dos primeiros germanos. *Volkstum* e *Deutschtum*, portanto, trazem consigo a idéia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre alemão, ainda que tenha nascido em outro país. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado e, portanto, expressa sua identidade 'política'. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou.<sup>14</sup>

*Heimat*, por sua vez, pode, num sentido restrito, ser traduzida por pátria. “É o país ao qual uma pessoa está ligado seja pelo nascimento, seja pela lembrança, seja por herança, seja por laços emocionais”. Manipulando esse termo, pode-se afirmar que um indivíduo descendente de imigrante pode ter, ao mesmo tempo, uma *Heimat*, que é o seu local de nascimento, e uma *Uhrheimat*, que é a sua pátria de origem com a qual está ligado sentimentalmente. O mesmo se sucede com *Vaterland*, cujo correspondente no vernáculo português também é pátria. Uma pessoa pode, nesse caso, ter duas *Vaterland*: o país em que nasceu e do qual é cidadão e a nação à qual se liga por laços de sangue, língua e cultura.<sup>15</sup> No caso dos teuto-brasileiros, esses podem ter, assim, duas pátrias; mas apenas uma nacionalidade, a alemã.

No Brasil Meridional, principalmente desde o final do século XIX, a ideologia germanista passou a elaborar a concepção de existência de um grupo étnico teuto-brasileiro. Essa concepção está umbilicalmente ligada ao nacionalismo alemão – que tomou corpo na Europa durante o século XIX –, à formação histórica do Estado nacional alemão, ocorrida na segunda metade daquele mesmo século, e ao critério de *jus sanguinis* adotado pelos alemães para determinar a nacionalidade de um indivíduo. Não foram, evidentemente de maneira alguma, os agricultores que arquitetaram e divulgaram o *Deutschbrasilianertum* (germanismo teuto-brasileiro). Foram, sobretudo, os *Reichsdeutcher* (cidadãos alemães) e a elite intelectual dos descendentes de imigrantes alemães que deram consistência a essa ideologia etnocêntrica. Eram pastores, padres, jornalistas, professores, profissionais liberais, comerciantes, industriais e trabalhadores especializados que, através da imprensa, da religião, da educação e das sociedades (*Vereine*), levavam o ideário ao conjunto da população de compatriotas.

---

<sup>14</sup> Seyferth, op. cit. p. 46.

<sup>15</sup> Seyferth, por cit. p. 46.

Os estudos feitos por Seyfert em Santa Catarina apontam que, no final do século XIX, como reflexo da ascensão econômica e da diferenciação social que ocorria em algumas das regiões coloniais e, concomitante com a elevação de antigas colônias à condição de municípios, a população de origem alemã passou a aspirar, também, ao pleno exercício da cidadania. Isso passou a envolver não apenas o direito de votar, mas, igualmente, o de ocupar cargos eletivos como os de conselheiro municipal, intendente e deputado estadual e federal. Como salienta a antropóloga, é nesse contexto histórico, quando foram rompidas as barreiras de isolamento das colônias e, portanto, se tornou mais sistemático o contato com a sociedade mais ampla – a brasileira de outras etnias –, que apareceu a reivindicação do direito a uma identidade cultural específica, particular, peculiar para os teuto-descendentes.

A concepção de dupla identidade originou-se da existência de dois critérios diferenciados para a determinação da nacionalidade de um indivíduo: o do *jus solis* e o do *jus sanguinis*. De acordo com o primeiro critério, é o lugar do nascimento que fixa a nacionalidade; pelo segundo, a nacionalidade do recém-nascido é adquirida dos pais. Na época, as legislações dos Estados adotavam um desses sistemas ou faziam algumas combinações onde prevalecia um ou outro desses critérios. Os países novos, que recebiam grande afluxo de imigrantes de diferentes procedências, como por exemplo o Brasil, os Estados Unidos e a Austrália, tinham o interesse de seguir o princípio do *jus solis* para poder incorporar aos seus nacionais os filhos de estrangeiros residentes em seu território. Os países de emigração, entre os quais a Alemanha, Portugal e o Japão, adotavam o princípio do *jus sanguinis*. Assim, por exemplo, levando à risca os dois critérios mencionados, um filho de alemães, pelo sistema adotado no Brasil, seria brasileiro, mas, pela legislação teuta, poderia ser considerado um alemão.<sup>16</sup>

Partindo do pressuposto de que o Brasil, do ponto de vista étnico-cultural, não se constituía numa nação, mas em um estado formado por uma diversidade de grupos étnicos diferenciados, intelectuais orgânicos defensores da tese do *Deustchbrasilianertum* (germanismo teuto-brasileiro) passaram a advogar que cada grupo nacional deveria ter o direito de perpetuar seus costumes, seus valores morais e sua língua materna dentro do território brasileiro. Isso se daria sem que fosse negada, em absoluto, a cidadania brasileira.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> REVOREDO, Julio. *Imigração*. Empreza Graphica Revista dos Tribunaes, 1934. p. 264-65.

<sup>17</sup> SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. <http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zanur45html/Zar45Seyf.htm>. Data: 28/06/2001. p. 5.

A formulação ideológica que advogava haver uma identidade teuto-brasileira (*Deutschbrasilianer*) partia do pressuposto da existência de um duplo pertencimento em que, de um lado, estava o Estado brasileiro, e de outro, a nação alemã. A nacionalidade alemã seria adquirida através do *jus sanguinis*, isto é, seria herdada, o que exclui critérios de natureza geográfica. Já a nacionalidade brasileira seria obtida pela naturalização ou pelo direito de solo. Assim, os teuto-brasileiros entendiam que, por terem nascido e por viverem no Brasil, seriam cidadãos brasileiros, tendo, como *Brasilianer*, direitos e deveres iguais aos demais elementos nacionais. Por outro lado, pelo direito de sangue que unia todos os alemães numa grande comunidade (*Volksgemeinschaft*) e, sobretudo, através do emprego da língua alemã e pela preservação de usos e costumes de seus antepassados, seriam *Deutscher*, porque ligados pela cultura alemã. Dessa forma se diferenciavam das populações de outras procedências ou origens étnicas. Forjou-se, assim, “uma categoria de identificação étnica que passou a distinguir esta população tanto dos brasileiros como dos alemães.”<sup>18</sup> Como afirma Seyferth, por essa ideologia divulgada no Sul do Brasil, “qualquer pessoa descendente de alemães teria direito à nacionalidade alemã (expressa pelo termo *Volkstum*), enquanto que a cidadania alemã estava restrita aos nascidos na Alemanha (*Reichdeutsche*).”<sup>19</sup>

O professor Arthur Blasio Rambo qualifica o teuto-brasileiro de forma mais simples, porém objetiva: “Teuto porque vivia de acordo com os costumes, os hábitos, os valores e falava a língua de seus antepassados. Brasileiro, porque nascera em território brasileiro, como brasileiro fora registrado e como brasileiro se assumia e agia”.<sup>20</sup>

Os arautos da identidade teuto-brasileira, ou numa expressão gramsciana, seus intelectuais orgânicos, procuraram constantemente reafirmar essa identificação pela atualização das diferenças étnicas. Nesse sentido, passaram a reelaborar as dificuldades iniciais enfrentadas pelos imigrantes, ampliando-as desmensuradamente e transformando-as em verdadeiras epopéias. Foi assim que surgiram uma série de mitos sobre a perigosa e aventureira viagem transoceânica realizada pelos imigrantes; sobre o isolamento inicial dos colonos nas florestas tropicais, abandonados pelos governantes que não lhes forneceram os meios de transporte e de comunicações indispensáveis para o escoamento da produção obtida

<sup>18</sup> SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. *História: Questões & Debates* - Publicação semestral da Associação Paranaense de História, Curitiba, n. 18/19, p. 113-155, jan.dez.1989. p. 125.

<sup>19</sup> Seyferth, (1981) op cit p. 8-9.

<sup>20</sup> RAMBO, Arthur Blasio. A identidade teuto-brasileira em debate. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999. p. 185.

nos lotes coloniais e que os deixaram desprovidos de escolas, assistência médica e religiosa; sobre o perigo dos primeiros tempos nas selvas, quando os colonos teriam sido freqüente e constantemente fustigados por ataques de índios e de animais ferozes. Essas situações com as quais, hipoteticamente, se debateram todos os primeiros colonizadores das regiões coloniais (e somente eles, sem fazer menção às dificuldades enfrentadas pelos brasileiros de outras origens étnicas) possibilitaram a construção da imagem mítica dos pioneiros, dos desbravadores das selvas, que sem o apoio governamental atiraram-se à árdua tarefa de desenvolver a agricultura, de abrir estradas, de edificar templos, de construir e de manter escolas e de multiplicar sociedades de diferentes finalidades, ao mesmo tempo em que preservavam a língua e os costumes.<sup>21</sup> A receita para a superação das adversidades repousava na capacidade de trabalho dos imigrantes alemães e de seus descendentes.

Esse mito formado a partir da narrativa de significação simbólica passou a ser considerado como verdadeiro pelas gerações de descendentes de imigrantes alemães e formulou uma explicação fantasiosa sobre a origem do grupo.<sup>22</sup> De acordo com M. Eliade, o mito “relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos inícios. Dito de outra forma, o mito narra como, graças aos feitos dos Entes sobrenaturais (no nosso caso os desbravadores pioneiros convertidos em heróis), uma realidade veio à existência.”<sup>23</sup> Para Malinowski, o mito nas civilizações primitivas desempenha uma função indispensável:

expressa, enaltece e codifica a crença; salvaguarda e impõe princípios morais; garante a eficácia do ritual e oferece regras práticas para a orientação do homem. O mito, portanto, é um ingrediente vital da civilização humana. Longe de ser uma fabulação vã, ele é, ao contrário, uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia

<sup>21</sup> Seyferth (2001), op. cit. p. 4.

<sup>22</sup> A imagem de eficiência reportada ao passado pioneiro não é exclusiva dos alemães e de seus descendentes. Esse discurso épico faz parte dos discursos étnicos de descendentes de italianos, poloneses e de outros grupos europeus que passaram pela experiência colonial. Cfe. SEYFERTH, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. *Cadernos CERU*. “São Paulo: CERU/USP, n. 13. 2002. p. 14. Além do enaltecimento da capacidade de trabalho, o componente religioso também freqüentemente aparece nas justificativas. A leitura do trabalho de Olívio Manfroi sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul é sugestiva nesse tocante. Nitidamente influenciada pela ética protestante de Max Weber, essa obra defendeu a tese fulcral do papel desenvolvido pela religião católica no sucesso da colonização italiana no RS. Segundo colocado no Concurso de Monografias sobre a Imigração Italiana no Certame de Letras “Biênio da Colonização e Imigração” realizado em 1975 em comemoração ao centenário da imigração italiana no Estado, o livro desfrutou inegável ascendência sobre a produção historiográfica acadêmica e pára-acadêmica posterior sobre a colonização. Ver a respeito: MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul; Instituto Estadual do Livro, 1975. MAESTRI, Mario. Os gringos também amam. In: VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS*. Porto Alegre: EST, 2004.

<sup>23</sup> ELIADE, M, apud. CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975. p. 17.

artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática.<sup>24</sup>

Max Weber, em *Economia e Sociedade*, já asseverava que a crença na afinidade de origem, fosse essa objetivamente fundada ou não, poderia ter conseqüências importantes para a formação de comunidades políticas.<sup>25</sup> E mais, “que a crença na afinidade de origem, somada à semelhança dos costumes, é apropriada para favorecer a divulgação da ação comunitária assumida por uma parte dos "eticamente" unidos entre o resto dos membros, já que a consciência de comunidade fomenta a "imitação".<sup>26</sup>

Os grupos étnicos são definidos por Weber como:

aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A "comunidade étnica" distingue-se da "comunidade de clã" pelo fato de aquela ser apenas produto de um "sentimento de comunidade" e não uma "comunidade" verdadeira, como o clã, a cuja essência pertence uma efetiva ação comunitária. A comunidade étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de maneira mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas.<sup>27</sup>

O tão propalado mito dos "pioneiros" serviu para dar sustentação à ideologia da superioridade de capacidade de trabalho dos teuto-descendentes do Sul do Brasil.<sup>28</sup> Ocorreu aqui uma transposição reinterpretada de um dos valores marcantes do nacionalismo alemão – o da ímpar capacidade de trabalho – surgido na Alemanha em decorrência da acelerada industrialização ali verificada na segunda metade do século XIX. As dificuldades iniciais e

<sup>24</sup> MALINOWSKI, B. *apud* Crippa, op. cit. p. 16.

<sup>25</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, 2000. p. 270.

<sup>26</sup> *Ibidem* p. 273.

<sup>27</sup> *Ibidem* p. 270.

<sup>28</sup> Como já assinalado, os mitos da imigração são encontrados, igualmente, entre outros grupos étnicos que colonizaram o Rio Grande do Sul. Dilse Corteze procura desmistificar entre os imigrantes italianos o mito da penosa e arriscada travessia transoceânica, o mito do isolamento do colono na desconhecida floresta enfrentando feras e índios, o mito do abandono dos colonos pelas autoridades governamentais e o do descalabro administrativo dos empreendimentos coloniais, o mito da onipresença da religião Católica e da sua força integradora dos colonos e, finalmente, o mito da excelência étnica do colono italiano, cujo amor pelo trabalho é apontado como grande responsável pelo sucesso da região colonial. CORTESE, Deise Piccin. *Ulisses va in américa: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

sua superação pelo trabalho tenaz são um ingrediente importante do discurso etnocêntrico que defende a existência da identidade teuto-brasileira:

Procederemos como um pintor que, para dar maior realce aos quadros, procura dar-lhes um fundo adequado: esse fundo que damos ao quadro em que pintamos o trabalho do nosso colono é formado pelos óbices que se lhe antepuseram. Se não tivessem havido dificuldades de toda ordem a serem vencidas, então o trabalho de nossos antepassados não poderia ser exaltado de maneira como o fazemos, nem tão pouco nos encheria de orgulho, pois, somente aquilo que se conquista com sacrifício é que tem valor e somente na luta contra a adversidade o homem se torna verdadeiramente grande, sendo justamente ante essas lutas titânicas de nossos antepassados que nos curvamos cheios de respeito e veneração, mas também cheios de orgulho.<sup>29</sup>

Se um relativo isolamento inicial, seja ele de caráter social, seja ele de base geográfica, efetivamente existiu – e isso parece, de fato, indesmentível –, dele não poderiam se queixar as camadas urbanas e os setores da classe média dos teuto-descendentes. Foram representantes desses setores, que residiam quase sempre nas cidades, e no caso do Rio Grande do Sul, em boa parte na capital do Estado, que foram os formuladores da ideologia em apreço. Os camponeses, alguns deles iletrados, mas a esmagadora maioria com baixa instrução escolar formal, não foram os beneficiários dessa ideologia. Pelo contrário, foram as vítimas da ideologia já que, subjacente a ela, se encontravam interesses econômicos, políticos e religiosos que os oprimiram social, cultural e politicamente e que os exploravam do ponto de vista econômico. Não é demais aqui destacar que nos relatos de trajetórias bem sucedidas, seja de municípios, de políticos, de empresários ou de outros personagens, o ponto de partida é quase sempre o colono na selva enfrentando as agruras da natureza. Esse discurso laudatório, no entanto, é falho e não se sustenta. Primeiro, porque torna absoluto algo que é relativo, isto é, o sucesso colonial. Segundo, porque escamoteia que dentre os alemães e seus descendentes houve muitos que fracassaram. Terceiro, porque olvida o fato de que quem acumulou capitais, via de regra, foram os comerciantes que extorquiram sobretrabalho dos que labutavam na terra. Quanto aos colonos propriamente ditos, esses não conseguiram enriquecer. Quando não se proletarizaram, permaneceram reproduzindo sua condição social e econômica de existência, isto é, a de serem pequenos produtores familiares, donos dos meios objetivos e subjetivos da produção.

---

<sup>29</sup> PETRY, Leopoldo. *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1936. p. 10.



Conforme comprova em seus trabalhos Fredrik Barth, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, já que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Também “não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.”<sup>30</sup> Ou, conforme enfatizado por Poutignat e Streiff-Fenart, não é nas condições de isolamento que a etnicidade se manifesta, mas pelo contrário, “a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas. Logo, não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis pelos *insiders* e pelos *outsiders*.”<sup>31</sup>

Portanto, os brancos da “raça ariana” foram considerados superiores na versão dos teuto-brasileiros. Só que nessa tese, além da origem racial, havia mais um componente: o da identificação com a cultura alemã. Nesse caso, não bastava apenas ser branco; era preciso também preservar e cultivar a germanidade para não cair na “caboclição”. Para que ocorresse o progresso material e o desenvolvimento da população das regiões coloniais, seria necessário pertencer à etnia alemã, isto é, ser *Deutscher*. Quando pastores, padres, jornalistas, industriais e comerciantes defendiam a endogamia e rechaçavam a assimilação estavam, na verdade, pugnando pela pureza étnica e racial da população de origem alemã. Segundo eles, a manutenção dessa pureza se constituiria no maior atributo dessas comunidades e na melhor contribuição que os teuto-brasileiros poderiam dar para o desenvolvimento do país.

Para as lideranças teuto-brasileiras, o desenvolvimento econômico e social da população das áreas coloniais somente poderia ser alcançado através da preservação da etnia alemã e do *Deutschtum*. Assim, por exemplo, o *Bauernverein* (Associação Rio-Grandense de Agricultores), fundado em 1900, embora criado por católicos, tinha caráter ecumênico religioso, mas não era de ecumenismo étnico.<sup>32</sup> Também o *Volkverein* (Sociedade União

<sup>30</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.

<sup>31</sup> Poutignat, op. cit. p. 124.

<sup>32</sup> A respeito do *Bauernverein* ver: SCHALLENBERGER, Ernelo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e desenvolvimento social Sul-brasileiro*. 2001. 593 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001. Capítulo VII; RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: 1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. *Anais...* São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974. p. 34 et seq.

Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul), que foi fundado em 1912, possuía caráter notadamente étnico e confessional. Seus dirigentes, espelhando uma determinação da congregação dos jesuítas, defendiam a preservação da língua alemã, da cultura germânica e a manutenção dos vínculos comunitários existentes. Consideravam esses elementos como sendo de relevância vital não somente para o sucesso do associativismo católico, mas também para impedir a degradação das relações sociais dos teuto-brasileiros católicos. Já os evangélicos luteranos, pelo vínculo espiritual e material muito forte que mantinham com a Igreja-mãe alemã e pelo fato de os pastores do Sínodo realizarem sua formação acadêmica e teológica na Alemanha, possuíam sobradas razões para preservar a germanidade entre seus adeptos. O idioma alemão, é importante salientar, era a língua oficial em que eram realizados os cultos dos luteranos.

O Centro Cultural 25 de Julho, a respeito da necessidade de preservação da germanidade, afirmava no ano de 1936:

Se nós, brasileiros de origem teuta, além de falar e ensinar, naturalmente, em nossas escolas particulares, o vernáculo, procuramos conservar o conhecimento do idioma de nossos antepassados e cultivamos as mais belas virtudes da raça germânica, estamos convencidos de prestar com isso um serviço à nossa Pátria, como o prova esta nossa história de um trabalho fecundo, realizado nesses 113 anos de colonização.<sup>33</sup>

Ter presente o significado do conceito de identidade teuto-brasileira é de fundamental importância. Primeiro, porque é sobre essa identidade étnica que foram se alicerçar os fundamentos básicos da vida em comunidade e do espírito comunitário da população de descendência germânica do Sul do Brasil. Segundo, porque esse tipo de concepção de identidade entrou em confronto com as propostas de abasileiramento defendidas por políticos e intelectuais nacionais. É a partir do Estado Novo que as medidas, por alguns há tanto clamadas, são finalmente colocadas em prática pelo governo brasileiro.

O discurso etnocêntrico teuto-brasileiro teve como referência, além do processo histórico de colonização, alguns pressupostos racistas originários do nacionalismo militante alemão. Isso ficou plasmado na afirmação da pretensa superioridade do trabalho alemão –

---

<sup>33</sup> Centro Cultural 25 de Julho. *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1936. p. V.

apontado invariavelmente como grande responsável pelo desenvolvimento e pelo progresso material das regiões coloniais – e através da descendência cultural da “raça alemã”.<sup>34</sup>

Além da idéia de duplo pertencimento, outra característica da população germânica no Sul do Brasil foi a tendência de ela se concentrar em determinados espaços geográficos. Formaram-se, conseqüentemente, comunidades étnicas relativamente homogêneas que passaram a ser adjetivadas de “quistos étnicos” por setores formadores de opinião da sociedade brasileira. Eles viam nessas comunidades uma certa resistência à assimilação em relação ao restante da população brasileira. Essa presumível resistência à assimilação foi denunciada por intelectuais e políticos brasileiros e acabou por converter-se no propagado mito do “perigo alemão”.

#### 4.2 O “perigo alemão”

A concepção de identidade teuto-brasileira foi atacada principalmente na época da República Velha, pois acabou por se confrontar com os postulados de intelectuais e homens do governo brasileiro empenhados na construção do estado e da identidade nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação seus princípios básicos. Pretextando que a nação brasileira não comportava duplas identidades e que os *Deutschbrasilianer* colocavam em risco a integridade nacional, a população de ascendência alemã do Sul do país passou a ser estigmatizada como sendo estrangeira e por constituir “quistos étnicos”. A identificação particular desse grupo também forneceu munição para os defensores da tese do “perigo alemão”.

O “perigo alemão” consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, a uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha. Sílvio Romero foi, dentre os intelectuais brasileiros que defendeu a tese do “perigo alemão”, o mais destacado. A ele coube também o papel de ser um dos mais extremados e acres críticos do germanismo em terras brasileiras.

---

<sup>34</sup> Seyferth, 1989, op cit. p. 127.

Na Europa, as concepções de “raça” e etnia haviam sido formuladas durante o século XIX. De acordo com Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, inicialmente a noção de etnia se encontrava mesclada com as noções de povo, de “raça” ou de nação. Wachser de Lapouge teria definido “raça” como sendo “o conjunto de indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário”, tipo esse identificado pela associação de características morfológicas e pelas qualidades psicológicas.<sup>35</sup> Já a categoria de análise etnia seria conceituada como “a reunião de um conjunto de indivíduos que se encontram submissos sob o efeito de acontecimentos históricos, instituições, organização política ou costumes e idéias” comuns, ainda que de “raças” diferentes.<sup>36</sup>

Por essa mesma época, ou seja, na segunda metade do século XIX, a preocupação com a miscigenação e a composição étnica da população brasileira também passou a ser objeto da intelectualidade nativa. A inspiração teórica das análises surgidas tinha como ponto de partida o darwinismo social, o positivismo e o evolucionismo, alicerçados no cientificismo, nas diferenças de “raças”, na evolução das sociedades e na seleção natural dos indivíduos e das “raças”. Autores defensores de algumas dessas “escolas filosóficas”, como Spencer, Gobineau, Lapouge, Agassiz, Broca, Taine, Comte e Buckle, tiveram grande impacto e fizeram vários adeptos entre a *intelligentsia* brasileira, principalmente na virada daquele século para o século XX. Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, não por acaso considerados os precursores das Ciências Sociais no Brasil, passaram a ser produtores de um discurso paradigmático do período, discurso esse que se intitulou como sendo científico.<sup>37</sup>

Seyferth salienta que os autores brasileiros retiraram das doutrinas raciais deterministas aquilo que lhes interessava para dar suporte à tese sobre o povo brasileiro que propunham.<sup>38</sup> O médico e antropólogo baiano, Nina Rodrigues, por exemplo, chegou a conclusões extremamente pessimistas sobre o futuro da nação. Preocupava-lhe a excessiva mistura de “raças” e considerava ser pouco provável que a “raça” branca conseguisse fazer predominar seu tipo em toda a população brasileira. Sílvio Romero, pelo contrário – bem antes de Oliveira Viana –, expôs a tese do branqueamento a partir do mestiçamento físico e moral, ou seja, através do caldeamento ou da fusão de “raças”. Partindo, portanto, da mesma matriz teórica de Nina Rodrigues, via na mistura um fator de positividade.

---

<sup>35</sup> Poutignat, Streiff-Fenart, op. cit. p. 33 e 34.

<sup>36</sup> SCHUCH, Patrice. *Etnia e classe social: uma análise comparativa*. Porto Alegre, 2002. (trabalho apresentado na disciplina de Minorias Étnicas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Doutorado). p. 5

<sup>37</sup> Cfe. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 14.

<sup>38</sup> Seyferth, 1989, op. cit. p. 134.

Thomas Skidmore também enfatiza a idéia de que a teoria do branqueamento era uma tese peculiar ao Brasil. Aqui ela recebia uma roupagem “científica”, embora jamais tivesse sido adotada na Europa e nos Estados Unidos. A tese do branqueamento sustentava-se na presunção da superioridade do elemento branco e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. Além disso, pressupunha que a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca devido a uma possível taxa de natalidade mais baixa, uma maior incidência de doenças e a desorganização social dos negros. Outro aspecto é que a miscigenação resultaria numa população mais clara, haja vista ser o gene branco mais forte e pelo fato de, naturalmente, as pessoas buscarem parceiros mais claros do que elas. A massiva imigração européia então em curso no país possibilitaria o reforço dessa tendência ao branqueamento da população brasileira.<sup>39</sup>

Filho de comerciante português, Sílvio Romero nasceu em 1851 na vila de Lagarto, no estado de Sergipe. Sua produção intelectual abarca vários campos como o folclore, a história, a crítica literária, a crítica social e a polêmica.<sup>40</sup> Foram inúmeros os trabalhos que publicou entre 1869, quando aos 18 anos escreveu sua primeira obra enquanto acadêmico do curso de Direito na cidade de Recife, e 1914, ano do seu falecimento.

Antonio Candido considera "História da literatura brasileira", livro cuja primeira edição data de 1888, o ponto máximo da volumosa obra de Romero. Segundo o crítico, os vinte anos que a precederam serviram para Romero organizar e aplicar suas idéias a setores diversos da cultura nacional. Os vinte e seis anos que a sucederam, apuraram e desenvolveram aquelas idéias, “de tal modo a podermos dizer que, do ponto de vista não só do método, quanto da sua aplicação, quem conhecer este livro conhece Sílvio Romero de maneira mais ou menos completa.”<sup>41</sup>

Antonio Candido chama a atenção para o fato de não haver uma atitude absolutamente coerente de Romero em relação ao caldeamento étnico, à figura do mestiço e à teoria do branco fenotípico:

---

<sup>39</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 81.

<sup>40</sup> Cfe. Alberto Venancio Filho na introdução de: ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra doutrina – o evolucionismo e o positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 8.

<sup>41</sup> SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1963. p. 76.

Ora achava o mestiçamento um bem, pois de outro modo não haveria adaptação do branco ao trópico; ora, com mais pessimismo, julgava-o um mal inevitável, quase humilhante. As mais das vezes, contudo, tomava-o como fato consumado e se alegrava com as perspectivas de branqueamento final – teoria que foi o primeiro a expor no Brasil.<sup>42</sup>

A tese formulada por Romero é elaborada numa conjuntura de profundas mudanças econômicas, sociais e políticas no país. É a abolição da escravidão, que permite o aproveitamento da força de trabalho do negro como proletário; é a imigração em massa, incentivada para viabilizar o desenvolvimento da economia de mercado no país; é a mudança da forma de governo, que passa da Monarquia para a República. Nesse ambiente de radicais transformações, como destaca Renato Ortiz, o problema que se colocava diante dos intelectuais era o de construir uma identidade nacional.<sup>43</sup>

As concepções evolucionistas, deterministas e racistas importadas da Europa e dos Estados Unidos serviram de instrumental para apreender o caráter da civilização brasileira. A partir do método histórico comparativo, se tornava patente que o estágio civilizatório atingido pelo país encontrava-se num patamar bem inferior ao das nações européias. Essa defasagem seria explicada por Romero a partir das categorias conceituais meio<sup>44</sup> e “raça”, sendo que para esta última atribui papel preponderante na formação histórica brasileira. No Brasil, o meio geográfico era bastante diferente do europeu. Aqui também duas “raças inferiores” – necessárias para garantir o trabalho indispensável à produção da vida material – mesclaram-se com a “raça branca” originando o mestiço. O mestiçamento foi considerado por ele como sendo vantajoso:

a) para a formação de uma população aclimatada ao novo meio; b) para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; c) para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; d) para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento (...).<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> Ibidem p. 107.

<sup>43</sup> Ortiz, op. cit. p. 27.

<sup>44</sup> A expressão meio engloba o aspecto geral da natureza, o clima, a temperatura, a constituição geológica e geográfica do país e seus conseqüentes imediatos: o trabalho, a alimentação e as condições fisiológicas e sociais da população. ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo Primeiro: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960. p. 268.

<sup>45</sup> Ibidem p. 304-05.

No seu trabalho seminal, publicado há cento e dezoito anos, afirma que o povo brasileiro era composto de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros (quase todos do grupo banto) e mestiços, estes constituindo, à época, mais da metade da população. Os índios e os negros puros – estes últimos para ele inferiores aos brancos, mas superiores aos índios – tenderiam ao desaparecimento, “consumidos nas lutas que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento”.<sup>46</sup> O mestiço, considerado como resultado da genuína formação histórica do Brasil, ficaria só diante do branco quase puro com o qual, mais cedo ou mais tarde, haveria de se confundir.

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.

Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma *nação de mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero apenas dizer que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.<sup>47</sup>

Romero entendia que “a distinção e a desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível.”<sup>48</sup> Essa desigualdade, brotada do imenso laboratório da natureza, poderia, contudo, ser apagada pela biologia, que o faria de forma inconsciente, lenta e gradativamente.

Portanto, no que diz respeito à formação da população nacional, Romero defende que: a) ela não corresponde a uma “raça” determinada e única; b) ela representa uma fusão, um povo mestiçado não apenas como produto direto do branco, do negro e do índio, mas o caldeamento de todas as “raças humanas” em todos os graus no Brasil, incluindo aí as dos diversos ramos das “raças brancas” entre si; c) o elemento branco tende a predominar no futuro com a internação e o gradual desaparecimento do índio, com o fim do tráfico africano e com a colonização européia.<sup>49</sup> O branqueamento e a unidade racial, tão almejados pelo autor, só poderiam, nesse sentido, se viabilizar pelo mestiçamento e em um futuro relativamente remoto. Seria conveniente, para tanto, que ocorressem poucos cruzamentos entre si de indivíduos dos denominados “povos inferiores” (negros e índios) e que ocorressem em escala cada vez maior os cruzamentos destes com indivíduos da “raça branca”.

---

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Ibidem p. 120.

<sup>48</sup> Romero (2001), op. cit p. 74.

<sup>49</sup> Romero (1960), op cit. p. 120-21.

Resultaria desse cruzamento racial uma realidade particular não só do povo brasileiro, mas de toda a América Latina. No caso do Brasil, a população ia forjando e constituindo sua identidade e nacionalidade ao longo do tempo, ou seja, através do longo e paulatino processo de branqueamento, processo esse que vai depurando o elemento nacional das taras e dos defeitos biológicos transmitidos pelos negros e pelos índios. Essa é a luz que existe no fundo do túnel na sua teoria e que torna viável a nação brasileira no futuro.

Romero foi também um contumaz crítico da colonização germânica feita no território nacional. Embora mostrasse preferências por imigrantes brancos de origem européia latina<sup>50</sup>, não tinha preconceitos em relação aos alemães, que afinal pertenciam à “raça ariana,”<sup>51</sup> reputada por ele como sendo a superior. O alvo da sua crítica, no tocante à imigração alemã, dizia respeito especificamente ao modo como ela estava sendo conduzida no Sul do Brasil:

Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já por si preparado pela diferença dos climas.<sup>52</sup>

Como solução para o desequilíbrio gerado, propõe distribuir a colonização por todas as áreas do território com elementos estrangeiros e nacionais, para que possa ocorrer a assimilação. Já em 1888, vaticina que, “se não o fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável.”<sup>53</sup>

O grande problema era que, concentrados em determinados espaços geográficos, os alemães e seus descendentes reproduziam-se sem que ocorresse, pelo menos no grau por ele esperado, a tão ambicionada e desejada mescla com o elemento nacional. Ora, para que sua tese tivesse maior visibilidade e para que ocorresse de forma mais acelerada o branqueamento, era indispensável não só que ocorresse a imigração européia, mas a sua mistura, pois que:

---

<sup>50</sup> Dentre os latinos, os lusos eram seus prediletos. Posteriormente Gilberto Freyre se destacaria como sendo o maior ideólogo do lusitanismo.

<sup>51</sup> Para Sílvio Romero, embora com cruzamentos históricos diferentes, portugueses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, ingleses, holandeses, noruegueses, suecos, polacos, russos, gregos e outros seriam meras variedades dos arianos, que seriam o tronco mais progressista a originar essas nacionalidades.

<sup>52</sup> Romero, op. cit. p. 121.

<sup>53</sup> *Ibidem* p. 121



(...) na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende muito mais a sê-lo, a branca.<sup>54</sup>

Em 1906, ao editar o opúsculo "O allemanismo no Sul do Brasil", Sílvio Romero desfecha um dos mais extremados e virulentos ataques contra a forma de vida e a organização social da população de ascendência germânica existente no Brasil Meridional. Nessa obra, o seu nacionalismo, o tom polemicista e a crítica mordaz e apaixonada, peculiares nas suas análises, aparecem com toda a nitidez.

Nesse escrito, o evolucionismo e as categorias meio e "raça" são mais uma vez fundamentais. Parte do princípio de que a tendência dos alemães de migrar – estimulada pela pobreza do solo – é antiga. Conforme o autor, os germânicos, não obstante portadores de qualidades de primeira ordem, foram inicialmente aquinhoados com "as ásperas terras do norte da Europa,"<sup>55</sup> razão pela qual foram condenados, nos seus dois mil e duzentos anos de existência, a procurar por melhores terras aventurando-se, por isso, mais para o Sul, fazendo ruir o Império Romano.

Na nova partilha colonial do mundo, havida a partir da segunda metade do século XIX, os alemães também haviam chegado atrasados. Romero destaca que, para recompensar o tempo perdido, em apenas quatro anos – 1884 a 1888 – Bismarck teria convertido a Alemanha na terceira potência colonial.

Romero também percebe os interesses econômicos que têm a indústria e o comércio da Alemanha no que se refere à população de origem germânica do Brasil Meridional. Em apoio à tese do "perigo alemão", vale-se, dentre outras, de uma série de fontes francesas, inglesas e norte-americanas. Não faz, no entanto, uma crítica interna e externa com os documentos que trabalha. Que o imperialismo alemão passou a demonstrar interesses pelos *Deutscherausländer*, sobretudo daqueles em cujas áreas se preservava o *Deutschtum*, não há como negar. Mas também não se pode omitir que, na desenfreada corrida imperialista que

---

<sup>54</sup> Ibidem p. 101.

<sup>55</sup> ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906. p. 10.

antecedeu a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra, França e Estados Unidos tinham ambições imperialistas semelhantes às da Alemanha.

O estereótipo de política bem sucedida, no que tange à imigração e à assimilação, Romero encontrava nos Estados Unidos da América. Segundo suas avaliações, os milhões de alemães estabelecidos na América do Norte aceitariam facilmente a nacionalidade estranha, ou seja, seriam logo assimilados. A língua alemã continuava servindo aos pais, mas os filhos já seriam americanos e, ao cabo de uma ou duas gerações, não mais saberiam falar no idioma dos seus ancestrais. Situação, portanto, muito diferente daquela das regiões coloniais do Sul do Brasil, onde levavam uma vida à parte. Aí se exortava os moradores a não deixarem de lado a língua dos seus antepassados, a sua literatura, a sua música, os seus hábitos, os seus costumes, as suas tradições. Formavam, assim, sociedades completamente distintas e independentes das nacionais, tendo muitas vezes, inclusive, outra religião, outros sistemas de trabalho e outros ideais. Seriam “como ilhas, ou oásis no meio do que costumavam chamar o deserto brasileiro.”<sup>56</sup>

A assimilação pretendida era concebida como um processo de uniformização cultural via transformação dos imigrantes e de seus descendentes. Esse processo resultaria na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento dos imigrantes. Não se tratava, portanto, de uma interpenetração e de uma fusão que permitissem a integração de diferentes grupos em uma vida cultural comum.<sup>57</sup>

Faltavam, segundo Romero, somente duas condições objetivas para que essas regiões coloniais acabassem, através da secessão, com a unidade nacional: “uma população maior, e que essa população se espalhe a ponto de ligar entre si, mais ou menos intensamente, os diversos núcleos coloniais dos três Estados meridionais,” o que talvez nem fosse preciso.<sup>58</sup> Para que isso ocorresse, bastaria existirem de oitocentos mil a um milhão de teuto-brasileiros na região.

No Sul, os imigrantes e seus descendentes já teriam obtido o predomínio econômico e social, estando como proprietários “da indústria agrícola, no gozo quase exclusivo da terra, das indústrias fabris, do alto comércio importador e exportador, do comércio bancário, da

---

<sup>56</sup> *Ibidem* p. 46.

<sup>57</sup> Poutignat, *op cit.* p. 65-67.

<sup>58</sup> Romero (1906), *op. cit.* p. 46

navegação etc. etc...”.<sup>59</sup> Pretenderiam, em seguida, romper os laços políticos. Na sua opinião, a separação do Sul só não teria acontecido ainda por dois motivos: primeiro, em função da existência da Doutrina Monroe, que colocaria em rota de colisão a Alemanha e os Estados Unidos caso a primeira tentasse possuir uma colônia na América do Sul; segundo, porque os teutos do Sul do Brasil não desejariam fazer parte do Império de Guilherme II, mas criar um novo Estado, independente, autônomo e soberano.

Causavam-lhe repulsa os governantes brasileiros que tinham cometido o gravíssimo erro de haver consentido na formação lenta, por décadas, de redutos de população germânica que não tiveram a menor fusão com as populações brasileiras. Sua cólera recaía também sobre políticos, como os governadores positivistas gaúchos, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, que faziam uma implícita aliança política com o eleitorado de ascendência alemã do Estado, não reprimindo o germanismo e minimizando o “perigo alemão”. Mostrou-se indignado com os habitantes genuinamente brasileiros do Sul, taxados como sendo imprevidentes e pretensiosos por índole, pelo fato de estarem satisfeitos que ali “o elemento germânico produz e gera a riqueza, ajuda largamente a pagar os impostos e a cobrir as despesas”,<sup>60</sup> mas que não se apercebem que estão sendo suplantados no todo. Enfim, mostrou sua repulsa também aos teuto-brasileiros por ostentarem desprezo pela vida pública nacional, por serem avessos à assimilação e pela aversão que tinham a tudo o que era brasileiro.

Propõe uma série de medidas com o fito de evitar o futuro desmembramento do Sul do Brasil:

- 1º) proibir as grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães, maximé nas zonas das colônias;
- 2º) obstar a que estas se unam, se liguem entre si, colocando entre elas, nos terrenos ainda desocupados, núcleos de colonos nacionais ou nacionalidades diversas da alemã;
- 3º) vedar o uso da língua alemã nos atos públicos;
- 4º) forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos;
- 5º) ter o maior escrúpulo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrução;
- 6º) desenvolver as relações brasileiras de toda a ordem com os colonos, protegendo o comércio nacional naquelas regiões, estimulando a navegação dos portos e dos rios por navios nossos, criando até alguma linha de vapores que trafeguem entre eles e o Rio de Janeiro.
- 7º) fazer estacionar sempre vasos de guerra nacionais naqueles portos;

---

<sup>59</sup> Ibidem p. 70.

<sup>60</sup> Ibidem p. 70.

8º) fundar nas zonas de Oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercício.<sup>61</sup>

A obra de Romero foi prontamente retrucada pelo paranaense Alcides Munhoz, que qualificou como teutofobia a denúncia do “perigo alemão” no seu Estado. Coube a um dos admiradores e discípulos de Romero, Arthur Guimarães, replicar a crítica feita por Munhoz.<sup>62</sup> Nas décadas posteriores, muitos livros ainda seriam publicados tendo como pano de fundo a temática do “perigo alemão”. Mas surgiram, igualmente, trabalhos que fizeram a defesa da Alemanha e dos alemães e de seus descendentes localizados no Sul do Brasil.

A acirrada disputa imperialista ocorrida entre as potências européias desde o último quartel do século XIX, culminou na deflagração da Primeira Guerra Mundial.<sup>63</sup> Com o conflito, o chauvinismo e a xenofobia encontraram formidável terreno para se difundir na Europa. O Brasil, inicialmente, adotou uma postura de neutralidade em relação ao confronto bélico, não obstante amplos setores da vida pública nacional manifestarem simpatias para com as causas dos aliados. Posteriormente, face ao torpedeamento de navios mercantes brasileiros, houve o rompimento das relações diplomáticas com os Impérios Centrais e a declaração do estado de guerra contra a Alemanha, em 26 de outubro de 1917. Com a guerra, as áreas colonizadas por alemães e seus descendentes no extremo-sul do Brasil tornam-se motivo de preocupação, de crítica e de defesa por parte de alguns intelectuais. As paixões suscitadas pelo choque europeu tiveram influência nesse debate.

A guerra recolocou a questão da brasilidade na ordem do dia. A invasão da Bélgica, de acordo com o que preconizava o Plano Schiliffen, fortaleceu o sentimento pró-aliados de muitos intelectuais brasileiros. Entre os defensores da posição francesa e aliada no conflito se encontravam homens como Rui Barbosa, José Veríssimo, Graça Aranha, Antônio Azevedo, Pedro Lessa, Barbosa Lima, Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Medeiros e Albuquerque, José Carlos Rodrigues, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Pandiá Calógeras, Assis Brasil, Tobias Monteiro, Gilberto Amado, Emílio de Menezes, Mário de Alencar e Nestor Vitor. Dentre os

---

<sup>61</sup> Ibidem p. 52.

<sup>62</sup> GUIMARÃES, Arthur. *O allemanismo no sul do Brasil. Réplica a uma crítica paranaense*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1907.

<sup>63</sup> A primeira Guerra Mundial foi um confronto eminentemente imperialista em que se enfrentaram os países formadores da Tríplice Aliança, integrada inicialmente pela Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia, e os da Tríplice Entente, formada por França, Rússia e Inglaterra. No decorrer do conflito bélico, a Entente contou com o reforço da Itália (1915), Romênia (1916), Estados Unidos (1917), Japão e de muitas outras nações. O conflito se estendeu de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918.

defensores da Alemanha estava o deputado Dunshee de Abranches e figuras como João Barreto de Menezes, Capistrano de Abreu e Lima Barreto. Dentre os que mantinham uma atitude de neutralidade, embora fazendo críticas aos aliados, estavam Alberto Torres, Oliveira Lima, Assis Chateaubriand, Vicente de Carvalho e Azevedo Amaral.<sup>64</sup>

Conforme constatação feita pelo professor René Gertz, até o final da Primeira Guerra Mundial muitos artigos e livros tratando do perigo alemão seriam impressos no país. No ano de 1914, justamente quando acabava de eclodir a Guerra, Arbivohn publicou “O perigo prussiano no Brasil.”<sup>65</sup> Em uma linguagem panfletária e amplamente favorável à causa da Entente no conflito, escreveu a seguinte pérola sobre a educação nas áreas de colonização alemã na porção meridional do Brasil:

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do *self-government*; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana.<sup>66</sup>

Para esse autor, as eleições para deputados e senadores feitas nas regiões coloniais davam-se somente após os chefes políticos consultarem o ministro do Kaiser no Rio de Janeiro. Foi mais longe ao afirmar que, inclusive, já estavam em elaboração, em Berlim, os códigos civil e criminal que deveriam ser adotados no Sul do Brasil; que o *Reischtag* daquele Império votava anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; que as atas das sessões de muitas municipalidades, editais e outros documentos oficiais, eram redigidos no idioma alemão. Enfim, “para a anexação definitiva de nossas províncias, só faltava propriamente a arrecadação dos impostos federaes, que, em vez de serem remetidos para o Rio de Janeiro, sel-o-hiam para Berlim”.<sup>67</sup>

Denuncia que, dentre os meios empregados pela diplomacia prussiana para a sua expansão colonial, a expedição de sacerdotes ligados à crença dos povos a conquistar é a mais eficaz. Seria essa a estratégia adotada há longos anos no Brasil, preparando o terreno para a anexação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

---

<sup>64</sup> Cfe. Oliveira, op. cit. p. 118-19.

<sup>65</sup> ARBIVOHN. *O perigo prussiano no Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1914. Segundo René Gertz, era Raimundo Bandeira que escrevia sob o pseudônimo Arbivohn.

<sup>66</sup> *Ibidem* p.4.

<sup>67</sup> *Ibidem* p. 8-9.

A respeito da Guerra, defendia que a sorte dos aliados seria a sorte do Brasil. Sobre a Inglaterra, que então ainda detinha a hegemonia política e econômica do mundo, fazia a seguinte afirmação:

A nossa salvação foi a intervenção da Inglaterra, a nação liberal e poderosa, abrigo seguro de todos os credos religiosos, refugio tranquilo dos perseguidos políticos de todas as partes do mundo, que entrou nesta desgraçada campanha, desembainhando sua espada calmamente e reflectidamente em defeza da propria honra, da fidelidade nos tratados, aos compromissos contrahidos e à palavra jurada.<sup>68</sup>

A defesa convicta e apaixonada da Alemanha e dos alemães do Sul do Brasil também encontrava eco. E não necessariamente por germanófilos de origem teuta. Em 1915, Augusto Porto Alegre lançou um livro pretensamente para combater os artigos de um discípulo de Romero, o intelectual José Veríssimo, publicados no *Jornal do Comércio*. A obra literária, no entanto, tinha como escopo condenar o opúsculo de Sílvio Romero lançado em 1906. Para Porto Alegre, ao escrever aquele opúsculo, Romero teria cometido imperdoável desacerto, escrevendo sobre tema de alta relevância política, social e econômica, restrito às fontes que tinha à mão em seu gabinete e que eram de origem predominantemente francesa:

(...) a penna brilhante do insigne philosopho e escriptor, com rara habilidade rebuscou achar profundas incompatibilidades do viver allemão entre as populações dos tres grandes estados sulinos, para, juntando essa, e outras razões, às opiniões de escriptores allemães, sem qualquer representação official na administração de sua pátria, e por isso sem alcance de qualquer sorte, concluir d'ahi a iminencia da absorpção d'aquella tão bella porção territorial empossada em nome do peso do militarismo prussiano!!! Ora, nada d'isso procede, pois que o ponto de partida de argumentação sendo falso, falso será também o resultado.<sup>69</sup>

Admirador confesso da cultura germânica,<sup>70</sup> Porto Alegre, nessa obra, enaltece a participação de teutos e descendentes em terras sul-rio-grandenses na agricultura, na indústria, no comércio, nas artes, no jornalismo, entre o professorado e como soldados. Como combatente, o alemão teria se engajado entre ambas as facções que se confrontaram na Revolução Farroupilha (1835-1845); teria sido peça fundamental na campanha contra Rosas na Argentina (1851-1852); inúmeros alemães teriam participado como soldados na Guerra do

<sup>68</sup> Ibidem p. 11.

<sup>69</sup> PORTO ALEGE, Augusto. *A defeza da Allemanha e dos allemães do sul do Brazil*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Sportiva, 1915. p. 8.

<sup>70</sup> “Nós, defendendo a grande e gloriosa Allemanha e os operosos allemães do Sul do Brasil fazemol-o com mão firme, pela admiração à intelligencia fecunda e à operosidade manifestada incontestemente pelo importante e poderoso elemento do promissor progresso das bellas regiões em que elle assentou as suas tendas de trabalho.” Ibidem p. 27.

Paraguai (1865-1870) e posteriormente tomado um dos partidos que se conflagraram durante a Revolução Federalista (1893-1895). Assevera que a população de ascendência germânica no Estado se constituía em um imprescindível fator de progresso: “O allemão pela sua fixidez ao solo da segunda patria é valioso como elemento constitutivo da população. Assim altamente intelligente tornou-se a corrente immigratoria a que mais deve o Estado, pois foi a primeira a estabelecer-se nelle, sem outros intuitos sinão os do trabalho, que ninguem mais do que elle sabe mobilizar”.<sup>71</sup>

Aquilo que se convencionara chamar de “perigo alemão” não existiria, de fato, no Rio Grande do Sul. Seria verdadeira fantasmagoria:

Uma das coisas mais interessantes do perigo allemão, que atormenta tanta gente, é que no Sul ninguém o vê: nem o povo d’um patriotismo extraordinario nem a administração publica, de inexcedivel zêlo e moralidade na direcção de todos os negocios.

(...) O patriotismo do povo do nosso Estado ainda não levantou seu protesto porque não existe razão para acautellar-se d’um mal que ninguem viu.<sup>72</sup>

A respeito do receio de uma parte da população falar o alemão ao invés do português, contrapõe o caso da Suíça. Exemplifica que aquele país, constituído de um povo extraordinário, de uma capacidade industrial admirável, de um patriotismo inexcedível, não perdia seu prestígio mundial por lá se falar o alemão, o italiano e o francês.<sup>73</sup>

Quanto à guerra em curso, então em seu segundo ano, qualificou-a não como sendo um choque de “raças” antagônicas e de civilizações opostas, mas uma luta comercial que se tornara necessária e inadiável para a Inglaterra, haja vista ter a Alemanha conquistado parte de seus mercados.

Causava-lhe ainda estranheza a emotividade de certa parte do público brasileiro ao revelar exagerada inclinação em favor dos aliados no confronto bélico em curso e antipatia para com a Alemanha. Estranhava o fato que incidentes diplomáticos recentes da história brasileira, que haviam indisposto o Brasil com a França, Inglaterra e Itália, haviam sido

---

<sup>71</sup> Ibidem p. 26

<sup>72</sup> Ibidem p. 22.e 28.

<sup>73</sup> Ibidem p. 25.

facialmente esquecidos.<sup>74</sup> Argumentava que, enquanto essas nações tinham tomado atitudes hostis às pretensões brasileiras, a Alemanha havia se mostrado sempre amiga e parceira do Brasil. Nesse sentido, acentua que a França e a Inglaterra teriam atuado com extraordinária habilidade para indispor o espírito nacional contra a Alemanha. A causa disso seria a caluniosa acusação de pretender aquela nação se apossar de territórios da terra brasileira.<sup>75</sup>

Ainda em 1915, Raul Darcanchy fez publicar “O pan-germanismo no Sul do Brasil”.<sup>76</sup> Natural do estado do Paraná, o autor era também membro da Liga Brasileira pelos Aliados e da Associação de Imprensa. Havia anos que Darcanchy desfechava virulentas críticas contra os teutos e descendentes que viviam no estado de Santa Catarina através de jornais do Paraná e da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Os textos publicados visavam dois objetivos: 1) despertar a atenção dos poderes públicos nacionais para os processos irritantes do “alemanismo” no Sul do Brasil e; 2) dar combate à miopia profundamente deplorável dos que negavam a existência do “perigo alemão”, induzidos por mero sentimento de afetividade à raça germânica.<sup>77</sup>

Alemães, para ele, não seriam somente os nascidos na Alemanha, mas também os seus descendentes até a terceira ou quarta gerações. Suas opiniões vêm envenenadas pela Guerra que ocorria na Europa e pelo conflito pela posse de uma vasta região, chamada de Contestado, reivindicada e disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Denuncia que em determinadas regiões do estado catarinense ter-se-ia criado uma pequena Germânia. Em Joinville, Blumenau, Brusque, São Bento, Oxford e muitas outras localidades “nossos patrícios têm uma situação idêntica a dos polacos na Polônia alemã.” Os alemães são acusados do extermínio dos índios no Estado; de se apoderarem do Tayó<sup>78</sup> pela força; de armarem e de comporem as forças dos “bandoleiros fanáticos”, isto é, dos crentes seguidores

---

<sup>74</sup> Refere-se à disputa territorial em que o Brasil, no final do século XIX, se defrontou com a França na chamada Questão do Amapá. Após a descoberta de ouro na região, os franceses desejaram deslocar a fronteira de sua colônia na América do Sul, acertada no Tratado de Utrecht, de 1713, do rio Oiapoque para o Araguari, situado mais para o sul. A questão foi levada ao arbitramento da Suíça que deu ganho de causa ao Brasil. No caso da Inglaterra, faz menção a um episódio que provocou a indignação dos brasileiros. Trata-se da Questão da ilha da Trindade. Em janeiro de 1895, a Inglaterra ocupou a ilha da Trindade, situada ao longo da costa do Estado do Espírito Santo, e a incorporou ao seu Império. O fato desencadeou uma tempestade de protestos no Congresso Nacional, na imprensa e nas ruas. A ação diplomática exercida pelos governos do Brasil e de Portugal fez com que houvesse um recuo da Grã-Bretanha. Os rochedos da Trindade, no ano de 1896, voltaram ao domínio do Brasil. Ver a respeito: CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Volume VI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. p. 2042-43; VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. p. 578-80.

<sup>75</sup> Porto Alegre, op. cit. p. 44

<sup>76</sup> DARCANCHY, Raul. *O pan-germanismo no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro, 1916.

<sup>77</sup> *Ibidem* p. 7.

<sup>78</sup> O Tayó era uma vasta região do Contestado, então sob a jurisdição paranaense.



do monge João Maria e do seu movimento messiânico; de ocuparem a maior parte dos cargos administrativos das cidades; de constituírem a maioria dos eleitores em determinados municípios; e de manterem escolas de onde saíam sucessivas gerações de súditos germânicos, tão autênticos quanto os que haviam deixado o cordão umbilical na Prússia.

Pode-se afirmar que esta esquisita espécie de *brasileiros* constitue o grosso das populações allemãs em Santa Catarina. Ela forma o commercio, a industria, os clubs de diversão, o eleitorado os batalhões de atiradores, a opinião no seio da colônia e a imprensa pangermanista estadual.<sup>79</sup>

As sociedades de atiradores existentes no Estado não erram, para Darcanchy, outra coisa que não batalhões de atiradores. Sob o disfarce de associações de tiro teuto-breasilas, elas, no seu conjunto, constituiriam um perfeito exército colonial prussiano. Exerceriam função estratégica para o aumento dos domínios coloniais da Alemanha imperialista.

Esse modelo de organização militar, creada e mantida pelos allemães, é, quiçá, a mais audaciosa obra do pan-germanismo levada a effeito naquella porção do território nacional. Nada falta para lhe dar o character, que effectivamente tem de há muito, de *tropas de desembarque já desembarcadas* no sul do Brazil: quartéis, fardamentos, espingardas, disciplina prussiana e até campos para manobras.

Cada batalhão tem, em média, de 200 a 300 soldados, possuidos em alto grau do espírito de raça, que é aliás, o mais notável característico dos allemães e seus descendentes.

(...) no Brazil meridional já existe, de facto, um exercito composto de reservistas allemães, respeitavel pelo numero e pelas qualidades thecnicas.

E esse exercito, segundo lh'o indicarem as circunstancias de momento, subordinas às que actuarão de além-Rheno, poderá ocupar vantajosamente as melhores posições estratégicas da região, antes que o façam as tropas nacionaes.<sup>80</sup>

“Os allemães no Brasil”, de Crispim Mira, opúsculo laudatório do trabalho da população de ascendência germânica no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina, e de combate à tese do “perigo tedesco”, aparece em 1916, portanto ainda durante a Guerra. O autor inicia enfatizando que, numericamente, a população de origem alemã não deveria constituir motivos de apreensão no Brasil. Seriam somente 380 a 400 mil para cerca de um milhão e 500 mil italianos e 23 milhões de brasileiros.<sup>81</sup> Ao argumentar que todos os povos – antigos e modernos – tiveram na construção de sua grandeza o concurso de estrangeiros de várias procedências, enaltece a contribuição dos seis milhões de alemães natos e 25 milhões

<sup>79</sup> Darcanchy, op. cit. 13.

<sup>80</sup> Ibidem p. 28-29.

<sup>81</sup> MIRA, Crispim. *O allemães no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916. p. 3

de origem, para o desenvolvimento industrial, comercial, agrícola e cultural dos Estados Unidos. Salienta que naquele país, não obstante o amor demonstrado pela pátria avoenga, os descendentes de alemães não nutriam qualquer desejo de deixar de serem americanos.

No que tange ao Brasil, assevera haver muitas acusações que, de tanto repetidas, tornaram-se admitidas como verdadeiras por um grande número de pessoas. Admite que o alemanismo seria, de fato, uma realidade no Sul do país enquanto manutenção dos costumes germânicos, mas jamais como atentado à integridade nacional.<sup>82</sup> E o colono alemão, mesmo conservando alguma coisa da pátria mãe, se constituiria no “typo ideal, o colono inteligente e progressista que desde logo se fixa no paiz.”<sup>83</sup> Ele não pensaria na Alemanha, senão pela saudade e pelo respeito que sempre se tem pela pátria de nascimento ou de origem. Registra que os alemães do Sul estavam, então, apenas na sua segunda geração e que, embora fizessem uso, em geral, da língua materna e mantivessem em suas casas retratos da família imperial alemã, de Bismarck e de Moltke, e cultivassem cantos patrióticos em suas associações, já começavam a ser brasileiros. O abasileiramento completo somente viria com o passar do tempo.<sup>84</sup>

O poder público é criticado por Mira por deixar, em geral, sem escolas as regiões coloniais. Quanto às acusações várias vezes veiculadas em jornais de que os alemães não se deixavam abasileirar e que chegavam, inclusive, a redigir em alemão as atas de algumas municipalidades de Santa Catarina, afirma serem estas absolutamente descabidas. O caso das atas municipais seria uma lenda que a intriga política criara. O fato, uma mentira comprovada, teria ocorrido entre 1880/81 na Câmara Municipal de Joinville.<sup>85</sup>

Um ano depois, em 1917, era traduzido para a língua portuguesa “O plano pangermanista desmascarado”, do francês André Chéradame. Essa obra, prefaciada por Graça Aranha, a exemplo de tantas outras de caráter claramente francófilo, deve ter influenciado a intelectualidade do centro do Brasil, mais enfaticamente a do Rio de Janeiro, que então era o tambor do Brasil, a caixa de ressonância, o *locus* privilegiado da consagração de autores.

---

<sup>82</sup> Ibidem p. 8. Afirma que as belíssimas cidades de Joinville e Blumenau em nada diferiam, no feitio e nos costumes, das pequenas cidades do interior da Alemanha, o que, entretanto, não as impedia de serem absolutamente nacionais.

<sup>83</sup> Ibidem p. 9.

<sup>84</sup> Ibidem p. 23.

<sup>85</sup> Sobre o episódio, ver as páginas 30 e 31 da referida obra.

O objetivo da obra era denunciar e vulgarizar o plano pangermanista, isto é, a união dos povos germânicos em um Estado único, e as supostas pretensões do Império de Guilherme II de anexar territórios na Europa Central (onde seria formada a Confederação Germânica), África e América do Sul. Segundo o autor, o plano pangermanista teria assentado suas bases no ano de 1895 e se fundamentava no exato conhecimento que os alemães haviam adquirido dos problemas políticos, etnográficos, econômicos, sociais, militares e navais, não só da Europa, mas do mundo inteiro.<sup>86</sup>

A guerra então em curso na Europa teria, para Chéradame, apenas uma única profunda e longínqua causa: a vontade que o *Kaiser* tinha de realizar o plano pangermanista. Quanto à América Latina, afirma que desde o ano de 1900 os alemães residentes no Brasil e na Argentina começaram a ser agitados e manobrados pelas sociedades pangermanistas. Especialmente o Brasil Meridional seria há muito cobiçado pelos interesses alemães.

De ha muito que os allemães concentrram os seus exforços colonisadores especialmente em tres Estados brasileiros: Paraná (60.000 allemães), Santa Catharina (170.000) e Rio Grande do Sul (220.000). N'estas ricas provincias, os allemães, conservando a lingua, as tradições, os prejuizos da metrópole, são senhores quasi absolutos. Ha 47.000 apenas que são abertamente cidadãos do Imperio allemão. Os demais, isto é, 400.000 são aparentemente subditos brasileiros, mas em virtude da lei de Delbrück, uma consideravel parte d'elles, ficaram sendo ou tornaram-se de novo dedicadissimos subditos de Guilherme II. (...) Depois do começo da guerra europeia, o jogo dos allemães do Brazil foi-se desmascarando progressivamente, e acaba de se verificar que as suas numerosas sociedades de tiro eram, na realidade, sociedades de organização militar a tal ponto perigosas, que se reconheceu a necessidade de as desarmar.<sup>87</sup>

O autor nitidamente superdimensiona na obra o real poder e a influência que teve a *Alldeutscher Verband*, ou União Pangermânica, na difusão da sua ideologia. De acordo com o historiador inglês Edward McNall Burns, embora a Liga fizesse muito barulho, dificilmente poderia alimentar a pretensão de representar a nação alemã. Em 1912, não contaria com mais de 17 mil membros e as suas violentas críticas dirigidas ao governo eram mal recebidas por

<sup>86</sup> CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917. p. 46.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 294-95. A lei Delbruck à qual faz menção Chéradame, é um dispositivo legal alemão datado de 22 de julho de 1913. Segundo essa lei, seria possível a um cidadão alemão manter sua nacionalidade de origem ainda que viesse a se naturalizar em outro país. Nesse caso, para não perder sua nacionalidade alemã, antes de ocorrer a naturalização, deveria solicitar à autoridade competente, a autorização escrita de conservar a sua nacionalidade. Registre-se que, no Brasil, os descendentes de imigrantes nascidos no país tornavam-se cidadãos brasileiros. Quanto aos naturalizados antes do advento dessa lei, inclusive os da grande naturalização havida quando da Proclamação da República, haviam perdido a cidadania alemã. Quanto às sociedades de tiro, existentes em todas as áreas coloniais alemãs do Sul do Brasil, na realidade não se constituíram em entidades militares ou paramilitares. Tinham tão-somente caráter desportivo-recreativo. Este último tema foi objeto de análise no capítulo anterior.

muita gente.<sup>88</sup> Por outro lado, Chéradame cala-se completamente no que diz respeito ao revanchismo francês, ao paneslavismo e à dominação de povos, nos continentes africano e asiático, levados a cabo pela Inglaterra e pela França para a constituição de seus impérios coloniais.

Em 1920, aparece “À margem do tempo”, de Waldir de Niemeyer. Retomando concepções de meio e “raça” e outros argumentos já utilizados por Romero, a obra, além de criticar o tipo de colonização de “núcleos isolados” levado a cabo no Sul pelos governantes do Império e da República brasileira,<sup>89</sup> mostra preocupação com a imigração asiática. Defende, ainda, como força de trabalho, a utilização do elemento nacional que vivia espalhado pelos imensos sertões dos estados nortistas, periodicamente flagelados pelas secas. E, embora tivesse consciência de que a imigração fosse necessária para o robustecimento do país e o crescimento da nação, entendia que uma conveniente seleção e localização dos imigrantes se faziam necessárias a fim de que não se desfigurasse a alma nacional.<sup>90</sup>

O fantasma apavorante do “perigo alemão” havia, por essas épocas, arrefecido. Afinal, a Alemanha havia perdido a guerra, sofrera um duro golpe com o Tratado de Versalhes e amargava uma profunda crise social, política e econômica. Não obstante tudo isso, alertava que a situação dos alemães do Sul do país continuava a ser exatamente a mesma de outros tempos, e que permaneciam constituindo um quisto de difícil extirpação. Profetiza que a Alemanha não estava morta e que seu virtual reerguimento traria de volta aquele fantasma.<sup>91</sup>

Com relação à imigração, para evitar a repetição dos erros do passado, quando o desenvolvimento de “núcleos isolados” havia sido estimulado pelos governantes, propõe um programa fundamentado em três pontos:

Primeiro, na distribuição de immigrants, tendo em vista afastar o estabelecimento de novos nucleos isolados; segundo, na criação de escolas nacionaes obedecendo ao methodo adaptado aos Estados Unidos e que foi a melhor obra de assimilação para o elemento estrangeiro no exemplar paiz; e

<sup>88</sup> BURNS, Edward McNall. *História da civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1981. p. 837.

<sup>89</sup> Era o mundo político e não os imigrantes os responsáveis pelo surgimento das aglomerações das correntes imigratórias. “Estabelecidos em localidades afastadas, onde não soffriam o contacto necessário e indispensavel das populações nacionaes, os allemães estavam impossibilitados de aprender a nossa lingua, de observar e adoptar os nossos costumes. Ante a politica indifferentista permaneciam como bons súbditos de S. M. das bandas do Rheno.” NIEMEYER, Waldir de. *À margem do tempo* (ensino sobre os erros e males da colonisação estrangeira no Brasil). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1920. p. 18

<sup>90</sup> *Ibidem* p. 11.

<sup>91</sup> *Ibidem* p. 27.

terceiro, finalmente, no serviço militar obrigatorio, quando puder offerecer maior ambito e alcançar a todos os cidadãos por classes.<sup>92</sup>

Um novo esforço, destinado a reverter a opinião pública brasileira contrária à Alemanha, aconteceu uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial. Germanófilos como, por exemplo, João Dunshee de Abranches Moura, Mário Pinto Serva e Amílcar Salgado dos Santos, empenharam-se, através da imprensa, na defesa de posições alemãs.<sup>93</sup>

Mário Pinto Serva em, “A Alemanha caluniada”, acusa Poincaré, o plenipotenciário francês, como responsável maior pela eclosão da hecatombe de 1914. A responsabilidade pela eclosão do conflito não teria cabido nem ao povo alemão, nem ao seu governo, mas sim a um conluio criminoso em que teriam tomado parte os governantes franceses, partidários da desforra,<sup>94</sup> e os governantes paneslavistas russos, desejosos de estabelecer sua supremacia nos Bálcãs. Eles teriam atuado convictos de que a Inglaterra os apoiaria na hora derradeira pelo interesse que ela tinha de destruir um competidor econômico em potencial. Denuncia a extorsão que representou o Tratado de Versalhes de 1919, por ele considerado o ato de maior ferocidade que a história da humanidade já teria registrado até então, por contrariarem os Catorze Pontos do plano de paz apresentado pelo presidente Wilson, dos Estados Unidos, por amputar a Alemanha de vastos territórios a título de reparação de guerra e por obrigá-la a reconhecer-se como a única culpada pela guerra. Defende que a Alemanha, entrando na guerra, agiu em legítima defesa, para evitar que fosse esmagada entre a Rússia e a França.<sup>95</sup>

Denuncia também a devastação feita pela França na Alemanha, o que teria aniquilado completamente a produção e o comércio alemães. Não competindo a culpa da guerra à

---

<sup>92</sup> Ibidem p. 52.

<sup>93</sup> Escritos que fazem a apologia do “trabalho alemão”, embora não se ativessem ao “perigo alemão” aparecem também no período em enfoque. Assim, por exemplo, em 1924, o *Verband Deutscher Vereine* fez publicar “Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul. Em 1925, Ernesto Pellanda publicou “A colonização germânica no Rio Grande do Sul”. Em 1930, aparece “A colonização allemã no Rio Grande do Sul”, de autoria de Leonardo Truda. Em 1934 surgiu “O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de Aurélio Porto. Em 1935, Antonio Soveral organizou “O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul”. Em 1936, Leopoldo Petry publica “História da colonização allemã no Rio Grande do Sul”.

<sup>94</sup> Refere-se à guerra de 1870/71 entre a Prússia e a França que culminou com a criação do Império Alemão e que arrebatou dos franceses as províncias da Alsácia e da Lorena. A responsabilidade pela Guerra de 1870, para Serva, também recaía inteira e exclusivamente sobre os franceses. A monarquia de Napoleão III teria tido absoluta necessidade de fazer essa guerra

<sup>95</sup> SERVA, Mario Pinto. *A Allemanha calumniada*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, s.d. p. 29.

Alemanha, esta juridicamente não deveria pagar indenização alguma. A ocupação do Vale do Ruhr, pelos franceses,<sup>96</sup> é qualificada pelo autor como “banditismo” pois que

O assassinio e o latrocínio se exercem em plena liberdade. Os francezes roubam e assassinam no Ruhr. Todas as leis criminaes e civis e constitucionaes e privadas foram abolidas nessa região. O latrocínio e o assassinio imperam no Ruhr, ora em pleno regimen de banditismo instaurado pelos francezes. Mata-se e rouba-se à vontade no Ruhr. Hoje é uma fabrica de anilina assaltada e de cujo stock se apoderam os francezes como salteadores, sem formalidade de especie alguma. Hontem era uma mina de que elles se apropriavam. Não ha dia que não registre um novo esbulho, um novo assalto, uma nova depredação.<sup>97</sup>

No que tange ao sentimento pró-aliados e antigermânico existente no Brasil, explica que os brasileiros são colonos mentais franceses. Têm, por decorrência, “uma opinião errada sobre os fatos europeus. A razão é simples: em 100 brasileiros, seguramente 99 sabem francês e apenas um sabe alemão ou inglês. De modo que nós brasileiros intelectualmente somos colonos da França. Só lemos livros, jornais e revistas francesas e assim todas as nossas fontes de conhecimento a respeito da guerra européia são absolutamente suspeitas.”<sup>98</sup> Seria esta a razão pela qual todos seriam francófilos no país.

Ataca também a Agência Havas que, através de seus telegramas, teria alimentado a publicidade e a propaganda mais torpe e imbecil contra a Alemanha. Para Serva, a “Havas não faz senão propaganda do ponto de vista francês, encheu o mundo inteiro de todas as invencionices engendradas no cérebro dos energúmenos que dirigem a política francesa.”<sup>99</sup> Teria sido em consequência dessa propaganda feita durante os quatro anos de guerra, e mesmo depois de ela finda, que o mundo ficara inundado por mistificações grosseiras, fato que aumentara os preconceitos contra a Alemanha. Alega que a imprensa paulista estaria ludibriando completamente o povo sobre a situação européia, na medida em que só publicava notícias recebidas de agências de serviço do governo francês.

Defende a imediata e definitiva suspensão de qualquer indenização e reparação de guerra da Alemanha, seja para a França, seja para a Bélgica. A política de reparações e o saque teriam desgraçado a Alemanha, onde multidões operárias agora vagueavam famintas. A

<sup>96</sup> Refere-se à ocupação da bacia do Ruhr por tropas francesas e belgas, em janeiro de 1923, confiscando as minas de carvão que passariam a ser exploradas a título de reparação de guerra. Cfe. JOLL, James. *A Europa desde 1870*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982. p. 420 et seq.

<sup>97</sup> Serva, op. cit p. 39-40.

<sup>98</sup> Ibidem p. 46.

<sup>99</sup> Ibidem p. 96.

França, no intuito de aniquilar a Alemanha, estaria arrastando ao caos a Europa inteira e, mesmo, prejudicando os parceiros comerciais da Alemanha, dentre os quais o Brasil.

Em 1931, o capitão do exército brasileiro Amílcar Salgado dos Santos reúne uma série de escritos e faz publicar “Brasil-Allemania”. A defesa da Alemanha na guerra havida entre 1914 e 1918 é feita na primeira parte do livro. Na segunda parte, são enfatizadas as relações diplomáticas entre as duas nações e a contribuição dada por alemães e descendentes na política e no exército brasileiro.

O autor menciona que, ao viajar pelos estados do Paraná e de Santa Catarina no ano de 1917, havia constatado que nas áreas de colonização germânica só se falava o alemão. Ali só existiam escolas alemãs, igrejas, associações, estabelecimentos comerciais, sociedades de tiro, tudo de alemães. Até mesmo documentos oficiais de nascimento, casamento e óbito seriam registrados em alemão. Conclui que a responsabilidade por tais fatos não seria dos colonos, muito menos do governo alemão. A culpa seria dos governantes brasileiros que deixavam aquela gente no mais completo abandono. Os habitantes daquelas áreas somente procurariam satisfazer as suas necessidades:

(...) não havendo lá escolas onde seus filhos pudessem aprender a ler, escrever, etc., sendo o povo allemão bastante amigo da instrucção, lançavam então aquelles habitantes daquela zona mão do que estava ao alcance, isto é, ensinavam o allemão; não havendo então funcionarios brasileiros ou então quem soubesse escrever em portuguez, lançavam seus documentos officiaes em allemão; sendo os allemães amigos da instrucção physica, dos esportes, do militarismo, fundavam então linhas de tiro; sendo os allemães cultores da Historia Pátria, não havendo escolas onde ensinassem a Historia do Brasil, ensinavam a seus filhos a Historia da Allemania, quem tinha sido Frederico – o Grande, Kant, Bismarck, Moltke, etc.<sup>100</sup>

Quanto ao “perigo alemão”, afirmou tratar-se de uma calúnia contra os colonos teutos aos quais se devia o grande desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, assim como de outros lugares do Brasil, como do Estado do Espírito Santo. E, considerando que os alemães são tidos como um povo de ótimas qualidades de coração e caráter, argumenta que somente poderiam concorrer para a sadia formação da nacionalidade brasileira. Defende, por isso mesmo, a infiltração em massas numerosíssimas de colonos alemães no Brasil.<sup>101</sup>

<sup>100</sup> SANTOS, Capitão Amílcar Salgado dos. *Brasil-Allemania*. São Paulo: s/e, 1931. p. 249.

<sup>101</sup> *Ibidem* p. 250-256.

Em 1934, Julio de Revoredo em, “Immigração”, procura fazer uma distinção entre três conceitos: assimilação, amalgamação e brasilização. Define assimilação como “o processo em virtude do qual determinada nacionalidade preserva a sua unidade durante o período em que recebe elementos exóticos.”<sup>102</sup> A idéia de assimilação social é tomada emprestada da Biologia. Faz uma analogia entre um estrangeiro recém-chegado a um país e as partículas alimentícias deglutidas por um ser vivo. O ato de imigrar, por si só, não tornaria um ádvena automaticamente membro da nacionalidade que o recebe, do mesmo modo que um alimento que passa pelos lábios da boca não se converte, de sopetão, numa célula do corpo. Nesse sentido, o imigrante necessitaria passar por um processo de transformação em que desaparecessem os traços de sua nacionalidade anterior, concomitante com a aquisição de elementos ou qualidades da nacionalidade que o recebeu.<sup>103</sup> Segundo o autor, a assimilação completa de um imigrante adulto seria impossível em qualquer país. Como ela somente se processaria na segunda ou terceira geração do imigrante, não representaria um processo de resultados imediatos.

No processo de assimilação caberia um papel destacado não somente aos poderes públicos, mas também ao povo. Aos governantes, caberia a tarefa de não permitir que o alienígena se isolasse em conglomerados uninacionais e formasse “quistos étnicos”.<sup>104</sup> Seriam, ainda, responsáveis pela implantação de escolas primárias nas áreas coloniais e pela fiscalização das escolas particulares criadas pelos imigrantes e seus descendentes nas áreas rurais e urbanas do país. Ao povo, caberia a função de não se furtar de ter o máximo contato possível com o imigrante. Assim sendo, deveria empenhar-se de todas as maneiras para atraí-lo para o convívio dos brasileiros.

Já a amalgamação se operaria através do cruzamento de etnias diversas. Embora distinta da assimilação, as duas noções teriam íntima conexão pelo fato de a amalgamação, em regra, pressupor a assimilação. Poderia, em todo caso, ocorrer de um grupo de estrangeiros ter alcançado um alto grau de assimilação sem, contudo, se haver cruzado com os elementos nativos.

---

<sup>102</sup> Revoredo, op. cit. p. 229.

<sup>103</sup> Ibidem p. 225-27.

<sup>104</sup> Para Revoredo, não se poderia incriminar os teuto-brasileiros do Brasil por viverem concentrados, “enkystados”. Longe de qualquer controle governamental, cediam eles às naturais tendências de viver agregados ao parente, ao conhecido ou ao simples compatriota. A indiferença dos governos, no que concerne à distribuição e localização de imigrantes, é apontada como sendo responsável pelo surgimento de “pequenas pátrias” ou “ilhas étnicas”.



Quanto à brasilização, ela teria um significado mais amplo que a assimilação. Falando o idioma português, adaptando-se aos nossos costumes, conhecendo a história do Brasil, cultivando as nossas tradições, adotando a religião da grande maioria do povo brasileiro, respeitando os deveres e as instituições nacionais, o imigrante estaria, por assim dizer, assimilado. Faltar-lhe-ia, no entanto, ainda, o sentimento de patriotismo, ou seja, o ânimo para um grande sacrifício, para uma nobre renúncia em prol da coletividade. Brasilizar o imigrante seria exatamente infundir-lhe “os sentimentos de amor e lealdade à nossa terra, para sustentáculo dos legítimos interesses do Estado, para a defesa dos ideais e reivindicações nacionais, numa cooperação recíproca e fraternal com o elemento nativo.”<sup>105</sup>

Revoredo lamentava, no entanto, o fato de que a grande maioria dos brasileiros ainda não estava completamente brasileira. E como não tinha noção exata dos deveres de patriotismo, faltava-lhe a capacidade de incuti-los a outrem e a exigi-los do imigrante:

A generalidade dos brasileiros não tem o direito de exigir que o estrangeiro vá além de uma simples assimilação. Fallece-lhe autoridade para reclamar dos filhos de outras terras amor e lealdade ao Brasil, quando é ele o primeiro a dar o exemplo de indiferença pelos seus deveres civicos.<sup>106</sup>

Como defensor da colonização, o autor critica parlamentares constituintes de 1934 que teriam denunciado a existência de blocos inassimiláveis no Brasil e evocado o “perigo japonês”. Quanto às novas diretrizes políticas para os cidadãos que viviam no estrangeiro, emanadas dos governos fascista italiano e nazista alemão, argumentou que caberia ao Estado brasileiro simplesmente controlar a imigração para que a assimilação e a brasilização dos estrangeiros e de seus descendentes não fosse prejudicada. Bastaria, nesse caso, limitar a imigração exclusivamente a agricultores, destinando-os ao campo e localizando-os de acordo com a conveniência nacional. Isso porque, “na alma simples do verdadeiro camponês europeu não se aninham sentimentos hostis à terra que o acolhe, o ampara e lhe dá os meios de subsistência que ele não encontra em seu país de origem.”<sup>107</sup>

Gilberto Freyre, em “O mundo que o português criou”, fundamentado em Pascal, defendeu que o indivíduo torna-se brasileiro pela razão, pela inspiração ou pelo costume,

---

<sup>105</sup> Ibidem p. 252.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 255.

<sup>107</sup> Ibidem p. 282.

sendo, entretanto, grande o número de pessoas que se nacionaliza principalmente pelo costume ou pela prática. Ao referir-se a uma viagem ao extremo Sul do Brasil – onde estivera no final da década de 1930 –, afirma ter-se impressionado com certas evidências de abrasileiramento, “do alemão e de outros colonos, pelo gesto, pelo rythmo do andar, pela pratica de actos tradicionalmente brasileiros.”<sup>108</sup> Ou seja, o alemão ou o italiano começavam a se abrasileirar pela prática de uma série de pequenos atos típicos dos brasileiros. No Rio Grande do Sul, isso se materializava ao se vestirem à gaúcha, ao sorverem o mate, ao trajarem o ponche e ao calçarem botas. Nesse mesmo Estado e no de Santa Catarina, ao comerem com gestos nortistas a feijoada entre goles de aguardente, ao calçarem o tamanco, ao usarem o palito para limpar os dentes e quando as mulheres colocavam a chinela bahiana nos pés. Esses atos pequenos teriam rico significado sociológico. Exemplifica que a cidade de Blumenau, não obstante parecer tipicamente alemã pelo tipo de casas e pelas pessoas, quem observasse o ritmo de andar das pessoas observaria que aqueles moradores, pelo andar, pelo gesto e pelo ritmo, não eram mais alemães, mas brasileiros.<sup>109</sup>

Como ideólogo do lusitanismo, Freyre é contrário à prevalência do idioma alemão ou italiano sobre o português em qualquer região do país. Mas acredita ser salutar o contato da cultura luso-brasileira com as culturas trazidas pelos imigrantes das diversas nacionalidades. Essas funcionariam como um estímulo para o progresso e desenvolvimento da primeira, a qual não deveria fechar-se na sua cultura tradicional luso-brasileira.

Já no transcurso da Segunda Guerra Mundial, Carlos de Souza Moraes fez publicar “A ofensiva japonesa no Brasil”. Embora o objeto de estudo fosse a imigração asiática, mais precisamente a nipônica, há passagens no livro que se referem à imigração em geral. Adepto do regime implantado por Getúlio Vargas no Brasil, Moraes tece elogios ao sistema de quotas de imigrantes implantado com a promulgação da Constituição de 1934 e mantida pela Carta Magna outorgada de 1937. Para ele, no período colonial brasileiro, o fechamento dos portos para o comércio internacional e a proibição do ingresso de colonos estrangeiros teria permitido a formação de uma base racial mais ou menos definida no território nacional. Contudo, a partir de 1808, com a abertura dos portos, teria sido permitida a formação de quistos raciais, em virtude da entrada desordenada de grandes levas imigratórias, que eram

---

<sup>108</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940. p. 33.

<sup>109</sup> *Ibidem* p. 35-36.

instaladas à margem das questões de ambientação.<sup>110</sup> Como decorrência dessa prática, colônias alemãs e italianas haviam ficado esquecidas pelos poderes públicos, vivendo isoladas à sua maneira. Mais tarde, quando ideologias racistas fizeram apelos em favor de sua pátria de origem pelo rádio e por emissários, teriam as populações dessas colônias sido seduzidas, pelos sentimentos que ainda as ligavam fortemente à tradição de seus ancestrais, a aderirem a essas causas.

Defende o autor que o que se tinha feito no Brasil até então não era exatamente colonização, e sim povoamento:

O que se vinha fazendo, antes de 1930, era ‘povoamento’ e não ‘colonização’; era a constituição de ‘ilhas étnicas’, mediante o ingresso de fortes correntes alienígenas, sem possibilidade do necessário caldeamento e assimilação; era, em última análise, o estabelecimento de grupos heterogêneos, que não propiciariam a homogeneidade de que precisávamos, mas permitiriam o surgimento das pequenas minorias, hoje tão em evidência e que serviram de pretêsto para guerras de conquista.<sup>111</sup>

As palavras de Sílvio Romero – e o mesmo se pode afirmar em relação às dos demais intelectuais que escreveram ao respeito do “perigo alemão” – parecem ter sido recebidas com um mexer de ombros, isto é, com indiferença e descrença, por parte dos governantes. Como afirma Niemayer, elas eram interpretadas pelo mundo político como produto de jacobinismo estreito e exaltado, ou como injustificáveis temores de visionários.<sup>112</sup> Pontua, entretanto, com muita propriedade Marionilde Magalhães que, não obstante esses escritos não terem grande impacto no meio político, sua ressonância se fez sentir entre outros intelectuais, preocupados com a questão da nacionalidade.<sup>113</sup> Foi somente no final da década de 1930, com a nacionalização forçada,<sup>114</sup> que essas idéias produziram eco.

Quanto aos escritos que faziam a defesa da Alemanha e dos alemães dos três estados sulinos, eles tiveram ressonância ainda mais limitada. Seus autores, além de se defrontarem com o “perigo alemão” no plano interno, tiveram que se debater com a campanha antigermanista no plano internacional em um ambiente envenenado pela corrida imperialista

<sup>110</sup> MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. p. 232.

<sup>111</sup> *Ibidem* p. 231.

<sup>112</sup> Niemayer, op. cit. p. 14.

<sup>113</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 61.

<sup>114</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 199-228.

travada pelas nações mais desenvolvidas do Planeta e, a partir de 1933, com o regime de ultradireita implantado por Adolf Hitler na Alemanha.

### 4.3 O alemanismo na literatura brasileira

A colonização alemã constituiu também o pano de fundo de algumas obras da literatura gaúcha e brasileira. Jean Roche, no prefácio de “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul” chamou a atenção para o fato de a saga da imigração germânica ainda não ter sido fixada em romance da literatura brasileira. Antecederam a publicação do geógrafo francês, “Canaã”, de Graça Aranha, “Um rio imita o Reno”, de Vianna Moog, “Longe do Reno”, de Bayard Mércio, e “As vítimas do Bugre”, do padre Matias Gansweidt. Sucederam a tese de Roche “Tempo de solidão”, o primeiro volume da inacabada trilogia “A ferro e fogo”, de Josué Guimarães, impresso em 1972. O segundo volume da trilogia, “Tempo de Guerra”, apareceu em 1975. O terceiro, que deveria versar sobre o episódio dos *Muckers*, não chegou a ser escrito por Guimarães. Essa tarefa coube a Luiz Antônio de Assis Brasil que em “Viderias de cristal” – livro não por acaso dedicado à memória de Josué Guimarães – narra os acontecimentos que envolveram os seguidores de Jacobina no Ferrabrás. Valesca de Assis, em 1989, estreou na literatura com a novela “A valsa da medusa”, cujo ambiente é a colônia provincial de Santa Cruz lá pelo ano de 1858. Iluminada pela viagem do médico e cronista alemão Robert Avé-Lallemant à Colônia e pelo romantismo do “Werther”, de Goethe, a obra ficcionista trata da paixão de Tristan Waldvogel e Pauline Eick, que são os personagens centrais.

Os três primeiros autores possuem obras que podem ser enquadradas na discussão sobre o “perigo alemão”, razão pela qual serão aqui resenhadas. Já os demais livros, a não ser que se tome aqui ou ali algumas passagens específicas, não podem ser perfilados neste debate. Embora sua leitura seja importante para quem trate da colonização alemã, por fugirem do escopo desse trabalho deixaram de ser analisados.

### 4.3.1 Graça Aranha

José Pereira de Graça Aranha nasceu em 1868 em São Luís, Maranhão, de família rica e culta, ou conforme Gilberto Freyre, “nasceu em sobrado. Cresceu em casa fidalga”.<sup>115</sup> Estudou direito no Recife, formando-se em 1886. Foi lá que na sua adolescência o menino maranhense teria sido atingido até as suas raízes “pela maior força germanizante que já se fizera sentir nas letras brasileiras: a da Escola do Recife dominada pela figura carismática de Tobias Barreto.”<sup>116</sup>

Em 1890, foi nomeado para o cargo de juiz municipal na recém-criada comarca de Porto do Cachoeiro, Espírito Santo, onde atuaria por um período inferior a quatro meses. Em 1897, mesmo sem ter publicado livros, entrou para a recém-fundada Academia Brasileira de Letras, da qual se desvincularia em 1924. Em 1900, entrou para o Itamarati, passando a integrar várias missões diplomáticas em diferentes países. Em 1902 – exatamente no mesmo ano em que apareceu “Os sertões”, de Euclides da Cunha –, publicou, com grande sucesso editorial, a sua mais importante obra, “Canaã”. Ela é em boa parte resultante de dados que colheu durante os meses em que exercera a magistratura no interior do Estado capixaba.<sup>117</sup>

Canaã foi um livro bastante lido e debatido pela elite cultural brasileira até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Mais tarde é que passou a ser considerada obra de literatura medíocre. Para Freyre, Canaã:

É romance fora das convenções novelescas ou romanescas. Falta-lhe enredo. Falta-lhe, por vezes, arte. Sobra-lhe, outras vezes, sociologia; e esta, em certos passos, um tanto precária. Mas ninguém o suponha livro sem qualidades de permanência literária, só por ter se exagerado o autor em sua preocupação com um problema, em alguns dos seus aspectos, efêmero; e ligado a uma presença alemã no Brasil que poderia vir a comprometer a continuação de um Brasil, além de “inferiormente lusitano”, na origem “inferiormente mestiço e negróide”, em parte considerável da sua população e da sua cultura.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa germânica*; em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX. Rio de Janeiro: Grifo Edições/Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 146.

<sup>116</sup> Ibidem p. 141.

<sup>117</sup> Dados cfe: <http://www.nilc.icmsec.usp.br/literatura/gra.aranha.htm> Data: 20/11/2003.

<sup>118</sup> Freyre, op. cit. p. 149.

No romance, Graça Aranha denuncia as extorsões praticadas pelos detentores do poder político e judiciário do município contra a população de origem germânica, os preconceitos existentes e o racismo. Como personagens principais da trama aparecem Milkau e Maria Perutz. O cenário é a colônia imperial de Santa Leopoldina, no Espírito Santo.

O tema sentimental que torna mais agradável e digerível o conteúdo do livro é a tragédia que passa a envolver a vida da jovem colona Maria Perutz. Skidmore chama a atenção que esse drama, entretanto, não se constitui no cerne da obra. A grande questão formulada por Graça Aranha dizia respeito ao seguinte fato: “poderia um país tropical, luxuriamente dotado pela natureza, tornar-se um centro de civilização pela fusão de correntes imigratórias formadas de europeus e mestiços brasileiros?”<sup>119</sup>

Milkau e seu companheiro Lentz eram dois imigrantes alemães que resolveram se radicar na zona rural da colônia, recebendo, para tanto, um prazo colonial no local denominado Rio Doce. Eles, entretanto, não provinham das camadas sociais de onde se originava a massa dos imigrantes. Milkau era oriundo de Heidelberg, sendo filho de um professor instruído de colégio. Havia, antes de resolver emigrar, se formado em uma universidade e exercido a atividade de crítico literário em um jornal de Berlim. Idealista e contemplativo, abandonara a sua terra natal por desiludir-se com a Europa, uma civilização excessivamente presa ao passado e orientada por valores decadentes. Viera para o Brasil em busca de um novo mundo acreditando que a integração harmoniosa entre os povos ainda seria possível. Como colono esperava encontrar uma vida estável e livre na sua Canaã, onde pretendia ser um homem humilde vivendo entre gente simples.

Esse personagem idealista, fraternalista, tolstoiano e goetheano<sup>120</sup> é, na realidade, um ser humano bom e dócil que acredita que o progresso se fará em uma evolução constante e indefinida.<sup>121</sup> Nos diálogos que trava com Lentz e com o juiz municipal, Dr. Paulo Maciel, é possível depreender que, para ele, o progresso só se dá quando os povos se misturam:

Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se

<sup>119</sup> Skidmore, op. cit. p. 128.

<sup>120</sup> Freyre, op. cit. p. 150.

<sup>121</sup> ARANJHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 59.

fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora.<sup>122</sup>

Logo, Milkau julgava ser a miscigenação um processo positivo capaz de levantar a capacidade cultural e cívica do Brasil. A jovem República, conseqüentemente, teria possibilidade de almejar um futuro glorioso. Esse discurso atribuído ao personagem Milkau é, na realidade, a expressão do ideal de branqueamento, que se fundamenta na pressuposição da superioridade de uma raça e na paulatina absorção das consideradas inferiores.<sup>123</sup>

Lentz, filho de um general alemão, abandonara seus estudos universitários, sua posição, família e fortuna por não querer casar-se com a filha de um amigo de seu pai. Lentz, também um evolucionista como Milkau, diferentemente deste fazia a apologia da superioridade germânica, enaltecendo o triunfo dos arianos sobre os mestiços. Ele é um defensor do pensamento racista ortodoxo do seu tempo. Não aceitava que, da fusão com espécies radicalmente incapazes, resultasse uma raça sobre a qual se pudesse desenvolver a civilização.<sup>124</sup> Como um homem de ação que julgava que a vida era luta e crime, via com orgulho a perspectiva da vitória e do domínio de sua raça no Brasil. Lentz era a figura que sonhava com o pairar da águia negra da Germânia sobre a terra do Brasil.

A crítica à preservação do idioma alemão nas colônias aparece em vários trechos do livro. Em um deles, o agrimensur cearense, Felicíssimo, observou:

– Olhe, não se admire desses homens que estão aqui há um ano ou pouco mais. Há gente na colônia, entrada há mais de trinta anos, que não fala uma palavra de brasileiro. É uma vergonha! O que acontece é que os nossos tropeiros e trabalhadores todos falam o alemão.<sup>125</sup>

Maria Perutz era filha de imigrantes alemães. O pai morrera ao chegar ao Brasil e a mãe empregara-se como criada na casa de Augusto Kraus, colono estabelecido em Jequitibá. Na sua infância, Maria perdera também sua mãe. Vivera sob a proteção de Augusto até este falecer, sendo criada praticamente como irmã de Moritz, neto do velho Kraus e filho de Franz e Ema. Com o falecimento do velho Augusto, a situação de Maria piora muito. Temendo uma ligação amorosa entre Moritz e Maria, e no intuito de casá-lo com a rica Emília Schenker, os

<sup>122</sup> Ibidem p. 263.

<sup>123</sup> Skidmore, op. cit. p. 128.

<sup>124</sup> Ibidem p. 128.

<sup>125</sup> Aranha, op. cit. p. 83.

pais mandaram o filho para outra colônia, longe de Jequitibá, onde o alugaram como trabalhador. Acontecia, entretanto, que a essas alturas os dois jovens já eram amantes.

Maria assistiu com frustração a passividade do amado em cumprir os planos arquitetados pelos pais. Grávida, e sem ter como contatar com Moritz, foi levando uma vida triste e miserável na casa dos Kraus até o dia em que foi obrigada a deixar o teto em que crescera e vivera até então. Desamparada, procurou em vão abrigo na casa do pastor da localidade. Os demais colonos, tomando-a por louca, enxotaram-na. Finalmente, foi encontrar um miserável abrigo numa estalagem de Santa Teresa. Ali foi encontrada por Milkau que não conseguira esquecer da colona desde a conversa que haviam tido num baile realizado no sobrado dos Müller. Auxiliou-a levando-a para a casa de uns colonos a fim de trabalhar como empregada. Mas também ali a moça foi tratada com desdém.

Certa feita, trabalhando solitariamente no cafezal, Maria sentiu as primeiras contrações do parto. Temendo voltar para casa e ser maltratada, afasta-se para entrar em serviço de parto debaixo de um cajueiro. Alguns porcos que estavam no local precipitaram-se sobre os resíduos sangrentos de Maria expostos pelo chão e sobre seu filho, que não resistiu às primeiras dentadas dos animais. Nesse ínterim, chegou ao local a filha dos patrões que, vendo a cena, deduziu que Maria tivesse matado o seu bebê e o lançado aos porcos.

Em breve Maria estava presa na cadeia do Porto do Cachoeiro. Horrorizada, a população germânica da localidade exigiu vingança contra a atitude imoral praticada por Perutz. Milkau, sabendo do ocorrido, ficou ao lado da jovem, passando a visitá-la regularmente na prisão, o que fez com que passasse a ser visto com desprezo e desconfiança pela população. Nas conversas entabuladas com o juiz municipal, Dr. Paulo Maciel, fica sabendo que não haveria final feliz para Maria que, irremediavelmente, seria condenada. Assim, numa noite, Milkau tirou Maria da prisão e com ela fugiu em busca de Canaã, a terra prometida, onde os homens vivem em harmonia.

Segundo o professor de Teoria Literária e Literatura Comparada, Flávio Kothe, em Canaã há dois enredos que se cruzam. Um seria a pseudo-história dos pseudo-imigrantes Milkau e Lentz. A outra, a pseudo-história da pseudobrasileira Maria Perutz, que é engravidada pelo namorado, que é filho de seus patrões, e que perde o filho no mato e é



acusada de filicídio. “Através de ambas, Graça Aranha, sob a aparência de contar a história da imigração alemã, faz a sua difamação.”<sup>126</sup>

No romance, ainda de acordo com Kothe, os teuto-brasileiros são apresentados como gananciosos, mesquinhos e safados, como se eles fossem na média, piores do que a média de outros grupos étnicos. “A rigor não se reconhece neles nada positivo. Só servem para trabalhar e para servir”. O objetivo do romance seria atingir toda a população de origem alemã do Brasil:

Que a ação de seu romance se passe no Espírito Santo, e não no Sul, não faz a menor diferença, pois os princípios organizacionais e éticos eram os mesmos. Na verdade ele queria atingir as grandes colônias do Sul, usando o exemplo de uma pequena colônia capixaba. A colonização alemã no Espírito Santo apenas reproduzia, em tamanho menor, a situação no Sul do país.<sup>127</sup>

O que entra e o que não entra em seu romance teria passado por um filtro seletivo do seu autor. Nesse sentido, Kothe estranha que:

Nem a Igreja nem a escola nem as organizações comunitárias desempenham qualquer papel relevante em seu enredo. Isso não acontece por acaso. E não só porque o autor provinha de uma estrutura sem escolas, hospitais e clubes comunitários, que, desde o começo, estiveram presentes em zonas coloniais teutas.<sup>128</sup>

Graça Aranha teria projetado para dentro da comunidade teuta o que era típico do senhorio latifundiário luso-brasileiro. Ainda que eventualmente possam ter acontecido casos particulares, abandonar mulheres grávidas não era algo aceito entre comunidades alemãs. Outro fator apontado é que entre os alemães os trabalhos domésticos eram feitos pelos próprios membros da família, não existindo praticamente empregados, criados e peões no lote colonial. Quando existia um membro agregado, ele era considerado um membro igualitário na família. Nada idêntico ao caso de Maria Perutz que foi descartada quando conveio.

Conforme constatado por Gilberto Freyre, Graça Aranha, a exemplo de Silvio Romero, de um germanizado discípulo de Tobias Barreto na sua mocidade, na sua idade

---

<sup>126</sup> KOTHE, Flávio R. Imigração e colonização: utopia e identidade. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6 n. especial, maio 2001. p. 113.

<sup>127</sup> *Ibidem* p. 114.

<sup>128</sup> *Ibidem* p. 116.-117

madura passou por uma total reversão e se tornou um germanóforo e adepto do “perigo alemão”:

(...) estes repeliram o germanismo representado pelo culto da violência à maneira de Lentz, tendo Graça Aranha ido ao extremo oposto de identificar, no conflito 1914-1918 – a causa da própria “Civilização” com a França e a Grã-Bretanha, com a Europa germânica tida como um reduto supertécnico da “Barbárie”.<sup>129</sup>

No ano de 1917, ao prefaciar a edição portuguesa do livro de André Chéradame, “O plano pangermanista desmascarado”, Graça Aranha tem um posicionamento amplamente favorável à causa da entente no conflito e visceralmente contrário à da Alemanha. Qualifica os alemães como sendo, historicamente, um povo de rapina e de invasão e a Alemanha de procurar germanizar o mundo pela imigração pacífica, pela expansão econômica ou pela guerra.<sup>130</sup> O pangermanismo, um plano de dominação do mundo elaborado depois de 1870 pela Prússia guerreira, seria, portanto, a fusão da dominação do Estado militar e da dominação econômica.

A respeito do suposto interesse alemão pelos territórios do Brasil e da América Latina, povoados por populações de ascendência germânica, apresenta, no final de sua exposição, uma série de excertos de obras para reforçar a tese do “perigo alemão”. Desses, o mais significativo é um mapa extraído do livro de R. Tannenberg, no qual o Sul do Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Paraguai deveriam constituir uma Alemanha Austral. Em contrapartida, o Império alemão consentiria em deixar para a Inglaterra o restante do Brasil, o Peru e a Bolívia e, para os Estados Unidos, o resto do continente.

---

<sup>129</sup> Freyre, op. cit. p. 151.

<sup>130</sup> “Não é só pelas armas que a sua raça é invasora. Ella invade o mundo pelo pacífico commercio, pela tranquilla industria e por essa irreprimivel infiltração nas permeáveis e despercebidas terras alheias.” ARANHA, Graça. Brasil e pangermanismo. In: CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917. p. XVII.

# AMBIÇÕES ALLEMÃS NA AMERICA DO SUL

(Notas tiradas de livros alemães)



Figura 8: Mapa de Tannenberg com a divisão da América do Sul entre os países imperialistas.  
Fonte: Aranha (1917), op. cit. p. XXXIII.

O governo brasileiro é acusado por Aranha de nunca ter percebido e de sistematicamente ter negado o “perigo alemão”. A doutrina oficial “foi de que o perigo allemão era uma phantasia da imaginação de romancistas e publicistas.”<sup>131</sup> A imigração alemã, tachada de invasão pacífica, se constituiria, não obstante, em um perigo iminente para os interesses do Brasil já que

A massa de allemães aglomerados em zonas de territorio occupadas exclusivamente por elles constitue um perigo imminente, pois a influencia de novos immigrantes, vindos da Allemanha e possuidos do espirito pangermanista, nos antigos colonos é uma ameaça permanente para o paiz, desapercibido de elementos de defesa. Ao lado dessa força latente, ha a atividade dos banqueiros, dos negociantes, verdadeiros agentes politicos, que pelos seus methodos, commercaes se applicam infatigaveis ao trabalho da absorpção economica do Brasil pela Allemanha; ha o zelo dos consules que se insinuam no interior do paiz; os professores de lingua allemã nas colonias e nas zonas germanicas do territorio brasileiro; os viajantes e uma chusma de individuos que por toda parte zumbem apregoam, intrigam, remexem e esgaravatam na afanosa lida de preparar o terreno da Alemanha Austral.<sup>132</sup>

No que diz respeito à grande guerra em curso, defende o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha e a imediata declaração de guerra àquela nação. Com a guerra, os alemães seriam juridicamente inimigos dos brasileiros e, uma vez esta finda, o Brasil imporia como quinhão de sua vitória a proibição da imigração alemã. Se assim não ocorresse, terminado o confronto bélico, os alemães viriam em ondas sucessivas ao Brasil, espalhando-se pelo seu território e tornando-se uma ameaça maior ainda de avassalamento do país e de dominação econômica e financeira.

Temos de resolver o povoamento do território dentro das forças da nossa nacionalidade, e de todas as raças que buscam o Brasil, a menos assimilável e a mais perigosa pelo seu poder de absorção é a raça allemã. (...). O elemento allemão subsiste perigoso e repulsivo. O futuro da nacionalidade brasileira exige a parada dessa infiltração allemã (...). Será uma medida de sabedoria prohibir no Brasil a invasão teutonica, que se prepara para se espalhar no mundo depois da guerra.<sup>133</sup>

Entrando na guerra ao lado dos Aliados, o Brasil também teria reconhecimento político e diplomático e obteria vantagens econômicas e financeiras nos acordos interaliados. A neutralidade seria uma forma de suicídio do povo brasileiro. Nesse caso, “o nosso destino

---

<sup>131</sup> Ibidem, p. XXVIII.

<sup>132</sup> Ibidem, p. XXI.

<sup>133</sup> Ibidem, p. XXV e XXVI.

no mundo seria o da escravização financeira e econômica, a subalternidade internacional, a coisa, o ludíbrio, o pasto dos vencedores.”<sup>134</sup> A vitória da Alemanha ou a inércia do Brasil diante do conflito teriam as mesmas conseqüências, ou seja, seríamos vencidos e submetidos.

#### 4.3.2 Vianna Moog

Em 1939, um teuto-brasileiro, Vianna Moog, através do romance “Um rio imita o Reno”, desfechava mais uma contundente, mas realística, crítica ao germanismo existente no Rio Grande do Sul..

Clodomir Vianna Moog, advogado, jornalista, romancista e ensaísta, nasceu em São Leopoldo, RS, no ano de 1906, e faleceu, em 1988, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1925, matriculou-se na Faculdade de Direito. Um ano depois, passou no concurso de agente fiscal do imposto de consumo. Foi nomeado para o interior do RS, tendo servido, por dois anos, na cidade de Santa Cruz do Sul e por um, na cidade do Rio Grande.

Tendo tomado parte na campanha política da Aliança Liberal e na Revolução de Outubro de 1930, foi promovido para a capital, Porto Alegre. Apoiou, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Depois de preso, foi servir por algum tempo nos estados do Amazonas e do Piauí. Foi anistiado em 1934, retornando ao seu estado natal. Antes de se fixar na capital, cumpriu estágio de um ano no município de Venâncio Aires. Com o golpe de 1937, foi forçado a interromper suas atividades políticas passando a se dedicar mais intensamente à atividade literária. Publicou, em 1938, o ensaio “Eça de Queiroz e o século XIX” e, no final do ano seguinte, o romance “Um rio imita o Reno”, pelo qual lhe foi conferido, ainda em 1939, o prêmio Graça Aranha. Em 1945, seria eleito para a cadeira número quatro da Academia Brasileira de Letras.<sup>135</sup>

“Um rio imita o Reno” gira em torno da aculturação do elemento de ascendência germânica do Sul do Brasil. Na obra, o autor, além de prever o iminente desencadear da Segunda Guerra Mundial por obra do nazismo, também denuncia a penetração da ideologia

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. XXVII.

<sup>135</sup> Dados cfe. <http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/viannamoog.htm> Data: 01/06/2003.

nacional-socialista entre os teuto-descendentes gaúchos e prega a necessidade de nacionalização das populações das áreas de colonização germânica do Rio Grande do Sul. O polêmico livro que escreveu mereceu, por um lado, protestos da embaixada alemã junto ao governo brasileiro por ser considerado ofensivo ao III Reich. Por outro lado, teve grande acolhida junto ao governo do RS que, através da sua Secretaria de Educação, adquiriu grande número de exemplares da obra para a distribuição às bibliotecas escolares do Estado.<sup>136</sup> Conjunturalmente, a obra saiu no momento apropriado: estava-se, então, no início da campanha de nacionalização ou de abasileiramento dos “quistos étnicos” estrangeiros existentes no interior do Estado brasileiro.

O personagem principal do romance social é Geraldo Torres, um amazonense de 28 anos de idade, cujo pai era um cearense que, fugido da seca nordestina, transformara-se em seringalista, e cuja mãe era uma índia amazonense. Graduado em engenharia no Rio de Janeiro, Geraldo deslocara-se para *Blumental*, cidade fictícia do interior do Rio Grande do Sul, banhada por um rio e ligada com a capital por uma estrada de ferro.<sup>137</sup> Aí assumiria o compromisso de supervisionar a construção de uma hidráulica junto ao rio que banhava a cidade para tornar potável a água a ser consumida e, dessa forma, livrar os moradores da cidade do flagelo da epidemia de tifo.

Em *Blumental* predominavam os alemães e seus descendentes com seus olhos azuis e cabelos loiros. Apenas porção minoritária da população era de origem luso-brasileira. Na cidade, as construções eram quase todas do tipo alemão. Nos letreiros e nas placas das casas comerciais podiam-se ler nomes como *Apotheke*, *Schumacher* e *Bäckerei*. Em *Blumental* e arredores, os brasileiros de outras procedências étnicas, a exemplo de Geraldo e Armando, sentiam estar em outro país. Havia *Kerb*, desfiles de *ulanos*, jogo de bolão, diálogos no

---

<sup>136</sup> Cfe. Vianna Moog, no intróito da 8ª edição em que faz um breve histórico do livro, a Livraria do Globo teria feito o seguinte anúncio comercial alusivo à segunda edição:

“*Um Rio Imitia o Reno*, como havíamos previsto, está constituindo o maior êxito literário deste fim de ano. Em apenas três semanas somos obrigados a ordenar a 2ª edição (10º milheiro) atendendo à intensa procura e vultosos pedidos de todo o país.

*Um Rio Imita o Reno* é um romance social, profundamente humano. Focaliza a imigração germânica no Sul do país, em contraste com nossa gente. O drama das raças no Brasil, através da história de um amor contrariado.

*Um Rio Imita o Reno*, consagrado pela unanimidade da crítica e pelo público, foi classificado pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário de Educação deste Estado, como sendo o maior livro brasileiro.”

<sup>137</sup> A cidade de *Blumental* parece dizer respeito a São Leopoldo, cidade natal do autor. No entanto, há passagens que a identificam mais com a cidade de Santa Cruz e outras com a de Venâncio Aires, municípios nos quais o autor trabalhou. Outro detalhe a destacar é a de que um dos personagens do romance social, que se torna amigo íntimo de Geraldo, é Armando, um inspetor do imposto de consumo. Casualmente trata-se do mesmo cargo ocupado pelo romancista no início de sua carreira profissional. MOOG, Vianna. *Um rio imitia o Reno*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1966. p. 51.

idioma alemão, comidas da culinária alemã como galinha assada, salada de batatas, repolho azedo, cuca, *schmier*, etc. sem deixar de mencionar que o chope era a bebida preferida. Até mesmo um *Heil Hitler!* ou – fato aparentemente inusitado – duas negras falando em idioma alemão, podiam ser escutados na cidade. Ou seja, *Blumental* dava a impressão de ser uma cidade do rio Reno extraviada em terra americana.<sup>138</sup>

Os irmãos Kreutzer, com seus imensos armazéns, e a família dos Wolff, com seu curtume e sua fábrica de sandálias, eram os mais endinheirados do lugar. Politicamente, a exemplo da época da República Velha brasileira, o município era controlado por um major que se valia dos seus jagunços – os bombachudos – para manter o controle da situação.

O livro é a história de um amor contrariado pelo preconceito de “raça”. Geraldo se apaixona por Lore, filha dos Wolff. Sua paixão encontra correspondência, contudo sofre a objeção de *Frau* Marta. Os Wolff eram protestantes luteranos e, mais do que simpatizantes, eram admiradores do regime implantado na Alemanha por Adolf Hitler.

*Frau* Marta, mãe de Lore, com seu aspecto e ar de nobre prussiana orgulhosa de sua “raça”, não tolerava o flerte. Quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado. Geraldo Torres, para ela, era um negro. Não estava à altura de sua filha que havia de casar com um protestante filho de alemão, se possível com um alemão:

– Pois bem. Fica entendido. Não admito esse namoro. É preciso que saibas desde já, se não queres inferno dentro de casa... Vamos cortar isso pela raiz. (...)  
 – Não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava.  
 (...) Nas veias de *Frau* Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro.<sup>139</sup>

Para *Frau* Marta, mesmo a aliança firmada por Hitler com Mussolini era vista com reservas.<sup>140</sup> Os italianos podiam ser superiores aos brasileiros, mas não estavam à altura dos alemães. Referindo-se ao pacto feito entre Hitler e Mussolini, mostrava certa desconfiança:

<sup>138</sup> Ibidem p.74.

<sup>139</sup> Ibidem p. 143-144.

<sup>140</sup> Em 1936, ao ser deflagrada a guerra civil na Espanha, há uma aproximação entre Itália e Alemanha. Os ditadores dos dois países iniciaram um período de íntima colaboração que continuou até a queda de Mussolini,

Se ela não estivesse convicta de que Hitler nunca errava, seria capaz de dizer que ele agira mal, fazendo essa aliança. Os italianos na Grande Guerra tinham traído. iam trair de novo. Se não traíssem, a Alemanha teria de dividir as glórias com a Itália, uma nação de vendedores de bilhetes e de vagabundos.<sup>141</sup>

Numa discussão de Karl, irmão de Lore, e Marta com o médico da família, Dr. Stahl – um alemão naturalizado brasileiro, plenamente integrado à vida nacional e ferrenho opositor do Major – ficam ainda mais claros os preconceitos raciais da família Wolff:

– Mas na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Marta. – O doutor vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?  
 – E por que não? Se vocês pensam que a inferioridade deles vem da raça, estão enganados. Vem da escravidão, do regime em que viviam.  
 – O doutor conhece algum negro que preste?  
 – Uma infinidade. Os Estados Unidos estão cheios deles. Grandes escritores, grandes músicos, grandes cantores.

Karl, a exemplo de sua mãe, incorpora bem a figura de um germanófilo. Para ele, por exemplo, toda a riqueza do Sul do Brasil era produto exclusivo do trabalho alemão:

Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental de mera feitoria há cem anos, até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães, como dizia o pastor: “O que é o Sul do Brasil deve-o ao trabalho alemão. Se fizermos abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcaça.”<sup>142</sup>

O preconceito de Karl aparece em várias oportunidades no livro. Referindo-se ao princípio de namoro de sua irmã com Geraldo, afirma: “– Já se viu para o que deu minha irmã?... Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...”<sup>143</sup>

A presença do nacional-socialismo nas áreas coloniais é denunciada por Vianna Moog no romance. A necessidade de nacionalizar os descendentes dos imigrantes também aparece em diferentes colocações feitas ao longo do texto. Em uma dessas passagens, pode ser

---

durante a Segunda Guerra Mundial. Em outubro de 1936 assinaram a formação do Eixo Roma-Berlim e, no ano seguinte, o *Duce* chancelaria o Pacto Anti-Comintern, de que já faziam parte a Alemanha e o Japão.

<sup>141</sup> Moog, op. cit, p. 145.

<sup>142</sup> Ibidem p. 121.

<sup>143</sup> Ibidem p. 146.



observado que em um *Kerb*, realizado em *Tannenwald*, cidade vizinha a *Blumental*, Hans Fischer, noivo de uma professora pública, e um seleiro da localidade vão travar o seguinte diálogo:

- No dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles não poderão mais vender os seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha –olveu Hans Fischer.
- A *Volksstimme* de Porto Alegre é contra o nacional-socialismo – informa o outro.
- Por isso mesmo está lutando com maiores dificuldades. Tiraram-lhe todos os anúncios por ordem do Reich. O dono de uma confeitaria abriu falência e acabou se suicidando, porque os nazistas impediam a entrada de gente da colônia alemã em sua casa.
- Isso foi mesmo desaforo.
- Para eles –olveu Hans Fischer – todos os que têm sobrenome alemão, embora brilhem na medicina, na engenharia, no comércio, na indústria, passam a ser considerados maus elementos, renegados, traidores, desde o momento em que se integram ao Brasil.<sup>144</sup>

No romance, *Frau Marta*, que odiava judeus e que forçara uma aliança política dos Wolff com o Major em troca da saída do engenheiro da cidade, no final perde a pompa e vê o chão fugir-lhe dos pés ao saber, através do primo e médico Otto, que os Wolff também tinham sangue judeu. Seu marido era bisneto de um judeu.

Vianna Moog, ao longo de todo o livro, faz uma crítica bastante ponderada e nada exagerada à falta de integração do descendente germânico à cultura nacional. Não atribui às simpatias por Hitler e ao ideário nacional-socialista proporções maiores que as reais, não julgando o conjunto da população por uma parte. Nesse sentido, não invoca o famigerado “perigo alemão”. Através dos seus personagens, que têm posturas e posições distintas, parece retratar com certa fidedignidade aquilo que, à época, normalmente ocorria nas pequenas cidades de origem germânica do RS. O autor não é um antigermânico. Mostra ser, sobretudo, um patriota brasileiro.

Em um ensaio posterior bem mais conhecido – publicado pela primeira vez em 1954 – “Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas”, obra marcada nitidamente pela influência da ética protestante de Max Weber, Vianna Moog indaga a respeito da diferença de desenvolvimento econômico entre os Estados Unidos e o Brasil. Ali, em determinada altura da obra, chega a comparar, em vários aspectos, o desenvolvimento dos núcleos coloniais, principalmente alemão e italiano do Rio Grande do Sul, à formação e ao desenvolvimento dos

---

<sup>144</sup> *Ibidem* p. 175-76.

núcleos pioneiros dos Estados Unidos. E vai mais longe ao afirmar que, “para compreender o êxito da formação dos Estados Unidos, não há como estudar a formação das colônias do Rio Grande do Sul”.<sup>145</sup>

### 4.3.3 Bayard Mércio

Bayard de Toledo Mércio em “Longe do Reno” objetivou dar uma resposta a “Um Rio imita o Reno”, de Vianna Moog.<sup>146</sup> Natural de Venâncio Aires, RS, Mércio bacharelou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1938. Posteriormente, faria carreira enquanto juiz de Direito e professor de ensino superior.

Trata-se de um romance que tem como protagonista um médico sergipano de apenas 24 anos de idade, Mário Vasconcelos, que passara a exercer seu ofício no posto de higiene da cidade de Cruzeiro. Cruzeiro era uma pequena cidade fictícia do interior do estado do Rio Grande do Sul povoada, majoritariamente, por teuto-descendentes.

Os três primeiros meses passados pelo jovem doutor na localidade haviam lhe sido muito penosos. Mário, considerando-se “brasileiro da gema”, mostrava-se irredutivelmente hostil ao elemento de origem germânica. Mantinha-se isolado, não querendo contato com a população que, ao seu juízo, era formada por antipatriotas, isto é, alemã no idioma, nos costumes, na maneira de agir e no ideal. Sua opinião altera-se repentinamente quando se apaixona por Flávia, uma jovem de 17 anos, filha do industrial alemão Hugo e neta do Dr. Cardoso, um descendente da velha cepa açoriana.

No contato que vai tendo com a população local, Mário passa a compreender que no Brasil ainda não existe uma “raça” única:

Brasileiro, pelo que estou vendo e felizmente compreendendo, não é a resultante da cruz do negro, do índio e do português. É mais: é a fusão dessas raças ao alemão, ao italiano, ao árabe, e até ao japonês, com a mistura de seus costumes, de suas tradições e de suas línguas.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1954. p. 240.

<sup>146</sup> MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno* (uma resposta a Vianna Moog). Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.

<sup>147</sup> *Ibidem* p. 112.

O autor do romance, através de um personagem, Dr. Alfredo Cardoso, velho morador da cidade que por mais de 30 anos exercera a advocacia e em duas gestões fora prefeito do município, justifica o isolamento inicial do elemento teuto-brasileiro em função do abandono a que o governo do país que o acolheu o havia relegado. “E aconteceu que eles formaram uma sociedade à parte, com costumes diferentes dos nossos, adotando até a língua do seu país de origem e transferindo-a a seus descendentes”.<sup>148</sup> Esse problema, que não teria acontecido somente com os alemães, contudo, já estava superado pelos efeitos do tempo e da nacionalização.

O Dr Cardoso, em diálogo que tem com Mário, argumenta que setenta por cento da população do Estado não eram de descendência alemã ou italiana, mas sim portuguesa, açoriana ou espanhola. Não obstante isso, os grandes comerciantes da região, os agricultores abastados, enfim toda a gente de destaque, entre eles eram noventa e cinco por cento do elemento não liberal, de origem alemã ou italiana. Seria necessário se preocupar com o restante da população que, também por negligência dos governantes, havia ficado sem escolas e sem higiene e, conseqüentemente, se enchido de doenças e de vícios perniciosos. Seria “esse povinho de fora, barrigudo, amarelo, humilde, incapaz de tudo, imprestável”<sup>149</sup> que mereceria a atenção do poder público:

O que temos de fazer é trabalho igualmente importante. É trazer para o Brasil o nosso próprio elemento, é reerguer do lodo esse povo miserável, é tornar homens esses infelizes, dando-lhes saúde primeiro e depois instrução. É conduzi-los para as atividades sãs, para que eles possam também trabalhar para a grandeza do país, pois são um fardo pesado para os outros irmãos, nada produzindo e dando, além do mau exemplo, prejuízos consideráveis à nossa economia.<sup>150</sup>

Assim, o livro de Mércio procura passar uma versão de que os teuto-descendentes estavam se integrando perfeitamente à comunidade gaúcha. Que a língua portuguesa já era falada por quase todos e que, a exemplo do casamento de Mário com Flávia, os Silva cruzavam-se às centenas com os Schwartz ou com os Butini.

---

<sup>148</sup> Ibidem p. 127.

<sup>149</sup> Ibidem p. 129.

<sup>150</sup> Ibidem p. 131-32.

#### 4.4 A versão do governo do Estado do RS sobre o “perigo alemão”

Se, conforme afirmado acima, durante a República Velha o “perigo alemão” – com exceção do período de tempo em que o Brasil encontrava-se em situação de beligerância com os impérios centrais – não se constituiu em verdadeira preocupação do governo federal e do governo do estado do Rio Grande do Sul, o mesmo não pode ser dito no que concerne à época do Estado Novo (1937-1945). A versão que então surge no meio oficial do governo gaúcho atribui às áreas de colonização alemã a responsabilidade pela penetração da ideologia nacional-socialista.

O Chefe de Polícia do Estado, Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py, em “A 5ª coluna no Brasil” e em “O nazismo no Rio Grande do Sul”,<sup>151</sup> é o maior expoente dessa tese. Os trabalhos principiam reanimando a idéia do “perigo alemão”, agora com a roupagem do nazismo. O suposto plano pangermanista de anexação de territórios pela Alemanha na América do Sul é reavivado, desentocando velhos livros de André Chéradame, Graça Aranha, Otto Richard Tannenberg, Alfred Funke, Friedrich Lange e outros. Depois, é denunciada a infiltração de atividades nazistas na imprensa, em escolas, na igreja, no cinema e em sociedades teuto-brasileiras.

Nas obras há uma nítida intenção de exagerar a presença dos partidários do hitlerismo em solo gaúcho. Para o chefe de polícia, se confundiam perfeitamente as expressões nazismo e germanismo. “Uma é a essência da outra. Eliminada a questão racial (germanismo) terá desaparecido o nazismo”.<sup>152</sup> Conforme o professor José Plínio Fachel, por razões diferentes, tanto as lideranças nazistas quanto as autoridades policiais brasileiras faziam confusão entre partidários efetivos, simpatizantes e aqueles que simplesmente cultuavam suas origens e seus laços com a Alemanha. Para as autoridades policiais,<sup>153</sup> como Aurélio Py, “também era interessante promover exageros para receber mais recursos, destaque político, influência e

---

<sup>151</sup> Trata-se dos relatórios apresentados pelo chefe de polícia, Aurélio da Silva Py, a Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal, e que eram considerados documentos secretos. Os relatórios foram confeccionados de acordo com os elementos colhidos e coordenados pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em diligências e trabalhos realizados pelo delegado Plínio Brasil Milano.

<sup>152</sup> PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul* – 2º Relatório Secreto.

<sup>153</sup> Ver a respeito: Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944; REVISTA VIDA POLICIAL. Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 1939-1945; PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.

poder.”<sup>154</sup> Além disso, tratava-se de uma boa justificativa para as arbitrariedades e atrocidades cometidas contra alemães e seus descendentes em solo gaúcho por policiais.

Redigido em estilo panfletário e de sensacionalismo exagerado, “A 5ª coluna no Brasil” dá ao leitor a impressão de que no Rio Grande do Sul havia um enclave de nazistas ou quinta-colunistas. O termo quinta-coluna surgiu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) para designar os que, dentro da capital espanhola, Madri, apoiavam as quatro colunas rebeldes que marchavam contra essa cidade. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, notadamente depois da queda da Polônia e da França, a designação quinta-coluna assumiu feição generalizada. No Sul do Brasil serviu para rotular e amedrontar principalmente as populações de ascendência germânica que estariam mancomunadas com o Terceiro *Reich*:

Entendemos, pois, que a “Quinta-Coluna” não é composta somente de estrangeiros ou nacionais, que pegam em armas contra a nação onde vivem ou nasceram, ou para onde foram enviados com a missão especial de desenvolver atividades contrárias aos interesses nacionais do país, objeto de suas maldades. Entendemos, portanto, que o “Quinta-Colunista” é um indivíduo que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, concorre para o fortalecimento dos inimigos da pátria, por seus atos, até mesmo aparentemente inocentes, encorajando-os ao desrespeito às autoridades constituídas, concorrendo para criar a desconfiança entre as classes sociais, incrementando, dessarte, a anormalidade e o desgaste no esforço de guerra da nação.

“Quinta-Colunista” é, por isso mesmo, todo aquele que, por interesses particulares e inconfessáveis, de ordem financeira ou política, presta qualquer espécie de assistência ao inimigo comum, prejudicando, já se vê, os interesses nacionais.<sup>155</sup>

Salienta o historiador René Gertz que o governo brasileiro e, especialmente, o rio-grandense, após 1933, favoreceram manifestações do nacionalismo alemão. Isso teria se dado para beneficiar a política externa do governo federal e também por interesses políticos estaduais – busca de uma nova base social de sustentação política por parte do Partido Republicano Liberal de Flores da Cunha.<sup>156</sup> Membros do alto escalão do governo estadual podiam ser avistados em datas comemorativas em que também os camisas-pardas e a suástica se faziam presentes. Em 23 de maio de 1934, o interventor Flores da Cunha decretou como feriado estadual o dia 25 de julho em homenagem aos relevantes serviços prestados pelo colono rio-grandense. Na mesma época, obras foram publicadas enaltecendo o papel

<sup>154</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002. p. 55.

<sup>155</sup> RIBAS, Antonio de Lara. Que é a “Quinta Coluna”. In: Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944. p. 190.

<sup>156</sup> GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: Colonização e imigração*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 209.

desempenhado pelos alemães e seus descendentes para o desenvolvimento e engrandecimento do RS. Em 1934, surgiu “O trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de autoria de Aurélio Porto.<sup>157</sup> Em 1935, Antonio Soveral organizou “O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul”.<sup>158</sup> Nessa última obra, o marechal Hindenburg, presidente da Alemanha, e o chanceler Adolph Hitler são alvo de elogios e suas imagens aparecem impressas no tamanho de um pôster.

As provas documentais apresentadas por Py, conforme assevera Arthur Blásio Rambo,<sup>159</sup> não são tão fartas assim. Além disso, são pouco significativas, restringindo-se, em boa medida, ao período anterior a 10 de novembro de 1937, quando as atividades partidárias estrangeiras no Brasil eram consideradas lícitas e absolutamente toleradas pelos governantes. As atividades nazistas eram de conhecimento público e não se constituíam em atividades clandestinas. A ação dos partidários da cruz gamada fazia-se sentir, principalmente, sobre os cidadãos alemães. Os alemães natos que não seguiam a cartilha nacional-socialista eram, por vezes, inclusive boicotados e perseguidos.<sup>160</sup> Jornais costumavam anunciar reuniões, conferências, confraternizações, projeções de filmes, audiências radiofônicas e outras programações desenvolvidas pelas células do NSDAP ou por alguma de suas instâncias.<sup>161</sup>

Em depoimento concedido à cientista política Aspásia de Camargo, do Centro de Pesquisas e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Cordeiro de Farias afirmou que a campanha contra o nazismo foi o ponto de honra do seu governo no RS.<sup>162</sup> No fim da sua vida, mostrava-se ainda convicto de que os principais focos de infiltração nazista no Estado haviam ocorrido nas áreas de grande concentração de alemães, especialmente “na encosta da serra e na serra, sobretudo de Cruz Alta em direção ao mar.”<sup>163</sup>

<sup>157</sup> PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

<sup>158</sup> SOVERAL, Antonio (Org.). *O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1935.

<sup>159</sup> RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. *Estudos Leopoldenses*, Série História, v. 1. n. 1, 1997. p. 153.

<sup>160</sup> O médico Heinz Von Ortenberg, alemão nato e fanático patriota, por não aderir ao partido, caiu nas garras da Gestapo. Ver a respeito TELLES, Leandro Silva. *Heinz von Ortenberg, médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul, APESC, 1980. Sobre o boicote de comerciantes ver PY, op. cit. p. 158 et seq.

<sup>161</sup> VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7. n. 2, p. 49-92, jul./dez. 2001. p. 75.

<sup>162</sup> FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 273.

<sup>163</sup> *Ibidem* p. 269

De acordo com René Gertz, a presença do nazismo no Estado não foi massiva. O número de pessoas que se teriam filiado ao NSDAP no RS deve ter ficado em torno de quinhentas. Viviam na época, em Porto Alegre, em torno de trinta mil teuto-brasileiros e três mil alemães natos. Em todo o Estado, o número de alemães e de teuto-descendentes era calculado em seiscentos mil.<sup>164</sup> Os nazistas podiam ser divididos em duas categorias. A primeira, a dos germanistas radicais. “São aqueles que vêm no nazismo a culminância e as últimas conseqüências do pensamento e da política germanista”. Seriam pastores luteranos do Sínodo Riograndense, professores, jornalistas, ou seja, intelectuais germanistas. A segunda categoria seria constituída por pessoas consideradas marginais dentro da população de ascendência alemã, pelo seu tempo de permanência e pela sua militância anterior no movimento germanista. Seriam pessoas que não pertenciam à elite, mas que também não eram colonos, ocupando cargos como de empregados no comércio, na indústria ou em bancos.<sup>165</sup>

O Dr. José Pereira Coelho de Souza foi secretário da Educação e da Saúde Pública do estado do Rio Grande do Sul à época do Estado Novo. Valendo-se em grande parte das informações do tenente-coronel Aurélio da Silva Py, publicou, em 1941, o opúsculo intitulado “Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande”. Expressando-se em pleno período marcado pela ausência do sufrágio universal, Coelho de Souza faz referência às obras “Canaã” e “Um rio imita o Reno” para atacar as práticas eleitorais até então existentes nas regiões coloniais alemãs, onde o voto seria “dado em troca da conservação das instituições e da vida anti-brasileiras”.<sup>166</sup> Isso teria feito com que existissem enormes regiões que, pelo menos espiritualmente, não pertenciam à Pátria brasileira.

Os teuto-brasileiros do Estado são divididos pelo secretário em três grupos. O primeiro seria constituído por aqueles elementos que teriam realizado uma completa integração à nacionalidade brasileira. Esse grupo, dada a sua integração absoluta, teria, inclusive, passado a ignorar a língua de seus antepassados. Seriam brasileiros tão bons quanto os de outras origens étnicas.

---

<sup>164</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre Ed. UFRGS, 1991. p. 53.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 53-54.

<sup>166</sup> COELHO DE SOUZA, J.P. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 2ª ed., 1942. p. 8.

O segundo grupo, que constituiria a maioria da população, seria a dos tradicionalistas. Eles manteriam bem viva a língua, as artes e os hábitos alemães. Era entre os elementos desse setor que o nazismo teria conseguido recrutar adeptos no Rio Grande do Sul. Eles não deveriam ser hostilizados, mas educados:

Uma larga ação educativa, que encontra o seu índice no expressivo aumento da rede escolar estadual e na severa fiscalização do conjunto de escolas particulares, roborada pelas imperativas medidas complementares da nacionalização dos cultos religiosos e da interdição dos jornais e revistas publicados em língua estrangeira (...).<sup>167</sup>

O terceiro grupo, que constituiria a minoria do elemento teuto-brasileiro, seria o nazista. Esse faria jus à mais severa repressão policial. Cordeiro de Farias, então interventor federal do Estado, tinha consciência de que os mais receptivos à ideologia hitlerista eram os imigrantes alemães de origem mais recente. Para ele, não eram as famílias mais antigas, ainda que não falassem o português, as presas mais fáceis da propaganda nazista.<sup>168</sup>

Quanto ao duplo conceito de identidade, ressalta Coelho de Souza não haver, em face do Estado brasileiro, teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros ou poloneses brasileiros. “Há simplesmente brasileiros, qualquer que seja sua origem étnica”.<sup>169</sup> Careceria, nesse sentido, ao teuto-brasileirismo fundamento histórico e jurídico. Ou como preferia o interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias: “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”.<sup>170</sup>

Por seis anos consecutivos, durante a vigência do Estado Novo, o interventor federal fez também promover a “nacionalização sentimental”. Grupos de aproximadamente quinhentas crianças, procedentes de diferentes zonas coloniais do Rio Grande do Sul, eram levadas a Porto Alegre, sobretudo durante a Semana da Pátria, a fim de tomarem contato com um mundo de brasilidade, completamente fora de seu pequeno universo alemão. Eram os “patricinhos” “descendentes dos antigos e bons colonos, filhos de outras terras, que para aqui vieram, atraídos pelas nossas possibilidades de país novo, em busca de dias melhores e mais felizes”.<sup>171</sup> Nos dias em que ficavam hospedadas nas casas de famílias porto-alegrenses – algumas inclusive eram alojadas no próprio Palácio Piratini –, eram recebidas pelo

---

<sup>167</sup> Ibidem p. 86.

<sup>168</sup> Farias (1981) op. cit. p. 270.

<sup>169</sup> Coelho de Souza, op. cit. p. 36

<sup>170</sup> Nacionalização – dois discursos proferidos pelo interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias (1941).

<sup>171</sup> Ibidem.



governador em palácio, iam a festividades organizadas, visitavam fábricas, realizavam passeios em aviões da Força Aérea Brasileira e participavam de desfiles cívicos do 7 de setembro. Assim, poderiam desfrutar de um ambiente de conhecimento do Brasil através de aspectos inteiramente inéditos para eles.

As células nazistas existentes em uma série de cidades do RS, onde era expressiva a população de origem alemã, forneceu um excelente pretexto para colocar em prática a assimilação forçada dos “quistos étnicos estrangeiros” através da campanha de nacionalização, cujas diretrizes se fariam sentir a partir de 1938 sobre os teutos e descendentes do Estado.

#### **4.5 A preservação da germanidade como faceta do imperialismo alemão**

Os núcleos de colonização germânica estabelecidos não somente no Brasil, mas no Sul da América Latina passaram a ser assediados, a partir do final do século XIX, pelo imperialismo alemão. Com a unificação da Alemanha, haviam se criado as condições indispensáveis para o desenvolvimento das forças produtivas do emergente capitalismo existente naquele país. O desenvolvimento retardado, mas extremamente rápido da sua indústria, possibilitou à Alemanha entrar no rol das seletas nações imperialistas. Entretanto, como decorrência de sua formação tardia, o império alemão havia chegado atrasado na corrida neocolonial pela partilha territorial do globo que se travava entre as maiores potências capitalistas da época.<sup>172</sup>

Após as guerras de unificação, sob a batuta de Bismarck, a política diplomática da Alemanha havia-se centrado especialmente na manutenção do equilíbrio europeu e não na expansão colonial. Com a queda do chanceler alemão, em 20 de março de 1890, aumentaram as pressões de importantes grupos ligados a setores de ponta da economia alemã que propugnavam uma política mais arriscada, a *Weltpolitik*, para o império.<sup>173</sup> Visando saciar seus apetites coloniais e obter novas esferas de influência, a Alemanha acabou chocando-se

---

<sup>172</sup> Ver a respeito LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

<sup>173</sup> *Heute Deutschland, morgen die ganze Welt* (Hoje a Alemanha, amanhã o mundo inteiro), passou a ser o ditado nacionalista e imperialista alemão. Cfe. Hobsbawm, por cit p. 440.

com os interesses de outras potências imperialistas. Essa competição encarniçada provocou uma série de conflitos entre as nações de capitalismo avançado e redundou na eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

No bojo da frenética necessidade de ampliar continuamente os seus mercados, industriais alemães passaram a se interessar pelos conterrâneos emigrados de determinadas regiões. Assim, a população de ascendência germânica que vivia na porção meridional brasileira tornou-se alvo dos interesses econômicos do capital alemão.

Dessa forma, a preservação da germanidade e a garantia de mercados para a indústria alemã passaram a ser a cara e a coroa da mesma moeda. Em função disso, núcleos coloniais teutos, localizados nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, durante alguns decênios foram alvo de uma agressiva política de manutenção do *Deutschtum*, considerado imprescindível em função do processo de assimilação que já estava em curso entre os descendentes dos imigrantes. Por preservar a cultura alemã – língua, música, canto, credo luterano –, essa parcela da população encontrava-se receptiva para o despertar do sentimento de pertencimento ao povo alemão. Dentre as estratégias adotadas para desenvolver o *Deutschtum* estavam: a subvenção de escolas alemãs; a contribuição financeira concedida à igreja luterana;<sup>174</sup> os incentivos dados pela União dos Católicos do Exterior para a manutenção do catolicismo e do germanismo;<sup>175</sup> o auxílio concedido a sociedades recreativas e culturais e suas filiações a ligas de sociedades alemãs no estrangeiro; a utilização do corpo diplomático alemão. Assim, forjando vínculos de apego, intimidade e solidariedade com a velha pátria, objetivavam, conforme apontado acima, dar à indústria alemã certamente um mercado cativo no Brasil.<sup>176</sup>

Foi sobretudo entre a elite econômica e intelectual dos teuto-descendentes, formada por industriais, comerciantes, jornalistas, pastores e professores, que o germanismo fez seus

---

<sup>174</sup> Conforme demonstrado por Dreher, op. cit. p. 76-87, várias associações evangélicas alemãs auxiliaram seus irmãos de fé emigrados no Sul do Brasil, estabelecendo-se, assim, um vínculo umbilical entre o Sínodo RioGrandense e a Igreja-mãe alemã.

<sup>175</sup> Mantida pela *Caritas*, foi criada, em 1911, na cidade de Dresden, a União para os Católicos no Exterior. Essa organização nasceu com o propósito de manter o catolicismo e o germanismo em outros países. Para manter e aperfeiçoar a língua, os costumes, a cultura e a religião dos alemães do exterior, forneceu material de leitura; incentivou a criação de escolas e de bibliotecas; fomentou a criação de associações de caráter econômico. Cfe. Schallenberger, op. cit. p. 307.

<sup>176</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonization*. Ein Beitrag zur Geschichte der deutschbrasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1994 (Tese, Doutorado em História) p. 209.

maiores adeptos e divulgadores. Foi através desses segmentos sociais que os operários citadinos e os trabalhadores da roça, em maior ou menor grau, travaram contato e viram-se atraídos por essa ideologia.

Vinculado ao germanismo, consolidou-se nessa mesma época, como expressão de uma identidade étnica, a categoria *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro). Desde então, o termo serviu para designar os imigrantes alemães e seus descendentes que vivem no Brasil. Essa concepção de dupla identidade acabou batendo de frente com os postulados de intelectuais e homens do governo brasileiro, empenhados na construção do estado e da identidade nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação seu fundamento básico.

A tese do “perigo alemão” foi notadamente exagerada por intelectuais brasileiros empenhados em construir uma identidade nacional. Esses intelectuais, no contexto da política internacional, na sua maioria, tinham posições favoráveis à França e em parte também aos Estados Unidos e à Inglaterra. Contudo, a repercussão de suas teses deu-se especialmente na capital do país, o Rio de Janeiro. Os governantes, excetuando os períodos de guerra, parecem não ter dado grande importância ao debate travado. Sinal de que ele não se constituía efetivamente em um problema que colocasse em risco a integridade nacional

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, um conflito de caráter eminentemente imperialista, de uma maneira geral a opinião pública brasileira posicionou-se favorável aos países da *Entente*. O torpedeamento do navio brasileiro Paraná, a 4 de abril de 1917, serviu de estopim para o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha. Em 25 de outubro do mesmo ano, após o torpedeamento de mais dois navios, o Brasil declarou-se em guerra contra aquela nação. Foi então ordenada a proibição da circulação de jornais em língua alemã no território nacional e o fechamento de escolas nas quais o ensino não era ministrado na língua portuguesa. Terminada a guerra, com a derrocada alemã, as restrições ao uso do idioma alemão foram revogadas.<sup>177</sup>

O germanismo, que se nutria em grande parte do apoio físico e moral recebido da Alemanha, teve um considerável baque no pós-guerra. Durante a década de 20, a República de Weimar teve que inicialmente enfrentar uma séria crise econômica, pagar uma imensa dívida a título de reparação de guerra e reconstruir a economia do país. A grande depressão

---

<sup>177</sup> Ibidem p. 47.

dos anos 30 abriu caminho para a ascensão dos nazistas ao poder, dando-se assim o início do Terceiro *Reich*. “O nazismo, retomando ideologicamente o germanismo, e recolocando a Alemanha numa posição de força no contexto internacional, produziu naturalmente um efeito de reavivamento do movimento germanista.”<sup>178</sup>

Salienta com propriedade Seyferth que, apesar de preconizado desde o final do século XIX, a assimilação acelerada dos “quistos étnicos estrangeiros” foi colocada em prática por um Estado que marcou por sua feição autoritária e policialesca, parido do golpe de 10 de novembro de 1937. Para a antropóloga, somente um Estado antidemocrático desse tipo “poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais) sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação”.<sup>179</sup> Essa tentativa de assimilação forçada, como se verá adiante, destruiu boa parte do estoque de capital social acumulado pela população de ascendência germânica que vivia no RS.

No fundo, foi o imperialismo alemão que, na competição que travou com o imperialismo inglês, francês e norte-americano, culminou por estimular, quando e como pôde, a germanidade nas regiões coloniais. Interessado em ampliar seu domínio econômico no Sul do Brasil, na competição travada com as outras nações imperialistas, os alemães, dadas as condições superestruturais existentes, largaram em nítida vantagem nessas específicas regiões. No Brasil, calcula Stanley Hilton, havia cerca de 100 mil *Reichsdeutsche*, em meados da década de 1930, enquanto os germano-brasileiros totalizavam 800 mil.<sup>180</sup>

Entre 1930 e 1939, 26 por cento da exportação do Rio Grande do Sul para o estrangeiro fez-se com a Alemanha. O volume e o valor das importações para com aquele país, entretanto, deviam ter sido muito superiores às exportações. Segundo Roche,<sup>181</sup> em Porto Alegre havia sete vezes mais casas importadoras que exportadoras pertencentes a empresários daquela nacionalidade. Antes da Segunda Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul figurava como o Estado brasileiro que mais desenvolveu relações comerciais com a Alemanha.

<sup>178</sup> Gertz, op. cit. p. 40.

<sup>179</sup> Seyferth (1999), op. cit. p. 225.

<sup>180</sup> HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 84. De acordo com o recenseamento geral feito no Brasil em 1920, o número de alemães residentes no Brasil era um pouco superior a 50 mil pessoas. De acordo com o recenseamento de 1940, o montante de cidadãos alemães residentes no Brasil subiu para 90 mil.

<sup>181</sup> Roche, op. cit. p. 459 e 460.

Tomando o ano de 1936, cerca de 40 por cento do conjunto das exportações do Estado para o exterior tiveram por destino o *Reich*. Isso representava um aumento de 20 por cento em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, as importações da Alemanha cresceram 40 por cento em relação a 1935.<sup>182</sup>

As relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha também atingiram grande volume na década de 1930. Embora os Estados Unidos fossem os maiores parceiros comerciais do país, a Alemanha, naquele decênio, passou para o segundo posto. Enquanto em 1933, 11,9 por cento das importações brasileiras vinham da Alemanha, esse percentual, em 1938, elevou-se para 24,99 por cento. Já as exportações brasileiras para aquele país europeu teriam subido de 8,12 por cento para 19,06 por cento nesses mesmos anos.<sup>183</sup> Nesse comércio bilateral, o Brasil fornecia produtos primários como borracha, frutas, castanhas, fumo, couro, carnes, café e algodão, e importava dos alemães produtos industrializados, a saber: maquinaria, equipamentos elétricos, armamentos bélicos, produtos de ferro e aço, máquinas de escrever, aparelhos de rádio, inseticidas e carvão de pedra. Como reflexo desse incremento comercial, em fins de 1935 o Brasil superou a Argentina, transformando-se no principal parceiro comercial do Terceiro *Reich* na América Latina e o décimo no Mundo.<sup>184</sup> “Os portos de Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Recife estavam repletos de navios, com bandeiras alemãs, incluindo a então popular *Hakenkreutz*. Em meio a essas suásticas flutuantes e outras bandeiras do *Reich*, apareciam também as insígnias dos navios holandeses, que serviam aos portos da Alemanha.”<sup>185</sup>

A participação, em termos relativos, da Alemanha no comércio exterior brasileiro pode ser melhor visualizada observando-se a TABELA 10. A depressão econômica que sucedeu a Crise de 29 reduziu o comércio entre os dois países. A partir de 1933, já com os nacional-socialistas no comando da política econômica alemã, o comércio bilateral cresceu a largos passos. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em primeiro de setembro de 1939 com a invasão da Polônia pela Alemanha, pôs termo a esse incremento.

---

<sup>182</sup> Hilton, op. cit. p. 177.

<sup>183</sup> Hilton, apud Gertz (1980), p. 196-233.

<sup>184</sup> NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002. p. 116.

<sup>185</sup> Hilton, op. cit. p. 143.

Tabela 10: Participação percentual da Alemanha no comércio exterior do Brasil (1928/1939).

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1928	12,47	11,20
1929	12,69	8,76
1930	11,38	9,11
1931	10,48	9,23
1932	9,01	8,89
1933	11,95	8,12
1934	14,02	13,13
1935	20,45	16,51
1936	23,50	13,23
1937	23,88	17,05
1938	24,99	19,06
1939	19,37	12,00

Fonte: Nascimento, op. cit. p. 117.

A balança comercial brasileira, no ano de 1937, como pode ser constatado através da TABELA 11, foi deficitária, pela ordem, com a Argentina, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a União Belgo-Luxemburguesa e a Suécia, cujos excedentes negativos, somente com essas nações, somaram 1.160.314 contos de réis. Dentre os países cujas relações comerciais proporcionaram naquele ano uma balança comercial favorável ao Brasil, se destacaram os Estados Unidos, a França e o Japão.

Tabela.11: Balança comercial brasileira com os principais parceiros comerciais em 1937.

PRINCIPAIS PAÍSES	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO		BALANÇA	
	Libras Ouro	Contos Réis	Libras Ouro	Contos de Réis	Libras Ouro	Contos de Réis
Estados Unidos	15.392.517	1.850.796	9.336.999	1.228.503	+6.055.518	+622.293
Alemanha	7.251.813	871.741	9.697.139	1.270.348	-2.445.326	-398.607
Grã-Bretanha	3.857.188	458.512	4.909.124	641.924	-1.051.936	-183.412
Argentina	1.997.792	241.763	5.675,012	736.797	-3.677.220	-495.034
França	2.705.585	326.982	959.753	125.347	+1.742.832	+201.635
União Belgo- Luxemburguesa	1.341.971	160.694	1.797.819	233.586	-455.839	-72.892
Japão	2.122.106	240.336	647.472	58.626	+1.474.634	+154.710
Holanda	1.410.405	167.801	436.645	56.895	+973.760	+110.906
Suécia	890.838	106.665	891.796	117.034	-958	-10.369
Itália	934.766	112.782	603.585	79.692	+340.181	+33.090

Revista de Economia e Estatística, Ano 3, n. 3, jul. 1938, Seção Notas e Comentários p. 287.

Nascimento afirma que o crescimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha ocorria concomitantemente com a redução da participação dos Estados Unidos, mas sobretudo da Grã-Bretanha, no comércio exterior brasileiro. Daí a pressão que os governos daquelas potências passaram a exercer sobre os governantes brasileiros.

Tabela 12: Comércio Exterior do Brasil com os seus principais parceiros comerciais, percentagem sobre o total

PAÍS	PROCEDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES				DESTINO DAS EXPORTAÇÕES			
	1928	1933	1938	1939	1928	1933	1938	1939
<b>Alemanha</b>	12,47	11,95	24,99	19,37	11,20	11,95	19,06	12,00
<b>Grã-Bretanha</b>	21,53	19,44	10,38	9,27	3,44	7,48	8,77	9,61
<b>EUA</b>	26,57	21,18	24,21	33,37	45,45	46,71	34,32	36,25

Fonte: Nascimento, op. cit. p. 118.

Em 1933, a Grã-Bretanha forneceu ao Brasil cerca de uma quinta parte de suas importações. A partir de então, essa participação declinou ano após ano reduzindo-se a menos da metade em 1939. No caso dos EUA, a importação de produtos daquele país se manteve

com certa constância entre 1933 e 1938. O destino das exportações, entretanto, registrou um significativo declínio nesse mesmo período, havendo um decréscimo de cerca de um quarto. Com a deflagração da Guerra, Argentina e Estados Unidos se beneficiaram do comércio internacional com o Brasil.

Tabela 13: Percentual de participação de alguns países nas importações e exportações brasileiras entre 1940 e 1942.

PAÍS	IMPORTAÇÕES			EXPORTAÇÕES		
	1940	1941	1942	1940	1941	1942
<b>Alemanha</b>	1,8	1,8	0,0	2,2	1,2	0,0
<b>Argentina</b>	10,8	11,3	16,9	7,2	9,2	13,2
<b>Estados Unidos</b>	51,0	60,3	53,3	43,0	57,0	45,6
<b>Grã-Bretanha</b>	9,5	5,7	5,8	17,3	12,2	16,4

Fonte: Hilton, op. cit. p. 322.

A Segunda Guerra Mundial interrompeu o comércio entre o Brasil e o Terceiro *Reich*. Os esforços de guerra feitos pela Alemanha e o bloqueio marítimo a ela imposto pela Inglaterra explicam, em grande parte, a acentuada queda do intercâmbio entre os dois países. Os dois principais produtos exportados pelos brasileiros aos alemães – algodão e café – sofreram uma drástica redução depois de iniciado o conflito mundial. As vendas de algodão, que em 1939 atingiram 65.218 toneladas, foram reduzidas para 3.132 toneladas em 1940 e para 2.072 toneladas em 1941. As exportações de café caíram de várias centenas de milhares de toneladas em 1939 para somente 63.188 em 1940 e para 124 no ano seguinte.<sup>186</sup> A Inglaterra, envolvida numa luta de vida ou de morte, teve que redirecionar praticamente toda a sua produção industrial para os esforços de guerra. No essencial, foram os Estados Unidos que abocanharam as maiores fatias do mercado brasileiro. Sobrou também espaço para o vizinho do Prata. A Argentina, que antes da deflagração do conflito comprava menos de cinco por cento das exportações brasileiras, mais que dobrou, num curto espaço de quatro anos, suas aquisições do Brasil. De forma idêntica, as vendas argentinas para o mercado brasileiro também subiram significativamente entre 1939 e 1942, transformando aquele país no segundo parceiro comercial do Brasil.

<sup>186</sup> SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 246.



## **5 A QUEDA DAS RELAÇÕES HORIZONTAIS DE SOLIDARIEDADE E DE CONFIANÇA ENTRE TEUTO-DESCENDENTES**

Neste capítulo trataremos da queda do estoque de capital social em áreas de predominância da população de ascendência germânica do Rio Grande do Sul. O enfoque recairá mais especificamente sobre a população residente no meio rural do município de Santa Cruz do Sul. Embora essa questão complexa seja merecedora de uma nova tese, e mesmo que se tenha consciência de que os fatores são múltiplos, um ponto será aqui focado, por ser entendido como parcialmente responsável por significativo desestímulo à constituição de redes sociais. Trata-se da atuação do Estado brasileiro que no episódio da nacionalização e do desestímulo ao cooperativismo jogou papel decisivo.

No seu estudo sobre a decadência de capital social nos Estados Unidos, Putnam, amparado em um grande número de pesquisas empíricas, constatou que as organizações formais que vinculavam os indivíduos norte-americanos a suas comunidades, como partidos políticos, associações cívicas, sindicatos, igrejas e outros agrupamentos similares, vinham se enfraquecendo paulatinamente a partir do último terço do século XX. De maneira idêntica, os meios informais de vinculação comunitária, como sair com colegas para beber depois do trabalho, jogar baralho ou uma partida de boliche, participar de ceias familiares, frequentar bares, restaurantes e pequenos cafés, conversar com vizinhos, visitar parentes e amigos, ir a velórios, participar de festas beneficentes, convidar amigos para assistir à televisão, reunir um grupo de leitores em uma livraria ou simplesmente saudar com um gesto outra pessoa que habitualmente se encontra pela rua, também haviam decrescido substancialmente no mesmo período. Em decorrência, o altruísmo, a honradez, o voluntariado e a filantropia, que se

constituem em indicadores fundamentais de existência de capital social, haviam diminuído significativamente.

Putnam apontou múltiplos fatores como virtuais responsáveis pelo desmanche do tecido da vida comunitária norte-americana. Um deles seria que a expansão urbana das cidades atuaria negativamente sobre o compromisso cívico e o capital social de caráter comunitário. Segundo essa ótica, os residentes em cidades pequenas e em zonas rurais seriam mais altruístas, honrados e dotados de confiança social do que os moradores de grandes metrópoles. Exemplifica que ao se comparar duas pessoas idênticas em todos os aspectos, uma domiciliada em uma grande metrópole e outra no meio rural ou numa pequena cidade do interior, aquela que reside numa grande cidade, seja na área central, seja no subúrbio, tende significativamente a se fazer menos presente em reuniões públicas, a se envolver na organização da comunidade, a ir à igreja, a exercer tarefas de voluntariado, a participar de clubes, a atuar em projetos comunitários e a visitar amigos, parentes e conhecidos. Os metropolitanos seriam menos comprometidos não por ser o que são, mas por estar onde estão.<sup>1</sup> Portanto, o fato de residir em uma grande aglomeração urbana debilitaria o compromisso cívico e o capital social. O aumento dos subúrbios das metrópoles teria provocado fenômenos como o surgimento dos hipermercados e dos centros comerciais. Nesses locais, os indivíduos viveriam isolados, sendo raros os contatos entre as pessoas. Mas a suburbanização da população nos Estados Unidos teria provocado também maior consumo de tempo para o deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. Isso porque a distância a ser percorrida para chegar ao trabalho seria cada vez maior. E esse deslocamento se faria solitariamente, dentro do automóvel, o que reduziria o tempo para visitar amigos, participar de um clube, sindicato ou partido, para exercer uma atividade de voluntariado ou para simplesmente freqüentar uma igreja. É nesse sentido que o automóvel e os longos deslocamentos diários para o trabalho fariam mal à vida comunitária nos Estados Unidos. Assim, uma série de outros sintomas maléficos originados da expansão das grandes cidades também atuaria para inibir a vida comunitária.

Um outro fator que em pequena escala também explicaria o declive da vinculação social entre os norte-americanos seria a pressão que o tempo e o dinheiro exercem sobre as pessoas. Premidas pela necessidade econômica e pela pressão social, no último terço do

---

<sup>1</sup> PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002. p. 276-77.

século XX, o número de famílias em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa teria aumentado significativamente. Se, por um lado, isso poderia significar a possibilidade de contato com um conjunto mais amplo de redes sociais e comunitárias, por outro, provocaria a decadência principalmente do *schmoozing*. O ingresso da mulher no mercado de trabalho, com uma jornada completa, a teria atarefado mais e diminuído significativamente o seu próprio tempo e o da sua família para os amigos, vizinhos e parentes e para assuntos cívicos. Dessa forma, tarefas de voluntariado, como o auxílio prestado no preparo de alimentos para pobres na igreja, a visita a doentes em hospitais, a realização de trabalhos gratuitos em um asilo ou mesmo a participação em reuniões de escolas com pais e professores, teriam diminuído significativamente.

No que se relaciona com as questões econômicas, destacou que as preocupações financeiras exercem influência deprimente sobre o compromisso social, tanto formal como informal. Saliou que quando a situação econômica de uma pessoa se degrada, seu foco de atenção se reduz à sobrevivência pessoal e familiar. Quem passa por uma crise financeira, seja porque se vê atingida pelo desemprego, seja porque houve rebaixamento de ganhos, tende a participar menos de reuniões de clubes, ir menos freqüentemente à igreja e ao cinema, exercer menos atividades de voluntariado, interessar-se menos por política, passar menos tempo com amigos, jogar cartas etc. O que inibiria o compromisso cívico não seria a redução do salário ou dos ganhos, mas seriam as preocupações, as tensões que a vulnerabilidade econômica gera.<sup>2</sup> Em todo o caso, a pressão do tempo e do dinheiro, embora devessem ser considerados, não desempenhariam papel de atores protagonistas na decadência do estoque de capital social e do compromisso cívico.

O surgimento e o aperfeiçoamento de novas tecnologias e dos meios de comunicação também explicariam, em parte, a debilitação do compromisso cívico e do capital social. A televisão e seus derivados eletrônicos – que para milhões de pessoas se constituem na principal forma de entretenimento – atuam de forma prejudicial sobre o comportamento cívico. Isso porque assistir à televisão, que teria se tornado um hábito, seria algo que se faria quase sempre solitariamente. Além de reduzir as interações com outras pessoas, também ocuparia boa parte do tempo das mesmas, tempo esse já escasso e que poderia ser dedicado a outras atividades de participação social. Os conteúdos dos programas televisivos, que segundo Putnam são de entretenimento e não informativos, levariam também ao imobilismo o que,

---

<sup>2</sup> Ibidem p. 258-59.

somado aos efeitos psicológicos decorrentes da exposição prolongada diante do aparelho, inibiria a participação social.

O quarto e mais importante fator apontado por Putnam para explicar o declive do comportamento cívico e do capital social nos Estados Unidos seria a sucessão de gerações. A substituição lenta e gradativa de gerações cívicas por filhos e netos menos comprometidos com atividades cívicas seriam maiores nas formas mais públicas e menores na socialização informal. De uma maneira geral, aponta o autor que as pessoas de idade média e as pessoas mais velhas, seriam mais ativas em organizações do que as jovens; iriam mais regularmente à igreja; votariam mais frequentemente nas eleições; leriam notícias com maior constância; seriam mais filantrópicas; trabalhariam em mais projetos comunitários; e realizariam mais tarefas de voluntariado.<sup>3</sup> O maior engajamento cívico das gerações mais velhas estaria conectado com o processo de formação histórica da sociedade norte-americana no decorrer do século XX. Já a geração da explosão demográfica (nascida entre 1946 e 1964) e a nascida entre 1965 e 1980, chamada de geração X, teriam sido responsáveis pela alteração de hábitos e valores sociais e pelo desgaste do capital social.

O presente trabalho, como já reiteradas vezes destacado, é visivelmente influenciado pelos escritos de Putnam no que tange à origem do capital social e à origem do compromisso cívico nas áreas de colonização com imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. E, embora não dispondo de dados empíricos que possam, de alguma forma, mensurar o nível de capital social existente nessas áreas e compará-lo com áreas do Estado, onde predominam populações de outras origens étnicas, procurou-se, a partir de uma reconstituição do processo de formação histórica da colonização alemã no RS, trazer à tona uma série de elementos que deixam patente a presença, em alto grau, de relações horizontais de solidariedade e de confiança entre os teutos e descendentes. Elementos esses que, entende-se, são mais do que evidências de existência de capital social entre os colonos alemães e seus descendentes. Amparado na literatura sobre o tema, ousa-se afirmar que se trata efetivamente de provas de sua presença.

No que tange ao declínio ou à transformação do capital social existente, não se desconhece, em absoluto, a tese defendida por Putnam. Como reiteradas vezes se afirmou,

---

<sup>3</sup> Ibidem p. 331 et seq.

dados empíricos que comprovem o aumento ou a diminuição do estoque de capital social em áreas de colonização germânica do Estado não existem. Mas há, em contrapartida, mais do que evidências de que aquele tipo de comunidade cívica e de que aquela forma de capital social forjada ao longo de mais de uma centena de anos em território gaúcho foram, em grande parte, aniquilados durante o transcurso do século XX. Nesse sentido, trabalha-se com o pressuposto de que a campanha de abasileiramento forçado, decretado na década de 1930 pelo Estado Novo, e posta em prática pelo governo do Rio Grande do Sul a partir de 1938, foi a grande responsável pela queima de confiança social e do tipo de capital então presente nas áreas onde predominava a população de origem teuta.

### **5.1 A nacionalização e a queima de estoque de capital social**

Em 1938, o governo do Brasil deu início à campanha de nacionalização. O objetivo era o de abasileirar populações de origem estrangeira que viviam no país e que, em determinados espaços geográficos do território nacional, formavam comunidades étnicas relativamente homogêneas. Como foi tentado demonstrar ao longo do capítulo 4 deste trabalho, alguns setores da sociedade brasileira, desde o final do século XIX, e, sobretudo, nos anos que antecederam a eclosão da Primeira Guerra Mundial, defenderam a assimilação acelerada dos assim denominados “quistos étnicos estrangeiros”. A assimilação compulsória, portanto, embora reivindicada por quase meio século, não foi colocada em prática nem na época do Império nem no período da República Velha (1889-1930). Ela foi colocada em prática justamente por um regime ditatorial, que marcou por sua feição autoritária e policialesca, parido do golpe de 10 de novembro de 1937. Para a antropóloga Giralda Seyferth,<sup>4</sup> somente um Estado antidemocrático desse tipo “poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.”

A Revolução de 1930, por um lado, reduziu o controle dos poderes locais e

---

<sup>4</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 225.

regionais detidos anteriormente pelos “coronéis”. De outro lado, caracterizou-se por apresentar feições marcadamente nacionalistas. A expressão nacionalista não se restringiu ao campo econômico, embora aí conseguisse apoio e sustentação popular. A preocupação com a limitação de entrada de imigrantes no território brasileiro deu-se logo de início<sup>5</sup> e desembocou no regime de cotas consagrado no parágrafo 6º, artigo 121, da Constituição Brasileira de 1934. O regime autoritário – e não totalitário<sup>6</sup> –, implantado em 1937, apenas aprofundou esse nacionalismo econômico e político. Abriu-se, assim, a brecha para o abasileiramento compulsório das populações de áreas coloniais povoadas por estrangeiros e seus descendentes.

A campanha de nacionalização foi promovida em um contexto histórico – político e psicológico – completamente desfavorável à integração.<sup>7</sup> Regimes discricionários, como foi o caso do Estado Novo, normalmente acobertam violações aos direitos humanos, reprimem os movimentos sociais e sindicais, não mostram respeito pelas minorias e praticam atos lesivos ao exercício da cidadania. Em diferentes localidades da região colonial encontram-se exemplos de policiais e funcionários públicos que cometeram excessos contra moradores. Alguns deles, escudados pela função que exerciam, aproveitavam-se do momento para extorquir dinheiro de pessoas humildes ou para tirar proveito próprio da situação.<sup>8</sup> O Estado Novo extinguiu os poderes legislativos em todos os níveis – Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais – e colocou interventores à testa dos estados. Esses indicavam os prefeitos dos municípios e prestavam conta das suas ações tão-somente ao Ditador. Seus poderes não eram, portanto, controlados por uma constituição estadual, pelos representantes do povo atuando em um parlamento, pela imprensa (cuja atuação era cerceada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP) ou pelo poder judiciário cuja atuação ficou limitada pelo regime discricionário.

---

<sup>5</sup> Decreto 19.482/30.

<sup>6</sup> O Estado Novo, diferentemente do fascismo italiano e do nazismo alemão, não se caracterizou como um movimento revolucionário de massas. Aqui também não existiu um partido para dar sustentação política e ideológica ao regime. “Entre o chefe e o povo, o intermediário, a correia de transmissão é o partido único; este deve reunir um escol e, por meio de um movimento juvenil único, deve também promover a sua renovação.”. Cfe. MICHEL, Henri. *Os fascismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977. p. 17.

<sup>7</sup> RAMBO, Balduino. A nacionalização. *Pesquisa História*, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 27, p. 86.

<sup>8</sup> Algumas das atrocidades cometidas à época no município de Santa Cruz do Sul podem ser encontradas em um trabalho por nós desenvolvido a partir de fontes diversas. VOGT, Olgário Paulo. Repressão X medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS. In: ANAIS DO IV E DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, 2000 Lajeado, 2001 Santa Cruz do Sul. Anais ... Santa Cruz do Sul: Gráfica Garten Sul, 2002. p. 128-142.

Psicologicamente, a época também foi imprópria. Embora a campanha de nacionalização tenha iniciado no período imediatamente anterior à eclosão da Segunda Guerra Mundial, foi durante o conflito bélico, que se estendeu entre setembro de 1939 e agosto de 1945, que ela se intensificou. Embora a princípio o Brasil tomasse uma posição de neutralidade no conflito, foi levado, pela pressão da opinião pública nacional e pelos interesses do imperialismo norte-americano, a posicionar-se contra os países do Eixo e a favor dos Aliados.<sup>9</sup> O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, a 28 de janeiro de 1942, e a posterior declaração de Guerra à Alemanha e à Itália, em 31 de agosto do mesmo ano, fez explodir um surto nacionalista que coincidiu com um maior rigor na repressão ao “eixismo”.<sup>10</sup> Se o país já vivia numa ditadura, com a decretação do Estado de Guerra em todo o território nacional, a situação piorou ainda muito mais. A partir de então, tornou-se legal a censura, a apreensão a domicílio e a suspensão das garantias constitucionais atribuídas às pessoas e aos bens dos súditos dos Estados em beligerância com o Brasil. Os descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses que viviam no país sentiram, por isso mesmo, reflexos mais duros no que tange à nacionalização. Hostilizados e tachados de “Quinta Colunas”, passaram a ser estigmatizados como traidores reais ou potenciais da Pátria. “Bastava possuir cabelos loiros e olhos claros ou feições nipônicas para que, mesmo havendo nascido no Brasil, de pais brasileiros, sofressem toda sorte de provocação.”<sup>11</sup> Viveram, conseqüentemente, tempos de incerteza e de discriminação.

Para os promotores da nacionalização, nos espaços geográficos em que viviam grandes contingentes de populações de descendência estrangeira, seria necessário, primeiramente, suprimir o idioma dos antepassados. Atuando nesse sentido, governantes passaram a restringir, gradativa e legalmente, a partir de 1938, o uso de idiomas estrangeiros na escola, na caserna, nos ofícios religiosos, nas repartições públicas, na imprensa e em outros locais públicos, como nas casas comerciais, nos salões de baile, nos ônibus, nas ruas.

Embora a nacionalização forçada não tenha recaído somente sobre a população

---

<sup>9</sup> Sobre as relações internacionais brasileiras durante a década de 1930 e os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial ver: SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

<sup>10</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 142.

<sup>11</sup> DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995. p. 53.

de descendência alemã que vivia no Sul do Brasil, aqui a repressão sobre a língua e sobre alguns dos hábitos culturais da população de origem alemã foram duramente reprimidos. Isso se deveu, em grande medida, porque autoridades governamentais e policiais confundiam, erroneamente, o germanismo com o nazismo ou com sua vertente tupiniquim, o integralismo. Inicialmente, as comunidades tiveram a língua alemã proibida nas escolas,<sup>12</sup> nas repartições públicas e em cerimônias religiosas. Mais tarde, a interdição foi estendida a todos os locais públicos e, a partir de agosto de 1942, com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial enfrentando os países do Eixo, os próprios domicílios chegaram a ser vigiados.

Para René Gertz, a campanha de nacionalização “está intimamente ligada à figura e à interventoria de Oswaldo Cordeiro de Farias.”<sup>13</sup> Na sua ótica, os excessos cometidos no Rio Grande do Sul durante a nacionalização forçada devem-se menos ao governo Vargas do que a Cordeiro de Farias e seus dois auxiliares mais próximos: o secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, e o Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py. O próprio interventor estadual, Cordeiro de Farias, seria um claro adepto da tese do “perigo alemão”, preocupadíssimo com a situação “etnográfico-internacionalista” sulina. Com a substituição de Cordeiro de Farias, em 11 de novembro de 1943, por Ernesto Dornelles, a nacionalização teria entrado em um período de descompressão, de abrandamento.

Foi pretextando combater o germanismo que escolas, imprensa, sociedades e Igrejas existentes foram submetidas a um processo de abasileiramento sociocultural forçado. Para alguns intelectuais e membros do governo, isso era imprescindível para a posterior ocorrência do caldeamento das etnias.

## 5.2 Igreja e Nacionalização

Os ainda poucos estudos relacionados com a campanha forçada de nacionalização brasileira são quase unânimes em afirmar que, entre os alemães e

---

<sup>12</sup> Na verdade, a Constituição brasileira de 1934 já determinava que o ensino nos estabelecimentos educacionais particulares deveria ser ministrado em idioma pátrio, salvo o de língua estrangeira. Também a Constituição do Rio Grande do Sul, de 1935, exigia a mesma condição.

<sup>13</sup> GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 144.



descendentes, o grupo mais atingido pelas medidas de coação e repressão foram os evangélicos luteranos. Os luteranos do RS estavam, à época, divididos em dois grandes grupos: os do Sínodo Rio-Grandense, que na época congregava a maioria dos luteranos do Estado, que possuía fortes ligações com a Igreja alemã e que, posteriormente, daria origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; e os luteranos do Sínodo de Missouri, com fortes ligações com a igreja luterana dos Estados Unidos, que dariam origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Seria, obviamente, sobre o primeiro grupo que incidiriam mais fortemente os impactos das medidas nacionalizadoras.

Durante o Império, os imigrantes alemães luteranos e seus descendentes foram vistos como uma população que vivia à margem da sociedade brasileira. O catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro e os demais cultos, embora tolerados, não podiam ser ostentados publicamente. No final da década de 1930, a Igreja Católica Apostólica Romana abrigava cerca de 40 por cento dos teutos e de seus descendentes do Rio Grande do Sul.<sup>14</sup> Sobre uma série de padres e lideranças católicas pesou mais o fato de pertencerem ao integralismo, uma variante nacional da ideologia fascista, do que de pertencerem ou simpatizarem com o nazismo.

Para autoridades estaduais, como o Secretário de Educação, João Pereira Coelho de Souza, a Igreja Evangélica não deixava de ser um mero entreposto cultural do nazismo, ou como prefere o Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py, um trampolim nazista. Para o primeiro, o *Mein Kampf* era lido nos templos da Igreja Evangélica Alemã. Ali, pastores intercalariam admiravelmente sagrados trechos da Bíblia com a doutrina nacional-socialista.<sup>15</sup> Para Py, os pastores nazistas do Sínodo Rio-Grandense chegavam a cerca de 60. Eles seriam os maiores divulgadores do nazismo entre as comunidades evangélicas, onde existiriam perto de 200 mil adeptos.

Após o advento do nacional-socialismo na Alemanha e sua conseqüente influência nos destinos da religião evangélica, todos os pastores chegados ao Rio Grande do Sul se mostraram partidários fanáticos do nazismo. Daí a revolução política que se operou entre os evangélicos do Sínodo.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 106.

<sup>15</sup> COELHO DE SOUZA, J.P. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 2ª ed., 1942. p. 26.

<sup>16</sup> PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942. p. 191.

No que diz respeito à recepção do nazismo no Rio Grande do Sul, René Gertz afirmou ter existido, aqui, pouca manifestação de oposição à ascensão nazista na Alemanha. Embora a maioria se mantivesse silenciosa, é inegável ter havido uma certa simpatia dos alemães e descendentes residentes no Estado com o novo regime. Destacou que, em 1933, havia no RS 34 pastores nacional-socialistas em um total de 84.<sup>17</sup> O grupo, liderado por Erich Knäpper, então pastor de Vila Tereza (Santa Cruz), teria no ano seguinte abrangido cerca de dois terços dos pastores do Sínodo Rio-Grandense. Posteriormente, a influência dos ideais nazistas sobre os pastores teria diminuído.<sup>18</sup> Alguns números da revista *Vida Policial*<sup>19</sup> inclusive anunciaram a prisão de supostos pastores hitleristas. Que houve células nazistas em várias cidades do Estado, isso não é possível negar. Que parcela dos pastores do Sínodo Rio-grandense eram simpatizantes ou adeptos do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, também não. Contudo, imputar à Igreja Luterana ser um trampolim nazista é um exagero. Mais do que isso, uma falácia, uma paranóia. As atividades das células no NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) e de outras instâncias ligadas ao partido, que até o advento do Decreto-lei n.º. 383, de 18 de abril de 1938, foram toleradas, deixaram de funcionar, ao menos aparente e publicamente, a partir da edição da norma legal mencionada. Entre outras restrições, seu artigo 2º proibia, nos seus incisos:

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandarte, uniformes, distintivos e insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro; 4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes [...]; 5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas: fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

O cerco sobre luteranos e católicos das áreas coloniais começou a se fechar a partir da publicação do Decreto-Lei n.º. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Ele dispôs sobre a adaptação no meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, e no seu artigo 16 estabelecia: “Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as

<sup>17</sup> GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991. p. 50-54.

<sup>18</sup> Dreher, op. cit. p. 135 et seq.

<sup>19</sup> Ver a respeito as reportagens de “Os astros da 5ª Coluna” na revista *Vida Policial* de outubro de 1942, dezembro de 1942, abril de 1943, julho de 1943.

prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.” Em decorrência das medidas restritivas ao vernáculo alemão, muitos cultos deixaram de ser realizados. Os pastores foram também orientados pelo Sínodo a não mais proferirem pregações ou alocações. A freqüência dos fiéis às celebrações também se reduziu sensivelmente. Muitos dos crentes, principalmente os de meia idade e os mais idosos, tiveram que se basear nos gestos dos pastores para saber a hora de sentar e levantar, pois não entendiam palavra alguma em português.

Em virtude do dispositivo legal, alguns padres e pastores foram substituídos. O cumprimento da regra, entretantes, foi relaxado pouco tempo depois, mais precisamente em 06 de novembro de 1939, pelo Chefe de Polícia do Estado. Repercutindo a decisão tomada em Porto Alegre, Adolfo Medeiros dos Santos, delegado de Polícia de Santa Cruz, mandou avisar no jornal local que “(...) apenas nas sedes de distritos e núcleos afastados, quando o número de estrangeiros que não falem a língua brasileira for bastante elevado ou se a oportunidade assim o exigir, será permitida, após a pregação vernácula, a repetição na língua dos respectivos estrangeiros.”<sup>20</sup>

No decorrer do ano de 1941, o ensino em alemão da catequese que objetivava a Confirmação das crianças foi proibido. A partir do final de janeiro de 1942, a situação dos alemães e de seus descendentes que preservavam a língua e os costumes de seus antepassados tornou-se mais crítica. Logo após a Conferência Pan-Americana, realizada em janeiro daquele ano, no Rio de Janeiro, os delegados de polícia gaúchos receberam a Circular número 3, da Repartição Central de Polícia, datada de 28 de janeiro de 1942. A circular, considerando o acordo firmado pelas nações da América, que naquela conferência haviam prometido romper relações diplomáticas com os países do Eixo, determinava que a partir do momento em que o Brasil rompesse os referidos vínculos, deveriam ser rigorosamente observadas uma série de disposições. Passaram a ser ameaçados de ir presos e processados, de acordo com a lei então em vigor, com penas que iam desde a reclusão até a pena de morte, todos aqueles estrangeiros, nacionais da Alemanha, Itália, Japão e de suas possessões, que não comunicassem à autoridade policial a sua residência dentro de quinze dias; os estrangeiros que viajassem de uma localidade para outra sem licença da polícia. Para

---

<sup>20</sup> *Kolonie*, 20 nov. 1939. p. 6. Entenda-se por pregação os sermões e todos os discursos dirigidos à comunidade presente na celebração do culto divino regulamentar.

tanto, deveriam portar um Salvo-Conduto.<sup>21</sup>

Com a exigência do Salvo-Conduto, a movimentação dos pastores foi praticamente inviabilizada. Como eram alemães, para se deslocar, precisavam de autorização da autoridade policial. Isso dificultou ainda mais não só a realização do culto, mas todas as demais reuniões comunitárias.

Como a Circular proibia também cantar ou tocar hinos dos países do Eixo, bem como usar o idioma das referidas nações em conversações em qualquer lugar público, essas exigências foram estendidas às celebrações religiosas. Logo, os cantos, os hinários, e o próprio ritual do culto, as orações, as celebrações de batismo, o ritual de casamento e de enterro estavam impedidos de serem feitos em alemão. Os sermões dos pastores do Sínodo Rio-Grandense passaram, então, a ser elaborados e redigidos em São Leopoldo, no idioma português, e simplesmente lidos nas celebrações litúrgicas. Ao mesmo tempo, os cânticos e o ritual do culto foram traduzidos para o português. Nem todos, entretanto, entendiam a pregação do pastor ou os textos dos hinários.<sup>22</sup> Desatendendo a orientações da Diretoria do Sínodo, que prescrevia submissão às determinações das autoridades governamentais no que tange à nacionalização, alguns pastores procuraram manter o Ensino Religioso e o de Confirmação no vernáculo alemão. Cultos mesmo chegaram a ser realizados na língua costumeira. A polícia, em decorrência, prendeu os recalcitrantes.<sup>23</sup>

Ao menos três pastores que à época desenvolviam suas funções em Santa Cruz foram obrigados a se apresentar na capital do Estado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Hugo Kummer foi denunciado por ter externado conceitos contrários à obra nacionalizadora do púlpito do templo localizado na cidade;<sup>24</sup> o pastor Armin Eberhardt, de Monte Alverne, que inclusive teria falecido em decorrência dos maus tratos recebidos na Casa de Correção da capital e na Colônia Penal Daltro Filho,<sup>25</sup> e o pastor Goethe, de Rio Pequeno.

<sup>21</sup> Não foram somente os estrangeiros que precisavam portar o Salvo-Conduto para se deslocar de um município a outro. Pelos exemplares existentes no Arquivo Histórico do Colégio Mauá e no Centro de Documentação da UNISC, percebe-se que essa norma foi estendida, ao menos em algumas localidades, também para os brasileiros de segunda ou de terceira geração.

<sup>22</sup> Dreher (1994), op. cit. p. 107.

<sup>23</sup> Ibidem p. 172.

<sup>24</sup> *Kolonie*, 2 ago. 1939. p. 2.

<sup>25</sup> A HISTÓRIA NÃO FOI BEM ASSIM. *Agora*, Santa Cruz do Sul, Ano V, n. 50, p. 5-7, 1999.

A hierarquia eclesiástica da Igreja Católica no Estado, personificada na figura do arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, não esboçou maiores reações ao abasileiramento forçado. Diferentemente dos padres jesuítas, defendia a Cúria Metropolitana que o preço do abasileiramento deveria ser pago. Entendia a cúpula da Igreja que seria inútil, e mesmo desaconselhável, continuar preservando a língua e as tradições dos antepassados dos imigrantes. Mandou que os padres respeitassem as decisões governamentais e, no que tange à escola comunitária de orientação católica, entregou-a à própria sorte. O arcebispo metropolitano pouco ou nada fez para gestionar junto às autoridades civis e militares do RS o abrandamento do ritmo e da obra nacionalizadora. Quanto às missas, o ritual litúrgico à época ainda era feito em latim, com o padre no altar e de costas para os fiéis. Alguns padres tiveram dificuldades para fazer os sermões. Esses sim, nas áreas em que predominavam fiéis de origem germânica, eram pronunciados em alemão antes de ocorrer a nacionalização.

A frequência à Igreja e a observância de compromissos religiosos, conforme apontam inúmeras pesquisas, têm uma relação positiva com o capital social e se constituem um indicador de existência do mesmo. Conforme Putnam, as igrejas são uma importante incubadora de destrezas e normas cívicas, de interesses comunitários e de recrutamento cívico.<sup>26</sup> Para Offe e Fuchs,<sup>27</sup> o catolicismo romano, em tese, deveria manter uma relação mais forte com o capital social do que o protestantismo. Isso em função de suas facetas mais vigorosamente comunitárias e menos individualistas e liberais, quando comparado com as religiões protestantes. A conexão entre afiliação à Igreja Católica e o nível de participação associativa se poderia explicar pelo fato de o catolicismo inculcar nos fiéis uma ética de compaixão – maior que na maioria das seitas protestantes – e o interesse ativo pelo bem-estar dos demais membros da comunidade. Assim, o dever de servir ao próximo induziria à participação em sociedades voluntárias de caráter social e de benemerência.

Portanto, o compromisso religioso e uma maior atenção às necessidades de outras pessoas andam de mãos dadas. Ainda que não se disponha de números, é possível afirmar, sem medo de errar, que durante a campanha de nacionalização não só diminuiu o número de ofícios religiosos (missas e cultos), como também a frequência

---

<sup>26</sup> Putnam, op. cit. p. 82.

<sup>27</sup> OFFE, Claus, FUCHS, Susanne. Se halla en declive el capital social? El caso alemán. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p.369-70.

aos mesmos foi em muito reduzida. Seja pela falta de padres e de pastores, seja pelo medo de sair de casa, seja porque muitos não entendiam a liturgia e os sermões, houve uma drástica redução *per capita* nos templos. Além disso, as catequeses, os estudos bíblicos, os encontros de jovens e de senhoras e as atividades sociais promovidas pelas igrejas, se não foram completamente suspensas, foram reduzidas significativamente. Sendo a religião um aspecto crucial no que concerne ao capital social, pode-se afirmar que entre 1939 e 1945 – com seqüelas para os anos seguintes e para as gerações posteriores – reduziu-se de alguma forma o estoque de capital social coletivo entre a população de origem germânica do Rio Grande do Sul. Ainda que no período pós-guerra, gradativamente, o funcionamento das comunidades religiosas fosse restabelecido, não havia como remendar o estrago feito. Possivelmente, o compromisso com a comunidade e os trabalhos voluntários devem ter sofrido algumas reduções.

### 5.3 Educação e nacionalização

Como apontado no terceiro capítulo, no RS escolas paroquiais se difundiram, ao menos no lado católico, especialmente após a chegada de um contingente de padres jesuítas expulsos da Alemanha pela *Kulturkampf*. A igreja passou, então, a procurar nas escolas um espaço privilegiado para a sua atividade pastoral. Ou seja, a tradição escolar dos imigrantes e de seus descendentes passou a ser canalizada numa perspectiva religiosa. Não por mero acaso que a instrução religiosa e a moral e cívica faziam parte do currículo das crianças dessas escolas. Enquanto isso, a escola pública passou a ser vista como divulgadora da ideologia liberal, e, depois, na República Velha também do positivismo. Documentos oficiais da alta cúpula da Igreja Católica orientavam os pais a não deixarem seus filhos freqüentar escolas arreligiosas.<sup>28</sup> Por isso mesmo, algumas tensões entre Estado e Igreja foram costumeiras durante o final do Império e o primeiro período republicano brasileiro.

Lúcio Kreutz chama a atenção para o fato de que, a partir de 1875, não se deve creditar a existência da escola particular unicamente em função da inexistência de educandários públicos. Do lado dos católicos, passou a haver resistência à escola laica

---

<sup>28</sup> KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 37.

e à difusão do ideal liberal e um esforço para aumentar as escolas paroquiais sobre sua inspiração.<sup>29</sup> O mesmo, possivelmente, pode ser atribuído aos evangélicos que viviam num país oficialmente católico. A escola, além de ser um veículo intimamente ligado à religião, seria o local onde as crianças apreenderiam a língua oficial do luteranismo, o alemão.

Portanto, religião e educação estiveram, no dizer de José Plínio Fachel, “imbricados no processo de colonização alemã no sul do Brasil, pois tanto os católicos quanto os evangélicos estabeleceram estreita relação entre Igreja e Escola.”<sup>30</sup> Os prédios de funcionamento de ambas, quando não era o mesmo, normalmente ficavam no mesmo terreno, estando edificadas lado a lado. Além disso, o pastor, nas escolas evangélicas, não raras vezes exercia a função de professor e o professor, nas escolas católicas, em muitas oportunidades cumpria tarefas atribuídas ao padre.

Conforme destaca Telmo Lauro Müller, “o Estado não conhecia o que realmente se passava no ensino particular, não conhecia a verdadeira situação deste ensino e não tinha precisão o que alimentava esse mundo escolar, suspeitando, *a priori*, que houvesse generalizadamente influência de ideologia estranha, no caso o nazismo.”<sup>31</sup> Isso pode ser facilmente deduzido a partir da leitura do opúsculo “Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande”, de autoria do Secretário da Educação no Estado do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, e dos Relatórios I e II de “O nazismo no Rio Grande do Sul” e de “A 5ª coluna no Brasil”, de autoria do Chefe de Polícia gaúcha, Major Aurélio da Silva Py.

Confundindo cultura colonial alemã, germanismo e nazismo, o governo gaúcho encetou a nacionalização forçada num clima, como mencionado anteriormente, político e psicológico impróprio. No que tange à educação, o governo gaúcho, visando à nacionalização do ensino, atuou em duas frentes. De um lado, tomou medidas que podem ser qualificadas de preventivas, que incluíam ações escolares e extra-escolares. De outro lado, adotou medidas repressivas contra o funcionamento de escolas onde a língua estrangeira era o fundamento da educação.

---

<sup>29</sup> Ibidem p. 38.

<sup>30</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002. p. 150.

<sup>31</sup> MÜLLER, Telmo Lauro. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 68.

Dentre as medidas escolares preventivas, a mais contundente foi, indiscutivelmente, a que buscou expandir a rede de escolas públicas mantidas pelo Estado e pelos municípios.<sup>32</sup> Nesse sentido, o Estado aumentou o número de grupos escolares que saltaram, de acordo com o Secretário da Educação Coelho de Souza, de 170, em 1937, para 452, em novembro de 1941. Estavam ainda sendo construídos, na época, 49 grandes prédios escolares urbanos e 79 prédios rurais.<sup>33</sup> Segundo o Interventor Federal no RS, Osvaldo Cordeiro de Farias, em 1942 os grupos escolares existentes subiam para 518. Já o número de escolas municipais existentes em todo o Estado, que em 1938 somavam 2.830, haviam se elevado para 3.325, em 1942. Já as escolas particulares, no mesmo período, teriam caído de 1.841 para 1.512.<sup>34</sup> Para atender às novas unidades escolares, 1.222 professoras de letras e 58 professores de música e de desenho foram nomeados. Outra ação desenvolvida foi a criação, em 1938, do registro de escolas na Secretaria de Educação. A partir de então, o governo passaria a saber quantas e quais eram as escolas não-estatais existentes, ao mesmo tempo que poderia passar a fiscalizá-las. A necessidade de fazer o registro já teria causado pânico e amedrontado muitas das sociedades escolares. Uma outra atitude tomada foi a criação, em 1939, de um corpo de delegados escolares regionais e orientadores técnicos. Esse corpo tinha a incumbência de dar assistência pedagógica às escolas e de fazer a

---

<sup>32</sup> O Decreto Lei n.º 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispôs sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, estabelecia no seu Artigo 4º, que incumbia ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderam descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professoras capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias ou secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituem bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

No seu Artigo 9º, que tratava das incumbências dos Interventores Federais, estabelecia que cabia aos mesmos:

- a) assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preencham os requisitos desta lei;
- b) remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes;
- c) amparar, na esfera de suas atribuições e recursos, as organizações nacionais das zonas de colonização;
- d) promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas;
- e) escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas;
- f) auxiliar as autoridades federais no desempenho das atribuições que lhes são conferidas.

<sup>33</sup> Coelho de Souza, op. cit. p. 76.

<sup>34</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Porto Alegre: Of. Graf. Da Imprensa Oficial, 1943. p. 11



fiscalização necessária.<sup>35</sup>

Nas ações preventivas extra-escolares arroladas pelo secretário Coelho de Souza incluíam-se: a) as atividades promovidas pela Liga de Defesa Nacional. Caravanas nacionalistas passaram a percorrer o Estado, comemorando as datas cívicas com intensidade e grandezas inéditas; b) as Paradas da Juventude Brasileira; c) as Caravanas dos Coloninhos. Todo o ano, de 400 a 500 meninos, dos mais afastados pontos da zona rural do RS, eram levados à capital do Estado, onde ficavam por sete dias. Eram hospedados em casas de famílias porto-alegrenses e participavam de comemorações cívicas “num ambiente de brasilidade”, onde tinham “a possibilidade de conhecerem o Brasil, através de aspectos inteiramente inéditos para eles. É uma nacionalização sentimental.”<sup>36</sup>

Se medidas preventivas foram tomadas, também é verdade que foi lançado mão de uma série de medidas de caráter repressivo para inibir o funcionamento das escolas particulares e comunitárias. Embora elas tenham sido menos drásticas do que as vivenciadas no vizinho estado de Santa Catarina, ainda assim se fizeram sentir e deixaram seqüelas. Até novembro de 1941, conforme dados do secretário Coelho de Souza, 241 das 2.418 escolas particulares registradas na Secretaria da Educação haviam sido definitivamente fechadas.<sup>37</sup> Medidas enérgicas foram também tomadas contra os dois seminários de formação de professores paroquiais existentes no Estado: o *Lehrerseminar* dos católicos, situado em Novo Hamburgo, e o *Lehrerseminar* dos evangélicos, sediado em São Leopoldo.

Mas, além do fechamento de escolas, houve também a demissão de professores e a prisão de alguns deles. Afora isso, muitos outros docentes tiveram de passar por uma série de constrangimentos. A repressão, normalmente, procurou atingir lideranças comunitárias. Eram pastores, professores, e líderes de associações e cooperativas.

<sup>35</sup> Coelho de Souza, op cit. p. 72 -77.

<sup>36</sup> Ibidem p. 78.

<sup>37</sup> Ibidem p. 75. Esse número de 2.418 escolas particulares existentes no RS parece ter sido inflado. Pela mesma época, o interventor federal Cordeiro de Farias afirmava: “não fechamos em massa os colégios existentes na parte do Estado onde o ensino mais se esquivava às exigências nacionais. De mais de duas mil escolas dessa região, só 91 foram proibidas de funcionar.” Cfe. NACIONALIZAÇÃO – dois discursos proferidos pelo interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias (1941). Entretanto, no seu relatório de 1943, retifica o número anteriormente divulgado. “O governo se obrigou nesses 5 anos a fechar 241 escolas porque pretendiam fraudar a vigilância e as normas asseguradoras do espírito nacionalista que deve animar a obra de educação.” Afirma, ainda, que além dessas, muitas dezenas de outras cerraram as portas sem qualquer coação da autoridade. As novas escolas públicas, com prédios e aparelhamento apropriados e sob magistério competente, teriam movido mortal concorrência a estabelecimentos privados. Rio Grande do Sul. Relatório... op cit. p. 12.

Refletindo as medidas nacionalizantes adotadas no âmbito estadual, em Santa Cruz aumentou o compromisso público com a educação. Conforme já apontado em capítulo anterior, até o ano de 1937 a assistência fornecida pelo município ao ensino resumia-se ao auxílio dado a algumas aulas particulares sob a forma de subvenção ao professor. Com a deflagração da nacionalização, aumentaram substancialmente os investimentos municipais em educação. Em 1938, o número de aulas particulares subvencionadas<sup>38</sup> chegou a 88; em 1939, saltou para 100. Nesse último ano, foi também criado o cargo de inspetor escolar, a fim de que pudesse ocorrer uma rigorosa fiscalização sobre as aulas e fossem conhecidas as necessidades educacionais. Ainda no decorrer de 1939, foram criadas as primeiras 18 escolas públicas municipais. Seis delas eram Grupos e doze eram Aulas Isoladas.<sup>39</sup> Até 1945, o município já tinha aberto 77 estabelecimentos de ensino e a rede estadual tinha sido ampliada significativamente.

Além de criar escolas públicas, que paulatinamente foram substituindo as particulares existentes, a legislação passou a vedar a estrangeiros a direção de estabelecimentos de ensino.<sup>40</sup> Isso afetou particularmente as escolas paroquiais ou comunitárias do meio rural, onde professores unidocentes exerciam o magistério. Os livros didáticos, até então impressos predominantemente no idioma alemão, foram substituídos por manuais de língua portuguesa. Os professores foram, inclusive, proibidos de usar o alemão como língua auxiliar para se fazer entender pelos alunos.

A exemplo daquilo que ocorreu no que diz respeito à religião, ressalta Telmo Lauro Müller,<sup>41</sup> que dentre as escolas paroquiais ou comunitárias dos descendentes de imigrantes alemães do RS, as dos evangélicos teriam sido mais atingidas do que as dos católicos. E, dentre as evangélicas, as do Sínodo Rio-Grandense mais do que as do Sínodo de Missouri. De uma maneira geral, os luteranos de Missouri eram considerados mais brasileiros pelas autoridades devido à origem norte-americana da seita. Das 513

---

<sup>38</sup> Segundo o padre jesuíta Luiz Gonzaga Jaeger, teria sido no governo de Borges de Medeiros que a subvenção ao professor das escolas particulares teria sido instituída. O então Presidente do Estado teria determinado que os professores que admisssem no seu programa o ensino de Português perceberiam do Estado uma gratificação mensal. Embora, a princípio, reticentes à proposta, com o passar dos anos mais e mais professores foram se habilitando a esse plus salarial. *Apud* Müller, op. cit. p. 70. Já as subvenções federais, visando à nacionalização do ensino, teriam se iniciado em 1918. Cfe. Kreutz, op. cit. p. 44.

<sup>39</sup> Relatório Apresentado a S. Excia. O Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal neste Estado, pelo Prefeito Municipal, Dr. Caio Brandão de Mello, referente ao exercício de 1939. Porto Alegre: Livraria Oliveira, 1940.

<sup>40</sup> Artigo 11 do Decreto-lei n 1545, de 25 de agosto de 1939.

<sup>41</sup> Müller, op. cit. p. 69-70.

escolas evangélicas existentes em 1937, existiriam tão-somente 120 no ano de 1941. A lei que vedou estrangeiros de atuar na direção de escolas e mais tarde no próprio ensino causou profundo impacto sobre os educandários evangélicos. Isso porque privou quase todos os pastores e alguns dos professores a continuarem nas suas funções.

No que concerne especificamente à educação, pode-se afirmar que a nacionalização, levada a cabo durante o Estado Novo, contribuiu para fazer evaporar capital social e diminuir o compromisso cívico de significativa parcela da população teuto-descendente do RS. Isso se deu através dos seguintes mecanismos:

a) significou um duro baque na herança cultural que havia sido erigida por mais de cem anos por alemães e descendentes. As associações escolares responsáveis pela manutenção das escolas comunitárias desapareceram. Com isso, reuniões e deliberações de moradores de uma mesma localidade deixaram de acontecer. O compromisso cívico, não só com a sustentação financeira da escola, mas com o próprio projeto político-pedagógico da mesma, foi retirado dos pais dos alunos e repassado para o poder público. Conseqüentemente, a educação dos filhos e o funcionamento dos educandários passaram a ser preocupação dos professores e das autoridades municipais e estaduais. As comunidades, em boa medida, sentiram-se descompromissadas com a escola que passou a ser vista como algo exterior a elas, porque tudo vinha de fora: a professora, os pagamentos, o material didático e os valores que a escola transmitia que, obviamente, estavam distantes dos antigos valores comunitários. A nacionalização da escola teuto-brasileira inevitavelmente teria ocorrido com o passar do tempo, mas como explica Arthur Rambo,<sup>42</sup> sem sobressaltos, sem traumas. A campanha nacionalizadora tumultuou e viciou uma dinâmica que já estava em curso. De um lado, os pais sentiam a necessidade de os seus filhos dominarem melhor a língua nacional. Isso podia ser alcançado através da escola pública, que ainda tinha a vantagem de ser gratuita. De outro lado, a comunidade começava a se desintegrar. Estava em andamento o desenvolvimento dos meios de comunicação, particularmente do rádio, que fazia a língua portuguesa chegar até as picadas. Intensificavam-se com o correr do tempo também as relações comerciais, seja pelo aumento da produtividade, seja pela melhoria dos meios de escoamento das mercadorias, especialmente pela construção ou pelo melhoramento de rodovias, o que aumentava o intercâmbio entre alemães e descendentes com os brasileiros de outras origens étnicas. Estava, ao mesmo tempo,

---

<sup>42</sup> RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalização e imprensa. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 83..

iniciando um vigoroso processo de migração: do meio rural para áreas urbanas ou para outras regiões coloniais. Tudo isso minava e solapava a vida comunitária que havia sido sedimentada ao longo de várias décadas;

b) gerou um clima de tensão, de animosidade, de medo, de imprevisibilidade e de arbitrariedade. O medo e a falta de confiança nas autoridades e nas instituições não é um campo fértil para a construção de capital social. Pelo contrário, trata-se de um ambiente propício para a queima, a diminuição ou o desaparecimento de capital social. Portanto, deve-se trabalhar com a possibilidade de que o estoque de capital social também pode diminuir ou desaparecer. E esse processo, como salienta Uphoff, desafortunadamente, pode se dar muito mais rapidamente do que a acumulação.<sup>43</sup> Logo, a confiança horizontal, ou seja, aquela que ocorre lateralmente com outras pessoas da comunidade, e a confiança vertical, isto é, aquela que se tem nas instituições políticas e administrativas, também foram afetadas até a raiz;

c) porque privou muitas das comunidades de sua liderança. Ao banir o líder em torno do qual girava a vida cultural, religiosa e associativa da comunidade, a estrutura comunitária das localidades rurais passou a deixar cada vez mais expostas e escancaradas suas fissuras, porque as funções anteriormente desempenhadas pelo professor paroquial foram, abrupta ou paulatinamente, deixadas de lado. Daí à desestruturação da vida comunitária foi um passo. As professoras contratadas pelo poder público, para substituir experientes e engajados professores, não possuíam a mesma vivência e nem o mesmo compromisso cívico com as comunidades. Também não desfrutavam da confiança dos pais de alunos. Alguns ainda podiam estar ressentidos pelo fechamento da escola ou pela demissão ou pelo afastamento de um professor muito prezado. Mas, no geral, preferiam professores teuto-brasileiros, ou mesmo alemães, conhecedores da língua e dos problemas da vida rural e da índole da população;

d) houve a destruição generalizada da memória histórica. Manuais pedagógicos, livros, revistas, jornais, almanaques, mapas, globos, registros escolares, livros de atas de associações escolares e outros documentos foram destruídos. A destruição se deu menos pela ação dos inspetores escolares, da polícia ou dos demais agentes da nacionalização, sendo muito mais uma atitude de auto-defesa e de proteção das comunidades e das lideranças teuto-descendentes. Temendo represálias e prisões, sumir com qualquer escrito em alemão passou a ser prudente. Ao mesmo tempo, a nacionalização forçada foi responsável pela supressão de organizações que até então funcionavam com regularidade

---

<sup>43</sup> UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 140.

e tinham o foco voltado para o ensino e a educação comunitária como: os *Katholikentage* (Congressos Católicos); os *Lehrervereine* (Associações de Professores Paroquiais, tanto a católica quanto as duas evangélicas); e os *Lehrerzeitung* (os jornais do professor, publicados pelas três associações de professores existentes);

e) provocou, segundo alguns autores, queda na qualidade de ensino em alguns lugares. As alterações abruptas teriam influenciado de forma negativa, especialmente na geração que então estava sendo alfabetizada. A troca repentina de vernáculo e o fechamento de escolas, seja pela repressão do Estado, seja pela decisão das próprias comunidades, de acordo com Müller, teria gerado o aumento do analfabetismo nas colônias.<sup>44</sup> A qualidade do ensino também teria baixado porque não havia professores preparados em número suficiente para substituir aqueles que estavam ou se sentiam impedidos de continuar a lecionar. Várias pesquisas apontam no sentido de que, no final da década de 1930, o analfabetismo praticamente estaria erradicado nas comunidades de colonização alemã do Estado. Contrastando com esse dado, no restante do país o analfabetismo ultrapassaria os 80 por cento.

A educação é um dos indicadores mais seguros de conduta altruísta. Putnam aponta que o voluntariado é especialmente comum entre pais de filhos em idade escolar. Mas a educação favorece, sobretudo, o desenvolvimento. Carlos Águedo Paiva<sup>45</sup>, ao analisar o dinamismo da economia colonial gaúcha, defendeu que na democratização ao acesso à terra (o fato de todos serem proprietários de lotes de terra) e no acesso à educação residiam as causas principais desse dinamismo. No que diz respeito à taxa de alfabetização, Joseph Love já havia destacado que, em 1872, com 21,9 por cento de pessoas alfabetizadas, o RS aparecia no *ranking* brasileiro como a província colocada em terceiro lugar. Em 1890, tinha assumido a primeira colocação, com 25,3 por cento da sua população total alfabetizada.<sup>46</sup> Em 1920, incluindo a faixa de idade dos 0 aos 14 anos, o índice aumentou para 38,8 por cento, 9 por cento a mais do que o apresentado pelo estado de São Paulo, que então aparecia na segunda colocação, e 14 por cento acima da média nacional. Os colonos alemães e italianos teriam colaborado substantivamente para colocar o RS nessa posição de liderança. Em São

---

<sup>44</sup> Müller, op. cit. p. 70. No município de Santa Cruz do Sul, a matrícula efetiva, que em 1939 havia sido de 6.745, baixou, em 1942, para 5.562 alunos, o que evidencia as dificuldades encontradas no período. Cfe. KIPPER, Maria Hoppe. A nacionalização em Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 125.

<sup>45</sup> PAIVA, Carlos Águeda. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITMANN, Milton Luiz, RAMOS, Marília Patta (Org.). *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

<sup>46</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p. 21.

Leopoldo, por exemplo, em 1920, incluídas todas as faixas etárias, a taxa de alfabetização era de 62 por cento.<sup>47</sup> Assim, Paiva aponta que, apesar da ausência de capital financeiro que marcava a realidade das áreas coloniais, o desenvolvimento precoce dessas regiões – dentro dos padrões de um país que fora escravista durante o século XIX – teria sido possível porque soluções originais teriam sido encontradas em função da existência de um sólido estoque de capital social forjado nessas áreas. Ou seja, os níveis superiores de escolaridade existentes no RS, e especialmente entre a população da região colonial, teriam provocado a capacidade produtivo-inovativa dessas áreas.<sup>48</sup>

Vários levantamentos realizados em diferentes nações têm apontado a existência de uma relação entre nível de escolarização e o compromisso dos cidadãos com assuntos comunitários. Peter Hall<sup>49</sup> assinalou que cada ano adicional de estudo aumenta a propensão do indivíduo em participar de assuntos da comunidade através da afiliação a uma associação ou através da prestação de trabalho voluntário em benefício comunitário. Jean-Pierre Worms destacou que a afiliação a associações e o acesso ao seu capital social são privilégios dos quais gozam e tiram proveito principalmente aqueles que têm maior nível de estudos.<sup>50</sup> Offe e Fuchs também reconhecem que a educação, medida em anos de formação acadêmica, exerce uma influência favorável sobre o capital social. Para os autores,<sup>51</sup> a escola, mediante os seus programas explícitos e implícitos, educa as capacidades morais e cognitivas que propiciam a cooperação. Sustentam, ainda, que em termos gerais, é menos provável que se afilem a associações pessoas sem nenhum ou com baixo nível de educação formal do que aquelas pessoas que têm mais anos de escolarização.

#### 5.4 Cooperativas e nacionalização

Conforme registrado no terceiro capítulo, o cooperativismo do Rio Grande do Sul é fruto do cristianismo social, transportado da Europa e adaptado à realidade local. Uma vez

---

<sup>47</sup> LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris.(Dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano I. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo; DIFEL, 1975. p. 108-09.

<sup>48</sup> Paiva, op. cit. p. 48.

<sup>49</sup> HALL, Peter E. El capital social en Gran Bretaña. In: Putnam (2003), op. cit. p. 55.

<sup>50</sup> WORMS, Jean-Pierre. Viejos e nuevos vínculos cívicos en Francia. In: Putnam (2003), op. cit. p. 297.

<sup>51</sup> Offe, Fuchs, op. cit. p. 370-73.

fracassada a experiência do *Bauernverein* (Associação Rio-grandense de Agricultores), entidade de caráter ecumênico e étnico, os católicos investiram suas energias preferencialmente na consolidação do *Volksverein* (Sociedade União Popular), enquanto os evangélicos procuraram respaldar as Uniões Coloniais.

Como fruto do trabalho desenvolvido pelo *Bauernverein*, pelo *Volksverein* e pela Liga das Uniões Coloniais, pipocaram pelo Estado afora, especialmente nas áreas de colonização alemã, um largo número de cooperativas de produtores agrícolas e um grande número de cooperativas de crédito. Essas cooperativas auxiliaram a tecer uma intrincada rede de solidariedade, cooperação e proteção social entre os habitantes das localidades em que atuavam, o que colaborou decisivamente para a sustentação e a manutenção da vida comunitária nessas localidades. Além de atuar no sentido de impedir a degradação do tecido social e da vida comunitária, elas também tiveram papel destacado para o desenvolvimento econômico e social das localidades.

Sobre as cooperativas – uma exitosa experiência de horizontalidade social –, o peso da repressão estatal também ficou evidenciado. Mas isso já se deu antes e mesmo depois da época do Estado Novo. Na década de 1930, o Governo Federal passou a intervir profundamente no funcionamento das associações e cooperativas, o que impossibilitou a organização comunitária autônoma das mesmas. A Liga das Uniões Coloniais, para se adaptar à legislação, se transformou em Federação de Consórcios Profissionais Cooperativos e procurou transformar as Uniões Coloniais de base local em consórcios corporativos. Sua derrocada inicia aí. Já o *Volksverein* precisou renunciar ao seu caráter étnico e religioso, esteio em que se fundamentava desde 1912, quando de sua fundação. Fiscalizado pelo Estado, ficou proibido de desenvolver atividades de ordem político-social e religiosa, tendo que restringir sua atuação a espaços delimitados.

A campanha forçada de nacionalização iniciada em 1938 representou mais um duro golpe para o cooperativismo gaúcho e brasileiro. Não porque o governo passasse a simplesmente proceder à encampação ou ao fechamento das entidades, mas porque minou o terreno para a cooperação, para a ajuda mútua, para a solidariedade, ou em outros termos, para a confiança social. Na medida em que lideranças comunitárias foram presas ou repreendidas, em que escolas comunitárias foram fechadas, em que a imprensa em língua estrangeira foi suprimida, em que associações culturais e desportivo-recreativas foram paralisadas, em que atividades religiosas foram suspensas, não havia mais clima propício para

o trabalho das cooperativas. A própria realização de reuniões e assembléias de cooperados estava legalmente dificultada. Somente poderiam se realizar com o consentimento expresso de autoridades policiais.

Como costuma ocorrer, as lideranças das cooperativas tinham, igualmente, participação destacada em uma série de outros empreendimentos comunitários. Quase que mecanicamente, o associacionismo impele ao voluntariado, à solidariedade, à confiança recíproca. Seus elementos de proa, por isso mesmo, participavam das diretorias da igreja, da associação escolar, de algumas sociedades beneficentes, culturais e desportivo-recreativas e, muitas vezes, até mesmo da política local. Na medida em que o cerco ao germanismo foi se fechando, tomaram atitudes defensivas para se resguardar, para resguardar a comunidade e os próprios cooperados. Ajudaram a sumir com materiais que os pudessem indispor com as autoridades policiais, orientavam o fechamento de sociedades e passaram a participar menos da vida cívica comunitária.

O cooperativismo, que é produtor natural de capital social, viu-se, portanto, reprimido pela nacionalização. Vale sempre lembrar que, tanto para os católicos quanto para os evangélicos, o associativismo se dava através da religião e da identificação étnica. Não é por um mero acaso que o idioma alemão tornou-se preferencial nos jornais que faziam a divulgação do cristianismo social no RS.

Passada a nacionalização, as cooperativas seriam vítimas, em breve, de outro governo de exceção. Trata-se da Ditadura Militar implantada no país em 1964. Para beneficiar o grande capital, o Estado brasileiro impôs sérias restrições ao funcionamento das tradicionais cooperativas de crédito. A manutenção delas foi praticamente inviabilizada. Situação semelhante aconteceu com as cooperativas de produtores. Dessa forma, exitosas experiências coletivas baseadas na cooperação, solidariedade e confiança recíproca de seus membros foram solapadas. Na medida em que o cooperativismo minguou, decaiu também o índice de capital social.

A quebra das cooperativas de produtores rurais que então se deu veio acompanhada da destruição de capital social que, como já explicitado no segundo capítulo, não é um patrimônio fixo e quantificável. A participação nas cooperativas criava a possibilidade do desenvolvimento de autoconfiança entre os associados que, através das tomadas de decisões, reforçavam sua responsabilidade individual e coletiva para o bom



andamento e desempenho das atividades das suas entidades. Tiveram fundamental importância para a melhoria das condições materiais de existência de seus associados e para a dinamização da vida social das comunidades em que atuavam. Com o fechamento delas, o clima de confiança, de cooperação e de solidariedade foi rompido. Atualmente – e isso, talvez, ocorra mais acentuadamente no meio rural do que no meio urbano –, há uma grande aversão ao cooperativismo. E isso acontece porque, nesse quesito, nas décadas de 1940, 1960, 1970 e 1980 o capital social gerado foi negativo.

### **5.5 Sociedades culturais e desportivo-recreativas e nacionalização**

As sociedades também foram bastante atingidas pela nacionalização, sendo muitas completamente desmanteladas. As de lanceiros, ulanos e de atiradores, inicialmente foram proibidas de usar o aparatoso uniforme militar que possuíam.<sup>52</sup> Depois, "por motivo de segurança", tiveram que ser entregues à polícia lanças, espadas, espingardas, alvos, bandeiras e demais apetrechos das entidades. As sociedades de atiradores suspenderam completamente suas atividades durante o período.<sup>53</sup> Associações de canto, de leitura e de teatro tenderam ao natural desaparecimento, haja vista que, impreterivelmente, seus integrantes faziam uso da língua alemã para entoar os cânticos, fazer a leitura de livros ou encenar peças.

Para que pudessem se manter em funcionamento, algumas das sociedades tiveram, primeiramente, que alterar seus nomes para a língua portuguesa. Depois, traduzir para o idioma nacional seus estatutos, vernáculo no qual também doravante deveriam ser redigidos os livros de atas. A alteração de suas bandeiras e de outros símbolos acompanhou as modificações. Mas o que mais afetou o regular

---

<sup>52</sup> O Decreto-Lei N. 383, de 18 de abril de 1938, vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil e dava outras providências. Num ambiente em que eram facilmente confundidas práticas culturais de teuto-descendentes com atividades de células nazistas, vários de seus artigos podia ser interpretados arbitrariamente por policiais e outras autoridades. Um desfile de ulanos, por exemplo, dependendo da interpretação, poderia ferir um dos incisos seguintes do Artigo 2, que vedava a estrangeiros:

3. Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

4. Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões, de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos 1 e 2.

Assim, temendo complicações, dá-se a partir de então início também à autocensura, o que vai desativando as sociedades.

<sup>53</sup> Centenário de colonização alemã em Rio Pardo, município de Santa Cruz do Sul 1852-1952. Santa Cruz do Sul: Gráfica Bis & Rech, 1952. p. 233

funcionamento das sociedades foi a necessidade de obtenção de autorização policial para a realização de festividades ou reuniões entre os associados. A partir do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão, ficou vedado:

- a) distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações (Alemanha, Itália e Japão);
- b) cantar ou tocar hinos das referidas potências;
- c) fazer saudações peculiares a essas potências;
- d) usar o idioma das mesmas potências em conversações em qualquer lugar público, inclusive cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc;
- e) exhibir em local acessível ou exposto ao público, retratos de membros de governos daquelas potências;<sup>54</sup>

Como as reuniões públicas, quer de caráter social, quer de caráter beneficente, ficaram proibidas, passou a ser necessária a expedição de uma permissão por parte da repartição policial para que elas pudessem ocorrer. Assim, a maioria das sociedades foi desativada temporariamente ou para sempre nessa época.

Como a polícia passasse a vasculhar domicílios, casas comerciais e salões de festa em busca de armas, munições e de material escrito considerado subversivo, muitas lideranças comunitárias, receosas do que lhes pudesse suceder, destruíram ou fizeram desaparecer o material e a documentação das entidades culturais e desportivo-recreativas. Temendo que livros de literatura, jornais, bandeiras, hinários, estandartes e flâmulas com dizeres em alemão, cadernos de atas e outros registros fossem parar nas mãos de policiais ou de autoridades civis, importantes fontes de pesquisa para estudos da história social da colonização acabaram sendo irremediavelmente perdidos.<sup>55</sup>

Alguns fatos ocorridos com as sociedades durante o período da nacionalização podem ser exemplificados. Quando da decretação do Estado Novo, o acervo da Sociedade de Canto e Leituras *Frohsin*, de Alto Sampaio, município de Venâncio Aires, era de cerca de 4 mil volumes, que abrangiam diferentes ramos do saber: história, romance, poesias, biografias, aventura, ciências exatas, todos em língua alemã, e a maioria escrita em gótico.

<sup>54</sup> Circular n. 3 da Chefia de Polícia.

<sup>55</sup> A mesma circular determinava:

V - Devem ser detidos aqueles que ostensivamente ou em lugar público manifestem simpatia pela causa das referidas potências.

VI - Devem ser arrecadados todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências existentes em livrarias, especialmente estrangeiros ou casas particulares.

Durante a campanha de nacionalização, a sociedade foi fechada, e seu acervo, apreendido. A grande enchente de 1941 encontrou os livros jogados, na sede do município, em um porão do judiciário, inutilizando grande parte do acervo. Somente a metade do acervo teria, posteriormente, retornado às prateleiras da sociedade.<sup>56</sup>

O *Turnhale* Santa Cruz, como decorrência da nacionalização, a exemplo das sociedades congêneres existentes no RS, trocou seu nome para Sociedade Ginástica Santa Cruz. Durante a Segunda Guerra, além dos livros de sua biblioteca, o busto de *Vater Jahn*, denominado Pai da Ginástica, nascido em 1778 e falecido em 1851, foi apreendido por ser considerado adepto do nazismo. Em 1948, o Delegado de Polícia José Henrique Mariante, ciente do erro cometido por seus antecessores, restituiu a imagem à sociedade.<sup>57</sup>

Em Venâncio Aires, o *Lesenverein* (Sociedade de Leituras) que havia sido fundado em 1887, teve seu nome alterado para Clube Comercial. Sua biblioteca ficou fechada entre 1941 e fins de 1947. Na assembléia realizada em 28 de junho de 1941, houve uma tomada de posição dos associados quanto ao uso de idioma estrangeiro nas dependências da entidade: “(...) 4º. Uso da língua estrangeira. Resolveu a Assembléia, por maioria, proibir manifestações coletivas, tais como cantos, discussões, etc, em idioma estrangeiro, no recinto da sociedade.”<sup>58</sup>

Terminada a guerra, a maior parte das sociedades fechadas reabriu e novas foram fundadas, ocorrendo um verdadeiro florescimento de entidades desportivo-recreativas. No entanto, aquelas que tinham finalidades eminentemente culturais não conseguiram se reerguer. O mesmo se pode dizer das sociedades de cavalarianos.

A participação em sociedades de diversos fins é considerada, na tradição dos seguidores de Putnam, um importante sintoma de existência de capital social. Durante os anos em que aconteceu a Campanha de Nacionalização, e mesmo em alguns anos posteriores, muitas pessoas que normalmente freqüentavam as reuniões de sociedades ou participavam das atividades que as mesmas promoviam deixaram de fazê-lo ou reduziram em muito sua participação. Grande parte das sociedades, principalmente as

<sup>56</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre EST/EDUCS, 1983.p. 184.

<sup>57</sup> MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Organizado e Atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wunsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 149-50.

<sup>58</sup> DREBEL, Marione dos Santos. *A influência da campanha de nacionalização na Sociedade de Leituras de Venâncio Aires*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001. (Monografia de Prática de Pesquisa em História).

existentes no meio rural, simplesmente encerrou suas atividades durante o período. As que permaneceram ativas, tiveram que se adaptar aos novos ventos que sopravam e à legislação nacionalizadora. As sociedades de atiradores, de ulanos e de lanceiros, que por ignorância ou por má intenção de alguns, poderiam ser confundidas com corpos paramilitares a serviço da Alemanha nazista, não tinham como continuar funcionando normalmente; as sociedades de canto e de teatro não podiam cambiar de um momento para outro de idioma; as sociedades de entretenimento, como as de bolão e de bolãozinho de mesa, tiveram problemas para reunir seus associados porque isso só era permitido com autorização policial. As sociedades maiores e com sede própria, mantidas e freqüentadas por uma elite de cidadãos alemães e de brasileiros descendentes de alemães, a exemplo das sociedades de ginástica, de um Clube União, de uma Aliança Católica, apesar de serem fustigadas por policiais e autoridades e de terem de se adaptar à legislação, mantiveram-se abertas durante o período.

Maria Hoppe Kipper ressalta que os *Vereine*, especialmente os do interior, “ajudavam a criar um espírito de corpo na comunidade e representavam quase as únicas oportunidades de contato social e de recreação. Outras funções das mesmas eram a manutenção dos bons costumes, a seleção social e, certamente, apesar de não expressa em seus estatutos, a preservação de suas raízes culturais, ou seja, a conservação do *Deutschtum*. Eram bastante ativas e exerciam também uma função integradora local e regional, pois os torneios, competições, festas e bailes do rei que realizavam reuniam sociedades de várias comunidades.”<sup>59</sup> Em outras palavras, pode-se dizer que fomentavam o comportamento cívico comunitário.

Num ambiente de pressão, de pavor e de medo, a confiança no outro foi substituída pela desconfiança; o companheirismo e a solidariedade foram preteridos pelas decisões pessoais e pelo individualismo. Ninguém mais precisava discutir um estatuto de sociedade, participar de reuniões, deliberar, votar para cargos diretivos, pagar anuidades ou ler algum impresso da sociedade a que pertencia. Os espaços de sociabilidade haviam se reduzido, basicamente, ao próprio lar e a esporádicos contatos com algum vizinho ou familiar. A nacionalização não gerou protestos ou indignação, mas medo, insegurança e passividade. Se a confiança no Estado e nas instituições por ele mantidas não era grande, reduziu-se ainda mais. A polícia passou a ser temida; a desconfiança em relação aos advogados aumentou; da justiça, passou-se a ter pavor; de

---

<sup>59</sup> Kipper (1994), op. cit. p. 126.

algumas autoridades políticas e de alguns funcionários públicos, passou-se a ter ódio. Enfim, o compromisso cívico e o estoque de capital social gerado nos *Vereine* eclipsaram-se em grande parte. Isso, obviamente, não poderia ser retomado ao natural. Não bastaria simplesmente reconstitucionalizar o país e acabar com as medidas nacionalizantes repressivas para retomar aos estoques anteriores. O trauma psicológico coletivo continuaria presente na mente dos que vivenciaram ou que ouviram falar dos acontecimentos. Doravante, nada mais poderia ser exatamente como fora dantes.

Ainda que não haja provas conclusivas, é aceito pela literatura internacional que a afiliação a um partido político, a um sindicato, a uma igreja, a um clube desportivo ou recreativo, a uma instituição cultural ou a alguma outra associação voluntária formal exerce sobre seus membros uma influência formativa benéfica. A interação, o debate e a informação difundidos pelo grupo aumentam a capacidade do membro para realizar suas funções, para enfrentar os conflitos internos e para contribuir para a manutenção da vida da própria sociedade. Oportuniza-o, igualmente, a expor juízos razoáveis no mundo externo. Seguindo uma tese toquevilleana, isso faria das pessoas cidadãos melhores, capacitando-as a resolver civilizadamente os conflitos e a ter juízos competentes sobre a vivência em sociedade e a respeito das instituições públicas.

## **5.6 Imprensa e nacionalização**

Como demonstrado no capítulo terceiro, os alemães e seus descendentes desenvolveram no RS uma imprensa rica e diversificada. Embora publicados em língua alemã, eram jornais brasileiros destinados a um público restrito e específico. Estavam voltados, dependendo da sua circulação, a um público local, regional ou estadual. Consoante sua missão, dedicavam-se a veicular noticiosos, a fazer o aconselhamento espiritual e religioso, a ser um instrumento de orientação de uma associação ou de uma categoria profissional, ou tinham como foco o entretenimento ou a cultura. No cômputo geral, estavam empenhados no processo de colonização em curso, desde a fundação da colônia de São Leopoldo, e em acompanhar os pleitos e as reivindicações da população de descendência alemã do Estado.

Durante a nacionalização forçada, a imprensa brasileira de língua alemã que,

como visto, era editada em várias cidades do RS, foi proibida. As empresas jornalísticas, caso desejassem continuar publicando os seus periódicos, deveriam passar a fazê-lo no idioma nacional. A circulação de livros em alemão, ou a sua simples leitura, ficaram também proibidos. Os infratores poderiam ser repreendidos, e o pior, confundidos ou indiciados como traidores da Pátria ou rotulados como “Quinta Colunas”.

Foi assim que a imprensa, que se autodenominava de teuto-brasileira, foi colocada fora de circulação. O *Kolonie*, que em 1941 comemorava cinquenta anos de existência, despediu-se dos seus leitores numa sexta-feira, 29 de agosto. No editorial, o jornal lamentava a ordem do Governo Federal que vedava a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira no país a partir do dia 31 daquele mês. De acordo com o periódico, “com essa medida – de resto única no mundo inteiro – finda-se a existência secular da imprensa teuto-brasileira, a mais antiga e também a mais numerosa imprensa em língua estrangeira que se publicou no Brasil, embora a imigração germânica não prevalecesse pelo número.”

O jornal enfatizou ter cumprido durante meio século sua missão que era: servir de guia e conselheiro aos imigrantes; contribuir para o melhor conhecimento de assuntos europeus no Brasil e servir de “intermediário entre o Brasil e não somente os países de língua alemã, mas ainda aquela parte da Europa não germânica, onde a língua de Goethe é largamente compreendida e lida.” Sucedeu ao *Kolonie* o Jornal de Santa Cruz. Esse, no entanto, não conseguiu ir além dos 14 números publicados. Foi somente em 1945 que a cidade passaria a ter um novo jornal. Surgiu então a Gazeta de Santa Cruz, que anos mais tarde passaria a se chamar Gazeta do Sul.

Arthur Rambo<sup>60</sup> defende que a proibição de circulação da imprensa em língua estrangeira, especificamente a de língua alemã, foi um dos equívocos mais funestos dos condutores da nacionalização. Esses órgãos de imprensa não atuariam no sentido de isolar, mas teriam colaborado para inserir os imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira. De fato, os jornais e outros periódicos ajudaram de forma decisiva para organizar socialmente a população de origem teuta do Estado. Colaboraram para coesionar, formar espírito de grupo e direcionar comunidades, adeptos de um determinado credo e de categorias profissionais, como foi o caso, por exemplo, dos

---

<sup>60</sup> Rambo, Arthur (1994), op. cit. p. 76.

professores paroquiais católicos e evangélicos.

Como destaca Moraes,<sup>61</sup> a escola, a estrada, o rádio e a penetração de novos agentes nacionalizantes não foram suficientes para incorporar de todo velhos colonos. Esses, que na sua infância não haviam tido escola para aprender o português, ou quando a tiveram, foi por pouco tempo, não puderam praticar a língua da terra que acolheu os seus antepassados. Isolados em suas glebas e travando contatos com iguais na comunidade, não puderam aprender a língua do país. Mesmo nos núcleos populacionais urbanos, esses antigos representantes da etnia teutônica não conseguiram assimilar-se plenamente, pois, ignorando a língua lusitana, só poderiam conviver com quem falasse alemão. Muitos deles esqueceram, com o tempo, o que aprenderam, tanto assim que, em diversas zonas, não mais eram capazes de ler jornais ou revistas, nem em português nem em alemão. Eram de uma progênie que não pôde freqüentar escolas que rareavam ou não existiam.

Se, de fato, a leitura de jornais for tomada como um indicador básico de civismo da vida regional, não há dúvida alguma de que a nacionalização compulsória reduziu em muito o comportamento cívico dos teuto-descendentes. Como muitos liam somente no idioma em que tinham sido alfabetizados, na medida em que os jornais impressos em língua estrangeira foram postos fora de circulação, deixaram praticamente de ler. Conseqüentemente, deixaram de se informar de maneira adequada sobre assuntos da comunidade, do país e do mundo. Com isso, diminuíram as condições de participar das deliberações cívicas. Como os leitores de jornais participam mais ativamente em clubes e associações cívicas, participam mais da política e, normalmente, trabalham e dedicam mais tempo para projetos de voluntariado e comunitários, visitam mais seus vizinhos e amigos, isso tudo pode ter-se reduzido durante e após a campanha de nacionalização encetada pelo Estado brasileiro e posta em prática por autoridades civis e militares do Rio Grande do Sul.

Embora estivesse estabelecido no já referido Decreto-Lei nº. 1.545, de 25 de agosto de 1939, no seu Artigo 27, que o Governo da União auxiliaria os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros, isso, de fato, quase não aconteceu. Os livros em alemão foram, em pequena parte, levados embora pelos agentes nacionalizadores; em grande parte,

---

<sup>61</sup> MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981. cit. p. 120.

destruídos pelos seus próprios donos. Em seu lugar, nada foi colocado.

### 5.7 O cotidiano e a nacionalização

Nas regiões de colonização germânica, usava-se a língua alemã em quase todas as atividades sociais, culturais, religiosas e até econômicas. Seu uso era mais intenso nas áreas rurais do que nos aglomerados urbanos, onde era maior o número de pessoas bilíngües.<sup>62</sup> Como o vernáculo alemão era utilizado informalmente para quase todos os fins, a interdição da língua alemã atingiu também o cotidiano dos moradores. Em Santa Cruz, logo no início do ano de 1939, a Prefeitura Municipal comunicou que, até o dia 10 de janeiro, todos os letreiros e as propagandas em língua estrangeira existentes nas fachadas das casas comerciais deveriam ser retirados. Após essa data, recairia uma multa anual de 3 contos e 600 mil réis sobre os infratores.<sup>63</sup>

Alterações nos nomes de localidades passaram a ocorrer em profusão. Estudos de Toponímia atestam esse fato.<sup>64</sup> Tentou-se, inclusive, mudar o nome de cidades. Novo Hamburgo, por algum tempo, passou a ser Marechal Floriano. Santa Cruz, de acordo com o IBGE, deveria ter um nome indígena. O pretexto era o de que, em todo o território do país, haveria mais cidades com a mesma denominação. Na verdade, o que ocorreu é que alguns burocratas viram uma certa relação existente entre o nome da cidade e a cruz gamada usada pelos nazistas. A reação de um grupo de pessoas influentes do município fez com que houvesse o recuo e a solução foi acrescentar um “do Sul” ao nome já tradicional. Isso se deu no ano de 1944.

Nem mesmo os cemitérios foram poupados pelos nacionalistas mais extremados. Em alguns campos santos ocorreu uma série de atos de vandalismo com destruição de sepulturas. Os tradicionais epitáfios das lápides das sepulturas, escritos em alemão em memória do ente querido falecido, passaram a ser substituídos por um simples "aqui jaz".

---

<sup>62</sup> Kipper (1994), op. cit. p. 121.

<sup>63</sup> *Kolonie*, 4 jan. 1939, p. 2.

<sup>64</sup> Virgínia Etges e Milena Seer, em um estudo sobre a toponímia dos atuais municípios de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vera Cruz e Vale do Sol, levantaram 44 topônimos cujo nome original foi alterado principalmente em função da campanha de nacionalização. ETGES, Virgínia Elisabeta., SEER, Milene. Estudos da toponímia como expressão da organização espacial da região de Santa Cruz do Sul/RS. Redes Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC. 150 anos de colonização em Santa Cruz do Sul (1849-1999). Santa Cruz do Sul, Ed. da UNISC v. 4, p. 91-108, ago. 1999.



Mesmo inscrições existentes em templos tiveram que ser removidos ou cobertos por mantos.<sup>65</sup>

Em 8 de março de 1939, através da Portaria nº. 132, o Dr. Admar Severo, juiz de direito da Comarca de Santa Cruz, resolveu proibir a todos os escrivães distritais da Comarca qualquer ato jurídico (nascimentos, casamentos, óbitos, escrituras, procurações etc.) em que fossem interessadas pessoas que desconhecessem o idioma nacional. Quem não soubesse se pronunciar no vernáculo, somente poderia praticar atos jurídicos na sede da Comarca com a intervenção de um intérprete.<sup>66</sup>

No dia 23 do mesmo mês e ano, o prefeito Caio Brandão de Mello, através do Decreto nº. 10, resolveu proibir expressamente o emprego de idioma estrangeiro na Prefeitura Municipal, em secções ou dependências da mesma, inclusive nas subprefeituras. Assim, nenhum contribuinte ou interessado poderia ser atendido por funcionário da Prefeitura se não se expressasse em português ou se fizesse acompanhar de um intérprete.<sup>67</sup>

Na esfera federal, foi somente com o Decreto-Lei nº. 1.545, de 25 de agosto de 1939, que ficou estabelecido, através do seu Artigo 15, que ficava proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

O cotidiano das pessoas, em função da campanha de nacionalização, também foi alterado. Como ficou terminantemente proibido falar o alemão em locais públicos, e como muitos não sabiam se expressar em português, preferiram ficar recolhidos ao seu lar.<sup>68</sup> Como acertadamente observou Sérgio Dillenburg, “muitas pessoas idosas, que mal se expressavam em português, subitamente tiveram de aprender o idioma do país, sofrendo, por isto, não raras ameaças ou chacotas, quando não sendo alvos de

---

<sup>65</sup> “Em virtude da atual situação política foram removidos da igreja os hinários e as Bíblias em alemão, bem como os cobertores de altar com inscrições em alemão, igualmente a placa de bronze com o nome dos antigos pastores da Comunidade”. Ata nº. 32, de 01 de março de 1942, da Comunidade Evangélica de Santa Cruz, *apud* RÖHSIG, Henrique Frederico. O impacto da campanha de nacionalização na Comunidade Evangélica Luterana de Santa Cruz do Sul (1935-1960). Santa Cruz do Sul, 2004. (Monografia de Especialização em História do Brasil da UNISC). p. 61.

<sup>66</sup> *Kolonie*, 10 mar. 1939. p. 1.

<sup>67</sup> *Kolonie*, 27 mar. 1939. p. 1.

<sup>68</sup> Estabelecia a Circular mº. 6, no seu item 4, alínea d, expedida pela Chefia de Polícia do Estado que estaria sujeito à prisão todo aquele que usasse o idioma das potências do Eixo “em conversações em qualquer lugar público, inclusive cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc”.

chantagem.”<sup>69</sup> Mesmo nos seus próprios domicílios podiam ser molestadas. O número de bailes, de quermesses e de festas, conseqüentemente, diminuiu sensivelmente, assim como a freqüência. As idas à cidade, para efetuar compras, igualmente decresceram em número. Houve casos de famílias que moravam à beira da estrada que não mais se arriscavam a rezar à mesa por ocasião das refeições, temerosas de que fossem denunciadas por algum espião ou vizinho. Delações infundadas também aconteceram, pois desafetos se aproveitaram da ocasião para se vingar de algum rival. Ressalta Moraes que as providências nacionalizantes levaram autoridades policiais a exageros como o de até proibirem colonos de falarem alemão nos ônibus que os conduziam do interior para as cidades. Alguns deles chegaram a ser presos e muitas residências foram vasculhadas pela polícia com confisco de obras.<sup>70</sup>

A nacionalização e o posterior Estado de Guerra contra os países do Eixo provocaram, ainda, atos discriminatórios, agressões verbais, agressões físicas, piadas, extorsões financeiras e de bens contra a população de origem germânica. O clima de insegurança e de medo, por isso mesmo, foi constante. A campanha antigermânica encetada nas regiões de predominância da população de descendentes de imigrantes alemães passou pela imprensa. Jornais e estações de rádio apresentavam artigos agressivos contra os alemães, sem que os autores se identificassem devidamente. A lista dos intelectuais gaúchos que se vincularam e se aproximaram do Estado Novo, defendendo o regime ou os detentores do poder no âmbito estadual, conforme registrado por Gertz, foi bastante extensa.<sup>71</sup>

O Diário Oficial da União, em 19 de setembro de 1942, publicou o Decreto-lei nº. 4.701, de 17 de setembro de 1942, que dispôs sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios. Estabelecia o artigo 2 que os indivíduos ou as sociedades que exerciam o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios, não poderiam transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta. Dois dias antes da publicação do Decreto-Lei pelo DOU, já circulava em Santa Cruz o panfleto abaixo que, como pode ser percebido, tinha um teor muito mais rigoroso e intimidatório.

---

<sup>69</sup> Dillenburg, op. cit. p. 85.

<sup>70</sup> MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 121.

<sup>71</sup> Gertz (2205), op cit. p. 114-143.

# Aviso á População

- 1) — Levo ao conhecimento de todos e a quem interessar possa que, os nacionais da Alemanha, Italia, Ungria e Rumania, residentes e domiciliados neste Municipio, estão, terminantemente, prohibidos de se afastarem desta comuna, não podendo viajar para lugar algum. As viagens que os mesmos pretenderem fazer, no interior do Municipio de Santa Cruz, estão acondicionadas á aprovação desta Delegacia de Policia.
- 2) — Estão prohibidas as reuniões publicas, quer de caráter social, beneficente, etc., sem permissão da competente repartição policial. Outrolanto, as coletas em beneficio das respeitvas instituições devem ser aprovadas por esta Delegacia de Policia.
- 3) — Os senhores vendedores de aparelhos de RADIOS RECEPTORES, sómente podcrao efetuar vendas a elementos brasileiros, dependendo, todavia, a compra, á aprovação desta Delegacia de Policia. E, nenhuma bateria poderá ser vendida cu carregada, sem prévia autorização desta D. P.
- 4) — Comunico aos senhores nacionais da ALEMANHA, ITALIA, UNGRIA e RUMANIA que, dentro de 48 horas (QUARENTA E OITO), deverão receber todos os seus aparelhos receptores, a esta Delegacia de Policia, sob pena de serem apreendidos os aparelhos e presos esproprietários dos mesmos, se não o fizerem dentro do prazo estipulado.
- 5) — Toda pessoa que for surpreendida falando o idioma alemão, ou, italiano, onde quer que seja, será presa e recolhida a CASA DE CORREÇÃO.

Delegacia de Policia de Santa Cruz, 17 de Setembro de 1942.

*Dr. François Némé*  
Delegado de Policia

A proibição, não somente de aquisição, mas mesmo de manutenção, no próprio lar, de aparelhos de rádio, foi estendida também para os súditos da Hungria e da Romênia. Os rádios receptores de propriedade de nacionais da Alemanha, Itália, Hungria e Romênia passaram a ser apreendidos. Mesmo para os nascidos no Brasil, a aquisição de rádio passou a ser dificultada. Bastava ter um sobrenome alemão ou italiano para que a compra somente pudesse ser concretizada após a aprovação da Delegacia de Polícia.

Como as denúncias anônimas eram muitas, a Repartição Central de Polícia, sediada em Porto Alegre, fez circular um panfleto alertando para que as denúncias infundadas cessassem. Uma briga entre vizinhos, uma discussão entre colegas de trabalho, uma vingança contra um ex-patrão ou uma antiga rixa entre desafetos poderiam ser motivos suficientes para denunciar alguém à polícia sob a acusação de falar o alemão, de possuir armas, de manter escritos em língua estrangeira ou de sintonizar o rádio na estação de Berlim.<sup>72</sup>

O delicado momento do período de nacionalização e da guerra fez com que alguns espertalhões percorressem as áreas coloniais com o fito de vender retratos de personalidades importantes do governo, especialmente de Getúlio Vargas, álbuns, distintivos e ações de companhias.<sup>73</sup> Comerciantes e pacatos colonos eram coagidos a comprar, por preços extorsivos, o material ofertado. Em um local visível de salões de baile, de casas comerciais, de salas de escolas, de residências e até mesmo de templos, a foto do ditador Vargas ficava exposta.

---

<sup>72</sup> Kipper, op. Cit. p. 129.

<sup>73</sup> Em 18 de janeiro de 1943, compareceram na DP de Santa Cruz, perante o delegado, Sr. Agostinho Ghislene, e o escrivão, Milton Rodrigues, os senhores Helmut Wartchow, Francisco Wartchow e Ewaldo Bohr. Disseram que apareceu na Linha Rio Pardinho, 4º distrito, onde moravam os queixosos, no mês anterior, um indivíduo baixo, gordo, cor morena, barba e bigode raspados, cabelos e olhos castanho-escuros, bem trajado, que se dizia representante da Cia. Siderúrgica do Brasil. Esse indivíduo teria forçado os declarantes a comprarem ações da aludida companhia por meio de palavras ameaçadoras. Teria dito que quem não comprasse era Quinta Coluna. (Livro de Queixas da DP, 1943. p. 90).

Queixa idêntica fora feita, em 16 de janeiro de 1943, por Balduino José Giehl, João Marcos Shuster, João Soder, Henrique Leonardo Müller, Fredolino Konzen, Rodolfo Ziegart, Leopoldo Anton e Leopoldo Guilherme Kappaun. O primeiro reclamante residia em Linha Santa Cruz; o segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto moravam em Linha São João da Serra; os dois outros, eram colonos em Cerro Alegre.

De acordo com os queixosos, andaram em suas residências dois indivíduos que se diziam inspetores da Cia. Nacional da Indústria Pesada, mandados pelo Presidente da República para venderem apólices aos bons brasileiros. Obrigaram os queixosos a adquirirem ações da Companhia sob pena de serem relacionados, isto é, terem seus nomes anotados e remetidos para as autoridades competente de Porto Alegre, por se negarem a ficar com apólices patrióticas. Os reclamantes foram unânimes ao dizer das ameaças sofridas pelos supostos agentes da empresa e disseram que um dos estelionatários, mais baixo, falava com eles o idioma alemão, depois de pedir ao seu companheiro, que se dizia fiscal superior do Presidente Vargas, licença para tal. Que o agente baixo, quando se expressava em alemão, dizia que os queixosos deveriam ficar com apólices porque senão iriam perder suas descendências alemãs, o que muito deveriam honrar. Tendo ficado com parte das mesmas, julgavam-se logrados, pois, após compararem as ações entre si, notaram que quase todas variavam de preço e que umas estavam seladas e assinaladas e outras não. (Livro de Queixas da DP, 1943, p. 99-103)

*Vol. 10*

## Repertição Central de Policia

# AVISO!

## Delegacia de Policia

1) — A Delegacia de Policia de Santa Cruz avisa aos senhores portadores de armas que, de ordem superior, as mesmas, semente, poderão ser portadas, em objeto de serviço.

Todo o proprietario de arma que, não tiver registrado a mesma, deverá faze-lo dentro de 48 horas, sob pena de ser a mesma apreendida.

2) — De ordem do Exmo.º Sr. Tte. Cel. Chefe de Policia, dou ciencia, a quem interessar possa que, de acordo com a Circular n.º 19, da Chefia de Policia, fica expressamente prohibida a venda de retratos de personalidades do Governo, albus, distintivos e ações de Companhia, etc., que envolvam de qualquer modo, coação moral aos compradores.

3) — **Esta Delegacia de Policia comunica aos autores de anonimatos para que cessem de enviar a esta D. P., cartas-anonimas, com denuncias gratuitas.**

**Não nos interessam o anonimato gracioso e as denuncias infundadas, baseadas em inimizades e odios contra essa ou aquela pessoa. A Delegacia de Policia desta terra não carece de arrimo ou de amparo falsos; ela sabe nortear a sua ação com prudencia, serenidade, equilibrio e muita justiça.**

**As pessoas cultas, com hombridade, dignas, elevadas de carater e de bom senso, não adotam tal critério, indice demonstrativo de ignorancia e de covardia.**

**Pedimos, portanto, a esses individuos desconhecidos, que não nos perturbem e, nem embarrassem a nossa ação, que é a mais digna, a mais util e a mais patriótica.**

*Ass.: François Nehmé*  
Delegado de Policia

A confiança nas autoridades policiais foi totalmente perdida. Não bastassem as atrocidades cometidas, o delegado de Santa Cruz ainda teria inventado uma

contribuição conhecida como Imposto de Guerra. Na realidade, o tributo criado por François Nehmé chamava-se Imposto Policial de Funcionamento. Em função do tributo, teria cobrado indevidamente de proprietários rurais valores, de acordo com as posses dos colonos, que oscilavam entre 30, 60 e 90 mil réis. O Imposto de Guerra (*Kriegsteuer*) só teria sido arrecadado no interior do município, provavelmente porque se temesse que os moradores da cidade, bem mais esclarecidos, pusessem em dúvida sua existência. A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Santa Cruz foi alertada para o fato da ilegalidade do imposto e representou contra, junto à Secretaria de Segurança do Estado, tendo ido a Santa Cruz, em 1942, o Dr. Aldo Sirângelo, fazer um inquérito. Teria sido apurado que o montante do imposto arrecadado não havia sido recolhido aos cofres públicos, mas transferido para Porto Alegre, para a conta bancária particular do delegado, que teria sido obrigado a devolvê-lo, encarregando-se a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de reembolsar os colonos lesados.<sup>74</sup>

Analisando os registros existentes na Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul, constatou-se que a repressão política aos nazistas foi centrada sobre alguns moradores da cidade, sobretudo alemães natos. Contudo, as prisões executadas diretamente pelos policiais do DOPS no município não foram escrituradas nos livros de registros da DP local. Não se tem a informação precisa de quantos e de quais foram exatamente os cidadãos alemães e brasileiros presos na cidade, acusados de promover propaganda nazista.<sup>75</sup> Os apontamentos encontrados que versam sobre o assunto tratam, basicamente, das buscas e apreensões de materiais, como livros, gravuras, bandeiras, armas, binóculos, máquinas fotográficas e rádios. O maior número de batidas registradas deu-se entre o final de 1941 e agosto de 1942, ou seja, nos meses que antecederam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

As informações sobre os objetos apreendidos pelos policiais são extremamente

---

<sup>74</sup> KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

<sup>75</sup> Na edição de primeiro de março de 1938, p. 3, o *Volkstimme* noticia a prisão de lideranças nazistas na capital. Comunica também que pessoas ligadas ao NSDAP e ao DAF de Santa Cruz foram presas e levadas a Porto Alegre. Eram eles: Paul Erath, Oscar Agte, Paul Elwanger e o professor de ginástica Boysen, todos eles cidadãos alemães. Em 30 de setembro de 1958, o industriário de nacionalidade alemã, Ludwig Christian Heinrich Docter, mandou publicar na *Gazeta do Sul* (p. 4) uma declaração na qual desmente boatos políticos existentes na cidade de que o Cel. Walter Perachi Barcellos estivesse ligado à repressão havida durante a Guerra. Na nota ele afirma ter estado preso durante quase 2 anos na Colônia Penal Daltro Filho, lá estando sujeito “a tratamento torturoso, chicanas as mais ignóbeis, às quais nunca se submete quem ou o que quer que seja, nem mesmo animal raivoso.” Denuncia que na época teria sido também vítima de saque e de roubos, compreendendo livros culturais e científicos, dicionários, coleção de selos etc.

escassas. Armas, facas, espadas, binóculos, rádios, máquinas fotográficas e outros objetos recolhidos de sociedades e de indivíduos parecem ter desaparecido. Uma vez reconstitucionalizado o país, a imprensa e a Câmara de Vereadores local passaram a cobrar a devolução do material. Inclusive um inquérito policial foi instaurado, mas nada foi apurado. Durante a guerra, os bens dos súditos do Eixo foram penhorados a título de indenização de guerra. Muitos dos bens confiscados, entretanto, jamais seriam devolvidos aos seus proprietários.

Na delegacia, os registros de apreensão de armas, rádios e de máquinas fotográficas são raros. Um inquérito, feito em Santa Cruz do Sul para averiguar o destino dos bens dos súditos do Eixo e de nacionais aprisionados durante a guerra, foi aberto em 1946. Valendo-se do jornal Gazeta de Santa Cruz, o delegado informava que as reclamações deveriam ser feitas na DP local no prazo de 30 dias. Os lesados deveriam apresentar, com suas reclamações, documentos comprobatórios da propriedade dos objetos apreendidos, descrevendo as características dos mesmos, como marca, espécie, número, o nome dos apreensores e outros.<sup>76</sup>

Quando, no final de 1946, o governo gaúcho assinou o Decreto de constituição do Conselho Disciplinar da Polícia, que tinha por objetivo moralizar e fiscalizar as atividades da polícia civil, o redator da Gazeta emitiu a seguinte nota:

Esperamos que com a criação de tal órgão seja acelerada a devolução de diversos aparelhos de rádio e outros objetos apreendidos no período, quando aqui era titular da DP o Bel. François Nehmé, objetos esses ainda não devolvidos apesar das inúmeras reclamações feitas à R.C. Polícia.<sup>77</sup>

Na Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, em dezembro de 1947, os vereadores do Partido Social Democrático requereram, no que se refere à questão, o seguinte:

que a Casa entre em contato com o delegado de polícia para saber: a) qual o destino dado às armas, munição e demais objetos apreendidos à Sociedade de Tiro, Caça e Pesca, e a particulares, apreendidos no período da guerra, indicando para cada caso o motivo de apreensão e os da não devolução; b) se já foi procedida a devolução de todas as armas e demais objetos, utensílios e aparelhos apreendidos no mesmo período, cuja autorização já foi concedida ( ... ).<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Gazeta de Santa Cruz, 12 abr. 1946.

<sup>77</sup> Gazeta de Santa Cruz, 26 nov. 1946.

<sup>78</sup> Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul, de 02 de dezembro de 1947.

Mas não foram apenas rádios e armas que foram retirados de sociedades e de domicílios. Durante o estado de exceção, quando casas podiam ser vasculhadas sem ordem judicial, é fácil entender que outras arbitrariedades também aconteciam. Os relatos de história oral existentes no acervo do Centro de Documentação da UNISC e no banco de história oral do Núcleo de Cultura de Venâncio Aires, são profícuos quanto a isso.<sup>79</sup>

Em muitas das rondas que os policiais fizeram pelo interior dos municípios, utilizavam os chamados autos de praça (táxi). Se a batida fosse dada a um salão de baile, o dono da bailanta tinha que arcar com o custo da locomoção. Uma simples denúncia, no entanto, poderia levar à revista de um lar. Houve colonos que tiveram de pagar corridas. Em alguns autos de apreensão, o valor do deslocamento inclusive está registrado nos livros da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul.

No ano de 1949, em Porto Alegre, queimou “misteriosamente”, como afirma Martin Dreher,<sup>80</sup> a Repartição Central de Polícia. O incêndio deu-se justamente quando os bens que haviam sido confiscados durante os anos da repressão getulista deveriam ser devolvidos aos seus proprietários. Junto, queimou o arquivo da instituição, o que privou historiadores e cientistas políticos de importantes fontes documentais e de informações sobre os métodos repressivos policiais utilizados no período.

Durante a campanha de nacionalização ocorreram também prisões decorrentes da inobservância da legislação que reprimia o uso de idiomas estrangeiros. Tomando por base os dados obtidos para Santa Cruz do Sul, constatou-se que é bastante impreciso se conseguir quantificar o número de detenções havidas. Em primeiro lugar, porque os livros das subdelegacias, com exceção da subdelegacia do distrito de Monte Alverne, não foram localizados. Em segundo lugar, porque nem sempre os livros de registros de ocorrências mencionam quais os procedimentos adotados com os indiciados (se prisão, advertência, diligência ou outra). De qualquer forma, pode-se afirmar que a repressão à nacionalização incidiu mais sobre os pobres e especialmente sobre os moradores do meio rural, os colonos. O número de detidos constantes nos

---

<sup>79</sup> “Aí eles, eles pegavam queijo, eles pegavam tocinho defumado. Levavam, por exemplo, toucinho, queijo tipo serrano aquele, e aqueles produtos que eles tinham assim coloniais. Aquilo onde eles podiam pegar eles pegavam. É só uma pena que a gente não pôde documentar isso. (Roberto, 79, Santa Cruz do Sul)

<sup>80</sup> Dreher (1994), op. cit. p. 91.



livros de ocorrência – computados os registros existentes na sede do município e no Distrito de Monte Alverne – chega a 38 homens. Desses, 24 haviam sido presos entre os meses de março e maio de 1943.

Houve também casos de cidadãos alemães e de seus descendentes perderem seus empregos durante a Guerra. Alguns deles, embora residentes havia muitos anos no Brasil e que, por trabalharem mais de dez anos em uma empresa, terem direito a estabilidade, foram demitidos. José Plínio Fachel relata um caso desses acontecido com um grupo de funcionários da empresa norte-americana *The Riograndense Light and Power Synd Ltda.*<sup>81</sup>

Nas cidades maiores do Estado, a situação de cidadãos alemães (ainda que não comungassem ou mesmo fossem adversários do nazismo) e mesmo de descendentes passou a se complicar com o afundamento de navios brasileiros.<sup>82</sup> No anoitecer do dia 17 de agosto de 1942, emissoras de rádio e redações de jornais sediados em Porto Alegre passaram a noticiar que submarinos alemães tinham torpedeado três navios do Brasil, a saber, o Baependi, o Araraquara e o Aníbal Benévolo, nas costas do Nordeste brasileiro.<sup>83</sup> Num clima montado em todo o país, favorável ao ingresso do Brasil na Guerra ao lado dos aliados, não foi difícil mobilizar a população em atos contra o Eixo e

---

<sup>81</sup> Fachel, op. cit. p. 106-07.

<sup>82</sup> Em 28 de janeiro de 1942, foi encerrada a Conferência do Rio de Janeiro. Essa Conferência, realizada na capital brasileira na segunda quinzena daquele mês e ano, reuniu extraordinariamente pela terceira vez os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas para tratar da Guerra que havia iniciado na Europa em 1939. Ela foi presidida por Oswaldo Aranha e, dentre as resoluções aprovadas, a principal foi o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. Dos 22 Estados presentes, somente a Argentina e o Chile não concordaram com o rompimento de relações com Tóquio, Berlim e Roma.. A partir de então, visando impedir a navegação comercial entre o Brasil e o Atlântico Norte, em particular os Estados Unidos, submarinos alemães e italianos entraram em atividade no Atlântico, no Caribe e ao longo da costa brasileira. Em 15 de agosto foi posto a pique o cargueiro Buarque, ao largo de Norfolk; no dia 18 foi afundado o Olinda, ao largo da Virgínia; no dia 25, foi a vez do Cabedelo, ao largo das Antilhas; em 7 de março, o Arabutan foi alvejado ao largo de Norfolk; em 10 de março o Cairu foi destruído ao largo de Nova Iorque; em primeiro de maio o Parnaíba foi posto a pique ao largo de Trinidad; no dia 19, o Comandante Lira foi afundado ao largo do arquipélago de Fernando de Noronha; no dia 24, ao largo de Nova Orleans, foi destruído o Gonçalves Dias; em primeiro de junho, o navio Alegrete foi posto a pique nas águas do Caribe; em 5 de junho o Paracuri e um barco brasileiro não identificado foram afundados no Atlântico Norte; em 26 de julho foi a vez do Tamandaré ser destruído e dois dias após, o Barbacema e o Piave. Cfe. SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 283-313, passim.

<sup>83</sup> Em 15 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 afundou o Baependi. Utilizado na navegação de cabotagem, o Baependi transportava 305 passageiros, dos quais 141 eram militares. No naufrágio morreram 269 pessoas. No mesmo dia, o Araraquara foi vítima do U-507. Desse torpedeamento resultaram 129 mortos. No dia seguinte, o U-507 afundou o Aníbal Benévolo, fazendo 150 vítimas, entre mortos e desaparecidos. No dia 17 de agosto, o mesmo submarino alemão atacou o Itagiba, provocando 39 vítimas, e o Arara, o que redundou na perda de mais 20 vidas. Cfe. SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 313. Dillemburg, op. cit. p. 11, afirma que naqueles dias “centenas de estabelecimentos foram arrombados, cidadão acabaram sendo agredidos, com o ódio, o medo e a incerteza espalhando-se numa explosão emocional como há muito não se via.”

os traidores “Quinta-colunas”. No dia e noite seguintes, iniciaram as depredações, os quebra-quebras, incêndios e saques a residências, templos, estabelecimentos profissionais, industriais, hoteleiros, bares e casas comerciais pertencentes a teutos e mesmo a teuto-descendentes. Tais atos, que se estenderam pelo dia seguinte, 19 de agosto, foram articulados pela Liga de Defesa Nacional, que levou às ruas uma massa desejosa de vingança. Os saques e as depredações, verdadeiros atos de vandalismo, contaram quase sempre com o apoio implícito ou explícito de autoridades civis, policiais-militares e religiosas. Os maiores quebra-quebras e as maiores demolições ocorreram em Porto Alegre e em Pelotas.<sup>84</sup> Incidentes menores aconteceram em Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e em outras cidades do interior. Em várias outras cidades, no entanto, foram realizadas grandes e ruidosas manifestações cívicas.

As forças policiais gaúchas, consoante Gertz, nada teriam feito para coibir as depredações. O próprio Interventor teria auxiliado a excitar a massa contra “adventícios”, “alienígenas”, “quinta-colunas”, “súditos de Eixo”. No dia do início dos tumultos, teria se misturado aos populares, para simbolizar seu apoio às manifestações. O Chefe de Polícia, coronel Py, teria culpado as próprias vítimas pelos incidentes e quebra-quebras ocorridos. Somente com a intervenção do Exército é que as manifestações populares anti-Eixo teriam sido controladas.<sup>85</sup>

O clima de paranóia contra os alemães, montado desde 1938 atingiu seu ápice em agosto de 1942. Agora, bastava ser loiro ou ter olhos claros para ser um virtual candidato à genérica acusação de ser “súdito do Eixo”. É verdade que nem todos os alemães e teuto-descendentes sofreram perseguições. A nacionalização, seja através de atos praticados por homens ou por mulheres diretamente ligados aos aparelhos repressivo, ideológico ou administrativo do Estado, seja por intermédio de ações promovidas por instâncias governamentais, ou seja por atitudes tomadas por conta própria por uma parcela da população, à revelia das autoridades, causou insegurança, medo, desconfiança. Entre os teuto-descendentes, o medo e o temor foram quase generalizados. Nesse sentido, o fato de ter havido pessoas no meio rural que passavam semanas ou meses em casa, sem sair sequer para freqüentar a igreja, para participar de atividades desportivo- recreativas ou para fazer parte de uma atividade cultural, é sintomático.

---

<sup>84</sup> Sobre os episódios ocorridos em Pelotas ver Fachel, op. cit.

<sup>85</sup> Gertz (2005), op. cit. p. 175.

A nacionalização e o Estado de Guerra provocaram, ainda, o consumo de vultosos recursos em bens e capitais e desestimularam investimentos. Somente em Porto Alegre, segundo levantamentos feitos pela Associação Comercial e o Centro das Indústrias Fabril, o prejuízo com as depredações teria alcançado a casa dos cinco mil contos de réis.<sup>86</sup> A. J. Renner, presidente do Centro da Indústria Fabril – CINFA (precursor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS), renunciou à função “porque havia consenso entre os principais membros da entidade de que as depredações tinham ocorrido sob instigação – ou, no mínimo, com a complacência – de Cordeiro de Farias.”<sup>87</sup> O Decreto-Lei nº. 4.166, de 11 de março de 1942, estabeleceu o confisco de bens dos súditos do Eixo a título de “indenização por atos de agressão”. Através dessa medida, o Brasil tornou responsáveis não somente os Estados do Eixo pelas perdas humanas e materiais sofridas pela marinha mercante nacional, mas também os cidadãos alemães, japoneses e italianos. Dessa forma, os bens dos cidadãos desses países, pessoas físicas ou jurídicas, passavam a responder por prejuízos cometidos contra a nação brasileira.<sup>88</sup> Nessa oportunidade, o CINFA encaminhou correspondência à Confederação Nacional da Indústria alertando que, no RS, “considerável montante de capital pertencente a cidadãos dos referidos países estava investido em indústrias e que sua retirada criaria enormes dificuldades ao processo de produção.”<sup>89</sup>

### **5.8 Um balanço da nacionalização forçada**

Gertz defende que, de maneira geral, a campanha de nacionalização vitimou mais a população de origem alemã do Rio Grande do Sul do que a população de outras procedências étnicas. Quando comparados aos “alemães”, os “italianos” do Estado teriam sido tratados com muito maior benevolência. Já os núcleos de poloneses e de japoneses, dada a sua pequena extensão, não se teriam constituído em preocupação do governo estadual. Entre as razões apontadas para esse comportamento diferencial destaca: a maior simpatia dos brasileiros para com os “italianos”; a existência do sentimento do “perigo alemão” a que fizemos alusão no capítulo precedente; a posição

---

<sup>86</sup> Dillemburg, op. cit. p. 30.

<sup>87</sup> Gertz (2005), op. cit. p. 50.

<sup>88</sup> Seitenfus, op. cit. p. 314.

<sup>89</sup> Gertz (2005), op. cit. p. 82.

pró-Entente da opinião pública nacional manifestada durante o transcurso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a adesão ou a simpatia ao partido nazista ocorrida na década de 1930 em áreas coloniais do RS. Sintetizando, “a ‘colônia alemã’, sob alguns ângulos, era ‘excessivamente’ visível na sociedade gaúcha, por um lado, mas, por outro, totalmente ausente em certas instâncias do aparelho estatal, carecendo, por isso, de defensores internos ao Estado.”<sup>90</sup> A sub-representação junto ao poder foi fatal para os descendentes teutos quando homens da estirpe de Cordeiro de Farias, de Coelho de Souza, de Aurélio Py e de Plínio Brasil Milano, reconhecidos adeptos do “perigo alemão”, ascenderam a cargos-chaves na administração do RS. O preço pago entre 1938 e 1945 foi alto.

As repercussões e as conseqüências da campanha de nacionalização não podem ser avaliadas somente a partir do número de prisões efetuadas ou dos registros policiais feitos. As detenções realizadas tiveram mais um caráter pedagógico, ou seja, serviram de exemplo e meio de amedrontar ou inibir a população. Num clima de incerteza, agressões verbais ou físicas, piadas ferinas e gozações foram alguns dos ônus aos quais os teuto-descendentes tiveram que se acostumar. Expressões como “alemão batata”, “traidor da Pátria” e “quinta coluna” passaram a ser utilizadas corriqueiramente, sobretudo contra pacatos colonos. As repreensões públicas, as intimidações e os constrangimentos a que muitos foram submetidos, que seqüelas individuais e coletivas produziram? Teriam servido, de fato, para integrar ou para aumentar o fosso entre os teuto-descendentes e os demais brasileiros de outras origens étnicas? Entende-se que a assimilação abrupta tentada ocasionou muito mais traumas do que resultados concretos.

Com a nacionalização, lideranças de cooperativas, professores, padres, pastores e outros agentes sociais e comunitários viram seu campo de atuação ser restringido mais e mais. A realização de reuniões foi dificultada, escolas comunitárias foram fechadas, professores perseguidos, lideranças humilhadas, livros e material didático apreendidos, publicações em língua alemã suspensas e a cultura e a língua alemãs, um dos esteios do cristianismo social, reprimidas. Isso provocou o desaparecimento de grande número de organismos associativos comunitários que haviam sido criados e reproduzidos pela própria sociedade civil. Um dos desdobramentos nefastos da nacionalização foi a diminuição da estima e da autoconfiança das populações atingidas pelo abrasileiramento forçado. E a autoestima e a autoconfiança, conforme enfocam, entre outros, Amartya Sen,<sup>91</sup> Francis

---

<sup>90</sup> Ibidem p. 159.

<sup>91</sup> SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Fukuyama,<sup>92</sup> e Muhammad Yunus,<sup>93</sup> são de vital relevância para que possa ocorrer o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Através de relatos orais, percebeu-se que a intensidade da repressão nos distritos dependeu, fundamentalmente, da posição assumida pelos subprefeitos que, à época, também exerciam a função de subdelegados. Alguns foram tolerantes e procuraram contemporizar a situação. Em outros locais, entretanto, o rigor aplicado às leis foi muito maior do que desejavam as autoridades responsáveis pela nacionalização.

O desenvolvimento das atividades econômicas, a melhoria dos meios de transporte e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação inevitavelmente trataram de executar a tarefa que a campanha forçada de nacionalização, de forma antidemocrática e equivocada, tentou realizar. O aumento da produção e das trocas comerciais automaticamente forçou a um maior intercâmbio entre as populações de diferentes procedências ou origens étnicas do Estado. A melhoria dos meios de transporte reduziu as distâncias, contribuindo sobremaneira para retirar do isolamento geográfico e social os moradores das áreas coloniais. Por fim, o desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo do rádio e depois também da televisão, culminaram por levar o idioma português a todos os recantos do país.

Há, igualmente, que se considerar que a não-preservação do *Deutschtum* entre os teuto-descendentes do RS tem origem em outras causas que não a nacionalização forçada. A primeira dessas causas diz respeito à decepção que os germanistas mais radicais devem ter sentido quando da derrota do nazi-fascismo. Com a posterior divulgação dos crimes contra a humanidade cometidos pelo regime implantado por Hitler, muito certamente tiveram vergonha de um dia terem simpatizado com o nazismo. De uma maneira geral, os descendentes de imigrantes ficaram chocados com o que viram e ouviram posteriormente a respeito do nazismo. O segundo diz respeito a uma mudança de comportamento por parte da Alemanha. Dividida, a nação tornou-se um dos pivôs centrais da Guerra Fria. A Alemanha Ocidental transformou-se em uma nação democrática no contexto da ordem capitalista, alinhando-se incondicionalmente com os Estados Unidos. Passou, conseqüentemente, a não mais nutrir interesse pelos descendentes de alemães e pela preservação da

---

<sup>92</sup> FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

<sup>93</sup> Yuus, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

germanidade. Quanto à Alemanha Oriental, alinhou-se política, econômica e ideologicamente à União Soviética. No tipo de socialismo que praticou, não havia espaço para preocupações com os alemães e descendentes em outras partes do mundo.

Mas, a nacionalização também deixou bons frutos. Tomando por base o município de Santa Cruz do Sul, pode-se afirmar que, das medidas de nacionalização postas em prática, ao menos três delas redundaram em efetivo benefício à população local. Uma delas foi o ensino que, a partir dessa época, em boa parte, tornou-se público e gratuito. Se for abstraída a forma como o processo de nacionalização do ensino se deu – abrupta, de cima para baixo e sem a participação das comunidades –, pode-se concluir que a implantação de escolas públicas nas áreas rurais das regiões coloniais de descendentes de imigrantes constituiu-se em uma medida democratizante, pois permitiu, mesmo aos mais pobres, o acesso aos bancos escolares. Em decorrência, desonerou o bolso de muitas das famílias que, até então, a suas expensas, tinham que sustentar o funcionamento das escolas. As camadas médias urbanas e as famílias mais abastadas do meio rural, vislumbrando a oportunidade de ascensão econômica e social, já colocavam seus filhos em escolas bilíngües, pois estavam cientes de que o aprendizado da língua nacional era imprescindível.

A segunda medida que beneficiou a população do município e da região foi a instalação de um Batalhão do exército brasileiro.<sup>94</sup> Não foi por um mero acaso que o fato de a cidade passar a sediar uma tropa das forças armadas foi bastante comemorado. Em primeiro lugar, a medida fez injetar recursos no município; em segundo lugar, os jovens da região não precisaram mais ser deslocados para o Centro ou para a Fronteira do Estado, para prestarem o serviço militar obrigatório; em terceiro lugar, a partir da instalação do Batalhão, amenizou consideravelmente a repressão à língua alemã.

A implantação de unidades do exército brasileiro em áreas de predominância de população de descendência estrangeira também fez parte da política de nacionalização. Já em março de 1939, o Secretário de Educação e Saúde Pública do RS, J. P. Coelho de Souza, afirmava:

---

<sup>94</sup> O Decreto-Lei n.º 1.545, de 25 de agosto de 1939, estabelecia no seu Artigo 7, que dentre vários outros, no que tange à adaptação no meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, competia ao Ministério da Guerra “proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferencialmente em corpos de tropa aquartelados fora da região em que habitem”.

Acho que nenhuma medida será mais útil e mais eficiente do que a distribuição de algumas unidades do exército na região a nacionalizar.

Todo o nosso esforço nas escolas redundará em pura perda, será um brancejar no espaço, se a criança não encontrar fora das escolas um ambiente de brasilidade.

(...).

O verniz da brasilidade que a juventude recebeu no ambiente escolar desaparecerá facilmente se nas ruas, nos templos e através da imprensa, que deve ser toda portuguesa, não continuar a receber os mesmos influxos nacionalizadores.

Esse ambiente extra-escolar resultará, poderosamente, da presença das unidades do glorioso exército nacional nas cidades de origem colonial.<sup>95</sup>

A decisão de instalação de um quartel em Santa Cruz foi tomada no início dos anos 40 e se consumou através do Aviso número 1.615, de 20-06-42. Transferido de Santa Maria, o III/7º Regimento de Infantaria chegou definitivamente a Santa Cruz do Sul em meados do ano de 1944. Embora a missão primordial e indissociável do Batalhão fosse a famigerada nacionalização, a recepção da guarnição foi calorosa. Os militares traziam consigo dinheiro para Santa Cruz. Além do imprescindível para a edificação dos prédios necessários para sediar a guarnição, havia também o soldo dos militares que passaria a circular na cidade. Isso agradou sobremaneira a emergente burguesia comercial e industrial local.

A missão originariamente afeta ao quartel, ao que tudo indica, parece ter se esgotado com a simples presença do Batalhão na cidade. Segundo o Tenente Coronel Juvêncio Saldanha Lemos:

(...) impossível, aliás, colocar-se mais de 600 militares na pequena SANTA CRUZ de então, sem que a tropa e a comunidade não entrassem logo em processo de interação. No que diz respeito à neutralização dos famigerados “nazistas”, ocorreu até um efeito contrário: com a chegada do exército, cessaram definitivamente as violências e arbitrariedades, que eram cometidas contra pobres colonos, por parte de algumas autoridades despreparadas.<sup>96</sup>

Segundo o mesmo militar, ficou comprovado que não passavam de mitos a existência dos propalados “quistos alemães” e a potencial ação de uma “quinta coluna alemã” no sul do Brasil, que teriam sido inteligentemente explorados num clima de Guerra Psicológica. Quanto à restrição da língua alemã, “só a mera proximidade de militares, notadamente em bailes e bares, que é onde se conversa mesmo,

<sup>95</sup> Kolonie, 24 mar. 1939. p. 6.

<sup>96</sup> LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A pré-história do Oitavo*. Santa Cruz do Sul: (1986), s/e. p. 60.

desestimulava qualquer um a comunicar-se valendo-se da língua de Goethe.”<sup>97</sup>

Uma terceira medida benéfica aos descendentes de imigrantes oriunda da campanha de nacionalização foi a política rodoviária que fez parte da estratégia de abrasileiramento de regiões colonizadas por estrangeiros e por seus descendentes. Cordeiro de Farias deixou registrado que, apenas na construção de estradas, o seu governo teria investido, até fins de 1940, 86.384 contos. Teria, assim, aplicado 24 mil contos a mais do que toda a verba aplicada pelo Estado nesse tipo de serviço desde a proclamação da República. As estradas, argumentava, não se constituiriam apenas em escoadouro da produção. Serviriam, também, para entrelaçar diferentes núcleos de população, tornando-os conhecidos uns dos outros, criando laços de afeição originados do trato e reconhecimento recíproco. “Quanto mais unidos, quanto mais ligados estivermos, mais depressa seremos como um só todo.”<sup>98</sup>

A língua alemã, não obstante a repressão ocorrida, continuou a ser transmitida oralmente nos lares de Santa Cruz, principalmente nos da zona rural. Os jovens, apesar de saberem comunicar-se no dialeto, não manifestaram grande interesse no domínio da escrita. Com o suceder de gerações, a língua falada foi se empobrecendo sensivelmente. Cada vez mais um maior número de vocábulos portugueses foi sendo agregado ao alemão falado. Não havendo a leitura, o número de vocábulos alemães usados na conversação se reduziu a algumas centenas ou mesmo dezenas de palavras. O domínio do idioma alemão tornou-se sem sentido para a maior parte da população local. Sem sentido, em um mundo em constante transformação, também se tornaram alguns rituais medievais cultuados por alguns grupos como as sociedades de ulanos e de lanceiros. Se somente a proibição de uma língua justificasse o seu desaparecimento, há muito que o povo basco, que se concentra em províncias localizadas no Nordeste da Espanha e no Noroeste da França, já teria deixado de lado o *euskera*

Na realidade, a campanha de nacionalização deixou seqüelas profundas. Gerou, entre a população de ascendência alemã do Estado, medo, insegurança, constrangimentos e injustiças. Se pudessem ser computados os prós e os contras, chegar-se-ia à conclusão de que o saldo obtido ficou muito aquém daquele esperado

---

<sup>97</sup> Ibidem p. 61.

<sup>98</sup> Nacionalização, op. cit.



pelos seus idealizadores. Os malefícios causados certamente superaram os escassos resultados positivos porventura alcançados.

Conforme foi tentado demonstrar, experiências exitosas de horizontalidade social foram destruídas por ações do Estado brasileiro. Na atuação contra as cooperativas de produtores agrícolas e cooperativas de crédito e, especialmente, com a promoção da nacionalização compulsória, isso parece ter ficado evidente. Como resultado da destruição instrumental da horizontalidade, a confiança e a solidariedade foram aplacadas, destruindo a mobilização coletiva e esvaziando o capital social. Num jargão popular, poder-se-ia se dizer que os governantes, ao promoverem a nacionalização, jogaram fora, ao mesmo tempo, a água suja e o bebê que estavam na bacia.

Com isso não se está querendo dizer que a campanha de nacionalização foi a única responsável pela destruição do capital social comunitário existente nas áreas de colonização alemã do RS. As migrações, a urbanização, a industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e outros fatores certamente também tiveram papel relevante nesse processo. O abasileiramento forçado, na nossa ótica, acelerou a destruição daquele tipo de capital social que denominamos de comunitário e que havia sido construído ao longo do tempo. Esse capital social se baseava muito sobre a religião, o grupo étnico e a vida em comunidade. Também não se está afirmando que o capital social acabou nas áreas de colonização alemã em decorrência da nacionalização forçada. Outros tipos de redes formais e informais de sociabilidade, certamente, surgiram e se desenvolveram nessas áreas. Muitas dessas redes podem, inclusive, ter se valido do capital social comunitário latente existente nessas regiões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de tese propôs-se a verificar evidências da existência de capital social nas áreas de colonização de população de ascendência germânica no Rio Grande do Sul e a verificar como o estoque de capital social presente nessas áreas pode ter corroborado para o desenvolvimento das mesmas. A avaliação pessoal é a de que a primeira parte do objetivo tenha sido atingida. Para satisfazer a segunda parte, no entanto, é necessário mais tempo, requerem-se mais pesquisas e boa dose de sorte para encontrar informações que, talvez, nem mesmo existam.

Quando alguém se dispõe a escrever sobre a história do capital social no Brasil depara-se, inevitavelmente, com um obstáculo quase intransponível: a inexistência de fontes. Diferentemente do que ocorre em alguns outros países, no Brasil não existe um banco de dados, um arquivo ou um lugar onde seja possível consultar dados quantitativos ou séries estatísticas confiáveis sobre a participação dos indivíduos em associações voluntárias, sobre a confiança social e a respeito da sociabilidade informal. O presente estudo ressentiu-se da falta desse tipo de informações. Foi precisamente pelo fato de ter que garimpar no passado evidências da presença de capital social entre os teutos e descendentes do RS, que se fez menção, na introdução, à adoção de procedimentos técnicos peculiares aos do profissional da arqueologia. Ou seja, a partir de fontes, principalmente bibliográficas, realizou-se uma “escavação arqueológica” das áreas coloniais alemãs do Estado para identificar episódios anteriores de desenvolvimento social que podem ter sido reprimidos ou desalentados.

Iniciada em 1824, a imigração alemã para o Estado produziu núcleos coloniais

relativamente homogêneos em termos étnicos na chamada região das colônias velhas, que se distribuíram pelos vales dos rios Sinos, Caí, Taquari, Pardo e chegaram até as barrancas do rio Jacuí. Nas zonas coloniais de ocupação mais recente do Estado – Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai –, predominou a colonização mista. Com exceção das colônias de Serro Azul e de Neu Württemberg, nessas regiões coloniais os alemães e seus descendentes passaram a dividir o território com grupos de imigrantes ou de descendentes de imigrantes de outras procedências étnicas. Contudo, mesmo dividindo o espaço, notadamente com os italianos e com os poloneses, nas novas colônias persistiu a tendência de agrupamento por afinidade étnica e religiosa nas linhas ou picadas.

Na década de 1930, havia cerca de 600 mil teutos e descendentes distribuídos em todo o Estado. Apesar de parcela considerável desse contingente preservar a língua alemã e algumas tradições de seus antepassados, não é possível afirmar que preservavam a cultura alemã. Na nossa ótica eles aqui desenvolveram uma cultura peculiar, com características próprias, que denominamos de cultura colonial alemã. Essa cultura colonial englobava uma série de redes informais de sociabilidade, dentre os quais os *Kränzchen*, os trabalhos em grupo, as estreitas relações de vizinhança, as festas de *Kerb* e outros que estimulavam a vida social nas picadas e nos povoados emergentes.

O que, entretanto, caracterizou de fato as áreas de colonização germânica foram as redes formais de sociabilidade. Elas pipocaram por toda parte onde se estabeleceram os alemães e seus descendentes. Na literatura internacional sobre o capital social, a afiliação a associações civis é frequentemente utilizada como um importante indicador para a aferição da existência de capital social. Como registramos, a população de ascendência alemã produziu e participou no Estado de uma densa rede de associações de caráter local, dentre as quais destacamos as escolares, as religiosas de orientação católica ou evangélica, as de atiradores, as de cavalarianos, as culturais (de canto, de música, de leitura, de teatro), as de bolão e as de damas. Mas, os habitantes das áreas coloniais teutas deram origem, igualmente, a organizações de caráter estadual. As associações de professores são um bom exemplo disso, as diversas Ligas de Sociedades e os Sínodos Evangélicos, também. Destaque especial dentre os organismos de abrangência estadual deve ser dado aos inspirados e voltados para o cristianismo social, nomeadamente o *Bauernverein*, o *Volksverein*, a Liga das Uniões Coloniais e entidades que daí derivaram, notadamente as cooperativas de crédito e as

cooperativas de produtores rurais. Mesmo que ainda não tenham sido apresentadas provas conclusivas, de uma maneira geral a literatura internacional que trata do capital social aceita que a afiliação a uma associação voluntária formal exerce influência formativa benéfica para seus participantes e é vigoroso indicativo da existência de capital social. Estando correta a tese, pode-se afirmar, sem medo de cometer grandes enganos, que a população de origem teuta do Estado produziu um interessante – mas imensurável – estoque de capital social. Esse estoque foi deprimido, em grande parte, com a nacionalização promovida pelo governo gaúcho, com a anuência do Governo Federal, à época do Estado Novo.

Um outro indicador básico normalmente aceito para averiguar a existência de capital social e para detectar o comportamento cívico de uma região é a leitura de jornais. Nesse quesito, indubitavelmente, as áreas de colonização alemã tiveram um dos seus pontos fortes. Foram inúmeros os jornais e *Kalenders* brasileiros em língua alemã editados ao longo de mais de meio século no Rio Grande do Sul. Se a tese de Putnam sobre a relação entre imprensa escrita e o compromisso cívico estiver correta, a existência de uma significativa imprensa ajudou a fomentar a cooperação, o capital social e o desenvolvimento regional endógeno nas áreas colonizadas pela população de origem germânica do extremo Sul do Brasil. Havendo a vinculação entre a leitura de jornais e de outros periódicos e a participação social, é possível concluir que a proibição da circulação da imprensa estrangeira, a partir de 1941, corroborou para a redução do compromisso cívico entre a população de ascendência teuta do Estado.

A rica diversidade associativa existente nessas áreas foi dissipada, desestimulada, ou reprimida durante a época do Estado Novo. A nacionalização posta em marcha pelas autoridades gaúchas, a partir de 1938, fez com que ocorresse a queima de considerável estoque de capital social. Veio, ladeira abaixo, junto com a diminuição do volume de capital social, também a confiança social e o compromisso cívico. As críticas, que havia muito tempo setores da intelectualidade brasileira faziam ao comportamento e ao tipo de vida levado pelos imigrantes alemães e seus descendentes do Sul do Brasil, forneceram um imprescindível arsenal de argumentos que legitimaram, frente à opinião pública, as duras medidas repressivas postas em prática pelas autoridades gaúchas com o fito de obter, através da força, o abrasileiramento dos assim denominados “quistos étnicos”. Ao mito do “perigo alemão” se misturaram, então, o nazismo, o integralismo e, a partir de 1942, a guerra travada contra os países do Eixo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial coincidiu, no Rio

Grande do Sul, com o ápice da guerra interna. Guerra essa travada não somente com os súditos do Eixo que viviam no Estado, mas feita também contra cidadãos brasileiros cujos pais, avós ou bisavós haviam em algum momento deixado a Alemanha, a Itália ou o Japão para viver no Brasil. A nacionalização, através de atos de pessoas ligadas aos aparelhos do Estado, por intermédio de ações promovidas por instâncias governamentais ou por atitudes tomadas por conta própria por uma parcela da população, à revelia das autoridades, causou insegurança, medo, desconfiança. Nesse tipo de ambiente, o capital social construído a duras penas ao longo do tempo, evapora e se esvai.

O tipo de povoamento adotado no Sul do Brasil – o do *habitat* em fileira e a formação de comunidades rurais nas linhas ou picadas –, juntamente com o cristianismo social desenvolvido pela igreja da imigração, mais a experiência associativa trazida pelos imigrantes da Europa, foram apontados como os grandes responsáveis pelo acúmulo de capital social nessas regiões coloniais. Portanto, foram fatores de natureza endógena, mesclados com outros exógenos, que viabilizaram um intenso desenvolvimento associativo e o acúmulo de capital social nas áreas coloniais alemãs.

Os vínculos sociais densos que se estabeleceram nas comunidades, como resultado da freqüência e da proximidade dos contatos dos moradores, provocaram maior coesão social das comunidades. O capital social gerado serviu para reforçar as relações internas e para melhorar a vida dos moradores das localidades. Mas serviu, igualmente, para as relações externas que o grupo teria de manter, o que se chama de capital de pontes. Nesse caso, as comunidades contavam com alguns destacados atores para fazer a ponte ou a ligação com as esferas de fora da comunidade. O padre ou o pastor, o professor paroquial e muitas vezes também o comerciante se incumbiram dessa tarefa. Eles normalmente intermediavam os pleitos das comunidades com as autoridades municipais. Em uma esfera superior, atuando junto às autoridades civis, militares e religiosas da capital do Estado, fazendo costuras, produzindo consensos ou mediando e representando as regiões coloniais, atuavam intelectuais, políticos, padres, pastores e diretorias de organizações representativas dos interesses dos alemães e de seus descendentes que viviam no Estado. Dessa forma, por exemplo, alemães naturalizados, como os intelectuais Carl Jansen e Karl Von Koseritz, ou o comerciante Frederico Hansel, exerceram destacado papel para a participação política e eleitoral dos teuto-descendentes. No final do Império Brasileiro, graças a uma aliança política com o Partido Liberal de Gaspar Silveira Martins, conseguiram, pela reforma eleitoral de 1881, o direito de voto e de eleição

aos naturalizados e aos não-católicos. Os presidentes do Sínodo Rio-grandense, do Sínodo de Missouri, o arcebispo de Porto Alegre, os dirigentes do *Volksverein*, da Liga das Uniões Coloniais e as lideranças das associações de professores também procuraram representar o interesse dos seus representados junto a autoridades estaduais e mesmo nacionais.

Não obstante essas pontes construídas entre as bases comunitárias e os dirigentes que comandavam o Estado, a representação dos descendentes de alemães em certas instâncias do aparelho estatal persistiu sendo reduzida, quando não inexistente. Assim, ao mesmo tempo em que a “colônia alemã” aparecia com excesso de visibilidade no cenário gaúcho, encontrava-se sub-representada junto ao poder.<sup>1</sup> Em determinados períodos isso não se constituiu em um problema. Durante a República Velha, os governantes do Partido Republicano Rio-grandense procuraram obter sustentação política nas áreas coloniais. Por isso, excetuando o breve tempo em que o Brasil esteve em guerra contra a Alemanha, medidas de nacionalização não foram adotadas. Na década de 1930, durante o governo do general Flores da Cunha, que permaneceu por quase sete anos à frente do Estado, a aliança entre o governo e a população de origem alemã ficaria bem mais explicitada. A queda de Flores da Cunha, no entanto, abriu o caminho para Cordeiro de Farias que, durante sua interventoria, fez da nacionalização forçada um dos objetivos principais de governo. Foi exatamente entre 1938 e 1945 que a baixa representação das áreas coloniais nos aparelhos do Estado foi mais sentida. Esse é mais um dos muitos ingredientes que devem ser levados em consideração quando da análise da Campanha de Nacionalização no Rio Grande do Sul.

O capital social gerado nas áreas de colonização germânica era excludente. As redes sociais formadas envolviam, preferencialmente, pessoas de origem teuta. Nesse caso, o limite que demarcava a fronteira entre os componentes do grupo era o domínio do idioma alemão. Apesar do seu caráter excludente, não foi gerado um capital social negativo que pode surgir, por exemplo, entre os membros de máfias ou de gangues. Dos frutos do capital social gerado podia, no entanto, se valer quem era de outra procedência étnica. Os resultados de uma boa administração municipal são compartilhados por todos os munícipes, e não somente por aqueles que têm comportamento cívico. O hospital levantado pelas comunidades não segregava os de outra origem. O templo construído pelos católicos era utilizado por todos os fiéis, independentemente de sua descendência.

---

<sup>1</sup> GERTZ, René. E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005. p.159.

Mas, havia um outro recorte excludente: a religião. Diferentemente do que acontecia no Brasil, o monopólio da Igreja católica não se fez ver no RS. Padres e pastores passaram a competir pelos fiéis estimulando a fundação e a organização de novas congregações e de novas comunidades, indo até as populações mais distantes. Skocpol sustenta que, no caso dos Estados Unidos, essa competição religiosa foi positiva para o associativismo.<sup>2</sup> A comunicação com os fiéis fez com que jornais e folhetos fossem editados, fazendo surgir grande número de periódicos. Fomentou, ao mesmo tempo, a multiplicação de associações escolares que praticamente extinguíram o analfabetismo nas áreas coloniais.

A tese de Putnam, de uma maneira bastante simplificada, afirma que quanto menor o capital social e a cultura cívica das pessoas de uma determinada região, menor será o desenvolvimento econômico dessa região. A recíproca é, da mesma forma, também verdadeira: quanto maior o acúmulo de capital social, maior a cultura cívica e maior, por consequência, o desenvolvimento. No nosso caso, não pretendemos comparar as regiões de colonização alemã do RS com os exemplos de Putnam da Emília Romagna e da Lombardia, na Itália. Ali, conforme exaustivas pesquisas empíricas demonstraram, a população tem grande participação no debate dos problemas comuns e na tentativa da sua resolução. O engajamento cívico, a valorização da solidariedade, a cooperação e a honestidade são, igualmente, marcas fundamentais dessas comunidades. Numa comunidade cívica há coesão social, harmonia política e bom governo.

Como foi tentado demonstrar ao longo deste trabalho, nas regiões de colonização alemã do Sul do Brasil, intrincadas redes informais e formais de sociabilidade, atuando imbricadas, deram origem a um interessante montante de capital social. Embora não fosse possível valorar o estoque de capital social e a confiança social presentes nessas áreas coloniais, procurou-se trazer à tona evidências de sua existência no passado. A sua presença ou ausência, ao lado de outros fatores, deve ser levada em consideração em estudos que analisam as razões do sucesso ou do fracasso de comunidades formadas por grupos de imigrantes e de seus descendentes no Estado. Portanto, defendemos que o capital social, em determinadas circunstâncias, pode constituir-se em um importante fator – mas nunca no

---

<sup>2</sup> SKOCPOL, Theda. América cívica, pasado y presente. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 508-509.

único – que contribui para o progresso econômico e social alcançado por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

A conclusão deste trabalho acadêmico finaliza apenas uma etapa inicial do longo percurso em torno do tema que ainda se pretende trilhar. Os colonos produtores de fumo, referidos na introdução, certamente possuem menos confiança social, cultura cívica e capital social do que os seus bisavós tiveram em décadas passadas. A produção integrada de fumo, que verticalizou as relações entre empresa e produtor e inibiu as relações horizontais entre os produtores, certamente também teve ação nefasta no que diz respeito às taxas de capital social. Mas isso já é uma tese para ser defendida em outro momento.



## REFERÊNCIAS

- A HISTÓRIA NÃO FOI BEM ASSIM. *Agora*, Santa Cruz do Sul, Ano V, n. 50, p. 5-7, 1999.
- ABROMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento social. <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abromovay/abromovay0300rtf> em [10/10/2002](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abromovay/abromovay0300rtf).
- ACKER, Celso Henrique. *Serviço militar e nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul – o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Porto Alegre UFRGS, 1996. (Dissertação de Mestrado em História).
- ALBERT, P., TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINCOENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE IJUÍ (1890-1940). Ijuí: Livraria Serrana, 1940.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda*. Florianópolis, 1987 (Trabalho de Pesquisa para Concurso de Professor Titular do Departamento de História da UFSC).
- ALTMANN, Friedhold. *A roda*. Memórias de um professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Bórias (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- AMSTAD, Teodoro. *Memórias autobiográficas*. Tradução e anotações por Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo Brasiliense, 1989.
- ARANJHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- ARANHA, Graça. Brasil e pangermanismo. In: CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917.
- Arbeitsgemeinschaft 25. Juli. *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Verlag Rotermund & Co., 1936.
- ARBIVOHN. *O perigo prussiano no Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1914.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo Companhia das Letras, 1989.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque, BARRETO, Ricardo Candéa Sá. *Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico*. [http://www.bmb.gov.br/proiforumeconomia/docs em 10/10/2002](http://www.bmb.gov.br/proiforumeconomia/docs/em_10/10/2002).

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ASSIS, Valesca de. *A valsa da medusa*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis, Paraula, 1997.

BALÉN, João Maria et al. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 2. O Rio Grande antigo. Canoas: Ed. Regional Ltda. 1956. p. 3-46.

BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL S.A. *Um símbolo de confiança em negócios bancários – 1904/1954*. Porto Alegre: Gress, Trein & Cia. Ltda. 1954.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro (Org.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 15-59.

BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.

BEAUJEAU-GARNIER, J. *Geografia de população*. São Paulo: Nacional, 1980.

BECKER, Dinizar Firminano. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.

BECKER, Klaus. Imprensa em língua alemã (1852-1889). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p. 265-282.

BECKER, Rudof. O Sínodo Rio-grandense no século XX. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 4. O Rio Grande atua. Canoas: Ed. Regional Ltda., 1958. p.129-178.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 85-121.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

- BORN, Rubens Harry, TALOCCHI, Sergio. *Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)*. São Paulo: Vitae Civilis, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional do Câncer. *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1981.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Volume VI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- CAMPOS, Heleniza A., Schneider, Luís. Arquitetura civil rural da imigração alemã. In: CORREA, Sílvio M. S., Etges, Virgínia E. (org.). *Território & população: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- Centro Cultural 25 de Julho. *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1936.
- CÉSAR, Benedito Tadeu; BANDEIRA, Pedro Silveira (Coord.). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social: pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul*. Relatório de análise dos resultados. Porto Alegre: LABORS/IFCH/UFRGS, 2001.
- CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917.
- COELHO DE SOUZA, J.P. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 2ª ed., 1942.
- CORLAZZOLI, Juan Pablo. In: Encontro Internacional “La Agenda Etica Pendiente em América Latina.” 18 e 19 Diciembre de 2003, Montevideo – Uruguay. <http://www.iadb.org/etica> em 20/03/2005.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 31-41.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza, BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- CORTESE, Deise Piccin. *Ulisses va in américa: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 147-163, nov. 2003.
- COX, Eva. El capital social en Australia. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 165-209.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.

CRUZ, Manuel Ángel Gómez et al. Capital social y pequeños productores de leche en México. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 529-553.

CUNHA, Jorge L. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura, 1849 – 1881*. Curitiba: UFPr, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).

CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Hamburg, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DARCANCHY, Raul. *O pan-germanismo no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro, 1916.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

DAVID, M. Beatriz, MALAVASSI, Laura Ortiz. El capital social y las políticas de desarrollo rural. Punto de partida o punto de llegada? In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 447-490.

DE BONI, Luis A., COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1979.

Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

DREBEL, Marione dos Santos. *A influência da campanha de nacionalização na Sociedade de Leituras de Venâncio Aires*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001. (Monografia de Prática de Pesquisa em História).

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: EDUSC, 1984.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 87-110.

DREHER, Martin N. A participação do imigrante na imprensa brasileira. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p.91-99.

DREHER, Martin. Os imigrantes alemães e a religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 57-63.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DURSTON, John. Contruyendo capital social comunitario. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 69, p. 103-118, dic. 1999.

DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitario?* Santiago de Chile: Nações Unidas, julio de 2000. Série Políticas Sociales: 38.

DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 147-202.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ETGES, Alberto. Der Pfarrschullehrer. *Skt. Paulusblatt*. Porto Alegre: Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, Ano 60, n. 10, out. 1977.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

ETGES, Virgínia Elisabeta,, SEER, Milene. Estudos da toponímia como expressão da organização espacial da região de Santa Cruz do Sul/RS. *Redes - Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC*. 150 anos de colonização em Santa Cruz do Sul (1849-1999). Santa Cruz do Sul, Ed. Da UNISC v. 4, p. 91-108, ago. 1999.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Léo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ETGES, Virginia Elizabetha. A região no contexto da globalização: o caso do vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA., Rogério Leandro Lima da. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

ETGES, Virginia Elisabeta. Strassendorf: característica de uma paisagem local. In: CORREA, Sílvio M. S., ETGES, Virginia E. (org.). *Território & população: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 51-60.

FACHEL, José Fraga. Os grupos de bolão e os Kranzchen em Santa Cruz do Sul. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966. p. 311-338.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002.

FAUSEL, Erich. Literatura rio-grandense em língua alemã. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p.221-239.

Festschrift zum 50jährigen Jubiläum der Linha Isabella. Santa Cruz: Lamberts & Riedl, 1923.

FIGUERAS, Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociabilidad. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 247-302.

FINKLER, Arthur. Os imigrantes alemães em Venâncio Aires. *Redes – Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC*. 150 anos de colonização em Santa Cruz do Sul, 1849-1999. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 4, p. 26-31, ago. 1999.

- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre EST/EDUCS, 1983.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.
- FLORES, Margarita, RELLO, Fernando. Capital social: virtudes y limitaciones. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 203-227.
- FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz – 1919 a 1963*. Florianópolis, 1990 (Dissertação de Mestrado em História da UFSC).
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa germânica; em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro: Grifo Edições/Instituto Nacional do Livro, 1971.
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FUKUYAMA, Francis. *Capital social e sociedade civil*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm> em 13/03/2005.
- FUKUYAMA, Francis. Capital social y desarrollo: la agenda vinidera. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 33-48.
- GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.
- GANSWEIDT, Matias José. *As vítimas do bugre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1946.
- GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST: Caxias do Sul: UCS, 1976.
- GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: Colonização e imigração*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 195-233.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre Ed. UFRGS, 1991.
- GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre: v.37, n. 138, dez. 1992.
- GERTZ, René. A revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita (ed.). *Revolução de 1893*. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 43-50.
- GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994 (a). p. 29-40.

- GERTZ, René E. Os “alemães” no Rio Grande do Sul. In: *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: Editara da UNISC, 1994 (b). p. 43-57.
- GERTZ, René E. Os “quistos étnicos” alemães. *Estudos Leopoldenses – Série História*, São Leopoldo, n. 1, v. 2, 1998. p. 7-25.
- GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio grande do Sul nos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GERTZ, René E. Os gaúchos de descendência alemã e a vida política brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004 (a). p. 77-85.
- GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004 (b). p.100-122.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- GESANGVEREIN LIEDERTAFEL: 50 JAHRE. Santa Cruz, 1937.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Martins Livreiro; Caxias do Sul: UCS, 1978.
- GRESSLER, Paulo. *Os velhos Gressler*. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (Tese de Doutorado em Letras)
- GRÜTZMANN, Imgart. A memória étnica e cultural em festa. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004 (a). p. 67-73.
- GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (*Kalender*) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004 (b). p. 48-90.
- GUIMARÃES, Arthur. *O allemanismo no sul do Brasil. Réplica a uma crítica paranaense*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1907.
- GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo I*. Tempo de solidão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo II*. Tempo de guerra. Rio mde Janeiro: José Olympio, 1977.
- HALL, Peter E. El capital social en Gran Bretaña. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 35-92.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HESSEL, Lothar. *O município de Estrela; história e crônica*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1983.



HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1966.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Luzzatto/EDUNI-SUL, 1986.

<http://www.projetomemoria.art.br/Ruibarbosa/glossario/r/reformaeleitoral.html>, em 09/06/2006.

HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 18244/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

INOGUCHI, Takashi. El capital social en Japón. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 211-271.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JACOBI, Pedro, TEIXEIRA, Marco Antônio. *Criação do capital social: o caso ASMARE – Associação dos Catadores de papel, papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte*. [http://inovando.fgvsp.br/documentos/cadernos\\_gestaopublica/CAD%2002pdf](http://inovando.fgvsp.br/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2002pdf) Em 19/05/2005.

JAWDAT, Abu-El-Haj. *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume, 1999.

JOLL, James. *A Europa desde 1870*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 139-147..

KIPPER, Maria Hoppe. *Sociedades de cavalaria em área de colonização alemã* (Santa Cruz do Sul – RS). São Leopoldo: mimeog., 1967.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

KIPPER, Maria Hoppe. A nacionalização em Santa Cruz do Sul In: In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 121.

KLEUDGEN, Peter. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz – Provinz Rio Grande do Sul – Südbrasilien – von P. Kleudgen, bevollmächtigten Agenten gennater Provinz*. Hamburg: Druck von J. I. Nobiling, 1852 e 1853.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.



- KLIKSBERG, Bernardo. Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento. In: *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. p. 105-116.
- KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 13-25.
- KOTHE, Flávio R. Imigração e colonização: utopia e identidade. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6 n. especial, maio 2001.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991.
- KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 27-64.
- KREUTZ, Lúcio. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. *Estudos Leopoldenses – Série Educação*, São Leopoldo, n. 6, v. 4, 2000. p. 23-36.
- KREUTZ, Lúcio. Sugestiva articulação entre escola, família e comunidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 45-53.
- LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-134.
- LANDO, Aldair M., BARROS, Elaine C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LANDO, Aldair Marli, BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- LANG, Guido. *Jacob Lang – a história de um imigrante e pioneiro*. São Leopoldo: Rotermund, 1992.
- LANGEDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia; reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1980.
- LECHNER, Norbert. Desafios de um desarrollo humano: individualización y capital social. In: KLIKSBERG, Bernardo, TOMASSINI, Luciano (compiladores). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LENZI, Zuleika Mussi et al. *O Kerb em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 17, p. 46-63, set. 2001.
- LOEFLAD, F. et al. *Centenário da colonização alemã em Rio Pardinho – município de Santa Cruz do Sul – 1852/1952*. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano I. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo; DIFEL, 1975. p. 99-151.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul*. (1875 - 1914). Passo Fundo: UPF, 2000.
- MAESTRI, Mário. Trabalhadores escravizados e livres na fazenda pastoril (1860-1888). In: Centro de Estudos Marxistas. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxistas*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 113-147.
- MAESTRI, Mario. Os gringos também amam. In: VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 15-30.
- MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastaland. *História: Questões & Debates* - Publicação semestral da Associação Paranaense de História, Curiritiba, n. 18/19, p.76-112, jan.dez.1989.
- MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPEESP, 1998.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975.
- MARQUES, Lílian Argentina B. et al. *Rio Grande do Sul: aspectos do folclore*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia, 1849 – 1852*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Kränzche. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 30 out. 1991.
- MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Organizado e Atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wunsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- MARX, Karl. *Salário preço e lucro*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Abril Cultural)
- MELLO, Angélica Maria Ruiz. *Efeitos subjetivos da campanha de nacionalização de Getúlio Vargas sobre os descendentes de imigrantes alemães, na região de Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Maria: UFSM, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- MENEZES, J. Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz. Lamberts & Riedl, 1914.

- MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno* (uma resposta a Vianna Moog). Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.
- MEYER, Dagmar. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000.
- MICHEL, Henri. *Os fascismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.
- MIRA, Crispim. *O alemães no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
- MONASTERIO, Leonardo M. Capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro S. (Org.). *Respostas regionais aos desafios da globalização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- MONASTERIO, Leonardo Monteiro. Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul. Curitiba: UFPr, 2002.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1954.
- MOOG, Vianna. *Um rio imitia o Reno*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1966.
- MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981.
- MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: história e memórias*. Porto Alegre: EST, 1981.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – 160 anos de história*. Porto Alegre: EST, 1984.
- MÜLLER, Telmo Lauro. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p.65-74.
- NACIONALIZAÇÃO – dois discursos proferidos pelo interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias (1941).
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002.
- NEUMANN, Marines Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950)*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- NEUMANN, Rosane Márcia. Correio Serrano: órgão dos interesses regionais. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 190-209.
- NEVES, Delva Pessanha. Os dados quantitativos e os imponderáveis na vida social. *Raízes*, Campina Grande, ano XVII, n. 17, p. 64-78, jun. 1998.
- NIEMEYER, Waldir de. *À margem do tempo* (ensino sobre os erros e males da colonização estrangeira no Brasil). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1920.

- NOGUEIRA, Arlindo Rocha e Hutter, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824 – 1889)*. Porto Alegre, Garatuja/IEL, 1975.
- OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente imigratória para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole/ Instituto Estadual do Livro, 1975.
- OBERACKER, Karlheinrich. *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1936.
- OFFE, Claus, FUCHS, Susanne. Se halla en declive el capital social? El caso alemán. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 345-426.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAIVA, Carlos Águeda. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITMANN, Milton Luiz, RAMOS, Marília Patta (Org.). *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 37-78.
- PAGNONCELLI, Dermizo, AUMOND, Carlos Walter. *Cidades, capital social e planejamento estratégico: o caso Joinville*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PANKE, Luís. *Memórias de Luís Panke*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PARRAO, Miguel Bahamondes. Contradiciones del concepto “capital social”. La Antropología de la alianzas y subjetividad campesina. *Seminário Taller Capital social, herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural*. CEPAL, 8 e 9 enero 2003. [http://www.iadb.org/etica\\_em\\_20/03/2005](http://www.iadb.org/etica_em_20/03/2005).
- PAZ, Ivonir Nör. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia (1858-1937)*. Caxias do Sul: UCS, 1998.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul – 1824/1924*. Porto Alegre: Repartição de Estatística; Livraria do Globo, 1925.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950). In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. <http://pessoal.portoweb.com/pellanda/IMIGRA.htm> . Data: 20/11/2004.
- PÉREZ-DIAS, Victor. De la guerra civil a la sociedad civil: el capital social en España entre los años treinta y los años noventa del siglo XX. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 427-488.
- PETRY, Leopoldo. *Historia da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oficinas Graphicas Rotermund, 1936.
- PETRY, Leopoldo. *Pátria imigração e cultura*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1956.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Contribuição para a história de Nova Petrópolis – Colonização e evolução da Colônia*. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.
- PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1966.

- PINHO, Diva Benevides. *O que é cooperativismo*. São Paulo: São Paulo Editoras S.A., 1966.
- PORTO ALEGRE, Augusto. *A defeza da Allemanha e dos allemães do sul do Brazil*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Sportiva, 1915.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- POWER, Timothy J., GONZÁLES, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003.
- PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (org.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. p. 81-100.
- PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002.
- PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.
- PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul – 1º Relatório Secreto*.
- PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul – 2º Relatório Secreto*.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes/USP, 1973.
- RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: 1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. *Anais...* São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974.
- RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgario P., SILVEIRA, Rogério L. L. (Org). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 147-164.
- RADÜNZ, Roberto. *A terra da Liberdade: o protestantismo luterano em Santa Cruz do Sul no século XIX*. Porto Alegre: PUC, 2003. (Tese de Doutorado em História).
- RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira: a Associação dos Professores e Escola Normal*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. *Estudos Leopoldenses*, Série História, v. 1. n. 1, 1997. p. 149-182.

- RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalização e imprensa. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 75-86.
- RAMBO, Arthur Blasio. A Identidade teuto-brasileira em debate. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999.
- RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968. p. 75-123.
- RAMBO, Balduino. A nacionalização. *Pesquisa História*, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 27, p. 73-113, 1989.
- RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- REVISTA VIDA POLICIAL. Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 1939-1945.
- REVOREDO, Julio. *Imigração*. Empresa Graphica Revista dos Tribunaes, 1934.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*. Porto Alegre: Druck von Cäsar Reinhardt, 1907.
- REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense (1827-1845). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 2. O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956. p. 241-264.
- RIBAS, Antonio de Lara. Que é a “Quinta Coluna”. In: Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado 1944.
- RICK, João Evangelista, S.J. Colonização alemã católica no sul do Brasil. *Pesquisa, História*, São Leopoldo, n. 27, p. 115-125, 1989.
- RIEDL, Mario, VOGT, Olgario Paulo. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 149-211.
- RIST, Gilbert. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del “desarrollo”? In: KLIKSBURG, Bernardo, TOMASSINI, Luciano (compiladores). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2.000.
- ROBINSON, Lindon J., SILES, Marcelo E., SCHMID, A. Allan. El capital social y la reducción de la pobreza: hacia um paradigma maduro. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 51-113.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo Primeiro: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.
- ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra doutrina – o evolucionismo e o positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- RÖHSIG, Henrique Frederico. *O impacto da campanha de nacionalização na Comunidade Evangélica Luterana de Santa Cruz do Sul (1935-1960)*. Santa Cruz do Sul, 2004. (Monografia de Especialização em História do Brasil da UNISC).
- ROTHSTEIN, Bo. El capital social en el estado socialdemócrata. El modelo sueco y la sociedad civil. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 93-164.
- SACHSSE, Cristoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. *Veritas – Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre: v. 37, n. 138, dez. 1992.
- Sampaio zum 50-Jährigen Jubiläum – 1873/1923*. Juni, 1923.
- SANTOS, Capitão Amílcar Salgado dos. *Brasil-Allemanha*. São Paulo: s/e, 1931.
- SANTOS, Úrsula Albersheim dos. Estrutura social de uma comunidade teuto-brasileira. In: FERNANDES, Florestan (Comp.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Nacional, USP, 1972. p. 117-124.
- SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Tetuto-brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963. p. 65-77.
- SCHÄFFER, Neiva Otero. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e desenvolvimento social Sul-brasileiro*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- SCHMIDT, João Pedro, GOES, César H. B. *Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, 1995 (Relatório de Pesquisa) 56p.
- SCHMIDT, João Pedro. *Cultura política alemã: autoritarismo secular e construção democrática recente*. <http://www.unisc.br> em 16/11/2005.(b)
- SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo. <http://www.unisc.br> em 16/11/2005.(a)
- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SCHUCH, Patrice. *Etnia e classe social: uma análise comparativa*. Porto Alegre, 2002. (trabalho apresentado na disciplina de Minorias Étnicas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Doutorado).
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. E notas de Bertoldo Kingler. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976.
- SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERVA, Mario Pinto. *A Allemanha calumniada*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, s.d.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. *Os alemães no Brasil: Uma síntese*. <http://www.comciencia.br/reportagens/migra%E7%F5es/migr18.htm>. em 16 nov. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. [http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zanur45html/Zar45\\_Seyf.htm](http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zanur45html/Zar45_Seyf.htm). Data: 28/06/2001.

SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. *História: Questões & Debates* - Publicação semestral da Associação Paranaense de História, Curitiba, n. 18/19, p. 113-155, jan.dez.1989.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 199-228.

SEYFERTH, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: Kultur e etnicidade. *Travessia revista do migrante* – Publicação do Centro de Estudos Migratórios, n. 34, p. 24-28, Mai./Ago. 1999.

SEYFERTH, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. *Cadernos CERU*. “São Paulo: CERU/USP, n. 13. 2002.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILES, Marcelo E, ROBISON, Lindon J., WHITEFORD, scout. Introducción. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 11-22.

SILVA, Jandira M. M., CLEMENTE, Elvo, BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa Sul-Riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVA, Walburga Arns (Org.). *Saga de uma família teuto-brasileira; Lehrer Arns, registros e vida de um professor de colônia*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKOCPOL, Theda. América cívica, pasado y presente. In: PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 491-542.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1963.

SOVERAL, Antonio (Org.). *O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1935.



- STERTZ FILHO, Roberto. *Memórias de um professor rural*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- STROBEL, Gustava Hermann. *Relatos de um pioneiro da imigração alemã*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1987.
- STEYER, Walter O. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo*. Porto Alegre: Singular, 1999.
- SUNKEL, Guillermo. La pobreza em la ciudad: capital social y políticas públicas. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 303-337.
- SZILVASSY, Arpad. Participação dos alemães e seus descendentes na vida política brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966. p. 247-261.
- TELLES, Leandro. Espírito associativo do imigrante. In: *Álbum oficial do sesquicentenário da imigração alemã*. Porto Alegre: Edel, 1974. p. 80-81.
- TELLES, Leandro Silva. *Heinz von Ortenberg, médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul, APESC, 1980.
- TENDLER, Judith. *Bom governo nos trópicos*. Uma visão crítica. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1830-1850)*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- TREUE, Wolfgang. *A Alemanha desde 1848: ojeada histórica*. Bonn: Inter Naciones, 1969.
- TRUDA, Leonardo F, A colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Typographia do Centro, Ano X, I semestre 1930.
- ULSANER, Eric M. Confianza y corrupción: sus repercusiones en la pobreza. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 229-243.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.
- UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: ATRIA, Raul, SILES, Marcelo et al (compiladores). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL: Universidad del Estado de Michigan, enero 2003. p. 115-145.
- VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS; Vanini (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre: EST, 2004.
- Verband Deutscher Verein. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

- VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Primeiro Volume. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. UFF, 1987.
- VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- VOGT, Olgário Paulo. Repressão X medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS. In: ANAIS DO IV E DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, 2000 Lajeado, 2001 Santa Cruz do Sul. Anais ... Santa Cruz do Sul: Gráfica Garten Sul, 2002. p. 128-142.
- VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7. n. 2, p. 49-92, jul./dez. 2001.
- VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- WACHHOLZ, Wilhelm. *Atravessem e ajudem-nos: a atuação das sociedades evangélicas de Barmen e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899)*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1999. (Tese de Doutorado em Teologia).
- WAGNER, Miguel. *Imagem histórica de Monte Alverne 3º Distrito de Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Disneylândia, 1996.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WARTH, Carlos Henrique. Igreja Evangélica Luterana. In: *Enciclopédia Riograndense*. V. 4. O Rio Grande atua. Canoas: Ed. Regional Ltda., 1958. p.237-268.
- WEBER, Bertholdo. 90 anos de imprensa evangélica. *Anais do 3º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (15-17-09-1978)*. Porto Alegre: EST, 1980. 294-296.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, 2000.
- WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- WERLANG, William. *História da Colônia Santo Ângelo*. Santa Maria: Pallotti, 1995.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940.
- WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo: DIFEL, 1961.
- WIRTH, Lauri. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. *Fronteiras*, Florianópolis, n. 6, 1998.
- WITT, Osmar Luiz. *Igreja na imigração e colonização*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- WOOLCOLK, Michael, NARAYAN, Deepa. *Capital social: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo*. <http://www.preval.org/documentos/00418.pdf> em 24/05/2005.

WORMS, Jean-Pierre. Viejos e nuevos vínculos cívicos en Francia. PUTNAM, Robert (Editor). *El declive del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 273-343.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## LEGISLAÇÃO

Circular N. 3, da Repartição Central de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, de 28 de janeiro de 1942.

Constituição política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. In: *Constituições do Brasil*. Vol. 1. Organização e revisão de Carlos Eduardo Barreto. São Paulo: Saraiva, 1971.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891.

Constituição do Brasil de 1934.

Constituição do Brasil de 1937.

Constituição do RS de 1935.

Decreto 19.482/30.

Decreto-Lei N. 383, de 18 de abril de 1938.

Revista Vida Policial

Decreto-Lei N. 1.545, de 25 de agosto de 1939.

Decreto-Lei . 4.166, de 11 de março de 1942.

Decreto-lei N. 4.701, de 17 de setembro de 1942.

Portaria N. 152, de 8 de março de 1939, do Juiz de Direito da Comarca de Santa Cruz.

Decreto N. 10, de 23 de março de 1939, do prefeito Municipal de Santa Cruz.

Livros de Queixas da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul , 1937-1945.

## RELATÓRIOS

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias D. D. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Tte. Cel. Oscar R. Jost- Exercício de 1937. Santa Cruz, Typ. Lamberts & Riedl.

Relatório Apresentado a S. Excia. O Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal neste Estado, pelo Prefeito Municipal, Dr. Caio Brandão de Mello, referente ao exercício de 1939. Porto Alegre: Livraria Oliveira, 1940.

Relatório apresentado pelo intendente de Venâncio Aires ao Conselho Municipal, em reunião ordinária de 28 de setembro de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphicas de A Federação, 1914.

Relatório da administração central das colônias da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. E Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província pelo agente interprete da colonização Carlos Koseritz, 1867. p. 10.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório da administração central das colônias da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado a Francisco Ignácio Marcondes de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo Agente Intérprete da Colonização Carlos de Koseritz. Porto Alegre, 1867.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Porto Alegre: Of. Graf. Da Imprensa Oficial, 1943.

## **ANEXOS**



**ANEXO B – Imprensa periódica em língua alemã existente no RS, com o nome do periódico, o local da edição e data de fundação.**

- *Ach du Liebe Schule*, Pelotas. 1916?
- *Acker und Ambos*, Ijuí, 1931
- *Aktion*, Porto Alegre. 1933
- *Alarm*, Porto Alegre. 1937
- *Alkoholgegner*, Porto Alegre, 1910
- *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, vários lugares, 19003?
- *Am Lagerfeuer*, Porto Alegre, 1924
- *Anzeiger (Der)*, Santa Cruz do Sul, 1905
- *Anzeiger (Der)*, Santa Rosa, 1932
- *Anzeiger (Der)*, Ijuí, 1932
- *Ausstellung (Die)*, Porto Alegre, 1881
- *Austria*, Porto Alegre, 1928
- *Band (Das)*, Porto Alegre, 1929
- *Bauern-Freund*, São Leopoldo (?), 1900
- *Bote für die Evangelische Frauenwelt in Brasilien (Der)*, São Leopoldo, 1930
- *Bote von São Leopoldo (Der)*, São Leopoldo, 1867
- *Bote von São Lourenço (Der)*, São Lourenço do Sul, 1892
- *Brasilianische Bienenpflege*, Porto Alegre e outros, 1897
- *Brummbär (Der)*, Arroio do Meio, 1932
- *Cahy Zeitung*, Montenegro, 1916
- *Chossebeling*, Porto Alegre, 1914?
- *Chosse Greid*, Porto Alegre, 1914
- *Christliches Leben*, São Leopoldo, 1923
- *Colonist (Der)*, Porto Alegre, 1852
- *Deutsche Auswanderer (Der)*, Porto Alegre, 1836?
- *Deutsche Buch (Das)*, Porto Alegre, 1937
- *Deutsche Buchdrucker (Der)*, Porto Alegre, 1930
- *Deutsche Colonist (Der)*, Porto Alegre, 1850?
- *Deutsche Einwander (Der)*, Porto Alegre, 1852
- *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, São Leopolda, 1919
- *Deutsche Post*, São Leopolda, 1880
- *Deutsche Presse*, Pelotas, 1881
- *Deutscher Anzeiger für die Serra*, Neu-Württemberg (Panambi), 1923
- *Deutsches Junghandwerkerblatt*, Porto Alegre, 1933

- *Deutsche Katholische Lehrerzeitung*, vários, 1899
- *Deutsche Nachrichten*, Porto Alegre, 1913
- *Deutsche Turnblätter*, Porto Alegre, 1915
- *Deutsches Volksblatt*, São Leopolda e Porto Alegre, 1871
- *Deutsche Wacht*, Pelotas, 1914
- *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 1861
- *Diaspora-Bote (Der)*, Colônia Guarani (Santo Ângelo das Missões), 1913
- *Eimvanderer (Der)*, Rio de Janeiro e Porto Alegre, 1854
- *Evangelische Jugend*, Sao Leopolda, 1936
- *Evangelischer Gemeinde-Bote*, General Osório/Neu-Württemberg/Panambi, 1915
- *Evangelischer Kinderfreund für Brasilien*, São Leopoldo, 1930
- *Evangelisches Gemeindeblatt für die Gemeinden Villa Thereza und Andreas mit den dazugehörigen Pikaden*, Santa Cruz do Sul, 1931
- *Evangelisches Gemeindeblatt für Neu-Württemberg*, Neu-Württemberg (Panambi), 1926
- *Evangelisches Volksblatt für Brasilien*, São Leopoldo, 1915
- *Evangelisch-Lutherischer Kirchenbote für Brasilien*, Porto Alegre, 1922
- *Evangelisch-Lutherischer Kirchenbote*, Porto Alegre, 1930
- *Evangelisch-Lutherisches Kinderblatt für Südamerika*, Porto Alegre, 1930
- *Evangelisch-Lutherisches Kirclenblatt für Südamerika*, Porto Alegre, 1903
- *Feierabend (Der)*, Porto Alegre, 1881
- *Fortschritt*, Santa Cruz do Sul, 1901
- *Freie Arbeiter (Der)*, Porto Alegre, 1920
- *Für die Frau*, Porto Alegre, 1934
- *Fürs Dritte Reich*, Porto Alegre, 1932
- *Für unsere Jugend*, São Leopoldo, 1927
- *Gebetsapostolat*, Porto Alegre, 1926
- *Gemeinde-Bote (Der)*, Porto Alegre, 1921
- *Gemendebote (Der)*, Santa Cruz do Sul, 1931
- *Gemeinde-Bote des Deutschen Evangelischen Pfarrbezirks Montenegro*, Montenegro, 1931
- *Gemeinnütziger Ratgeber für Stadt und Land*, São Leopoldo, 1905
- *Glocke von São Lourenço*, São Lourenço do Sul, 1912
- *Grosstadtbrille (Die)*, Porto Alegre, 1930
- *Guahyba*, Porto Alegre, 1938
- *Hacke und Pflug*, Porto Alegre, 1938?



- *Halb-Jahrhundert*, Agudo, 1907
- *Handwerk (Das)*, Porto Alegre, 1931
- *Heimatklänge*, Porto Alegre, 1927
- *Hinkende Teufel (Der)*, Porto Alegre, 1855
- *Ijuhyer Gemeindeblatt*, Ijuí, 1927
- *Jugend-Zeitschrift*, Porto Alegre, 1934
- *Junge Front*, Porto Alegre, 1934
- *Junge Kämpfer (Der)*, São Leopoldo, 1935
- *Kameradschaft (Die)*, Porto Alegre, 1936
- *Kampf (Der)*, Novo Hamburgo, 1936
- *Kindervolksblatt*, Porto Alegre, 1937
- *Kolonie*, Santa Cruz do Sul, 1890
- *Kolonist (Der)*, Porto Alegre, 1915
- *Konkordianer*, Porto Alegre, 1932?
- *Koseritz' Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 1881
- *Landwirt (Der)* (sucessor de *Brasilianische Bienenpflege*, Porto Alegre, 1897?)
- *Landwirtschaftliche Presse*, Estrela, 1881
- *Landwirtschaftliche Zeitung*, Estrela, 1881
- *Linke Klaue*, Porto Alegre, 1917
- *Mein Heim*, Porto Alegre, 1935
- *Missionsfreund*, São Leopoldo, 1892
- *Mitteilungen der Graphischen Vereinigung zu Porto Alegre*, Porto Alegre, 1922
- *Mitteilungen des Österreichischen Auslandsbundes "Wien"*, Zweigverein Porto Alegre, Porto Alegre, 1932
- *Mitteilungen der St. Josefs-Gemeinde*, Porto Alegre, 1930
- *Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Christus-Gemeinde zu Porto Alegre, der Konkordia-Schule und der Vereine innerhalb der Gemeinde*, Porto Alegre, 1933
- *Mitteilungsblatt der Deutschen Evangelischen Gemeinde Neu-Württemberg*, Neu-Württemberg (Panambi), 1934
- *Mitteilungsblatt des Verbandes Deutscher Kranken - und Sterbekassen*, Porto Alegre, 1931
- *Monatsblatt der Evangelischen Gemeinde in Porto Alegre*, Porto Alegre, 1931
- *Monatsblätter des Germanischen Bundes für Südamerika*, Porto Alegre, 1916
- *Moskito*, Pelotas, 1914
- *Nach der Arbeit*, Porto Alegre, 1934
- *Nachrichtenblatt*, São Leopoldo, 1928

- *Nachrichtenblatt*, Porto Alegre, 1932
- *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais Riograndenses*, Ijuí, 1929
- *Naturheilkunde (Die)*, Porto Alegre, 1923
- *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 1905
- *Neue Heim (Das)*, Porto Alegre, 1921?
- *Neue Heimat*, Porto Alegre, 1912
- *Neue Lesehalle*, Pelotas, 1916
- *Neue Zeit*, São Leopoldo, 1879
- *Neue Zeit (Die)*, Candelária, 1929
- *Pionier (Der)*, Porto Alegre, 1891
- *Rein Seel und Leib*, São Leopoldo, 1935
- *Riograndenser Sonntagsblatt*, Porto Alegre, 1887
- *Rio Grandenser Vaterland*, Porto Alegre, 1902
- *Sankt Paulus-Blatt*, Porto Alegre, 1912
- *Santa Cruz Anzeiger*, Santa Cruz do Sul, 1905
- *Santa Rosa Zeitung*, Santa Rosa. 1937?
- *Schulungsbrief der Evangelischen Jugend (Wartburgjugend)*, Porto Alegre, 1937
- *Schulbuch (Das)*, São Leopoldo, 1917
- *Schulzeitung*, São Leopoldo, 1938
- *Schwankende Erdkugel (Die)*, Porto Alegre, 1925
- *Schwert des Hern*, Taquara, 1937
- *Selbsterziehung*, Neu-Württemberg (Panambi), 1916
- *Serra-Post*, Ijuí, 1911
- *Sonntags-Blatt*, Porto Alegre, 1905
- *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode*, São Leopoldo, 1886
- *Sonntagsblatt der Werktätigen in Südbrasilien*, Giruá, 1931
- *Sonntagsstimmen*, Porto Alegre, 1925
- *Südbrasilianisches Logenblatt*, Porto Alegre, 1934
- *Täglicher Anzeiger*, Porto Alegre, 1899
- *Turnerbote (Der)*, São Leopoldo, 1933
- *Unsere Schule*, Porto Alegre, 1933
- *Unterm südlichen Kreuz*, São Leopoldo, 1912
- *Uruguay-Bote*, Porto Alegre, 1933
- *Vaterland* (sucessor do *Rio Grandenser Vaterland*), Porto Alegre, 1919?
- *Verlorene Zeit (Die)*, Candelária, 1931

- *Volksstimme (Die)*, Santa Cruz do Sul, 1907
- *Vorwärts*, Porto Alegre, 1880
- *Wacht und Weide*, Porto Alegre, 1936
- *Waltherliga-Bote (Der)*, Porto Alegre, 1929
- *Wau-Wau*, São Leopoldo, 1914
- *Wegweise (Der)*, Porto Alegre, 1927
- *Wirtschaft (Die)*, Porto Alegre, 1931
- *Wochenblatt für die Interessen der Deutschen in Brasilien*, Montenegro, 1907
- *Zeitung für die Koloniezona*, Agudo, 1907
- *Zoo Zeitung*, Porto Alegre, 1934

Fonte: Compilado de fontes diversas por GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 118-122.